

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**COMO SALVAR DO ESQUECIMENTO OS ATOS BRAVOS DO PASSADO RIO-GRANDENSE:
A PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO COMO UM PROBLEMA POLÍTICO-HISTORIOGRÁFICO
NO BRASIL IMPERIAL**

Luciana Fernandes Boeira

Porto Alegre, setembro de 2013.

Luciana Fernandes Boeira

**COMO SALVAR DO ESQUECIMENTO OS ATOS BRAVOS DO PASSADO RIO-GRANDENSE:
A PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO COMO UM PROBLEMA POLÍTICO-HISTORIOGRÁFICO
NO BRASIL IMPERIAL**

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Temístocles Cezar

Linha de Pesquisa: Teoria da História e Historiografia

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Lucia Maria Paschoal Guimarães (UERJ)

Profa. Dra. Helga Iracema Landgraf Piccolo (UFRGS)

Prof. Dr. Álvaro Antonio Klafke (UPF)

Profa. Dra. Mara Cristina de Matos Rodrigues (UFRGS)

Prof. Dr. Cesar Augusto Barcellos Guazzelli (UFRGS)

Porto Alegre, setembro de 2013.

CIP - Catalogação na Publicação

Boeira, Luciana Fernandes

Como salvar do esquecimento os atos bravos do passado rio-grandense: a Província de São Pedro como um problema político-historiográfico no Brasil Imperial / Luciana Fernandes Boeira. -- 2013. 315 f.

Orientador: Temístocles Cezar.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, BR-RS, 2013.

1. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. 2. Historiografia Brasileira. 3. Brasil Imperial. 4. Historiografia Rio-grandense. 5. Nação. I. Cezar, Temístocles, orient. II. Título.

À memória de minha mãe, Silvia e de meu pai, José.

Agradecimentos

Esta seção, comumente intitulada “Agradecimentos”, é, na maioria dos trabalhos acadêmicos, uma das que mais me atraem. A razão é das mais evidentes: através dela, os escritores, uns mais, outros menos, permitem a seus leitores acompanhar um pouco do funcionamento e constituição de seus laços profissionais e privados.

No meu caso particular, creio ser, também, uma das mais difíceis de escrever... E talvez por isso tenha eu a deixado por último. É chegado, porém, o momento derradeiro. Espero não esquecer ninguém, embora tenha consciência que fatalmente o farei! Portanto, peço desculpas antecipadamente àqueles que, porventura, não figurem nos próximos parágrafos. A memória, às vezes, sabe ser traiçoeira.

Iniciarei agradecendo às “de casa”: minhas irmãs, Rosângela, Rossana e Letícia. Agradeço pelo profundo carinho, respeito e pelo contagiante estímulo com os quais sempre trataram a feitura dessa tese. Minha tia Soloy, meus primos Elaine, Danilo e Anna e meu cunhado, Vitor, que também estiveram ao meu lado, torcendo muito pela plena realização desse trabalho, também merecem meu reconhecimento. Ao Ricardo também agradeço imensamente o apoio e o incentivo. Obrigada!

Gostaria de agradecer, ainda, o carinho que recebi de três figuras ímpares: meus queridos Madame e Monsieur Massin e Angela Maria Carneiro de Carvalho. Entre 2011 e 2012, o convívio cotidiano e cheio de alegrias que tive com esses três amigos especiais fez do meu *séjour* doutoral em Paris uma bela e gratificante experiência de vida.

Às amigas de uma vida inteira - Bibiana, Camille, Karine, Débora, Lisiane, Giovana, Paulas (Bodanese e Parise), Marcinha e Letícia, agradeço de todo meu coração. Vera Mello, Eduarda Tôres, Ricardo Lichtler, Fátima Ávila, Simone Derosso, Vicky Piffero, André Araújo e Taís Sica da Rocha também figuram nesses agradecimentos como amigos queridos que sempre estiveram presentes e torcendo muito pelo pleno andamento da tese.

Agradeço, também, aos amigos e colegas de curso: Evandro Santos, Marina Araújo, Eliete Tiburski, Gustavo Coelho, Irma Bueno, Rodrigo Bonaldo, Cássia Silveira, Sherol dos Santos, Marisângela Martins, Priscila Reque, Rodrigo Weimer, Vitor Batalhone, Juliano Antonioli. Cada um de vocês esteve ao meu lado em algum (ou em vários) dos momentos passados nesses últimos quatro anos, constantemente me mostrando que se pode ter com quem contar quando a gente precisa. Obrigada, Eli, pela

compreensão e auxílio nos inúmeros pedidos que eu te fiz! Obrigada, Evan, pelos conselhos, pelas leituras, pelas sugestões de leitura. Obrigada, querida Marina, pela ajuda preciosa com o Abstract. Obrigada a todos: sem vocês, não haveria companheirismo e amizade para recordar.

Agradeço, ainda, aos amigos e colegas de profissão: o grupo de membros do GT de Teoria da História, especialmente os amigos Fernando Nicolazzi e Hugo Hruby, dois exemplos de profissionais sempre tão dedicados e competentes. À Maria da Glória de Oliveira, egressa desse grupo, também agradeço muito, bem como a Eduardo Sinkevisque, Rodrigo Turin, Taíse Quadros, Arthur Ávila, Carlos Fernando de Quadros, Lucas La Bella, Pedro Silveira, Renata Gomes, Renata Dal Sasso e Flávia Varela.

Meu reconhecimento, também, aos professores do Departamento e do PPG em História da UFRGS, especialmente Anderson Zalewski Vargas, Benito Bisso Schmidt, Carla Brandalise, Eduardo Neumann, Regina Weber, José Augusto Avancini, Claudia Wasserman e Luiz Alberto Grijó, todos eles, de alguma forma, fundamentais em minha trajetória acadêmica. Agradeço, também, aos professores Luciana Lopes dos Santos, Igor Teixeira e Viviane Borges, que me auxiliaram com preciosas dicas sobre o “Sanduíche” no exterior. Igualmente, agradeço à professora Marieta de Moraes Ferreira, à professora Sabina Loriga e ao professor Olivier Abel, que fizeram parte de minha estadia em Paris, além dos alunos do Seminário de Historiografia, *Temporalisation du temps*, oferecido pelo professor Hartog, na EHESS/Paris, grupo com o qual tive o privilégio de trocar experiências de pesquisa.

Não poderia deixar de agradecer, também, aos meus alunos! Como professora em formação, desfrutei de uma Bolsa REUNI de Assistência ao Ensino e realizei estágio nas cadeiras de Introdução à História e Teorias I e II, do curso de Graduação em História da UFRGS. Grata experiência. Ser “professora” de vocês foi um grande desafio. Obrigada a todos pela oportunidade.

Minha gratidão profunda à banca examinadora dessa tese: à Mara Cristina de Matos Rodrigues, minha amiga, minha mestra e minha colega. Não tenho palavras para expressar o quanto o convívio com a professora Mara, a quem tive o prazer de auxiliar como Bolsista de Assistência ao Ensino em duas cadeiras do curso de Graduação em História foi importante para que eu pudesse me desenvolver como educadora. Da mesma forma, a colega Mara abriu as portas de seu grupo de pesquisa para que pudessemos discutir partes de meu trabalho, mostrando, mais uma vez, sua generosidade e coleguismo. Agradeço, também, ao grande professor Cesar Guazzelli,

que acompanhou com atenção, sugestões e incentivo toda a minha trajetória acadêmica, desde os tempos da Graduação. Meu muito obrigada, também, ao querido colega de GT Álvaro Klafke, com quem já tive a ocasião de estudar quando estava eu no Mestrado e ele já no Doutorado e que agora me dará o prazer de discutir esse trabalho.

Agradeço enormemente a participação das demais professoras presentes nessa banca: professora Helga Iracema Landgraf Piccolo e professora Lucia Maria Paschoal Guimarães, que, juntamente ao saudoso professor Manoel Salgado, constituem minhas maiores referências para a elaboração dessa pesquisa. Discutir esse trabalho com ambas me deixa extremamente orgulhosa.

Meu reconhecimento, também, aos funcionários da UFRGS, especialmente aos secretários do Departamento e do PPG em História, Paulo Terra e Gabriel Focking, bem como à ex-secretária Marília Marques, sempre tão prestativos para comigo. Devo agradecer, ainda, à CAPES, que me concedeu, além da bolsa de estudos durante os períodos regular do curso de Doutorado, uma bolsa de Estágio no Exterior, fundamental para que eu pudesse me manter fora do país.

Por fim, gostaria de agradecer a dois professores que são meus verdadeiros mestres: François Hartog, que tão bem me recebeu na EHESS, em Paris, durante o período em que realizei meu estágio na França, e Temístocles Cezar, meu orientador de Doutorado. Temístocles é, além de meu orientador, meu mentor intelectual e, acima de tudo, meu amigo pessoal. Grande responsável e incentivador de minha trajetória acadêmica, com ele aprendi quase tudo que sei como historiadora. Muito obrigada, Temístocles, por acreditar no meu trabalho e me incentivar tanto.

Assim chego ao fim desse momento tão importante da pesquisa: o exercício de reconhecimento e retribuição àqueles que, de alguma maneira, estiveram presentes para que esse trabalho pudesse se construir.

Porto Alegre, agosto de 2013.

Cada geração reinventa o legado que deseja assumir como seu legado presente, e essa tarefa cria a necessidade de repensar a história, especialmente para aqueles que a tomaram como o exercício de um ofício, de uma profissão e de um magistério.

Manoel Salgado Guimarães

Um historiador à margem: Fustel de Coulanges e a escrita da história francesa no século XIX (2003, p. 9).

O tempo tornou-se a tal ponto habitual para o historiador que ele o naturalizou ou o instrumentalizou. O tempo é impensado, não porque seria impensável, mas porque não o pensamos ou, mais simplesmente, não pensamos nele.

François Hartog

Regimes de Historicidade: presentismo e experiências do tempo (2013, p. 26).

Resumo

No Brasil do século XIX, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), fundado na Corte do Rio de Janeiro, em 1838, foi o local escolhido pelo governo central para dar vida ao projeto de forjamento de uma história pátria capaz de oferecer ao país um discurso histórico próprio e que o mostrasse como uma unidade política indivisa e carregada de princípios unificadores nacionais. Sob o manto protetor da Monarquia Constitucional, considerada o principal fator de união dos membros da jovem nação brasileira, coube, principalmente, ao IHGB pensar essa nação intelectualmente, por meio da promoção da História e da Geografia.

Dessa maneira, a fim de cumprir sua meta de composição de uma história para o Brasil, o IHGB se propôs a coletar, em todas as províncias que formavam o vasto território nacional, informações que pudessem servir para a composição da História e da Geografia brasileiras, centralizando no Rio de Janeiro, sede da Monarquia, o material recolhido por todo o país. Esse trabalho passou a contar com um novo braço quando, na Província do Rio Grande do Sul, foi fundado o Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro (IHGPSP), associação letrada com propósitos semelhantes aos do IHGB. Assim, tendo que lidar com a criação de uma associação congênere à sua (e justamente em uma das províncias mais belicosas do Império), o IHGB precisou responder ao pedido de filiação do IHGPSP. Mais ainda: necessitou lidar com o estabelecimento de uma instituição que tinha como finalidade narrar a história do Rio Grande, tarefa até então mantida sob seu controle.

O presente trabalho tem por objetivo compreender como se deu o processo de constituição de uma escrita da história sobre o Rio Grande do Sul ao longo do século XIX tendo como estratégia principal a análise do material sobre o Rio Grande coletado, principalmente, em dois periódicos oitocentistas: a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* e a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro*, tomadas como as principais publicações que, durante o período imperial, se ocuparam da narrativa da história rio-grandense. A pesquisa pretende, igualmente, investigar o IHGPSP e o IHGB como lugares sociais de prática historiográfica e, ainda, se debruçar sobre o papel dos principais letrados que estiveram envolvidos no processo de elaboração de uma escrita da história rio-grandense dentro dessas instituições.

Palavras-chave: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; Historiografia Brasileira; Brasil Imperial.

Abstract

In Brazil, during the 19th Century, the Brazilian Historic and Geographic Institute (*Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* – IHGB), founded in the Court of Rio de Janeiro, in 1838, was the site chosen by the central government to give life to the project of shaping a national history capable of offering the country a particular historical discourse, which would portray Brazil as an undividable political unity with unified national principles. Under the protection of the Constitutional Monarchy, which was considered the main element that could unite the members of the young Brazilian nation, IHGB received the task to think this nation intellectually, by elevating History and Geography.

To that end, aiming to accomplish the goal of composing a history to Brazil, IHGB proposed itself to collect information that could be used in the composition of the Brazilian History and Geography, in all provinces that were part the wide national territory, concentrating the material collected all over the county in Rio de Janeiro, the seat of the Monarchy. This enterprise received further assistance when, in the Province of Rio Grande do Sul, the Historic and Geographic Institute of the Province of São Pedro (*Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro* – IHGPSP) was founded; this erudite association had similar goals to the IHGB. Thus, having to deal with an association much alike its own (and precisely set in one of the most quarrelsome provinces of the Empire), IHGB had to respond to the request of admission of IHGPSP. And, in addition to that, it had to deal with the establishment of an institution that aimed to narrate the history of Rio Grande, an activity under its sole control until that point.

This thesis aims at comprehending the process of constitution of the writing of a history of Rio Grande do Sul throughout the 19th Century, having as its main strategy the analysis of the material on Rio Grande collected especially in two periodicals from this century: the *Magazine of the Brazilian Historic and Geographic Institute* (Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro) and the *Magazine of the Historic and Geographic Institute of the Province of São Pedro* (Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro). Those magazines are considered the main publications that, during the Imperial period, take up the narrative of the history of Rio Grande do Sul. This research intends, likewise, to investigate IHGPSP and IHGB as social sites of historiographic practice and, furthermore, to scrutinize the role of the

leading savants involved in the process of development of the writing of a history of Rio Grande do Sul within these institutions.

Key-words: Brazilian Historic and Geographic Institute; Brazilian Historiography; Imperial Brazil.

Abreviaturas:

ARHP – Academia Real de História Portuguesa

IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

IHGSP – Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro

IHGRS – Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

IHP – Institut Historique de Paris

Revista do IHGB – Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

Revista do IHGSP – Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro

Revista do IHGRS – Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

SAIN – Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional

Sumário

Introdução	15
Capítulo 1. Em busca de uma história brasileira	41
1.1. <i>Antes do IHGB</i>	43
1.2. <i>Das academias setecentistas para o mundo letrado do século XIX: a disputa pelo passado dentro do IHGB</i>	53
1.3. <i>Variações na disputa pelo passado: o IHGB e o IHGPSP</i>	68
1.4. <i>De quando a história se tornou necessidade: uma relação entre as historiografias francesa e brasileira no século XIX</i>	79
Capítulo 2. A César o que é de César: o IHGPSP e a conveniência de se filiar ao IHGB	102
2.1. <i>Pereira Coruja no IHGB: um divulgador do Rio Grande do Sul na Corte</i>	103
2.2. <i>Um projeto fracassado: biografar os varões rio-grandenses</i>	123
2.3. <i>Caldre e Fião no IHGPSP: em nome da constituição de um tipo nacional</i>	132
2.4. <i>Inter arma silent musae! Da batalha por escrever à derrota pelas armas. De quando a guerra silenciou a pena</i>	141
Capítulo 3. Lembrança do que se deve procurar nas províncias: o papel do IHGB na construção da história do Rio Grande do Sul no século XIX	153
3.1. <i>A Revista do IHGB, entre temas-chave e polêmicas inevitáveis: como forjar a unificação nacional através da história</i>	155
3.2. <i>As renhidas questões do Prata: o caso da memória histórica do Brigadeiro Machado de Oliveira</i>	171
3.3. <i>Centralizar para controlar: o Continente de São Pedro como parte do horizonte de expectativas do Império do Brasil</i>	188

Capítulo 4. Derrubando enraizadas recomendações: de quando a história rio-grandense se tornou mais visível na <i>Revista do IHGB</i>	199
<i>4.1. O Barão Homem de Mello, político e historiador: a experiência da viagem no Rio Grande de São Pedro</i>	201
<i>4.2. Com a permissão de Sua Majestade Imperial e dos ilustres colegas, “Guerra Civil do Rio Grande do Sul”</i>	219
<i>4.3. O Rio Grande do Sul na Revista do IHGB nos anos finais do Império</i>	237
Considerações Finais	260
Anexos	268
Referências Bibliográficas	289

Introdução

“A poeira do tempo permanece. É bom respirá-la, ir e vir através desses papéis, desses dossiês, desses registros. Eles não estão mudos, e tudo isso não está tão morto quanto parece. Eu jamais os tocava sem que certa coisa deles saísse, despertasse... É a alma”. Jules Michelet¹

Foi no início do século XIX que o Império do Brasil, em consonância com o movimento que se observava nos países social e economicamente mais desenvolvidos da época, passou a investir em um projeto de edificação de uma história oficial para a nação brasileira. Segundo Temístocles Cezar (2002, pp. 12-13), o planejamento de uma concepção histórica para o Estado-nação que se constituía seria objeto de atenção da política do governo central durante todo o século XIX:

O Brasil, desde a sua criação, é uma ideia e um lugar. Enquanto ideia, ele frequentemente permanece mais em estado de projeto que como realidade. Mesmo o nome Brasil não tem uma origem muito clara. De certa maneira, antes mesmo que os brasileiros se tornassem um povo ou uma comunidade política, sempre existiu uma variedade de concepções que rivalizavam para impor uma representação do que seria o Brasil. No século XIX, um desses projetos, ou, talvez, uma dessas concepções, cujo objetivo era dar ao Brasil uma identidade e uma imagem dele mesmo, se encarnou nos debates em torno de uma ideia nova para a época: a ideia de nação.²

De acordo com Anne-Marie Thiesse (1999, p. 15), o fenômeno da formação das nações modernas estaria ligado às mudanças econômicas e sociais observadas a partir do século XVIII, de maneira que não podemos falar ou pensar em nações, no sentido moderno do termo, antes desse período.³ A construção dessas nações nasceria de um

¹MICHELET, Jules. “Prefácio de 1868 (História da Revolução Francesa)”. In: MALERBA, Jurandir. *Lições de História: o caminho das ciências no longo século XIX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010, p. 100.

² Todas as traduções em língua estrangeira contidas nesse trabalho são de minha responsabilidade.

³ “A formação das nações está ligada à modernidade econômica e social. Ela acompanha a transformação dos modos de produção, a expansão dos mercados, a intensificação das trocas comerciais. Ela é contemporânea do aparecimento de novos grupos sociais. O voluntarismo consciente e militante no trabalho das elaborações identitárias mostra, entretanto, que elas não são a consequência espontânea de

postulado e de uma invenção, que não seriam possíveis, todavia, sem que houvesse uma adesão coletiva a tal ação. Ou seja, o processo de construção das identidades nacionais não passou, segundo Thiesse, de uma ficção, criada no século XIX, dentro do Estado e que foi marcado por um interesse coletivo em promovê-las, num projeto que teve participação direta de homens de letras, artistas e escritores.⁴ Nesse processo de formação das nações modernas, se determinou através da observação de algumas bases específicas, qual seria o patrimônio comum a cada nação, para, em seguida, e apoiadas em tais alicerces, se difundir o culto nacional.⁵ No Brasil, foi justamente a produção de uma história oficial, pela elite letrada que dirigia o país, que serviu como fundamento da formação identitária brasileira. Uma nova ficção se criava no Brasil, a da nacionalidade:

O artigo da Carta Outorgada de 1824 associava nascer e nação, recuperando de um modo particular a origem etimológica comum de ambas as palavras (...). Ora, desde a Independência de 1822, nascer era passar a pertencer a um corpo político e a uma nação, os quais também estavam nascendo. A experiência do Império do Brasil não era diferente de outras experiências históricas contemporâneas. Aqui, também, o surgimento de um Estado-nação fazia do nascimento ou da natividade o alicerce de sua soberania; e ele exigia adesão inequívoca e fidelidade exclusiva daqueles que o compunham, só permitindo ou tolerando quaisquer outras identidades caso elas não colidissem com a irrestrita prioridade da lealdade nacional (...). Se os novos cidadãos do novo Império do Brasil já não eram “portugueses americanos”, não deixavam de ser pernambucanos, baienses, paulistas ou mineiros; deveriam, porém, sentir, pensar e agir como brasileiros, acima de tudo. As inúmeras e diferenciadas identidades locais e regionais forjadas durante os 300 anos da colonização portuguesa eram deslocadas em proveito de uma nova identidade, a ela se articulando e subordinando, como frações de uma mesma unidade; o lugar de nascimento, antes referido a alguma localidade próxima e à mútua

mudanças das quais são o indispensável corolário”. THIESSE, Anne-Marie. *La création des identités nationales. Europe XVIII^e - XX^e siècle*. Paris: Seuil, 1999, pp. 15-16.

⁴ Parfraseando Eric Hobsbawm, Thiesse conclui que é dentro do Estado que se cria a nação e não o contrário. THIESSE, Anne-Marie. “Ficções Criadoras: as identidades nacionais”. *Anos 90*, Porto Alegre, n. 15, pp. 7-23. Neste mesmo sentido, José Murilo de Carvalho afirma que, durante todo o século XIX, a nação brasileira não passou de uma ficção criada dentro do Estado. CARVALHO, José Murilo de. “Brasil: nações imaginadas”. In: *Pontos e Bordados. Escritos de História e Política*. Belo Horizonte: Editora da Universidade Federal de Minas Gerais, 1998, pp. 233-236.

⁵ As bases específicas para a elaboração de uma nação – e que hoje são bastante conhecidas e difundidas – compõem uma lista de elementos simbólicos e materiais capazes de promover e incentivar um interesse comum aos membros da mesma, bem como despertar um sentimento de pertencimento à unidade nacional. São elas: uma história capaz de estabelecer a continuidade com os grandes ancestrais; uma série de heróis possuidores de virtudes nacionais; uma língua comum; monumentos culturais; um folclore; lugares simbólicos e uma paisagem típica; uma mentalidade particular; representações oficiais (hino e bandeira nacional) e identificações pitorescas, como costumes, especialidades culinárias e animais emblemáticos. THIESSE, Anne-Marie. *La création des identités nationales...*, p. 14.

familiaridade – a pátria -, deslocava-se para outro espaço incomensuravelmente mais amplo e imaginado – a nação (MATTOS, 2009, p. 25).

O lugar escolhido para dar vida àquele que viria a ser um bem-sucedido projeto de composição de uma história pátria para a nação brasileira foi o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), instituição surgida na sede do Império, a cidade do Rio de Janeiro, no ano de 1838. Contemporaneamente à criação do IHGB – e fazendo parte desse projeto de edificação da nação atrelado ao Estado Imperial -, começariam a funcionar naqueles últimos anos da década de 1830, dois órgãos também promotores do conjecturado “caráter nacional brasileiro”, o Arquivo Público e o Imperial Colégio Pedro II que, a exemplo do IHGB, também foram criados no Rio de Janeiro, seio maior da monarquia e sede política da nação. Tais ações estavam intrinsecamente imbricadas e partiram da atuação política de um mesmo homem, o ministro Bernardo Pereira de Vasconcellos, Secretário Geral de Estado dos Negócios Estrangeiros do Império e da Justiça. Eram tempos da Regência Una do Senador Pedro de Araújo Lima, Visconde e, depois, Marquês de Olinda. Político de espírito arrojado, o Ministro Vasconcellos, assim como a maioria dos letrados envolvidos nesse projeto de constituição da nação, era membro da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN), associação idealizada ainda sob o Governo de D. Pedro I, e cujo objetivo principal era o de apoiar o país no desenvolvimento tanto de sua indústria quanto de suas artes (SILVA, 1979, p. 61).

Homens como Vasconcellos compunham uma pequena elite esclarecida em um Brasil de proporções continentais, cujos dirigentes políticos partilhavam, em maior ou menor grau, de ideias ilustradas oriundas do século XVIII. Por isso, havia o pensamento comum entre tais letrados de que era sua missão espalhar entre os brasileiros as luzes do conhecimento, de maneira a fazer o Brasil progredir intelectualmente a ponto de sua população alcançar o mesmo nível civilizatório observado nas nações europeias e, assim, se transformar em uma autêntica nação industrial. Tentativa, segundo Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves e Humberto Machado, fracassada, tendo em vista a persistência, no país, de práticas canhestras, tanto no plano socioeconômico quanto no político cultural. De acordo com os autores,

A partir de 1822, procurou-se organizar no Brasil um novo Império, forjado de acordo com o espírito da época, no molde das monarquias constitucionais europeias, sob a inspiração de uma doutrina liberal medrosa, herdeira da colonização ibérica e das pálidas Luzes portuguesas – mais preocupada em preservar a ordem e a tranquilidade pública, em sobrepor os interesses de uma elite aos da maioria da população, do que em garantir a liberdade, a igualdade perante a lei e os direitos dos indivíduos, valores exaltados pela Revolução Francesa. Decorrência, sem dúvida, da composição da sociedade: por sobre a enorme massa de cativos, excluídos, por definição, de quaisquer direitos, uma limitada camada de trabalhadores livres, vivendo nos interstícios do sistema escravista dominante, e uma reduzida e ignorante aristocracia de proprietários de terras e negociantes, que a presença da Corte tinha deslumbrado com a promessa de títulos e honras, em função da riqueza acumulada e da autoridade que detinha sobre a maior parte do país. Conjunto este ao qual faltava, sobretudo, coesão. Coesão de uma identidade nacional, que o período colonial não fora capaz de criar, a fim de canalizar, de acordo com regras estabelecidas, os conflitos cotidianos, inevitáveis, na direção de um projeto comum, impossível de realizar na ausência de uma cultura letrada generalizada (NEVES; MACHADO, 1999, p. 184).

A cultura letrada brasileira representada, até então, por uma rarefeita elite política e econômica que, inicialmente, completou sua formação na Universidade de Coimbra ou, então, a partir de práticas autodidatas, muitas vezes deficitárias e erráticas, frequentaria, durante boa parte do século XIX brasileiro, os mesmos lugares de sociabilidade, como era o caso das lojas maçônicas, da Sociedade Auxiliadora ou do IHGB. Embora uma “pedagogia do progresso” fosse defendida no país desde a geração da Independência, que via a educação como um instrumento fundamental para difundir a civilização e o avanço industrial entre os brasileiros, muitas barreiras precisariam ser ultrapassadas para iniciar uma prática efetiva de educação e instrução pública no Império. Para alavancar tal empreitada, a Constituição de 1824 já estabelecia a gratuidade do ensino elementar no Brasil, ainda que a educação tenha permanecido durante todo o período imperial bastante precária e problemática. Talvez porque, como relatam Neves e Machado (Idem, pp. 229-230), a preocupação primeira dessas elites dirigentes fosse a de promover a formação de seus próprios membros, o que se vê exemplificado pela criação tanto de escolas particulares de ensino quanto pelo

investimento no próprio Colégio Pedro II, que tantas atenções receberia do governo central ao longo do período imperial.⁶

Em uma época em que, segundo José Luiz Werneck da Silva (1979, p. 14), a palavra *indústria* correspondia às forças produtivas do Estado (o que comportaria suas atividades e processos produtivos e, ainda, ao trabalho social de seus membros), a iniciativa de se formar uma associação como a SAIN tinha como meta principal a promoção, dentro dos limites do Estado brasileiro, do trabalho produtivo nacional, que naquela época era especialmente ligado à agricultura (WEHLING, 1983, p. 8).

Idealizada no ano de 1816, pelo negociante baiano Inácio Alvez Pinto, a SAIN foi julgada precipitada naqueles primeiros tempos de reinado português em terras brasileiras e saíria do papel somente entre os anos de 1824 e 1825, época em que D. Pedro I já respondia como soberano em um Império Brasileiro há pouco separado da antiga metrópole portuguesa. Entre os opositores à sua criação, estava o deputado João da Silveira Caldeira, na época diretor do Museu Nacional e Imperial, e que considerava a fundação da associação como um ato supérfluo. Vencendo, porém, os primeiros percalços, a SAIN, que desde o princípio esteve ligada ao Estado Imperial, de quem recebia aporte financeiro para sua sobrevivência, teve seu estabelecimento e estatutos aprovados pelo Imperador D. Pedro I no ano de 1825.

O IHGB surgiria na década seguinte. Foi durante uma Assembleia Geral da SAIN, em agosto de 1838, que o Brigadeiro Raymundo José da Cunha Mattos e o Cônego Januário da Cunha Barbosa, dois dos mais respeitados e atuantes sócios da Sociedade Auxiliadora e membros de prestigiosas associações de ciências e letras tanto no Brasil quanto no exterior, viram aprovada uma proposta por eles levantada, e que versava sobre a criação de um Instituto cujo objetivo seria o de tratar única e exclusivamente do desenvolvimento da História e da Geografia do Império Brasileiro. Dizia a proposta:

Sendo inegável que as Letras, além de concorrerem para o adorno da Sociedade, influem poderosamente na firmeza de seus alicerces, ou seja, pelo esclarecimento de seus membros, ou pelo adoçamento dos costumes públicos, é evidente que em uma Monarquia Constitucional,

⁶ José Murilo de Carvalho destaca que, no século XIX, a elite *savante* brasileira era “uma ilha de letrados num mar de analfabetos”. CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial. Teatro de Sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 65.

onde o mérito e os talentos devem abrir as portas dos empregos, e em que a maior soma de luzes deve formar o maior grau de felicidade pública, são as Letras de uma absoluta e indispensável necessidade, principalmente aquelas que, versando sobre a História e a Geografia do país, devem ministrar grandes auxílios à Pública Administração, e ao esclarecimento de todos os Brasileiros. Por isso, os abaixo assinados, Membros do Conselho Administrativo da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, conhecendo a falta de um Instituto Histórico e Geográfico nesta Corte, que principalmente *se ocupe em centralizar imensos documentos preciosos, ora espalhados pelas Províncias, e que podem servir à História e Geografia do Império*, tão difícil por falta de um Tombo Prontoário, de que se possam aproveitar os nossos Escritores, desejam e pedem a sua pronta instalação, debaixo dos Auspícios da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e oferecem as seguintes bases para essa utilíssima Associação (*Revista do IHGB*, 1839, pp. 3-4).

A maior parte dos sócios fundadores do IHGB pertencia aos quadros oriundos da SAIN e eram ligados ao grupo do Regresso Conservador, que estimuladamente apostavam na promoção do país através do forjamento de uma história capaz de ditar a união de todos os seus membros como participantes de uma mesma nação, sob o manto protetor da monarquia constitucional.⁷ Por meio da história, a ideia era fazer do recém-criado IHGB, dentro de um trabalho conjunto à SAIN, mais um braço a colaborar para alçar o país a graus cada vez mais elevados de civilização, colocando, finalmente, a jovem nação brasileira em pé de igualdade com as nações europeias mais industriosas. Nesse processo, a monarquia constitucional foi pensada como uma salvaguarda da nação e sua defesa combatia a presença incômoda de quaisquer pensamentos de

⁷ Embora a sociedade brasileira daquela primeira metade do século XIX tivesse apenas cerca de 1,5 milhão de indivíduos alfabetizados para um universo de quase 10 milhões de pessoas, havia um peso na palavra escrita que deve ser levado em consideração. Era através da palavra escrita (e, sobretudo, impressa), que os novos dirigentes imperiais defendiam suas ideias e administravam o novo corpo político. Justamente no intuito de espalhar seus pensamentos aos leitores de maneira a não deixá-los restritos à redação de textos legais, é que tais homens passaram a participar de associações e revistas literárias, assim como da imprensa periódica ou de projetos sobre redação de manuais. Nesse processo, coube ao Estado brasileiro patrocinar instituições, à semelhança do IHGB, que teriam como meta promover a criação de uma literatura, uma história e uma língua nacionais: “Difundindo imagens, crenças e valores, construindo narrativas exemplares, elas contribuiriam para romper os limites da casa, quebrando em parte o poder do déspota (aquele que exercia o governo da casa) de modo a integrá-lo nas instituições que o governo do Estado forjava, como a Guarda Nacional, ou ainda fazê-lo participar de associações, políticas ou não, que procuravam estender os braços do poder imperial por todo o território. E, assim, não só colocar cada um daqueles senhores a par do encaminhamento de questões candentes, como a do tráfico negreiro, mas também em contato com a Corte, rompendo seu particularismo por meio das folhas e dos pasquins, dos romances e do teatro, da história pátria e das corografias políticas e ações que faziam cada membro da casa, embora não apenas ele, sentir-se brasileiro, ainda que também pudesse continuar sentindo-se pernambucano, paulista, mineiro...”. MATTOS, Ilmar Rohloff de. “O Gigante e o espelho”. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. *O Brasil Imperial, volume II: 1831-1870*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 44.

destituição do regime monárquico vigente, já que a monarquia era considerada o principal fator de união do todo chamado Brasil. Conforme Werneck da Silva (1989, p. 16):

(...) o grande objetivo daquelas facções hegemônicas era o de “construir a nação” em seu benefício, no âmbito de uma monarquia constitucional. Para tanto, não eram suficientes os “homens industriais” da Sociedade Auxiliadora, os quais sempre tiveram, por sinal, o escopo, na prática incompleto, de criar similares nas províncias, pelo menos as mais significativas. Mesmo que estes “homens industriais” – de retórica tão iluminista que foram apelidados de “poetas economistas” – pudessem ser “notabilidades palacianas” ou “capacidades políticas”, havia premente necessidade de “pensar a nação” intelectualmente, usando, para tanto, a história e a geografia, e não apenas em termos de processo produtivo, de mercado. Havia, assim, necessidade de “sumidades intelectuais, de homens civilizados”. Daí a criação, pela Sociedade Auxiliadora, em 1838, do Instituto Histórico, filho do “regresso”, como já o era a Sociedade Auxiliadora. Tudo isto, contemporaneamente à cisão da República Rio-grandense, a maior ameaça (...) à unidade do Império em benefício da “nação fluminense” da qual a Sociedade Auxiliadora e o Instituto Histórico eram mecanismos institucionais. Haveria, também, similarmente à Sociedade Auxiliadora, Institutos Históricos nas Províncias, pelo menos as de mais peso.

Concomitantemente à fundação do IHGB, ocorria, na França, a exaltação dos ideais de liberdade e nacionalidade herdados da Revolução Francesa e caracterizados pelo desenvolvimento do pensamento liberal de um século XIX marcado, justamente, pela acentuação da consciência histórica como um produto proveniente do período romântico. Para Marcel Gauchet, foi precisamente entre as décadas de 1820 e 1830 que se deu, a partir, principalmente, da experiência francesa, a unificação do campo dos estudos históricos, de forma a se estabelecerem ali as bases intelectuais e sociais do *métier* do historiador (GAUCHET, 2002, p. 9). Nesse processo, a função que a história passou a desempenhar emergiu claramente: a ela caberia mostrar como a ressurreição das ideias de 1789 fazia parte da “marcha da civilização” em direção a um novo “estado social” (Idem, *ibidem*). Portanto, se a filosofia tinha sido o carimbo do século XVIII, a história encaminhava-se para se tornar a marca diferenciadora do século XIX.

Após a Revolução Francesa, seus usos e interpretações foram renovados e a geração de historiadores franceses atuantes no subsequente período da Restauração foi a grande responsável por tal renovação, que buscava na reflexão sobre o evento

revolucionário (e, por extensão, sobre a formação da nação), a matriz desse movimento reformador. Tal reforma conjugaria uma crescente preocupação com o rigor metodológico da disciplina histórica à paixão política que aqueles novos tempos despertavam. Foi justamente a partir desse trabalho de unificação da disciplina empreendido pela ação dos historiadores oitocentistas, em que se buscava uma história mestra da verdade, que nasceriam as formas e conceitos de nossa história contemporânea.

De acordo com Sophie Leterrier, o século XIX fez da história uma ciência mestra porque fez do tempo um princípio essencial e universal de compreensão, tanto nas ciências da natureza quanto nas ciências morais (LETERRIER, 1997, p. 11). Em relação à reflexão sobre a Revolução Francesa como tema central da reforma histórica empreendida, principalmente, pela geração de historiadores franceses de 1820 e 1830, a autora afirma que ela permitiu uma nova compreensão do passado e do futuro. As noções de continuidade, de ruptura, de crise e, ainda, de época que foram por eles utilizadas em suas obras passaram a ser lidas e interpretadas a partir deste modelo. Por conseguinte, a História da França e do feito revolucionário passou a ser avaliada e referida como uma história de caráter universal e “a França abria a seus vizinhos o caminho da civilização europeia” (Idem, p. 13). Para Leterrier, “a história foi, durante todo o século XIX, ao mesmo tempo ciência e arte, se se entende por isso que ela quis combinar o rigor metodológico e a arte de escrever” (Idem, *ibidem*). Como os literatos, os historiadores seguiram modelos e formaram escolas. Como os pintores, foram em busca da “cor local”. Como os poetas, criaram imagens e lendas. Tal partilha vitoriosa entre erudição e criação percorreria toda a história e, segundo a autora, é exatamente por isso que a leitura de textos de historiadores franceses oitocentistas do porte de Thierry, Michelet e Chateaubriand, só para citarmos alguns nomes importantes daquele momento é, até hoje, capaz de provocar um grande impacto e prazer estético nos leitores contemporâneos.

Assim, a história viveria, no século XIX, sua *belle époque*, como aponta, de maneira perspicaz, Krzysztof Pomian (1999, p. 121). Valorizado, o conhecimento histórico foi elevado ao estatuto de ciência:

E não uma ciência entre outras, mas, ao lado da psicologia, uma das ciências fundamentais do espírito. Então todas essas ciências tinham que lidar com suas produções: linguagem, literaturas, religiões,

mitologias, arte; eram apenas histórias particulares. A História, História simplesmente e com letra maiúscula, deveria lhes servir de guia e modelo. Esta foi também uma bela época para os historiadores. Seu prestígio jamais tinha sido tão alto, nem a opinião que tinham de si mesmos (Idem, ibidem).

Destarte, a unificação das perspectivas sobre o passado que supõe a história-ciência passaria por uma criação de discurso (GAUCHET, 2002, p. 17) e a escrita da história acabou por se tornar objeto de atenção e cuidado. O modelo matricial desse imperativo veio do romance histórico e, principalmente, da obra do inglês Walter Scott, que iniciou uma nova estética de evocação ao romance, reinventando-o e prestando, em seus textos, atenção na objetividade dos detalhes como elemento essencial de composição da narrativa. Era no interior da narrativa que, precisamente - e graças a uma nova poética do discurso -, a ciência dos fatos adquiriu grande importância e, dessa forma, a nação emergiu, no bojo de tais transformações, como um esboço unificador.

No Brasil, foi o IHGB que tomou para si o compromisso de oferecer ao Brasil um discurso histórico próprio que o mostrasse como uma unidade política indivisa e de princípios unificadores nacionais. Surgido em um período delicado de constituição desse Estado-nação, que tentava se consolidar como um todo coerente em meio às lutas provinciais que assolavam o país - sobretudo Cabanagem (1835-1840), Sabinada (1837-1838), Balaiada (1838-1841) e Revolução Farroupilha (1835-1845) -, era necessário à elite letrada que compunha o IHGB afirmar a identidade, as origens e a “essência” nacional, pois o objetivo era apresentar o Brasil como uma jovem nação, pitoresca e territorialmente coesa.⁸ Entender o Império como um e único era, para Ilmar Mattos, compreendê-lo

⁸ Em um brilhante trabalho no qual analisa o contexto de formação de uma historiografia literária de cunho nacional no Brasil do século XIX, Flora Süssekind afirma que os historiadores responsáveis por essa fundação se encontravam diante da dificuldade de remontar com exatidão as possíveis raízes ou marcos de “descoberta da realidade” brasileira e, assim, acabaram por sugerir a si mesmos ou a sua geração como agentes da retomada ou verdadeiros fundadores da nacionalidade e de uma história da literatura nacional. A autora lembra que entre os anos de 1830 e 1840 se deu o ajuntamento da documentação necessária para a exploração de “notícias do Brasil”, por meio de viagens fundadoras, assim como através da elaboração de mapas e de publicação de relatos de viajantes, por meio da construção de uma prosa de ficção no país. Era o começo do trabalho de representação territorial brasileira como um todo singular e unido. As revistas literárias que começaram a ser publicadas foram os veículos transmissores da afirmação dessa autonomia nacional e seus narradores passaram a cumprir um papel instrutivo, oferecendo “lições de história” ao público leitor. Somente em meados da segunda metade do século XIX, essa figura inicial do narrador de ficção se converteria em direção às máscaras do historiador e do cronista de costumes. SÜSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, pp. 97-98.

Como um continente que, sob a direção de uma elite ilustrada, deve conter a Nação brasileira – ‘a associação de todos os brasileiros’-, até mesmo porque tem-se clareza de sua frágil coesão, como resultante da instituição que a fundamenta e que, não obstante, deve ser preservada: a escravidão (MATTOS, 2004, pp. 97-98).⁹

Além disso, no Brasil da passagem da primeira para a segunda metade do século XIX, não só se fazia necessário defender a indivisibilidade do território em relação às ameaças de desintegração interna oriundas das revoltas provinciais, como também se buscava resguardar o país no que tocava aos temores separatistas que vinham do exterior, principalmente daqueles provenientes do espaço fronteiriço platino.¹⁰ Portanto, um trabalho de desqualificação das províncias como meras circunscrições territoriais conduziria a um simultâneo descrédito da ação política dessas regiões, o que, ao mesmo tempo, realçava a administração imperial, reservando tudo à Coroa, centro aglutinador para onde deveriam convergir todos os interesses do Império.¹¹ E, em meio a tantas

⁹ Mattos destaca, ainda, que a importância atribuída ao território nacional pelos dirigentes da política imperial permite fazer uma associação entre nacionalidade e cidadania, a partir do artigo 6º da Constituição do Império e que era semelhante à constituição francesa de 1791 e, também, à portuguesa: “Associação contraditória, sem dúvida, no quadro do Império do Brasil, porque negava um princípio jurídico essencial à escravidão. Assim, e tendo em consideração o primeiro termo de uma relação instituída pela escravidão – o homem livre -, os filhos de brasileiros nascidos no estrangeiro somente se tornariam brasileiros e cidadãos quando ‘Vierem estabelecer domicílio no Brasil’, negando, pois, o princípio que os filhos seguem as condições dos pais e transformando-os (...) numa espécie de servos da gleba. A extensão possível do princípio que fundamentava esta disposição ao termo complementar da relação – o escravo – expunha uma contradição: de um lado se constituía de modo efetivo tanto na mais valiosa propriedade do Império quanto na sua mais importante mercadoria, a partir da negação do princípio do *partus sequitur ventrem* (...)”. MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema*. São Paulo: Hucitec, 2004, p. 96.

¹⁰ Sobre a conjuntura do Rio da Prata no século XIX, as alianças dos rio-grandenses no espaço platino e sua sobrevivência como província autônoma, ver GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. *O Horizonte da Província: A República Rio-Grandense e os Caudilhos do Rio da Prata (1835-1845)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997. (Doutorado em História).

¹¹ A historiadora Miriam Dolhnikoff afirma que, no processo de constituição do Estado nacional brasileiro, o papel das elites locais e sua relativa autonomia administrativa não devem ser elementos menosprezados. Segundo a autora, a unidade do Império do Brasil somente foi possível graças aos arranjos institucionais que se deram em meio aos embates e negociações entre as várias elites regionais brasileiras. Refletindo principalmente a respeito da organização institucional brasileira ocorrida após as reformas liberais dos anos 1830, com destaque especial para as realidades observadas nas províncias de São Paulo, Rio Grande do Sul e Pernambuco, é que a autora procura estudar as mudanças no cenário político nacional daquele período. De acordo com Dolhnikoff, ao contrário do que apontam autores como Ilmar Mattos e José Murilo de Carvalho, as elites regionais construíram-se também em elites políticas de destacada atuação no contexto político brasileiro mais amplo. Nesse arranjo institucional, era necessário ao governo central acomodar os grupos provinciais, para evitar descontentamentos que ameaçassem a unidade maior do país. Para ela, “a proposta de uma distribuição equilibrada do aparelho do Estado pelo território imperial era um projeto nacional capaz de articular as diversas elites provinciais, uma vez que estas não se confundiam com as forças localistas. E esse projeto não era apenas dos liberais, mas também dos conservadores, pois o que os dividia eram divergências pontuais em torno das dificuldades para sua implementação”. Posicionando-se a respeito da hipótese de trabalho de Dolhnikoff, Álvaro Klafke afirma que é necessário “precisar em que grau era exercida a ‘autonomia’, na medida em que, no fundamental, as

crises institucionais a agitar o país, o IHGB nasceu como o local por excelência onde foi tramada, segundo Lucia Maria Paschoal Guimarães, a “Memória Nacional” brasileira. De acordo com a autora, não é possível buscar outra interpretação para o projeto de memória que se desenvolveu no IHGB sem articulá-lo aos propósitos políticos dos fundadores da associação.¹²

Nesse contexto, o papel desempenhado pelo IHGB era o de sublinhar e reforçar os esforços da elite dirigente para encaminhar politicamente o país, enfrentando tanto as ameaças regionais de separação, questionadoras que eram do poder central, quanto as tentativas abolicionistas.¹³ Segundo Manoel Salgado Guimarães (1989a, p. 24),

(...) o projeto historiográfico levado a cabo pela Revista do IHGB não pode ser compreendido sem que um conjunto amplo de relações seja estabelecido, conjunto este que ajuda a explicar e dar sentido a uma escrita da história com preocupações nacionais. O projeto historiográfico articula-se assim a um projeto político mais geral, sem contudo pressupormos com isso que aquele se define a partir de um reflexo deste último, o que colocaria a produção historiográfica como mera ilustração do exercício da política. Assim procedendo, perderíamos a possibilidade de compreensão da especificidade da questão de porque se ocupar da produção científica de História – e ela é central para o século XIX – e de porque a História aparece como

articulações se davam em torno do governo monárquico. Se a centralização se impunha, para as elites, como necessidade derivada de um contexto social e econômico específico, a discussão sobre a liderança da condução política perde um pouco de sua força, pois era aquela imposição que fazia a ação liberal ser tão parecida com a conservadora. (...) Assim, a questão sobre quem cedia a quem, se as províncias cediam parte de sua autonomia em favor do governo central ou se este abria mão de suas prerrogativas concedendo àquelas uma razoável independência fica diminuída quando se percebe a conciliação fundamental. Só que este concerto das elites imperiais nem sempre foi muito afinado, necessitando, por vezes, a atuação forte do governo central”. DOLHNIKOFF, Miriam. *O Pacto Imperial. Origens do Federalismo no Brasil*. São Paulo: Globo, 2005, p. 83; KLAFKE, Álvaro Antonio. *O Império na província: construção do estado nacional nas páginas de O Propagador da Indústria Rio-grandense – 1833-1834*. Porto Alegre: IFCH, UFRGS, 2006, pp. 149-150. (Mestrado em História).

¹² Ao apresentar o IHGB como um templo da memória nacional, a autora se utiliza do conceito de memória nacional trabalhado pela historiografia francesa na década de 1980, particularmente das reflexões apresentadas na importante coleção *Les lieux de mémoire*, organizada por Pierre Nora. GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. “Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)”. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, n. 388, pp. 459-613, jul. /set., 1995.

¹³ Arno Wehling afirma que os quadros políticos que compunham a instituição eram provenientes do partido do regresso, conhecido, posteriormente, como Partido Conservador e que tinha, ideologicamente, uma posição política moderada, recusando o republicanismo (sinônimo, para eles, de anarquia e fragmentação). Tal grupo viu na solução monárquico-constitucional o caminho que permitiria controlar politicamente as províncias e, do mesmo modo, conservar os fundamentos da centralização política: grande propriedade, escravidão, sufrágio censitário e padroado. WEHLING, Arno. op. cit., p. 15. Sobre o processo de hierarquização rural da sociedade escravista brasileira, ver FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto – Mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro, c. 1790- c. 1840*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 1998.

capaz de fornecer substratos científicos para um projeto nacional no século XIX.

Em seu programa e estatutos iniciais, o IHGB deixava clara uma intenção: se ramificar pelas províncias do Império, expandindo suas luzes para todos os pontos que compunham o Brasil.¹⁴ Deste modo, fazia parte de suas pretensões manter relações de proximidade e trocas com instituições semelhantes do país e do exterior. No que concerne às relações com associações provinciais congêneres, o objetivo era canalizar todas as informações colhidas nas diferentes regiões do Império para o Rio de Janeiro. Todavia, a observação desse importante quesito - e que fazia parte, sublinha-se, dos estatutos da casa desde o princípio de sua organização regulamentar -, por muito tempo ficaria esquecida, tanto que a primeira experiência de concepção de uma filial local do Instituto em solo brasileiro se daria somente com a criação do Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro (IHGPSP), fundado em Porto Alegre, capital da belicosa Província do Rio Grande do Sul, no ano de 1860.

Idealizado por um grupo de letrados da província sulina, o IHGPSP tentou se inserir na perspectiva trazida ao país com o surgimento do IHGB e que foi responsável por promover, como se viu até aqui, uma ideia de Brasil e de homem civilizado brasileiro aos moldes do europeu.¹⁵ Na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, o

¹⁴ Manoel Salgado lembra, nesse sentido, a semelhança da proposta do IHGB com modelo francês que a inspirou: “Da mesma forma que as academias literárias e científicas provinciais francesas do século XVIII articulavam-se na teia mais ampla do processo de centralização levado a cabo pelo Estado, sediado em Paris, do Rio de Janeiro as luzes deveriam expandir-se para as províncias, integrando-as ao projeto de centralização do estado e criando os suportes necessários para a construção da nação brasileira”. GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. “Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional”. *Estudos Históricos*: Rio de Janeiro, n. 1, 1988, p. 8.

¹⁵ Embora tenha o caráter de ser um empreendimento inédito até então no país, o IHGPSP foi o segundo ensaio de fundação de um congêner regional do IHGB em solo rio-grandense. Em 1855, havia ocorrido uma primeira e malograda tentativa de fundação de uma filial local do IHGB em Porto Alegre a partir da iniciativa de um grupo político ligado ao governo provincial. Na ocasião, foi eleito para o cargo de presidente da associação o político Cansansão de Sinimbu, futuro Visconde de Sinimbu. O político, que naquele ano de 1855 já figurava como associado ao IHGB, exercia no Rio Grande a presidência da Província. Contudo, seu afastamento do governo provincial, bem como a morte do primeiro secretário eleito para a pretendida associação rio-grandense, Machado Ourique, decretariam o abortamento da ideia. Em 1860, a nova tentativa de (re) fundar o IHGPSP obteve êxito maior, com sua efetiva criação. O Instituto manteria por cerca de quatro anos atividades regulares, período em que circulou o periódico mantido pela agremiação, chamado *Revista do IHGPSP*. Embora se aceite os anos de 1860 e 1863 como os de efetiva atividade da instituição, encontrei menções em jornais acerca de sua existência em período posterior à Guerra do Paraguai, quando novamente tentava se articular no Rio Grande de São Pedro a retomada das atividades da casa. Além disso, localizei, na própria *Revista do IHGB*, informações de que o IHGPSP ainda existia em 1871. *Revista do IHGB*, Tomo XXXIV, 1871, p. 344. Mais adiante, esse tema será retomado.

estabelecimento do IHGPSP objetivava ligar a história sul-rio-grandense à história da nação brasileira, servindo aos já referidos propósitos imperiais de forjamento de uma identidade una para o cidadão brasileiro. O grupo rio-grandense queria garantir seu vínculo às intenções unificadoras do IHGB e, para isso, as destacava tanto nos discursos proferidos nas reuniões da casa quanto no material de cunho histórico e geográfico ajuntado pela associação para compor a história rio-grandense. Afirmavam esses rio-grandenses que “o patriotismo sempre foi o mais belo apanágio da gente rio-grandense” (*Revista do IHGPSP*, ano I, n. I, 1860, p. 13), embora se perceba que um sentimento que, hoje, chamaríamos de regionalista era, igualmente, uma característica marcante dos escritos provenientes da instituição.¹⁶ Nesse sentido, o IHGPSP prognosticava que Província do Rio Grande se tornaria o “berço de uma geração vigorosa”, destinada a suceder as gerações passadas na defesa das fronteiras do sul do Império do Brasil (*Revista do IHGPSP*, ano I, n. I, 1860, p. 3). Tais considerações eram constantemente reafirmadas pelo IHGPSP nas páginas da revista trimestral mantida pela associação e permitem ressaltar que havia na ação do Instituto local um grande empenho na promoção da figura do sul-rio-grandense como um valente herói a defender a unidade do Império em terras meridionais.¹⁷

A ideia de criar o Instituto regional, segundo consta na apresentação editorial do periódico, vinha da percepção da necessidade de estudar o que eles chamavam de “as coisas pátrias”, por meio da história e da geografia da província, esta última,

¹⁶ Na grande maioria das citações retiradas da *Revista do IHGPSP*, usarei as edições e paginação originais do periódico. Nos números em que os originais se perderam, trabalharei com a reedição fac-símile da *Revista do IHGPSP*, publicada a partir de 1945 pela *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (Revista do IHGRS)*. Os sete fascículos de textos referentes às publicações da *Revista do IHGPSP* foram reeditados na seguinte ordem: 1945 (referente ao ano I, n. 1 e 2, agosto e dezembro de 1860 da *Revista do IHGPSP*), 1946 (ano II, n. 1 e 2, março e outubro de 1861; ano III, n. 1, 1863), 1948 (ano III, n. 2, 1863) e 1982 (ano IV, 1863). O IHGRS foi fundado na cidade de Porto Alegre, em 1920, e sua revista é publicada até os dias atuais. Contando que a primeira tentativa de criação de um Instituto Histórico rio-grandense se deu por volta de 1854-1855 e a segunda foi efetivada em 1860, o aparecimento do IHGRS configura a terceira fundação de uma entidade aos moldes do IHGB a se estabelecer no Rio Grande do Sul. Sobre o assunto, ver COSTA, Renato. “Os Três Institutos Históricos do Rio Grande do Sul”. *Revista do IHGRS*. Porto Alegre, 1982, n. 123, p. 43.

¹⁷ Em minha dissertação de mestrado, na qual apresento o IHGPSP como uma instituição preocupada com a preservação da memória e com a escrita de uma história do Rio Grande do Sul e que pensava em produzir uma história baseada nos feitos gloriosos de seu passado, trabalho detalhadamente com os discursos produzidos pelos letrados dirigentes da associação, bem como de outra agremiação letrada rio-grandense importante naquela segunda metade do século XIX, o Partenon Literário (1868- 1885), cuja marca principal era a de mostrar ao país o Rio Grande de São Pedro não somente como uma Província guerreira e defensora das fronteiras do Brasil, mas também como um espaço de onde brotavam homens preocupados com a constituição de uma cultura propriamente brasileira. BOEIRA, Luciana Fernandes. *Entre história e literatura. A formação do panteão rio-grandense e os primórdios da escrita da história do Rio Grande do Sul no século XIX*. Porto Alegre: IFCH/UFRGS, 2009. (Mestrado em História).

principalmente, respaldada nos subsídios fornecidos pelas noções estatísticas, recebidas como conhecimento auxiliar dessas ciências. Para a associação regional, era necessário mostrar ao país o passado valoroso e guerreiro do Rio Grande, defendido como parte integrante da história geral do Império. E, para cumprir tal meta, era indispensável salvar do esquecimento os supostos “atos bravos” que realizaram esses homens rio-grandenses. Na abertura da *Revista do IHGPSP*, assim se lia:

Teatro de contínuas guerras, na sustentação de limites da extensa colônia portuguesa nos dias coloniais; da guerra da Independência do Império, da do Estado Oriental, dos nefastos sucessos das contendas civis, e da jornada que precedeu à vitória de Monte Caseros, esta província viu mais de um herói, escrevendo com seu gládio sucessos memoráveis que deviam ser narrados no livro da pátria; viu mais de um fato alevantar-se para dizer a todo o Império uma ou outra lição de política, que foram algumas vezes aproveitadas com grande vantagem da comunidade; viu, enfim, triunfar a indústria do homem dos elementos destruidores que o pleito das armas espalhava sobre o seu horizonte, enriquecendo-a com novas descobertas. A história do passado como a do porvir desta província não será um monumento de exclusivo interesse para ela; não, os sucessos mais notáveis aqui passados estão tão intimamente ligados à vida do Império (...) (*Revista do IHGPSP*, ano I, n. I, 1860, p. 3).

Havia, claramente, a preocupação em salientar que o Rio Grande era parte indispensavelmente constituinte da história nacional, tanto que os textos da *Revista do IHGPSP* não pareciam ter dúvidas em afirmar que, ao conhecer a história procedente do Rio Grande, “não haverá brasileiro que não a leia como uma narrativa geral do país” (Idem, *ibidem*).

A concepção de história facilmente perceptível nas falas dos letrados da associação regional era a do antigo adágio de Cícero, a *historia magistra vitae*.¹⁸ Tal

¹⁸ O pesquisador alemão Reinhart Koselleck se dedicou a estudar profundamente a transformação conceitual sofrida pelo conceito de história ao longo – e na ordem – do tempo. Em relação à *historia magistra vitae*, o autor destaca que ela teve sua formulação vinculada ao contexto da retórica ou oratória. Segundo ele, somente a figura do orador seria capaz de conferir imortalidade às histórias instrutivas. Era a história que oferecia ao orador uma coleção de exemplos (“*plena exemplorum est historia*”), com os quais ele conseguiria instruir seus ouvintes. No moderno conceito de história, essa dimensão de história “mestra” se perdeu e a história passou, gradativamente, a ser percebida como uma disciplina dotada da capacidade de compreender e explicar os processos históricos em sua unicidade. Em relação ao tipo de história emanado dos escritos do IHGB e do IHGPSP, contudo, a perspectiva de história como *magistra vitae* ainda se fazia preponderante. No capítulo dedicado à escrita da história proveniente do IHGB e do IHGPSP, essa discussão, aqui rapidamente esboçada, será objeto de maior atenção. KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006, pp. 43-44.

forma de conceber a história era semelhante à defendida, em esfera nacional, pelas publicações provenientes da *Revista do IHGB*.¹⁹ O grupo do Rio Grande afirmava ser a história “um monumento vivo das ações humanas, ou do progresso da inteligência da humanidade, que como uma salvaguarda a preserva dos erros e a conduz ao seu fim, à felicidade” (*Revista do IHGPSP*, ano I, n. I, 1860, p. 4).²⁰ Era uma clara alusão à história como sendo um modelo para a correção dos erros do passado e um exemplo a ser seguido no presente em que, por meio dela, se poderia mostrar o progresso e a inteligência da humanidade, num apelo ilustrador à explicação racionalista humana como critério de conhecimento e, por conseguinte, de civilização. Preservando a humanidade dos erros, a história conduziria os homens à felicidade por ser esta sua finalidade, já que ela é mestra da vida.

Uma análise dos discursos presentes na *Revista do IHGPSP* permite afirmar que a intenção da instituição era muito mais precisa que simplesmente “coligir”, “metodizar” e “armazenar” documentos sobre o passado provincial com vistas a constituir as bases para a escrita da história rio-grandense. Isso porque, tal como no caso do IHGB, não é possível separar a escrita da história originária da instituição regional dos vínculos políticos de seus membros, muitos deles ligados ao Partido Liberal Progressista, que dominava a política rio-grandense da época.²¹ Fortalecido com o apoio

¹⁹ Embora reconheça que, no século XIX, tenha se dado a disseminação de uma nova consciência histórica que culminará com a dissolução do *topos* da *historia magistra vitae*, a historiadora Maria da Glória Oliveira afirma que, no IHGB, a *historia magistra vitae* permanece, ao longo do século XIX, como forma de pensar a história, ainda que se perceba, principalmente nos anos finais daquele século, algumas críticas à ênfase instrutiva e exemplar das histórias dos grandes homens do passado. Segundo a autora, “Concebida como mestra da vida, a história nacional podia ser apreendida por meio das ações dos grandes homens do passado, constituindo-se em um inesgotável repertório de exemplos para o presente e para o futuro. Entre os letrados oitocentistas, as referências constantes aos preceitos antigos de Cícero e Plutarco indicavam a longa vigência de uma concepção humanista de história, notadamente firmada nas proposições do 1º secretário perpétuo, Januário da Cunha Barbosa”. Assim, a história não precisou, afirma ela, renunciar à antiga função de *magistra vitae* em nome dos modernos axiomas de cientificidade. OLIVEIRA, Maria da Glória de. *Escrever vidas, narrar a história. A biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009, p. 188. (Doutorado em História).

²⁰ Cezar afirma que, nas investigações históricas do IHGB, “a *historia magistra vitae* não é apenas um adágio erudito, ela é também um princípio organizador que justifica e ao mesmo tempo orienta as investigações do IHGB. Eternizar, salvar os fatos são fórmulas que provêm desse princípio. Duas instâncias da mesma operação, eternizar e salvar, contudo, não se confundem: eterniza-se aquilo que é suscetível de se tornar memorável, e cuja definição depende de uma série de disposições teóricas e políticas. Com efeito, após a eternização, o fato deve ser salvo, o que, por sua vez, pressupõe um certo número de procedimentos metodológicos cobrindo um campo que começa com a descoberta das fontes e se estende até a produção textual”. CEZAR, Temístocles. “Lição sobre a escrita da história. Historiografia e nação no Brasil do século XIX”. *Diálogos*, Maringá, n. 1, v. 8, 2004, pp. 14-15.

²¹ Esse partido recebera reforços importantes em 1857, quando Ângelo Moniz da Silva Ferraz, o futuro Barão de Uruguaiana, assumiu o governo provincial, traçando novos contornos à política imperial no Rio Grande do Sul. Segundo Piccolo, no Rio Grande a administração de Ferraz aproximou-se mais do lado progressista, tendência mantida no governo de seu sucessor, Joaquim Antão Fernandes Leão, a partir de

da presidência da província, o Partido Liberal Progressista passou a comandar a cena política no Rio Grande até que, nos anos iniciais da década de 1860, o Partido Liberal (Radical ou Histórico) se rearticulou no Rio Grande do Sul e passou a disputar a liderança partidária provincial com os progressistas. Todavia, no preciso momento da criação do IHGPSP pelos liberais progressistas, a relação da nova associação com o governo provincial era de proximidade e identidade política, o que é reforçado pelo convite da instituição ao Presidente da Província, Fernandes Leão, a se tornar sócio do IHGPSP.²²

Para estreitar ainda mais os laços com o governo central, uma das primeiras providências tomadas pelo Instituto local foi buscar se filiar ao IHGB. Porém, o aceite do IHGB ao pedido da nova instituição não foi imediato. Ao contrário, foi necessária a realização de todo um processo de reformulação nos estatutos que regiam a associação nacional (e que, até então, não previa regulamentos que versassem sobre filiais locais) para que a solicitação de filiação feita pelo IHGPSP pudesse ser atendida positivamente. Ao mesmo tempo, deve-se levar em conta que, além de todo o trabalho envolvido em torno de uma ação de reformulação estatutária, foi necessário ao IHGB analisar de onde se originava tal requerimento. Cabe lembrar que a posição política do quadro de dirigentes do IHGB não se identificava com o discurso liberal progressista apregoado pelos letrados que estavam à frente do IHGPSP. Pelo contrário, as demandas dos progressistas colidiam com o discurso centralizador defendido dentro do IHGB.

No Rio Grande, a luta política era marcada por reivindicações que pediam uma maior autonomia administrativa. Nesse sentido, a atuação do Dr. Manoel Pereira da Silva Ubatuba, ilustre médico rio-grandense e secretário do IHGPSP, é um exemplo desse combate. Na *Revista* da agremiação sulina, o associado se esforçava por

1859. PICCOLO, Helga. “A Política Rio-Grandense no Império”. In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius. *RS: Economia & Política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979, p. 103.

²² O IHGPSP teve como seus principais representantes o Barão de Porto Alegre, liberal originário da Contra-Liga, que era presidente da associação. Ainda, compunham o quadro de associados figuras de destaque na política local, como o poeta Caldre e Fião e os líderes liberais Dr. Ubatuba e Desembargador Oliveira Belo, esses últimos também sócios correspondentes do IHGB. De acordo com Helga Piccolo, “É nessa Contra-Liga que está, no Rio Grande do Sul, a origem do Partido Liberal Progressista que teve em Manoel Marques de Souza (...) um de seus líderes”. Destarte, é importante salientar que a figura do Barão era bastante conhecida no país, pois era ele um militar de carreira respeitado na Corte pelos altos feitos obtidos em diversas ocasiões nas lutas ao lado do Império nas contendas fronteiriças e também durante a guerra civil de 1835-1845. Sua figura era admirada como a do valente soldado fronteiriço e nada mais conveniente que colocá-lo à frente de uma instituição que desejava justamente defender essa posição heroica do rio-grandense perante a nação. Idem, *ibidem*.

apresentar longas séries documentais sobre a constituição da província.²³ Em outubro de 1861, ao abrir o segundo volume do segundo ano da publicação, Ubatuba afirmava:

A invasão de Ceballos tendo destruído o único Arquivo da Província, que poderia ter reunido os documentos para a história dos primeiros tempos, torna necessário aproveitar bem os que existem, e que dão algumas luzes sobre os sucessos daquelas épocas. Assim é que me pareceram muito valiosos os que agora ofereço ao Instituto, e que desejo ver publicados, *não para encher o saco das queixas, mas para que nossos irmãos do Norte conheçam as provanças por que temos passado, os sofrimentos que nos têm torturado desde os primeiros tempos, e possa o patriotismo de seus representantes valer para suprir a desigualdade numérica de nossa representação*, que tão diminuta e enfraquecida pelas dissensões políticas, ou antes interesses de momento não pode conquistar no parlamento aquela influência que se faz mister, para promover o desenvolvimento desta bela parte do Império (*Revista do IHGSP*, n. II, 1861, p.2. Grifos meus).

De acordo com as palavras acima transcritas, o Rio Grande incorporava um papel de vítima perante um governo imperial por demais centralizador e que não lhe conferia autonomia administrativa e, por conseguinte, não lhe possibilitava ter um número significativo de representantes na Câmara dos Deputados, impedindo, assim, que os habitantes da Província pudessem defender seus interesses econômicos junto à Corte. Dessa forma, a criação de uma instituição como o IHGSP cumpriria a missão de expor à nação a versão dos fatos sob a óptica dos rio-grandenses, que afirmavam sempre ter estado ao lado do Império nas guerras pela defesa da soberania nacional. Para os liberais progressistas, fora, inclusive, esse permanente estado de beligerância que prejudicou o desenvolvimento do Rio Grande e, portanto, se fazia necessário registrá-lo na história que se edificava sobre o país.

Porém, à frente do plano de escrita desse “livro de registros” da história se encontrava, como se sabe, o IHGB. A composição de um arquivo documental da história nacional estava a seu encargo desde 1838 como parte do projeto imperial de

²³ Segundo Lazzari, “o sentimento de que a província nunca desfrutou o devido reconhecimento político no centro da nação podia ser devidamente justificado pela autoridade dos documentos históricos. Por meio deles, o Dr. Ubatuba não oferecia nenhuma erudita narrativa historiográfica, mas transmitia com clareza sua mensagem. Muito mais do que o reconhecimento do brilhantismo intelectual estaria em jogo para os sócios a participação em um ato político representando tanto a fidelidade aos fundamentos do estado monárquico como o verdadeiro e não reconhecido papel da província na construção e defesa da nação”. LAZZARI, Alexandre. *Entre a grande e a pequena pátria: letrados, identidade gaúcha e nacionalidade (1860-1910)*. Campinas: UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2004, pp. 60-61. (Doutorado em História).

construção da unidade Brasil. Ter que lidar com a criação de uma filial local idealizada por letrados cujo pensamento estava inseparavelmente ligado às questões políticas de uma província sempre queixosa e que agora desejava selecionar documentos para contar sua própria versão da história talvez fosse problemático para o IHGB. Até porque parece de extrema relevância destacar que o periódico nacional, desde os primórdios de sua atuação, sempre deu atenção especial à história rio-grandense, de forma que abrir mão, ou no mínimo, dividir esse papel de divulgador da história sulina com um estabelecimento análogo, poderia parecer ameaçador para uma instituição possuidora de propósitos centralizadores tão claros quanto o IHGB.²⁴ Assim, caberia perguntar: teria existido um desconforto no IHGB com a criação do IHGPSP? Na década de 1860, quando o país já estava pacificado e livre de conflitos regionais havia mais de uma década, a prudência recomendaria, mesmo implicitamente, que se evitasse o cultivo, pelas províncias, de suas identidades locais por ainda se temer possíveis rumores de secessão interna? E em relação à história que era elaborada ou selecionada na Corte sobre o Rio Grande do Sul: era ela muito diversa daquela que começou a ser organizada e publicada no IHGPSP? Dito de outra forma, cabe indagar se os interesses políticos sulinos se chocavam, na década de 1860, com aqueles do governo central a ponto desse fato implicar na questão da escrita da história sobre a província que era delineada nas páginas do periódico nacional e, por conseguinte, da filial local rio-grandense.

Na tentativa de responder a essas questões é que se pensou na elaboração desse trabalho. Através de um exame preliminar, ilustrado pela tabela seguinte, pude observar ter sido o Rio Grande do Sul a segunda província do Império mais presente, em número de artigos a seu respeito publicados, nas páginas da *Revista do IHGB*, ficando atrás, nesse quesito, apenas do Rio de Janeiro, sede do governo central e local para onde deveriam convergir todas as informações sobre as províncias que compunham o Império do Brasil.

²⁴ Segundo Piccolo, “a Guerra dos Farrapos ficaria no imaginário da elite dirigente brasileira como uma possibilidade sempre presente de um novo levante no Rio Grande do Sul”. PICCOLO, Helga. *Vida política no século XIX*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1998, p. 50.

Províncias que apresentam mais referências nos 52 tomos publicados da Revista do IHGB entre 1839 e 1889 ²⁵	
<i>Nome da Província</i>	Número de referências
1. Rio de Janeiro	68
2. Rio Grande do Sul	51
3. Mato Grosso	50
4. Bahia	39
5. São Paulo	34
6. Minas Gerais	32
7. Pará	30
8. Maranhão	26
9. Amazonas	24
10. Pernambuco	24
11. Espírito Santo	19
12. Goiás	17
13. Paraná	15
14. Ceará	14
15. Alagoas	10
16. Paraíba	8
17. Piauí	6
18. Santa Catarina	5
19. Rio Grande do Norte	3
20. Sergipe	2

Esse dado parece significativo e aponta para duas questões a serem aqui investigadas: em primeiro lugar, sugere ter sido necessário ao Império incorporar e manter sob controle a estratégica região do Rio Grande do Sul, marcando, através da

²⁵ O termo genérico “referências” foi aqui utilizado para indicar diversos tipos de materiais concernentes a cada província do Império contidos na *Revista do IHGB*. Para a elaboração do quadro, utilizei a coleção de periódicos do IHGB do referido período (1839-1889), onde busquei, através de uma pesquisa das matérias apresentadas nos índices de cada volume, montar um quadro de assuntos relativos a cada província. Para tal, fiz uso dos critérios para classificação dos textos publicados no periódico que são oferecidos por Lucia Guimarães em sua tese, bem como de um documento publicado na própria *Revista do IHGB*, em 1888, e que visava à catalogação de todos os artigos presentes na publicação relativos tanto às províncias quanto ao Brasil em geral. Esse índice, embora apresente algumas falhas e imprecisões, foi importante no sentido de permitir-me ter um parâmetro de comparação para que pudesse construir a presente tabela. Sobre o assunto, ver GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. op. cit., pp. 509-511; SOUZA, Augusto Fausto de. “Índice dos artigos contidos nos 50 Tomos da Revista Trimestral do Instituto Histórico”. *Revista do IHGB*, Tomo LI, 1888, pp. 379-404. Ver, ainda, AZEVEDO, Moreira de. “Índice Geral Alfabético das Memórias, Documentos e Biografias publicados nos volumes 1 a 44 da Revista do Instituto Histórico”. *Revista do IHGB*, Tomo XLV, 1882, pp. 237-326; PILLAR, Thanira Chayb de. *Níveis tintas: índice classificado de assuntos e índice remissivo de colaboradores da revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: 1839-1864*. Porto Alegre: PUCRS, Instituto de Letras e Artes, 1996. (Mestrado em Letras).

autoridade da história, seu pertencimento à nação, de forma a evitar que sentimentos separatistas pudessem eclodir na província, territorialmente tão próxima à temível região do Prata, até porque, em um passado não muito distante, o Rio Grande efetivamente colocou em risco a unidade nacional.²⁶ Tal ponto nos leva, então, a um segundo tema que merece ser investigado pela história da historiografia rio-grandense e que diz respeito ao vasto material sobre o Rio Grande do Sul que teve publicidade na *Revista do IHGB*. A presença dessa grande massa documental faz com que se considere o IHGB como um espaço por excelência da escrita da história do Rio Grande do Sul no século XIX. Tanto a documentação contida no periódico nacional quanto o material publicado pela instituição regional, que, por um período considerável da década de 1860, se converteu em um lugar institucional de escrita da história dentro da própria província, retirando, assim, uma primazia antes exclusivamente exercida pelo IHGB, serão objeto de exame nesse estudo e apontam para nosso problema central: buscar compreender de que maneira e sob quais aspectos, através da análise das narrativas sobre o Rio Grande do Sul presentes na *Revista do IHGB* e, posteriormente, na *Revista do IHGPSP* durante o século XIX, se pode falar na constituição de uma escrita da história propriamente rio-grandense.

Tendo por mote tal problemática, a tese tem por objetivo esboçar, ainda, a conjuntura histórico-social onde se desenvolve a problemática acima referida, sempre procurando dar atenção aos motivos que levaram dois lugares institucionais de diferentes esferas espaciais, mas com semelhante princípio epistemológico orientador – a *historia magistra vitae* – a se debruçar tão cuidadosamente sobre o mesmo objeto: a constituição da escrita da história rio-grandense.

Foi assim que, permeada pelo regime de historicidade da *historia magistra vitae*, a ideia de Brasil acabou se constituindo no cenário nacional do século XIX como a de uma nação que representava os interesses da elite dominante e que acabou por construir o imaginário identitário brasileiro.²⁷ Da mesma forma, a ideia de região começou a

²⁶ Cesar Guazzelli afirma que o continente de São Pedro pertenceu, simultaneamente, ao espaço brasileiro e ao platino. O período de cisma decorrente da Guerra Civil Farroupilha é, nesse sentido, privilegiado para uma abordagem dessa questão. GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. “A província de São Pedro e o Paraguai na conjuntura da formação dos estados nacionais”. In: *Encontro de História Brasil-Paraguai*. Salvador: Instituto Histórico e Geográfico da Bahia; Academia Paraguaya de la Historia, 2001, pp. 155-189.

²⁷ A ideia ou noção de regime de historicidade foi formulada por François Hartog em uma tentativa de explicar qual a forma de história própria à nação francesa. Somou-se a isso sua aproximação com os conceitos de “espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”, elaborados por Koselleck com vistas a estabelecer uma semântica dos tempos históricos. Assim, Hartog articula os conceitos de Koselleck a sua

tomar forma nesse mesmo período através do trabalho de representação social desenvolvido dentro das províncias do país.²⁸ No Rio Grande, se podem vislumbrar manifestações dessa forma de enxergar a região esboçadas nas páginas da *Revista do IHGPSP*. A construção mental que deu significado ao homem sulino como um herói defensor das fronteiras e o investimento da história em promovê-lo como um modelo de grande homem são percebidos nas alocações dos letrados e políticos da época, através da preocupação que nutriam com o discurso histórico. E isso é exemplar nas instituições aqui trabalhadas, cujas noções de escrita da história resultam de uma operação historiográfica tal qual aquela proposta por Michel de Certeau e que combinaria, limitadamente, um lugar social, procedimentos de análise e a construção de um texto (CERTEAU, 2002, p. 66). A história pensada como integrante dessa operação é parte de uma realidade social e “essa realidade pode ser apropriada ‘enquanto atividade humana’, ‘enquanto prática’”, não tendo o historiador como escapar de sua realidade social (Idem, *ibidem*). Da mesma forma, estará ele ligado ao lugar institucional para o qual escreve e que aqui é representado pelos Institutos Históricos, ambos atrelados ao poder político em domínios tanto nacional quanto local e que obedeciam, cada qual a seu modo, às regras políticas vigentes no Império.

A constatação de que a Província de São Pedro foi uma das províncias que mais recebeu atenção nas páginas da publicação nacional depois do Rio de Janeiro, ainda que seguida de perto, em número de artigos divulgados, pela Província do Mato Grosso, outra região fronteiriça estratégica do país, na divisa com o Paraguai, implicou

primeira formulação de regime de historicidade, estabelecendo um diálogo entre história e antropologia, mediado pela noção de tempo. Para Hartog, “um regime de historicidade não foi jamais uma entidade metafísica, descida do céu e de acesso universal. Ele não é outra coisa senão a expressão de uma ordem dominante de tempo. Tecido por diferentes regimes de temporalidade, ele é, para finalizar, uma maneira de traduzir e de ordenar as experiências do tempo – as maneiras de articular o presente, o passado e o futuro – e de lhes dar sentido”. HARTOG, François. *Régimes d'historicité, présentisme et expérience du temps*. Paris: Éditions du Seuil, 2003, p. 118.

²⁸ A perspectiva de nação e região como comunidades simbólicas de sentido que operam no âmbito do imaginário e que, portanto, correspondem a um sistema de representações sociais historicamente construídas e expressas por discursos, imagens e práticas é trabalhada por Pesavento. A autora demonstra que uma oposição entre a construção da nação e da região não é justificável na medida em que, durante o século XIX, as províncias também estavam imbuídas em construir suas identidades regionais, de modo que toda tensão e conflito que possam ter existido entre a parte regional e o todo nacional são a razão mesma dessa relação de alteridade. PESAVENTO, Sandra. “Nação e região: diálogos do ‘mesmo’ e do ‘outro’ (Brasil e Rio Grande do Sul, século XIX)”. In: PESAVENTO, Sandra (org.). *História Cultural: experiências de pesquisa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003, pp. 209-244. Sobre a questão da formação e consolidação de uma identidade regional sul-rio-grandense tendo um papel decisivo e, ao mesmo tempo, agindo como um empecilho à total conformação de uma identidade nacional no Rio Grande do Sul, ver FIGUEIREDO, Joana Bosak de. *O Rio Grande de São Pedro entre o Império do Brasil e o Prata: a Identidade Regional e o Estado Nacional (1851-1865)*. Porto Alegre: UFRGS, 2000. (Mestrado em História).

considerar que, durante o século XIX, o tema do estabelecimento dos limites territoriais, bem como do controle das regiões de fronteira visando à manutenção da unidade nacional foram preocupações presentes por todo o período. Tanto o tipo de documentação quanto a regularidade com que matérias sobre as duas províncias estão colocadas na *Revista do IHGB* contribuem para reforçar tais impressões.²⁹ De igual maneira, o pioneirismo do Rio Grande em edificar uma filial local do IHGB que tomou para si a tarefa de construir uma representação escrita local para a história rio-grandense deve ser considerado como um fator relevante. Por isso, trabalho com a hipótese central de que a constituição de uma escrita da história sul-rio-grandense nas páginas da *Revista do IHGB* objetivava exercer um controle sobre a província, mantendo-a sob o domínio do Império, ao passo que, para o IHGPSP, ter sob seu comando a escrita da história do Rio Grande era uma possibilidade de reafirmar sua identidade local e sua autonomia regional dentro do Estado-nação, impedindo que determinados fatos fossem, propositalmente ou não, esquecidos ao se narrar sua história.³⁰

Outro pressuposto que norteou esse trabalho e que merece ser referido diz respeito às possibilidades acenadas pela documentação, sobretudo no caso do IHGB: através do estudo detalhado tanto da documentação sobre a província contida no periódico, quanto pela leitura das atas de sessões e através de relatórios e discursos, parece ser possível verificar que uma mudança na concepção metodológica da história se dá após o desaparecimento da geração fundadora.³¹ O mesmo, todavia, não se

²⁹ Desde os primeiros números da *Revista* há publicações sobre o território que abrangia a região sul-rio-grandense. Embora não tenha sido computado na tabela referente às matérias sobre a província exposta anteriormente, destaco aqui um trabalho contido no segundo tomo. Trata-se de um parecer da comissão de geografia do IHGB criticando a obra do francês Nicolau Dreys sobre a província. Trata-se do “Juízo sobre a obra *Notícia Descritiva da Província do Rio Grande do Sul*, de Nicolau Dreys”. Segundo a comissão, a obra, de estilo empolado, tem um valor menor e inúmeras falhas se comparada àquela do prestigiado sócio Visconde de São Leopoldo, *Anais da Província de São Pedro*. Mesmo assim, concluem que ela deve ser guardada na biblioteca do Instituto por “dar uma ideia” do que seria a província. *Revista do IHGB*, Tomo II, 1840, pp. 99-100.

³⁰ No intuito de mostrar seu valor patriótico e, ao mesmo tempo, marcar espaço para a reivindicação de uma maior autonomia, o IHGPSP faria usos políticos da história. Querendo sublinhar a participação do povo do Rio Grande no processo de Independência e seu posicionamento favorável ao governo de D. Pedro I, de maneira a evidenciar, através da autoridade documental, que o Rio Grande sempre esteve ao lado do Império, a *Revista do IHGPSP* de 1860 fez ampla divulgação do episódio do Fico, ocorrido em 09 de janeiro de 1822. De igual maneira, o periódico saudou vivamente a conduta tomada por D. Pedro II em 1863, ano em que romperia relações diplomáticas com a Inglaterra em um dos episódios ocorridos em torno da Questão Christie (1861-1865), pela reafirmação da soberania nacional. *Revista do IHGPSP*, ano I, 1860. op. cit., pp. 225-227; *Revista do IHGPSP*, ano III, n. II, 1863. op. cit., p. 267.

³¹ Nos tomos iniciais, o IHGB publicava documentos, inventários e ofícios não contemporâneos relativos à Província com muito mais frequência, cedendo pouco espaço a memórias históricas escritas por associados ou não sócios contemporâneos. Isso começou a sofrer alterações em meados de 1850. Porém, persistiu certa postura que evitasse tocar em assuntos que envolvessem o tempo presente. Um exemplo se dá quando, em 1853, Joaquim Manoel de Macedo resume um trabalho de Sebastião Ferreira Soares sobre

verifica na documentação oferecida pelo periódico local, no qual a publicação de mapas e documentos sobre o estabelecimento de limites territoriais e instalação de vilas e cidades é muito mais corrente que a presença de uma documentação de cunho narrativístico.³²

Ainda, foi possível observar a exposição, nas páginas dos periódicos, de um Rio Grande belicoso, mas guardião das fronteiras territoriais, o que se explica, em parte, pela forma de constituição territorial. O território do Rio Grande do Sul sempre foi marcado ora por conflitos, ora por relações de cumplicidade para com o Império do Brasil. Pela conjuntura política vigente quando os dois Institutos emergem, interessava trabalhar o sentimento de pertencimento da Província ao todo nacional. Foi assim que a guerra civil que separou o Rio Grande da nação – e que ainda se desdobrava quando da fundação do IHGB - não seria objeto de maiores atenções na *Revista do IHGPSP*, talvez para não levantar suspeitas quanto a seu comprometimento com a monarquia, ou, quem sabe, porque o curto período em que o Instituto rio-grandense esteve em atividade não tenha possibilitado que dela se ocupassem com mais aplicação os letrados daquela casa. No IHGB, ao contrário, o tema da Farroupilha receberia um amplo tratamento, mas não no período de sua ocorrência ou naquele imediatamente posterior a seu término:

a estatística financeira na Província de São Pedro. Dividido em três partes, o trabalho de Soares iniciava no período da guerra civil, dando conta de despesas e receitas públicas e se findava no período posterior ao conflito (1845-1851). Ainda, Soares apontava para investimentos que deveriam ser feitos na Província. O trabalho, bastante elogiado, foi remetido, junto ao nome de seu autor, Soares, à comissão de admissão de sócios, que o aprovou. No ano seguinte, porém, Soares, em outro trabalho, tratando da guerra civil, fora acusado de plágio e, indignado, submeteu um documento do ministro da guerra farrapa Lucas de Oliveira à apreciação da casa, com o intuito de provar sua inocência e demonstrar a autenticidade dos documentos com que trabalhava. O IHGB aceitou as provas documentais de Soares, mas lhes deu como destino o arquivo, bem como arquivaria os comentários por ele feitos sobre a documentação. No relatório de final de ano, o secretário Macedo foi direto: documentos daquela ordem deveriam ser arquivados para “oportunamente” lhes ser feita “a devida menção”. Para Macedo, era necessário recolher os documentos sobre os acontecimentos no Sul (àquela altura, “politicamente esquecidos”, reiterava ele), mas para serem lidos somente no futuro, quando se teria o distanciamento necessário em relação ao episódio, a fim de evitar o calor proveniente de fatos tão recentemente vividos. *Revista do IHGB*, Tomo XVI, 1853, pp. 600-601; *Revista do IHGB* (Suplemento), Tomo XVII, 1854, pp. 18-36.

³² Na *Revista do IHGPSP* havia grande frequência de documentos contemporâneos de caráter oficial, copiados de arquivos (por exemplo, a documentação que comprova a instalação de uma câmara municipal em São Leopoldo, em 1846), mas não havia uma publicação significativa de memórias históricas escritas pelos sócios do IHGPSP. Era, ainda, reservado ao espaço do discurso (pronunciado nas tribunas da agremiação e, posteriormente, reproduzido no periódico) o local onde se podia perceber presente uma reflexão sobre a escrita da história. Diferentemente, no IHGB, foram os próprios sócios que percebem uma mudança na concepção de história da casa. No “Discurso do Presidente Visconde de Sapucaí” de 1867, ele assinalava sobre a transformação sofrida pela concepção de história do IHGB desde sua fundação. Em 1867, observava o Visconde, a história não mais servia somente para coligir, metodizar ou arquivar, como se acreditava em 1839, mas também para combater erros e esclarecer pontos duvidosos, através da publicação de memórias. *Revista do IHGB*, Tomo XXX, 1867, p. 492.

somente quando já fazia 35 anos de sua resolução e 45 anos de seu início.³³ Refletir sobre essas particularidades observadas na constituição da escrita da história rio-grandense é uma das funções a que esse estudo se propõe.

A tese está dividida em quatro capítulos. No primeiro deles, intitulado “Em busca de uma história brasileira”, se procurou compreender como se deu o processo de constituição e desenvolvimento de uma escrita da história no Brasil oitocentista, levando em consideração o momento mesmo de construção da história enquanto disciplina científica ao longo do século XIX. Assim, em um movimento em que se tentou perceber como se tramou a historiografia nacional brasileira no Oitocentos, a pesquisa buscou acompanhar esse processo de formação, voltando-se tanto para o âmbito interno, a partir das heranças que a historiografia brasileira oitocentista recebeu das academias bráslicas do Setecentos, quanto em uma perspectiva externa, focalizando as relações que os letrados brasileiros oitocentistas estabeleceram com as academias ilustradas francesas. Dessa maneira, no subitem final do capítulo, chamado “De quando a história se tornou necessidade: uma relação entre as historiografias francesa e brasileira no século XIX”, a intenção foi a de acompanhar alguns dos momentos seminais do processo de desenvolvimento de uma escrita da história proveniente de duas revistas literárias francesas surgidas no século XIX, a *Revue des Deux Mondes* e a revista do Institut Historique de Paris (IHP), levando em conta a afinidade que ambas mantiveram com a produção historiográfica brasileira a partir, principalmente, de seu contato com o IHGB. O papel que coube ao Brasil e a divulgação de sua história dentro desses periódicos também serão objeto de atenção, especialmente nos escritos em que a história do Rio Grande do Sul se fez presente.

O primeiro capítulo tem relação necessária e direta como o capítulo segundo, chamado “A César o que é de César: o IHGPSP e a conveniência de se filiar ao IHGB”,

³³ Somente em 1880 a *Revista do IHGB* trataria da contenda farrapa, através de um amplo estudo: “Guerra Civil no Rio Grande do Sul, pelo Conselheiro Tristão de Alencar Araripe”, publicado em quatro tomos e com mais de 1039 páginas. Antes desse trabalho, a Revolução Farroupilha era evitada e, quando se necessitava nela tocar, como na biografia sobre o chefe militar legalista Bento Manoel Ribeiro, se sublinhava a “excepcionalidade” do movimento, do qual participaram “alguns grupos da classe proletária, dessa força brutal operante que irrefletidamente acede a transbordamentos”; “foi nele envolvida uma facção da população da província, estando esta longe de alterar as fórmulas governamentais adotadas; e este movimento foi posto em perpétuo esquecimento pela alta munificência do imperante”. *Revista do IHGB*, Tomo XXXI, 1868, p. 395.

no qual se buscou compreender como se construiu o início de uma representação histórica “regional” para o Rio Grande do Sul, processo concomitante à elaboração de uma história nacional brasileira. Nesse capítulo, se examina mais precisamente o material elaborado acerca da Província de São Pedro nas páginas do periódico surgido no Rio Grande do Sul na década de 1860, com vistas a tentar compreender a experiência historiográfica vivida na Província naquele decênio. Para isso, serão abordados os objetivos e projetos políticos de que fizeram parte os principais nomes envolvidos na tarefa historiográfica de constituição de uma história para a Província de São Pedro.

No terceiro capítulo, “Lembrança do que se deve procurar nas províncias: o papel do IHGB na construção da história do Rio Grande do Sul no século XIX”, a investigação aspirou acompanhar como, ao longo do século XIX, o IHGB se consolidou como o principal veículo divulgador da história rio-grandense. Para isso, serão detalhados alguns dos documentos mais importantes que compuseram a grande massa documental reunida na *Revista do IHGB* a respeito do Brasil meridional. E justamente por se tratar de uma ampla e extensa documentação, esse exame tomou conta dos dois últimos capítulos da tese. Tanto por uma questão de clareza expositiva quanto por uma busca que visou à conciliação entre a publicação dos artigos e os acontecimentos de ordem político-social vivenciados no país, os capítulos tentaram preservar, quando isso foi possível, a ordem cronológica em que os artigos sobre o Rio Grande do Sul aparecem na publicação nacional.

No capítulo final, “Derrubando enraizadas recomendações: de quando a história rio-grandense se tornou mais visível na *Revista do IHGB*”, o foco se voltou, principalmente, para a produção escrita de dois historiadores de suma importância dentro do IHGB e que escreveram trabalhos a respeito do Rio Grande do Sul: o Barão Francisco Ignácio Marcondes Homem de Mello e o comendador Tristão de Alencar Araripe. Figuras exponenciais na política do Segundo Reinado, ambos tiveram intensa relação com a Província de São Pedro, dela ocupando-se e produzindo dois dos textos que, talvez, tenham melhor fornecido visibilidade ao Rio Grande nos anos finais do governo de D. Pedro II. Ainda, no final do capítulo, a pesquisa procurou discutir mais de perto dois outros textos que compuseram a considerável massa documental que a *Revista do IHGB* constituiu sobre o Rio Grande do Sul no período imperial e que fez dela o mais importante depósito de material sobre a província durante o século XIX: “História da Campanha do Sul de 1827 – Batalha de Ituzaingó”, divulgado em 1886 e “A Redenção de Uruguaiana, por Augusto Fausto de Souza”, publicado em 1887.

Através de uma análise dessas memórias históricas, se pôde perceber o quanto as lutas travadas no sul do país afetaram a constituição da história não somente dos rio-grandenses, mas fizeram parte das experiências cotidianas e da formação política, administrativa e militar de inúmeros literatos e políticos imperiais, profundamente envolvidos com as questões que giravam em torno da defesa das fronteiras brasileiras e das relações do Brasil com os países do Prata, bem como das maneiras através das quais colaboraram na gerência das províncias do Império.

Capítulo 1. Em busca de uma história brasileira

“No entanto, quando se estudam as razões secretas das sucessivas guerras e revoluções que há muito tem dificultado o progresso do Império do Brasil, se percebe que as grandes causas da desordem que agitavam antes de 1848, não cessaram de existir. Uma dessas causas, toda ela política, é o antagonismo dos interesses provinciais. Com efeito, se compreende que o entendimento cordial entre as diversas populações seja difícil nesse imenso Brasil (...). Uma ordem emanada do governo demora quase um ano para chegar às fronteiras. Assim, toda centralização administrativa torna-se facilmente uma insuportável tirania nas extremidades do território brasileiro e, naturalmente, as províncias afastadas da capital procuram dela fugir, adotando o sistema da federação. Isso é o que tentaram inutilmente realizar os revolucionários do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais. Isso é o que ainda deseja a agitada cidade de Pernambuco, vigiada com tanta ansiedade pelo governo. Para evitar o retorno de convulsões semelhantes àquelas que outras vezes perturbaram o Império, o poder central teve o cuidado de não interferir muito na administração particular das províncias e municípios, mas se pode duvidar que essa prudente política seja o suficiente para resolver por si só em uma paz geral o antagonismo dos Brasileiros de leste a oeste, de norte e sul, e nos indagamos se a reconciliação das diversas províncias não se deve mais à sua solidariedade na presença de um mesmo perigo que as ameaça que a todas as precauções do governo. A escravidão, essa ferida que corrói mais ou menos todas as parcelas da sociedade brasileira, cria uma comunidade de interesses e forças para negligenciar a política local a fim de se guardar contra o perigo que as ameaça todas juntas. Anteriormente, durante as insurreições servis do Pará, de Pernambuco, da Bahia, os negros e os índios sublevados pediam em grandes gritos a morte dos brancos e mesmo nas Revoluções de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul, que tiveram um caráter especialmente mais político, a luta armada ameaçava se degenerar em uma verdadeira guerra de raças. Esses são atos cujo considerável significado não poderia escapar à aristocracia brasileira, e que fizeram sacrificar sob o altar da ordem pública todas as dissensões, de província a província. Os proprietários do solo se reconciliaram por medo dos negros e mestiços, dos escravos e dos libertos, dos proletários de todos os matizes e de toda origem. Esta é, então, a guerra silenciosa que age impiedosamente entre as raças às quais devemos, sem medo de emitir um paradoxo, atribuir essa paz, tão profunda em aparência, que distingue o Brasil entre todos os países da América do Sul”. Élisée Réclus.³⁴

Este capítulo trata do processo de constituição de uma escrita da história da nação brasileira a partir da formação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em

³⁴ RECLUS, Élisée. "Le Brésil et la colonisation – II. Les provinces du littoral, les noirs et les colonies allemands". In: *Revue des Deux Mondes*, Tomo 4, 1862, pp. 383-384.

1838. Visando à compreensão de como foi possível, no Brasil da primeira metade do século XIX, a emergência de uma instituição nos moldes do IHGB, se fez necessário um recuo temporal ao Brasil do século XVIII, no momento em que foram criadas, na cidade de Salvador, Bahia, duas academias letradas que, dentro da América Portuguesa, também estiveram preocupadas com a elaboração de uma narrativa histórica para o Brasil. Um olhar mais apurado a respeito de tais espaços de sociabilidade permite um melhor entendimento das condições que levaram a posterior formação do IHGB, pois o tipo de estrutura organizacional resultante dessas academias brasílicas está diretamente relacionado com aquele proveniente do Instituto brasileiro, de forma que, no século XIX, se pode considerar o projeto institucional levado a cabo no IHGB como uma espécie de herança das aspirações que moviam os programas acadêmicos do Setecentos.³⁵

Em seguida, examino mais detalhadamente como os letrados envolvidos no bem sucedido empreendimento que foi o IHGB pensavam na composição da escrita da história no Brasil oitocentista. Procura-se, ainda, salientar o papel ocupado pelo IHGB como espaço de representação da história oficial da nação em um âmbito maior: o da constituição da história como uma disciplina científica no século XIX.

Destacam-se os objetivos do IHGB, suas metas e os procedimentos por ele adotados para dar início à composição da história nacional. Neste complexo processo, é necessário refletir sobre o papel que a instituição reservou às províncias dentro do planejamento da história que então se concebia para o país. Em consonância com o forjamento de uma representação histórica para a nação brasileira, o caso da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul e sua tentativa de escrita de uma história provincial aparece como exemplar no que concerne às disputas pelo passado do país e que acabou por gerar o que Ilmar Mattos tão oportunamente pontuou como sendo o momento em

³⁵ Manoel Salgado Guimarães ressalta que a história da França, no século XIX, se transforma em uma poderosa arma política após a Revolução Francesa. A geração de historiadores, pensadores e intelectuais que viveu o período posterior ao evento revolucionário tomou para si a tarefa de refletir sobre o novo tempo e a nova sociedade que emergiram a partir das ruínas do Antigo Regime. Em 1833, o célebre historiador Guizot, então Ministro da Instrução Pública, passou a chefiar uma comissão de membros fundadores de uma nova sociedade cultural, que se voltava para o estudo e se preocupava com a história: a *Société de l'Histoire de France*. Barante e Thiers também seriam membros dessa associação, que tinha a intenção de publicar documentos originais sobre a história francesa. O surgimento do IHGB, no Brasil, seguirá preceitos semelhantes, embora a associação francesa tivesse um objetivo mais específico de difundir a história da nação para um público mais amplo. Os historiadores franceses oitocentistas, embora herdeiros intelectuais das academias do Setecentos, viviam já em um novo momento e tinham novos propósitos: queriam colaborar para a construção política e simbólica da nação francesa, em uma verdadeira pedagogia nacional. GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. "Uma história à margem: Fustel de Coulanges e a escrita da história francesa no século XIX". In: HARTOG, François. *O século XIX e a história: o caso Fustel de Coulanges*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003, pp. 9-15.

que o Império do Brasil acabou por tomar o lugar da região (MATTOS, 2004, p. 98).³⁶

Na parte final do capítulo, a pesquisa se debruça sobre a relação estabelecida entre o mundo letrado brasileiro, via IHGB, e o circuito letrado francês, com especial atenção aos escritos sobre o Brasil publicados em dois periódicos de grande importância na França oitocentista: a *Revue des Deux Mondes* e o periódico *L'Investigateur*, publicado pelo Institut Historique de Paris. Nessas revistas, se buscava saciar a curiosidade francesa acerca do *exotique* país, procurando entender o funcionamento administrativo, político e econômico do “gigante” Brasil. Assim, também é intenção do presente capítulo mostrar como os letrados brasileiros reagiram aos textos, muitos deles extremamente críticos, produzidos pelos colaboradores desses periódicos a respeito da realidade social e política da nação brasileira e da frágil relação que esta estabelecia com suas diversas províncias.

1.1. Antes do IHGB

No Brasil do século XVIII, a maioria dos textos de história caracterizava-se como sendo parte de tentativas de composição de obras históricas que falassem de aspectos particulares do país (IGLÉSIAS, 2000, p. 32). Em geral, esses estudos não pretendiam tratar do Brasil em uma perspectiva mais ampla porque, naqueles tempos, não havia uma clara consciência do território brasileiro como unificado. Antes, falava-se em “áreas” brasileiras, de forma a se conhecerem partes do território e se desconhecem outras. Muitos dos textos produzidos não passavam, então, de genealogias ou textos de descrição de entradas de bandeirantes e descobertas de novos caminhos para o interior do país (vários desses textos tratavam, por exemplo, das capitânicas de São Vicente ou São Paulo, nos quais os assuntos predominantes eram as entradas em busca de índios e de metais e pedras preciosas). Havia, em linhas gerais, a

³⁶ Seguindo a linha de trabalho defendida por Miriam Dolnikoff, que se debruçou sobre a dimensão provincial e a viu como extremamente forte dentro da dinâmica política do Império, Maria de Fátima Gouvêa estudou a política da Província do Rio de Janeiro, privilegiada que era por sua proximidade com a monarquia. Segundo a autora, perceber o papel central que as províncias tiveram na formação da monarquia constitucional brasileira é um fator que deve ser levado em conta, para além de estudos que se restringem a trabalhar com a centralização imposta pelo governo monárquico como um dado incontestavelmente superior nas decisões políticas tomadas pela Corte. Para ela, instituições como as assembleias provinciais serviriam como um espaço privilegiado em que se pode observar os diversificados interesses provinciais e seu peso no cenário político. Embora este estudo não diga respeito ou trabalhe especificamente com as assembleias legislativas provinciais, acredito ser importante considerar os grupos políticos provinciais como atores importantes no jogo político monárquico ao longo do século XIX. GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. *O império das províncias: Rio de Janeiro, 1822-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, pp. 9-11.

prevalência de uma “visão bandeirante” em choque com uma “visão jesuítica” do território brasileiro.

Nesse mesmo Setecentos, o Brasil conheceu suas primeiras agremiações de homens de letras.³⁷ De erudição livresca e caracterizada pela arte retórica, a primeira delas foi a Academia dos Esquecidos, fundada em Salvador, Bahia, no ano de 1724. Dentro desse espaço de atuação letrada iniciou-se, ainda que muito timidamente em comparação à significativa tarefa de constituição de uma memória nacional que o país viveria no século seguinte, um trabalho de seleção do passado através da elaboração de discursos históricos acerca da América Portuguesa.³⁸ Porém, ao contrário do que ocorreria no período pós-Independência, a finalidade da seleção e acionamento de um passado para o Brasil setecentista era, basicamente, a de legitimar as conquistas do Império Português. Segundo Marcelo Scarparo (2010, p. 11),

A formação da Academia Brasílica dos Esquecidos, em fevereiro de 1724, se fez por iniciativa do Estado e contou com a participação de membros das elites coloniais tradicionais. A cidade de Salvador era ideal para tal empreendimento. A forte presença da elite (letrada ou não) e a condição de cidade-pivô dentro do sistema imperial faziam dessa localidade um ponto estratégico para a criação de instituições que permitissem ampliar os contatos entre as iniciativas do Estado e os fazeres e saberes dos habitantes mais destacados da América. A data em que surge tal academia pode ser vista como o momento fundamental das relações acadêmicas entre Portugal e a América Portuguesa no Setecentos. Esse é, antes de tudo, um momento de

³⁷ De acordo com Catroga, o “homem de letras”, muito mais que o político ou o militar, era quem, na Europa romântica, possuía uma maior capacidade de gerar consenso, tornando-se a “voz essencial” do que ele chamou de “alma das nações”. De acordo com o autor, a ênfase no “homem de letras” não era uma novidade portuguesa, tendo surgido pela consolidação de um ideal aristocrático baseado no mérito individual e não nas virtudes guerreiras ou de sangue. Essa perspectiva ganhou corpo e expressão nas academias letradas seiscentistas e setecentistas e alcançou maior visibilidade no período romântico, “conjuntura em que o filósofo tendeu a dar lugar ao poeta como o melhor mediador da verdade da história”. CATROGA, Fernando. *Nação, Mito e Rito. Religião Civil e Comemoracionismo*. Fortaleza: NUDOC/Museu do Ceará, 2005, pp. 120-122.

³⁸ Conforme Hartog e Revel, todo discurso histórico é suscetível de usos políticos, seja pela ação de poderosas instituições, seja pelo trabalho do historiador, há muito cômico dessa tentação. Para os autores, há diversos tipos de narrativas sobre o passado que podem ser acionadas para fins políticos, como as narrativas de origem, capazes de enraizar os privilégios de um grupo humano sobre um território através, por exemplo, da invocação da autoctonia, ou, ainda, relatos de fundação ou de ruptura, que marcam novos tempos, como os das Revoluções Americana e Francesa. Certos gêneros narrativos são mais utilizáveis que outros, caso dos usos políticos em torno da constituição de uma história nacional. No que concerne à elaboração de uma história brasílica, intrinsecamente ligada ao Império Português, os historiadores responsáveis por sua narração também se utilizaram da história para unir os interesses do Brasil aos interesses da Metrópole. Com a Independência, esse quadro sofreria significativas alterações e o passado que ligava o Brasil ao domínio lusitano passou a ser representado como uma época de injustiça social. HARTOG, François; REVEL, Jacques. “Note de conjuncture historiographique”. In: HARTOG, François; REVEL, Jacques (sous la direction de). *Les usages politiques du passé*. Paris: EHESS, 2001, pp. 13-24.

diversificação e amadurecimento do conhecimento sobre os territórios lusos no Novo Mundo, assim como da reelaboração dos modos de pensar os espaços, lugares e domínios constituídos até então. A fim de cumprir com seus objetivos, os Esquecidos organizaram encontros quinzenais. Realizaram ao todo dezoito sessões acadêmicas, as quais eram compostas por leituras de obras poéticas e por dissertações históricas.

Fundada pelo Vice-Rei Vasco Fernandes César de Menezes, a Academia dos Esquecidos e os letrados que dela faziam parte estavam preocupados com a constituição da chamada “história brasilica”, ou seja, uma história que ligasse a porção ultramarina brasileira à história de Portugal. A criação dessa academia foi impulsionada pela constituição, em Portugal, da Academia Real de História Portuguesa (ARHP), nascida em Lisboa, em 1722. Fazia parte do programa da instituição metropolitana solicitar informações sobre as possessões ultramarinas de Portugal, pois se visava registrar, através da história, os feitos gloriosos dos portugueses, como era o caso da história de suas conquistas na América.³⁹

Na Academia dos Esquecidos, os acadêmicos a ela vinculados procuravam se basear em livros de história já conhecidos na tarefa de escrever a história do Brasil. A história deveria ser dividida em quatro partes: história natural, militar, eclesiástica e política (SILVA, 1994, p. 10). Dessa academia, um dos pontos marcantes foi o aparecimento da obra de Sebastião da Rocha Pita, *História da América Portuguesa*, de 1730. Rocha Pita era um dos mais importantes nomes ligados à casa e sua obra foi, na época, um significativo exemplar de constituição de uma história do Brasil escrita por um brasileiro (PINTO, 2007).⁴⁰

³⁹ Pedro Telles da Silveira mostra como, na ARHP, se discutiu, entre 1731 e 1733, como deveria se dar a feitura de memórias e de como estas deveriam servir, posteriormente, para a escrita da história. A escrita de memórias era, até então, algo novo e pouco conhecido: “Como se percebe, as memórias são forma nova de juntar a crítica e a história - acontecendo concomitantemente o mesmo com as dissertações, uma vez que, mesmo servindo de preâmbulo a uma história, esta, por sua vez, não apresentava, ao menos idealmente, traço algum de crítica realizada para se chegar a ela, seu resultado”. SILVEIRA, Pedro Telles da. “Notas para o estudo das dissertações históricas setecentistas”. In: NICOLAZZI, Fernando; MOLLO, Helena; ARAÚJO, Valdeci (org.). *Caderno de resumos & anais do 4º Seminário Nacional de História da Historiografia: tempo presente & usos do passado*. Ouro Preto: EdUFOP, 2010, p. 6.

⁴⁰ No século seguinte, o historiador Francisco Adolpho de Varnhagen avaliaria a obra de Rocha Pita, por vezes desqualificando-a e, ao mesmo tempo, salientando que a mesma não se constituía em uma obra de história, não passando, segundo sua perspectiva, de mera crônica. Em seu *Florilégio da Poesia Brasileira*, de 1847, Varnhagen já ensaiava suas críticas a Rocha Pita, afirmando que o baiano “em 1730 publicou uma história do Brasil, que se recomendava pela riqueza das descrições, e elevação de estilo, que as vezes são tais, que mais parecem de um poema em prosa”. Apesar de elogiar o estilo do autor, percebe-se que Varnhagen julgava pejorativamente a obra ao qualificá-la como poesia, e não como história, como ela era tratada até então. VARNHAGEN, Francisco Adolpho de. “Florilégio da Poesia Brasileira (Prólogo; Ensaio Histórico sobre as Letras no Brasil)”. In: ZILBERMAN, Regina. *O Berço do Cãnone. Textos*

Ao contrário dos Esquecidos, os fundadores da Academia dos Renascidos, surgida na mesma Salvador, em 1759, tinham outra visão de como deveria se proceder para compor a escrita da história do Brasil, já que pensavam em utilizar manuscritos cedidos por tribunais, secretarias, arquivos e cartórios como “provas” para escrever a história do país. Dessa academia, resultou a publicação de duas obras importantes: *Memórias para a História da Capitania de São Vicente, hoje chamada São Paulo*, do Frei Gaspar da Madre de Deus, e *História Militar do Brasil, desde o ano de 1549, em que teve princípio a fundação da cidade de São Salvador, Bahia de Todos os Santos, até o ano de 1762*, de José Mirales, escrita em 1777.⁴¹

De acordo com Iris Kantor (2004, p. 193), havia, na América Portuguesa, uma importante distinção entre história e memória e que é bastante diversa daquela que aparecerá, anos mais tarde, no universo letrado do Brasil do século XIX. Segundo ela, dentro da historiografia acadêmica setecentista, primeiramente deveriam se preparar as “memórias históricas”, escritas em língua portuguesa. Essas eram histórias particulares que diziam respeito a cada porção territorial que compunha a grande região brasileira. A história propriamente dita teria outro caráter – universal e escrita em latim – e seria produzida a partir dessas memórias. Somente os letrados mais eloquentes escreveriam a história latina, pois essa história universal estaria pendendo mais para o lado das Belas

fundadores da História da Literatura Brasileira. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1998, pp. 251. Suas críticas a Rocha Pita se tornariam mais contundentes com a publicação do artigo *O Caramuru perante a história*, surgido na *Revista do IHGB*, de 1848. Ali, Varnhagen tece comentários negativos, principalmente, à passagem da obra *História da América Portuguesa* em que o baiano narrava a ida do Caramuru, Diogo Álvares, à França e sua suposta relação com o rei Henrique II e sua esposa, Catarina de Médicis, tomados por Pita como padrinhos de seu casamento. Para Varnhagen, o relato de Pita é fabuloso e repleto de problemas de datação. Em certa passagem do artigo, ele diz: “O resto desse episódio narrado por Pita deixaremos sem análise: os períodos que contam os acenos da terra, que percebeu e a que acudiu prontamente um navio que ia feito de vela, os esforços a nado para a Índia alcançar a dita nau francesa, &c., são fragmentos do colorido próprio dos tipos gongorísticos do século passado, e do faustoso Mecenas (João V) a quem a obra de Pita foi por ele dedicada. Nem mesmo julgamos conveniente negar-lhe crédito à revista que acusa ter feito de antigos manuscritos. Bem haja por isso; mas se queria que lhe déssemos assenso devia pelo menos acusar que casta de escritos eram: de outro modo, temos direito (para não supormos causa pior) a acreditar que fossem eles notas ou borrões de algum autor como Simão de Vasconcellos, cuja boa fé e autoridade passamos a analisar (...) Parece-nos em conclusão, que se deve riscar das páginas verídicas da nossa história os dois parágrafos de Rocha Pita, cuja análise foi dada a concurso. Reputamo-los um belo episódio próprio para o romance e poesia, uma vez que já nele há certa crença; mas todos enlevados pelos feitiços do maravilhoso demos existência formal ao que antes não foram talvez mais do que conjecturas enfeitadas por uma imaginação criadora e por ventura inclinada a dar insensivelmente a seus assuntos um colorido romântico, circunstanciando a narração com o engenho quando a história a seu tempo conhecida os não manifestava”. VARNHAGEN, Francisco Adolpho de. “O Caramuru perante a história”. *Revista do IHGB*, 1848, Tomo X, pp. 146 e 150-151.

⁴¹ O Frei Gaspar da Madre de Deus era um exemplo de religioso paulista ligado a velhos troncos da terra brasileira e que pesquisava largamente genealogias. Sua escrita se insere no final do movimento “entradista”, mas seu estudo não se pretendia geral justamente pelo desconhecimento do país como um todo unificado.

Letras. A seleção de documentos e de aspectos de uma história universal serviria para engrandecer a história da América Portuguesa.

Enquanto para a Academia dos Renascidos a pesquisadora conseguiu perceber claramente essa diferenciação entre a constituição de “memórias” e “histórias”, principalmente a partir do que diziam os próprios estatutos da casa acerca de quais seriam as tarefas dos associados na elaboração desses trabalhos, a separação dos vocábulos “história” e “memória” fora desse espaço institucional parece apresentar sutis diferenças.⁴² Por exemplo, no Vocabulário Português e Latino, do Padre Rafael Bluteau, publicado em Coimbra, entre 1712 e 1728, aparecem as seguintes acepções para o termo “história”:

Deriva-se do grego (...), que quer dizer “eu sei”. (...) Indagação de coisas curiosas e desejo de saber. Mais particularmente, História é a narração de coisas memoráveis que têm acontecido em algum lugar, em certo tempo, e com certas pessoas ou nações (BLUTEAU, 1712-1728, Tomo 4, p. 49).

Para Bluteau, a palavra “história” abrangeria todo o gênero de matérias: história natural, cuja melhor representante seria a história escrita por Plínio, que descreveu o “teatro da natureza”; a história das nações, a qual muitos autores se dedicavam e a chamada “história à la Cícero”, que era, para ele, a história-memória: “Na história, perseveram memórias do passado “ (Idem, p. 40). Citando Cícero, Bluteau afirmava que a história “é a testemunha do tempo, a luz da verdade, a vida, a vida das memórias, a mestra da vida e a mensageira da Antiguidade” (Idem, ibidem). Essa mesma acepção do termo foi utilizada pelos Esquecidos. Já a memória, para o padre, seria a “faculdade da alma, na qual se conservam as espécies das coisas faladas e por meio da qual nos lembramos do que vimos e ouvimos”. A memória é a “tesoureira, e guarda de tudo o que se lê, vê e ouve” (Idem, p. 414).

Se a partir de Bluteau pode-se encontrar significados semelhantes ou derivados para os termos “história” e “memória” em relação àqueles utilizados pelos acadêmicos Esquecidos ou Renascidos, também se pode afirmar que, nesses dois espaços de

⁴² De acordo com Koselleck, quando falamos, hoje, de história, estamos utilizando uma expressão cujo conteúdo e extensão semântica não foram alcançados antes das três últimas décadas do século XVIII. KOSELLECK, Reinhart. “La formación del concepto moderno de historia”. In: *Historia/Historia*. Madrid: Trotta, 2004, p. 27.

representação da história, se deu uma apropriação para os termos, principalmente no caso da palavra “memória” pelos Renascidos. Ali, o vocábulo “memória” se caracterizaria como uma história de menor valor, uma história que poderia ser contada – e lembrada – por um número maior de pessoas, não tão especializadas quanto àquelas que seriam responsáveis pela escrita da história, esta sim, de acordo com as considerações apresentadas por Kantor, classificada como mais importante. Sobre a concepção de memórias no Setecentos, a historiadora afirma que elas eram

Essencialmente compilação documental ou mesmo resumos informativos: constituíam arrolamentos ou “aparatos críticos” em forma de catálogos de autoridades (bispos e governadores), mapas de rendimentos (contratos, dízimos e soldos), tabuadas cronológicas, cartas geográficas, desenhos de vilas e edificações, repertórios genealógicos, legislativos e bibliográficos (Kantor, 2004, p. 193).

No trabalho de constituição e formalização de uma memória brasileira proveniente da Academia dos Esquecidos, o projeto de escrita da história brasileira foi marcado pela definição das regras do debate acadêmico, o que caracterizou o momento de surgimento dessa academia como fundador para os primórdios do que chamo de as primeiras escolhas da historiografia brasileira, ou seja, uma historiografia constituída antes do advento do IHGB. Nas duas primeiras dissertações que compunham o conjunto das “Dissertações altercadas, e resolutas, para melhor averiguação da verdade na história do Brasil”, seu autor, o acadêmico Luis Siqueira da Gama, cumpria sua função de construtor de uma memória para a América Portuguesa, explicando e ditando sobre o que deveriam tratar as “dissertações políticas desentranhadas na história” referentes ao Brasil.⁴³ Para tal, Gama conceituava, primeiramente, os termos “política”, “história”, “dissertação” e “Brasil” e, assim, apresentava um modelo de como tais palavras deveriam ser adotadas no projeto historiográfico proveniente da Academia dos Esquecidos. Com esses dois escritos, se cumpria perfeitamente a finalidade almejada de que servissem como uma espécie de guia para os demais acadêmicos a respeito da melhor forma para trabalhar os termos dentro daquele espaço acadêmico. Estava-se

⁴³ O desembargador Luis Siqueira da Gama era Ouvidor Geral do Cível e, na Academia dos Esquecidos, foi o responsável pela escrita da história política. “Academia Brasileira dos Esquecidos – Notícia de Fundação”. In: CASTELLO, José Aderaldo. *O movimento academicista no Brasil*. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1969, v. 1, Tomo 1, pp. 3-4.

delineando a concepção de história que perduraria até o século XIX e que ligava diretamente a ação política à composição historiográfica. Para Gama, a política forneceria um “decoroso assunto à história” e seria seu melhor exemplar. Em sua definição de política, diz assim:

Uma faculdade civil, com que a pessoa, ou pessoas que presidem na Soberania do Governo, entendem na administração das coisas públicas, ou particulares (...). A política, porém, suposto que é faculdade civil, e tem administração no governo das coisas públicas, ou particulares, contudo não só cuida em que se dê o seu a cada um; não só entende para que não se ofenda a outrem, não só persuade que se viva honestamente: porque além destes preceitos, ensina também muitos outros; como são conservar o domínio dos povos, estender a possessão dos Estados, conciliar os ânimos dos vizinhos, intimidar o rancor dos êmulos, disciplinar a malícia, sustentar a guerra, estabelecer a paz, defender o rumo, felicitar o Império (...), multiplicar os erários, abundar as terras, (...) remediar o presente, aprender o passado, e acautelar o futuro (...).⁴⁴

É digno de nota que, tanto ao falar de “política” quanto de “história”, o autor fez uso do *Vocabulário* do Padre Bluteau, mais confiável fonte de referência conceitual utilizada naquela época pelos letrados luso-brasileiros. Sua definição de história era a seguinte:

É a história uma voz grega, que significa na razão das coisas passadas; e daqui vejo chamar-lhe M. Túlio a melhor testemunha dos tempos, relatora dos séculos, Luz da verdade, vida da memória, e mestra da vida. (Gama, in CASTELLO, 1969, v. 1, Tomo 5, p. 12)

Dentro das academias setecentistas, outro vocábulo que mereceu ser destacado foi justamente o termo “dissertação”. O conceito de “dissertação” era particularmente importante por ter estreita relação com a maneira através da qual os Esquecidos resolveram redigir a história brasílica. Sobre isso, dizia Gama:

⁴⁴ A reprodução integral dos textos dos acadêmicos Esquecidos se encontra compilada na obra *O movimento academicista no Brasil*, de José Aderaldo Castello. GAMA, Luis Siqueira da. “Dissertação Primeira: Da origem, e que coisas sejam Política, História, Dissertação e Brasil”. In: CASTELLO, José Aderaldo. *O movimento academicista no Brasil*. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1969, v. 1, Tomo 5, pp. 10-11.

Dissertação se diz toda aquela *disputa* que se controverte com palavras a fim de exprimir clara e especialmente a sentença melhor, em qualquer questão: deduz a sua etimologia do frequentativo *disserto* *dis sertas* (de quem é nome derivado) e significa disputar ou declarar com palavras (...) (Idem, p. 13).

A disputa por palavras característica da dissertação e própria ao mundo acadêmico setecentista, no qual o objetivo era o de encontrar “a sentença melhor em qualquer questão” (Idem, p. 14), era o que diferenciava a prática retórica ali cultivada de outros modos de disputa, como, por exemplo, as disputas das forças físicas próprias de espetáculos e/ou batalhas.⁴⁵ Justamente, a referência às dissertações produzidas pelos acadêmicos Esquecidos como “altercadas e resolutas”, tem a ver com o próprio sentido desses escritos, já que o verbo *altercar* se define como os atos de discutir com ardor, disputar calorosamente, debater e argumentar. E o adjetivo “resolutas”, igualmente, remete ao próprio ato de produção de consenso, tão necessário para a escrita de uma história institucionalizada.⁴⁶

Na segunda dissertação escrita pelo chanceler Luis Siqueira da Gama, o acadêmico “Ocupado”, como era conhecido entre seus pares da Academia dos Esquecidos, tinha-se uma divisão da história entre universal e particular, distinção que remete bastante à proposição apresentada por Kantor para diferenciar “memória

⁴⁵ Fernando Nicolazzi também faz referência à definição dada por Gama ao termo dissertação e ao seu caráter de disputa, e completa: “O desfecho desta disputa é por todos conhecido. Característica fundamental das dissertações, portanto, é o fato da disputa se desenrolar através de palavras, o que a distingue, por exemplo, dos jogos e batalhas (...). Assim, as dissertações acadêmicas dos Esquecidos, ecoando uma tradição que remonta à própria Academia Real da História Portuguesa, trazem a particularidade, pelo menos para o contexto brasílico, de se constituírem como elementos próprios de uma disputa discursiva em que duas partes ou proposições são colocadas em paralelo para que, do confronto instaurado entre elas, sobressaia o enunciado tido pelo autor da dissertação como o mais adequado ou mesmo como o mais condizente com a verdade histórica dos fatos”. NICOLAZZI, Fernando. “Entre ‘letras e armas’, a história como disputa. Considerações sobre a historiografia luso-brasileira no século XVIII”. In: *Almanack Braziliense*. São Paulo, n. 11, pp. 40-51, maio de 2010.

⁴⁶ Pedro Telles da Silveira vê tênues diferenças entre “memórias” e “dissertações”: “Quanto a seus fins, embora os procedimentos de crítica pareçam os mesmos – isto é, igualmente amplos, englobando desde textos até a argumentação –, parece que o que uma e outra procuram provar é também diferente: as memórias determinam a verdade do acontecido, enquanto as dissertações julgam se uma determinada hipótese é aceitável ou adequada”. Silveira situa, ainda, a origem das dissertações nos divertimentos cortesãos do século XVIII, bem como nas produções retórico-poéticas realizadas nos ambientes de sociabilidade letrada daquela época. No interior da tradição retórica, o autor sublinha que as dissertações históricas vinham com a indicação de terem sido *lidas*, enquanto que as memórias diziam ter sido *escritas*: “A diferença, sutil, revela contudo, que à dissertação era importante um certo elemento de oralidade – uma oralidade regrada, por certo – que, no comércio dos letrados, pertencia à parte do debate, de forma que no caso das dissertações, não apenas o conteúdo, mas também a técnica do debate, assim como a forma da dissertação, seriam elementos através dos quais o interessado poderia acompanhar o debate. Mais do que escrever dissertações, é preciso também saber lê-las – ou ouvi-las”. SILVEIRA, Pedro Telles da. op. cit., p. 9 e 11.

histórica” (de caráter particular) de “história”, esta uma espécie de escrita universalizante:

(...) a universal trata v. e. de todo o mundo, de todo o Estado; a particular escreve de alguma pessoa, de alguma Cidade, de algum Reino determinadamente em indivíduo: subdivide-se a História em Eclesiástica, secular, militar, e natural: subdivide-se mais em história, anais, diários a que os Gregos chamaram Efeméridas; em brevíários, epítomes. (Idem, p. 21)

Nesse segundo texto, o acadêmico procurava apresentar a divisão da história do país em pormenores porque, segundo ele, “não há ciência que não se divida, não há matéria que se explique melhor sem divisão” (Idem, p. 19). Sua necessidade de classificação tem uma razão de ser: a história do Brasil, na Academia dos Esquecidos, estava por ser feita e havia necessidade de parâmetros institucionais a serem seguidos pelo grupo, pois somente em posse deles seria possível escrever a história verdadeira das coisas passadas, finalidade maior de toda a história que se pretendesse universal e rigorosa.⁴⁷

Em relação ao caráter universal que procurou assumir essa história da América Portuguesa produzida dentro das academias brasílicas, assim coloca Iris Kantor:

Propunham-se a escrever a “História Universal da América Portuguesa”, considerando que, pela acumulação progressiva das memórias e histórias particulares de dioceses e províncias, poderiam conformar uma história do continente americano em sua totalidade. A idéia de uma história universal presente no programa de estudos dos Renascidos permitia a confluência de três vertentes historiográficas: a cronística da expansão portuguesa, o providencialismo lusitano e a Ilustração. (KANTOR, 2004, p. 215)

Ainda segundo a autora,

⁴⁷ “Fabricar, porém, a história de um novo mundo por cinco mil novecentos e vinte e três anos não conhecido; descobrir o que a natureza produziu numa região tão dilatada, como a do Brasil há duzentos e vinte e quatro anos descoberta, e não de todo penetrada, ainda parece maior ousadia, ainda parece mais agigantada temeridade”. GAMA, Luis Siqueira da. “Dissertação Décima: de um maravilhoso caso, apótema célebre devidamente ponderado nas histórias do Brasil”. op. cit., p. 142.

A concepção de “História Universal da América Portuguesa”, herdeira da historiografia humanista ultramarina e providencialista (...) não entrava em contradição com a universalidade pretendida pela historiografia das Luzes: a unidade do gênero humano, a diversidade produzida pela cultura e pelo meio ambiente, a mutabilidade das leis positivas, a visão historicizante das instituições políticas, a identificação das leis mecânicas que regem a natureza, as conexões entre os fenômenos particulares e gerais, a especulação sobre a causa e os efeitos, uma visão otimista do desenvolvimento social e humano. (Idem, p. 218)

Os Esquecidos, ao fixarem o cânon factual da história do Brasil, assim como os posteriores Renascidos, que quiseram pensar o território da América Portuguesa como um espaço homogêneo, tiveram como meta e desafio a transformação dessa América Portuguesa em objeto historiográfico. Conforme Scarparo,

A escrita das dissertações históricas, conciliando empenhos narrativos e descritivos, se desenvolve, portanto, em torno da afirmação de um *projeto de Império*. Se a descrição da natureza e dos nativos permite ao leitor vislumbrar qual eram os objetivos portugueses, entendidos enquanto uma missão em nome de Deus, a narração do que sucedeu na Nova Lusitânia confirma Portugal enquanto um Império a serviço da causa católica e da civilização dos bárbaros. A própria fundação da Academia dos Esquecidos – sol nascido no ocidente – expressa essa posição. Se o descobrimento do Brasil pelas armas se fez importante, a continuidade da civilização ainda dependia de um “descobrimento pelas letras” (SCARPARO, 2010, p. 47. Grifos meus).

Esse trabalho de “descoberta pelas letras” teve, em certo sentido, continuidade no século seguinte, tanto dentro da produção da escrita da história brasileira do IHGB, como através da forma organizacional adotada pelos acadêmicos da casa, fortemente influenciada pelos ritos e estruturas observados nas academias europeias dos séculos XVII e XVIII. No IHGB, por certo, a escrita da história de um passado americano para o país pode ser percebida com muito mais visibilidade, já que a agremiação se tornou, efetivamente, um espaço centralizador incontestável em relação à coleta de dados e memórias provinciais para a constituição da escrita da história do Brasil. Nas academias brasílicas setecentistas, esse papel era muito mais diluído, até porque se tratava de uma historiografia que privilegiava ora os interesses da “grande Bahia”, ora os de Portugal, não tendo havido, naqueles espaços e naquele período, a construção efetiva de uma perspectiva de unidade territorial para o Brasil. No século XIX, pelo contrário, a tarefa

de formular uma ideia de nação para um Estado imperial já existente coube ao IHGB porque, ali, a preocupação primordial era a de mostrar o Brasil como um Estado-nação territorialmente unificado e capaz de tecer a narrativa de sua história pátria.⁴⁸

1.2. Das academias setecentistas para o mundo letrado do século XIX: a disputa pelo passado dentro do IHGB

Na França de meados do século XIX, abundavam as publicações de memórias, pois a Revolução Francesa suscitara nos franceses um desejo geral de compreender e de analisar o evento revolucionário, tentando religar a cadeia dos tempos, que fora rompida com o estrondo do movimento e o fim do Antigo Regime. Assim, numerosas memórias começaram a ser publicadas, justamente na tentativa de esclarecer um pouco aquele passado tão próximo, mas, ao mesmo tempo, considerado tão obscuro (LETERRIER, 1997, p. 19).

Em 1802, na obra *O Gênio do Cristianismo*, Chateaubriand também lamentava a incapacidade dos escritores de seu tempo de escrever a história e sua dedicação à redação de memórias (Idem, p. 21). Dizia o autor que os franceses preferiam redigir memórias, porque o cultivo desse gênero lhes permitiria deixarem seus espíritos livres, satisfazendo seu amor próprio e lhes possibilitando se entusiasmar na defesa de uma causa. Porém, Chateaubriand acreditava que a característica de um autor de se colocar na obra, própria da memória, era problemática, pois o escritor apresentaria meras reflexões gerais, mostrando a fraqueza e a vulgaridade de seu conhecimento sobre determinado assunto, enquanto que a narração histórica pediria um relato mais seco e

⁴⁸ João Paulo Pimenta e Valdei Lopes de Araújo fornecem traços da evolução lexical sofrida pelo vocábulo “História” entre os séculos XVIII e XIX brasileiros. Segundo os autores, a história, que em Bluteau é sagrada e erudita e, nas academias ilustradas portuguesas e brasílicas, impregnada “dos *topoi* da tradição retórica ciceroniana”, sofrerá significativas mudanças já em 1789, quando o verbete aparece na primeira edição do Dicionário de Moraes Silva: “O verbete é enxugado do peso da história sagrada e o historiador começa a ser claramente diferenciado do cronista”. Uma nova concepção de história começa a ser esboçada, por exemplo, a partir das revoltas e conspirações que o país passa a enfrentar, como em 1789, em Minas Gerais. A chegada da Família Real ao Brasil, em 1808, de igual maneira teria colaborado, segundo eles, para a observação de um período de inédita aceleração histórica no mundo luso-brasileiro: “Seus atores são unânimes em perceber o caráter memorável do acontecimento, que não apenas acentuaria a ideia de especificidade do continente americano no conjunto do Império Português, como lhe conferiria uma nova dignidade histórica. Tal percepção atribuía ao presente funções de fundação mítica, capaz de orientar o olhar para o futuro em um momento carregado de incertezas. Essa tentativa de sondar o futuro a partir do presente ficou registrada pela presença recorrente de uma famosa máxima de Leibniz – ‘o presente está prenhe de futuro’ – muito utilizada por atores políticos da época. Aos poucos se consolidava a experiência do presente como um momento de transição para um futuro que se procurava prognosticar”. PIMENTA, João Paulo G. De; ARAÚJO, Valdei Lopes de. “História”. In: FERES JÚNIOR, João (org.). *Léxico da história dos conceitos políticos no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009, pp. 119-140 (principalmente, pp. 119-120 e 127-128).

minucioso dos fatos. Nessa mesma linha de raciocínio, Madame de Staël, dois anos antes, igualmente denunciava aquilo que chamava de “a mediocridade dos franceses como historiadores”. O certo é que a profusão da publicação de memórias sobre a Revolução Francesa era uma característica presente na literatura histórica da França pós-1789 e manifestava a necessidade que os letrados franceses partilhavam em procurar compreender o fenômeno revolucionário e em buscar uma maior clareza em relação à Revolução, e isso marcaria a reforma histórica que ocorreria no período da Restauração e que renovaria o campo dos estudos históricos nas primeiras décadas do século XIX (Idem, *ibidem*).

Em relação ao Brasil, foi com a Independência, em 1822, que houve uma rápida radicalização das ideias de “autonomia” e “emancipação” no país (PIMENTA; ARAÚJO, 2009, p. 133) e a elite política, primeiramente circunscrevendo o Imperador D. Pedro I, dedicou-se a criar um novo Estado, agora soberano e separado do mundo português. Porém, a necessidade de construção de uma história nacional para o emancipado Império, foi um processo complexo, cujas etapas iniciais esbarraram em obstáculos a serem superados, como, por exemplo, o de lidar com a inexistência de uma literatura brasileira desgarrada da portuguesa. Nesse sentido, a abdicação de D. Pedro I, em 1831, se constituiu como um momento importante de renovação do campo discursivo a respeito da nação, já que uma nova ordem surgia no horizonte brasileiro, agora desmembrado de qualquer amarra que ainda poderia haver com Portugal. Para Pimenta e Araújo,

A formação do Estado nacional, amparado por renovadas elites escravistas ligadas a interesses econômicos em expansão, definiu os limites para uma atuação intelectual ligada a quadros burocráticos. Paralelamente ao avanço conservador da década de 1830, também os campos discursivos foram se transformando (Idem, *Ibidem*).

Houve, assim, a necessidade de uma nova mobilização do que Hartog e Revel tão apropriadamente chamaram de “recursos cognitivos, argumentativos e simbólicos do passado” (HARTOG; REVEL, 2001, p. 13). O Estado Imperial brasileiro, a fim de legitimar-se no poder, introduziu seu projeto de construção e divulgação de uma história oficial para a nação em construção, aquilo que Temístocles Cezar (2006, p. 29) chama de uma “retórica da nacionalidade”:

Penso que uma das características da cultura historiográfica oitocentista foi a produção de um discurso destinado a convencer, a persuadir os brasileiros de que partilhavam um passado em comum, bem como de um presente com a mesma identidade. Uma *retórica da nacionalidade* parece ser uma expressão cômoda para definir esse discurso, cuja característica é a dispersão de seus elementos constituintes. A história e a geografia, que passavam por profundas e importantes alterações epistemológicas, na maior parte das vezes, tentativas de discipliná-las nos limites do que deveria ser a ciência no século XIX, em companhia da literatura, e um pouco mais tarde da etnografia, buscavam não apenas singularizar essa *retórica da nacionalidade*, ou seja, conter e resistir à dispersão do discurso, mas também procuravam constituir-se como campos de saber que explicassem a existência de uma nação ao longo do tempo formada por “brasileiros”. (Idem, Ibidem).

Em um século em que a história teve um peso enorme, pois se buscava incessantemente refletir sobre ela, o discurso historiográfico adquiriu, paulatinamente, “foros de cientificidade” (GUIMARÃES, 1988, p. 3) e a disciplina histórica que então se organizava, foi se aproximando cada vez mais dos espaços universitários. O Brasil seguiu de perto essa tendência, principalmente no que toca à íntima relação percebida entre a constituição da escrita de sua história e o forjamento da unidade nacional. Porém, um detalhe diferenciador merece ser destacado no que diz respeito ao caso brasileiro: por aqui, o espaço de produção historiográfica não se aproximou, no século XIX, das universidades, como sucedeu no processo europeu de formação e disciplinarização da história. No Brasil, o modelo institucional sob o qual a história foi pensada e escrita permaneceria por muito tempo ligado às academias ilustradas europeias, como afirma Guimarães:

O caso brasileiro não escapará (...) ao modelo europeu – e isso certamente trará consequências cruciais para o trabalho do historiador em nosso país -, ainda que deste lado do Atlântico outro será o espaço de produção historiográfica. Não o espaço sujeito à competição acadêmica própria das universidades europeias, mas o espaço da academia de escolhidos e eleitos a partir de relações sociais, nos moldes das academias ilustradas que conheceram seu auge na Europa nos fins do século XVII e no século XVIII. O lugar privilegiado da produção historiográfica no Brasil permanecerá até um período bastante avançado do século XIX vincado por uma profunda marca elitista, herdeira muito próxima de uma tradição iluminista (Idem, Ibidem).

Portanto, a estrutura sob a qual foi pensado o IHGB seguiu os passos das academias ilustradas dos séculos precedentes e que, no Brasil, foram representadas pelas Academias dos Esquecidos e Renascidos, cujos letrados tomavam como principal missão prestar o importante serviço de esclarecer os brasileiros acerca de novos conhecimentos sobre o país. No mundo letrado oitocentista, a ideia de esclarecimento persistiria como herança do passado academicista recente:

A fisionomia esboçada para a nação brasileira e que a historiografia do IHGB cuidará de reforçar visa a produzir uma homogeneização da visão de Brasil no interior das elites brasileiras. É de novo uma certa postura iluminista – o esclarecimento, em primeiro lugar, daqueles que ocupam o topo da pirâmide social, que por sua vez encarregar-se-ão do esclarecimento do resto da sociedade – que preside o pensar a questão da Nação no espaço brasileiro” (Idem, p. 6).

No século XIX, pensar a nação era, em uma só palavra, *construir* o Brasil: marcar quais seriam suas paisagens naturais, descrever seu povo e seus costumes, tratar da redação de uma literatura genuinamente brasileira e, não menos importante, cultivar uma língua nacional. Tarefa árdua e que, nas décadas de 1830 e 1840, o movimento romântico ajudou a moldar. Foi o francês Ferdinand Denis quem, em 1825, instigaria os primeiros românticos brasileiros a pensarem na necessidade de aventar essa literatura verdadeiramente brasileira, marca de um país agora independente e soberano.⁴⁹ Segundo ele,

O Brasil, que sentiu a necessidade de adotar instituições diferentes daquelas que haviam sido impostas pela Europa, o Brasil já sente a necessidade de ir buscar suas inspirações poéticas em uma fonte que lhe pertença verdadeiramente; e em sua glória nascente, ele nos dará em breve as obras-primas desse primeiro entusiasmo que atesta a juventude de um povo (DENIS, 1825, p. 515).

⁴⁹ Flora Süssekind lembra que Ferdinand Denis foi um “interlocutor poderosíssimo na formação do ideário artístico desses primeiros românticos brasileiros (...). Denis prefigurava, pois, para letrados, historiadores e estudiosos brasileiros, função semelhante à dos membros de comissões científicas e viajantes. Percorrer o país, registrar a paisagem, colher tradições: esta a tarefa não só dos viajantes estrangeiros que visitam e definem um Brasil das primeiras décadas do século passado, este o papel que se atribuem também a escritores e pesquisadores locais à época”. SÜSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 55.

Denis pregava que o Brasil era uma imensa e rica terra, carregada de energia e novas possibilidades, e que não deveria se curvar aos mitos e tradições de uma velha Europa. Ao contrário, afirmava que o Brasil deveria se aproveitar de todo seu brilho e frescor para tecer uma nova literatura:

A América, brilhante de juventude, deve ter pensamentos novos e enérgicos como ela; nossa glória literária nem sempre pode iluminar uma luz que enfraquece atravessando os mares, e que deve desaparecer completamente diante as inspirações primitivas de uma nação cheia de energia. Nessas belas regiões tão favorecidas pela natureza, o pensamento deve crescer na medida em que o espetáculo lhe é oferecido; majestosa, graças às antigas obras-primas, ela deve permanecer independente e procurar seu guia na observação. A América deve, enfim, ser livre em sua poesia como em seu governo (Idem, p. 516).

Sob a poderosa influência de considerações como as elaboradas por *hommes de lettres* do porte de Denis que o Brasil de meados do século XIX viveria as primeiras tentativas de fundação de uma historiografia literária nacional (SÜSSEKIND, 1990, p. 16). Primeiramente, foi através da literatura não-ficcional de viagens e, também, do paisagismo nascente que se construiu a figuração inicial do narrador de ficção na produção literária da primeira metade do século XIX. Nos textos dali provenientes, o narrador funcionava como uma figura próxima àquela do cartógrafo, indivíduo que, pelo emprego de suas habilidades, procurava mapear espacialmente o país. Segundo Sússekind, nesse início da década de 1830, o Brasil se nutria abundantemente das descrições dos viajantes que por aqui passavam. A viagem adquiriu, nesse contexto, um caráter de experiência fundamental no movimento romântico que se delineava e que buscava inspiração no romantismo europeu. Se na Europa, letrados como Goethe, Chateaubriand, Wordsworth, Byron, Shelley, Almeida Garret e Alexandre Herculano foram, também, importantes viajantes, no Brasil, escritores como Gonçalves de Magalhães e Pereira da Silva absorveriam essa característica de seus modelos literários. O autor de *Suspiros Poéticos e Saudades* (1836) utilizou em seu proveito a literatura de viagem, de maneira a fazer desse recurso um instrumento fundamental na nova literatura brasileira em construção. A própria *Revista Niterói*, um dos marcos iniciadores do romantismo brasileiro e da qual Magalhães era um dos fundadores, foi impressa e redigida na França, naquele mesmo ano de 1836. Foi nesse periódico,

inclusive, que apareceu pela primeira vez o célebre *Ensaio sobre a história da literatura brasileira*, no qual Magalhães defendia a importância que convinha a um país desenvolver uma literatura própria:

A literatura de um povo é o desenvolvimento do que ele tem de mais sublime nas ideias, de mais filosófico no pensamento, de mais heroico na moral, e de mais belo na natureza, é o quadro animado de suas virtudes, e de suas paixões, o despertar de sua glória, e o reflexo progressivo de sua inteligência. E quando esse povo, ou essa geração desaparece da superfície da terra com todas as suas instituições, suas crenças e costumes, a Literatura só escapa aos rigores do tempo, para anunciar às gerações futuras qual fora o caráter do povo, do qual é ela o único representante na posteridade (...). Cada povo tem sua Literatura, como cada homem o seu caráter, cada árvore o seu fruto. Mas esta verdade, que para os primitivos povos é incontestável e absoluta, todavia alguma modificação experimenta entre aqueles cuja civilização apenas é um reflexo da civilização de outro povo (*Revista Niterói*, Tomo 1, n. 1, 1836, pp. 132-133).

Assim, Gonçalves de Magalhães e os românticos de sua geração desejaram profundamente legar ao Brasil uma literatura toda sua e que respondesse aos anseios de uma nova leva de escritores imbuídos que estavam na escrita da história nacional.

Lançadas as bases para a constituição de uma literatura que lhe seria própria, o Brasil ascendia mais um degrau rumo à construção de sua identidade nacional:

Transformada em processo, a literatura assumia o papel de totalidade, como dimensão capaz de produzir e preservar a identidade de uma comunidade, por meio da qual a história deixava de ser apenas a sucessão de acontecimentos isolados, tornando-se fator de desenvolvimento dessa identidade (PIMENTA; ARAÚJO, 2009, p. 134).

Uma identidade que se formou, principalmente, através dos relatos de viagem produzidos pela geração romântica de Gonçalves de Magalhães, Gonçalves Dias, Salles Torres Homem e Pereira da Silva, todos eles narradores que explorariam sobremaneira as possibilidades que essa viagem engendrava para a escrita do passado nacional brasileiro. Seus relatos foram tomados como verdade capaz de instruir porque esses viajantes e cronistas foram aqueles que, por terem visto e vivido as experiências

descritas na viagem, carregaram a marca do testemunho confiável e verdadeiro. Assim, se consolidaram como interlocutores obrigatórios da produção literária, historiográfica e periodista brasileira (SÜSSEKIND, 1990, p. 54).⁵⁰

Da mesma forma, foi nessa época que começaram a serem produzidas revistas literárias no país. Funcionaram elas como marcos de afirmação da autonomia literária pretendida para o Brasil, em um momento em que aqui se buscava construir um ideário artístico nacional. Para Sússekind,

(...) É nas folhas e seções de variedades, em meio a charadas, relatos de viagens, estudos científicos, estampas de plantas, animais ou monumentos, pequenas biografias, anedotas e histórias exemplares, que de fato se ensaia, sob forma de crônica, estudo moral, novela histórica, e com telão de fundo em cores locais, uma prosa de ficção brasileira (SÜSSEKIND, 1990, p. 82).

Pouco a pouco, os gabinetes de leitura do Brasil oitocentista, munidos de suas coleções de periódicos e revistas literárias, começaram a espalhar um saber enciclopédico capaz de auxiliar àqueles poucos cidadãos familiarizados com as letras a adquirir cada vez mais conhecimentos históricos, geográficos e científicos sobre o território nacional.

Manoel Salgado Guimarães (2006, p. 71) lembra que a necessidade de estudar o Brasil e fazê-lo conhecido tanto para dentro como para fora de seu território, foi um tema recorrente ao longo de todo o século XIX, em uma “articulação entre conhecimento e exercício do poder, entre demandas fundadas num conhecimento da história e do território e a implantação de um projeto de construção nacional”. Para o autor, esse conhecimento acerca do Brasil oscilava entre duas possibilidades: por um lado se encontrava a tradição vinda das Luzes, e que era desejosa de formular uma explicação racional para as sociedades americanas e seu futuro. Por outro, havia uma

⁵⁰ Sússekind afirma que, embora os viajantes tenham servido de inspiração para os escritores brasileiros, ao ponto de alguns deles também se aventurarem na experiência da viagem, a figura do viajante também apareceria, nessa mesma época, como exemplo do sujeito trapaceiro, espoliador e da figura pouco confiável presente nas comédias de costumes brasileiras. Segundo a autora, Manuel de Araújo Porto Alegre, por exemplo, avisaria ao presidente do IHGB, Manuel Ferreira Lagos, que convinha-se duvidar dos viajantes e narradores franceses, por serem eles, muitas vezes, levianos. Varnhagen, em sua *História Geral do Brasil*, também chegou a se referir a certos cronistas como narradores exagerados. SÜSSEKIND, Flora. op. cit., p. 54.

necessidade de observar as coisas próprias do país, o que, segundo ele, constituiria aquilo que Barante caracterizava como a condição necessária para se pensar a *cor local*:

A tensão entre a necessidade de definição de um sentido geral e de uma finalidade prática para o conhecimento do passado das terras americanas que constituíram parte importante do Império português e as demandas em torno da observação de suas marcas particulares, como sugere Ferdinand Denis, configuram uma forma peculiar de conceber o texto “histórico” na cultura oitocentista no Brasil. Nesse sentido, a questão que se coloca é exatamente a de investigar os sentidos de História que organizam o tratamento do material que deveria constituir o corpus de uma História do Brasil (Idem, pp. 70-71).

O autor aponta que havia, naquilo que ele próprio caracterizou como sendo os “textos de fundação” da história nacional, um deslizamento semântico quanto ao sentido do que era compreendido por História. Naquele momento – e os textos iniciais presentes na *Revista do IHGB* sublinham tal ideia -, se vivia a passagem de uma história de base filosófica e iluminista para um pensar a história como ciência empírica dos fatos passados. O autor exemplifica esse pensamento ao trabalhar com um texto emblemático do período de fundação da historiografia do IHGB e que, aqui, também é objeto de nossa atenção: o “Discurso no ato de instituir-se o IHGB”, oração proferida pelo entusiasta do IHGB e sócio fundador da casa, o Cônego Januário da Cunha Barbosa. Guimarães argumenta que o texto do religioso permite notar que a história, para ele, estava associada à fixação de uma memória, “entendida quer em seus aspectos físicos, quer morais (os fatos memoráveis, os grandes vultos a serem reverenciados) objetivando ‘A ressurreição do passado’ segundo os termos propostos por Barante” (Idem, p. 72).

Na *Revista do IHGB*, a produção de memórias e de memórias históricas era uma prática bastante apreciada.⁵¹ Para os letrados do IHGB, particularmente àqueles das

⁵¹ Lucia Guimarães subdivide os materiais contidos na *Revista do IHGB* em dois tipos: *contemporâneos* e *não contemporâneos*. Os *contemporâneos* seriam os documentos produzidos por membros do IHGB no espaço de tempo que se estendeu desde a criação da instituição, 1838, até 1889, ano final do marco temporal contemplado por sua tese. Em relação aos materiais *contemporâneos* pesquisados pela autora, estes foram por ela classificados em 16 classes. Destes, destaque especial para a quinta classe (**crônicas, memórias e relatos de viagem**, que a autora caracteriza como sendo “narrativas do cotidiano e de experiências de vida”). Ela separa essa classe do grupo **memórias históricas**, que agrupariam matérias que dissessem respeito a “dissertações sobre um tema histórico”. Diferentemente da proposta que teve Lucia Guimarães ao construir sua divisão – e que servia plenamente aos propósitos de sua pesquisa -, meu interesse não se restringe aos documentos produzidos pelos associados do Instituto nacional e nem

primeiras gerações da associação, falar em “fixar a memória dos fatos” não era uma heresia ou um contrassenso em relação à tarefa de elaborar a história, porque a memória não se constituía em “problema”. Portanto, aquilo que Iris Kantor refere acerca da composição de memórias históricas para a América Portuguesa, o IHGB “herda”: os letrados oitocentistas mantêm essa linha de separação “moderna” que os acadêmicos luso-brasílicos levavam em conta entre compor “memórias históricas” e escrever a história.⁵² Algumas memórias publicadas na *Revista do IHGB* denotavam um gênero de escrita quase próximo ao relato de viagem, pois pressupunham, muitas vezes, a exposição de determinado tema ou acontecimento *testemunhado* pelo narrador. Assim, essas memórias juntavam-se às demais fontes documentais necessárias para a elaboração do que Januário da Cunha Barbosa chamava o “monumento” da historiografia nacional.

No IHGB, essa tarefa de pensar na elaboração de uma escrita da história nacional começou imediatamente ao lançamento da revista da associação, em 1839, justamente com o texto do secretário perpétuo da agremiação, o Cônego Januário da Cunha Barbosa, no qual ele faz uso de Cícero para embasar seu entendimento acerca do que seria, afinal, a história e qual sua função:

A história (escreve aquele filósofo romano) é a testemunha dos tempos, a luz da verdade e a escola da vida. – Por esta judiciosa doutrina bem facilmente se conhece quão profícua deve ser nossa associação, encarregada, como em outras nações, de eternizar pela história os fatos memoráveis da pátria, salvando-os da voragem dos tempos e desembaraçando-os das espessas nuvens que não poucas vezes lhes aglomeram a parcialidade, o espírito de partido e até mesmo a ignorância. (*Revista do IHGB*, Tomo 1, 1839, p. 9).

mesmo àqueles divulgados exclusivamente na *Revista do IHGB*. Antes, este estudo procura abarcar toda e qualquer matéria publicada na *Revista do IHGB* e na *Revista do IHGPSP*, seja ela contemporânea ou não, que digam respeito ao Rio Grande do Sul. Porém, a classificação empregada pela autora é esclarecedora e útil como orientadora do tipo de material que compunha a produção historiográfica realizada no Oitocentos e pode ser aplicada aos propósitos de minha pesquisa. GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. “Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)”. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, n. 388, jul. /set., 1995, pp. 509-510.

⁵² Nicolazzi salienta que na Academia Real de História Portuguesa se fazia, no século XVIII, uma clara distinção entre história e memória e essa diferenciação continuaria a ser feita ao longo do século XIX. O autor cita o trabalho de Isabel Ferreira da Mota acerca da Academia portuguesa como singular para o entendimento da questão: “Nas suas palavras, ‘nas memórias, cada uma das partes pode suste-se por si; a história é uma narração perpétua e constante dos feitos’. Iris Kantor discorre igualmente sobre o tema, considerando que as memórias para os autores brasílicos do século XVIII, equivaleriam àquilo que contemporaneamente chamaríamos de ‘instrumentos de pesquisa’”. NICOLAZZI, Fernando. op. cit., p. 50.

O religioso acreditava que escrever a história da pátria em formação seria a forma de contar, correta e verdadeiramente, os fatos que deveriam compor a história do Brasil, para que eles não se perdessem nos labirintos da memória. Ou seja, somente a memória já não bastava, pois os fatos “se vão obliterando na memória daqueles a quem mais interessam, só porque tem escritos sem a imparcialidade e necessário critério, que devem sempre formar o caráter de um verídico historiador” (Idem, p. 10).

Através do processo de fixação dos fatos, a história serviria para salvar do esquecimento os atos que compunham a memória do passado nacional. Dessa forma, Barbosa - e os historiadores para quem ele mesmo escrevia essas considerações - se colocava tanto no papel de autor (aquele que escreve as memórias da pátria) quanto na pele de ator (aquele que vive e testemunha esse passado em construção), anunciando: “Nós vamos salvar da indigna obscuridade em que jaziam até hoje muitas memórias da pátria, e os nomes de seus melhores filhos” (Idem, Ibidem).

Para o Cônego, a história da nação brasileira deveria cumprir o que Cícero afirmava ser função análoga à história: atuar como “testemunha” dos tempos. Daí a necessidade que os escritos dos brasileiros preocupados com a história pátria “fossem dados à luz pública, ou conservados em arquivos, para que a posteridade deles se aproveitasse” (Idem, p. 11).

Consciente do momento fundador em que estava envolvido e do projeto “pedagógico” que se estava formando, o Cônego, em certa passagem de seu discurso, afirmava que a criação do IHGB era a consolidação de um monumento nacional:

Os literatos de todo o Brasil saberão, pela leitura de nossos estatutos, que os sócios deste Instituto não só meditam organizar *um monumento da glória nacional*, aproveitando muitos rasgos históricos que dispersos escapam à voragem dos tempos, mas ainda pretendem abrir um curso de história e geografia do Brasil, além dos princípios gerais, para que o conhecimento das coisas da pátria mais facilmente chegue à inteligência de todos os Brasileiros (Idem, p. 15. Grifos meus).

Observa-se, pois, que havia uma clara percepção por parte dos fundadores do IHGB de que se estava formando ali uma instituição cuja missão característica seria a de

servir como depositária do passado nacional, o que, hoje, Pierre Nora, traduziria como a constituição de um *lugar de memória* nacional.⁵³

Segundo Nora, foi a percepção, nos anos 1980, do fim das sociedades de memória que levou à necessidade de se consagrar lugares. Para o autor, se ainda habitássemos nossas memórias, a consagração de locais de salvaguarda da memória não teria razão de ser, e a memória não seria “transportada pela história” (Idem, p. 8). Não haveria, pois, a liquidação da memória por uma “vontade geral de registro” (Idem, p. 16). No caso do IHGB, buscava-se a organização de uma memória da nação, mas não a partir da passagem de uma memória oral para a constituição de uma memória escrita. Através dos registros contidos na *Revista* da associação nacional, o alvo era o de *fundar* uma memória para a nação brasileira, mas que a ligasse, necessariamente, à tradição civilizada do mundo europeu. Por isso, era necessário se apropriar de um passado, historicizando o continente americano e colocando o Brasil como peça compositória da história universal, como afirma Valdeci Lopes de Araújo (2008, p. 160) no trecho abaixo transcrito:

Para a geração da Independência, a juventude do Novo Mundo parecia uma virtude, a promessa de um desenvolvimento futuro, livre dos vícios de civilização cansada como a portuguesa. No novo momento aberto na década de 1830, a “juventude” era um problema a ser remediado. Se até mesmo a natureza tinha sua história, não seria essa parte da terra uma exceção. A historicização do continente significava a sua inclusão na história do mundo. Descobrir o elo entre a América e a Europa era um dos maiores desafios desse novo momento de redefinição da identidade coletiva dos homens envolvidos na construção do Império do Brasil. O problema era que essa nova identidade não podia ser jovem: ela deveria estar assentada em processos temporais remotos, de modo que sua constituição, no presente, aparecesse como o resultado de movimentos quase imperceptíveis. O que estava em jogo era a apropriação e a unificação de um passado, tanto recente quanto longínquo, por homens que, havia bem pouco, não se incomodavam em portar múltiplas camadas de identidade não contraditórias. Essa nova demanda por memória exigia do relato histórico um grau de unicidade e organicidade inédito. O espaço geográfico, chave fundamental na constituição dessa organicidade, precisava ser transformado em um lugar histórico que, como tal, pudesse integrar-se à totalidade “identitária”. Ao Novo Mundo, cuja história até então parecia ter sido iniciada com a chegada dos conquistadores europeus, é acrescido um tempo primitivo e

⁵³ “Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais”. NORA, Pierre. “Entre memória e história: a problemática dos lugares”. *Projeto História*. São Paulo: PUC-SP, n. 10, dezembro de 1993, p. 13.

misterioso, habitado por povos civilizados, cuja história insuspeita ganhava contornos, texturas e imagens.

O grande contraponto conceitual frente à história que se pode perceber nos escritos publicados na *Revista* se dava em relação ao que era transmitido pela “tradição” e que depois de Halbwachs passou a ser pensado como “memória coletiva”.⁵⁴ De acordo com ele, no momento em que é fixada em uma narrativa histórica, a memória já está estabelecida e a tradição, perdida:

A memória coletiva não se confunde com a história, e a expressão “memória histórica” não foi escolhida com muita felicidade, pois associa dois termos que se opõem em mais de um ponto. (...). Geralmente, a história começa somente no ponto onde acaba a tradição, momento em que se apaga ou se decompõe a memória social. Enquanto uma lembrança subsiste, é inútil fixá-la, pura e simplesmente (HALBWACHS, 1990, p. 80).

Na mesma linha de raciocínio, Pierre Nora afirma que tudo o que hoje chamamos “memória” já faz parte da história, visto que a construção do passado arquitetada pela escrita da história marcou o fim de uma tradição de memória (NORA, 1993, p. 14).

A possibilidade, hoje, de interpretar a historiografia como um lugar de memória faz parte, de acordo com Nora, de um momento de retorno reflexivo da história sobre si mesma e, ao mesmo tempo, do fim da já referida tradição de memória. Nesse sentido, interrogar o processo de produção da memória é prestar atenção à trama que envolve história e memória e, por conseguinte, àquilo que nos foi transmitido até o presente.

Outro exemplo fundamental para se pensar na melhor maneira de escrita da história pátria foi aquele fornecido por Karl Friedrich Phillipe von Martius, em sua

⁵⁴ Conforme Halbwachs, e seguindo uma perspectiva durkheimiana, a memória coletiva deve ser pensada como fato social e, portanto, como algo vivo. Por ter um sentido de identidade, a memória coletiva tem por suporte um determinado grupo limitado no espaço e no tempo. Assim, essa memória, que nunca é universal, sempre viria de fora (do grupo para o indivíduo). HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990, pp. 86-88.

premiada monografia a respeito de “Como se deve escrever a História do Brasil”, publicada na *Revista do IHGB*, em 1844.⁵⁵ No trabalho, Martius diz assim:

A história é uma mestra, não somente do futuro, como também do presente. Ela pode difundir entre os contemporâneos sentimentos e pensamentos do mais nobre patriotismo. Uma obra histórica sobre o Brasil deve, segundo a minha opinião, ter igualmente a tendência de despertar e reanimar em seus leitores Brasileiros amor da pátria, coragem, constância, indústria, fidelidade, prudência, em uma palavra, todas as virtudes cívicas. (*Revista do IHGB*, Tomo VI, 1844, p. 401).

A ideia de patriotismo defendida por Martius estava, como se vê acima, intrinsecamente ligada à sua concepção de história como *magistra vitae*: modelo para a correção dos erros do passado e exemplo a ser seguido tanto no presente como no futuro. Através dos ensinamentos da história, se acreditava na transmissão de sentimentos de patriotismo e no despertar do amor à pátria e às virtudes cívicas, já que ela era tomada como mestra da vida.⁵⁶

Entretanto, a tarefa de unificação da nação e cultivo de sentimentos patrióticos em um país de dimensões continentais e com um número tão elevado de escravos demandava, ainda, a defesa de um regime de governo capaz de manter a ordem entre as províncias. No entendimento de Martius, a monarquia cumpriria esse papel:

Só agora principia o Brasil a sentir-se como um Todo Unido. Ainda reinam muitos preconceitos entre as diversas Províncias: estes devem ser aniquilados por meio de uma instrução judiciosa; cada uma das partes do Império deve tornar-se cara às outras; deve procurar-se provar que o Brasil, país tão vasto e rico em fontes variadíssimas de

⁵⁵ A referida premiação concedida a Martius se deu através de um concurso de monografias organizado pelo próprio IHGB, que tinha por objetivo encontrar o melhor plano para a escrita da história antiga e moderna do Brasil. Dos dois únicos trabalhos inscritos – a outra monografia concorrente era um minúsculo trabalho de duas páginas, escrito por Henrique Julio de Wallenstein, intitulado “Memória sobre o melhor plano de se escrever a história antiga e moderna do Brasil” e publicada na *Revista do IHGB* somente em 1882 -, a dissertação de Martius era infinitamente mais qualificada, tendo servido como base para praticamente tudo que se escreveria no periódico durante o século XIX.

⁵⁶ Comentando essa passagem do texto de Martius, aponta Temístocles Cezar que “A obra histórica tem, nesse caso, um valor eminentemente pedagógico”, em que “Despertar e reanimar são verbos que supõem uma forma prévia de estado letárgico”. De acordo com o autor, “Martius propõe uma história calculada, mensurada, bem refletida para combater os oponentes do regime. Esta história militante é o ponto mais alto a que a história pragmática pode chegar”. CEZAR, Temístocles. “Como deveria ser escrita a história do Brasil no século XIX. Ensaio de história intelectual”. In: PESAVENTO, Sandra Jatáhy (org.). *História Cultural: experiências de pesquisa*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2003, p. 206.

ventura e prosperidade civil, alcançará o seu mais favorável desenvolvimento, se chegar, firmes os seus habitantes na sustentação da Monarquia, a estabelecer, por uma sábia organização entre todas as Províncias, relações recíprocas (Idem, p. 402).

Por isso, acreditava que o historiador que se ocupasse da composição dessa memória nacional em construção deveria “escrever como autor monárquico constitucional, como unitário no mais puro sentido da palavra” (Idem, *Ibidem*).

Foi justamente essa a postura defendida na instituição ao longo do reinado de D. Pedro II: compor uma representação histórica para o Brasil que o mostrasse como uma pátria unida e indivisível, guiada pelas mãos firmes de um monarca ilustrado e fraternal para com seu povo.

Contudo, os literatos responsáveis pelo projeto imperial de construção de uma unidade para o Brasil sabiam que, na década de 1840, era cedo e não se chegara ainda no momento certo para se escrever uma história geral que representasse a nação brasileira. Era necessário um trabalho preliminar e grandioso, aquele da composição de um vasto arquivo documental capaz de fazer do IHGB o desejado “livro de registros” indispensável para a escrita da história pátria. Logo, foi imprescindível se pensar na necessidade de criar um sentimento de nacionalidade entre os brasileiros. E foi exatamente por ter consciência dessa carência, que o Cônego Januário pedia, no discurso inicial aqui analisado, que se ajuntasse o conhecimento da história do Brasil em um “todo”, todo esse aglutinado em torno do IHGB. Pelo mesmo motivo, os pareceristas responsáveis pela premiação da monografia de Martius também advertiam, em 1847, que não chegara a hora de escrever a história do Brasil. Conforme o parecer,

Eis aqui, Srs., um pálido reflexo desse importante trabalho, onde todas as exigências da história se acham satisfeitas. Se alguma coisa se podia dizer contra ele, é que *uma história escrita segundo aí se prescreve talvez seja inexequível na atualidade*; o que vem a dizer que ele é bom demais. Porém não se trata aqui de uma questão de tempo; aí está o modelo para quando a coisa for realizável. O Instituto, pois, tem preenchido um de seus mais imperiosos deveres, e tem feito grande serviço a seu país provocando o aparecimento desta memória.

O mais é obra do tempo. Todavia sua utilidade se manifestará desde já na direção que devem tomar as investigações históricas.⁵⁷

O plano de escrever a história geral somente após a divulgação das histórias provinciais seria, inclusive, uma estratégia comum e reforçada por muito tempo nas considerações sobre o fazer histórico publicadas na *Revista do IHGB*. Tanto é que no ano de 1863 se selecionou para publicação a “Dissertação acerca do sistema de escrever a História Antiga e Moderna do Império do Brasil”, elaborada pelo sócio-fundador Raymundo José da Cunha Mattos e lida nas sessões iniciais do IHGB, em 1838. A ideia por ele defendida continuava vigente:

E pretende-se que no meio da ignorância em que ainda hoje vivemos a respeito de muitas províncias, se escreva a história filosófica do Brasil? Pela parte que me toca direi que ainda não estamos para isso habilitados: contentemo-nos com pouco bom, para chegarmos ao muito ótimo, eu não me envergonharei de seguir a doutrina do aviso de 26 de janeiro de 1819, citado em a página LXXXV do tomo 9 da *História e Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa*: escrevamos as histórias particulares das províncias e depois redigiremos a nossa história geral cronológica, que é o que eu propus em minha dissertação lida perante o Instituto em o dia 15 de Dezembro do ano próximo passado. Eu digo a respeito da história geral filosófica do Império do Brasil, aquilo mesmo que outrora disse o Redentor do gênero humano, aquele que não tem pecado, lance a primeira pedra! (*Revista do IHGB*, Tomo XXVI, 1863, p. 135).

Centralizar para controlar. Talvez essa frase possa resumir a forma como o IHGB planejou como deveria se escrever a história do passado nacional. Em um território tão vasto quanto o brasileiro, o plano de aglutinar no seio dessa instituição as informações acerca do passado do país era um modo de impedir que as províncias pudessem ameaçar a coesão do Império através da escrita de histórias regionais. Evitavam-se, portanto, quaisquer tentativas, por parte das províncias, de adquirir o

⁵⁷ Os pareceristas em questão eram os associados Francisco Freire Alemão, Joaquim da Silveira e Thomaz Gomes dos Santos. ALEMÃO, Francisco Freire; SILVEIRA, Joaquim da; SANTOS, Thomaz Gomes dos. “Parecer acerca das memórias sobre o modo pelo qual se deve escrever a história do Brasil”. *Revista do IHGB* (Atas), Tomo IX, 1847, p. 286. Grifos meus.

estatuto de histórias autônomas que pudessem tornar frágil a “opção” pela monarquia centralizada.⁵⁸

Convertido, por sua própria vontade, em guardião da memória nacional, era tarefa do IHGB recuperar, reunir, publicar e, principalmente, selecionar os mais variados tipos de estudos e fontes capazes de organizar o passado em uma escrita que desejava dar a conhecer sobre o Brasil.

1.3. Variações na disputa pelo passado: o IHGB e o IHGPSP

Em 1852, o orador do IHGB, Manoel de Araújo Porto Alegre, distinguia a humanidade em três classes distintas de homens: “os que fazem a historia, os que a testemunham, e aqueles que a perpetuam às gerações vindouras” (*Revista do IHGB*, Tomo XV, 1852, p. 520).

Dentro do universo letrado do IHGB, herdeiro da divisão entre memória e história proclamada nas academias brasílicas do Setecentos, pode-se dizer que o historiador brasileiro ainda tinha a possibilidade, no século XIX, de atuar nesses três níveis de classificação. Em um tempo em que não havia sido tomado como um mero “olho leitor de arquivos”, o historiador poderia cumprir, simultaneamente, o papel de voz e de testemunha que narrava a história às gerações vindouras.⁵⁹ Através da publicação das chamadas “memórias”, que iam desde relatos de viagem e diários de expedições até reminiscências dos campos de batalha, o historiador era, paradoxalmente, memória viva e perpetuador de uma história que desejava eternizar através da fixação dos fatos passados.⁶⁰

⁵⁸ Conquanto não tenha aprofundado o assunto, a tese de Valdeci Araújo detectou bem essa questão ao afirmar que o esforço de conhecimento que buscavam ter os membros do IHGB em relação a um território extenso, isolado e, principalmente, fragmentado como o brasileiro era, na realidade, uma resposta “à tomada de consciência da fragilidade do Império”, fragilidade esta que datava do processo de Independência iniciado em 1822. ARAÚJO, Valdeci Lopes de. *A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008, p. 160. A referida tese, citada anteriormente em sua publicação em livro, apresenta ligeiras mudanças em relação ao trabalho original. Nele, a discussão aqui esboçada se encontra na página 177. Para acessar o texto original, consultar ARAÚJO, Valdeci Lopes de. *A experiência do tempo. Modernidade e historicização no Império do Brasil (1813-1845)*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2003. (Doutorado em História).

⁵⁹ De acordo com Hartog, na qualidade *auctor* – autoridade –, o historiador era testemunha e voz do passado. Quando essa condição se perdeu, a história passou a ser feita somente através dos vestígios documentais do passado e o historiador se converteu em mero compilador. HARTOG, François. “A testemunha e o historiador”. In: PESAVENTO, Sandra J. (org.). *Fronteiras do milênio*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2001, pp. 34-35.

⁶⁰ Alguns exemplos de memórias de caráter documental publicadas na *Revista do IHGB* seriam: “Memória sobre a Província de Missões, por Thomaz da Costa Pereira Rebello: copiada de um

No IHGB, os três primeiros artigos de seus estatutos iniciais já davam uma ideia de como a instituição idealizava colaborar para a composição da história brasileira:

Art. 1º. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro tem por fim coligir, metodizar, publicar ou arquivar os documentos necessários para a história e a geografia do Império do Brasil; e assim também promover os conhecimentos destes dois ramos filológicos por meio do ensino público, logo que o seu cofre proporcione esta despesa.

Art. 2º. Procurará sustentar correspondências com sociedades estrangeiras de igual natureza; e se ramificará nas províncias do Império para mais fácil desempenho dos fins que se propõe.

Art. 3º. Publicará de três em três meses um folheto, que tenha pelo menos oito folhas de impressão, com o título seguinte - *Revista Trimensal de História e Geografia; ou Jornal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundado no Rio de Janeiro, sob os auspícios da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional*. Nesta revista se publicarão, além de atas e trabalhos do Instituto, as memórias de seus membros que forem interessantes à história e geografia do Brasil; e assim também as notícias ou extratos de história e geografia das obras publicadas pelas outras sociedades e pessoas literatas, estrangeiras ou nacionais, precedendo a respeito delas o relatório de uma comissão do seu seio, para esse efeito nomeada (*Revista do IHGB*, Tomo I, 1839, p. 18. Grifos meus).

Por anos, esses estatutos, salvo pequenas alterações, funcionaram perfeitamente bem e o IHGB se manteve como a única instituição brasileira que cumpria o papel de divulgadora e promotora da história e geografia das diferentes partes que formavam o Império do Brasil. Em 1855, porém, um grupo de homens de letras atuante na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul teve a ideia de fundar, em Porto Alegre, um Instituto Histórico e Geográfico provincial. Tal iniciativa ia ao encontro do que se proclamava nos próprios estatutos do IHGB, principalmente no que concerne às considerações presentes no segundo artigo do primeiro capítulo desse regimento estatutário e que tratava da intenção do IHGB de se ramificar nas províncias do Brasil. Até pelo menos a metade da década de 1850, não há notícia de nenhuma outra província

manuscrito oferecido ao Instituto pelo sócio correspondente o Sr. Moncorvo” (*Revista do IHGB*, Tomo II, 1840); “Diário Resumido do reconhecimento dos campos sobre a Serra Geral, nas cabeceiras do Rio Pardo, por José de Saldanha, capitão, engenheiro e astrônomo de Sua Majestade” (*Revista do IHGB*, Tomo III, 1841); “Viagem de Cuiabá ao Rio de Janeiro, pelo Paraguai, Corrientes, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, pelo Major Henrique de Beaurepaire Rohan, membro correspondente do Instituto (*Revista do IHGB*, Tomo IX, 1847); “Diário de Expedição de Gomes Freire às Missões” (*Revista do IHGB*, Tomo XVI, 1853); “Recordações Históricas sobre a Campanha de 1827, por J. Machado de Oliveira” (*Revista do IHGB*, Tomo XXIII, 1860); “Excursão pelo Rio Grande do Sul, pelo Dr. Francisco Ignacio Homem de Mello” (*Revista do IHGB*, Tomo XXXV (2), 1872) ou “Reminiscências da Campanha de 1827” (*Revista do IHGB*, Tomo XXXVII, 1874).

do Império que havia levado a cabo a ideia de fundar uma filial local do IHGB. Contudo, por iniciativa do então Presidente da Província do Rio Grande, o Conselheiro do Império João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu (que era associado ao IHGB), unido ao Barão de Porto Alegre, Manoel Marques de Souza, uma primeira versão do Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro (IHGPSP) apareceu em Porto Alegre, dando origem àquela que teria sido a primeira filial provincial do IHGB. Não há, entretanto, explicações mais detalhadas acerca das motivações ou de como essa primeira tentativa de fundação do IHGPSP acabou por se organizar no Rio Grande. Sabe-se que a instituição chegou a contar com uma pequena diretoria, composta por um presidente eleito, o próprio Cansansão de Sinimbu, um vice-presidente, papel destinado ao Barão de Porto Alegre e pelo menos outros dois membros fundadores, Manoel Pereira da Silva Ubatuba (também sócio do IHGB desde 1846) ⁶¹ e Machado Ourique, que cumpriria a função de secretário se não tivesse morrido pouco depois da criação desse Instituto, ainda no ano de 1855. O historiador Renato Costa, autor do discurso “Os três Institutos Históricos do Rio Grande do Sul”, fala, inclusive, no ano de 1854 como o do aparecimento da ideia de fundação da agremiação:

Data daí, de mais de um século, do ano de 1854 – e não 1845 – como por equívoco, se tem referido, a iniciativa da fundação de um Instituto Histórico e Geográfico da Província, a exemplo do que o Visconde de São Leopoldo, o Cônego Januário da Cunha Barbosa e o Marechal Raimundo José da Cunha Matos – um magistrado, um padre e um soldado – haviam fundado em 1838 na Capital do Império e que é hoje o prestigiado Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (COSTA, 1982, p. 43).

Para Costa, o falecimento de Ourique e o afastamento de Sinimbu da Presidência da Província (ele fora nomeado para o cargo por Carta Imperial, em setembro de 1852, permanecendo na presidência do Rio Grande do Sul até junho de 1855, quando entregou o cargo ao vice-presidente, Luís Alves de Oliveira Belo) foram os dois fatores essenciais que marcaram o prematuro desaparecimento da instituição recém-fundada.

⁶¹ Na *Revista do IHGB* de 1884, há uma lista alfabética dos sócios do IHGB falecidos entre 1838 e 1883. Segundo esse material, o Dr. Ubatuba fora admitido sócio do IHGB em 1846. “Lista alfabética dos sócios nacionais do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro falecidos desde o ano de 1838 até 31 de dezembro de 1883, com declaração da data de admissão e de óbito”. *Revista do IHGB*, Tomo XLVII, 1884, pp. 505-544.

O fato é que alguns anos depois, em 1860, a ideia ressurgiu no Rio Grande do Sul com força total, dando frutos mais duradouros. Criava-se o Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro, agora sob a liderança do Barão de Porto Alegre, que ficara no cargo de vice-presidente na malograda tentativa de 1855, mas que agora havia sido escolhido presidente da agremiação. Era o Barão uma figura carismática e importante tanto para a história como para a política da Província. No capítulo seguinte, sua ligação com a história local e seus laços de união política na Província de São Pedro serão objeto de atenção.

Ainda no que toca à composição do IHGPSP, cabe lembrar que fizeram parte da nova instituição praticamente todos os nomes mais relevantes no cenário político e letrado que atuavam no Rio Grande naqueles anos iniciais da década de 1860, como era o caso do importante chefe político da fronteira sudoeste do Rio Grande do Sul, João da Silva Tavares (Barão de Serro Alegre), do lendário General Manoel Luís Osório (Marquês do Herval), sócio correspondente em Bagé, ou de nomes ilustres, como o do advogado Henrique Francisco D'Ávila, do militar e jornalista Fellippe Bethbezé d'Oliveira Nery e do General David Canabarro, que havia sido um prestigiado líder da Guerra Civil Farrroupilha.⁶² Mais uma vez, o novo IHGPSP contaria com a participação de outro nome que estivera envolvido na primeira tentativa de criação do Instituto, o respeitado Dr. Ubatuba, médico e político rio-grandense, e que exerceria importantes cargos na administração da nova agremiação. Entre os sócios fundadores, estava, ainda, o igualmente médico, poeta e político José Antônio do Valle Caldre e Fião, um dos letrados mais conhecidos da Província de São Pedro, autor dos primeiros romances rio-grandenses, *A Divina Pastora*, de 1847, e *O Corsário*, de 1849. Caldre e Fião exerceria, naquela configuração inicial do IHGPSP, o cargo de orador da agremiação, além de participar da comissão responsável pela elaboração dos Estatutos do IHGPSP, do qual era, também, relator.⁶³ São de Caldre e Fião as palavras iniciais contidas na *Revista do*

⁶² No capítulo seguinte será explorada a ligação entre o mundo da política e o universo letrado na Província de São Pedro, bem como as relações destas práticas com àquelas observadas na Corte durante o século XIX. Vale ressaltar, ainda, que são apresentadas, nos anexos desta tese, pequenas notícias biográficas dos principais nomes envolvidos na “ilha de letrados” que compunha o cenário do Rio Grande do Sul no Brasil oitocentista. A opção por apresentar tais esboços biográficos visa tanto a colaborar para que o leitor possa ter uma ideia do quanto a participação desses nomes como parte do corpo de associados do IHGPSP funcionava como uma moeda de troca entre a instituição e os associados, em uma relação em que ambos ganhavam em termos de status e prestígio social, como tem por objetivo dar a conhecer alguns desses nomes ao grande público, hoje tão pouco lembrados na historiografia sulina.

⁶³ O escritor, poeta, político e médico rio-grandense José Antônio do Valle Caldre e Fião (1821-1876) é considerado o primeiro autor a escrever um romance histórico na literatura brasileira, *A Divina Pastora*, de 1847. Para Guilhermino César, o fato de Caldre e Fião ter publicado romances contendo certa “visão

Instituto local, e que funcionam como uma espécie de “carta de apresentação” do Instituto ao seu público. Dizia ele:

A necessidade do estudo das coisas pátrias, da história, da geografia desta Província de São Pedro fazia-se sentir há muito tempo a esta parte (...). Regada de soberbos e majestosos rios, a cujas margens se debruçam seculares e ainda virgens florestas, produto de uma vegetação quase tropical, ela promete ser o berço de uma geração vigorosa, que, destinada a suceder às passadas na defesa das fronteiras do Império como baluarte vivo dele, nem por isso deixará de figurar muito salientemente nas vitórias pacíficas da inteligência e da indústria que o país tem de alcançar no futuro (*Revista do IHGPSP*, 1860, p. 3).

Suas palavras tinham a intenção de entusiasmar e provocar no leitor vivos e positivos sentimentos sobre o solo rio-grandense. Em um texto carregado de imagens poéticas, Caldre e Fião procurava descrever o Rio Grande como um cenário de beleza natural e força criadora pulsante, indicando metaforicamente quais foram as motivações que guiaram os envolvidos na criação do IHGPSP a levar adiante sua empreitada. Pintando as cores do Rio Grande do Sul como as de uma província heroica pelos feitos da guerra, o poeta não deixava de mencionar que o rio-grandense era capaz, também, de promover feitos do espírito e inteligência. Para ele, assim como para os demais envolvidos no projeto do IHGPSP, o Rio Grande do Sul, por suas incontestáveis qualidades bélicas, poderia – e deveria – ser lembrado pelas batalhas guerreiras, mas era imperioso que também figurasse no livro que se redigia sobre a história pátria pelo

regionalista” ainda na década de 1840, atesta a originalidade do autor, que, todavia, encontraria barreiras quanto à sua forma de pensar. Diz César: “Arriscando-se a tratar matéria histórica situada no campo de sua experiência de vida (esta foi a característica da literatura gaúcha nascente, como se vê nos poemas de Delfina Benigna da Cunha, a cega, autora do primeiro livros de versos editado no Rio Grande do Sul, e mesmo nas *Brasilianas* de Araújo Porto Alegre), Caldre e Fião pagou caro por sua ousadia. (...) Trouxe à ficção matéria viva, flagrantes da atualidade em que vivera recentemente mergulhado. (...) 'O Corsário' era um espelho de uma região distante da Corte e de um cenário natural e histórico que nenhum romance até aquele momento refletira (...) Escrito na linguagem característica do extremo-sul do Brasil, 'O Corsário' atordoou talvez os leitores da época”. Caldre e Fião, nessa fase da vida, vivia no Rio de Janeiro, era associado a importantes sociedades da época, como a SAIN e escrevia para o jornal *O Filantropo*, em que combatia veementemente o tráfico negreiro e a escravidão. Tal postura lhe causou muitos inimigos e decretou o abrupto fim de uma promessa de carreira literária bem-sucedida na Corte. Devido à perseguição política, o poeta voltaria à Província de São Pedro na década de 1850, pondo fim à sua carreira como romancista. Por aqui, retomaria suas atividades como médico e, como se verá no próximo capítulo, continuaria seu combate à escravidão, tanto na imprensa periódica quanto ao participar de sociedades literárias. Eleito deputado, Caldre e Fião também exporia na Assembleia Provincial suas convicções liberais. CÉSAR, Guilhermino. “Introdução”. In: CALDRE E FIÃO, José Antônio do Vale. *O Corsário – romance rio-grandense*. Porto Alegre: Editora Movimento, 1979, pp. 7-8.

fornecimento de homens letrados que pudessem compor o corpo *savante* do Império brasileiro e, assim, colaborar para o desenvolvimento de sua indústria e suas artes.

E se no IHGPSP imperava a ideia de que o Rio Grande do Sul, através da redação de sua história, pudesse tornar conhecidos para o Brasil os feitos guerreiros que se passavam na sua porção meridional e que, muitas vezes, não chegavam além das próprias fronteiras da província, também havia consciência de qual parte da história passada no Rio Grande interessava à nação: “o que há de particular é somente a Guerra Civil, só os seus sucessos nos tocam individualmente” (Idem, *ibidem*). Ou seja: era importante figurar na história geral que se almejava, naquele século XIX, construir para o país, mas também se sabia que a controversa Guerra Civil Farrroupilha poderia representar um “sucesso” alcançado pelo povo rio-grandense frente à nação, mas não era um assunto pertinente para ser historiado, de maneira que, no mínimo, deveria ser tratado com cuidado.⁶⁴ Qualquer ação no sentido de enaltecê-la ou promovê-la, através da perpetuação de sua lembrança, poderia ser interpretado como uma afronta e causar mal-estar perante o IHGB, já que o Instituto nacional optara há muito tempo por silenciar a seu respeito, seguindo as orientações que se deram no período final da guerra e que foram perpetuadas pelo Decreto Imperial de 1844, transmitido pela proclamação do Barão de Caxias:

Rio-grandenses! É sem dúvida para mim de inexplicável prazer o ter de anunciar-vos que a guerra civil que por mais de nove anos devastou esta bela província, está terminada. Os irmãos contra quem combatíamos estão hoje congratulados conosco, e já obedecem ao legítimo governo do Império Brasileiro. *Sua Majestade o Imperador ordenou por Decreto de 18 de dezembro de 1844 o esquecimento do passado e mui positivamente recomenda no mesmo decreto que tais brasileiros não sejam judicialmente nem por outra qualquer maneira inquietados, pelos atos que tenham sido praticados durante o tempo da revolução. Esta magnânime deliberação do Monarca Brasileiro há de ser religiosamente cumprida. Eu o prometo sob minha palavra de*

⁶⁴ Helga Piccolo afirma que, no Brasil oitocentista, três princípios assinalados no processo histórico sul-rio-grandense preocupavam o governo central e seus representantes políticos na Província de São Pedro: o regionalismo, o federalismo e o separatismo. Amedrontavam justamente porque leituras elaboradas sobre eles os apontavam como uma ameaça a interesses classificados como nacionais. Diz a autora: “O certo é que estes princípios, articulados ou não entre si, fizeram com que o Rio Grande do Sul fosse visto no século XIX, desde o processo de Independência (processo ainda inconcluso em 07 de setembro de 1822) como um fator de instabilidade política e, como tal, interferindo perturbadoramente no processo de construção do estado nacional brasileiro. A Guerra dos Farrapos (1835-1845) seria a expressão disto, bem como já em outra conjuntura e com outras motivações, a Revolução Federalista (1893-1895)”. PICCOLO, Helga. “Século XIX: o Rio Grande do Sul e a estruturação do Estado nacional brasileiro. A questão da identidade”. *Revista do IHGB*, 157 (390), jan./mar., 1996, pp. 84-85.

honra. Uma só vontade nos una Rio-grandenses, maldição eterna a quem se recordar das nossas dissensões. União e tranquilidade seja de hoje em diante nossa divisa. Viva a Religião. Viva o Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil! Viva a integridade do Império!

Quartel-General da Presidência e do Comando-em-Chefe do Exército na costa do Santa Maria, campo de Alexandre Simões, a 1º de março de 1845.

(ass.) Barão de Caxias.⁶⁵

Embora a proclamação de Caxias fosse enfática na recomendação de que era necessário o esquecimento da Guerra Civil, fugir ao tema farroupilha não foi algo capaz de ser feito pelo IHGPSP, mesmo que seus associados tenham tentado, ao longo da publicação do periódico, evitar polemizar acerca de um assunto tão delicado. Aliás, nem mesmo no IHGB essa advertência seria completamente seguida. Mais adiante, será retomada a discussão acerca do espaço que a Guerra Civil de 1835 efetivamente ocupou nas páginas da *Revista do IHGPSP* e da *Revista do IHGB*. Por ora, basta destacar que havia consciência, por parte dos rio-grandenses, que a exposição dessa narrativa poderia causar embaraços em relação à história nacional, tanto é que se sublinhava, desde esses discursos iniciais proferidos na tribuna do Instituto local e que se encontram publicados em sua *Revista*, que ao IHGPSP interessava tratar de um passado capaz de mostrar aos brasileiros o quanto o Rio Grande do Sul fazia parte da nação em construção, nunca tendo a Província desejado o contrário. Conforme Caldre e Fião, era o Brasil que clamava aos rio-grandenses tornar conhecida a história sulina:

E, no entanto, o Brasil pedia a seus filhos, pedia aos homens da geração atual que salvassem do esquecimento os nobres procederes de seus heróis, os atos de seus homens de armas, os sucessos, os fatos políticos, civis e industriais que sobre o belo solo desta terra se haviam passado. (...) Não é a história um monumento vivo das ações humanas, ou do progresso da inteligência da humanidade, que como uma salvaguarda a preserva dos erros e a conduz ao seu fim, à felicidade? Decerto, e é por isso que essa geração futura nos lançaria em rosto nossa incúria senão encontrasse escrito no livro da pátria a história dela, dos fatos que colhêramos do passado, que presenciássemos no presente (*Revista do IHGPSP*, 1860, pp. 3-4).

⁶⁵ De acordo com Helga Piccolo, esta proclamação é uma das três que marcaram o final da guerra e, por conseguinte, o acordo de paz entre o Império e a Província de São Pedro. Lucas de Oliveira e David Canabarro seriam os autores das outras duas proclamações examinadas pela autora em trabalho no qual analisa os momentos finais da Farroupilha. PICCOLO, Helga. *A Paz dos caramurus. Caderno de História n. 14*. Porto Alegre: Memorial do Rio Grande do Rio Grande do Sul, 2005. Grifos meus.

Baseados na premissa ciceroniana de que a história seria um conhecimento capaz de ensinar pelos exemplos fornecidos pelo passado, é que essa história precisava, aos olhos dos membros do IHGPSP, ser escrita, a fim de cumprir seu papel, preservando do esquecimento e mantendo viva a memória sobre o Rio Grande do Sul.

Estabelecendo um paralelo entre as considerações que Manoel Salgado Guimarães teceu a respeito do jornal *O Patriota*, publicado no Rio de Janeiro, em 1813, e as palavras de Caldre e Fião acerca do conhecimento capaz de ser produzido pela história, se pode perceber semelhanças em relação ao que Salgado caracterizou como sendo “novas maneiras de se lidar com a experiência temporal” surgidas nessa época:

Trata-se de fato da temporalização da História, processo que torna a disposição dos eventos em uma cadeia temporal a condição primeira para a compreensão de seu sentido. O caminho das letras poderia tornar, nas palavras do editor do jornal, “Homens de todos os séculos contemporâneos”, viabilizando este aprendizado que tornaria o conhecimento do passado útil pelo que poderia fornecer de ensinamentos para o presente. Somente quando tornados “contemporâneos”, rompendo a barreira do tempo e tornando o passado próximo do presente, a História poderia, na perspectiva dos modernos, cumprir seu papel de mestra, fazendo desta coleta sistemática das experiências de outros tempos um empreendimento dotado de sentido e finalidade e, por isso, justificável de ser realizado. Ela se nobilita, assim como enobrece aqueles que a ela se dedicam, cumprindo uma segunda e não menos importante tarefa: a de salvar do esquecimento as obras do passado, revelando aos homens do presente as grandezas que podem partilhar. Grandezas que por sua vez podem e devem contribuir para o trabalho de emulação, estimulando à ação a partir dos exemplos do passado. (GUIMARÃES, 2006, p. 78).

Tal como n'*O Patriota*, a finalidade de “salvar do esquecimento os procederes do passado” defendida na *Revista do IHGPSP* demandava o trabalho de coligir e ordenar esse passado para torná-lo explicativo e imitável. Procedimentos que marcariam também, uma diferença fundamental entre o “novo” ato de “salvar do esquecimento” em relação àquele próprio da prática antiquária. Sobre isso, diz Guimarães:

Por este procedimento estabelecia-se uma diferença fundamental em relação ao mesmo ato colecionador que informara a prática antiquária e da qual querem demarcar fronteiras muito claras. Como não ver aí os ecos dessa filosofia da História, vitoriosa no século XVIII em sua missão de tornar o passado digno de reflexão racional, constituindo

aquilo que parecia disperso, num todo organizado e dotado de coerência, tornando assim o passado em etapa do próprio presente, agora transformado em futuro daquele passado. Por este movimento o sentido maior das ações humanas parece ganhar significado. (...) Mas como retardar ainda mais este trabalho de esclarecimento agora que a monarquia se transferira para o continente, tornando o Brasil sede de um império e por isso mesmo objeto de um novo olhar? Construir esta cadeia de sentido, tornando o passado presente para os homens do século XIX, não só poderia emular as ações destes no presente, como contribuir para a produção de novas identidades, agora tão necessárias a uma sociedade que se quer coetânea dos modelos europeus (Idem, pp. 78-79).

Dentro desta perspectiva, Caldre e Fião e seus companheiros letrados do IHGSP acreditavam que o ato de “salvar do esquecimento” as memórias do passado era fundamental para dotar a história de um senso explicativo que contribuiria para a formação do que Guimarães chama de um “vasto projeto de construção identitária” (Idem, ibidem). Se no Brasil, o IHGB serviu como impulsionador desse projeto, no Rio Grande o Instituto nacional, a despeito de sua vontade, ganharia um “novo braço”, igualmente preocupado com o processo de busca de significação e fixação da memória dos fatos:

Mas quer desses, quer de outros, onde estão os documentos, os escritos, as tradições mesmo? O facho da guerra tudo incendeia, e as devastações quase sucessivas arrebatavam após si os poucos apontamentos que uma ou outra das testemunhas oculares dos fatos haviam podido fazer ou coligir (*Revista do IHGSP*, 1860, p. 4).

Embora se perceba que a noção cara ao poeta e historiador seja a de que à história cabe trabalhar com documentos e escritos sobre o passado, Caldre e Fião não deixa de mencionar que a tradição e o olho do testemunho que vê a história também são elementos importantes na composição narrativa da mesma. Além disso, o relator reconhece a importância da história como um conhecimento capaz de fazer *compreender* acerca do passado:

Além a história da guerra, o espírito do homem que aqui teve o nascimento, devia remontar-se aos tempos de antes da conquista, e considerar essas raças de homens numerosos que viveram em sociedades mais ou menos bem organizadas, que habitaram nossas

defesas, que foram dela lançados ou nela escravizados pela cobiça do conquistador. A Etnografia, o conhecimento das línguas que se vão perdendo, que vão escapando ao domínio dos filólogos e lexicógrafos, era um objeto de estudo bem digno e que nos reclamam nossos sucessores. (...) Seria um grande serviço coligir os dados da história, esses documentos importantes e as tradições que se iam apagando com a descida ao túmulo dos testemunhos oculares dos fatos passados. Seria um grande serviço procurar nos arquivos públicos o que ainda existe, ordenar e dar-lhe forma precisa para fazer parte do importante corpo da história. (Idem, *ibidem*).

Esse “grande serviço”, pois, era um imperativo do qual o homem letrado rio-grandense não desejava mais escapar. Se o próprio Caldre e Fião não conseguira, na década anterior, levar adiante uma pródiga carreira de romancista e, através de sua obra literária, colaborar para a construção da história nacional, agora que havia se unido a um conjunto de homens que pensavam como ele, parecia ter chegado o momento de fazê-lo:

Mas quem os faria? Era muito para os trabalhos de um só homem; podia seguir-se o exemplo que já dera o município neutro, onde está a Corte do Império, criando uma associação com o fim de coligir, metodizar, publicar ou arquivar os documentos concernentes à História e topografia da província, e à arqueologia, etnografia e língua de seus indígenas. (...) Nós sentíamos o desejo de satisfazer esta necessidade, e um dia, quando menos esperávamos, muitas inteligências espontaneamente reunidas trouxeram à luz o pensamento que parecia adormecido, mas que cotidianamente era despertado pelas urgências da administração, de todos os lados da Província pelos homens que mais curam das coisas pátrias. (*Revista do IHGSP*, 1860, pp. 5-6).

Respaldados todos, sublinha-se, pelo conhecimento científico que, consideravam eles, o estudo da história era capaz de fornecer e, muito importante, cumprindo uma missão que o próprio IHGB designara aos brasileiros, a de coligir e metodizar documentos para a edificação da história pátria, os membros do Instituto local acabaram por encontrar um forte apelo para justificar a fundação do inédito Instituto rio-grandense. Justificativa que, como veremos adiante, não teve a acolhida esperada por parte dos coirmãos da Corte, cuja principal tarefa era justamente forjar uma

homogeneidade para a nação brasileira, embora não houvesse uma correspondência real, dentro do Império, para tal empreitada.⁶⁶

No que toca especificamente à questão da função que a escrita da história teve no universo historiográfico brasileiro oitocentista, Valdeci Lopes de Araújo, apoiado nas considerações desenvolvidas pela pesquisa de Manoel Salgado Guimarães, lembra que, antes mesmo de concentrar-se na questão nacional, o ponto que conferia singularidade à historiografia brasileira do período se localizava na manutenção, a despeito do que ocorria na Europa (que já vivia uma produção historiográfica ligada à universidade), de um modelo ilustrado, herdado do mundo academicista europeu dos séculos XVII e XVIII, cuja expressão maior foi o IHGB. Diz Araújo (2003, p. 37):

Guimarães constata, na historiografia, a mesma permanência de elementos retóricos e neoclássicos que autores como Antonio Candido, Costa Lima, Flora Süssekind, Maria Helena Rouanet e, mais recentemente, Roberto Acízelo, têm destacado como característico da formação intelectual no Império.

Cabe lembrar que a permanência do modelo das academias ilustradas europeias setecentistas que caracterizou a produção historiográfica brasileira no Oitocentos ainda encontrava correspondentes no mundo letrado europeu do século XIX. A profícua troca intelectual que existiu, por exemplo, entre o IHGB e o Institut Historique de Paris (IHP), atesta essa constatação, que, por sua indiscutível importância para a historiografia brasileira, será explorada no próximo tópico, no qual se procurará,

⁶⁶ Em sua tese, Valdeci Araújo ressalta com propriedade essa falta de correspondência entre a tarefa que coube aos letrados brasileiros e a realidade que vivia o país, carente de uma unidade nacional. Segundo o autor, “do ponto de vista historiográfico, o pragmatismo desse sistema intelectual levou à *preponderância da memória* sobre a historiografia. Como a principal tarefa da escrita da história era cunhar uma unidade e homogeneidade nacional, que não correspondia à realidade do Império, ela se viu obrigada a reduzir suas atividades à coleta e à publicação de fontes documentais. Pesquisando o conteúdo da Revista do IHGB em diversos momentos, Lucia Guimarães constatou que, até a década de 1850, o Instituto havia publicado pouquíssimos textos historiográficos produzidos por autores contemporâneos, priorizando a divulgação de fontes documentais. A autora entende esse fenômeno como reflexo da adesão homogênea dos membros do IHGB ao projeto monárquico, que significava interpretar a história do Brasil como um desenvolvimento contínuo desde o descobrimento até aquela data. Escrever história, em especial a da Independência, significaria abrir espaço para polêmicas, conflitos de interpretações e disputas, tudo aquilo que questionava o funcionamento do próprio sistema político/intelectual”. ARAÚJO, Valdeci Lopes de. *A experiência do tempo. Modernidade e historicização no Império do Brasil (1813-1845)*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2003, pp. 37-38. (Doutorado em História).

também, trabalhar com algumas visões que a produção historiográfica francesa apresentava sobre o Brasil.

1.4. De quando a história se tornou necessidade: uma relação entre as historiografias francesa e brasileira no século XIX

No ano de 1838, o IHGB nascia sob os auspícios da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN) com vistas a colaborar para a construção da história da nação brasileira em um século marcado pela crescente sujeição da história enquanto disciplina científica. Sua criação se deu em um momento histórico em que se constituía, tanto no Brasil quanto na velha Europa, um discurso histórico calcado nos princípios da cientificidade (DIAS, 2005, pp. 39-126). Como consequência, a história afastava-se da filosofia e da literatura e o historiador perdia seu caráter de *homme de lettres* adquirindo, pouco a pouco, o qualificativo de pesquisador.⁶⁷

O modelo através do qual a história da nação brasileira, geograficamente tão distante do mundo civilizado europeu, deveria ser construída era, sem sombra de dúvidas, a Europa, que seguia os princípios iluministas e tomava a história como a disciplina capaz de provocar ganhos de conhecimento e estimular, continuamente, o desenvolvimento da humanidade (GUIMARÃES, 2011, p. 99). E já que o modelo era a Europa, a reflexão sobre a história que se desenvolveria no Brasil oitocentista também seguiu o padrão europeu. Enquanto no campo econômico a Inglaterra se impunha como exemplo ao Brasil, nas artes e cultura, era a França quem ditava as regras a serem seguidas. Manoel Salgado Guimarães aponta que os critérios de gosto do homem francês e uma ideia de “função civilizadora” daquele país europeu já tinham uma difusão no Brasil antes mesmo desse se constituir como Estado nacional (Idem, p.100).

⁶⁷ Sobre o momento de disciplinarização da história, diz Hartog: “E, mais amplamente, vocês sabem perfeitamente que a história se constituiu como disciplina, na segunda metade do século XIX, ao preferir, com base nos modelos das ciências naturais, a ciência ao invés da arte. Ciência de observação, ciência de análise, leitora de documentos que, um dia talvez, culminará na síntese e na dedução de leis. Lembrem-se das críticas virulentas e reiteradas de Fustel de Coulanges ou, um pouco mais tarde, as instruções minuciosas de Langlois e de Seignobos a respeito do historiador que, ao redigir seus textos, nunca deve ‘endomingar-se’! Para ela, a narrativa é sinônimo de pedantismo ou de ingenuidade (...). Mas, ao tornar-se uma disciplina, a história desconfiou dessa visão romântica. Em sua pretensão de ser, daqui em diante, ciência positiva, objetiva, baseada em fatos sólidos, ela delimitou suas ambições, com Ranke, a dizer como as coisas aconteceram, deixando o restante a Deus. Para saber e exprimir os acontecimentos, era necessário e suficiente frequentar assiduamente os arquivos (...). De maneira global, nos séculos XIX e XX, assistiu-se à afirmação e ao fortalecimento, até mesmo, ao endurecimento, das ambições científicas da história-*Geschichte* (mas, paralelamente também, à sua crítica e ao seu questionamento radical). Ao acumular fatos, o historiador procurava ou verificava as leis da história”. HARTOG, François. “Disputas a respeito da narrativa”. In: *Evidência da história: o que os historiadores veem*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011, pp. 174 e 180.

Em 1816, com o desembarque no Rio de Janeiro da Missão Francesa liderada por Joachim Lebreton a partir da convocação do rei D. João VI, artistas franceses como Jean-Baptiste Debret e Nicolas-Antoine Taunay foram responsáveis pela introdução entre os brasileiros dos princípios do neoclassicismo, estilo que teria seu apogeu no reinado de D. Pedro II (PESAVENTO, 2002, p. 166).

Ao mesmo tempo em que o Brasil tomou a França como modelo, naquele país europeu o interesse pelo Brasil, representante maior do “outro lado do mundo”, também era grande e ia ao encontro da “missão civilizadora” que a França se encarregava de derramar sobre o resto do mundo.

Dentro dessa perspectiva, na *Revue des Deux Mondes*, importante periódico literário francês, o Brasil era assunto constante. A publicação, que fora fundada em 1829 (dez anos antes de o IHGB lançar, no Brasil, seu periódico), se dizia uma coletânea voltada para assuntos que envolviam política, administração, moralidade, hábitos e costumes. Em seu primeiro volume, que cobria os meses de agosto, setembro e outubro de 1829, a revista apresentava sua missão:

Em um século todo positivo, em uma sociedade que tende a aperfeiçoar sua organização, e que procura com zelo o que pode esclarecer sua marcha, uma empresa como esta deveria ser tentada. (...) Não são as teorias administrativas que a França tem necessidade, é de administração *prática*. Importa então conhecer bem o que se passa e o que se passou em outros povos, a fim de adotar de suas instituições o que poderia se aplicar a nossos hábitos, à nossa característica, aos progressos de nossas luzes, à posição geográfica de nosso território. Muitas viagens são feitas para descrever os ambientes de um país. Tudo que é poético, tudo que se presta a brilhantes descrições, tudo que oferece o assunto de reflexões malignas, é tratado com um cuidado, com uma atenção particular; mas para o que concerne ao modo de administração local, a organização civil e política do país, seus recursos financeiros, industriais ou agrícolas, não se fala jamais de uma maneira incompleta. São questões que não podem ser abordadas senão por estudos profundos e especiais. (...) Tal é a imensa lacuna que essa *Revue* é destinada a preencher. Uma coletânea dessa espécie falta na França; e não apareceu ainda na Inglaterra. (*Revue des Deux Mondes*, 1829, pp. i e ij).

Em seguida, o texto traz à tona a questão da autópsia, o “ver por si mesmo” (HARTOG, 2011, pp. 203-228): ressalva que todos os homens que cooperam na *Revue des Deux Mondes* viram com seus próprios olhos os países estrangeiros de que falam e os habitaram por muito tempo. Alguns, diz o texto, chegaram mesmo a exercer

importantes funções nesses lugares e, por isso, puderam observar essas realidades “do alto” e “sem paixão”. Conforme a própria publicação afirma, tinha ela como lema ser isenta em relação ao espírito das paixões que presidiriam, muito frequentemente, os trabalhos de seus “literatos nômades”, que viajavam e escreviam, imediatamente após essas experiências de viagem, sobre as realidades encontradas. Da mesma forma, a “Advertência” que abria o primeiro número do periódico não se furtava a explicar o que entendia como política, outro dos temas de importância para a publicação:

A política, como nós entendemos, é uma ciência das mais desenvolvidas. Ela se compõe do direito dos povos e do direito público: ela se ocupa de uma vez só dos tratados que ligam ou que ligaram os governos entre eles; das causas frequentemente secretas que modificaram esses mesmos tratados, das forças que cada país pode dispor; de suas instituições gerais e locais, de seus recursos financeiros comparados com suas despesas em tempos de paz e em tempos de guerra, da influência que ele exerce sobre outros países, do espírito público, dos rancores/ódios ou das afecções nacionais; e, em uma palavra, de tudo que constitui a organização e a vida dos povos. (*Revue des Deux Mondes*, 1829, p. ij)

De acordo com as diretrizes apresentadas pela revista, essa afirma procurar também trabalhar com os debates parlamentares e suas relações com a política exterior e com as grandes questões da administração que poderiam trazer interesse à França (Idem, pp. ij e iij). Dessa forma, a *Revue des Deux Mondes* teria por objetivo ser lida e poder estabelecer relações com outros lugares do globo, podendo ver aplicados os mesmos princípios de que se ocupava em quaisquer desses lugares (daí a remissão ao seu sentido “prático”). Para concluir essa abertura dos princípios imperantes na revista, o texto diz:

Assim, a *Revue des Deux Mondes* terá todo o mérito de uma *novidade histórica*. Desejando mesmo facilitar os desenvolvimentos de que ela é suscetível, nos admitiremos observações picantes e novas, relativas aos hábitos e costumes, às crenças religiosas e ao caráter das nações estrangeiras. Frequentemente os hábitos/costumes de um povo nos darão a razão de suas leis. A *Revue* abrangerá, a esse respeito, um grande número de informações curiosas, e para a maioria, *inéditas*; mas essa parte, embora importante, deverá sempre deixar um lugar estendido aos documentos da política, da diplomacia e da administração (Idem, p. Iij).

Em seus primeiros anos de circulação, o Brasil seria assunto constante no periódico francês. Entre 1829 e 1834, foram onze publicações. Esses textos iniciais tinham o intuito de dar a conhecer o Brasil à Europa e muitos deles apresentavam um caráter meramente descritivo acerca do território brasileiro, sobre o tipo de governo que o país seguia e de como tratava suas finanças. As matérias traziam, ainda, curiosidades sobre a terra brasileira. Por exemplo, em mais de um artigo se discorriam a respeito de como se davam as cerimônias reais no país, caso do episódio da sagração de D. Pedro I como Imperador do Brasil. Tais estudos e temas informativo-descritivos confirmavam o *esprit cosmopolite* caro à *Revue des Deux Mondes* (*Revue des Deux Mondes*, 1848 (3), p. 30) e sua intenção de ser uma observadora atenta do mundo contemporâneo. Por isso, nada mais natural do que se voltar à observação de um país como a jovem nação brasileira, uma terra, como costumavam se referir, de dimensões continentais e riquezas infindáveis, cheia de possibilidades e que ocupava, naquele momento, um papel essencial dentre os estados constitucionais do Novo Mundo.

Embora, muitas vezes, as matérias sobre o Brasil denunciassem as graves crises econômicas pelas quais o país passava, bem como os desgastes políticos ligados à falta de sucesso do Império e de seus aliados na contenção desses problemas, foi somente em 1844 que surgiria nas páginas dessa revista um dos primeiros textos que causou alguma polêmica maior no país, de autoria do jornalista francês Louis de Chavagnes. Intitulado “Le Brésil en 1844. Situation morale, politique, commerciale et financière” (*Revue des Deux Mondes*, 1844, pp. 66-106), e dividido em duas grandes partes (a segunda seria publicada logo na sequência, ainda em 1844), o artigo de Chavagnes criticava duramente aquilo que classificou como barbárie, ou seja, o estado em que se encontrava, para ele, a maioria da população brasileira, além de tecer uma impressão negativa sobre a própria Corte de D. Pedro II, que qualificava como sendo muito monótona e triste. Para Chavagnes, dentre os inúmeros problemas dos brasileiros, um chamava especial atenção: o fato de possuírem um grande amor próprio, a ponto de acreditarem serem eles o ponto central da civilização na América do Sul. Segundo Chavagnes, os brasileiros sonhavam em um dia poder rivalizar com os Estados Unidos e servir de modelo a todas as populações da América Meridional. Contrariando duramente essas afirmativas, mas reconhecendo que o Brasil era um país de grandes recursos e com solo rico, o autor afirmava que o brasileiro advinha de “uma raça portuguesa degenerada”.⁶⁸

⁶⁸ Nas primeiras décadas do século XIX, mesmo um brasileiro que passara inúmeros anos no continente europeu, como José Bonifácio de Andrada e Silva, tomava a natureza brasileira como o recurso

Ao chegar ao Rio de Janeiro, afirmava ele, o viajante europeu podia perceber que os sonhos brasileiros e o orgulho do país eram bem diferentes da realidade bárbara em que se encontrava a grande maioria da sua população (Idem, p. 67).

Em sua ferrenha crítica ao país e, principalmente, ao Rio de Janeiro, Chavagnes não poupou, como foi colocado acima, nem mesmo o Imperador D. Pedro II e àqueles que o cercavam. E no que toca a outro assunto de que se ocupou - as possibilidades do viajante encontrar distração no Brasil -, o autor considerava que o Rio, embora capital do Império, oferecia poucos recursos nos quais o europeu poderia buscar prazer. Para ele, a população em geral repelia o estrangeiro e somente algumas famílias (que passaram pela experiência de viver, um dia, na civilizada Europa) bem recebiam os de fora. A Corte, ao invés de dar um impulso à sociedade era, a seus olhos, triste e séria, governada por um Imperador que “fugia do mundo”. As festas que lá se davam eram tão raras que ele, dizia, nem mesmo poderia delas se ocupar: “Eu espero que a presença de uma jovem imperatriz habituada aos prazeres de uma Corte mais alegre tenha levado a uma feliz mudança na vida monótona dos cortesãos que circundam o Imperador” (Idem, p. 68).

Seguiam-se muitas outras duras impressões: para um estrangeiro que não residisse no Brasil, uma estadia no Rio de Janeiro seria muito triste, descrevia. As mulheres, para ele, se importunavam com as visitas e os ciúmes dos homens, seus maridos, afastam-nas da vida social. Somente nos bailes seria possível observar as brasileiras, que lhe pareciam ser sem graça e providas de mau gosto (Idem, p. 69). Quanto aos homens, a “ignorância” e o “amor-próprio” não faziam com que eles ocupassem posição mais agradável que as mulheres. E, por tudo isso, os estrangeiros ficavam isolados com outros estrangeiros, todos se relacionando por um comum exílio.

Em relação às viagens ao interior do país, elas lhe pareceram muito difíceis. Falava da “insolência dos negros” e da “simpatia” e “limpeza” dos mulatos, que julgava mais inteligentes e possuidores de melhores condições de existência que os escravos

diferencial que o país possuía e que seria responsável pela regeneração, no Novo Mundo, do antigo e retrógrado Portugal, marcado negativamente pela ausência de sua Corte e pelos impactos da invasão francesa, em um *novo* Portugal, cheio de possibilidades e carregado de perspectivas de inovação e vitalidade. Assim, ao retornar ao país em que nascera, “Bonifácio empreende, de imediato, uma expedição ao interior da província de São Paulo. Precisava *ver* novamente a mesma natureza exuberante que os anos na Europa o ensinaram a avaliar como o recurso mais precioso do Brasil. Desse período inicial, marcado por uma nova febre propositiva, data seu texto sobre a ‘Necessidade de uma Academia de Agricultura no Brasil’”. ARAÚJO, Valdeci Lopes de. *A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008, p. 57. Grifo meu.

provenientes da África. Para ele, os mulatos eram, ainda, menos apáticos que os negros e executavam as ordens sem que houvesse necessidade de que fossem repetidas (Idem, p. 71).

Quando se chega à Parte II de sua descrição, subintitulada "O Governo, as Câmaras, a Sociedade Brasileira", Chavagnes debatia a questão que mais era motivo de discussão, naquele momento, a respeito do Brasil: o futuro político e comercial do país. Conforme o jornalista, da forma em que estava organizado, o Império do Brasil, com seu Imperador como chefe da nação, ministros o circundando, uma Câmara de Deputados e um Senado, tinha tudo para funcionar satisfatoriamente e encontrar força e prosperidade. Havia, entretanto, um obstáculo: ele se indagava se o Imperador, o Ministério e as Câmaras estariam à altura dos cargos que exerciam. A descrição de D. Pedro II que oferece a seus leitores é sofrível: o jovem monarca apresentaria uma saúde delicada e uma aparência doentia, sendo também excessivamente tímido. Faltava-lhe vivacidade de espírito, mas sobrava-lhe apatia: jamais falava, seu olhar era fixo e sem expressão, apresentando, afirmava, uma impressão penosa, de alguém triste e infeliz. Por provocar compaixão àqueles que o conheciam, ficava a incerteza: conseguiria D. Pedro II exercer de maneira satisfatória as exigências de sua tarefa enquanto governante, mesmo que demonstrasse ter boas intenções?

A respeito dos ministros, a imagem oferecida por Chavagnes era igualmente aterradora: não poderia citar nenhum nome digno de ocupar os cargos que lhe foram confiados. Para ele, se houvesse no Brasil um só ministro que fosse capaz de apreciar a situação das diferentes províncias do Império, de compreender seus interesses, suas necessidades, e de apoiar sobre os fatos uma direção política e administrativa, a conjuntura do Brasil poderia se modificar. Todavia, a "ignorância absoluta dos chefes do governo" impediria essas mudanças: "Mal esclarecidos sobre as necessidades do país, eles viam renascer sem cessar as revoluções das províncias às quais somente um emprego inteligente de autoridade poderia colocar termo". (Idem, p. 89).

De acordo com Chavagnes, aquele momento político (1844, ou seja, um período de desgaste causado pela longa Guerra Civil Farroupilha) era o de preparação a uma crise que levaria à dissolução do Império, pois reinariam ali interesses muito diversos. E quem seria capaz de impedir essa crise, se indagava, já que a influência do Imperador era nula e nenhum sistema político era adotado pelos ministros? Somado a esse quadro terrificante, a população brasileira, apresentaria, de acordo com o autor, o ódio a estrangeiros e, também, "pretensões ridículas" (leia-se, ideias separatistas), que ele

considerava serem algumas das fontes da desordem do país e que levavam a questões sérias, como o eram as revoltas provinciais.⁶⁹

Chavagnes distinguia a presença de múltiplas raças na composição dos cerca de cinco milhões de brasileiros como outro elemento relevante na descrição do brasileiro: em primeiro lugar, estariam os portugueses da Europa; em segundo, viriam os portugueses crioulos nascidos no Brasil, chamados brasileiros; em terceiro, viriam os mestiços de brancos e negros, ou mulatos; em quarto lugar, os mestiços de brancos e índios, ou *cabres* (caboclos); em quinto, os negros da África e, em sexto lugar, os indígenas, que, por sua vez, se subdividiam em diversos povos. Para ele, o estado moral dessa “sociedade abandonada às más paixões, aos seus instintos selvagens” era algo verdadeiramente aflitivo (Idem, p. 92).⁷⁰

Esboçado o quadro, o que seria, na opinião de Chavagnes, capaz de mudar essa difícil situação que ele pintou ao descrever o país? Fortificar a instrução: seria esta a solução que o viajante considerava como um meio eficaz para melhorar o conjunto. Todavia, sabia ele que isso não seria fácil, pois a maior parte dos brasileiros não recebia um ensino mais elevado que o primário. Ou seja: mesmo em sua busca por uma possível solução que pudesse partir de dentro do Império, a visão de Chavagnes esbarrava em novo impedimento. Assim, logicamente não poderia partir do próprio Brasil uma saída para suas mazelas. E para finalizar essa parte extremamente negativa de seu relato, ele dizia: “Tal é o estado moral do Brasil. Resta ver se a administração dos recursos

⁶⁹ Conforme a previsão sombria de Chavagnes, “Após as diferenças com as grandes potências, vêm as querelas com os pequenos estados. Em 1828, o estabelecimento da República do Uruguai recolocou em direção ao Norte a fronteira do Brasil e lhe fez perder seu limite do Rio da Prata. Desde 1835, a Província do Rio Grande, que atinge a República do Uruguai, está em luta contra o Brasil. Sem a Guerra Civil que explodiu entre Buenos Aires e Montevidéu, o Brasil foi, depois de longo tempo, forçado a renunciar a essa Província, que se deve considerar de fato separada do Império. Uma outra Província, aquela de São Paulo, tende a se desligar do Brasil e separar-se dele daqui a alguns anos. A causa que arranca do Império essas duas províncias é a incompatibilidade de caráter e de tendências que existem entre os homens de origem espanhola, os *gaúchos* de Montevidéu e do Rio Grande, e os povos degradados/degenerados (abâtardis) de raça portuguesa. A independência de Montevidéu foi uma vitória desse sentimento de superioridade inato e real que coloca a raça espanhola em segurança da dominação dos portugueses, muito frágeis para manter sua autoridade comprometida. Os *gaúchos* do Rio Grande reconheceram os irmãos nos espanhóis de Montevidéu; eles fizeram causa comum com eles; São Paulo seguirá esse exemplo. O Brasil não poderá deter ou impedir”. CHAVAGNES, M. L. de. “Le Brésil en 1844 – Intérieur du pays, villes maritimes, avenir politique”. In: *Revue des Deux Mondes*, Tomo 3, 1844, pp. 849-909. Citação na p. 906.

⁷⁰ Segundo Chavagnes, o fenômeno mais destacável na população brasileira seria os “apossamentos da raça mulata”, que aumentariam a cada ano no Brasil. A corrupção do europeu seria um dos motivos para tal problema. E a imoralidade de todas as classes levaria a esse aumento populacional e prejudicaria a casta das colônias europeias que existiam, sobretudo nos Estados Unidos. Para ele, a única raça pura a existir ainda no país seria a dos índios selvagens, que naquele momento estavam em guerra com o Brasil.

materiais pode oferecer, senão uma compensação a chagas tão profundas, ao menos algum alívio ao orgulho nacional” (Idem, p. 96).

Indagando-se se poderia haver esperanças em uma situação terrificante como a que vivia o Brasil, Chavagnes acreditava que a riqueza das minas e a fertilidade do solo seriam os principais fatores que colaboravam para que o Brasil escapasse de uma completa desorganização. Com um governo sempre obstinado a aplicar medidas paliativas, a nação sonharia, para ele, com uma república federativa, sem enxergar as causas do mal onde ele realmente estaria: *nos costumes* e não nas instituições. O sentimento deplorável de aversão aos estrangeiros também não cessaria de dominar o espírito dos habitantes e perturbar a visão dos políticos. Para ele, ao invés de buscarem uma vã independência, os brasileiros deveriam consagrar-se a empreender reformas morais e materiais em seu país. Confirmando essa sua visão, ele constatava que, naquele ano de 1844, o Brasil estava totalmente independente de Portugal e que, no entanto, continuava em uma situação de miséria e descontentamento geral.

Eis aí que o jornalista francês propôs uma maneira de remediar a difícil realidade brasileira: de acordo com ele, ao contrário do que pensavam os brasileiros, seria somente aceitando a *influência dos estrangeiros* que se poderia regenerar o Brasil. Na visão de Chavagnes, não somente o progresso material deveria interessar ao país, mas também o contato com a sociedade europeia, pois ela era o sinônimo de civilização. (Idem, p. 106).

Para Chavagnes, ao Brasil faltaria uma sociedade ativa e inteligente: ao invés de tratarem os estrangeiros com ódio, deveriam ter para com eles simpatia. Isso, dizia, levaria à imigração europeia e, conseqüentemente, à indústria e trabalho. A sua França, por exemplo, poderia desenvolver com o Brasil relações de interesse às duas nações, fazendo renascer pouco a pouco no país a ordem e a prosperidade. Do contrário, ele era categórico: se o Brasil continuasse a afastar os europeus e a recusar os produtos das fábricas europeias, a miséria pública e a desordem moral somente tenderiam a crescer e mais viva seria a possibilidade do Brasil acabar caindo na anarquia de uma república federativa.

Seu texto, enfim, assemelhava-se a uma ameaça, uma espécie de “recado” aos brasileiros: se esses não aceitassem o estrangeiro e estreitassem relações comerciais com a civilizada Europa, estariam condenados. Ao fim e ao cabo, Chavagnes se utilizou do discurso de levar civilização aos trópicos como mote para tratar do estreitamento das relações comerciais entre Brasil e França. Como se a França e o contato com uma

civilização “mais avançada” que o próprio Brasil fosse o único caminho possível para evitar a barbárie completa.

Manuel de Araújo Porto Alegre, discípulo de Debret e da Missão Francesa de 1816, replicou duramente as considerações de Chavagnes em artigo publicado na revista *Minerva Brasiliense*, periódico literário surgido no Rio de Janeiro em 1843 e extinto em 1845. Em sua contestação, o brasileiro ressaltava as diferenças do Brasil e ironizava os preconceitos que estrangeiros como o jornalista Chavagnes demonstrariam ter com o país e seus hábitos e costumes, além de denunciar a postura arrogante do francês de se delegar agente de uma “missão” civilizadora que pudesse salvar o país.⁷¹

Na *Revista do IHGB*, no mesmo ano em que o texto de Chavagnes foi a público, o 2º secretário da casa, Manoel Ferreira Lagos, em seu relatório anual, não deixou de registrar a ojeriza causada pelo artigo do jornalista francês. Disse ele:

Chegando ao conhecimento do Instituto a indignação que produzira nesta Corte um artigo publicado em Julho do corrente ano da *Revista dos Dois Mundos*, sob o título de “O Brasil em 1844, sua situação moral, política, comercial e financeira”, e em que seu autor, acobertando-se debaixo do pseudo nome de M. de Chavagnes, além de imperdoáveis inexactidões em que caiu, lança sobre as nossas instituições, e em geral sobre os Brasileiros, toda a sorte de apodos e impropérios, em recompensa do generoso agasalho que aqui recebeu, como mesmo confessa; não obstante as refutações que já em nossos periódicos tem tido o sobredito artigo, encarregou ao Sr. Desembargador Rodrigo de Souza da Silva Pontes de emitir o seu juízo a respeito, comissão que este nosso ilustre consócio aceitou (...) (*Revista do IHGB*, Suplemento, 1884, pp. 12-13).

De acordo com Lagos, outros foram os periódicos que repercutiram o caso. E a *Revista do IHGB*, mesmo que trabalhasse energicamente, principalmente nesses primeiros anos de sua existência, para cultivar e manter boas relações com outras academias e periódicos estrangeiros, não se calou ou deixou passar em branco o duro golpe provocado pelo artigo de Chavagnes. Mesmo em relação a uma publicação do porte da *Revue des Deux Mondes*, respeitada, lida e debatida nos principais círculos letrados do país (era o periódico distribuído tanto no Rio de Janeiro quanto em outros

⁷¹ A respeito da *Minerva Brasiliense*, ver LIMA, Lílian Martins de. “Um discurso sobre o Brasil: uma análise do jornal *Minerva Brasiliense* (1843-1845)”. Disponível em: <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao16/materia02/texto02.pdf>. Último acesso em 13/06/2013.

centros do Brasil, como São Paulo e Recife), a reação era imprescindível. E a *Revue*, embora se dissesse possuidora de um caráter *cosmopolite* e se mostrasse aberta a estudar novas formas de cultura, por vezes provocou enérgicas reações no meio intelectual brasileiro justamente pela apresentação de “testemunhos ainda impregnados de exotismo” acerca das viagens e missões científicas estrangeiras ao Novo Mundo.⁷²

Em outras passagens do periódico que tratam na nação brasileira, se percebe tanto o interesse do europeu pelo Brasil, *exotique* a seus olhos, quanto se observam considerações a respeito da importância que havia na Europa, em um momento histórico de grandes mudanças na sua sociedade, voltar seu olhar para a América, até então tão negligenciada pelos estudiosos europeus. Um exemplo é o texto do viajante inglês Francis de Castelnau, “L’Araguaïl, scènes de voyage dans l’Amérique du Sud”, publicado no terceiro tomo da *Revue des Deux Mondes* de 1848 ((3), 1848, pp. 198-223).⁷³ Ali, o autor ressaltava que chegara o momento da Europa perceber a América e dar-lhe a devida atenção. Para ele, o vasto continente americano iria, um dia, ter um crucial papel na história da civilização e, portanto, era necessário dele se ocupar.

⁷² Sobre o assunto, há o importante trabalho, disponível online, “Passagens Oceânicas, a Revista Nitheroy & a Revue des Deux Mondes”. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/francebr/revistasliterarias.htm>. Último acesso em 13/06/2013.

⁷³ O Conde de Castelnau, Francis de La Porte, chefiou, em 1843, uma expedição ao Brasil enviada pelo governo francês. Tal expedição tinha como meta cruzar a América do Sul e, para tal, percorreu as províncias de Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás, além de chegarem à Bolívia, Peru, Amazonas e Pará, no território brasileiro. Em 1856, o Conde de Castelnau publicaria, na França, uma obra sobre sua experiência de viagem ao Brasil. Essa obra não foi bem recebida pelos brasileiros, que se sentiram, mais uma vez, atacados pelas críticas sofridas devido ao duro olhar que um estrangeiro derramava sobre o modo de viver e o território nacional. No que toca ao IHGB, a repercussão foi grande e gerou, inclusive, um pedido feito ao governo imperial para que se criasse uma comissão científica nacional a fim de estudar o interior do Brasil, ideia esta imediatamente aprovada. A “Fala do Presidente, o Ex^{mo} Sr. Visconde de Sapucaí”, comentava sobre o parecer dado pelo IHGB, através do sócio Ferreira Lagos, a respeito da obra de Castelnau. O referido parecer fora lido por seu autor, Lagos, nas sessões ordinárias do IHGB daquele ano, mais precisamente nas primeiras reuniões da entidade para o ano social, em maio de 1856. Em seu discurso, Sapucaí assim se refere à obra do viajante francês: “Nosso benemérito consócio, segundo vice-presidente, autor da erudita, aprazível e engenhosa análise crítica da viagem do Conde de Castelnau, que será franqueada ao público na *Revista trimensal*, quando punha remate à leitura da sua interessante obra, propôs, em sessão ordinária, que se representasse ao governo imperial a necessidade da criação de uma comissão de engenheiros e naturalistas que tivesse por fim explorar o interior de algumas províncias do Império. Aprovada unanimemente no Instituto, foi a proposta acolhida pelo governo; e bem aceita pelos representantes da nação em ambas as câmaras, adquiriu os foros de lei do Estado. Então o nosso douto consócio que dirige a larga repartição dos negócios do Império, a quem incumbe a execução da lei, e a quem o Instituto deve tanto, levou sua confiança na nossa associação ao ponto de encarregá-la de indicar as pessoas que deviam compor a comissão e de organizar as instruções respectivas”. A comissão científica era quase toda ela composta de sócios do IHGB. SAPUCAÍ, Visconde de. “Fala do Presidente o Ex^{mo} Sr. Visconde de Sapucaí”. *Revista do IHGB*, Suplemento, 1856, p. 90. Para mais informações sobre a viagem expedicionária de Castelnau no Brasil, ver SENA, Divino Marcos de. “Tropas e condutores em Mato Grosso: camaradas e arrieiros (primeira metade do século XIX)”. In: *Revista Brasileira de História e Ciências Sociais*. Vol. 3, n. 5, Julho de 2001, pp. 44-55. Sobre a criação da comissão científica e seus desdobramentos, ver GUIMARÃES, Manoel Salgado. *Historiografia e nação no Brasil. 1838-1857*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011. Edições ANPUH, pp. 140-141.

Percebe-se, em seu discurso, que a história estaria a serviço do futuro: era necessário conhecer o passado e o presente para que, no futuro, se pudesse usar esse conhecimento em prol de alguma coisa positiva, do progresso. Portanto, conhecer o passado era a possibilidade de pensar no futuro (a história servindo ou, melhor dizendo, se voltando para o futuro), princípios caros à *Revue des Deux Mondes*, que começava, concomitantemente, a refletir sobre o novo momento que a Europa vivia naquele período de efervescência dado pelas Revoluções de 1848, a chamada Primavera dos Povos.⁷⁴ A consciência de que o momento histórico presente era de suma importância para os povos europeus era expressa do editorial da *Revue*:

⁷⁴ Costuma-se chamar o ano de 1848 como “o ano da revolução”, em uma alusão aos sucessivos levantes que aconteceram pela Europa naquele tempo e que tem relação com uma considerável crise econômica sentida havia quase dois anos no Velho Mundo. Assim, por conta da fome gerada pelas crises do capitalismo financeiro internacional, pelas colheitas insuficientes para alimentar a população e em nome da liberdade política e da defesa da nacionalidade, o povo europeu pegou em armas e foi às ruas lutar por suas reivindicações e direitos. Tendo como foco irradiador a revolta de fevereiro, ocorrida em Paris, a “febre da revolução” logo se espalhou por outras regiões do continente, como Áustria e Estados germânicos e italianos. Na França, a oposição republicana ao regime monárquico de Luis Felipe de Orleans, que governava o país desde 1830, foi a responsável pelo levante. Desejando conferir direito de voto a todos os franceses e apelando à democracia, os revoltosos, liderados pela burguesia, estudantes e trabalhadores, exigiram reformas e lutaram violentamente com os soldados do rei. Devido à sua incapacidade em conter a revolta, Luis Felipe abdicou e a França se tornou uma República, concedendo o esperado direito de voto universal ao sexo masculino. Porém, a miséria popular era cada vez maior, e as lideranças da classe média que controlavam a nova república pouco souberam compreender as aflições de uma grande massa da população que se encontrava vulnerável, faminta e desempregada. A revolução de junho foi o ápice do descontentamento desses oprimidos contra o novo governo. Novamente nas ruas, os pobres parisienses tinham como bandeira a luta pela redistribuição da propriedade no país. Temerosos do radicalismo percebido no discurso e ação da classe operária parisiense e contrários às suas reivindicações, aristocracia, burguesia e camponeses se uniram e, vindos de várias regiões do país, sufocaram, em sangrentos confrontos, os revoltosos. Em dezembro, esses mesmos franceses, acreditando nas palavras de Luis Napoleão Bonaparte, sobrinho de seu antigo Imperador, Napoleão, que prometia dar fim às desordens da classe operária, o elegeram como presidente da Segunda República Francesa (1848-1851). Esta, por sua vez, duraria até o momento em que Luis Napoleão daria um golpe de estado (o chamado “18 Brumário de Louis Bonaparte”, como bem descrevem as irônicas palavras de Karl Marx), tornando-se, em 1852, Napoleão III. Em sua avaliação sobre a Revolução europeia de 1848, a “última revolução geral do Ocidente”, como afirmou Hobsbawm, diz Marvin Perry: “Antes de 1848, os democratas idealistas anteviam o nascimento de uma nova Europa, de pessoas livres e nações emancipadas. As revoluções da Europa central mostraram que o nacionalismo e o liberalismo não eram aliados naturais, que os nacionalistas eram frequentemente indiferentes aos direitos dos outros povos. (...) Os propósitos liberais e nacionalistas dos revolucionários não foram realizados, mas os ganhos liberais não foram insignificantes. Todos os homens franceses obtiveram o direito de voto; os serviços prestados pelos camponeses aos senhores foram abolidos na Áustria e nos Estados alemães; e parlamentos, dominados, é certo, por príncipes e aristocratas, foram estabelecidos na Prússia e em outros Estados alemães. Nas décadas seguintes, as reformas liberais se tornariam mais difundidas. Essas reformas foram introduzidas pacificamente, pois o fracasso das revoluções de 1848 convenceu a muitos, inclusive os liberais, de que levantes populares eram caminhos ineficazes para a modificação da sociedade. A era das revoluções, iniciada pela Revolução Francesa, tinha terminado”. PERRY, Marvin. *Civilização ocidental: uma história concisa*. São Paulo: Martins Fontes, 2002, pp. 407-408. Sobre o momento histórico que levou às Revoluções de 1848 na Europa, ver também HOBBSAWM, Eric. *A Era das revoluções: Europa, 1789-1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005, especialmente pp. 409-423. HOBBSAWM, Eric. *A Era do capital, 1848-1875*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004, especialmente pp. 27-53.

A *Revue des Deux Mondes* nasceu em fevereiro de 1831, no dia seguinte à Revolução de Julho. Ela cumpria seu décimo sétimo ano até que outra revolução veio dispersar os homens e as instituições de 1830. Na presença de uma ordem das coisas tão nova, cada órgão de publicidade se interrogou sobre a parte que havia a tomar, sobre o papel que ele poderia preencher no movimento intelectual e social que modifica tão profundamente o estado do país e aquele da Europa. Em tais circunstâncias, uma olhada sobre o passado é para cada um o guia mais certo e a *Revue* compreendeu primeiramente os deveres que lhe traçam as circunstâncias e os fatos. (*Revue des Deux Mondes*, 1848 (3), p. 1).⁷⁵

No final desse texto propositivo escrito no terceiro tomo de 1848, a publicação trazia um índice de matérias publicadas nos seus dezessete anos de vida. Tal índice tinha como intuito servir de guia para a escrita do período 1831-1848. Havia, pois, uma clara preocupação com a elaboração da história: os fatos coletados e reunidos na *Revue des Deux Mondes* seriam fonte indispensável para a escrita da história. E esse movimento de reunião de documentos se dava precisamente em um momento de grande importância social: em meio à Revolução de 1848, ocasião que fez a intelectualidade que girava em torno do periódico perceber que mudanças capitais ocorreriam na Europa após a eclosão do movimento revolucionário.⁷⁶ O princípio da previsibilidade estava colocado: a *Revue des Deux Mondes* enquanto empreendimento intelectual apresentava um projeto para o futuro: tinha consciência que seria importante para as gerações do

⁷⁵ Dizia o editorial que nos primeiros dias de 1831, a *Revue* começava uma existência simples e modesta, sem jamais buscar popularidade em escândalos. Colocava também que nesses 17 anos, foi ela um dos principais centros intelectuais da França. Sobre a Revolução iniciada por volta de 1829-1830, afirmava-se que a publicação soube discernir os homens de valor saídos do movimento literário de 1829 e do movimento político de 1830. Em uma auto avaliação, se acreditava que a *Revue* soubera fazer o necessário: agrupar e conciliar os espíritos diversos que esse tempo mostrou, atraindo para o periódico os nomes mais eminentes das letras e da política. Bastaria ao leitor dar uma olhada sobre o índice de matérias tratadas pelo periódico nos seus 17 anos para julgar se a *Revue des Deux Mondes* não esteve preocupada com os progressos do espírito humano, com o desenvolvimento da indústria e com o melhoramento das classes trabalhadoras, alegava o editorial. Para ele, a *Revue* tratou das questões e dos interesses do mundo contemporâneo em seus 17 anos de existência, tornando-se referência incontornável àqueles que desejassem escrever a história política e literária do período. *Revue des Deux Mondes*, Tomo 3, 1848, pp. 1-3.

⁷⁶ Eric Hobsbawm chama atenção para a velocidade da disseminação revolucionária de 1848: nunca uma revolução se espalhou tão rápida e amplamente, “alastrando-se como fogo na palha sobre fronteiras, países e mesmo oceanos”. Destaca o autor que a repercussão da série de revoluções que se deram em 1848 chegou ao Brasil, tendo tido influência direta na Insurreição Praieira, iniciada em Pernambuco, ainda naquele ano. HOBBSAWM, Eric. *A Era do capital, 1848-1875*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004, p. 28. Para uma interpretação recente da participação das camadas populares e subalternas na Insurreição Praieira, ver CARVALHO, Marcus J. M. de. “Os nomes da Revolução: lideranças populares na Insurreição Praieira, Recife, 1848-1849”. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 23, n. 45, pp. 209-238. 2003.

porvir poder tomá-la como um ponto de referência e orientação para o que se escreveria, a partir dali, a respeito das questões contemporâneas daquela época.⁷⁷

Em 1851, uma nova publicação sobre o Brasil reforçava ainda mais essa ideia. O texto “L’empire du Brésil et la société brésilienne en 1850”, de Émile Adêt (*Revue de Deux Mondes*, 1851 (1), pp. 1082-1105), no qual o autor mostrava a importância, em 1850, de conhecer o Brasil, pelo valor econômico e político daquele “gigante” da América Meridional. Entender o Império do Brasil e suas novas instituições de história e geografia era o mote do texto. Estudos dessa natureza, dizia o autor, tornariam o país pronto para seguir seu caminho rumo ao progresso.

O texto é particularmente interessante por tratar pormenorizadamente das províncias brasileiras e, principalmente, por dar especial atenção à Província do Rio Grande do Sul, tomada por ele como inquieta e audaciosa por ter abalado a soberania nacional durante a Revolução Farroupilha.⁷⁸ Adêt apresentava, em seu texto, o então

⁷⁷ Após a apresentação do índice de matérias, se afirmava que a *Revue*, depois da eclosão da Revolução de 1848, seguia disposta a continuar observando o que acontecia na literatura e na política francesa e europeia. O texto pedia, ainda, que os agrônomos e as sociedades agrícolas colaborassem com o periódico. Em relação ao estrangeiro, também solicitava a continuidade das colaborações. A situação da Europa, constatava a publicação, abria um novo campo de observações, dando uma fisionomia nova à vida pública na Itália, Alemanha, países escandinavos, Áustria e populações próximas ao Rio Danúbio. A partir dali, o pensamento poderia ser produzido livremente, como no caso das análises que começavam a se realizar em cima da ideia de raça. Ideia essa que, segundo a *Revue*, agitava toda a Europa Oriental e que aproximava cada vez mais alguns países, caso da Suécia e da Dinamarca. O texto tratava, também, dos Magyars, que, com Polônia e Grécia, contribuíram poderosamente para o despertar das raças oprimidas e que naquele momento estavam entrando na família dos povos ativos com uma literatura abundante e de ricas inspirações. O texto afirmava que a *Revue* estudaria essa questão das raças com um espírito de imparcialidade, cara aos princípios da cientificidade. E não com menos cuidado a *Revue* anunciava que estudaria, ainda, o movimento pacífico vivido na Grã-Bretanha em meio às convulsões observadas na Europa. Também se debruçaria sobre os Estados Unidos, que desde o século XVIII, dizia o editorial, continuava com regularidade e sucesso sua grande experiência democrática. Em relação à América do Sul e o Extremo Oriente, as considerações apresentadas eram bem mais modestas, talvez pela falta de dados informativos suficientes. Entretanto, afirmava a *Revue* que desejava dar continuidade às relações de pesquisa e compreensão desses locais, estendendo ainda mais um trabalho já iniciado. *Revue des Deux Mondes*, Tomo 3, 1848, p. 32.

⁷⁸ Adêt comentou rapidamente o conflito civil travado entre Rio Grande do Sul e Brasil no momento em que seu texto tratou das receitas e despesas do Império. Dizia ele que, em 1850, o governo central esperava equilibrar o orçamento das despesas com as receitas, mas que isso não se deu enquanto durou a “guerra com a província revoltada do Rio Grande do Sul”. Ao se referir às despesas que o Brasil tinha com marinha e guerra, ele tocou mais pormenorizadamente na questão da guerra farroupilha. Pode-se perceber, pelas palavras do autor, o temor que pairava no ar acerca de um novo conflito armado que a Província de São Pedro pudesse reavivar para com o Império: “O governo de D. Pedro II mantém sob armas uma força de cerca de vinte e três mil homens. Após a pacificação da Província do Rio Grande, cuja revolta contra o governo durou nove anos, todos esperavam ver o país finalmente retornando seu caminho normal, renunciando a esse contingente de forças desnecessárias. Ele não fez isso. A luta que se prolonga entre Buenos Aires e Montevideú ainda são permitiu nenhuma redução do poderio militar do Brasil. A Província do Rio Grande, que se estende na extremidade sul do Império, e que por muito tempo fez fracassarem as forças do governo, *sempre incubou em seu seio algum fermento de agitação, algum desejo de independência*. Esta província, que atinge a Banda Oriental, cuja capital é Montevideú, e mantém com esta república um forte e ampliado comércio, lhe dá naturalmente suportes em relação às hostilidades contra Rosas, que constantemente a ameaça. O Brasil mantém espalhada ao longo dessa

jovem Imperador D. Pedro II de maneira diferente daquela colocada alguns anos antes por seu compatriota Chavagnes: ele elogiava o pulso firme com que o monarca tratou a questão da revolta sulina, fator que afirmou ter sido necessário para deixar a população do Brasil unida e evitar um maior desdobramento de dissoluções internas no vasto país.

Em 1858, o brasileiro João Manoel Pereira da Silva também teve um artigo publicado no periódico: “Le Brésil en 1858 sous l'Empereur Dom Pedro II” (*Revue des Deux Mondes*, 1858 (2), pp. 791-834). Um texto que continha a marca do tempo presente, o que é bem interessante, nesse contexto de século XIX, em que a escrita da história presentista era algo problemático, ao menos no Brasil (TIBURSKI, 2010).⁷⁹ Nesse texto, Pereira da Silva tocava na questão da imigração europeia no país, que, segundo ele, ajudaria o Brasil a se civilizar, se livrar da mão de obra proveniente da raça negra e encontrar um bom caminho de desenvolvimento. No texto, o autor deixava claro que a colonização deveria ser o caminho e a verdadeira política nacional brasileira. No que toca à vida cultural, as relações intelectuais entre Brasil e França foram consideradas por Pereira da Silva como de vital importância para desenvolver no Brasil o amor às letras (*Revue des Deux Mondes*, 1858 (2), p. 818).

Outro periódico francês que teve bastante influência para a elite letrada brasileira no século XIX foi o *Journal de l'Institut Historique de Paris*, publicação que surgiu na capital francesa, em 1834, quatro anos antes, portanto, da criação do IHGB e cinco anos antes do surgimento da *Revista* da associação brasileira. Manoel Salgado Guimarães

fronteira um corpo armado que manterá, espera-se, apenas seu papel de monitoramento. Com efeito, recentemente, quando o Paraguai chegou a ocupar militarmente, como se fosse sua propriedade, as planícies entre o Paraná e Uruguai, o Brasil chegou ao ponto de intervir entre o país e a República Argentina, que alegou, por sua vez, esta faixa de terra como parte integrante da província de Corrientes”. ADÊT, Émile. “L'empire du Brésil et la société brésilienne en 1850”. In: *Revue des Deux Mondes*, Tomo 1, 1850, pp. 1082-1105. Citação, pp. 1097-1098. Grifos meus.

⁷⁹ Temístocles Cezar ressalta que fazer história do tempo presente não era algo “proibido”, mas que, para fazê-la, o historiador brasileiro oitocentista deveria seguir determinados princípios, principalmente no que toca à imparcialidade, como explica nesta passagem: “Em primeiro lugar, *constata-se que uma noção de história do presente aparece desde o início do IHGB* (e continuará a se desenvolver ao longo do século XIX). Aparentemente, o Instituto não reprova ninguém por realizar esse gênero de história, apenas por fazê-la mal, ou seja, sem imparcialidade nem critério. Essas duas características negativas dificultam o trabalho de memória, que, nesse caso, é informada tanto pela escritura, como pela visão. A história do tempo presente é, nessa perspectiva, um tipo de história que pode ser vista. A memória opera, também, sobre um espaço ótico. No entanto, o registro do tempo depende de outros suportes que vão além do simples dispositivo baseado em uma visão retrospectiva. É preciso que o historiador, alojado no IHGB, faça seu trabalho: corrigir os erros cometidos. Essa exegese determina um primeiro domínio de pesquisa cuja consequência deve ‘salvar’ os fatos que conferem sentido à história brasileira da ‘indigna obscuridade’ em que se encontram, bem como definir os objetos que devem ser melhor assinalados, descritos e mensurados (...)”. CEZAR, Temístocles. “Lição sobre a escrita da história. Historiografia e nação no Brasil do século XIX”. *Diálogos*, Maringá, n. 1, v. 8, 2004, pp. 15-16. Grifos meus.

destaca que a proximidade entre a instituição francesa e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro era notável: entre 1834 e 1850, quarenta e seis brasileiros foram sócios do IHP. Desses, vinte e seis eram, igualmente, associados ao IHGB, o que demonstra a estreita relação que mantinham as duas instituições. De acordo com o autor:

Não se deve desprezar o fato de que, para os fundadores do IHGB, a repercussão de seu trabalho por meio de uma instituição com sede em Paris significava legitimá-lo. Por sua vez, o IHP, enraizado na crença da função civilizadora da cultura francesa, surgia como modelo para a fundação do IHGB (GUIMARÃES, 2011, p.102).

Salgado Guimarães lembra que a fundação do IHP tinha uma relação direta com o movimento romântico, que, por sua vez, apresentava como característica singular seu grande interesse pela história. O passado fornecia aos românticos o material literário e se configurou como objeto de um trabalho sistemático. A questão nacional, outro ponto intrinsecamente ligado à história que se desejava construir para as nações em formação, estava em voga e a busca pelas raízes nacionais imperava nas pesquisas históricas (Idem, p. 103). Deste modo, o jornalista francês Eugène de Monglave (1796-1873) em parceria com o historiador Joseph Michaud (1767-1849) trabalhou para a criação do Instituto Histórico de Paris, fundado no final de 1833 e constituído em abril de 1834. Nas páginas iniciais do *Journal de l'Institut Historique de Paris* (que, posteriormente, passaria a se chamar *L'Investigateur, Journal de l'Institut Historique de Paris*), assim se lia:

O Instituto histórico foi fundado para encorajar, dirigir e propagar os estudos históricos na França ou no estrangeiro. Ele faz pesquisar, dentro e fora, os documentos que podem lançar alguma luz sobre uma época ou sobre um fato histórico pouco conhecido, e os publica inteiros ou por extratos. Ele se corresponde com sociedades *savantes* francesas e estrangeiras. Ele publica a coletânea de seus trabalhos. Os membros do Instituto histórico, franceses e estrangeiros, recebem gratuitamente o jornal. Esse jornal se publica uma vez por mês. Cada número contém 4 folhas de impressão, ou 50 folhas por ano, divididas em 2 volumes in-8º, com cobertura impressa (...).

Nas páginas posteriores, se encontrava esboçada a concepção de história que permeava a publicação, elaborada por Casimir Broussais, médico agregado à Faculdade de Medicina de Paris e professor adjunto do Hospital Militar de Instrução do Val-de-Grâce. Broussais era membro da 4ª classe (àquela destinada aos estudos das ciências físicas e matemáticas) do Instituto Histórico. O primeiro parágrafo já diz o seguinte:

Em nossa época de inteligência e de ação, a história se tornou uma necessidade imposta a todos; ela é, com efeito, o complemento de todo estudo, a condição de todo progresso. Todo conhecimento, para ser completo, é triplo; ela abraça o presente, o passado e o futuro. Para conhecer a fundo um objeto qualquer, é necessário saber de onde ele vem, o que ele é, aonde ele vai (...). A necessidade da história nos persegue por todos os lugares em todo o momento (*L'Investigateur*, 1834 (1), p. 1)

E o autor seguia listando as necessidades imperiosas de história, inclusive, para que as leis históricas pudessem ser feitas. Nem mesmo às belas artes a história seria indiferente, dizia o texto. Nunca indiferente a um filósofo, a um artista ou até àqueles que são chamados para governar os homens. Broussais procurava em vão a quem a história poderia ser inútil, mas não encontrava, pois ela estaria presente em toda educação liberal. Porém, o autor reclamava que era pequeno o lugar que a história ocupava em comparação com a importância que tinha para as nações: “Estreitando esse quadro imenso da instrução histórica, se faz dela um braço da literatura, e nada mais; algo de agradável e não útil; um objeto de luxo, enfim, e não de necessidade” (Idem, p. 1).

Broussais afirmava que era indispensável um ensinamento histórico que reunisse todos os braços da história (que estariam, até então, dispersos). E justamente para realizar esse pensamento, é que se teve a ideia de fundar o Instituto Histórico de Paris, uma instituição que tinha como meta abraçar todos os conhecimentos históricos em seu conjunto. Ao invés de limitar a história aos estudos ordinários dos eventos que preenchiam a vida exterior das nações, o IHP desejava expandir o conhecimento de suas ideias, de suas ciências, de suas opiniões, de seus cultos, de seu gênio, quer dizer, de tudo que constituía, para eles, a vida íntima da humanidade. Por isso, a divisão proposta em tratar, no periódico da instituição, a história em seis classes:

1. História Geral (1ª classe);

2. História das ciências sociais e filosóficas (2ª classe);
3. História das línguas e das literaturas (3ª classe);
4. História das ciências físicas e matemáticas (4ª classe);
5. História das Belas Artes (5ª classe);
6. História da França (6ª classe).

Como destaca Manoel Salgado Guimarães (2011, p. 106), havia um certo “ecletismo teórico” no IHP, pois, embora o Instituto Histórico estivesse reunido pelo interesse comum dos que cultivavam a história, Broussais afirma que nenhum de seus membros estaria associado a alguma escola histórica específica. O que se almejava seria constatar e avançar em uma ciência da história (*L'Investigateur*, 1834 (1), p. 2) e de relacionar os vários trabalhos isolados, de forma que cada um contribuiria um pouco para a formação do campo. Broussais lembrava, ainda, que a história era um conhecimento específico e não algo que todos os homens dominavam. Ao contrário, ele propunha que se interrogassem químicos, físicos, naturalistas e se verificasse quantos deles sabiam a história de suas especialidades. “Quantos advogados não terão somente uma ideia estreita e confusa da história do Direito!” (Idem, p. 2), se indagava.

Para Broussais, esses *savantes* de cada área gostariam de ver as luzes do aprofundar da história nas outras ciências. “Certamente, não é hoje que nasce o pensamento de uma história completa da humanidade; mas é hoje que todos os homens de luz e de labor devem se associar para assegurar sua realização” (Idem, p. 2).

Ele diz que, todavia, associar-se não condiz com todos os esforços dos membros do IHP: seria necessário buscar se comunicar com o público, dar provas da existência da associação e agir sobre as inteligências para mostrar a utilidade atual, real e positiva que a sociedade poderia retirar dos estudos históricos (Idem, *ibidem*). Um *Journal*, como o que ora Broussais apresentava, seria um meio de atingir tal finalidade. Porém, ponderava em seu discurso, os textos e matérias contidos no periódico não deveriam se limitar aos trabalhos lidos nas reuniões do grupo que girava em torno do IHP. Por isso, o *Journal* estaria aberto para receber todo trabalho histórico que sua comissão de redação julgasse digno de ali aparecer.

Manoel Salgado repara que a reflexão teórica e metodológica tinha um lugar seguro e reservado na revista do IHP - o que permitiria, portanto, ao historiador da historiografia reconstruir a concepção de história ali representada. Para ele, “ao lado da compreensão da história como ciência social abrangente, atribuiu-se à mesma disciplina ainda uma função pragmática: a história como mestra da vida” (GUIMARÃES, 2011, p.

105). Dessa forma, os membros do IHP pressupunham que a história era um todo e, assim, contar cada parcela da história da França era caminhar na possibilidade de esboçar um *quadro geral* da história do país (Idem, p. 106). Algo que o IHGB também tencionava colocar em prática através da centralização da história das províncias brasileiras no acervo e no arquivo que o IHGB projetava construir, fazendo do Instituto Brasileiro o local para onde deveriam convergir todas as fontes acerca do passado nacional.

Em relação às trocas entre o IHP e o IHGB, Manoel Salgado lembra que essas eram constantes. Desde a Missão Francesa de 1816, passando pela leitura e recepção da *Revue des Deux Mondes* no Brasil e, é claro, pela enorme influência cultural francesa no país (no teatro, na literatura, na moda e no estudo da língua, por exemplo), o contato entre Brasil e França era uma realidade vivaz. O interesse francês pelo país permitia supor, afirma o autor, “que a fundação de um império no continente sul-americano ia ao encontro de certos circuitos sociais franceses” (GUIMARÃES, 2011, p. 110).⁸⁰

Dentre os textos sobre o Brasil divulgados no *Journal*, um, publicado neste mesmo número de estreia do magazine, chama especial atenção: “Résumé de l'histoire de la littérature, des sciences et des arts au Brésil” (*L'Investigateur*, 1834 (1), pp. 47-53), elaborado por três brasileiros, que eram, igualmente, membros do IHP: Domingos José Gonçalves de Magalhães, Francisco de Sales Torres Homem e Manoel de Araújo Porto Alegre. Os jovens literatos afirmam, já no início do texto, que o amor pelos estudos foi o responsável por atraí-los à França e, particularmente, aos bancos do IHP. Começavam o trabalho com considerações de Gonçalves de Magalhães, que se dizia há muito desejoso de escrever uma história literária do Brasil, pois o país ainda não a possuía, por ser, segundo ele, uma nação jovem (“nascida ontem”) e fértil tão somente em produções naturais. Em total sintonia com o movimento romântico então em voga,

⁸⁰ Em 1886, Joaquim Norberto de Souza e Silva diria: “Não conta ainda meio século de existência e já o Instituto Histórico, curvado sob sua patriótica missão, tem adquirido uma reputação como que secular, e que toda redonda em realce do país. Foi o Instituto Histórico que abriu relações científicas e literárias entre o Brasil e o Velho Mundo, e fez inscrever nas atas das antigas academias da culta Europa, sob o entusiasmo de seus sábios, mais o nome de uma nação dada às investigações da inteligência, a fim de também por sua vez pagar a devida contribuição à história da humanidade, em que se resumem os anais de todos os povos cultos. Coroado com o prestígio que lhe dá o diadema imperial – auxiliado pelo poder legislativo, que lhe proporciona os recursos necessários – acompanhado com a adesão de todos os corpos científicos e literários do Império e das nações estrangeiras, - conquistou o Instituto Histórico o eminente lugar que hoje ocupa, realizando as esperanças que concebera o seu augusto protetor. Trago à lembrança estas recordações porque sempre é bom, útil e agradável revivê-las, para que não se esqueça que a criação do Instituto Histórico foi uma necessidade e é e sê-lo-á a sua continuação”. SILVA, Joaquim Norberto de Souza. “Discurso do Presidente interino, o Sr. J. Norberto de Souza Silva. Sessão Magna Aniversária do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no dia 15 de dezembro de 1886”. *Revista do IHGB*, Tomo XLIX, parte 2, p. 493.

Magalhães afirmava, contudo, que o país possuía poetas, pois o brasileiro já nasceria poeta e músico, por conta da natureza exuberante que o animaria a sê-lo.⁸¹ Magalhães também informava que somente do século XVIII datavam os melhores escritores do Brasil: Santa Rita Durão, autor de *Caramuru* e Basílio da Gama, com *O Uruguay*, entre outros nomes citados.

A Salles Torres Homem coube explicar os significados e mudanças que ocorreram no Brasil de inícios do século XIX, no período de transformações sociais imediatamente posteriores à Revolução Francesa. Situava por essa época o surgimento das ciências no Brasil, com a importação, via Portugal, de médicos, matemáticos, naturalistas e literatos.⁸² Em seguida, Araújo Porto Alegre pintou o quadro das artes no país natal. Quadro promissor e ligado, claro, à herança e influência europeia – principalmente, francesa.

Os textos sobre o Brasil produzidos pelo célebre Debret também mereceram destaque nas páginas do *Journal* do IHP. A obra “Voyage pittoresque et historique au Brésil, depuis 1816 jusqu'en 1831, ou séjour d'un artiste français au Brésil, pendant les quinze premières années de sa régénération politique”, recebeu uma resenha do sócio do IHP, o arquiteto Stéphane Niquet por ocasião de sua oitava edição na França. Debret, na época pintor e professor da Academia Imperial Brasileira de Belas Artes do Rio de Janeiro, era também membro correspondente do Instituto da França e membro titular do Institut Historique.⁸³

⁸¹ A revista-símbolo do romantismo brasileiro, *Revista Niterói*, publicada por Torres Homem, Magalhães e Araújo Porto Alegre em 1836, seria objeto de atenção dentro do IHP. Através de uma resenha crítica bastante positivo de Eugène de Monglave, secretário perpétuo do IHP, a publicação foi vivamente exaltada e os jovens literatos aplaudidos por sua iniciativa. MONGLAVE, Eugène de. “Nitheroy. Revista Brasiliense. Sciencias, Lettras e Artes” (T. I, 1er livraison, 12 feuilles in-8, avec cette épigraphe: - Tudo pelo Brasil e para o Brasil). *Compte rendu* de Eugène Garay de MONGLAVE. In: *L'Investigateur*, Tome 4, 1836, pp. 209-211.

⁸² No período anterior à chegada da família real, a situação descrita era outra: “Figura-vos uma nação forçada a ficar imóvel e, todos os elementos da humanidade e se absorver profundamente na unidade de um despotismo sistematicamente opressor: vós concluís qual deveria ser o estado das ciências no Brasil durante três séculos”. Na verdade, Torres Homem reclamava que, embora o Brasil fosse um país continental, não havia ali uma academia ou instituição literária. Lembremos que o IHGB nasceria somente em 1838. “Résumé de l'histoire de la littérature, des sciences et des arts au Brésil”. In: *L'Investigateur*, Tome 1, 1834, p. 48.

⁸³ Niquet inicia seu texto enaltecendo o fato de Debret ter ido “propagar a civilização em outros mares” e que isso era motivo de glórias para a França. Segundo ele, Debret consagrou uma estadia de 15 anos no Brasil e lá reuniu a coleção mais completa de documentos sobre a situação física e moral do país. Niquet situa Debret como um naturalista e historiador, estatístico e moralista, mas também e, principalmente, pintor fiel da realidade. Ele elogia a maneira perfeita com a qual Debret teria estudado e descrito os índios brasileiros, suas cabanas, seus modos de vida e sociedade. Para Niquet, em meio à colossal exuberância da natureza brasileira, o homem, depois de Debret, não era mais que um inseto. E sua obra serviria como complemento às obras que Langsdorff e Saint-Hilaire fizeram sobre a botânica e que Neuwied fez sobre a zoologia, bem como a que Southey, Ferdinand Denis e Warden fizeram sobre a história do Brasil.

Quanto ao IHGB, o *Journal* do IHP dele diretamente se ocuparia em algumas ocasiões especiais. Um delas se deu em 1839, com a divulgação de um texto sobre a fundação do IHGB publicado no magazine. Nele, se vinculava a fundação do IHGB à criação do IHP. Para isso, o texto reafirmava a própria proposta do IHP, fundado havia cinco anos e que tinha como uma de suas bases encorajar e difundir na França e no exterior as diversas especialidades que se ligavam à sua fundação. Conforme o texto, essa empresa era uma ambição da entidade, mas os próprios sócios não acreditavam que resultaria em desenvolvimentos muito audaciosos. O escrito também lembrava que um dos objetivos seria formar uma biblioteca composta das obras dos colegas, além do estabelecimento de uma correspondência mais ou menos sequencial com sociedades eruditas e seus membros tanto na França quanto no estrangeiro, além da publicação do *Journal* mensal que resumiria o conjunto dos trabalhos da casa.⁸⁴

Ao listar todas as sociedades que foram criadas a partir das ideias do IHP ou que com ele teriam relações, o Institut estava reivindicando seu papel e se posicionando como uma das instituições pioneiras e responsáveis pela nova maneira de pensar a história no século XIX, fora dos círculos universitários. Dentre as instituições citadas no texto, constam as trocas mantidas com a Comissão Real de Londres, de Bruxelas e de Turim (teriam sido as primeiras a estender a mão ao IHP). Os reis da Bélgica e do Piemonte, coloca o texto, tornaram-se seus colegas; Toulouse, Beziers e Montpellier fizeram suas sociedades arqueológicas inspiradas no modelo do IHP. O texto cita, também, entre outras, a Sociedade Real dos Antiquários da França, as Sociedades de Antiquários do Oeste, da Normandia e de Morinie como ligadas ao IHP. Indo além, o texto questionava se não seria possível notar reflexos da organização e da divisão das classes do IHP nos Comitês Históricos fundados no Ministério da Instrução de Guizot e continuados por Salvandy.⁸⁵

NIQUET, Stéphane. “Voyage pittoresque et historique au Brésil, depuis 1816 jusqu'en 1831, ou séjour d'un artiste français au Brésil, pendant les quinze premières années de sa régénération politique, par J.-B. DEBRET. *Compte rendu* de Stéphane Niquet”. In: *L'Investigateur*, Tome 1, 1834, pp. 53-54.

⁸⁴ No texto, ainda é comentada a proposta de realização de um congresso anual de história, que já estava, na ocasião, em sua quarta edição. Também destacava o fato de que, em 1838, começaram uma série de cursos públicos e gratuitos de história, todos eles autorizados pelo Ministério da Instrução Pública e que eram destinados a formar um nível intermediário entre as lições dos colégios reais e o Ensino Superior das Faculdades. “Fondation d'un Institut Historique à Rio-Janeiro (Brésil). Commentaire”. In: *L'Investigateur*, Tome 10, 1839, pp. 101-105.

⁸⁵ Fora da França, cita ainda a Sociedade dos Antiquários do Norte, sediada em Copenhague, Dinamarca e as Academias de História de Barcelona, Madri e Lisboa como associadas e amigas do IHP. O texto vai citando, também, novas sociedades que se criaram, em Lausanne, na Suíça, nos Estados Unidos e no México. Idem, p. 102. Em relação à Sociedade Real de Antiquários do Norte, esta, a exemplo de outras sociedades europeias que lhe eram similares, manteve profícuas trocas intelectuais com o IHGB durante

Para arrematar, o texto traz a notícia da criação do IHGB no Rio de Janeiro: “(...) enfim [veremos] o Brasil, esse grande e majestoso império transatlântico, cujas ideias, os gostos, as tendências são tão francesas, fundar nos primeiros dias do último ano, um Instituto Histórico que se glorifica de descender do nosso” (*L’Investigateur*, 1839 (10), p. 102). Em seguida, os estatutos do IHGB foram reproduzidos nas páginas do *Journal* (Idem, pp. 105-108).⁸⁶

Em 1889, *L’Investigateur* trazia uma resenha de seu colaborador A. Loiseau intitulada “La Revue de l’Institut Historique, géographique et ethnologique du Brésil (année 1883...1^{er} semestre 1888). *Compte rendu* de A. Loiseau” (*L’Investigateur*, 1889 (7), pp. 42-51). Nela, o articulista oferecia um retrato da associação brasileira e fazia comentários sobre matérias publicadas na *Revista do IHGB*, lembrando o jubileu da entidade, ocorrido em 1888, mesmo ano em que se extinguia a escravidão no Brasil. Loiseau lembrava, ainda, as boas relações mantidas pelo IHGB com instituições europeias, particularmente as francesas. Para ele, o Rio de Janeiro, como sede que era da monarquia brasileira, era certamente uma cidade distante em termos geográficos de Paris e do mundo europeu, mas deles se conservava muito próxima quanto às instituições, os gostos artísticos e as aspirações científicas (Idem, p. 48). De acordo com Loiseau:

Lá existe, há cinquenta anos, uma Sociedade Histórica, Geográfica e Etnológica forte, séria e onde se trabalha muito. Eu não preciso dizer-lhes que ela floresceu sob o reinado do Mecenaz brasileiro, todos sabemos, porque a ciência tem feito dele um de nós. - O Instituto Histórico do Brasil, “sob a proteção imediata de Dom Pedro II” é quase todo mês honrado pela presença do Imperador, que preside

as décadas de 1840 e 1850. Sobre o assunto, ver GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. “Uma parceria inesperada: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e Sociedade Real dos Antiquários do Norte”. In: *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, n. 155 (384), jul./set. 1994, pp; 499-511.

⁸⁶ Entre outras informações, o documento do IHP mencionava o fato de que o presidente eleito para a nova associação ser sócio do IHP, o senador e conselheiro de Estado José Feliciano Fernandes Pinheiro, Visconde de São Leopoldo. Em seguida, o texto diz assim: “(...) O alvo principal do Instituto [IHGB] será de recolher e classificar os documentos históricos e geográficos que interessam ao Brasil. (...) O Instituto se colocará imediatamente em contato com o Institut Historique de Paris, ao qual ele endereçará todos os documentos relativos à sua instalação, assim como com outras sociedades estrangeiras cujo objetivo é o mesmo; e ele buscará abrir relações com as províncias do Império a fim de recolher todos os documentos que elas contêm”. Interessante notar que, logo em seguida, os estatutos reproduzidos mencionam novamente o desejo do IHGB de se corresponder com as províncias de seu próprio Império, pois são tomadas como “minas fecundas a serem exploradas”, mesmo princípio do IHP em relação à história francesa: ou seja, as histórias provinciais são para a associação brasileira de grande interesse e desde esse início dos trabalhos da casa a intenção de ter com províncias relações de proximidade é algo projetado e divulgado para sua congênere inspiradora. “Fondation d’un Institut Historique à Rio-Janeiro (Brésil). *Commentaire*”. In: *L’Investigateur*, Tome 10, 1839, p. 102.

pessoalmente as sessões. Ele conta entre os seus membros quase todas as personalidades científicas, literárias e artísticas dos países da América Latina e da Europa tem um bom contingente de membros e correspondentes. Somente na França, destaco na tabela mortuária os nomes de Thiers, Pastoret, Walkenaer, Reybaud, Duc d'Elchingen, Dureau de Lamalle, Emile Say, Letronne, Chateaubriand, Chevalier de Saint-Georges, etc. O Instituto teve a boa idéia de nos enviar no ano passado, e pela primeira vez - é por isso que pensei que deveria vir aqui trazer alguns detalhes a seu respeito - um volume de suas memórias, que vós gentilmente me confiastes (Idem, *ibidem*).

O autor cita alguns textos importantes no grande volume de material presente na *Revista do IHGB* do qual teve acesso. Dentre os trabalhos citados por Loiseau, dois chamam particularmente nossa atenção: a biografia do Marechal Francisco das Chagas Santos, de autoria de Fausto de Souza (*Revista do IHGB*, 1883 (2), pp. 5-52)⁸⁷ e a memória histórica “Guerra Civil do Rio Grande do Sul”, de Tristão de Alencar Araripe (*Revista do IHGB*, 1883 (2), pp. 165-564), que será objeto de investigação no último capítulo desta pesquisa. O longo e polêmico trabalho em que o Conselheiro Araripe tratava sobre uma das contendas que mais marcaram a relação de tensão entre o Império do Brasil e a região sulina era, então, mencionado nas páginas do *Journal* do IHP. Talvez pelo grandioso volume de fontes reunidas, a parte documental da obra de Araripe, que vinha sendo publicada nas páginas da *Revista* desde 1882 (em 1880,

⁸⁷ Francisco das Chagas Santos foi um renomado militar brasileiro que, ao final de sua longa carreira (esteve por mais de 60 anos a serviço do exército), atuou na defesa da Província do Rio Grande durante a Revolução Farroupilha. Fora nomeado, inclusive, presidente provincial e comandante das armas em 1837, com o objetivo de conter a revolta. Em sua biografia, Fausto de Souza elogia o homem de armas que foi o Marechal Chagas e narra com riqueza de detalhes os episódios em que ele esteve envolvido em sua vasta carreira, destacando, especialmente, a relação que Chagas manteve, ao longo de sua trajetória, com o Rio Grande do Sul, província em que viveu a maior parte de sua vida e pela qual também foi deputado na Primeira Assembleia Nacional Constituinte, em 1823. Fausto de Souza afirma que, ao escrever a biografia do marechal, fazia mais de quarenta anos de seu passamento, que teria ocorrido, então, em 1840 (e não 1858, como informa a resenha de Loiseau). Sobre a atuação de Chagas durante a Farroupilha, um pequeno trecho atesta como se posicionou o biógrafo em relação ao episódio: “Não era, porém, chegada a estação do repouso; o destino reservava-lhe ainda grandes e os mais árduos trabalhos de sua vida. Pouco mais de um ano habitava em Porto Alegre, quando um acesso cerebral cortou a existência de sua esposa (...); o extremoso coração do velho General sangrava ainda por tão cruel perda quando o brado revolucionário de 20 de setembro de 1835 abria nova ferida no seu amor estremecido pela pátria, que ele sempre sonhara grande e forte pela união de suas províncias. A espada valorosa do Coronel Bento Gonçalves, tão temida pelos nossos inimigos, foi nesse dia desembainhada em defesa de uma causa injusta: a exigência de que fosse deposta uma autoridade legal, exigência que devia mais tarde transformar-se na separação da província, para constituir uma nova República. O Império estremeceu com este ato de loucura e a Província dividiu-se logo em dois grupos adversários, tanto mais terríveis quanto mais fortes eram os anteriores laços de amizade e de parentesco. (...) Muito conhecidas eram, de todos os chefes revolucionários, as ideias firmemente monarquistas do Tenente General Chagas, assim como este bem sabia que era prudente, com suas ideias, conservar-se no foco da rebelião; entretanto, não pensou em afastar-se da cidade, pois se aí havia perigo, seu lugar era junto do perigo, a fim de tentar, quando fosse oportuno, alguma coisa a favor da causa da legalidade. SOUZA, Augusto Fausto de. “Biografia do Marechal Francisco das Chagas Santos”. In: *Revista do IHGB*, Tomo XLVI, parte 2, 1883, pp. 41-42.

publicou-se a parte histórica. As partes documentais seriam publicadas entre 1882 e 1884, como se verá com mais detalhes posteriormente) mereceu destaque da pena do resenhista francês, que assim se pronunciou:

As pessoas importantes não são menos estudadas do que o país; por isso, uma longa biografia do Marechal de Campo Francisco das Chagas Santos, morto em 1858. Seguir este guerreiro ilustre em sua longa carreira é retomar a história do Brasil por quase um século, pois o herói esteve presente em todos os grandes eventos e todas as guerras de seu tempo. O autor, Major Fausto de Souza, deu, pois, provas de ser bom patriota, tanto quanto historiador verídico. Depois de uma longa notícia sobre os presidentes e os comandantes de armas na Província de Alagoas, se tem uma memória da guerra civil do Rio Grande do Sul, com registros e documentos de apoio: fontes valiosas aonde poderão consultar os historiadores de amanhã (Idem, pp. 49-50).

No que toca à biografia do Marechal Chagas, também ela trazia inúmeras considerações sobre a revolta Farroupilha, já que uma importante parte da trajetória do militar se confundia com o desenrolar da luta. O próprio trabalho de Araripe, “Guerra Civil do Rio Grande do Sul”, o primeiro escrito dedicado exclusivamente ao assunto, era uma das fontes mais utilizadas por Fausto de Souza, que seguidamente se referia a ele em sua narrativa biográfica.

Dessa forma, observa-se que o IHGB, ao dar espaço em sua *Revista* para a divulgação das histórias particulares a cada província do Império, estava, pois, cumprindo um objetivo caro ao próprio Institut Historique, seu modelo maior. Assim como a instituição parisiense, que desejava que a história da França pudesse ter como ponto de convergência a capital nacional, Paris, o IHGB manteve, ao longo de todo seu período de atuação nos tempos imperiais, um grande controle sobre as histórias de cada parcela da nação, no intuito de que elas pudessem ser todas concentradas e salvaguardadas em seu arquivo, no Rio de Janeiro e, quando interessassem ser divulgadas, que isso se desse a partir da *Revista do IHGB*. Poucas vezes essa autoridade foi questionada, como na ocasião em que se constituiu, na Província de São Pedro, uma associação histórica inspirada na associação nacional. No capítulo seguinte, é a singular experiência rio-grandense de escrita da história provincial e sua busca por legitimar-se institucionalmente que será o foco de atenção da pesquisa.

Capítulo 2. A César o que é de César: o IHGPSP e a conveniência se filiar ao IHGB

“Estamos no século XIX, século sem poesia, pobre e muito pobre de mistérios, mas rico e muito rico de fatos reais e explicáveis. O Físico, que conhece os fenômenos da eletricidade, do magnetismo e do galvanismo e que pode convenientemente aplicar esses agentes poderosos na explicação de atos até aqui inexplicáveis, não passará mais por mágico, feiticeiro, e mil outros nomes com que alcunhado fora nessas outras eras de iluminação imaginária e de misticismo completo. O Fisiologista, que outrora divagava nas regiões superiores para explicar a vida, hoje passeia dentro da natureza coligindo fatos e mesmo parece recuar às portas da teoria da assimilação. O Patologista descobriu no movimento da natureza a razão de influências desconhecidas: o dinamismo provou que um átomo, imperceptível aos nossos sentidos, era capaz de perturbar o princípio vital que rege nossa organização. O Teólogo acha em nossa alma um sentido, que chamou moral e que desperta ideias de uma existência espiritual fora dos domínios dos sentidos externos que só podem revelar-nos a existência da matéria; e livra-se do poder imenso da revelação que nos escravizava. O Jurisprudente acha no Decálogo a expressão natural da regra de nossas paixões e por ele formula as leis positivas ou sociais, sem importar-se com as aberrações anormais que aparecem entre os homens e que, as mais das vezes, são o resultado da inaplicação do legislador na factura dos códigos. Enfim, é tudo realidades; não é nossa era a era do novelista nem do poeta”. José Antônio do Valle Caldre e Fião.⁸⁸

No presente capítulo, o Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro (IHGPSP) será objeto de atenção. O capítulo pretende abordar a experiência historiográfica que se deu no Rio Grande do Sul com a constituição da associação regional. Para isso, se procurou analisar como foi pensada a estrutura organizacional interna da instituição e suas relações com o IHGB. A partir daí, se desenvolveu um estudo mais detalhado a respeito de quem eram os principais associados da casa, quais seus interesses em fazer parte de uma associação do gênero do IHGPSP e as relações políticas que envolveram estes homens no projeto de construção de um Instituto Histórico e Geográfico de caráter local naquela segunda metade do século XIX brasileiro.

No intuito de melhor compreender as questões políticas e sociais que estavam em jogo no cenário rio-grandense e, por extensão, brasileiro da época, serão destacadas,

⁸⁸ CALDRE E FIÃO, José Antônio do Valle. *A Divina Pastora*. Porto Alegre: RBS, 1992, pp. 48-49. Reedição do original de 1847, publicado pela Tipografia Brasiliense de S. M. Ferreira, de Porto Alegre.

como ponto de partida, as figuras de dois associados ao IHGPSP que tiveram maior relevância nos caminhos que a agremiação traçou para buscar formas de inserção no seleto universo letrado do Brasil oitocentista. São eles o já referido sócio fundador da casa, José Antônio do Valle Caldre e Fião, nome de grande importância na esfera letrada do Rio Grande de São Pedro e Antônio Álvares Pereira Coruja, sócio correspondente do Instituto local no Rio de Janeiro e que, na capital do Império, era de longa data associado ao IHGB. Como se verá a seguir, é principalmente através de Pereira Coruja que o Instituto rio-grandense tentará penetrar no círculo letrado nacional e, assim, firmar relações mais próximas com o IHGB.

2.1. Pereira Coruja no IHGB: um divulgador do Rio Grande do Sul na Corte

Em 1837, em meio às convulsões decorrentes da Guerra Civil Farrroupilha, o professor sul-rio-grandense Antônio Álvares Pereira Coruja deixava, aos 31 anos de idade, sua terra natal, Porto Alegre, rumo ao Rio de Janeiro. Em breve, Pereira Coruja se tornaria sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e ganharia prestígio nacional como um dos mais respeitados letrados sulinos a atuar na Corte Imperial.⁸⁹ No início da década de 1860, gozando de posição confortável no seio do IHGB e com o intuito de ajudar na divulgação de sua pátria local no centro do país, Coruja foi o grande responsável por negociar o aceite, por parte do Instituto nacional, do então recém-criado IHGPSP. Uma tarefa que não foi, como se verá a seguir, fácil de ser cumprida, já que a recepção do IHGB ao pedido de filiação do Instituto rio-grandense foi bastante cautelosa.

No ano de 1860, Pereira Coruja parecia o nome ideal para dar suporte ao IHGPSP na Corte e negociar o reconhecimento da nova associação junto ao IHGB. O literato vivia na capital fluminense havia vinte e três anos e construía, ao longo desse tempo, uma sólida carreira como professor. Dedicado ao magistério desde o começo de sua trajetória profissional, iniciada em Porto Alegre, Pereira Coruja fundou, no Rio de

⁸⁹ Nos arquivos do IHGB, consta uma carta manuscrita datada do dia 14 de dezembro de 1839, em que Pereira Coruja, em nome da Sociedade Literária do Rio de Janeiro, da qual era 1º secretário, felicita Manoel Ferreira Lagos, 2º secretário do IHGB, pelos progressos alcançados pela associação: "A Sociedade Literária do Rio de Janeiro tem o prazer de felicitar ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro pelo seu progresso e prosperidade, e faz votos para que o mesmo Instituto continue a receber de seus dignos membros a coadjuvação de suas luzes para a utilidade e ilustração da Família Brasileira". CORUJA, Antônio Álvares Pereira. Carta de Antônio Álvares Pereira Coruja – 1º secretário da Sociedade Literária do Rio de Janeiro, a Manoel Ferreira Lagos, 2º Secretário do IHGB. Rio de Janeiro, 14/12/1839. Coleção Instituto Histórico. Doc. n. 60, Lata n. 140.

Janeiro, escolas (como o *Liceu Minerva*, criado em 1840), participou de agremiações literárias, como a *Sociedade Imperial Amante da Instrução* e se destacou, ainda, como autor de livros didáticos e obras de história, filologia e gramática.⁹⁰ Para Klein (2004, pp. 56-57), foi particularmente por causa de seus livros didáticos que Coruja se tornou conhecido e respeitado nos principais círculos sociais do país.⁹¹ Seu livro de estreia em solo carioca, *Manual dos Estudantes de Latim*, fora, inclusive, adotado no mais importante estabelecimento de ensino da Corte, o Colégio Pedro II.⁹² Paralelamente à sua atuação nas academias literárias fluminenses, Pereira Coruja passou boa parte da

⁹⁰ De acordo com Guilhermino César, Pereira Coruja iniciou sua obra com a publicação, ainda no Rio Grande do Sul, de seu *Compêndio de Gramática da Língua Nacional, dedicado à mocidade rio-grandense*, publicado em 1835 e que ganharia outras edições em 1849, 1862 e 1872. Já no Rio de Janeiro, publicou, em 1838, o *Manual dos Estudantes de Latim*, seguido pelas obras *Compêndio de Ortografia da Língua Nacional, dedicado a S. M. o senhor Dom Pedro II* (1848), *Aritmética para Meninos* (1850), *Manual de Ortografia da Língua Nacional* (1852), *Compêndio de Gramática Latina do Padre Antônio Pereira de Figueiredo* (1852), *Lições de História do Brasil* (1855), *A vida de José Bernardino de Sá depois de sua morte ou o processo Vila Nova do Minho, contendo peças principais do processo propriamente dito Vila Nova do Minho, e precedido de um outro processo, o do Dr. Manuel Jacques de Araújo Bastos* (1856). Na *Revista do IHGB*, a publicação de Coruja seria bem mais modesta: em 1852, publicou *Coleção de Vocábulo e Frases Usados na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul*, seu trabalho mais famoso, além de duas contribuições curtas, *Algumas anotações às Memórias Históricas do Rio de Janeiro, de Monsenhor José de Souza de Azevedo Pizarro e Araújo na parte relativa ao Continente do Rio Grande do Sul* (1857) e *Notas à Memória do Tenente-coronel José dos Santos Viegas* (1860). No final da vida, cansado, segundo Guilhermino César, de produzir livros didáticos, “o simpático e boêmio Coruja começou a escarafunchar a história de Porto Alegre, sobre que escreveu algumas páginas vivazes, nas quais predomina o espírito de *humour*”. Assim, na década de 1880, Coruja lançaria, entre outras obras de crônicas, *Antigualhas, reminiscências de Porto Alegre*. Para uma relação completa das obras de Pereira Coruja, ver CÉSAR, Guilhermino. *História da Literatura do Rio Grande do Sul (1737-1902)*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro: Corag, 2006, p. 144.

⁹¹ Diz Dante de Laytano a respeito da carreira e do prestígio de Coruja quando este se muda para o Rio e passa a lecionar tanto em colégios da Corte como enquanto professor particular, além de ter suas obras didáticas conhecidas (isso por volta de 1838): “Sua casa à Rua de Abrantes tornou-se, pela hospitalidade celebrada, um consulado gaúcho. Funda, depois, o que foi um dos mais notáveis estabelecimentos – Liceu Minerva – à rua da Quitanda esquina da Assembleia. Mudou-se, já próspero, para a rua São José, 56, até passar o Liceu a outro professor, vendê-lo e, depois de muitos anos, fechá-lo”. LAYTANO, Dante. *Manual de Fontes Bibliográficas para o Estudo da História Geral do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: IFCH/UFRGS, 1979, pp. 89-90.

⁹² A obra *Compêndio de ortografia da língua nacional* fora lançada por Pereira Coruja em 1848 e também teve boa aceitação nos estabelecimentos de ensino da época. O autor a endereçava àqueles que “não podendo dar-se ao estudo da língua, se contentam com escrevê-la sem erros”. O parecer dos literatos Monsenhor Joaquim da Silveira e de Joaquim Caetano da Silva, críticos incumbidos pelo Imperador D. Pedro II para avaliá-la, diz o seguinte: “Em observância dos avisos de 20 de maio e de 18 de julho do corrente ano, em que V. Ex^a nos transmitiu as ordens de Sua Majestade o Imperador para que em comissão examinássemos o Compêndio de Ortografia da Língua Nacional, organizado por Antônio Álvares Pereira Coruja, e interpuséssemos o nosso juízo sobre o merecimento do dito compêndio, vamos (...) manifestar o nosso pensamento acerca do seu merecimento. A ortografia da língua nacional tem sido e continua a ser objeto de capricho de quem escreve seguindo uns o uso do tempo, porque é da índole das línguas vivas apresentarem suas variedades em relação ao progresso científico de cada século (...). O compêndio de Antônio Álvares Pereira Coruja contém em resumo os princípios e regras que estabeleceram esses autores e bem que não seja um trabalho perfeito, nos parece útil para as escolas, por ser escrito com aquela precisão e clareza inseparáveis de uma obra elementar didática”. CORUJA. Antônio Álvares Pereira. *Compêndio da Ortografia da Língua Nacional*. Rio de Janeiro: Tipografia Francês, 1848, pp. 3-5.

vida dando aulas, seja nos estabelecimentos educacionais que fundou, seja ministrando aulas particulares, de forma que a atividade de educador foi a única a atravessar toda sua trajetória (KLEIN, 2004, p. 13). Porém, foi por seu constante e dedicado trabalho junto ao IHGB, de onde foi sócio e colaborador desde os primeiros tempos da instituição – Coruja se tornou associado da agremiação em 1839, um ano após a fundação da mesma -, que o sul-rio-grandense ganharia notoriedade e passaria a integrar o seleto círculo de letrados que circundava o Imperador D. Pedro II. Segundo Klein, “No IHGB, Coruja pôde alimentar sua veia política e consolidar a postura do cidadão intelectual, cujo ideal de dignidade era a participação nos problemas sociais do país, sem que, obrigatoriamente, isto significasse uma atuação partidária” (Idem, pp. 16-17).

Aliás, a atuação político-partidária de Coruja ficou para trás quando este deixou Porto Alegre. Na Província de São Pedro, seu nome era, há muito, conhecido e respeitado. Em 1827, o rapaz nascido em família humilde se formou professor de primeiras letras e, na década seguinte, além de ingressar na maçonaria⁹³, entraria para o mundo da política, candidatando-se a deputado para as eleições da 1ª Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, em 1834.⁹⁴ Assim, em 1835, Coruja se tornou suplente de deputado e secretário da Assembleia. Em meio às convulsões decorrentes da recente eclosão da Guerra Civil Farroupilha, Coruja apoiou a substituição do Presidente da Província, Antônio Rodrigues Fernandes Braga, pelo vice, o rebelde Marciano José Pereira Ribeiro (AITA, 1996, p. 224). Quando as forças legalistas retomaram o controle da capital, Pereira Coruja foi preso em um quartel com outros 35 deputados, levado em seguida ao navio Presiganga e, depois, ao Rio de Janeiro, com vistas a realizar uma

⁹³ Eliane Colussi estuda a relação da maçonaria, no Brasil, com o universo da política. Segundo a autora, as lojas maçônicas se converteram como espaços de sociabilidade no país desde sua penetração nas primeiras sociedades literárias e políticas (com a Academia dos Renascidos, estudada no capítulo anterior). No Rio Grande do Sul, a autora ressalta que a maçonaria teve grande influência na construção e defesa de um pensamento liberal e cientificista, que rivalizava com o pensamento católico conservador. Fariam parte do movimento maçônico no Rio Grande do Sul (que era, ainda, essencialmente anticlerical) diversas personalidades da imprensa periódica e, também, da política, como era o caso de Coruja e o Barão de Porto Alegre, mas também de Manoel Luís Osório, Carlos Jansen, Carlos von Koseritz e o Barão de Kalden, todos, inclusive, membros do IHGPSP. Os partidários do Partido Liberal “Histórico” rio-grandense eram, segundo a autora, o “maior foco de atuação maçônica até o final do período imperial”. COLUSSI, Eliane Lucia. *A Maçonaria gaúcha no século XIX*. Passo Fundo: Ediupf, 1998, p. 204.

⁹⁴ No ano de 1831, o literato participou da fundação de um Gabinete de Leitura em Porto Alegre. Essa associação se tornaria famosa no Rio Grande do Sul e a ela pertenceram personalidades de destaque na vida provincial, como Antônio Gonçalves Chaves, Corte Real e Sebastião Mena, além do clero católico. O Gabinete publicaria um jornal, *O Compilador*, do qual Pereira Coruja se converteu em um dos redatores. O jornal, que era maçom e defensor de ideias liberais, existiu entre os anos de 1831 e 1832 e teve como redatores, além de Coruja, Pedro José de Almeida e Padre Francisco das Chagas. VIANNA, Lourival. *Imprensa Gaúcha (1827-1852)*. Porto Alegre: Museu de Comunicações Hipólito José da Costa, 1977, p. 46.

retratação forçada junto ao governo imperial (KLEIN, 2004, p. 47). Foi aí que o literato abandonou a cena política e se mudou com a família para o Rio de Janeiro. Porto Alegre, todavia, permaneceria uma presença constante no horizonte de expectativas do literato, tanto é que, mesmo morando no Rio de Janeiro, Coruja teria colaborado como jornalista nos jornais rio-grandenses *Argos*, entre os anos de 1840 a 1850, *Porto-Alegrense*, em 1847 e *Mercantil*, entre 1850 e 1858.⁹⁵ Além disso, e a despeito das inúmeras crônicas sobre Porto Alegre que Coruja produzira nos anos finais de sua vida, o literato sempre procurou divulgar o Rio Grande do Sul nas páginas da *Revista do IHGB*, como na ocasião em que publicou no periódico, como assinalado anteriormente, sua *Coleção de Vocábulo e Frases Usados na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul*, no ano de 1852, obra na qual dava a conhecer vocábulos próprios ao Rio Grande do Sul e que não eram familiares às demais províncias da Corte. Segundo Alexandre Lazzari (2004, p. 36), tal contribuição de Coruja à *Revista do IHGB* tinha um caráter extremamente original, visto ser ela bastante diversa dos trabalhos tradicionalmente publicados no periódico e que se constituíam, basicamente, por ensaios, estudos biográficos e memórias históricas ou, ainda, por estudos linguísticos a respeito da língua tupi e de palavras indígenas e africanas incorporadas à língua portuguesa. De acordo com o autor, Pereira Coruja “coerentemente escolhia a língua comum como um importante elemento formador da nacionalidade” (LAZZARI, 2004, p. 38). Para Lazzari,

Apesar da ambiguidade inescapável, percebe-se que a preocupação principal daquela tentativa de dicionário regional do nosso mestre-escola foi defender a plena integração dos rio-grandenses, incluindo civilizados e menos civilizados, à herança cultural portuguesa, subentendendo a desconfiança dos intelectuais fluminenses quanto a esta questão (Idem, *Ibidem*).

⁹⁵ As datas são apresentadas por Sacramento Blake. Contudo, são controversas, já que Lourival Vianna afirma que o *Argos* teria encerrado suas atividades por volta de 1848, ao passo que o *Porto-Alegrense*, para o autor, pode ter surgido somente em 1848, como substituto ao *Argos*. No entanto, Vianna destaca que há referências ao início das atividades dessa folha em 1840. Dillenburg afirma que o *Porto-Alegrense* iniciou suas atividades somente em 1848. VIANNA, Lourival. op. cit., pp. 44 e 56; DILLENBURG, Sérgio Roberto. *A imprensa em Porto Alegre de 1845 a 1870*. Porto Alegre: Sulina/ARI, 1987, p. 51; BLAKE, Augusto Victorino Sacramento. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883, I Vol., pp. 103-105.

Após a publicação desse trabalho, a importância do literato junto à agremiação nacional foi largamente ampliada e, talvez, tenha preparado o terreno para que Coruja trabalhasse tão enfaticamente no episódio do pedido de filiação do IHGPSP, nos idos de 1860.

Como parte de suas estratégias de barganha de prestígio, o recém-criado Instituto regional convocou, em seus primeiros dias de funcionamento, uma assembleia geral para que fosse requerida a filiação ao IHGB e aprovados em definitivo seus estatutos enquanto agremiação. Como convidado mais ilustre a participar da sessão, estava o professor Pereira Coruja, que foi nomeado, na ocasião, sócio correspondente do IHGPSP no Rio de Janeiro.⁹⁶ Por sua trajetória intelectual de peso na Corte Imperial e seu papel como “embaixador intelectual” rio-grandense no Rio de Janeiro, Alexandre Lazzari acredita que “não poderia ser outro, naquele momento, tanto o representante da Corte na fundação do IHGPSP como a voz da província junto às solenidades imperiais” (LAZZARI, 2004, p. 45).

Em trabalho anterior, procurei refletir sobre a importância, para o IHGPSP, de obter o aval do IHGB a fim de dar prosseguimento à tarefa de formar na Província de São Pedro um Instituto Histórico e Geográfico próprio. Por isso, a filiação ao IHGB representava muito mais que uma forma de dar visibilidade à província sulina junto ao centro do país: era também uma garantia de que o Rio Grande do Sul, através do registro dos feitos e ações da história, teria assegurada e reconhecida sua colaboração para a formação da nação e do tipo nacional brasileiro que se construía no país:

A união para a inventividade do tipo brasileiro era, pois, um imperativo que deveria ser observado pelos missionários das letras. Todavia, em toda relação de compromisso, o voto de confiança se fazia necessário e esses missionários letrados não se furtavam em pedir ao país que concedesse, enfim, os meios indispensáveis para seu

⁹⁶ Em sua dissertação de mestrado, na qual estuda a elite política gaúcha e sua atuação no Estado Imperial entre os anos de 1868 e 1889, Jonas Moreira Vargas defende a hipótese de que, no Rio Grande do Sul do século XIX, não eram os partidos políticos que moldavam e direcionavam o comportamento dos indivíduos, mas sim suas relações familiares e redes sociais. Assim, o autor percebe que existia, na Província, uma nítida estratégia de aproximação política entre as famílias rio-grandenses e dessas com a Corte. Havia, também, um investimento, por parte da elite, em uma formação acadêmica para seus filhos, além de estratégias de engenharia matrimonial e diversificação profissional. Para Vargas, na formação do Estado Imperial, a elite política rio-grandense teria um papel de grande importância, principalmente a partir do momento que dois rio-grandenses assumiram pastas na Corte em fins na década de 1870: Manoel Luís Osório, o Marquês do Herval e Gaspar Silveira Martins, um dos políticos ligados à reorganização partidária que a Província sofreu na década de 1860. VARGAS, Jonas Moreira. *Entre a Paróquia e a Corte. Uma análise da elite política do Rio Grande do Sul (1868-1889)*. Porto Alegre: IFCH/UFRGS, 2007. (Mestrado em História).

engrandecimento em face da nação. Era fundamental à Província de São Pedro civilizar-se, acompanhando o movimento nacional de progresso econômico e industrial. Em uma palavra, era necessário conceder a esse Rio Grande a tão acalentada *autonomia* (BOEIRA, 2009, p. 43).

As questões envolvidas em torno da criação da associação regional entusiasmaram imediatamente dois literatos rio-grandenses atuantes na associação nacional: Coruja e o senador do Império Cândido Baptista de Oliveira, também prontamente convidado pelo grupo sulino a associar-se ao novo Instituto.⁹⁷ Não animou, porém, o IHGB, visto que o IHGPSP encontrou dificuldades em obter seu reconhecimento junto à associação nacional. Naquela década de 1860, embora o país estivesse pacificado havia uma década e a Guerra Civil Farroupilha tivesse terminado havia já quinze anos, rumores de secessão interna ainda mexiam com o imaginário das lideranças nacionais. Para o IHGB, como se viu anteriormente, falar nos conflitos armados que ameaçaram a soberania brasileira se constituía em um problema e, como se verá a seguir, esse ponto parece ter sido levado em consideração nos julgamentos envolvidos em torno do processo de reconhecimento do IHGPSP.

Igualmente, a extensão de representações nas províncias significava a necessidade do IHGB de rever seus próprios estatutos, que não previam nenhum critério

⁹⁷ O então Senador Cândido Baptista de Oliveira era rio-grandense, apesar de ter passado a maior parte da vida fora da Província de São Pedro. Tendo exercido inúmeros cargos públicos, ele era um dos nomes mais importantes do cenário político e intelectual nacional e, em 1857, foi um dos biografados por Sisson na sua *Galeria dos Brasileiros Ilustres*. Sua trajetória pública foi igualmente longa: desde a década de 1820, quando ingressou no Partido Liberal, Oliveira colecionava posições de destaque: entre 1830 e 33, fora deputado pelo Rio Grande; nas décadas de 1830 e 1840, participou de missões diplomáticas do Brasil no exterior e, depois, foi Ministro da Fazenda, dos Negócios Estrangeiros (1839), da Marinha (1847-1848) e Senador, eleito em dezembro de 1848. Homem importante também para as finanças públicas brasileiras, Oliveira foi presidente do Banco do Brasil, Conselheiro de Estado, de 1859 até sua morte, em 1865 e diretor do Jardim Botânico. Amigo pessoal de D. Pedro II, Baptista de Oliveira era membro do Conselho do Imperador e cultivou, ao longo da vida, uma posição política bastante moderada, apesar de defender a extinção da escravatura (moderadamente, sublinhe-se). Na Província de São Pedro, políticos como Caldre e Fião e o Barão de Porto Alegre acreditavam que era ele um nome importante a quem se ligar, até porque, além de ter sido o primeiro vice-presidente do IHGB, Baptista de Oliveira havia lançado em 1857, a importante *Revista Brasileira*, que existiria até 1861. Foi ela uma das primeiras revistas brasileiras dedicadas à divulgação de assuntos científicos e culturais no país e meio encontrado pelo Senador para divulgar suas ideias a respeito do sistema métrico decimal francês, cuja adoção, no Brasil, era por ele pleiteada desde a década de 1830. Assunto que gerava bastante polêmica na época, o sistema métrico decimal foi implementado no Brasil somente em 1862, mas até a morte do Senador, não era utilizado cotidianamente no país, apesar de seus esforços (ele publicava inúmeros artigos sobre o assunto e, também, foi encarregado pelo Marquês de Olinda, Ministro dos Negócios Estrangeiros em 1863, de apoiar o Brasil na divulgação e ensino da metrologia nas escolas). MOREIRA, Ildeu de Castro; MASSARINI, Luísa. “Cândido Batista de Oliveira e seu papel na implementação do sistema métrico decimal no Brasil”. In: *Rev. Bras. Hist. Ciência*. 18, 3-16 (1997); SISSON, S. A. “Cândido Batista de Oliveira”. *Galeria dos Brasileiros Ilustres*. Vol. I. Brasília: Senado Federal, 1999 (1857), pp. 123-130.

para o estabelecimento de filiais regionais ao órgão:

Assim, antes de 1860, ou seja, antes de ter que responder com soluções concretas ao pedido de filiação de uma sociedade já constituída, não havia sido gerada, dentro da associação nacional, nenhuma mobilidade em relação à questão. Portanto, foi necessário aos associados do IHGB pensar em uma forma de lidar com essa inquietante demanda: uma das províncias do Império – e justamente aquela que desafiou a soberania nacional, dele se separando e constituindo uma república por quase uma década – finalmente tomara a iniciativa de criar uma instituição congênere à sua. (BOEIRA, 2009, p. 43)

Como peça fundamental no intrincado jogo estabelecido para que a associação regional obtivesse o reconhecimento desejado e se tornasse a primeira filiada do IHGB em solo brasileiro, se encontrava Pereira Coruja. Justamente ele, que fora prisioneiro político, em 1836, após ser preso por sua ligação com os farroupilhas, estava agora imbuído em ajudar uma associação regional que tencionava escrever a história da província.⁹⁸

As atas das reuniões e os relatórios produzidos pelo IHGB no ano de 1860 trazem interessante material em que é possível acompanhar o demorado caminho percorrido desde o pedido de filiação do IHGPSP até o aceite do IHGB.⁹⁹

A primeira referência ao assunto se dá no relatório anual preparado pelo sócio Caetano Alves de Souza Filgueiras, 2º secretário do IHGB na época e que ali afirmava que o IHGB apreciara positivamente o pedido de filiação enviado à casa pelo IHGPSP: “apenas foi recebida a proposta a que me refiro, foi ela remetida à comissão de estatutos” (*Revista do IHGB*, 1860, pp. 682-683). Embora as afirmativas do 2º secretário pudessem, a princípio, ser um sinal de que o processo de filiação era dado como certo, não foi o que de fato se observou. A apreciação do pedido dos rio-grandenses pela Comissão de Estatutos foi extremamente demorada e somente se

⁹⁸ Segundo Laytano, Coruja foi preso em 1836 e mandado para o Rio de Janeiro, recebendo anistia em 2 de julho de 1839, com a condição de não mais voltar à província sulina. Aquiles Porto Alegre, porém, afirma que Coruja, embora tenha sido preso, não foi ao Rio de Janeiro de maneira forçada, mas sim “por conselho de amigos”. LAYTANO, Dante. op. cit., pp. 89-90; PORTO ALEGRE, Aquiles. *Homens Ilustres do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Erus, 1980, p. 41.

⁹⁹ Em minha dissertação de mestrado, acompanho passo a passo os debates em torno do pedido de filiação, aqui parcialmente reproduzidos. BOEIRA, Luciana Fernandes. *Entre história e literatura: a formação do panteão rio-grandense e os primórdios da escrita da história do Rio Grande do Sul no século XIX*. Porto Alegre: IFCH, 2009, pp. 44-47. (Mestrado em História).

concluiria em 1863.

Naquele ano de 1860, contudo, Pereira Coruja, já devidamente incumbido do papel de sócio correspondente do IHGPSP na Corte, tentou usar de sua influência e interceder junto ao IHGB para que a solicitação fosse definida com rapidez, visando a cessar os anseios criados no IHGPSP com o silêncio imposto pelo IHGB após as primeiras manifestações aparentemente favoráveis à petição. Tanto foi assim que no dia 14 de setembro de 1860, na 10ª sessão realizada pela associação nacional, o literato leu um requerimento em que pedia resposta a respeito do pedido já formalizado pelo IHGPSP junto ao IHGB.¹⁰⁰ Consta que desde a 8ª sessão, realizada em 17 de agosto de 1860, havia ciência oficial, por parte do IHGB do pedido de filiação, o que é registrado pela ata:

Idem [Um ofício], do Sr. Presidente do Instituto do Rio Grande do Sul, comunicando ao Instituto a fundação daquela sociedade, pedindo-lhe sua filiação, e remessas de nossas Revistas, e remetendo três exemplares de seus estatutos. (*Revista do IHGB*, 1860, p. 637).

Nem mesmo a publicação pela *Revista do IHGB*, ainda em 1860, de um trabalho extraído da própria *Revista do IHGPSP*, e acrescido de notas elaboradas por Pereira Coruja, resolveria, ainda naquele ano, a questão da filiação pendente.¹⁰¹ Estranho fato, ainda mais se somado às considerações elaboradas no referido relatório anual para 1860, em que Caetano Alves de Souza Filgueiras não deixava dúvidas que a filiação havia sido concedida à agremiação sulina, o que aparentemente resolvia a questão. Dizia o associado:

Deste modo, e alguém já o disse, a nossa associação exerce uma alta magistratura e, como a *Têmis da ordem intelectual*, ela dá a César o que é de César, e deixando cair a espada da reprovação, ou o manto,

¹⁰⁰ Durante a referida sessão, na qual estava presente o Imperador, a ata confirma: “O Sr. Coruja requer que se dê uma solução ao pedido feito pelo Instituto Histórico da Província do Rio Grande do Sul acerca de sua filiação. – Foi à comissão de estatutos”. *Revista do IHGB*, Tomo XXIII, 1860, p. 647.

¹⁰¹ As 24 notas retificadoras ao trabalho de Viegas oferecidas por Pereira Coruja ao IHGB constituem o terceiro e último trabalho que o associado publicaria na *Revista do IHGB* durante os 50 anos em que figurou como associado da casa. Tais retificações são, basicamente, correções de datas e anotações complementares às informações fornecidas por Viegas acerca dos governos ocorridos na Província entre os anos de 1737 até o presente. “Governo da Província do Rio Grande do Sul, pelo Tenente-coronel José dos Santos Viegas. Memória extraída do 1º nº da Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro, acompanhada de algumas notas pelo nosso consócio A. A. P. Coruja, que também o é daquele Instituto”. *Revista do IHGB*, Tomo XXIII, 1860, pp. 585-602.

ela proclama o herói ou deixa empoeirar-se no esquecimento a alça humana que só vegetou um dia. Trocando dedicação por dedicação, auxílio por auxílio, apreço por apreço, *o Instituto sorri a todas as aspirações, aceita todos os concursos, e está sempre pronto para recompensar o talento que se acrisola no estudo, e que marcha sereno e resoluto para o horizonte misterioso da civilização infinita.*

Que assim procede sempre que lhe vem ao encontro a ocasião, provou-o ele no corrente ano social com os dois atos que passo a comemorar:

-aceitou a filiação que lhe propusera o Instituto Histórico do Rio Grande do Sul, e recebeu em seu grêmio cinco novos adeptos.

Apenas foi recebida a proposta a que me refiro, foi ela remetida à comissão, *alcançando as imensas vantagens que resultam dessa filiação para ambos os Institutos, e, sobretudo, para as letras pátrias*, traçou um bem elaborado e definido parecer, no qual promove com eloquentes razões o laço filial das duas associações a *aprovação unânime* do Instituto virá depois coroar o prudente conselho do nosso ilustre consócio (*Revista do IHGB*, 1860, pp. 682-683. Grifos meus).

Os acontecimentos seguintes confirmam que o IHGB, em seu posto de "Têmis intelectual" brasileira, não pareceu tão certo assim em julgar favoravelmente a proposição de sua coirmã do Sul. Contrariando o que o relatório de Filgueiras dava como certo, no mês de maio de 1861, na primeira sessão de reuniões daquele ano, foi protocolado um novo pedido de filiação por parte do IHGPSP, que até aquele momento não recebera do IHGB nenhuma manifestação oficial que confirmasse o aceite e muito menos que o comemorasse, como categoricamente afirmava Filgueiras.

Na sessão que se deu em 31 de maio de 1861, para reforçar ainda mais a nova solicitação do IHGPSP, Pereira Coruja ofereceu ao Instituto nacional o primeiro e o segundo números da *Revista Trimensal do IHGPSP*. E foi somente na 3ª sessão ordinária ocorrida no mês de junho de 1861, quase um ano após o primeiro requerimento enviado pelo IHGPSP, que o IHGB, através de sua Comissão de Estatutos, aprovou novos regulamentos que versavam sobre sociedades filiais e concedeu filiação ao Instituto rio-grandense por unanimidade. Era uma confirmação não só do entendimento de que era útil ao IHGB contar com braços locais, argumento que Filgueiras já esboçara enquanto relator, mas também uma reafirmação dos ditos do artigo 2º do capítulo 1º dos estatutos originais do IHGB, cujas palavras apontavam justamente para a necessidade de ramificação do IHGB nas províncias do Império. Finalmente, o IHGB reconhecia de forma oficial que havia vantagens na filiação pretendida e suspendia quaisquer indícios de que haveria contradições entre a ação

prática do IHGB e os estatutos que defendia.¹⁰² Aceito o IHGPSP a partir daquele ano de 1861, cessava o mal-estar gerado em relação ao Rio Grande do Sul e, ao mesmo tempo, se regulavam os assuntos relativos a pedidos de filiação na “alta magistratura” exercida pelo Instituto nacional.

A despeito da acomodação da questão, indagações podem ser evocadas a partir desse episódio, como tentei manifestar anteriormente:

Uma interrogação, porém, permanece: por que razão o IHGB demorou tanto para apreciar o pedido do Instituto rio-grandense? A hipótese de que era necessária uma comprovação de seis meses de atividades dessas filiais não pode ser considerada, visto que essa regra somente seria aprovada em junho de 1861 e publicada em novembro daquele ano, conforme consta no decreto anteriormente citado. Além disso, se fosse essa a provável explicação, no mínimo, faria ela parte das atas como resposta às insistentes solicitações de Pereira Coruja, o que de fato não ocorre (BOEIRA, 2009, p. 45).

De alguma forma, a elaboração da presente tese nasceu da necessidade sentida em refletir sobre essa questão e, em decorrência dela, veio a inclinação em trabalhar com o material sobre o Rio Grande do Sul divulgado nas páginas das *Revistas do IHGPSP* e *IHGB*. Nesse sentido, a descoberta da ampla gama de documentação relativa à Província na *Revista do IHGB* e esboçada na tabela ilustrada na Introdução, não parece de modo algum fortuita. Por meio da investigação desse material, é possível refletir sobre os termos que ditaram a disputa pelo passado do Rio Grande dentro do

¹⁰² Através do decreto n° 2482, de 2 de novembro de 1861, se aprovaram os novos artigos sobre as sociedades filiais e se poderia reconhecer, finalmente, o IHGPSP como afiliado ao IHGB. Diz o decreto: “Art. 1°: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro *poderá reconhecer como filiais as sociedades que se fundarem ou já existirem no Império com fim idêntico ao seu, que assim o desejarem, uma vez que elas tenham mais de 6 meses de existência regular*, e estatutos já aprovados pelo governo. Art. 2°: A sociedade que estando nas circunstâncias do artigo antecedente pretenda filiar-se deverá enviar ao Instituto com o officio em que declarar sua intenção exemplar de seus estatutos e regulamentos acompanhado da relação dos sócios, que a compuserem, e dos membros de sua diretoria, mesa ou conselho administrativo. 3°: Desde que for admitida como filial ficará obrigada: 1°. A remeter ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em cada semestre uma notícia circunstanciada de todos os documentos que publicar ou arquivar que forem concernentes aos fins do mesmo Instituto. 2°. A facilitar a cópia, ou o extrato de qualquer dos ditos documentos que o Instituto julgar conveniente. 3°. A enviar um exemplar de qualquer revista, periódico, ou documento que mandar imprimir. 4°. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, por sua parte, além de transmitir gratuitamente a tais sociedades um exemplar de sua Revista Trimensal, e de qualquer manuscrito ou obra que fizer imprimir, compromete-se a prestar-lhe todo o auxílio, que depender dele, para melhor desempenho dos fins de sua criação. 5°. Os presidentes das sociedades filiais do instituto terão assento entre os membros dele”. “Disposições aprovadas pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro para fazerem parte de seus estatutos”. *Revista do IHGB*, Tomo XXIV, 1861, pp. 865-867. Grifos meus.

IHGB e, por extensão, dentro do IHGPSP durante boa parte do século XIX.

Essa pesquisa se debruça justamente em cima dos elementos envolvidos em torno da construção da história do Rio Grande do Sul no Brasil oitocentista. Partindo do exame do preciso momento em que se deu a edificação de uma filial local do IHGB no Rio Grande de São Pedro, se procurará acompanhar como, através da escrita da história, os letrados sulinos e do IHGB dela se utilizaram para "salvar do esquecimento" um passado rio-grandense caro a cada uma das duas instituições.

Para os rio-grandenses do IHGPSP, a intenção de preservar a memória dos grandes homens da Província envolvia a defesa de uma postura idealizada do homem sulino como um soldado guardião de uma nação que nem sempre levou em conta seus sacrifícios. Para o IHGB, a manutenção do papel de divulgador e compilador dessa história sulina, era uma das estratégias encontradas para preservar a pacificação de uma região problemática. Além disso, a disputa pelo passado rio-grandense representada, aqui, pela maneira de tratar a história do Rio Grande do Sul através das matérias publicadas nessas duas revistas, também serve como reforço à hipótese de que, na luta pela escrita da história sul-rio-grandense, estava escondida uma batalha mais espinhosa: aquela que envolvia a necessidade de afirmação e construção de uma identidade nacional versus a reafirmação de uma identidade própria local.

No que toca à “competição” em torno de qual seria a instituição reguladora da história rio-grandense, esta foi ela vencida pelo IHGB. Em que pese o prestígio de Pereira Coruja junto à Corte e suas boas intenções em auxiliar o Instituto regional a obter reconhecimento nacional, este não encontrou força política necessária para continuar atuante.¹⁰³ Além disso, foi o próprio Império, e não o IHGB, quem colocaria um freio nos objetivos do IHGPSP, atendendo muito tarde à sua demanda de regularização de atividades.¹⁰⁴ Somente no ano de 1863, através do Decreto nº 3.167, de

¹⁰³ Em 1855, veremos um Pereira Coruja bastante ativo junto ao IHGB, empreendendo realizações para que seu nome se fizesse forte junto à casa. Conforme a ata da sessão de número 11, ocorrida em 13 de outubro de 1855, o literato, em sua ação para promover o Rio Grande do Sul na Corte, remetia um ofício ao IHGB a fim de substituir o programa do qual ficara encarregado - “Quais foram os primeiros americanos que intentaram a independência do seu país?” - pela redação de um índice cronológico da Província de São Pedro. Duas sessões depois, em 09 de novembro de 1855, Pereira Coruja expediu novo ofício ao Instituto, dessa vez com o objetivo de remeter suas “Lições de história do Brasil adaptadas à leitura das escolas” à Comissão de História. O material foi remetido e, ainda, Coruja doaria seu livro à biblioteca da casa. Colhendo os frutos do que plantara, no final daquele ano o rio-grandense seria eleito para a Comissão de Geografia do IHGB. *Revista do IHGB*, Tomo XVIII, 1855, pp. 458 e 462.

¹⁰⁴ Acredita-se que o IHGPSP teria chegado a seu fim em 1863. Para Lazzari, o final da agremiação tem a ver como a desarticulação, na Província de São Pedro, do Partido Liberal Progressista, de onde saíram as principais lideranças da associação letrada. Para o autor, “a intensa luta partidária na província não deve ser menosprezada como possível causa de desagregação do grupo. No mesmo ano em que nasceu o

28 de outubro, que o Estado Imperial autorizaria os trabalhos do Instituto rio-grandense. Conforme o documento,

Concede autorização ao Instituto Histórico e Geográfico Rio-Grandense na Província de S. Pedro, para continuar a exercer suas funções e aprova os respectivos Estatutos. Atendendo ao que representou a Diretoria do Instituto Histórico e Geográfico Rio-grandense – estabelecido na Província de São Pedro e de conformidade com o parecer da Secção dos Negócios do Império do Conselho de Estado, exarado em Consulta de 7 de julho do corrente ano: Hei por conceber ao mesmo Instituto autorização para continuar a exercer suas funções, e Aprovar os respectivos Estatutos, ficando as alterações que neles se fizerem sujeitas a aprovação do Governo Imperial, e substituindo-se o art. 3º pelo seguinte: - O Instituto poderá estabelecer prêmios para as composições que tratem dos assuntos no art. 1º, assim como poderá dar, dentro do recinto de suas sessões, as demonstrações de apreço, que julgar apropriadas aos sócios e qualquer outras pessoas que lhe tenham prestado serviços relevantes em relação àqueles mesmos assuntos. O Marquês de Olinda, Senador do Império, Conselheiro de Estado, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, assim o tenha entendido e faça executar. Palácio do Rio de Janeiro em vinte e oito de Outubro de mil oitocentos sessenta e três, quadragésimo segundo da Independência e do Império (CIBILS, 2000, p. 10).

Findadas as atividades regulares do IHGPS, Pereira Coruja seguiria atuando no Rio de Janeiro, dentro do IHGB, principalmente desempenhando funções administrativas na casa (Coruja exerceu, por mais de 20 anos, a atividade de tesoureiro da agremiação).¹⁰⁵ Embora tenha continuado por longo tempo a lecionar, a obra

Instituto, iniciava-se a dissidência dos liberais rio-grandenses “puros” ou “históricos” e que levaria à recriação do Partido Liberal, liderado por Felix da Cunha, Gaspar Silveira Martins e Manoel Luís Osório. A trajetória ascendente da nova oposição se caracterizaria pela recusa do compromisso automático com a estabilidade das instituições imperiais e a determinação em tornar clara uma posição em favor dos interesses e da maior autonomia do poder das elites locais”. LAZZARI, Alexandre. *Entre a grande e a pequena pátria: letrados, identidade gaúcha e nacionalidade (1860-1910)*. Campinas: UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2004, p. 61. (Doutorado em História).

¹⁰⁵ Em 1856, Pereira Coruja assumiria como tesoureiro interino após o pedido de demissão do sócio João José de Souza Silva Rio, que estava havia cinco anos no cargo, mas precisou se afastar para tratar de problemas de saúde. Em 1857, Pereira Coruja foi eleito pela primeira vez para o cargo de tesoureiro, função que manteria por anos, devido aos muitos elogios que passaria a receber por sua dedicação às finanças do IHGB. Eventualmente, o literato compôs comissões dentro do Instituto, como aquela que assumiu em 1857, na seção de Estatística e de Redação da Revista. Saliento, ainda, que ao longo de toda sua trajetória como membro do Instituto nacional, Pereira Coruja se manteria como intermediador de inúmeras ofertas de trabalhos de rio-grandenses ou sobre o Rio Grande do Sul que chegavam ao IHGB, o que pode ser comprovado pela leitura das atas das sessões ordinárias da casa e, também, das relações de obras e manuscritos doados a cada ano ao IHGB entre a década de 1840 até fins de 1880, quando o literato falece. Sobre o início de sua participação como tesoureiro da instituição, ver *Revista do IHGB*, Tomos XIX, 1856 (Suplemento), p. 8 e Tomo XX, 1857 (Suplemento), pp. 34-35. A respeito da

intelectual de Pereira Coruja sofreria uma baixa considerável nos anos subsequentes. Ainda na década de 1860, o literato criou a “Companhia de Seguros Feliz Lembrança”, logo fechada. Na década seguinte, seu envolvimento com negócios escusos o levou à bancarrota financeira (fundou, nos anos 1870, a “Caixa Depositária Sociedade Glória do Lavradio”, que faliu em 1880).¹⁰⁶

Foi somente na parte final de sua vida que Coruja voltaria a dedicar atenção à produção literária, publicando, ao longo da década de 1880, obras de reminiscências, todas elas ligadas à província natal, particularmente à cidade de Porto Alegre. Nesse sentido, me parece que a intenção do historiador em divulgar o Rio Grande do Sul e inseri-lo como parte integrante da identidade nacional em formação ganhou novo fôlego e nova roupagem. Através da produção e publicação de crônicas, o tema da memória passou a fazer parte do rol de preocupações de Coruja, ligando-se, assim, à questão identitária que ele perseguiu no único trabalho de algum fôlego que ele publicara no IHGB, sua *Coleção de Vocábulos*.¹⁰⁷

Para Klein, as *Antigualhas* de Coruja, além de trabalharem para que o literato

proposição do nome de Pereira Coruja para sócio honorário do IHGB, após mais de 20 anos como tesoureiro, ver *Revista do IHGB*, Tomo XLII, parte 2, 1879, pp. 269 e 283-284.

¹⁰⁶ Coruja pediu afastamento do cargo de tesoureiro do IHGB nesse mesmo ano de 1880. Solicitou sua exoneração, que foi aceita, nomeando-se interinamente o Conselheiro Olegário Herculano de Aquino e Castro para o cargo. Nota-se que a partir da saída de Coruja, se discute muito dentro do IHGB neste ano de 1880 e nos próximos anos a respeito das despesas e receitas da agremiação e dos problemas financeiros pelos quais a casa passava, principalmente após Coruja entregar seu cargo. Também se percebe que o literato parou de frequentar as sessões do IHGB na mesma época de seu pedido de exoneração. Vez por outra, Coruja ofertava documentos ao IHGB, como no ano de 1882, em que vários foram os trabalhos doados, mas parou de comparecer às reuniões. Seria a última década de vida do rio-grandense, marcada por dificuldades. Laytano narra o triste fim de Pereira Coruja: “Deixando a profissão de professor, resolveu, já rico, dedicar seu tempo e fortuna aos negócios, tendo sido roubado sem dó nem piedade por espertalhões que o envolveram de todas as maneiras, levando-o à falência. Ele pagou seus credores até o último vintém, mas do seu dinheiro. Ficou paupérrimo. Aí começa sua tragédia. Recolhido à casa do filho, já que Coruja tinha perdido a esposa, pois estava viúvo e sua senhora, Catarina Lopes, não só tinha sido o seu braço direito, como emérita professora, e companheira devotada e amiga exemplar. Ela morreu um pouco depois de 1880. (...). O filho foi realmente notável, mas morreu em 1888. O velho Coruja tinha então 82 anos. Terríveis tempos para ele. Viveu mais um ano, já decrépito, meio doido, num quarto miserável de uma república de estudantes. E a mocidade é impiedosa com os velhos. Coruja passou pelas piores privações. Faleceu em 4 de agosto de 1889”. LAYTANO, Dante. op. cit., p. 90. No *Anuário do Rio Grande do Sul para o ano de 1890*, publicou-se uma necrologia, datada de setembro de 1889, dedicada a seu colaborador Pereira Coruja, da qual Laytano certamente se valeu para escrever o texto acima transcrito. “Necrologia – A.A. P. Coruja”. In: *Anuário da Província do Rio Grande do Sul para o ano de 1890 publicado sob a direção de Graciano A. de Azambuja (sexto ano)*. Porto Alegre: Gundlach & Cia., 1889, pp. 209-211.

¹⁰⁷ “Ao compilar e publicar informações históricas e linguísticas de sua província natal, esperava fazê-la ocupar um espaço nobre no catálogo de conhecimentos sobre a nação que o IHGB organizava. Sua presença e participação no Instituto estavam de acordo com a linha defendida pelo primeiro presidente da instituição, José Feliciano Fernandes Pinheiro. Por sinal, o mesmo Visconde de São Leopoldo que, quando presidente da Província de São Pedro, em 1825, assinara um contrato do governo com o então jovem professor Antônio Álvares Pereira Coruja para que este fosse ao Rio de Janeiro formar-se no novo método de ensino em voga”. LAZZARI, Alexandre. op. cit., p. 44.

pudesse lidar com os sentimentos de perda em relação ao tempo percorrido, corresponderiam “a uma consciência do passado como uma preocupação social do período” (KLEIN, 2004, p. 19).¹⁰⁸ Porém, a autora reitera que não havia, na produção intelectual do letrado, principalmente em relação a essas crônicas da maturidade, grandes compromissos em relação ao passado ou à busca de objetivos maiores enquanto escritor. Para ela,

Não lhe seduzia a história épica que caracterizava a produção historiográfica oficialmente reconhecida como tal e que tinha, em Visconde de São Leopoldo, seu padrão mais elevado. (...) Falava do pequeno, contava para as pessoas, em tom quase íntimo, as coisas da cidade em que vivera mais de 30 anos. Não é que ele não tratasse dos grandes temas da história nacional, mas o fazia sob o ponto de vista do cidadão comum (...). (Idem, p. 161).

Um dos grandes temas da história do Rio Grande e, também, do país que o perseguiu durante toda a vida, certamente foi a Guerra Civil Farroupilha, que ele viu ser evitada no IHGB por todos os anos em que esteve a serviço da instituição.¹⁰⁹ Em 1889, o *Anuário da Província do Rio Grande do Sul* trouxe um comentário de Pereira Coruja a respeito de uma obra que vinha sendo ali publicada desde 1887, “Memórias sobre a Revolução de 20 de setembro”, manuscrito elaborado pelo Major João da Cunha Lobo

¹⁰⁸ No ano de 1881, Pereira Coruja lança um opúsculo de 34 páginas, *Antigualhas, Reminiscências de Porto Alegre*, publicado pela Tipografia do Jornal do Comércio. A obra é um sucesso. Em 1887, o *Anuário da Província do Rio Grande do Sul* inicia a publicação de “Antigualhas” de Coruja: nessa edição, surge “Antigualhas – As alcunhas de Porto Alegre e outras alcunhas”. No ano seguinte, 1888, o mesmo anuário publica “Antigualhas, as ruas de Porto Alegre”, que continua em 1889. Em 1890, a conclusão do trabalho: “Antigualhas, as ruas e outros lugares notáveis de Porto Alegre”. Nota-se que, ao final da publicação, Coruja, como de hábito, assina a obra e escreve: “Rio, março de 1889”. Era o derradeiro ano de vida do literato e, mesmo com todos os problemas financeiros e emocionais que enfrentava, continuava atuante em seus últimos meses. CORUJA, Antonio Álvares Pereira. “Antigualhas, as ruas e outros lugares notáveis de Porto Alegre” In: *Anuário da Província do Rio Grande do Sul para o ano de 1890 publicado sob a direção de Graciano A. de Azambuja (sexto ano)*. Porto Alegre: Gundlach & Cia., 1889, pp. 85-89.

¹⁰⁹ No quarto capítulo, essa pesquisa se ocupará da obra “Guerra Civil do Rio Grande do Sul”, de Tristão de Alencar Araripe. O Conselheiro Araripe, ao apresentar as razões que o teriam motivado a escrever o volumoso trabalho, fará referência a uma leitura que Pereira Coruja fez em sessão do IHGB de 1878, em que apresentou documentos sobre a Revolução Farroupilha contidos em um periódico rio-grandense, cujo nome não revela. De acordo com Araripe, foi a leitura de Coruja que despertou nele a vontade de organizar os documentos que possuía sobre a contenda farrapa. Apesar dessa referência de Araripe, acompanhei as atas das sessões de 1878 e nelas não constam maiores informações sobre quais documentos teriam sido lidos por Coruja na sessão de número 10, ocorrida em 27 de setembro daquele ano. Sobre as motivações de Araripe, ver *Revista do IHGB*, Tomo XLII, parte 2, 1879, pp. 243-244. Em relação à leitura de Coruja, ver *Revista do IHGB*, Tomo XLI, parte 2, 1878, p. 432.

Barreto, testemunha dos acontecimentos.¹¹⁰ A apreciação de Coruja também era datada do ano de 1887 e, segundo consta na publicação, fora escrita no Rio de Janeiro. Em sua crítica, o velho Coruja, longe que estava da “casa da memória nacional” havia muitos anos, rebate “muitas inverdades” de Lobo Barreto e também se coloca na posição de testemunha do conflito que vira ainda jovem, dizendo “e o faço porque sendo eu hoje o *único sobrevivente* dos membros dessa Assembleia que na Câmara dos Deputados foi taxada de *conventículo sedicioso*, sou naturalmente chamado a esta discussão” (*Anuário Da Província do Rio Grande do Sul*, 1889, p. 125). A partir daí, Coruja, apresentando inúmeros documentos, combate três pontos principais de todas as “inexatidões” que detecta no manuscrito de Lobo Barreto. Na conclusão, Coruja diz assim:

Tendo eu provado os três pontos a que me comprometi, deixo de falar em outras inexatidões do manuscrito por insignificantes: e vou concluir. Se eu fosse francês, terminaria com eles, dizendo – *C’est ainsi qu’on écrit l’histoire*: mas como não o sou, termino mesmo em português como outrora já o fiz em outro lugar. *Se em tempos de guerra há mentiras como terra, em tempo de revolução há mentiras de encher a mão* (Idem, p. 127).

Mesmo idoso e afastado do IHGB desde o tempo em que deixou o cargo de tesoureiro da casa, Coruja tentou, ainda uma vez, uma reaproximação com a instituição. Em 1885, enviou ao IHGB uma obra sua, chamada *Ano Histórico Sul-Rio-Grandense*, em que apresentava 2700 efemérides da Província do Rio Grande do Sul. O trabalho recebeu, em 13 de novembro de 1885, parecer positivo da Comissão de História da casa, composta, na ocasião, por Joaquim Norberto de Souza e Silva e Manoel Duarte Moreira

¹¹⁰ O Major Lobo Barreto (? - 1874) era oficial de gabinete e trabalhava na secretaria do governo, tendo acompanhado, por sua posição, os presidentes de província que aportavam no Rio Grande do Sul na tentativa de conter a Revolução Farroupilha. O redator do *Anuário* acreditava que o manuscrito ali divulgado seria parte de um segundo caderno em que o Major Lobo Barreto tinha por objetivo descrever os acontecimentos passados na Revolução de 35. De acordo com uma nota sua, se teriam perdido as partes inicial e final do documento, já que, no início do manuscrito, cuja publicação começou em 1887, se lê um “Já dissemos que a Revolução da Província devia ser mais desastrosa do que as que antes tinham rebentado nas diferentes províncias do Império” e no final, no *Anuário* de 1889, está escrito “Exporemos agora os acontecimentos relativos ao atentado contra o presidente [Antero José Ferreira de Brito] praticado por Bento Manoel” (trata-se do episódio, durante a Revolução, em que Bento Manoel Ribeiro capturou Antero de Brito, em 1837 e o manteve preso por quase um ano). “Memória sobre a Revolução de 20 de setembro”. In: *Anuário da Província do Rio Grande do Sul para o ano de 1887 publicado sob a direção de Graciano A. de Azambuja (terceiro ano)*. Porto Alegre: Gundlach & Cia., 1886, p. 198; “Memória sobre a Revolução de 20 de setembro”. In: *Anuário da Província do Rio Grande do Sul para o ano de 1889 publicado sob a direção de Graciano A. de Azambuja (quinto ano)*. Porto Alegre: Gundlach & Cia., 1888, p. 123.

de Azevedo. Porém, junto à remessa da obra, Coruja solicitava ao IHGB que o auxiliasse na impressão da mesma, alegando o que todos já sabiam: estava o autor sem recursos financeiros para fazê-lo por conta própria.

O resultado foi ambíguo. O parecer dado pela “Comissão de Trabalhos Históricos” era bastante detalhado e criterioso, elogiando certos pontos do estudo, mas detectando e expondo as falhas sentidas no trabalho do experimentado literato. Assim iniciava a análise:

A Comissão achou-se em frente de um colossal trabalho, dividido em quatro partes, contendo cada uma um trimestre, e dia por dia de cada mês um fato, terminando a obra com um índice das matérias que facilita a busca das datas; e hesitou se deveria examinar uma por uma todas estas datas e os acontecimentos aí consignados pela infatigabilidade do nosso consócio. (...) Consultou o autor, como se vê de suas palavras, as melhores fontes, e é de crer que todo o seu trabalho esteja vazado nos moldes da verdade histórica. A Comissão entende que é mais fácil escrever efemérides de qualquer província do Império do que examinar a exatidão de um tal trabalho, que se duplica quanto à data e quanto ao fato; examinou-o, contudo, nos principais fatos (*Revista do IHGB*, 1885 (2), pp. 393-394).

Apesar dos pareceristas apreciarem positivamente a vasta documentação e fontes utilizadas pelo autor para compor suas efemérides, entenderam que os problemas estruturais encontrados para julgar o material, devido à maneira através da qual ele foi moldado por Coruja, obstruíam que fosse realizada uma análise mais minuciosa, como de depreende por este trecho do julgamento:

As datas comemorativas de grandes acontecimentos gravam-se como que por si mesmo na memória, como fogem e se apagam dela as que se referem a pequenas e até insignificantes ocorrências. Responde o autor pelas suas faltas e nem o Instituto Histórico pode responsabilizar-se por tudo quanto se imprime na *Revista Trimensal*: a responsabilidade tem a sua autoria individual (*Idem*, p. 394).

Percebe-se, pelo teor da avaliação, que seria difícil a Coruja obter o desejado auxílio do Instituto para a publicação de suas efemérides. Em outro extrato da apreciação, ajuizavam os pareceristas:

Todavia, não pode a Comissão de História deixar de notar que a obra do nosso consócio resente-se de um grande defeito. Subordinar os anos aos meses é dar lugar a uma tal ou qual confusão na ordem cronológica dos acontecimentos. São as efemérides mais próprias para as folhas diárias, pela recordação dos fatos dados em igual dia, mas em diferentes anos, trazendo assim à lembrança sucessivos aniversários.

Torna-se a obra mais própria para uma consulta diária do que para uma leitura geral, como Warden na sua *Histoire de l'empire du Brésil*, extraída de *L'art de vérifier les dates*, por Fortin ou Abreu e Lima, na sua *Synopsis ou dedução cronológica dos fatos mais notáveis da história do Brasil*, porque melhor se prestam ao estudo da marcha cronológica dos acontecimentos e ao sincronismo da história.

É, pois, a Comissão de História de parecer que a obra do nosso consócio pode figurar na *Revista Trimensal*; quanto, porém, ao pedido que faz o mesmo senhor no seu ofício de remessa, que, faltando-lhe atualmente os meios necessários para a sua impressão, recorre ao Instituto Histórico para que se digne auxiliá-lo em sua publicação da maneira menos onerosa aos cofres do mesmo Instituto, deve ser ouvida a Comissão de Fundos e Orçamento a esse respeito (Idem, pp. 394-395).

Significava já uma espécie de aviso de que as chances de ter o trabalho publicado eram escassas. No entanto, Coruja continuaria firme em seu propósito e, para isso, conseguiu apoio de alguns colegas, que se empenhariam em buscar resposta à sua solicitação.

Na sessão seguinte, ocorrida em 27 de novembro de 1885, consta a informação de que Moreira de Azevedo, Olegário Herculano de Aquino e Castro e Maximiano de Carvalho fizeram algumas observações sobre o trabalho (que passou a ser chamado, na *Revista*, de *Efemérides do Rio Grande do Sul*) e a respeito do parecer que recebeu da Comissão de História. O parecer foi encaminhado à Comissão de Redação. A partir daí, um grave silêncio se instaurou acerca do assunto. Por dois anos, o IHGB não mencionaria quaisquer considerações sobre a publicação da obra, até que na 2ª sessão de 1887, datada de 03 de agosto, o Conselheiro Araripe, que assumira o cargo de tesoureiro do IHGB após o afastamento de Coruja e com quem, aliás, mantinha relações mais estreitas (não se pode esquecer que foi Coruja quem teria inspirado Araripe a escrever sua “Guerra Civil do Rio Grande do Sul”, imenso trabalho publicado em vários tomos da *Revista*, além de utilizar a contestada obra de Araripe como referência bibliográfica em seus textos), solicitava uma solução sobre o caso: a publicação ou não das *Efemérides* de Coruja (*Revista do IHGB*, 1887 (2), p. 301). Novo silêncio, somente quebrado durante a 7ª sessão daquele ano, dessa vez pela ação do Barão de Teffé, que

“solicita informação acerca de um pedido dirigido há algum tempo pelo autor das *Efemérides* da Província do Rio Grande do Sul, quanto à sua publicação na *Revista*” (Idem, p. 350). O Tenente-coronel Fausto de Souza intervém à solicitação do colega, afirmando que o pedido de Coruja fora enviado à Comissão de Orçamento, e “talvez que para a próxima sessão possa informar alguma coisa, visto o Sr. Dr. Franklin Távora, 1º secretário, não estar presente, por motivo de grave enfermidade” (Idem, ibidem).

Finalmente, na sessão seguinte, ocorrida em 09 de novembro de 1887, o processo se concluiu e Coruja recebeu a resposta que confirmava os motivos de tanta protelação: seu pedido de publicação fora negado pelo Instituto. Conforme a ata,

O Coronel Fausto de Souza recorda ao Instituto o pedido do autor das *Efemérides* da Província do Rio Grande do Sul, que deseja que o seu trabalho seja impresso na Revista Trimensal, e expondo o pé em que se acha esse assunto, de que se tratou e consta das atas das 2ª e 7ª sessões ordinárias deste ano, propõe que se dê uma solução definitiva sobre ele. Depois de reflexões feitas por vários membros, resolve-se que seja indeferido, porquanto sendo tal trabalho muito extenso, como se colige do fascículo apresentado, ocupará um tomo inteiro da Revista, se for publicado de uma vez, o que não convém ao Instituto, ou levará alguns anos a publicar-se, se for por partes, o que não pode convir ao autor da obra (Idem, p. 357).

Apesar da negativa do IHGB, Pereira Coruja continuou alimentando sua ligação com a sociedade, algo que tentou manter em pé até quase o final de sua vida. No ano seguinte, quando o IHGB completava cinquenta anos, o literato remeteu ao clube trabalhos de sua autoria, mas dessa vez sem perpetrar pedidos de favores. Ao contrário, Coruja oferecia obras suas à agremiação, muito mais para ter seu nome lembrado como parte da história da casa do que por qualquer outro interesse. Foi assim que na 5ª sessão ordinária de 10 de agosto de 1888, o expediente do IHGB dava conta de ter recebido:

Do sócio o Sr. Antonio Álvares Pereira Coruja, declarando ter recebido a circular de 20 de maio, relativa ao jubileu do Instituto, e oferecendo para essa festa: 1º, sua *Lições de História do Brasil*, seguidas de uma *Breve notícia sobre cada uma das províncias do Brasil*; 2º, o 1º trimestre do *Ano Histórico Sul-rio-grandense*; 3º, 1ª página do 2º trimestre até 28 de abril; 4º, *Resumo do Índice* do mesmo *Ano Histórico* e 5º, *Antigualhas e reminiscências de Porto Alegre*. Compromete-se a remeter outras obras literárias de lavra própria; lembra que nos arquivos do Instituto devem haver dois inéditos por

ele oferecidos, há 3 para 4 anos, um a *Parte oficial* (original) da tomada das Missões orientais em 1801, por José Borges do Canto e Manoel dos Santos Pedroso; e outro, o *Farol da antiga vila do Rio Grande*, cópia por ele extraída dos arquivos dessa cidade (*Revista do IHGB*, 1888 (2), p. 245).

Na 6ª sessão ordinária de 31 de agosto de 1888, Pereira Coruja novamente fazia ofertas à agremiação:

Do sócio Antonio Álvares Pereira Coruja, enviando para a festa quinquagenária do Instituto os seguintes livros de lavra própria: 1) Compêndio da gramática da língua nacional; 2) Compêndio da gramática latina do Padre Antonio Pereira com aditamento e notas do ofertante; 3) Manual dos estudantes de latim; 4) Aritmética para meninos; 5) Manual de ortografia (obra pequena); Compêndio de ortografia da língua nacional (obra grande) (Idem, p. 264).

Era a última doação do velho Coruja à associação da qual era sócio honorário e fazia parte desde 1839. Um ano depois, ele viria a falecer. No IHGB, sua memória não teve direito a muitas lembranças. Na sessão de 16 de agosto de 1889, Joaquim Norberto de Souza e Silva noticiava o falecimento do antigo colega, ligando sua trajetória na Corte aos acontecimentos decorrentes da Revolução Farroupilha:

Senhores! Perdemos no dia 04 do corrente, às 5 horas da tarde, o nosso consócio Antonio Álvares Pereira Coruja. Nasceu na Província do Rio Grande do Sul, no ano de 1806 e quando a sua província natal, desvairada por uma política mesquinha, quis quebrar os laços da integridade e deixar de fazer parte da união brasileira, base da nossa grandeza e prosperidade, abraçou ele a causa revolucionária, mas foi mandado sair da província. Veio então estabelecer-se nesta Corte, onde, melhor aconselhado, tomou a si o colégio Minerva e entregou-se às conquistas pacíficas da inteligência e deu-se à educação da mocidade. Compôs e imprimiu alguns compêndios didáticos que tiveram grande voga. Há cinquenta anos que fazia parte da nossa associação, pois foi admitido no ano de 1839, foi tesoureiro do Instituto e como tal bons serviços lhe prestou. Há em nossa Revista alguns trabalhos devidos a suas lucubrações, e que não pecam por falta de interesse. Infelizmente, os últimos anos de sua longa existência foram amargurados por contrariedades da fortuna e, ainda mais, pela recente perda de seu filho, digno da consideração da sociedade fluminense, na qual se distinguia pela sua inteligência e moralidade, e grande amor pelo trabalho. Para assistir à missa do sétimo dia, pelo repouso de sua alma, nomeei uma comissão composta

dos Srs. Dr. Cezar Marques, Pinheiro de Campos e Henrique Raffard. Peço ao Instituto que se lance na ata da sessão de hoje um voto de pesar pelo seu passamento (*Revista do IHGB*, 1889 (2), pp. 442-443).

Em 1890, o orador da associação nacional, Comendador José Luiz Alves, cumprindo o dever que os estatutos determinavam, lembrou o passamento do literato, falecido quase dois anos antes.¹¹¹ Em seu elogio, o orador não ressaltou a contribuição de Coruja enquanto historiador ou divulgador da Província natal na Corte. Seus textos de cunho histórico publicados na *Revista do IHGB* sequer são mencionados. Ele recorda mais ou menos as mesmas coisas que já haviam sido ditas sobre o falecido na sessão do IHGB de 1889, em que se comunicou seu passamento. Talvez, aqui, Alves tenha até mesmo dado uma ênfase maior ao processo de falência econômica pelo qual passou Coruja, fato que, segundo o orador, seria o grande responsável por sua morte. Reproduzo um trecho de seu discurso:

Na avançada idade de 83 anos que se completariam a 31 de agosto, chegou ao derradeiro marco da vida, a 04 do referido mês, o Comendador Antonio Álvares Pereira Coruja, que nasceu na cidade de Porto Alegre, da Capitania, depois Província e hoje Estado de S. Pedro do Rio Grande do Sul no ano de 1806.

Recebeu esmerada educação, no verdor dos anos esposou as ideias da revolução, que levantou o colo naquela província, e por esse motivo deixou a terra que fora berço de seu nascimento dirigindo-se a esta capital (...). Deixando o magistério onde conquistou tantos louros, dedicou-se em má hora à profissão de comerciante, tomando a gerência da Caixa Depositária de Coruja & C. Baldo de prática do traquejo comercial, confiou cegamente em especulações que não conhecia a fundo; e, iludido em sua boa fé, foi dentro em pouco tempo arrastado ao processo de falência que tendo desfavorável muito concorreu para amargar-lhe os dias de vida e arrastá-lo à morte. Era sócio do Instituto desde 1839 e por muitos anos exerceu com zelo e probidade o cargo de tesoureiro, e honrou com seus escritos as páginas da Revista Trimensal. À Sociedade Amante da Instrução prestou

¹¹¹ O elogio histórico aos sócios falecidos desde 15 de dezembro de 1888 até 15 de dezembro de 1890 foram feitos na sessão aniversária do ano de 1890, justamente porque, em 1889, com as mudanças decorrentes da Proclamação da República, não houve publicação, na *Revista do IHGB*, dos discursos de final de ano. Dessa maneira, tanto o relatório anual do 1º secretário quanto os elogios aos 21 falecidos nos últimos dois anos, ficaram para o ano final do ano de 1890. Dentre os mortos, destaque para o passamento de Ferdinand Denis, o “grande amigo estrangeiro” do IHGB, que como Coruja era sócio da casa desde 1839. A homenagem prestada ao ilustre falecido veio, no texto, logo após aquele feito a Coruja, ocupando suas três páginas finais. “Elogio dos sócios falecidos desde 15 de dezembro de 1888 até hoje, pronunciado na Sessão Magna do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro a 15 de dezembro de 1890, pelo orador interino e sócio efetivo Comendador José Luiz Alves”. *Revista do IHGB*, Tomo LIII, parte 2, 1890, pp. 589-627.

valiosos serviços e por eles bem mereceu ser condecorado com o grau de cavaleiro da Ordem de Cristo e o oficialato da Imperial Ordem da Rosa (*Revista do IHGB*, 1890 (2), p. 604).

Assim, embora Pereira Coruja possa não ser lembrado por uma produção intelectual decisiva na história da historiografia sul-rio-grandense, sua atuação como homem de letras e divulgador da Província de São Pedro na Corte Imperial foi bastante relevante para a afirmação do Rio Grande do Sul como um espaço possível de formação e desenvolvimento de um nacionalismo literário brasileiro.

2.2. Um projeto fracassado: biografar os varões rio-grandenses

Na qualidade de sócio correspondente do IHGPSP, o zeloso Pereira Coruja enviava, em 16 de março de 1861, uma carta endereçada ao 1º secretário do Instituto rio-grandense, Francisco de Paula Soares, oferecendo seus serviços a fim de colaborar com um dos projetos que a agremiação pensava em colocar em prática: a publicação das biografias dos varões ilustres do Rio Grande do Sul. Dizia o literato:

Ilmo. 1º Secretário do Instituto Histórico do Rio Grande do Sul,
Tinha eu já enviado a V. S^a pelo passado vapor a minha carta contendo alguns apontamentos biográficos sobre o Coronel Thomaz Luis Osório, quando li no *Conciliador* de 21 de dezembro a ata da 15ª sessão desse Instituto que trata da distribuição de biografias dos nossos homens ilustres da Província pelos efetivos do nosso Instituto. E como naquela distribuição vejam os nomes dos generais Patrício José Correa Câmara, Manoel Marques de Souza e Rafael Pinto Bandeira, e entenda que nos devemos nos auxiliar reciprocamente em nossos trabalhos, lembrei-me de enviar a V. S^a para dar-lhe destino conveniente, o pouco que a respeito deles conservo em meus apontamentos e que de alguma coisa pode servir.¹¹²

A atenção de Coruja em fornecer ao Instituto o módico material que possuía a respeito dos militares em questão pode ser interpretada como um anseio do associado em ver publicadas informações verídicas a respeito da trajetória desses homens de

¹¹² *O Conciliador* era um jornal de quatro páginas, de caráter político e de variedades. Fora fundado em 1858 por Cândido Augusto de Melo e tinha como seu principal redator Caldre e Fião. Saía às quintas-feiras e domingos. DILLENBURG, Sérgio Roberto. op. cit., p. 59.

armas que lutaram no Rio Grande do Sul. Isso porque Coruja partilhava (e suas cartas confirmam) da mesma sensação que tinham seus companheiros de Instituto rio-grandense de que a história da Província não estava sendo, até aquele momento, interpretada devidamente. Como se viu até aqui, a idealização da associação tinha como um de seus principais propósitos constituir um arquivo de fontes seguras e necessárias para a narrativa da história sulina. Portanto, corrigir esse desvio interpretativo era imperativo e, mesmo distante, Coruja estava imbuído em contribuir com seus patrícios nessa ação:

Longe como estou do centro das tradições da Província, pouco posso aproveitar das luzes de nossos colegas, e menos auxiliá-los com meus pequenos contingentes; fá-lo-ei, porém, espero que se possa proporcionar ocasião de o fazer.

Sempre atento às questões que envolviam sua terra natal, era a segunda correspondência que o associado enviava ao IHGPSP em um intervalo de menos de 15 dias.¹¹³ Em 03 de março, Pereira Coruja havia remetido à agremiação uma primeira e longa carta, em que expunha, entre outros assuntos, sua contrariedade para com um texto no qual eram endereçadas críticas pesadas à atuação do Coronel de Dragões Thomaz Luis Osório nos episódios ocorridos quando da 1ª Invasão Espanhola ao Rio Grande do Sul, em 1763. Vale a pena acompanhar sua mensagem:

¹¹³ A título de curiosidade, cabe mencionar que, provavelmente, Pereira Coruja, na qualidade de sócio correspondente do IHGPSP, bem como os demais colegas convidados a se tornarem correspondentes da casa, tenha recebido do 1º secretário um ofício como o abaixo transcrito, que foi endereçado ao sócio correspondente Padre João Pedro Gay e que, hoje, se encontra armazenado nos arquivos do IHGB, no Rio de Janeiro: “Ilmo. (?) O Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro nomeou a V. S.^a para seu comissário no município de São Borja, com o fim de lhe obter documentos, manuscritos e mais objetos que digam respeito à história e topografia desta Província, bem como à arqueologia, etnografia e língua de seus indígenas. Determinou mais que V. S.^a seria considerado sócio correspondente logo que declarasse ser esta sua vontade, podendo solicitar o diploma que como tal lhe compete. Comunicando-lhe isto, transmito a V. S.^a a esperança que tem o Instituto de que se prestará com dedicação e patriotismo a este serviço que o país reclama. Secretaria do Instituto Histórico e Geográfico, aos 26 de julho de 1860. Ilmo. Rever^{endo}. João Pedro Gay. 1º secretário Francisco de Paula Soares”. O raro documento está quase todo ele impresso, estando preenchido à mão somente nos campos de nome e datas. SOARES, Paula. “Ofício do Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro comunicando ao Padre Gay sua nomeação para comissário do mesmo Instituto no município de São Borja; e que, com sua anuência, o considerará sócio correspondente. 1860”. Coleção Padre Gay. Notação: DL 406.39, Doc. n. 39, Lata n. 406.

Por ocasião de ler eu *O Conciliador*, nº 71 de 09 de setembro do ano passado nele vi em um extrato da sessão do Instituto de 02 daquele mês que o ilustrado consócio o Sr. Paula Soares, discutindo sobre o assunto: Quem eram os primeiros povoadores da Província, e quando se fundaram os primeiros povoados dela – poderia que ficasse a matéria adiada até que o Instituto pudesse obter as minhas *Anotações às Memórias do Monsenhor Pizarro* na parte relativa a essa Província. E como essas anotações se encontram impressas nas revistas do 3º Trimestre de 1858 do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tenho o favor de a remeter por este mesmo correio com dedicação a V. S^a para ser presente ao nosso Instituto, *estimando que nelas se possa encontrar algum trabalho preparatório de outros de melhor prensa.*

Nessa mesma Revista se acha impressa a correspondência havida entre o Coronel de Dragões Thomaz Luis Osório, fundador e comandante do forte de Santa Teresa, e o Governador da Capitania, Ignácio Elói de Madureira, por mim copiada dos próprios originais existentes no Arquivo Público do Império, por onde se vê quais eram as circunstâncias daquele coronel e sua extrema falta de reservas bélicas, tanto pessoais como materiais, quando ali (...) o General D. Pedro de Cevallos a apoderar-se daquela fortaleza, *correspondência decerto desconhecida do historiador que com tanto peso carregou a mão sobre o dito coronel quando tratou da tomada da fortaleza*, quando, aliás, as ordens do Governo do Rio de Janeiro constantes do ofício que se lê à página 336 da Revista de 1858, e que em parte coincidiu com o que se fez, tinham sido interpretadas pelo general inimigo, como se lê à página 100 dos Anais do Visconde de São Leopoldo.

Apesar de que me acompanhava por ver no doado na história pátria o nome de um militar, cujos serviços em defesa da nação têm sido lembrados por seus filhos e netos, em suas virtudes cívicas e morais, não era menor o daqueles que em seu entusiasmo patriótico pretendem hoje purificar a conspiração mineira de 1789 como fenômeno da nossa independência política. O desejo, pois, que eu tinha de fazer restaurar em nossa (?) me induziu a fazer a respeito dele algumas pesquisas, que entregues a alguma pessoa habilmente manejada poderão dar ainda um consolo aos membros de sua família lavando (?) de seu progenitor de uma (?) de 98 anos (...).

O envio dessas duas correspondências não deixa dúvidas: o literato, que era associado e colaborador do IHGB desde 1839, se mostrava incomodado com a forma com que a história rio-grandense vinha sendo registrada. Especificamente em relação ao General Thomaz Luis Osório, preocupava a Coruja a maneira através da qual sua figura foi retratada para a posteridade. Por isso seu cuidado em fornecer aos membros do IHGPSP não somente dados biográficos de Osório, mas também caminhos possíveis de onde retirar fontes documentais que considerava serem seguras para embasar futuras pesquisas. Coruja parecia ciente de que sua ação serviria como uma relevante contribuição para que, dentro do Instituto rio-grandense, algum dos associados tomasse

a iniciativa de corrigir o que ele considerava ser a exposição de equívocos a respeito do Rio Grande. Desejava, pois, poder auxiliar na construção de bases confiáveis para que seus colegas pudessem se debruçar sobre questões pungentes da história pátria. O caso da atuação do militar setecentista Thomaz Luis Osório era certamente uma dessas questões que, segundo ele, mereciam receber um novo e justo tratamento.

De mais a mais, o investimento no projeto de história do IHGPSP poderia ser pessoalmente favorável a Pereira Coruja naquele início da década de 1860. O letrado vinha cooperando havia bastante tempo com o IHGB, seja na parte administrativa, como tesoureiro que era, seja no fornecimento de material para a *Revista*, na qual teve dois trabalhos publicados, conforme mencionado anteriormente. Desse modo, acredito que a criação do Instituto rio-grandense e sua defesa de uma história contada de uma perspectiva proveniente da pena dos próprios sulinos tenha sido recebida pelo literato como uma possibilidade para um estreitamento mais firme dos laços que mantinha com o IHGB, ocasionando a ele novas expectativas de alcançar uma posição de maior prestígio junto à associação brasileira: com uma atuação cuidadosa no episódio do pedido de filiação do IHGPSP, ele talvez enxergasse a chance de ter seu nome passado à posteridade como aquele que estabeleceu o elo de ligação entre o IHGB e a primeira de suas sociedades filiais. Uma agremiação nova, surgida em sua terra natal, que estava repleta de projetos para o “engrandecimento” da história rio-grandense e que, acima de tudo, depositava nele o encargo e as esperanças em ver firmadas boas relações com a matriz nacional. Enfim, uma causa inédita e carregada de estimulantes promessas, tanto quanto parecia ser promissora a ideia da divulgação das biografias dos ilustres da Província, das quais ele, inclusive, quem sabe poderia um dia fazer parte. Portanto, investir no Instituto nascente era investir em sua própria autopromoção como um dos homens ilustres da Província envolvidos em uma empresa justa e “prende de futuro”, para usar uma expressão cara à época.

Esse mesmo entusiasmo em defender uma causa nobre e singular como era a construção da história sulina, também é percebido no discurso de Paula Soares, no qual o associado refletia sobre a abrangência da arte de historiar:

Narrar os fatos do passado, investigar as causas que os motivaram, esmerilhar todas as suas conseqüências são trabalhos que requerem um prolongado estudo e conhecimentos mui variados, não só das ciências fundamentais, auxiliares e acessórias inseparáveis da história, como também das fontes verídicas donde esses fatos devem ser

tirados. De todos esses estudos, aquele a que em primeiro lugar o historiador deve prestar a maior atenção é indubitavelmente ao do exame das *fontes históricas*, para nelas procurar o que há de verdadeiro, compilando os documentos e cotejando-os; sem este estudo a narração histórica peca por sua base, ou mais propriamente falando, não a tem. Côncios desta verdade, os membros do Instituto se têm esmerado em coligir os documentos que jazem esparsos pelas diferentes localidades desta Província, e tem resolvido compulsar os arquivos das diversas repartições públicas, certos de que não poderão deixar de obter a necessária coadjuvação da parte das autoridades. Os resultados de suas investigações e trabalhos, já têm sido em parte publicados nos dois folhetos da Revista trimensal, e estas publicações seguidas, como foi determinado em sessão do dia 16 de dezembro, das biografias dos varões que por seus feitos gloriosos se têm tornado ilustres, devem necessariamente fornecer preciosos esclarecimentos sobre os fatos duvidosos de nossos anais, e descobrir outros ainda totalmente ignorados (*Revista do IHGPSP*, 1861, p. 11. Grifos no original).

Um projeto de escrita e uma ideia instigante que deveria ser partilhada por todos os associados da casa, desde aqueles homens que lhe serviam de executores até aqueles que lhe convinham como exemplos a serem seguidos e lhe emprestavam seus nomes e sua importância social.¹¹⁴ Era esse o caso de seu presidente, Manoel Marques de Souza, o Barão de Porto Alegre. Em 1862, durante os discursos comemorativos ao segundo aniversário do Instituto rio-grandense, a preleção do Barão não deixa escapar que ele conhecia exatamente as implicações advindas com o empréstimo de seu nome ao projeto biográfico dos patrícios sulinos. A biografia, embora fosse um gênero à parte, tinha um peso importante na escrita da história do Oitocentos.¹¹⁵ No IHGPSP, ela era apresentada como um subgênero da história, uma ciência auxiliar que serviria para que, no futuro, obras históricas fossem escritas a partir dela. Mesmo assim, a importância da escrita biográfica era bastante forte, pois significava, para os letrados envolvidos no Instituto regional, em uma promessa e investimento na própria posteridade, como se apreende pelas palavras do Barão:

¹¹⁴ Em minha dissertação de mestrado dedico amplo espaço ao estudo das biografias e notícias biográficas na escrita da história do Rio Grande do Sul no século XIX, com especial destaque ao projeto biográfico esboçado pela *Revista do IHGPSP* e levado a cabo pela *Revista do Partenon Literário*, periódico em que elas tiveram efetivamente uma grande importância e espaço de divulgação. BOEIRA, Luciana Fernandes. *Entre história e literatura: a formação do panteão rio-grandense e os primórdios da escrita da história do Rio Grande do Sul no século XIX*. Porto Alegre: IFCH/UFRGS, 2009 (Mestrado em História).

¹¹⁵ Sobre o papel da biografia como um mera subdisciplina auxiliar à disciplina histórica no século XIX, ver DOSSE, François. "L'Âge Héroïque". In: *Le Pari Biographique*. Paris: Éditions La Découverte, 2005, p. 185.

Avulta entre eles o meritório empenho de escreverdes as biografias dos mais ilustres varões, que por armas ou letras brilharam no firmamento rio-grandense; e essa obra, quando a terminardes, quando reunida numa só grinalda tiver tecido a mais bela coroa da nossa terra, terá, só ela ilustrado também o vosso nome entre os mais beneméritos da província. (...) Como me ufana essa ideia, senhores, e quanto me honro de haver partilhado dela! Homem de espada, gasto no rude, em que glorioso, mister da guerra o tempo que houvera devido dar a mais amplo cultivo da minha acanhada inteligência, eu não vos pude trazer mais que as animações de uma alma afetiva a entusiasmar-se com a ideia da pátria, e a firmeza de quem aprendeu nas duras proações dos campos a não sucumbir às dificuldades. A vossa bondade disse-me que era muito, e quis honrar nas cans (sic) do mais obscuro soldado da Independência as tradições daquele heroico exército, de que eu vos poderia contar a impretérita coragem, o ânimo inapelável, e as virtudes com que soube vencer os quase invencíveis lusitanos. Durante dois anos tenho aceitado grato e submisso essa pesada e imerecida glória. Contemplava-a como um tributo das novas gerações e que as precederão; porém, hoje é tempo de que a robusta inteligência desta época rica de nobres esperanças reclame o lugar que lhe pertence (*Revista do IHGPSP*, 1862 (1946), n. 1, p. 205).

Assim como o IHGPSP planejava, conforme consta na segunda carta de Pereira Coruja, contar a história dos feitos militares vividos nos campos de batalha por homens como o seu avô, o também general Manoel Marques de Souza, o Barão se entusiasmava com a ideia de ver registradas nas páginas do periódico da agremiação os seus próprios sucessos como homem de armas, já que ele sabia reunir qualidades suficientes para isso.¹¹⁶

Aliás, o plano de biografar o avô do Barão era uma estratégia bem pensada pelo Instituto, pois fortalecia ainda mais a figura de seu presidente ao mostrá-lo como pertencendo a uma linhagem de homens que se destacaram pelo sucesso nos campos de batalha. Também era um reforço à ideia vendida pelos sulinos de que a lealdade ao Brasil e a luta na defesa de seus territórios meridionais era uma característica que

¹¹⁶ Em minha dissertação, teci o seguinte comentário a respeito do juízo que fazia o Barão a respeito das intenções do Instituto rio-grandense: “Para ele, esse empreendimento implicava, certamente, a escrita da história dos feitos heroicos do passado rio-grandense, nos quais ele próprio, enquanto chefe militar de alta patente que era, teve participação fundamental. Assim, mais que escrever a história do Rio Grande, a tarefa de que a associação se incumbia, para o Barão, era a de mostrar ao país e às gerações de futuros rio-grandenses, que a região sulina também viveu atos heroicos e teve soldados atuantes, homens fortes e guerreiros, verdadeiros defensores da pátria, a serem lembrados e reverenciados. Ou seja, se ele emprestava seu prestígio para a associação, ocupando o cargo de presidente, era também porque queria ver reconhecida sua história de vida como intrinsecamente ligada à história pátria. Para um chefe militar de sua alçada, ver seu trabalho no campo de batalha ser celebrado como um importante momento de formação da cultura pátria, não era algo corriqueiro. E o Barão de Porto Alegre, homem de seu tempo, um tempo marcado pelo *exemplum* do grande homem, não deixava de demonstrar o quanto esse reconhecimento era para ele motivo de satisfação, de sensação de dever patriótico cumprido”. BOEIRA, Luciana Fernandes. op. cit., p. 159.

atravessava gerações de rio-grandenses. Os outros dois nomes pensados para compor essa tríade de primeiros biografados, Patrício José Correa Câmara e Rafael Pinto Bandeira, se enquadravam perfeitamente nesse mesmo objetivo de beneficiar os heróis militares de uma província reconhecida por sua característica eminentemente guerreira.¹¹⁷

Porém, pelo que até aqui se sabe, as biografias desses militares não chegaram a ser divulgadas no periódico da agremiação. De curta existência, a *Revista do IHGSP* não permaneceu em atividade por tempo suficientemente hábil para se empenhar na publicidade desses estudos. É conhecida apenas uma biografia publicada na *Revista do Instituto* regional e, surpreendentemente, ela não pertence a um militar: trata-se da biografia do Padre Luiz Manoel Gonçalves de Brito, divulgada naquele que se acredita ser o último número do periódico.¹¹⁸ Embora não fosse um herói dos campos de batalha, o religioso se destacava como membro atuante do Partido Liberal e sua figura, marcada pela caridade e apoio aos necessitados, era bastante respeitada na Província.¹¹⁹

O outro texto de caráter biográfico de maior fôlego divulgado na *Revista do IHGSP* é o necrológio dedicado a um falecido colaborador da casa, o Capitão Antônio Dias da Costa, militar, professor, funcionário da Repartição de Obras Públicas Municipais e chefe do Arquivo Provincial. Apesar das variadas atividades profissionais,

¹¹⁷ O Comendador Patrício José Correa Câmara (1737-1827) foi Vice-presidente da Província de São Pedro e sua família era uma das mais célebres e conhecidas da Província. Recebeu o título de Barão e, depois, de Visconde de Pelotas. Como militar, seu sucesso foi enorme, com especial destaque para sua participação na 1ª Campanha da Cisplatina e na guerras contra Artigas. Em Rio Pardo, atuou como Tenente-coronel comandante da fronteira rio-grandense por mais de 50 anos. Em relação a Rafael Pinto Bandeira (1740-1795), sua importância para a história sulina era igualmente imensa. Como militar, o caudilho Pinto Bandeira participou de inúmeras campanhas em defesa das fronteiras da região da então Capitania de São Pedro. COSTA, Renato. "Os três institutos históricos do Rio Grande do Sul". In: *Revista do IHGRS*. Porto Alegre, 1982, n. 123, pp.43-51; PORTO ALEGRE, Aquiles. *Homens Ilustres do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Erus, 1980.

¹¹⁸ A biografia escrita em homenagem ao Padre Brito foi trabalhada em minha dissertação de mestrado. Naquele estudo, procurei demonstrar como a figura de um homem de fé poderia, no século XIX, ser encarada como um exemplo de grande homem a servir de orientação para as gerações presentes e futuras. A biografia do Padre Brito apresentava outra peculiaridade: não indica quem possa ter sido seu autor. "Biografia do falecido vigário da Freguesia da Madre de Deus desta capital e sócio do Instituto Histórico Geográfico Rio-Grandense Padre Luiz Manoel Gonçalves de Brito". *Revista do IHGSP*, Ano IV, n. 1, 1863, vol. IV. In: *Revista do IHGRS*, n. 123. Porto Alegre, 1982, pp. 163-166; BOEIRA, Luciana Fernandes. op. cit., pp. 154-156.

¹¹⁹ A publicação de biografias de padres se tornou comum no Brasil do século XIX, como destaca Armelle Enders: "O grande contingente de padres presentes nas diferentes 'galerias nacionais' se explica por várias razões. Dos 118 'brasileiros ilustres' da Revista do IHGB, 36 são religiosos. Muitas vezes eles adquirem notoriedade em outro domínio que não o sagrado: a caridade (como os médicos), as ciências (Frei da Conceição Veloso), as letras, a catequese dos índios... O catolicismo é também o elo essencial que liga o passado, o presente e o futuro do Brasil. As figuras de frei Henrique, dos padres Nóbrega e Anchieta debruçaram-se sobre o berço da nação e fizeram o sinal da cruz sobre o seu destino". ENDERS, Armelle. "'O Plutarco Brasileiro'. A produção dos vultos nacionais no Segundo Reinado". In: *Estudos históricos*, n. 25, Vol. 14, 2000, p. 51.

sua figura enquanto militar não era representativa, já que o capitão pouco avançou na carreira, não adquirindo, assim, altas patentes. Ao contrário, Dias da Costa parece ter dedicado maior atenção à construção civil e ao magistério e possuía, ainda, uma qualidade constitutiva daqueles tempos: acendera socialmente por seu próprio mérito.¹²⁰ Assim, embora não tenha sido um herói e, portanto, não se enquadrasse na categoria de homem distinto por letras e armas cara ao projeto biográfico do Instituto rio-grandense, tinha a particularidade de ter vencido na vida por meios próprios, merecendo da agremiação ao menos uma necrologia.¹²¹ Isso porque sua figura de homem comum que acende socialmente servia como exemplo aos demais rio-grandenses de que era possível a qualquer cidadão se fazer notável, colaborando com a história pátria e participando, mesmo que como coadjuvante, de sua construção.¹²² Por isso, ele recebeu ao menos uma necrologia, embora não fizesse jus a receber uma biografia. Mona Ozouf, em seu importante estudo publicado na coleção *Les lieux de mémoire*, “Le Panteón. L’École Normale des morts”, teceu interessantes considerações sobre o assunto, que tive a ocasião de comentar:

Mona Ozouf lembra que os grandes homens são aquelas figuras passíveis de terem seus valores reconhecidos por seus pares, na qualidade de iguais. Isso porque a grandeza que possuem se construiu justamente no período pós-Revolução Francesa, momento caracteristicamente democrático e onde se deu o triunfo daqueles que poderiam vencer por seus próprios méritos e talentos em detrimento daqueles que possuíam os privilégios do nascimento, característica própria de uma sociedade de Antigo Regime. (...) Dessa forma, o

¹²⁰ Renato Costa lembra que o Capitão de Engenheiros Antônio Dias da Costa era autor do levantamento da planta e construção das fortificações do Pontal de São Miguel e de Caçapava. Também foi responsável pelo levantamento dos limites do Brasil com o Uruguai. Por sua colaboração como capitão de engenheiros, recebeu como distinto oficial as Ordens de Aviz e da Rosa. COSTA, Renato. op. cit., p. 48.

¹²¹ Enders faz uma relevante relação entre as biografias e as necrologias publicadas no Brasil oitocentista: “Essas obras biográficas, quando tratam do período contemporâneo, parecem catálogos mundanos de personalidades falecidas. Os necrológios de notáveis são facilmente reciclados em biografias de homens ilustres, contando que eles tenham sido fiéis servidores do Estado”. ENDERS, Armelle. op. cit., p. 47.

¹²² Ao tentar explicar a presença dessas duas figuras nas páginas de um periódico que tinha por objetivo maior a divulgação das biografias dos heróis militares, mas que acabou cedendo espaço a outros tipos de cidadão, assim me expressei: “O grande homem oitocentista se converteu, acima de tudo, em um cidadão útil à sua época e ao seu país. Assim, o século XIX ampliou os tipos de personalidades a serem retratadas. Embora continuasse a ser bastante aludida, a figura do herói militar passou a conviver com as mais diferentes encarnações. Assumia o esboço do cidadão patriota, aquele que, no século XIX, tivesse importância vital para a construção da história da nação. Assim, não só os heroicos guerreiros rio-grandenses seriam pintados, mas também haveria lugar para magistrados e legisladores, oradores e literatos e, em grande número, grandes homens religiosos, tal qual o Padre Brito, tão admirado na Província de São Pedro por sua obra caridosa e sua atuação política segura”. BOEIRA, Luciana Fernandes. op. cit., p. 154.

Capitão Dias da Costa, um homem que ascendera socialmente por seus próprios méritos, tinha sua importância reconhecida por seu necrólogo, provavelmente alguém que se reconhecia na figura por ele representada. (...) Méritos e talentos, insisto, mas não heroísmo. Segundo Ozouf, o século XVIII se encarregaria de fazer a distinção entre o grande homem, aquele verdadeiro e plausível homem, que poderia se fazer por si mesmo, e o herói, sempre tomado como o extraordinário, o inalcançável. Igualmente, a autora destaca que o grande homem nascido no período pós-revolucionário era distinto dos homens ilustres. Diferentemente destes, o grande homem era a figura que se prestava a múltiplas encarnações: o padre, o soldado, o atleta, o defensor da pátria, o orador... Ozouf fala de outras cinco possibilidades de grandes homens: o filósofo que esclarece a nação, o legislador que dá a ela boas leis, o magistrado que executa com integridade essas leis, o orador que expõe com zelo a defesa dos oprimidos, o negociante generoso que restabelece a abundância em tempos de privação. A essa galeria formada no XVIII, se ajustaria, mais adiante, o pai de família. Na medida em que o século XVIII avança, o pai de família torna-se a figura central do culto dos grandes homens. A encarnação ideal do grande homem passa a ser a do legislador patriota tomado pelo papel de pai de família. Há nessa figura uma grandiosidade pública e privada. E Dias da Costa, na qualidade de zeloso pai de família, também obedeceu a esse “quesito” (BOEIRA, 2009, pp. 164-165).¹²³

Tendo desaparecido prematuramente, a *Revista do IHGPSP* publicou somente esses dois textos de caráter biográfico e teria seu projeto de publicação de biografias abortado antes mesmo que iniciasse a divulgação das biografias dos ilustres da

¹²³ Ao proferir o elogio aos associados falecidos em discursos e orações fúnebres, associações letradas como o IHGB e o IHGPSP seguiam a cartilha de uma herança recebida das academias ilustradas europeias surgidas nos séculos XVII e XVIII. Ou seja, a homenagem fornecida por esse tipo de texto era um objetivo caro aos homens reunidos em torno desses espaços de sociabilidade. Daniel Roche, ao buscar compreender o funcionamento das academias ilustradas francesas desse período, escreve: “O elogio não é jamais um ato negligenciável, pois ele se instala nos dois polos da existência acadêmica. No discurso de recepção aos recém-eleitos, ele ratifica sua própria ascensão na fama da república das letras, ele marca a passagem da morte implícita dos talentos não reconhecidos à imortalidade conferida pela entrada na sociedade dos espíritos. Na homenagem fúnebre, o discurso amplifica em um secundo nascimento o triunfo imortal do falecido; durante o ato da morte, ele proclama para a eternidade um julgamento que lida com o homem e sua obra, sobre seus costumes e sobre seus trabalhos, sobre sua pessoa e o personagem. Porta voz da academia que se reconhece naqueles que falam e naqueles de que se fala, o secretário perpétuo se envolve na pesagem de uma alma. (...) O costume supõe três funções essenciais; a primeira, de retórica, visa menos ao elogio biográfico em sua verdade e mais no discurso. Constitui uma ordem de linguagem que tem o máximo de legibilidade cultural. A segunda é documentária e cognitiva: ela postula uma verdade, descrevendo uma história, por definição, exemplar. A terceira, enfim, é a da hagiografia. Ela impõe uma visão de mundo, ela promete uma ética e uma ideologia. No elogio propriamente dito, pela sua organização, os três papéis estão estreitamente imbricados, mesmo se um ou outro pareçam ser privilegiados. De fato, D’Alembert, no artigo ‘Elogio’ da *Encyclopédie*, distingue dois tipos de discurso, ‘A Oratória’ de uso da Academie Française, homenagem feita à virtude e aos talentos, mas que as necessidades retóricas reduzem frequentemente a um panegírico. ‘O Histórico’, prática das academias de belas letras e de ciências, que ‘são propriamente das memórias para servir à história das letras; a verdade deve ser a característica principal’”. ROCHE, Daniel. *Les siècles des Lumières en province. Académies et académiciens provinciaux, 1680-1789*. Paris: Éditions de l’EHESS, 1978, Tomes I et II, p. 167.

Província. A *Revista do Partenon Literário*, periódico que será referido com maior riqueza de detalhes ao longo das páginas seguintes, seria a grande responsável, no Rio Grande do Sul, pela instituição de um projeto biográfico dos homens ilustres da província, dando continuidade, de alguma forma, aos planos esboçados pelos associados do IHGPSP.

2.3. Caldre e Fião no IHGPSP: em nome da constituição de um tipo nacional

A consciência de que era indispensável criar um tipo nacional era cara ao mundo letrado do Brasil oitocentista. Os literatos que se reuniam em torno do IHGB trabalhavam em prol desse propósito desde 1838, quando a associação iniciou suas atividades. Colocando-se em harmonia com tal necessidade, o IHGPSP, através de seu orador, o romântico José Antônio do Valle Caldre e Fião, reafirmava a importância desse trabalho, procurando alinhar os interesses do Instituto nascente com os da matriz nacional. Em discurso comemorativo proferido nas tribunas da nova agremiação, o orador destacava, ainda, que outro benefício poderia obter o IHGPSP com a confirmação da aliança entre as duas instituições: o acesso a documentos referentes à Província depositados nos arquivos do IHGB e que, segundo ele, a associação nacional não aproveitava como poderia. De acordo com Caldre e Fião,

A união dos homens de letras de uma mesma pátria, e seu concurso, a sua comunicação direta, podem trazer a uniformidade nelas - o que se chama o tipo nacional que ainda não temos. - Entre nós ainda outra vantagem, e é que documentos que de outra forma não poderíamos ter pode fornecer-nos essa ilustrada associação, que os têm em seus arquivos sem grande proveito. (Revista do IHGPSP, 1861, p. 25. Grifos meus).

Brasileiro e, claro, profundamente rio-grandense: esse era o homem que a associação desejava divulgar para o resto da nação. E talvez, por isso mesmo, o projeto sulino de constituição de um Instituto rio-grandense tenha encontrado resistência para ser reconhecido e, como aponta Caldre e Fião, não pudesse fazer com que ele, na qualidade de orador no novo grupo, noticiasse, naquela primeira sessão aniversária do Instituto rio-grandense, a esperada concessão de filiação pelo IHGB:

Estamos nós, porém, com as habilitações necessárias para tratar deste grande trabalho de modo que faça proveito a pátria? Sobram-nos os desejos; o tempo dirá o resto. O INSTITUTO, senhores, não somos nós, é uma sociedade que se perpetua e que está à espera do concurso de todas as inteligências. O que descrever do que podemos, descreverá do que pode o tempo, do que pode a inteligência humana. Há hoje um ano, senhores, que preparamos o terreno em que devem brotar as flores das inteligências futuras: se o não temos bem feito é que somos maus obreiros, com a consciência disto e aguardando o concurso de outros melhores (...). Hoje não apresentai-vos só constituídos. Dais ainda um espetáculo mais digno – é o de terdes existido um ano, lutando através de todas as dificuldades e quando os que mais se deviam interessar por vós auguravam-vos apenas alguns meses de existência, opondo aos vossos desejos obstáculos reais. (Idem, 1861, pp.24-25).

Mas quem eram os áuspices evocados por Caldre e Fião? Possivelmente, concorrentes políticos que seu grupo possuía dentro e fora da Província e, por que não, no próprio seio do IHGB.¹²⁴ Porém, o discurso de Caldre e Fião não era um ataque direto do Instituto rio-grandense ao IHGB pelo fato da associação ainda não lhe ter concedido filiação. Ao contrário, a fala do literato parecia querer acalmar os ânimos e assinalar a vantagem que poderia obter o IHGB em se ligar ao Instituto provincial:

É verdade que a isto opunha o Instituto Histórico Brasileiro a sua bem entendida conveniência, que é a do país, abrindo-vos os braços e num

¹²⁴ Nas redes de relações políticas observadas na Província de São Pedro, Caldre e Fião e, principalmente, o Barão de Porto Alegre foram nomes de grande relevância e, como vimos, desde a década de 1850, dominavam a cena política do Rio Grande. Compuseram a Contra-Liga, cujo líder máximo foi Luis Alves de Oliveira Bello: “Aos poucos, conservadores e liberais passaram a apoiar a Contra-Liga. Seus principais líderes eram João Jacintho de Mendonça, médico pelotense com notável influência na política provincial; o **Barão de Porto Alegre**, que comandou o exército brasileiro contra Rosas; **José Antônio do Valle Caldre e Fião**, médico em São Leopoldo com fortes vínculos na Corte, onde teve atuação jornalística de destaque; **Fellippe Nery**, militar uruguaio que lutou em diversas guerras e destacou-se como jornalista e rábula em Porto Alegre; **Manoel Lopes Teixeira Junior**, oficial piauiense formado na Escola Militar da Corte e que, entre as muitas funções que exerceu, foi secretário do próprio Barão de Caxias”. Vargas destaca os vínculos desses líderes políticos com os municípios litorâneos e do Sudoeste do Rio Grande do Sul, ligados principalmente ao eixo Pelotas-Porto Alegre. Isso porque a busca de alianças com localidades mais distantes da capital era uma estratégia de ampliação do poder político. O mesmo se aplica às redes de relações que o IHGPSP formaria, na década de 1860: procurou ter representantes de peso político em todas as regiões da Província, particularmente naquelas que recebiam influência direta do Barão de Porto Alegre e de **Manoel Luís Osório**, como era o caso da região de São Borja. Ao acompanhar a influência política exercida por esses homens em diferentes regiões, veremos que a participação de partidários de Osório no IHGPSP, a despeito de suas diferenças com o Barão, era vital para o fortalecimento do Instituto regional no interior, pois ele contava com o apoio de vários estancieiros em diferentes lugares (muitos deles, inclusive, antigos farrapos e que comandavam destacamentos militares da Guarda Nacional em suas regiões). Por sua vez, alguns desses estancieiros também se associariam ao Instituto local, como **David Canabarro**, em Livramento e o **Coronel José Alves Valença**, de Santa Maria. VARGAS, Jonas Moreira. op. cit., p. pp. 49-51. Os nomes destacados são dos associados ao IHGPSP.

laço fraterno preparando a vossa união com a dos seus membros. Não posso noticiar-vos este fato oficialmente, é verdade, mas tê-los-ei sabido como eu pelas publicações que a este respeito se fizeram (*Revista do IHGPSP*, 1861, p. 25).

Segundo o literato, uma das razões maiores para se defender a união entre as associações era justamente o fato de que por meio da colaboração entre ambas se contribuiria para a constituição do tipo nacional que se forjava no Império. E sublinha-se: no entender de Caldre e Fião, ao dar seu aval para o IHGPSP, o IHGB poderia continuar cooperando com a constituição e descobertas de material para a escrita da história do Rio Grande do Sul, mas estava “dispensado” de sua redação, pois agora havia quem isso fizesse com propriedade: os próprios rio-grandenses. Para ele, não haveria motivos para o IHGB negar admissão ao IHGPSP, pois

Não há perigos na acumulação das forças intelectuais de um povo como há nas administrativas de uma grande e vasta nação (...). Centralizar as forças intelectuais é apenas dar-lhes um foco que as irradie por toda a parte – e criar um ponto luminoso que esclareça tudo na razão da sua intensidade. Quando mesmo alguns espíritos tímidos vissem na nossa união com o Instituto Histórico Brasileiro alguma *ideia perniciosa de centralização*, basta a consideração que levamos escrita para assegurá-los, nem somos dos que sobre isto devêssemos dissimular coisa alguma. (*Revista do IHGPSP*, 1861, p. 25. Grifos meus).

No entender do poeta, acumular forças intelectuais com vistas a construir o tipo nacional era um procedimento positivo, assim como o era fortalecer as inteligências do país. Por isso, sua orientação favorável à comunhão das forças intelectuais que frequentavam os dois Institutos. Todavia, Caldre e Fião separava muito bem as coisas: ações de centralização administrativa eram posições rejeitadas tanto por ele quanto pelos seus companheiros do Liberal Progressismo, ao passo que somar forças intelectuais era louvável e ele, inclusive, aconselhava aos demais associados que apoiassem a decisão do Instituto rio-grandense de buscar se ligar ao IHGB:

Deveis aplaudir, pois, o passo que destes provocando a união de ambas as associações, e assim como leais preencheréis o vosso dever de irmão para com aquela, sem dúvida que podeis contar com o

concurso valioso dos seus membros. (Idem, pp. 25-26)

Naquele mesmo volume da *Revista do IHGPSP*, o sócio e 1º secretário Francisco de Paula Soares, a exemplo de Caldre e Fião, também mostrava preocupação no alcance da filiação e tentava fazer de seu discurso um meio eficaz para firmar o compromisso que sua agremiação desejava ter para com o IHGB. Em seu relatório anual, um tópico de destaque era “Filiação ao Instituto Histórico-Geográfico Brasileiro”. Embora o IHGB não tivesse ainda concedido a filiação, a estratégia usada por Soares era a de procurar se mostrar otimista quanto a uma apreciação positiva e comentava:

Determinando o artigo 2º dos Estatutos que este Instituto se filiasse ao da Corte, resolveu-se em assembleia geral de 18 de março [de 1860] que os membros da mesa solicitassem essa filiação. No mês de abril deu-se cumprimento a esta determinação, mas tendo-se extraviado o ofício, só passados três meses foi presente em sessão naquela corporação, que o enviou à respectiva comissão para interpor o seu parecer. As razões que motivaram a confecção do referido artigo são de tal alcance que dispensam qualquer explicação, e o Exm. Sr. Conselheiro Pedreira, relator dessa Comissão, apreciando-as com a sua proverbial capacidade, demonstrou no parecer que apresentou as vantagens resultantes dessa filiação, abundando em considerações que para nós são extremamente honrosas – e nos trazem a convicção de que o Instituto Histórico-Geográfico Brasileiro anuirá ao nosso pedido. (*Revista do IHGPSP*, 1861, pp. 9-10).

Como se viu anteriormente, a campanha pela filiação prosseguiria incansavelmente naquele ano, até o reconhecimento do IHGB. O Império, porém, somente concedeu decreto reconhecendo o Instituto rio-grandense quando este já estava em fins de se extinguir e seu principal líder, o Barão de Porto Alegre, se encontrava mais uma vez envolvido com o mundo bélico, deixando a política e a vida intelectual em segundo e terceiro lugares: eram os primórdios da Guerra contra o Paraguai e as forças militares do país se concentravam para enviar seus homens de armas para a luta.¹²⁵ O Barão de Porto Alegre, que fora por todos esses anos o líder máximo do

¹²⁵ Em 1863, teve início a Guerra Civil no Uruguai, na qual *colorados* e *blancos* disputam o poder. O *colorado* Venâncio Flores, apoiado por rio-grandenses como o antigo general farroupilha Antonio de Souza Netto, se opôs ao governo *blanco* de Berro, que não resistiu às pressões e renunciou, sendo seguido no poder por Atanásio Aguirre, também do partido *blanco*. Aguirre contava com o apoio do presidente paraguaio Solano Lopez. Sobre esse momento, diz Guazzelli: “No início dos anos 1860, as reclamações

Partido Liberal Progressista e o modelo de grande homem e herói militar rio-grandense que inspirava o IHGPSP, não mais estava disponível para concentrar suas energias em nome da construção de um trabalho intelectual. J. B. Hafkemeyer (1923, p. 280) cita cartas que Caldre e Fião teria escrito ao amigo Barão de Porto Alegre naquele período. Nelas, o poeta rapidamente se referia ao Instituto, já em estado de letargia:

Estava este [Caldre e Fião] interessadíssimo pelo Instituto, mas nas cartas escritas ao Conde, cheias sempre e interessantes, pouquíssimas vezes e como *postscriptum* entra uma notícia sobre o Instituto. A 16 de fevereiro de 1871 escreve: “O Instituto não tem se reunido, porque diz-me o dr. Ignácio, o Sr. Andradesinho tem posto suas dificuldades na entrega do Arquivo. Veremos o que se pode fazer”. E a 7 de maio do ano seguinte: “O Instituto vegeta, enquanto V.E. aqui não chega – os sócios tudo esperam de V. E.”.

De fato, o Instituto não mais se recuperaria. A Guerra contra o Paraguai, aliada à reorganização partidária que a Província sofreria na década de 1860, fez com que a “luta” pela constituição da literatura rio-grandense sofresse novos revezes e, dessa forma, acabasse por dar uma grande vitória ao IHGB no que concerne à manutenção de sua hegemonia como lugar por excelência em que era escrita a história da Província:

Junto ao desgaste de uma luta prolongada, veio a desilusão. Já não se podia impunemente “salvar do esquecimento” os atos bravos dos heróis militares da história brasileira, defensores de uma monarquia que mais do que nunca deixava de representar os desejos e aspirações da nova geração de homens de letras que despontava no cenário rio-grandense. (...) Inspirados pelo IHGB, os heróis militares do Instituto Histórico regional também precisaram “combater antes de escrever”, privilegiando a espada em detrimento das demais armas que possuíam. Renunciaram às penas e abdicaram dos escritos. Todavia, no

dos rio-grandenses em relação aos *blancos* recrudesceram; temendo pelos seus interesses no Uruguai, ignoravam as autoridades centrais, agindo por conta própria. Em fins de 1863, a Corte via com muita preocupação estas ações privadas junto ao *colorado* Venâncio Flores contra o governo *blanco* (...). Novamente, o general Antonio de Souza Netto era o principal protagonista, fazendo-se porta-voz dos brasileiros residentes na Banda Oriental. Os problemas privados sobrepujaram-se aos nacionais, e a audiência de Netto na Corte em março de 1864 criara um impasse para o Império, que preferia atender aos seus reclamos do que arcar com outra guerra civil (...).” Assim, o governo do Brasil foi obrigado pelo general Netto a intervir no conflito uruguaio, sob pena de que a Província de São Pedro, pela influência de um provável descontentamento de Netto, se levantasse e fosse totalmente perdida pelo Império. Para Guazzelli, “as dificuldades para a organização nacional mais uma vez fizeram a Corte intervir no Uruguai, favorecendo os rio-grandenses, e este foi o estopim para a ruptura do Paraguai com o Império”. GUZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. “Regiões-províncias na Guerra da Tríplice Aliança”. In: *Topoi*, vol. 10, n. 19, jul.-dez. 2009, pp. 80-81.

derradeiro retorno do campo de batalha, já cansados, foi-lhes difícil demais retomar os trabalhos e reerguer a agremiação e, não conseguindo mais cumprir sua “missão”, tiveram que se retirar da luta travada em nome da escrita da história da pequena pátria. Deram, então, lugar a novos combatentes. Homens que renunciaram às armas em prol da literatura. (BOEIRA, 2009, pp. 75-76)

Esses “novos combatentes” constituíam a mocidade que se reuniu em torno do Partenon Literário (1868-1885), uma nova associação letrada que emergiu na Província de São Pedro e estava interessada em divulgar o Rio Grande do Sul perante a nação brasileira, mas através da constituição de um saber ligado ao mundo literário e, como pregavam os partenonistas, que não envolvesse a nova agremiação diretamente nas questões políticas que marcavam os destinos do Império e da Província.¹²⁶ A partir desses pressupostos, outros foram os nomes envolvidos no processo de construção da literatura e, por extensão, da história provincial, como os de Apolinário Porto Alegre, José Bernardino dos Santos, e, mais tarde, Luciana de Abreu, a primeira mulher a subir em uma tribuna para discursar no Rio Grande do Sul. Agora, a nova associação apresentava propósitos bastante distintos do IHGPSP, e a história, assim como a geografia, atuavam como coadjuvantes de peso, sendo tomadas como conhecimentos de caráter auxiliar no projeto de constituição de uma literatura rio-grandense. Algumas figuras ligadas ao antigo Instituto emprestariam seu prestígio à agremiação, como foi o caso de Fellippe Bethbezé de Oliveira Nery, do Dr. Ubatuba e, particularmente, do experiente José Antônio do Valle Caldre e Fião, que se juntou ao nascente grupo como

¹²⁶ Lazzari identifica que havia uma ambiguidade no grupo partenonista a ser levada em conta: a afirmação de uma continuidade ou a ruptura para com o passado provincial, já que muitos associados da casa eram provenientes da geração de literatos anterior e que não separava, como no Partenon, sua ação político-partidária da vida cultural. Entre esses nomes, estava o do presidente de honra do Partenon, Caldre e Fião. A admiração do grupo pela figura do jornalista liberal Fellippe Bethbezé de Oliveira Nery, também apontada por Lazzari, é outro indício que revela um paradoxo no grupo entre a adoção de uma postura de ruptura ou a aceitação e reconhecimento de heranças e continuidades em relação ao passado. Em pesquisa recente, Cássia Silveira também identifica uma confluência entre política e literatura no Partenon: “Os recursos oriundos de outras esferas eram utilizados para ascender nas letras e os recursos das letras eram utilizados para ascender em outras esferas. (...) O Partenon *Literário*, nesse sentido, se constituía em uma possibilidade de consagração, mas que não era autônoma, não era exclusivamente literária. (...) A compreensão geral destes agentes era a de uma separação clara e intransponível entre as duas áreas, como se, inclusive, o contato fosse pernicioso: a política macularia a pureza da literatura. (...) Ou seja, na compreensão do periódico, o poeta deveria resistir às tentações da política, pois esta poderia seduzi-lo, tornando-o ambicioso de glórias fáceis e, muitas vezes, mesquinhas. Envolvido em intrigas partidárias o literato perderia uma de suas principais qualidades: a sensibilidade, o coração aberto e puro”. SILVEIRA, Cássia Daiane Macedo da. *Dois pra lá, dois pra cá: o Parthenon Litterario e as trocas entre literatura e política na Porto Alegre do século XIX*. Porto Alegre: UFRGS, 2008, p. 14. (Mestrado em História); LAZZARI, Alexandre. *Entre a grande e a pequena pátria: letrados, identidade gaúcha e nacionalidade (1860-1910)*. Campinas: UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2004, p. 63. (Doutorado em História).

um expoente de destaque, recebendo o título de presidente de honra da casa. A imagem de Caldre e Fião funcionava como um elo de ligação entre o antigo e o novo: de um lado, o passado heroico que a Província não poderia perder de vista e desejava narrar à posteridade; de outro, uma literatura genuinamente rio-grandense que se objetivava construir.¹²⁷

Mais uma vez, o Rio Grande do Sul queria ter seus valores intelectuais reconhecidos pelo país, mas o caminho utilizado para angariar esse reconhecimento não passava pela disputa em torno do controle da narrativa histórica. Abdicando de rivalizar com o IHGB, agora era por meio da literatura que o Rio Grande do Sul tentava penetrar no mundo letrado do Brasil oitocentista e Caldre e Fião, apesar de estar em idade já avançada, não se furtou a participar da nova empreitada. Palavras que ele próprio havia proferido anos antes, quando comentava o ressurgimento da ideia de dotar o Rio Grande de um Instituto Histórico, poderiam ser aplicadas para esse novo momento:

Alguém acreditou que a ideia tinha morrido. Engano! Nos corações rio-grandenses não morrem as ideias generosas; e a pátria pedia a cada um dos seus filhos um quinhão bem pequeno do seu trabalho intelectual e não havia como negá-lo. Cada um de nós levantou-se, e o edifício que parecia derribado aos olhos do vulgo, reergueu-se em toda a sua beleza ainda que em proporções modestas, porque nossas forças são pequenas e havemos do mister o auxílio desinteressado de todos para que possamos dar à pátria o que ela quer. (*Revista do IHGSP*, 1861, p. 24).

¹²⁷ O escritor Arthur Toscano relembra que, em fins da década de 1860, o Rio Grande do Sul não possuía ainda um grande livro ou um escritor de grande destaque no cenário nacional. Conforme suas palavras, “O Barão Homem de Mello, grande amigo dos rio-grandenses, e que presidiu esta então província, em 1867, ao retirar-se para o Rio, abraçado em despedidas ao Dr. Timótheo Pereira da Rosa, vulto de grande destaque na política do tempo, disse-lhe textualmente: ‘Tua terra é prodigiosa! Tem tudo: riqueza, filhos laboriosos e valentes, um solo abençoado, um clima de rosas. Há de engrandecer-se; mas falta-lhe uma coisa: o grande livro de um grande escritor, livro que fique, que seja a síntese desta natureza robusta e desta vida de heroísmo. Deves contribuir para que o escrevam’. Tinha, porventura, razão o Barão Homem de Mello, político forrado de historiador provector, se aludia ao valor do livro que esperava, como síntese da nossa intelectualidade; mas se cá tornasse, um decênio mais tarde, veria S. Ex.^a que, na profusão da sua obra, variedade de tons e quilate dos seus escritores – o Rio Grande não cedera o passo a nenhuma outra província coirmã, se excetuarmos São Paulo e Bahia. Na época a que, de começo, aludi, desabrochou e rapidamente desenvolveu-se e deu frutos, na esfera intelectual, a geração que se tinha começado a formar sob a influência do romancismo e do penacho importado, especialmente da França, está claro”. Toscano se referia ao grupo do Partenon Literário, que, sob a influência de Lamartine e Victor Hugo, se desenvolveria no Rio Grande do Sul, colaborando para o aparecimento de uma literatura rio-grandense e legando à Província escritores de renome, como os irmãos Porto Alegre (Apolinário, Aquiles e Apeles) e, principalmente, Múcio Teixeira, que teria, por muito tempo, uma carreira de sucesso e seria, inclusive, protegido do Imperador D. Pedro II. TOSCANO, Arthur. “Múcio Teixeira e seu tempo”. In: *Revista do IHGRS*, 1928, pp. 475-476. Sobre o Barão Homem de Mello, responsável pelo comentário que gerou a reflexão de Toscano, ele será objeto de atenção no terceiro capítulo desta pesquisa, pois, como historiador e colaborador do IHGB, produziu diversos estudos sobre o Rio Grande do Sul publicados no periódico nacional.

Velhos sonhos, novas formas de sonhar. Para homens como Caldre e Fião, a reunião de letrados em torno de uma causa justa como era a fundação de uma associação literária, sempre serviria como mote inspirador, pois ações desse porte sustentavam uma crença maior pela qual valia à pena lutar: auxiliar na construção da história das nações. Dizia Caldre e Fião, no IHGPSP:

Senhores, é porque a história resume tudo. Narrando a vida da humanidade, ela resenha os seus conhecimentos, a sua marcha nas ciências, na indústria e na literatura; mostra as suas relações com Deus e com a natureza; e não esquece a moralidade, o que o homem tem de sociável e as leis que o regem formando esses grandes grupos que se chamam nações e que, à semelhança da família, vivem da proteção e do socorro mútuo (*Revista do IHGPSP*, 1861, p. 24).

Através da narrativa histórica, o cidadão brasileiro teria capacidade de ajudar na construção da história de sua nação, como um filho pródigo que mantém viva a memória familiar, perpetuando o que de positivo deveria ser conhecido a seu respeito por cada nova geração que emergisse no cenário nacional. Para eles, era bem possível aprender com a história e, por isso, não deveriam os rio-grandenses abrir mão de narrá-la no livro da história brasileira. Nesse mesmo sentido é que o Barão de Porto Alegre, pouco antes de retornar aos campos de batalha, rogava apoio de seus colegas de Instituto, com a intenção de motivá-los a manter viva a missão da agremiação:

Colegas do Instituto: a voz do dever chama-me ao campo da honra e eu não tenho tempo de demorar-me aqui para vos acompanhar numa lide tão digna como é a de registrar nos anais da Província os nomes de nossos comprovincianos que hão lançado os seus nomes gloriosos nas colunas do Templo da Memória. Testemunha do valor e brios com que se têm portado os brasileiros nas guerras que têm tido sobre as margens do Prata e seus afluentes, conheço a necessidade que a Posteridade tem de honrar os nomes dos bravos. A sua apreciação justa forma novos e dedicados defensores para a nossa pátria, e provoca novas cenas de valor para maior glória do nosso pavilhão. A história colhendo os dramas que tem-se passado entre nós desde os dias da Independência dirá ao futuro o quilate de nossa civilização, de nossa honra nacional e do entusiasmo cívico que caracteriza o nosso povo. É por isso que entendo que reunidos para escrever a história, para coligir os fatos e documentos, que tanto nos honram, vós fareis um importante serviço ao país, especialmente a esta Província, dando ao mesmo tempo aos vossos nomes um lustre imorredouro. (*Revista do IHGRS*, 1923, p. 278).

Suas palavras não tiveram o efeito desejado naquela segunda metade da década de 1860. O Instituto não conseguiria sobreviver sem ter por perto a figura inspiradora de seu líder. Em seu retorno do Paraguai, em 1869, já adoentado e tendo que enfrentar, como político, uma reorganização partidária que mexeu com a estrutura política na Província, Manoel Marques de Souza bem que tentou retomar os trabalhos da casa novamente solicitando aos associados do IHGPSP que voltassem a se reunir. Sua intenção era a de demandar uma nova chance ao Instituto:

Senhores! Longo intervalo nos têm separado a guerra estrangeira e uma pertinaz moléstia que após ela me tem prostrado. Obreiros da história pátria têm escrito páginas brilhantes durante este período. Homens de Estado e industrialistas eminentes hão aprendido nas lições práticas da experiência severa os defeitos de algumas de nossas disposições regulamentares, e o que reclama a economia política de nossa pátria. Tem sido um período fértil de ideias, uma época de provações em que mais de um homem ilustre tem traçado seu nome no livro do futuro. O nosso silêncio antes esta importante travessia do tempo tem sido um resfolegar, em que tereis junto muito cabedal para a tradição que vos estava confiada. Reparastes: é mister que vos levanteis, e que mostreis à Província que sois dignos dela e de memorar muito feito titânico, muitas aspirações, muitas lições proveitosas. Tendes muito a fazer, o concurso de novos homens de letras ser-vos-á preciso; a reorganização de vosso quadro social será obra que vos deva ocupar e que absorverá vossos cuidados. (...) Senhores do Instituto, a vossa missão é árdua, mas é nobre. A memoração dos feitos ilustres dos nossos homens vos está confiada, mas também a história, a geração do porvir vos fará justiça honrando vossos serviços, os esforços de vossa inteligência. O estado das letras se é o que exige menos perigo, não é o menos glorioso para aqueles que sabem vencê-lo (*Revista do IHGRS*, 1923, pp. 279-280).¹²⁸

Na Província de São Pedro, a missão de historiar acabou por se revelar mais

¹²⁸ Em minha dissertação de mestrado, informei ter encontrado em pesquisa nos números do jornal *A Reforma* referente ao ano de 1870, chamamentos do IHGPSP para a retomada das reuniões do grupo: “Encontrei, no Arquivo do Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, documentação que mostra como, em 1870, o IHGPSP tentava dar prosseguimento a seus trabalhos. Por três dias consecutivos, foi publicada na seção de anúncios do jornal *A Reforma*, órgão do Partido Liberal, o seguinte aviso: ‘Instituto Histórico Geográfico. De ordem do Exm. Sr. Conselheiro Tenente-general Conde de Porto Alegre, presidente desta sociedade, convido todos os sócios do Instituto a comparecerem em sessão ordinária, no domingo 23 do corrente, às 11 horas da manhã, na sala do Partenon, a fim de marcar-se o dia da posse da nova mesa, organizar-se o novo quadro de sócios, e propor-se as mais providencias necessárias. Da sala das sessões do Instituto. 16 de janeiro de 1870. O primeiro-secretário Ignácio Manoel Domingues. N° 81’. Pesquisei todos os números preservados do jornal referentes ao primeiro semestre de 1870 e não consta mais nenhuma referência ao IHGPSP. Procurei, ainda, referências à atuação da instituição no ano de 1872, pois Hafkemeyer afirma que a associação ainda existia no referido ano, mas também nada encontrei no jornal a esse respeito”. BOEIRA, Luciana Fernandes. op. cit., p. 74, nota 116.

perigosa que supunha o discurso do Barão. A urgência em narrar os feitos “gloriosos” do passado rio-grandense ficaria mesmo restrita ao campo da literatura, com o surgimento do Partenon Literário e associações afins. Após a tentativa do Instituto rio-grandense, e até pelo menos o século seguinte, nenhuma outra instituição sulina voltada exclusivamente para a disciplina histórica tentaria tomar o lugar reservado ao IHGB, se aventurando, como fizera o Instituto rio-grandense, a contar sua própria versão acerca do passado da Província.¹²⁹

Mas sobre o que, afinal, versavam os escritos redigidos pelos membros do IHGPSP? E por que razão se pode considerá-los uma ameaça em relação ao que era narrado pelo IHGB?

2.4. Inter arma silent musae! Da batalha por escrever à derrota pelas armas. De quando a guerra silenciou a pena

A ligação da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul com o universo bélico sempre esteve presente no cotidiano dos rio-grandenses. Assim, a construção da identidade do habitante do Rio Grande do Sul foi pautada, durante todo o século XIX, em uma necessidade de divulgar sua história como àquela da província brasileira que foi defensora tanto da unidade nacional quanto, por conseguinte, das fronteiras territoriais do país. De igual forma, um discurso de vitimização, que defendia a perspectiva de que o rio-grandense era um povo sacrificado pelo constante estado de beligerância em que esteve envolvido, foi tomando forma e acabou por se consolidar no imaginário que envolvia a história da província. De acordo com Guazzelli (1997, p. 12),

Genericamente é possível constatar a presença difusa de um discurso que se articula em torno de uma “crise”, de uma “identidade” e de uma “nostalgia”, elementos discursivos estes que não são colocados necessariamente nesta ordem, mas que invariavelmente se encontram imbricados.

¹²⁹ A *Revista do IHGB* de 1871 trazia uma surpresa: na sessão de número 15 do dia 17 de novembro de 1871, consta a informação de que o 2º secretário do IHGPSP enviara ao IHGB, em nome da instituição sulina, a coleção de revistas da agremiação rio-grandense possuía. Segundo a descrição da relação de obras oferecidas ao IHGB, a dita coleção era composta por 6 números, publicados em Porto Alegre, entre 1860 e 1863. Essa informação é interessante, pois ajuda a esclarecer dois pontos: realmente, a *Revista do IHGPSP* parou de ser publicada em 1863 e segundo, houve realmente, por parte do IHGPSP, uma significativa tentativa de retomar as atividades da casa após a Guerra do Paraguai. Essa informação se soma, inclusive, à vaga notícia de jornal a que nos referimos acima, e que dava conta da tentativa de reunir novamente os associados do IHGPSP. Portanto, existem evidências, mesmo que imprecisas, de que o Instituto Histórico rio-grandense continuou, por determinado período, na expectativa de se reorganizar no Rio Grande do Sul. *Revista do IHGB*, Tomo XXXIV, 1871, pp. 344 e 440.

Para o autor, a constatação da ocorrência de uma “crise” servia como um elemento essencial para a apresentação de um quadro em que se esboçava um antagonismo entre o Rio Grande do Sul e seus interlocutores, com o propósito de criar um discurso de “crise”:

A situação de “crise” é fundamental na conformação de um antagonismo entre o Rio Grande e seus interlocutores, se caracterizando não exatamente por “uma crise real, *mas um eficaz discurso que constrói sujeitos ‘como se’ crise houvesse, possibilitando o imobilismo das elites políticas e a sua própria reprodução*”. As “crises”, que impedem o bem-estar geral e o aproveitamento integral das potencialidades da terra e dos seus habitantes, são invariavelmente atribuídas a motivos externos ao Rio Grande e que não retribuem os benefícios alcançados, o que muitas vezes é diretamente associado ao Estado nacional, controlado por “eles” (Idem, *ibidem*).

Esta postura, altamente difundida nos discursos políticos dos representantes da província sulina no parlamento do Império, sempre foi temida e procurou ser combatida com energia pelo governo central, que trabalhava para não alimentar ainda mais as queixas dos rio-grandenses. Desde a eclosão da Guerra Civil Farrroupilha, as relações com o Rio Grande do Sul passaram a ser cada vez mais delicadas.¹³⁰ O desgaste causado pela guerra foi, nesse sentido, considerado o exemplo máximo de perturbação das relações que o Brasil efetivamente teve no campo da política interna para com uma província, representando um estado que o governo brasileiro procuraria a todo custo evitar.¹³¹ Por isso, através do IHGB, que se encarregou do papel de guardião do passado

¹³⁰ Segundo Jonas Moreira Vargas, a Guerra dos Farrapos foi um dos motivos a colaborar para a não observância de uma representação política de peso da Província de São Pedro na elite dirigente do Império. Para ele, “A Revolta dos Farrapos (1835-1845), jamais esquecida pelos que nela lutaram, havia ensinado aos estancieiros rebeldes e aos seus filhos e netos que o conflito armado contra o Império talvez não fosse a melhor maneira de defender os seus interesses políticos e econômicos. Neste sentido, ao invés da insurreição, a participação direta no próprio governo central tornava-se uma alternativa mais vantajosa para as elites rio-grandenses”. Foi a ascensão ao poder de Manoel Luís Osório e Silveira Martins, em 1878, que mudaria esse quadro e aproximaria, de fato, o Rio Grande do centro do país. Entre 1878 e 1889, a Província de São Pedro teria o dobro de ministros que teve em todas as décadas anteriores somadas. VARGAS, Jonas Moreira. *op. cit.*, p. 11.

¹³¹ Para César Guazzelli, “é notória a importância que a Guerra dos Farrapos teve para o Império. O empenho com que as autoridades demonstraram ao longo dos quase dez anos para pacificar o Rio Grande é eloquente neste sentido. Também é significativo o fato da rebelião não ter sido esmagada, sendo evidentes os cuidados para preservar a classe dominante local. O Império dependia da produção rio-grandense, que não poderia ser completamente desorganizada; além disso, tendo em vista a possibilidade iminente de conflitos no Prata, o Brasil não podia abrir mão daqueles elementos que eram capazes de mobilizar tropas na região”. GUAZZELLI, César Augusto Barcellos. *O Horizonte da Província: A República Rio-grandense e os Caudilhos do Rio da Prata (1835-1845)*. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ,

nacional, se optou por assumir e investir na seleção dos fatos da história do Rio Grande que, para o Império, deveriam ser conhecidos pela nação emergente. Assim, o IHGB se debruçou, desde o início de suas atividades, sobre a região do Rio Grande do Sul, reservando amplo espaço na revista da agremiação para tratar da escrita da história rio-grandense. Dessa história, se optou por silenciar a respeito da longa contenda farrapa, que, aos olhos do governo central, era tão desabonadora e poderia insuflar ânimos ainda exaltados com os rumos que a Província tomou no pós-guerra e ameaçar, assim, a paz interna que o país havia conquistado desde a década de 1850.

Na direção oposta, estavam alguns dos mais influentes dirigentes políticos da Província de São Pedro, que optaram, através do IHGPSP, por apresentar os fatos que compunham a história da Província sob a perspectiva e interesses do habitante do Rio Grande do Sul. Nesse percurso, a menção à Guerra Civil travada com o Brasil era algo inevitável. Tanto foi assim que a *Revista do IHGPSP* não se furtou em publicar documentação concernente ao polêmico conflito.

No primeiro ano de funcionamento da instituição, quando o Instituto sulino não passara, ainda, pelas inquietações que envolveriam seu pedido de filiação ao IHGB, se publicava uma seção de “Documentos” em que o Capitão Thomé José de Araújo oferecia à casa um documento produzido durante a revolta pelos rebeldes farrapos, mais precisamente pelo então Ministro e Secretário de Estado da República Rio-Grandense, Domingos José de Almeida. Na explicação que antecede à exposição do documento, assim se lê: “Por ele se vê que durante a Revolução de 20 de setembro de 1835, os rebeldes elevaram à categoria de vila a povoação de Nossa Senhora da Conceição de Viamão” (*Revista do IHGPSP*, n. II, 1860, p. 68). Tratava-se de um decreto dos farrapos, em que eles datavam, inclusive, o ano em questão, 1838, como “terceiro da Independência e da República” (*Idem, ibidem*).

O IHGPSP não deixou, assim, de apresentar em sua revista um registro que pudesse ser interpretado como problemático por estar em desacordo com a política de publicação de documentos defendida pelo IHGB. Ao divulgar esse longo documento farrapilha, o Instituto sulino estava assumindo riscos e tornando público para quem quer que tivesse acesso à publicação um comprovante de que os rebeldes farrapos efetivamente afrontaram o controle territorial e político do Império, reafirmando a passagem de uma parte da história brasileira que o IHGB achava melhor não expor. Em

uma das partes iniciais do decreto rebelde, dizia assim:

(...) conformando-se, pois, o Presidente do Estado com as expressadas razões, e com o dever de restituir à antiga capital do mesmo Estado o título e regalias de que fora *esbulhada pela prepotência do governo que, ainda hoje, contra nós dirige a mais injusta das guerras*, decreta: Artigo 1º: fica ereta em Vila a povoação da Capela Grande de Viamão, com a denominação de Vila Setembrina, *para esse nome levar à posteridade a recordação de que a 20 desse mês de seus muros partiram os primeiros patriotas para a grande obra da regeneração do Estado* (...) (*Revista do IHGPSP*, n. II, 1860, p. 68. Grifos meus).

Mais adiante, o artigo 3º que constava no decreto reforçava ainda mais quais eram os feitos rebeldes que o ofício desejava registrar à posteridade:

Artigo 3º. O município da nova Vila Setembrina, com o da Vila do Triunfo, formará uma comarca que se denominará Comarca Abrilina, para perpetuar as memoráveis vitórias que nos meses deste nome obtiveram os republicanos em 7, 12, 16, 22 e 30; e a cabeça dela será a mencionada Vila Setembrina (*Revista do IHGSPS*, n. II, 1860, p. 69).

Parece-me que, ao permitirem, logo no começo de suas atividades, a publicação de um documento cujo conteúdo era contrário ao tipo de material que o IHGB achava preferencial difundir, havia consciência por parte dos editores do periódico sulino de que tal ação poderia gerar constrangimentos perante a associação nacional. Igualmente, ao tornar público um documento como este, o IHGPSP demonstrava que havia, em primeiro lugar, um claro interesse de sua parte em perpetuar a memória da contenda Farroupilha, a despeito do que isso pudesse resultar na relação que desejava ver firmada com o IHGB. Este, aliás, pode muito bem ter encarado a atitude do IHGPSP como uma espécie de “recado”, em que o Instituto rio-grandense, através da história, estava relembrando à nação um pouco do que os rebeldes farrapos foram capazes de fazer ao fundar uma república no Rio Grande do Sul.¹³²

¹³² O antropólogo Ruben Oliven destaca que a presença de uma tensão entre autonomia e integração é um tema recorrente nas relações entre o Rio Grande do Sul e o Brasil. Para o autor, desde a Guerra Civil Farroupilha é possível perceber a construção de um discurso identitário regional que enfatiza, simultaneamente, o pertencimento do Rio Grande ao Brasil e suas peculiaridades regionais. Através da manutenção e utilização desse bem-sucedido discurso, o gaúcho vem conseguindo reafirmar constantemente sua identidade regional quando dela precisa se valer para fazer reivindicações políticas

Em meio ao material divulgado no periódico rio-grandense, se concedia um amplo espaço à publicação de assuntos referentes à criação de vilas e à elevação dessas mesmas vilas à categoria de cidades dentro do território do Rio Grande do Sul. Nesses documentos eram valorizados os modos como se organizavam essas localidades e como se dava a criação de todo um aparato administrativo em torno delas, o que reforçava, para o país, que haveria um esforço do homem rio-grandense em dotar sua terra de povoados a cada dia melhor preparados e prósperos. Acrescidos a esse tipo de documentos, havia a publicidade, na *Revista*, de mapas estatísticos, informações geográficas e atas de instalação e demarcação de limites territoriais, visando a reforçar a ideia de que o Rio Grande do Sul colaborava com afinco para o desenvolvimento nacional, dispondo e sistematizando a olhos vistos quais eram os recantos que compunham a parte sul do Império.¹³³

Outra série de documentos difundidos pelo periódico chama a atenção: àqueles que tiveram publicidade a partir do segundo ano de existência da agremiação, em 1861, e que foram organizados e selecionados pelas mãos de seu redator, o médico Manoel Pereira da Silva Ubatuba. Para deles tratar, recupero uma passagem da apresentação editorial escrita pelo associado, e que se encontra transcrita na Introdução deste trabalho. Nela, afirmava Ubatuba:

A invasão de Ceballos tendo destruído o único Arquivo da Província que poderia ter reunido os documentos para a história dos primeiros tempos, torna necessário aproveitar bem os que existem, e que dão

face à nação. OLIVEN, Ruben. *A Parte e o Todo: a diversidade cultural no Brasil-Nação*. Petrópolis: Vozes, 1992, p. 65.

¹³³ Segundo Boeira, “Como no caso do IHGB, o Instituto regional concedeu ao saber geográfico uma importância considerável, embora o objetivo principal sempre tenha sido a divulgação da história, ficando a geografia caracterizada como sendo, à semelhança dos estudos de etnografia, da etnologia e da estatística, um conhecimento acessório da história. (...) Com base nesses preceitos acerca da necessidade do conhecimento geográfico sobre o território é que a *Revista do IHGPSP* conferiu amplo espaço para a divulgação de relatórios de exploradores de rios, serras e sertões e para a publicação de documentação sobre aldeias, povoados, vilas e cidades. No segundo número do periódico local, há cópias de atas de instalação de cidades e vilas na Província de São Pedro, como, por exemplo, os termos de declaração de elevação das vilas de Rio Pardo e Cachoeira à categoria de cidades, em 1846 e 1860, respectivamente. Também consta uma documentação comprovando a instalação de câmaras municipais em Caçapava (1834) e São Leopoldo (1846). A importância da publicação de tais documentos é imensa dentro do projeto a que se propunha a instituição local: eram as provas necessárias tanto da legitimação e, por conseguinte, da consolidação do território rio-grandense como integrante do brasileiro, quanto da solidificação do próprio território regional da Província de São Pedro, tantas vezes ameaçado pelas guerras de fronteira”. BOEIRA, Luciana Fernandes. op. cit., pp. 50-51. Sobre o estudo da geografia como um caráter autônomo dentro do processo de constituição da identidade nacional brasileira, ver CEZAR, Temístocles. “A geografia servia, antes de tudo, para unificar o Império. Escrita da história e saber geográfico no Brasil oitocentista”. In: *Ágora*, Santa Cruz do Sul, v. 11, n.1, pp. 79-99, jan./jun. 2005.

algumas luzes sobre os sucessos daquelas épocas. Assim é que me pareceram muito valiosos os que agora ofereço ao Instituto, e que desejo ver publicados, *não para encher o sacco das queixas, mas para que nossos irmãos do Norte conheçam as provanças por que temos passado, os sofrimentos que nos têm torturado desde os primeiros tempos, e possa o patriotismo de seus representantes valer para suprir a desigualdade numérica de nossa representação*, que tão diminuta e enfraquecida pelas dissensões políticas, ou antes interesses de momento não pode conquistar no parlamento aquela influência que se faz mister, para promover o desenvolvimento desta bela parte do Império (*Revista do IHGPSP*, n. II, 1861, p. 2)

Esse comentário foi estrategicamente colocado na abertura do segundo volume da *Revista* do Instituto rio-grandense, em 1861 e estava intitulado, em letras de destaque, como “Observação”. Suas considerações, carregadas das queixas que Guazzelli, em trabalho citado anteriormente, apropriadamente diagnosticou como sintomas de uma constante “crise”, mostram que, para esses letrados, história e política se interpenetravam invariavelmente. Mais uma vez, o discurso da história está aqui servindo como uma prova de que o Rio Grande do Sul, desde tempos longínquos, era um aliado do Brasil e vinha sofrendo provações decorrentes das guerras em que se envolvia justamente para manter a união territorial brasileira intacta. Nessa estratégia discursiva, se procurava, sempre, reforçar a ideia de que mesmo com as dificuldades enfrentadas pelo não reconhecimento de seu valor em defender a nação, o Rio Grande se mantinha firme no propósito de colaborar com a coesão interna do país. De acordo com os documentos que se seguem – e que tratam dos tempos que remontam ao início do povoamento do Rio Grande do Sul, em uma época que o Brasil enviava para o sul expedições de reconhecimento e demarcação territorial, além de exporem como se deram as aberturas de estradas no território sulino, Ubatuba vai mostrando, através deles, que os tributos cobrados dos rio-grandenses, sempre beiraram ao insuportável, mas eram honrados, mesmo que com dificuldades, pelos castigados habitantes do Sul. Por exemplo, há a publicação do “Ofício que os oficiais da Câmara escreveram à Sua Majestade”, no qual se relatava ao Rei, em 23 de agosto de 1765, que havia grandes despesas na então Vila de Rio Grande e que a única solução encontrada para suprir tais gastos – que se davam, conforme consta no documento, desde que por aqui passou o Conde de Bobadella (Gomes Freire de Andrade) com o intuito de demarcar os limites territoriais do Rio Grande – foi a de tomar o gado e os cavalos, bem como o dinheiro dos moradores da região. Havia, segundo relata o ofício, a necessidade de sustentar o

exército acantonado na região e a única solução possível era o confisco dos bens dos habitantes locais.

Mais adiante, outro documento copiado por Ubatuba dos arquivos da Câmara de Porto Alegre revelava as dificuldades enfrentadas e as constantes reclamações pelas quais passava a população que vivia nas terras sulinas. O documento, cujo título é “Senhores do Ilustre Senado”, provavelmente foi redigido, conta Ubatuba, no ano de 1804, e trazia a assinatura de 61 negociantes e fazendeiros sulinos que se queixavam do governo central. Assim se lia:

Os habitantes do Rio Grande, moradores no Povo Novo e Costa de Pelotas, se apresentam diante do muito nobre e ilustre Senado a formar as suas queixas, originadas pelas mais tristes circunstâncias, em que se pode ver qualquer colônia das mais abatidas e flageladas. O Continente do Rio Grande, povoado em 36 do século passado, *tem sido atormentado com despesas e com impostos exorbitantes, e de nenhum modo proporcionados às suas riquezas*. Logo no seu princípio teve de contribuir com cavalos, bois, peões e tudo o mais necessário para a expedição de limites de que foi encarregado o General Gomes Freire de Andrade. (*Revista do IHGPSP*, n. II, 1861, p. 7. Grifos meus).

Em seguida, o relato se torna mais cruel, denunciando o terrível destino dos rio-grandenses, vitimados pela invasão espanhola à região:

Em 1763, Pedro Ceballos se apoderou do Rio Grande, mandou os habitantes que não puderam fugir, carregados de grilhões e algemas, a povoar Maldonado e as outras colônias espanholas. O resto, uns embarcaram para o Rio de Janeiro, aonde chegaram mortos de fome e de nudez e outros, finalmente, se meteram aos Sertões de São Paulo e Laguna, e pelo caminho pereceram todos de fome e cansaço (Idem, pp. 7-8).

De acordo com o documento, após a reconquista do Rio Grande do Sul pelos portugueses, em 1777, chegariam novos problemas aos já castigados habitantes do continente sulino:

(...) mas se o flagelo da guerra cessou de atormentar o continente, não

faltou o dos impostos que caíram em grande número sobre uma colônia que apenas nascida, estava precisando dos mais prontos e decididos socorros para que algum dia se pudessem colher abundantes frutos. Vimo-nos obrigados a pagar os dízimos e não obstante isto estamos sustentando os Ministros do Culto Religioso: somos obrigados a pagar imensos direitos pelas mulas enviadas a São Paulo e Minas (Idem, ibidem)

O tom de denúncia de uma situação recorrente na história do desenvolvimento de um vitimado Rio Grande estava, pois, bastante presente nos documentos criteriosamente selecionados pelo Dr. Ubatuba. Nos “Extratos de um requerimento que o Comendador Israel Soares de Paiva fez ao Senado Municipal desta cidade” (Porto Alegre), o liberal-progressista expunha ao público passagens diversas em que é possível se ter uma noção de como funcionava a administração, a justiça e o comércio rio-grandenses no século XIX. Falecido em 1859, Soares de Paiva fora, entre as décadas de 1830 e 1840, um político de projeção no Rio Grande do Sul, chegando a ser eleito deputado na 1ª legislatura (1835). Era aliado político do Barão de Porto Alegre, com quem mantinha relações de amizade e, também, familiares (Soares de Paiva era tio e tutor de Bernardina de Paiva, que viria a se casar com Manoel Marques de Souza). Para Paiva, era importante dar a conhecer o que se passara no passado longínquo do Rio Grande, em tempos, como ele afirma no documento, em que faltava imprensa e somente pôde haver transmissão do passado através da tradição. Apesar de não datar com precisão de qual período seu texto tratava, percebe-se que o autor inicia seu relato referindo-se a tempos anteriores à Independência do país. Assim, os padecimentos sofridos pelos locais (representados pelos fazendeiros e lavradores que viviam nas terras do Rio Grande) são descritos habilmente pelo Comendador, que, muitas vezes, se coloca como testemunha ocular dos fatos elencados. Uma parte interessante se dá quando ele menciona o chamamento à guerra, ação corriqueira, mas desesperadora, a que a Coroa Portuguesa submetia os homens que habitavam o território do Rio Grande de São Pedro:

O resto é espantoso. Rumor de inimigos. Circulares para a fronteira. O pastor se surpreende! Com a ideia de que o inimigo lhe possa assaltar seu gado, caro companheiro de seus trabalhos. O lavrador se suspende, deixa o arado e em conselho com a sua inocente prole, lamenta a infausta nova. Entretanto, chega um precursor de Marte convocando-o com bizzarria para um armamento em tal e tal lugar, sob pena de ser tratado como traidor. Corre-se o pano e nossos afetos se apoderam desta infelizmente família. A guerra bastava, porém, para a

orfandade!! Deixo a esses ponderados mestres da tragédia que falem por mim (*Revista do IHGPSP*, n. II, 1861, p. 11).

Para o Comendador, o caráter guerreiro do rio-grandense era uma de suas maiores qualidades, pois mesmo dentro do aterrador cenário que se formava, ele não fugia à luta e às obrigações. Obrigações, aliás, que afetavam as desventuradas mulheres rio-grandenses, também atingidas em cheio pela guerra:

Temos sempre batido o inimigo. Porém, à custa do sangue mais precioso, poupando-se aquele que antes se deveria derramar. Infortunadas viúvas! Suspendei vossos soluços: falai, órfãos, perguntai aos depositários da seguridade individual por vosso pai, perguntai se foi à tumba segundo a lei, e tomai-lhes conta como o nosso curador e tutor de nossa educação e destino (Idem, *ibidem*)

Os lamentos se seguem demoradamente, pois Soares de Paiva aborda o constante descumprimento daquilo que era acordado entre o governo central e os soldados convocados às guerras. A não observância do pagamento do soldo é denunciada por ele, que não deixa, ainda, de tecer pesadas críticas à postura da Igreja, a qual recebia, anualmente, grandes somas de dinheiro:

Muitos ficam pobres para enriquecer os padres, mas estes não se podem explicar a parábola de Cristo, chamando os tesoureiros quando quis poupar os aromas para esmola dos pobres. Calcula-se que os rendimentos que recebem os párocos e eclesiásticos desta Província para seu sustento e culto dos templos, fazem a soma de avultados cabedais por ano, coletados pelas freguesias, capelas e confrarias administradas por vigários, capelães e mordomos, com mais presbíteros que não passam de quarenta os que desfrutam esta renda, afora outros que não vivem do Altar. Os contribuintes são as quatro quintas partes do povo mais precisado. A quinta mais opulenta concorre em razão contribuinte, senão de convite. Dá-se de cem até quatrocentos mil réis por uma dispensa, promessas e devoções sempre na mesma razão. E o desgraçado jornaleiro há de despender para casar, batizar, desobrigar-se e dar esmolas a confrarias, e tudo em relação ao proveito daqueles! Oh, ignorância até onde chega! As rendas maiores que o país oferece às pessoas mais distintas, inclusive à tropa, não passam de vinte contos, sustentando ainda suas famílias por ser casado, ao menos a terça parte desses empregados, que andaram por mil indivíduos. Que monstruosa diferença entre estes grandes do século e os sucessores de São Pedro! Para quem diremos que trabalham 60 mil, para sustentar seus direitos sociais ou para o

A fúria do narrador vai ficando cada vez maior na medida em que ele vai expondo os problemas e as mazelas pelas quais passava o território rio-grandense. Quando o Comendador trata da questão do charque produzido no Rio Grande e a concorrência desleal que este precisava enfrentar do mercado platino, as proporções de sua crítica chegam ao ápice:

(...) nas margens desses soberbos e caudalosos rios, desprezando suas iras, para não perder um quilate de valor que lhes oferece o tempo na oficina dos charques. Se até aqui resistiu ao poder dos elementos, e às feras nesta última operação tem que sofrer as astúcias dos homens, as vezes mais feras, até chegar a essa porta, onde há de ser espoliado daquele ouro mais subido, ainda pagando demais o prêmio de expedição. Se os fazendeiros negociantes as vezes se transformam em Cíceros, podia dizer aos rendeiros: “até quando a Catilina da paciência abusará?”. Torna-se a perguntar: é o quinto que se tira ou trinta e quarenta por cem? Os dados são evidentes e a resposta é necessária. Embaraça ou não os progressos da província? (Idem, p. 14).

Proprietário de terras, Israel Soares de Paiva é a própria personificação da situação denunciada por seu texto: a do guerreiro sulino que é obrigado a conviver com as adversidades decorrentes das escolhas equivocadas do país em investir mal na exploração dos recursos naturais brasileiros. Através de seu texto-desabafo, Paiva se posiciona, afirmando que os fazendeiros, corajosamente, necessitavam se defender – dentro da lei, sublinha ele – dos pesados tributos que recaíam sob sua classe, enfrentando, ainda, os maus interventores que o governo insistia em colocar na Província e que não protegiam os interesses da agricultura e da indústria, esses sim setores passíveis de receber recursos, em detrimento, segundo seu juízo, da estéril aplicação realizada em atividades como o extrativismo:

Porém, cometi o horrendo pecado de escândalo em sustentar que a prata e o ouro não são a verdadeira riqueza: sei que estou notado nos arquivos do tribunal da ignorância como um herege, como um inovador do testamento mercantil de nossos avós. Negam a pés juntos que a prata, o ouro e os diamantes são riquezas de convenção, sem quererem admitir que só a agricultura e a indústria são as fontes de riqueza inexauríveis; mas é porque se lembram que posso argui-los

como o Novo Testamento e ficaram havidos por incrédulos quanto não se arrependam. (Idem, p. 16)

A opção por publicar documentos dessa ordem entrava em choque com o material que o IHGB divulgava sobre o passado provincial sulino, caso do "Diário de Expedição de Gomes Freire de Andrade", assunto contemplado no próximo capítulo. O impacto provocado pela publicação de documentos cujo conteúdo poderia revelar situações constantes de “crise”, se comparado à documentação difundida pelo IHGB, muito menos contundente, reforça ainda mais nossa hipótese de que foi difícil para o IHGB “digerir” a nova ordem de documentos que era apresentada a público pela nova agremiação.

Todas as matérias que compunham o corpo documental presente no periódico sulino tinham por objetivo maior divulgar essa versão “rio-grandense” da história provincial, visando, também, a difusão dos hábitos e costumes dos habitantes do Rio Grande e, como aqui já se assinalou tantas vezes, colaborando para auxiliar na divulgação de uma história rio-grandense elaborada dentro de seu próprio território.¹³⁴ Para os homens envolvidos nesse projeto, dotar o Rio Grande de uma associação do gênero do Instituto provincial era provar que no ambiente rio-grandense também se podia contar com inteligências suficientemente capazes de promover conhecimento e, assim, colaborar para o forjamento de um tipo nacional que pudesse representar o homem brasileiro sem deixar, claro, de privilegiar o elemento rio-grandense. Através da união de uma série de sábios competentes no trato de temas tão diversos como a história, a geografia, a estatística e os estudos a respeito da língua e etnografia dos indígenas, o Instituto regional reforçava a ideia de que associações de seu quilate eram promotoras e divulgadoras de um saber de caráter enciclopédico que quase tudo poderia abarcar, não devendo em nada para associações europeias construídas sobre bases

¹³⁴ A grande publicidade que a *Revista do IHGPSP* deu aos “Ensaio Estatísticos” escritos em 1849 pelo Comendador Antonio Manoel Corrêa Câmara também é um ponto forte a ser considerado e que reforça a hipótese aqui defendida de que os letrados rio-grandenses resolveram, por meio do saber da história e suas ciências auxiliares, registrar e tornar público, para o resto do país e, também, para seus próprios patrícios, que o território rio-grandense era, a seus olhos, uma constante vítima da ação gananciosa e aproveitadora do governo central. No terceiro capítulo desta tese, se tratará de uma biografia de Correa Câmara publicada na *Revista do IHGB*, em 1877. Em relação aos “Ensaio Estatísticos”, foram eles amplamente trabalhados em minha dissertação de mestrado e, por isso, optou-se por suprimi-los desse estudo. Porém, vale ressaltar que, de acordo com Alexandre Lazzari, a publicação dos ensaios de Corrêa Câmara no periódico do velho Instituto era “uma forma de reavivar tanto a retórica da condição pouco civilizada da província como do ressentimento para com o restante do país”. LAZZARI, Alexandre. op. cit., p. 60; BOEIRA, Luciana Fernandes. op. cit., pp. 52-54.

semelhantes. Nesse sentido, sócios como o Major Paulo José Pereira se regozijavam com a oportunidade de participar de uma entidade com tais características, pois partilhavam, enquanto grupo, de uma consciência de que o florescimento de instituições letradas do porte do IHGPSP contribuiria para a marcha das nações rumo ao progresso, horizonte de expectativa que animava os homens oitocentistas: “O Brasil, senhores, contando já três associações destas, mostra à Antiga Europa o grau de civilização em que se acha, e como caminha na via do progresso a passos de gigante” (*Revista do IHGPSP*, n. II, 1861, p. 30).

Os passos dados dentro do IHGPSP se revelaram, no entanto, largos demais. De incrível fragilidade, o Instituto rio-grandense não conseguiu se sustentar de pé para ocupar um lugar de divulgador da história rio-grandense que o IHGB, ao contrário, soube preencher e conservar como nenhuma outra instituição de história no Brasil daquele século XIX. A seguir, é a respeito do amplo e diverso material que envolvia o Rio Grande e que teve espaço na *Revista do IHGB* que esse estudo se ocupará.

Capítulo 3. Lembrança do que se deve procurar nas províncias: o papel do IHGB na construção da história do Rio Grande do Sul no século XIX

“Diz Victor Cousin que a história é o desenvolvimento da condição humana no espaço e no tempo, ou dizemos nós, a sucessão dos acontecimentos, grandes feitos e fatos da humanidade, em todos os domínios acessíveis à sua atividade; acontecimentos, feitos e fatos, que interessam direta ou indiretamente à existência, à fortuna e à honra do indivíduo e do Estado, e aos diversos ramos da civilização. Esta é a verdadeira história, a história real. Há, porém, uma outra criação humana, a que vulgarmente também se dá o nome de história, a qual nada mais é do que a narração da primeira, a rememoração, o registro e a perpetuação dos altos feitos sociais e políticos dos povos ou de cada povo em particular.

A primeira é a própria vida humana onímoda e pujante, no excelso pedestal de seu poderio e de sua glória ou gemonias, e no pelourinho do vício e do crime; é o heroísmo impretérito do soldado e do general, em campo de batalha, marítimos e terrestres, defendendo o deus Terminus e o sensível pundonor da sua bandeira; é o civismo, isto é, a abnegação, a coragem e a dedicação do patriota, exibindo-se fulgurante nas assembleias legislativas, nos comícios eleitorais e nos rostos da liberdade; é o verbo iluminador e diretor dos jornalistas conscienciosos nas tribunas beneméritas da imprensa; é o sábio, o filósofo e o literato, enriquecendo o já colossal patrimônio da fantasia e do sentimentalismo; é o operário, o artista; e o industrial, fabricando artefatos prodigiosos e realizando empresas impossíveis; é, finalmente, o estadista, o rei ou o presidente da república, governando com prudência e previdência, zelando e aumentando a fazenda pública, promovendo e fazendo executar melhoramentos salutarés de toda ordem, no ponto de vista da moral, da instrução e do bem-estar material, e respeitando, como arca sagrada, os direitos inauferíveis e soberanos dos povos!”. Luiz Francisco da Veiga.¹³⁵

A proposta desse capítulo é trabalhar com o vasto material que abrangia a história da Província de São Pedro divulgado pela *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* durante o período imperial. E justamente por se tratar de uma gama considerável de documentos, foi necessário fazer uma seleção daqueles considerados mais relevantes para as pretensões da pesquisa. Assim, em um primeiro momento, será explorado um bloco de matérias que envolveram a Capitania e, depois, Província de São Pedro e que tiveram espaço nas páginas do periódico desde o início de

¹³⁵ VEIGA, Luiz Francisco da. “Elogio histórico do General Manoel Luís Osório, Marquês do Herval, determinado por uma resolução do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (Proposta)”. In: *Revista do IHGB*, Tomo XLII, 1879, pp. 262-263.

suas atividades, em 1839, até por volta da década de 1850, em um período em que os receios do Império para com a belicosa província sulina ainda estavam latentes. Como aqui já foi visto, a recente Guerra Civil Farroupilha permanecia na memória dos dirigentes da nação como uma lembrança que deveria ser evitada, a fim de impedir que servisse como um possível exemplo para outros movimentos de descontentamento que poderiam ocorrer dentro do território nacional.¹³⁶ Apesar disso (e, como acredito, *por causa* disso), o IHGB, mesmo que fugindo do tema ainda pungente da contenda farrapa, não deixava de investir sua atenção na região meridional, preocupando-se em publicar uma variada sorte de material sobre o Rio Grande, ora privilegiando a divulgação de memórias de outras guerras em que a região se mostrou defensora dos interesses do governo central ou, ainda, cedendo espaço para a exposição de textos exploratórios, de demarcação de limites e de relatos de viagem a respeito da região sulina. Um olhar acurado sobre o Rio Grande do Sul permite perceber, enfim, que manter o controle sobre a inconstante província era uma intenção permanente da *Revista*.

O tópico seguinte, ao contrário, deixará de trabalhar com grupos de temas e assuntos mais gerais para se debruçar sobre um episódio em particular: o amplo debate gerado em 1853, dentro do IHGB, com a publicação de uma memória histórica sobre os limites entre o Brasil e o Uruguai, escrita pelo Brigadeiro Machado de Oliveira na cidade de São Paulo e oferecida pelo autor ao Instituto com vistas a ser publicada pela *Revista do IHGB*. Nessa memória, Machado de Oliveira fez um longo histórico dos tratados que envolveram o Brasil na região do Rio da Prata e teceu duras críticas àquele que era, na ocasião, o mais recente deles: o acordo firmado pelo governo brasileiro com a República Oriental uruguaia em 1851 (trata-se, juntamente a outra convenção concordada no mesmo ano com o Peru, do primeiro tratado de fronteiras celebrado no pós-Independência). O subitem pretende abordar justamente o jogo político envolvido em torno da questão da fixação das fronteiras brasileiras e sua forte relação, naquele

¹³⁶ Arno Wehling pondera que a elite política “moderada” vinculada ao IHGB se opunha, ideologicamente, ao modelo político jacobino e sua solução democrática, mas também se colocava contrária ao neo-absolutismo da Restauração. Também recusavam soluções liberais radicais para o Brasil, pois eram conscientes que elas seriam complicadas em uma sociedade marcada pela escravidão e pela enorme presença de homens livres pobres e sem poder de voto, já que poderiam colocar em risco a propriedade territorial e sua liderança política. Segundo ele, eram “ameaças que, em 1838, eram concretas, se pensarmos que ocorriam, simultaneamente, a Cabanagem, a Sabinada, a Balaiada e a Farroupilha. Se, as vezes, tais movimentos não questionavam diretamente a escravidão, por exemplo, buscavam redefinir o papel das instituições políticas e as relações de poder entre a Corte (o centro político) e as províncias, fator suficiente para a perturbação daquela ‘ordem’ que a elite política regressista defendia”. WEHLING, Arno. “Historicismo e concepção de história nas origens do IHGB”. In: _____ (coord.) *Origens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Ideias filosóficas e estruturas de poder no Segundo Reinado*. Rio de Janeiro: o Instituto, 1989, p. 45.

momento, com a escrita da história do país, valendo-se para tal do caso ocorrido em 1853. Precisamente por envolver o Rio Grande do Sul e a instável região da fronteira platina, é que esse evento mereceu ser examinado mais atentamente, pois fornece pistas importantes e que anuem com um dos objetivos caros a este estudo: o de entrever uma ligação necessária entre política e historiografia no Brasil do século XIX.

3.1. A Revista do IHGB, entre temas-chave e polêmicas inevitáveis: como forjar a unificação nacional através da história

De acordo com Manoel Salgado Guimarães, a *Revista do IHGB* foi um fórum privilegiado para o debate político-intelectual do Brasil do século XIX:

Com isto queremos afirmar que, para além das questões puramente historiográficas, a Revista ocupou espaço central no cenário cultural brasileiro do século XIX, significando a publicação naquele órgão de divulgação um aval importante para a participação no debate intelectual da sociedade brasileira (GUIMARÃES, 1989a, p. 23).

O autor fala em três temas-chave que estiveram presentes nas páginas do periódico ao longo do século XIX e que correspondem a aproximadamente 73% do total do material ali publicado: a questão indígena, as descrições de viagens e os temas regionais (Idem, p. 27). Para o presente estudo, os dois últimos temas apresentam interesse especial.

No que toca às descrições de viagens, o autor salienta que o processo de construção da identidade nacional brasileira não demandava apenas uma discussão que envolvesse a constituição das bases culturais do país, mas também era um convite para uma definição das bases físicas e geográficas do território nacional. O que se almejava era obter o traçado de um contorno físico para o Brasil, como explica Guimarães:

A leitura destes inúmeros relatos de viagens, particularmente cuidadosos e detalhados, ocupando espaço significativo na Revista do Instituto, permite-nos acompanhar um *olhar esquadrinhador*, ocupado em descrever com riqueza de minúcias o território explorado. Não apenas o comprimento dos rios e a altura das montanhas são objeto desse olhar, mas também as possibilidades de aproveitamento e integração econômica das diversas regiões e de suas respectivas populações. Em suma, este olhar que percorre o território deve reunir

conhecimento sobre as diferentes partes agora integrantes de um território nacional e dessa forma viabilizar a própria existência dessa Nação em construção (Idem, p. 34).

Dessas regiões, as que mais ganharam destaque foram certamente as regiões de fronteira: a Colônia de Sacramento e os interesses em torno da região do Prata na fronteira sul; o território próximo à Guiana Francesa na fronteira norte; a região mato-grossense e os problemas da definição de limites na fronteira oeste. Salgado Guimarães lembra que a busca por soluções para os problemas da demarcação de limites nessas regiões era tão preocupante, que o governo convocou o historiador Francisco Adolpho de Varnhagen, no ano de 1851, para elaborar um estudo a seu respeito (Idem, p. 35).¹³⁷

Em relação ao sul, a *Revista do IHGB* seguramente cedeu espaço considerável para a divulgação de relatos de viagem e explorações ao interior de seu território. No intuito de mostrar integrado um território em verdade disperso, os relatos procuravam “dar conta das possibilidades de ligações terrestres entre a capital do Império e as regiões visitadas” (Idem, *ibidem*).

Textos bastante diversos como o conciso “Diário Resumido do Reconhecimento dos campos sobre a serra geral, nas cabeceiras do Rio Pardo, por José de Saldanha, capitão, engenheiro e astrônomo de Sua Majestade” (*Revista do IHGB*, 1841, pp. 64-75)¹³⁸, ou “Notícia particular do Continente do Rio Grande do Sul, segundo o que vi no

¹³⁷ Na *Revista do IHGB*, o IV Trimestre de 1870 trazia a publicação dos “Apontamentos diplomáticos sobre os limites do Brasil, oferecidos ao IHGB por Ernesto Ferreira França Filho”. Nesse trabalho, escrito em 1849, o autor afirmava que “de todas as precauções necessárias para a tranquilidade das nações, a primeira é a fixação dos limites; sendo indispensável toda a precisão e clareza na demarcação das fronteiras, com especialidade no que toca aos rios; porque qualquer equívoco ou ambiguidade a este respeito é causa e pretexto de discórdias e guerras com os vizinhos”. Seria este o motivo o que o fez escrever sobre os limites do país. Na “Segunda parte” de sua obra, França Filho tratava dos limites do sul e analisou todos os tratados de limites assinados por portugueses e espanhóis, além de trabalhar com a participação dos portugueses nas guerras para manter o território do sul. Com a Independência do Brasil, o autor reiterava a importância que o governo imperial deveria dar à questão dos limites, pois, segundo ele, “(...) num país tão extenso e despovoado como o Brasil, e confrontando com tantas nações diferentes, convém que a segurança das fronteiras forme um ramo especial do serviço público, a fim de que por uma bem entendida centralização possam partir e transmitir-se com rapidez e energia desde a capital até as mais longínquas raias e ângulos do Império as ordens, medidas e socorros que forem necessários para se manter e desafrontar a inviolabilidade do território brasileiro, inviolabilidade que em todos os países cultos constitui um objeto intransigível do pundonor nacional”. *Revista do IHGB*, Tomo XXXIII, 1870, pp. 213-236.

¹³⁸ O documento era uma cópia de um manuscrito oferecido ao IHGB pelo sócio correspondente Sr. Antonio de Menezes Vasconcellos de Drummond. A dita memória fora escrita em 1798, em Rio Pardo, e oferecida ao Tenente General Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Câmara, que era governador do Continente do Rio Grande de São Pedro e principal comissário da Demarcação de Limites em uma época em que estavam se demarcando as fronteiras meridionais. Assim, a obra publicada nas páginas do periódico é uma mostra de como se fizeram as demarcações no Rio Grande do Sul. Destaque para o fato

mesmo continente, e notícias que nele alcancei, com as notas do que me parece necessário para aumento do mesmo continente e utilidade da Real Fazenda. Dada no ano de 1780 por ordem do Ilmo. e Exmo. Sr. Luiz de Vasconcelos e Souza, do Conselho de Sua Majestade, Vice-Rei e Capitão General de Mar e Terra do Estado do Brasil”, por Sebastião Francisco Battamio” (*Revista do IHGB*, 1858, pp. 219-270), narrado em quarenta e uma páginas, tinham lugar de destaque no periódico. Conforme Guimarães,

Estes relatos de viagem ocupavam-se, ainda, da descrição detalhada que fazem das regiões, de aspectos econômicos – possibilidade de integração também econômica das diversas regiões – e sociais, tais como a natureza e particularidades das diferentes populações encontradas. Estes relatos e descrições devem reunir o material necessário – neste sentido organizar um saber – como forma de viabilizar uma certa ordem pretendida. Conhecer o território para integrá-lo e ao mesmo tempo levar adiante a civilização e com isso garantir a efetivação da Nação (Idem, *ibidem*).

A maneira através da qual os diferentes materiais sobre o sul do país chegavam ao IHGB também é digna de nota. Tentando seguir os passos fornecidos pelo próprio Instituto a respeito do quê deveria ser levado em consideração e recolhido nas províncias, os associados correspondentes se esmeravam em remeter ao Rio de Janeiro múltiplos documentos que pudessem ser aproveitados pela agremiação.¹³⁹ Os exemplos

deste documento estar sendo colocado na *Revista do IHGB* justamente em uma época em que se desenrolava a Revolução Farroupilha.

¹³⁹ No ano de estreia da *Revista do IHGB*, esta já divulgava quais os materiais que deveriam ser procurados nas províncias a fim de serem remetidos ao IHGB: “Parte Histórica – 1º. Notícias biográficas impressas ou manuscritas dos Brasileiros distintos por suas letras, virtudes, armas, serviços relevantes ou por qualquer outra qualidade notável, desde o descobrimento do Brasil até hoje, com explicação de seus nomes, naturalidade, tempo em que viveram e motivos de sua celebridade. 2º. Cópias autênticas de documentos interessantíssimos à nossa história, assim antiga como moderna; e extratos de notícias extraídas das secretarias, arquivos e cartórios, tanto civis como eclesiásticos. 3º. Notícias sobre costumes dos Índios, sua catequese, civilização, aumento ou diminuição; seu número presumível, sua indústria e vantagens que deles se possa tirar. 4º. Descrições do comércio interno e externo da Província, de sua indústria e literatura; de seus principais produtos e variedades; de seus rios, montanhas, campos e portos; de sua navegação e caminhos principais; da fundação, prosperidade ou decadência das suas cidades, vilas e arraiais; da sua população e divisão por classes. 5º. Notícias de fatos extraordinários que aí tenham acontecido; de fenômenos, meteoros e outros efeitos naturais que mereçam menção histórica, com explicação do tempo em que aconteceram, das épocas em que se renovam e de suas causas presumíveis. 6º. Notícias sobre seus minerais, animais, aves, peixes, etc., acompanhadas, se possível for, da nomenclatura científica; assim também de suas madeiras de construção, plantas particulares da província, frutos mais preciosos, balsamos e óleos e de seu emprego na medicina. Parte Geográfica – 7º. Notícia circunstanciada da extensão da província, de sua confrontação com outras, de sua divisão em comarcas, da direção dos seus rios e montanhas, da qualidade dos seus terrenos e de seus arvoredos, da sua mineração, agricultura e pescarias, de tudo, enfim, que possa servir à história geográfica do país e com a possível exatidão e clareza. 8º. Notícias sobre a agricultura mais particular do país; sobre seu progresso ou

são vários. É possível observar, através das atas publicadas na *Revista*, que na sessão de 24 de agosto de 1839, o presidente da casa, o Visconde de São Leopoldo, oferecia à biblioteca do Instituto seus *Anais da Província de São Pedro* (*Revista do IHGB*, 1839, p. 199), estudo que seria bastante elogiado dentro da casa e considerado uma verdadeira obra-prima por seus pares. Na página seguinte, aparecem mais notícias sobre obras que deveriam compor a biblioteca do IHGB, e que chegariam à associação não somente através de doações ou ofertas recebidas, mas também por meio de aquisições – e, no caso, a obra que se cogitava adquirir naqueles primeiros tempos de IHGB era justamente uma que abordava o Rio Grande do Sul: trata-se da compra da obra *Notícia Descritiva da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul*, publicada naquele ano pelo francês radicado no Brasil Nicolau Dreys (1781-1843).¹⁴⁰ O Instituto demonstrava interesse em saber, também, sobre um mapa acerca dos limites do Rio Grande do Sul e que se encontrava com um tal Sr. Le Coq. O IHGB desejava saber como esse senhor teve acesso a tal mapa.

decadência; sobre novas descobertas e melhoramentos de processos; sobre produtos preciosos ou raros; sobre o tempo das plantações e colheitas; sobre os frutos do comércio e do consumo; sobre a criação e cruzamento de gados, sobre colmeias e cera vegetal, etc. (...). 10º. A Sociedade Auxiliadora da Indústria deseja que se lhe remetam das províncias carços, raízes, sementes e pevides de frutos, árvores majestosas, palmeiras, plantas medicinais e de hortas; prometendo de sua parte enviar em troca as sementes que lhe pedirem e que possua e assim também as instruções necessárias para sua cultura. Ela recomenda aos fazendeiros das províncias a leitura de seu periódico mensal intitulado Auxiliador da Indústria Nacional, onde acharão ideias muito interessantes à lavoura e à indústria em geral; e terá muito prazer em acrescentar à lista de seus sócios, aqueles dos lavradores Brasileiros que lhe derem provas de seu zelo para com esta verdadeira fonte de riqueza nacional, comunicando à dita sociedade suas ideias e observações a tal respeito. O mesmo promete o Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, filho da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, na parte que se lhe refere. Rio, 17 de dezembro de 1838. Cônego Januário da Cunha Barboza. Secretário perpétuo do Instituto e secretário adjunto da Sociedade Auxiliadora”. BARBOZA, Januário da Cunha. “Lembrança do que devem procurar nas províncias os sócios do Instituto Histórico Brasileiro, para remeterem à sociedade central do Rio de Janeiro”. In: *Revista do IHGB*, Tomo I, 1839, pp. 109-110.

¹⁴⁰ Em sua dissertação de mestrado, Lilian Beatriz Carlos faz uma excelente análise da recepção que a obra do francês Nicolau Dreys teve pela Comissão de Geografia do IHGB, em 1840. A autora mostra como seu estudo foi julgado negativo e carregado de inexatidões e erros geográficos, principalmente quando comparado aos *Anais da Província de São Pedro*, do Visconde de São Leopoldo. Fato interessante que a autora trabalha é o porquê das críticas que o IHGB endereçou à obra de Dreys e que tem a ver com a avaliação que o autor fez do conflito farroupilha que se desenrolava no sul. O francês conhecia muito bem a Província: em 1817 chegou ao Brasil exilado e se estabeleceu em Porto Alegre, aonde abriu um comércio e dele viveu até 1825, quando partiu para a cidade de Rio Grande. Em 1837, se mudou para o Rio de Janeiro, onde residiu até sua morte, em 1843. Assim, sua *Notícia descritiva* narra sua experiência de viajante pelo Brasil meridional e inicia justamente criticando a Guerra Civil sulina, a quem classificava como “o deplorável conflito militar que hoje atrai sobre a Província do Rio Grande de S. Pedro do Sul a atenção do Brasil”. Sobre o juízo que fazia Dreys da Farroupilha, pontua Carlos: “O conflito era deplorável, mas o autor não dizia o porquê. O que significava que ele não se posicionava ao lado do Império. É certo também que não significava que estava ao lado dos ‘revoltosos’. Porém, para os sócios do IHGB bastava que Dreys não estivesse junto à Coroa, para que não estivesse ao lado da pátria”. CARLOS, Lilian Beatriz. *Uma relação a dois: a história e a geografia nos primeiros anos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2008, pp. 57-59. (Mestrado em História).

Em outra ocasião, quando da 21ª sessão do primeiro ano de funcionamento da casa, seu secretário perpétuo, o Cônego Januário da Cunha Barbosa, sugeria que fosse remetido à Comissão de História o livro do Visconde de São Leopoldo, a fim de que a referida comissão desse um parecer sobre o mérito da obra.¹⁴¹ Em seguida, consta a informação de que o Visconde de São Leopoldo estava ofertando ao IHGB um mapa da Província de São Pedro (Idem, pp. 201-202).

Em 1840, um ano após o lançamento da *Revista*, o Rio Grande do Sul continuava em pauta no IHGB e abundante material sobre a província começava a chegar à agremiação, como revelam as atas das sessões da instituição. Naquele ano, o Conselheiro José de Resende Costa ofereceu à agremiação um manuscrito com o título “Descrição Corográfica da Capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul”, que continha, ainda, um resumo acerca das guerras do Uruguai de 1756 e 1781 (*Revista do IHGB*, 1840, p. 156). Como de praxe, a agremiação remeteu o documento à comissão designada para apreciá-lo. Nesse mesmo ano, uma carta enviada pelo sócio Machado de Oliveira era acompanhada de três documentos que abrangiam acontecimentos passados no sul do país e que o mesmo desejava doar ao Instituto. Machado obtivera os mesmos das mãos de um índio guarani que os havia recolhido quando soldados do General Artigas, durante a Campanha de 1819, destruíram o Arquivo Público do povo de São Luiz das Missões.¹⁴² Varnhagen fora encarregado de dar seu parecer sobre os referidos manuscritos.

¹⁴¹ Ao analisar o juízo que a Comissão de História do IHGB fez em cima da obra do Visconde de São Leopoldo, Carlos ressalta que os elogios que a mesma recebeu tinham muito mais a ver com uma avaliação de seu autor – no caso, o presidente do Instituto, a quem consideravam um homem de qualidades ilustres – e menos em relação à obra em si. Para a autora, “A pergunta que pode ser feita, então, é se este juízo poderia ser diferente. Creio que não, afinal se tratava do presidente do Instituto. No entanto, podemos destacar dois aspectos importantes nesse juízo. Em primeiro lugar, é relevante o fato de que o livro do próprio presidente do IHGB estivesse sujeito ao julgamento de uma comissão do Instituto. Certamente, isso não ocorreu por ‘descuido’. Isso fazia parte da ideia de imparcialidade que deveria ter o IHGB enquanto uma instituição científico-literária. Em segundo lugar, os elogios feitos ao Visconde fazem parte do mesmo rol de critérios observados em todas as obras”. No que diz respeito às comissões julgadoras, conforme a autora, “Até o ano de 1851, havia quatro comissões no Instituto: fundos, redação da revista, história e geografia. A de história e a de geografia ficavam encarregadas tanto de produzirem memórias sobre suas temáticas, quanto de avaliarem as obras e documentos que eram doados ou adquiridos pelo Instituto. As críticas que as comissões de história e geografia faziam tinham o intuito de avaliarem o que realmente tinha importância para a história e a geografia da pátria. Elas eram publicadas nas revistas trimestrais do Instituto na forma de ‘juízos’ e ‘pareceres’”. CARLOS, Lilian Beatriz. op. cit., p. 37 e p. 50.

¹⁴² Dizia a carta enviada ao IHGB por Machado de Oliveira: “Os três manuscritos que tem por título: 1º. O que se praticou antes e depois do rompimento da Colônia do Sacramento no ano de 1762; 2º. Relação do que houve na tomada da margem meridional da Barra do Rio Grande do Sul em 1776; 3º. Notícia dos títulos do Estado do Brasil e de seus limites austrais e setentrionais no temporal até o ano de 1765, que os adquiri do poder de um guarani, que os havia recolhido quando foi destruído o Arquivo Público do Povo de São Luiz das Missões Orientais pelas forças de Artigas na campanha de 1819, considero dignos de

Na *Revista do IHGB* do ano seguinte, além do já mencionado “Discurso Resumido do Conhecimento dos campos de novo descobertos sobre a Serra Geral, nas cabeceiras do Rio Pardo, por José de Saldanha, Capitão, Engenheiro e Astrônomo de Sua Majestade” (*Revista do IHGB*, 1841, pp. 64-75), as atas das sessões mostram que sucediam outras notícias referentes ao Rio Grande. Na sessão de número 60, de 27 de março de 1841, constava um agradecimento à oferta do sócio correspondente M. Moncorvo de um exemplar do “Bosquejo Histórico e documentado das operações militares na Província do Rio Grande do Sul durante a Presidência do Dr. Saturnino de Souza e Oliveira” (*Revista do IHGB*, 1841, p. 143).¹⁴³ Também foi lido o parecer sobre a “Descrição Corográfica da Capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul”, que foi oferecido ao IHGB pelo Conselheiro José de Resende Costa no ano anterior.

Em pleno desenrolar da Guerra Civil Farroupilha, o conflito que tanto desafiava o Império e sobre o qual o IHGB evitava falar, o Rio Grande do Sul permanecia recebendo mais e mais atenção do Instituto e conhecimentos sobre a Província se multiplicavam nas páginas da *Revista*. Na 66ª Sessão de 01 de julho de 1841, as atas informavam que era lançado à urna da associação o seguinte programa: “Quais foram os introdutores do Gado Vacum, lanígero e Cavalari na Província de São Pedro?”. Era uma proposta do Desembargador Pontes. O ponto foi sorteado na 69ª sessão para ser discutido na sessão seguinte (*Revista do IHGB*, 1841, pp. 348-349).

Na ata da 79ª sessão de janeiro de 1842, o secretário Barboza informa que Varnhagen oferecera ao IHGB, através do Visconde de São Leopoldo, o manuscrito “Observações relativas à agricultura, comércio e navegação do Continente do Rio Grande de São Pedro do Sul”. Segundo consta na nota, Varnhagen remeteu o trabalho da cidade de Lisboa e asseverava que o mesmo deveria ser exibido “quando por ventura

terem lugar no Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a que tenho a honra de pertencer para serem consultados pelas respectivas Comissões; e por isso ouso oferecê-los ao mesmo Instituto; e bem assim o outro manuscrito, que trata da extinta Feitoria do Linho Cânhamo da Província de São Pedro, em que hoje se acha estabelecida a Colônia de São Leopoldo. Outros manuscritos possuo, que são relativos à Guerra do Sul, começada de 1816; e por considerá-los não inteiramente destituídos de merecimento, julgo que podem ter semelhante destino, o que assim acontecerá logo que sejam trasladados com melhor letra (...). “Extratos das Atas das sessões dos meses de Julho, Agosto e Setembro”. In: *Revista do IHGB*, Tomo II, 1840, pp. 423-424.

¹⁴³ Nos 3º e 4º trimestres de 1880, Tristão de Alencar Araripe publicaria “Guerra Civil do Rio Grande do Sul” na *Revista do IHGB*. Dentre as obras utilizadas pelo autor para compor sua memória histórica, figuravam o referido bosquejo escrito em 1841 por Saturnino de Souza e Oliveira, imediatamente após sua experiência como Presidente da Província de São Pedro durante a rebelião farroupilha. Araripe se valeria também de outra obra do Dr. Saturnino de Souza, “Operações do Passo Fundo”, surgidas um ano depois da primeira, em 1842. No segundo tópico do capítulo final, a obra de Araripe será objeto de atenção.

o julgasse digno de ser apresentado”. Em tempos de Guerra Civil Farroupilha, não é difícil entender o porquê da recomendação do historiador...

Porém, mesmo que o IHGB evitasse ao máximo tratar da Guerra Civil Farroupilha, havia ocasiões em que era impossível cumprir essa “norma”. Uma delas se deu em 1844, no “Relatório do segundo secretário”, Manoel Ferreira Lagos, publicado em um número suplementar do periódico de 1844. No texto, Lagos tecia algumas considerações acerca da Guerra Civil Farroupilha e prenunciava seu fim, que julgava, pelos acontecimentos ocorridos durante aquele ano, estar próximo. Em sua tese, Lucia Maria Paschoal Guimarães reporta-se a esse momento. A autora cita, inclusive, o trabalho de Lagos. Diz a autora:

A conflagração nos pampas, entretanto, não deixou de ser notícia no Instituto Histórico. Vez por outra, nos papéis do grêmio, fomos encontrar extensas referências às ações do governo, no sentido de debelar os rebeldes gaúchos. Ao apresentar o “Relatório” do ano de 1844, lido na Sessão Magna de Aniversário, o segundo secretário Manoel Ferreira Lagos, em meio ao inventário das atividades realizadas durante aquele exercício, abriu uma brecha e começou a discorrer sobre o panorama político do país, dando especial destaque ao exame daquele conflito, que já se estendia por quase uma década no extremo sul. Parabenizava D. Pedro II pelas vitórias obtidas nos últimos meses no combate aos farrapos, prevendo mesmo a sua capitulação para breve, “(...) graças à gloriosa e sábia administração dos Ministros de S. M. Imperial” (GUIMARÃES, 1995, p. 535).

A autora cita a parte final do relatório de Lagos, na qual ele se dirigia particularmente ao Imperador e dizia assim:

Senhor. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, marchando com a circunspecção que é própria de suas tarefas, bem quisera hoje mesmo dar os parabéns a V. M. I., antolhando mui próxima a refulgência de um florão da coroa de V. M. I., que se havia enuviado por nove anos. E se da prossecução dos acontecimentos nos é dado rastrear as consequências favoráveis, que se lhe devem seguir, o Instituto, regozijando-se com todo o Brasil, tem aparado uma pena com que escreva dentro de breves tempos uma página da nossa história, gloriosa aos Brasileiros, e gloriosa à sábia administração dos Ministros de V. M. I. Esperemos ainda alguns instantes, e o Céu não deixará de coroar os sinceros desejos de V. M. I., enchendo de doçuras o coração do segundo Imperador do Brasil, que tanto se esmera em promover a nossa prosperidade (*Revista do IHGB*, 1844 (Suplemento), pp. 34-35).

Se, hoje, ao se ler as observações de Lagos elas soam um tanto quanto tímidas e contidas, há de se lembrar de que elas estavam inseridas em um contexto no qual tratar abertamente dessas revoltas internas que sofria o Império era quase um tabu. Nesse mesmo relatório, o 2º secretário, cômico da interdição recomendada a se respeitar no que tocava a assuntos do tempo presente, assim se pronunciava:

Muitas outras comissões extraordinárias foram nomeadas pelo Instituto, e assim como as ordinárias satisfizeram aos seus deveres acadêmicos, apresentando bem ajuizados pareceres sobre escritos sujeitos à sua revisão. E nem julgueis que se limitam somente aos publicados na *Revista Trimensal* os trabalhos dos nossos sócios: muitos têm sido lidos em nossas sessões, que o Instituto julga não dever ainda publicar, ou por versarem sobre fatos mui recentes de nossa história, ou por menos exatos em seu contexto; e todos eles acham-se recolhidos em nosso arquivo para saírem à luz em tempo oportuno (*Revista do IHGB*, 1844 (Suplemento), p. 13).

Em 1845, ano em que finalmente se findava o polêmico conflito no sul, nova obra ganhava destaque na *Revista do IHGB* e discutia justamente uma das campanhas militares ocorridas no Brasil meridional, mas em tempos mais distantes. “Memória da Campanha de 1816”, de Diogo Arouche de Moraes Lara, fora escrita em 1817 e era um grande estudo em que Lara expunha como se dera a Campanha que o Império sustentou no início do século XIX na região sul. À publicação da memória, seguia-se um “Apêndice à Campanha de 1816” (que ocupava 54 páginas da *Revista*, indo da página 274 até a 328). Depois, seguia o mapa das principais batalhas e, ainda, constava uma relação dos oficiais e cadetes que se distinguiram do lado brasileiro. Nesse mesmo ano, o sócio desembargador Pedro Chaves, via outro associado, o Dr. Siqueira, oferecia ao IHGB a “Biografia do Tenente General e Visconde Patrício José Correa Câmara”, que, inclusive, fora um dos militares, ainda em início de carreira, a defender o Brasil na Campanha de 1816.

A memória tinha sido oferecida ao Instituto por um de seus mais prestimosos associados, o tenente coronel José Joaquim Machado de Oliveira, conforme consta na ata da sessão n. 119, de 22 de fevereiro de 1844. Na ocasião, foi lida pelo secretário Januário da Cunha Barboza, uma carta enviada pelo militar, na qual o associado ofertava ao Instituto o trabalho escrito pelo militar Diogo Arouche de Moraes Lara sobre a campanha no sul. O IHGB imediatamente agradeceu os serviços de Machado de

Oliveira, que costumava enviar à associação nacional várias obras por ele julgadas oportunas, e remeteu sua oferta à comissão de história.

Em relação ao trabalho de Lara, ele contava detalhes do que havia se passado na guerra que o Império sustentou contra o Estado Oriental do Uruguai havia cerca de cinquenta anos, na ocasião em que o Brasil, comandado pelo Tenente General Carlos Frederico Lecor (futuro Barão de Laguna), enfrentou o caudilho uruguaio Artigas, chefe das tropas dos Independentes Orientais do Rio da Prata. Diogo Arouche de Moraes Lara, o autor da dita memória, era um militar com patente de Capitão de Infantaria que servira no Exército convocado para a batalha. Nas mais de cinquenta páginas de texto, Lara elogia as tropas imperiais, principalmente a ação de alguns oficiais e cadetes, dentre eles o Tenente Gaspar Francisco Mena Barreto e o então cadete Patrício José Corrêa da Câmara, o Brigadeiro João de Deus Mena Barreto, o Tenente Coronel José de Abreu, futuro Barão do Serro Largo e, ainda, o nome que oferecia à casa o estudo: José Joaquim Machado de Oliveira, militar de renome no Império, que pertencera à Legião de São Paulo quando da Campanha de 1816 e que, naquele 1845 se destacava como membro do IHGB. Ênfase especial dava, ainda, o memorialista à figura do General Curado, que, segundo sua memória, com tanto heroísmo defendeu a pátria brasileira frente ao inimigo. Na obra, o oponente do Brasil, o caudilho Artigas, era retratado como o “monstro sanguinário” (*Revista do IHGB*, 1845, p. 175) que ousara ameaçar o território português através de sua ação “despótica”.

Em 1848, um tomo extra da *Revista do IHGB* trazia a publicação do seguinte documento: “Inventário de todos os papéis oficiais que por óbito do tenente general Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Câmara, governador do Continente do Rio Grande do Sul, ficaram a cargo do sargento-mor José Ignácio da Silva” (*Revista do IHGB*, 1848 (Suplemento), pp. 445-486).¹⁴⁴ Também se publicou a “Compilação dos objetos mais essenciais de que está encarregado o comandante do Rio de S. Francisco Xavier”. O inventário é cópia do manuscrito original oferecido ao IHGB pelo agora 1º secretário Manoel Ferreira Lagos. No documento, José Ignácio fala dos papéis que ficaram a seu

¹⁴⁴ O IHGB resolveu publicar, além do 3º volume de 1848, um tomo suplementar, que deveria formar o quarto da segunda série, contando a reimpressão das peças recitadas na solenidade do 1º de julho de 1847 para “comemorar a perda do seu presidente honorário o augusto Príncipe Imperial Sr. D. Affonso [filho de D. Pedro II]; os discursos lidos na sessão aniversária celebrada no dia 09 de setembro; os trabalhos que se apresentarem na inauguração dos bustos dos fundadores da sociedade, e mais outros inéditos que forem necessários pra complementar o volume com o mesmo número de páginas anteriores”. LAGOS, Manoel Ferreira. “Extrato das atas do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro da sessão de 09 de dezembro de 1847”. *Revista do IHGB*, Tomo XI, 1848, p. 4.

encargo e que são “tendentes a este governo (do Rio Grande do Sul) e à demarcação de limites”. O documento é datado do dia 20 de setembro de 1802 e fora escrito em Porto Alegre. Sua relevância se dá devido à questão da delimitação de fronteiras do Rio Grande do Sul.

Em 1851, outro momento importante de divulgação da história da Província de São Pedro: Pereira Coruja oferecia ao IHGB, na sessão de número 235 de 26 de setembro de 1851 sua “Coleção de vocábulos e frases usadas na Província do Rio Grande do Sul”, publicada no sexto número, saído no ano seguinte (*Revista do IHGB*, 1852, pp. 205-238).¹⁴⁵ Somente cinco anos depois, em 1856, Coruja solicitaria licença ao IHGB para publicar seu estudo em livro. A agremiação, então, resolveu examinar o pedido, encarregando uma comissão para julgar a conveniência da solicitação. Por fim, acabou por emitir parecer favorável à publicação. O parecer demonstrava, inclusive, que a publicação da obra de Coruja poderia ser vantajosa no sentido de que, por meio dela, talvez fosse possível corrigir “vícios” provenientes dos vocábulos usados no Rio Grande. Conforme o parecer,

(...) É provável que à medida que se for generalizando o conhecimento do curioso e útil trabalho do nosso digno colega, se corrijam com mais facilidade os vícios de locução, se eliminem da linguagem os vocábulos espúrios, voltem à sua genuína significação os que foram dela afastados e se emendem os defeitos de pronúncia naqueles em que o tempo a tiver alterado (*Revista do IHGB*, 1856 (Suplemento), p. 29).

Mais que emitir um simples parecer cujo objetivo seria meramente aprovar ou não o pedido de Pereira Coruja, a comissão encarregada aproveitou a oportunidade para fazer uma espécie de julgamento do mérito da obra, que, na época de sua aparição, não despertou grandes debates no Instituto. Talvez para não dar o sentido de correção de um erro do passado ao fato de não terem dado a devida atenção à obra quando essa veio à

¹⁴⁵ A originalidade de Coruja, segundo Dante de Laytano, se deu em dois momentos principais de sua carreira: quando lançou a primeira gramática de língua portuguesa escrita por um brasileiro no país. O segundo momento certamente se deu quando o literato publicou esse primeiro vocabulário rio-grandense. Uma segunda publicação deste tipo, no Rio Grande do Sul, ocorreria somente em 1897, quando Romaguera Correa faria um vocábulo com mais de mil palavras. LAYTANO, Dante de. *Manual de Fontes Bibliográficas para o Estudo da História Geral do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: IFCH/UFRGS, 1979, p. 88.

baila, preferiram os pareceristas chamar seu juízo de uma “observação” endereçada a Coruja a respeito da obra. Segundo esse comentário,

Parece aos membros da comissão que nem todos os vocábulos apontados no glossário do Sr. Coruja carecem de legítimo título para serem considerados como de boa linguagem, conservando a significação e ortografia que se lhes dá na Província do Rio Grande do Sul; alguns há de origem brasílica, aos quais por significarem coisas desconhecidas em Portugal, e só próprias do Brasil, nenhum termo corresponde na antiga língua pátria; esta porém os adotou, e os melhores dicionários os reconhecem hoje como portugueses. Tais são: congonha, moquear, perau, perueira, tapera, tipiti: todos estes vocábulos são abonados por Moraes, Constâncio e Faria, com a significação que lhes dá no Rio Grande do Sul, na qualidade de vocábulos portugueses, de origem brasílica. Se o nosso digno colega quisesse ser com numerosos outros vocábulos do mesmo gênero de que largamente se usa na Província do Rio Grande do Sul tão rigoroso como foi com estes, a comissão teria provavelmente respeitado sua severidade; mas somente seis são os incriminados; não lhes valeu nem a multiplicidade dos cúmplices, que a acusação respeitou, nem a autoridade dos juízes, que já os haviam absolvido; a comissão por isso teme que talvez alguém veja menos equidade neste procedimento do nosso honrado colega e muito o louvaria se na nova publicação de sua memória fossem eliminados esses vocábulos, obtendo assim sua franquia na língua portuguesa (Idem, pp. 29-30).

A comissão segue expondo sua contrariedade de que alguns dos vocábulos sejam de exclusivo emprego da província sulina, alegando que se achariam, inclusive, dicionarizados em glossários de língua portuguesa. Arrematam sua crítica da seguinte forma:

Pode ser que a significação e a pronúncia destas palavras se achem alteradas na Província do Rio Grande; parece, porém, à comissão que as que lhes atribui o nosso colega é a mesma que lhes dão os dicionários citados. A comissão pede ao Instituto e ao seu digno sócio o Sr. Antonio Álvares Pereira Coruja que a queiram escusar de ter exorbitado de sua incumbência e conclui propondo que seja permitida a livre publicação da coleção de vocábulos e frases usados na Província do Rio Grande do Sul, consentindo nisso o autor (Idem, p. 31).

Foi dessa maneira que os associados Thomas Gomes dos Santos e José Ribeiro de Souza Fontes, responsáveis pelo parecer emitido à obra de Coruja concluíram sua

explanação. O literato, presente na sessão onde o mesmo foi exposto, travou debate com os colegas ao fim da leitura do parecer que, pelo que as atas colocam, foi aprovado sem maiores controvérsias.

Na sessão de número 18 de 12 de dezembro de 1856, o sócio Ferreira Lagos fez a leitura de um vocabulário de termos da Província de São Pedro elaborado pelo Coronel José Mariano de Mattos, conforme eles, em aditamento ao de Pereira Coruja.

Voltando um pouco no tempo, se percebe que, em relação ao tomo publicado em 1852, não foi por meio da publicação de material referente à Província que esta foi motivo de atenção do IHGB, mas sim pelo que dela se comentavam nos discursos proferidos pelos sócios da agremiação. E esses comentários sempre remetiam às características bélicas e políticas dos rio-grandenses, como fica claro no discurso pronunciado pelo orador, Manoel de Araújo Porto Alegre, no final daquele ano social. Novamente, o IHGB descumpria a imposição implícita de evitar questões políticas recentes e delicadas e voltava ao tema da Farroupilha. Ao tratar do recente falecimento do Senador do Império Saturnino de Sousa e Oliveira Coutinho, ocorrido em 1848, que fora, como se viu anteriormente, Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul entre 1839 e 1840, em meio às convulsões decorrentes da Guerra Civil Farroupilha, o orador se aproveita do fato de que Saturnino esteve à frente do governo do Rio Grande para criticar a província sulina. Dizia assim:

Instado o nosso benemérito consócio para aceitar várias presidências, sempre se esquivou de tão grande responsabilidade; mas não pôde resistir às instâncias do Sr. Visconde de Olinda, que tanto o havia honrado, e aceitou a do Rio Grande do Sul. À confiança do regente sacrificou o seu bem-estar, e assim o devia, que era obrigado a saldar uma dívida do coração. *Foi nessa presidência, no meio de uma luta que tendia à destruição do Império, que o senador Saturnino viu justificado o ódio de Napoleão contra essa classe de homens que vive do contrabando e que vai vender a pólvora e bala àqueles que apontam as armas para seus irmãos.*

Naquela conjuntura de lutas e perigos, quando a calúnia o denegria e ridicularizava, o senador Saturnino pedia à bolsa dos seus amigos um suplemento ao seu ordenado. E se a sua política obteve tão grandes resultados foi porque ela era consentânea com o seu natural. Homem de uma cabeça vigorosa, de um coração benfazejo, se apresentou a descoberto no meio dos acontecimentos, com a oliveira numa mão e com a baioneta na outra: compreendeu que a sua missão era como aquela dos homens, que Plutarco compara com a lâmina incandescente, que debaixo d'água adquire rizeza e flexibilidade. O Ministério de 19 de setembro o substituiu pelo Sr. Andréa e o fez regressar para a Alfândega (*Revista do IHGB*, 1852, pp. 527-528. Grifos meus).

As palavras do orador quase não fazem perceber que, na realidade, Saturnino fora demitido do governo provincial, tendo retornado ao Rio de Janeiro e se reapresentado para trabalhar na Alfândega (antes de assumir a Presidência no sul, exercia o cargo de inspetor da Alfândega do Rio de Janeiro), até ser novamente realocado pelo Ministério para voltar a ocupar o cargo de Presidente do Rio Grande do Sul entre 1841 e 1842, quando foi outra vez substituído, dessa vez pelo Barão de Caxias.¹⁴⁶ O orador pinta um quadro marcado pela competência administrativa quando da passagem de Saturnino pelo Rio Grande:

O ministério que sucedeu ao da maioria o obrigou novamente a voltar para o Rio Grande; e todos sabem os novos e extraordinários serviços que então prestou; e assim como as circunstâncias que motivaram a retirada do Conde de Rio Pardo, até que o hábil e muito enérgico Sr. Marquês de Caxias fosse completar a obra gloriosa da pacificação e reunir o coração dos Brasileiros em torno do Sr. D. Pedro II.

Nesta segunda missão duplicaram os seus triunfos. A diplomacia complana o terreno, que as armas não podem nivelar; porque se a espada corta a planta, não lhe destrói a raiz. Nosso consócio não era um desses espíritos que se absorvem no material do expediente e baseiam a sua glória nas prateleiras dos arquivos ou na transição dos fatos: o seu nome ficou gravado no coração dos povos e escrito com obras públicas; o hospital da caridade deve-lhe o aumento das suas obras e das suas rendas e as cidades do Rio Grande e Porto Alegre lhe devem os seus mercados públicos.

Ao deixar pela segunda vez a Província de São Pedro, recebeu todos os testemunhos públicos que os povos costumam manifestar nas ocasiões solenes: todas as câmaras municipais e todas as autoridades daquela terra lhe teceram a brilhante grinalda das mais pomposas significações. A publicação desses documentos foi a única resposta que ele deu aos seus detratores (Idem, p.528).

¹⁴⁶ Quando de sua primeira experiência como presidente da Província de São Pedro, entre 1839 e 1840, Saturnino de Souza e Oliveira encarregou o experiente aliado Gaspar Menna Barreto de negociar em seu nome com o líder farrapo Bento Gonçalves, mas não conseguiu obter dos rebeldes um acordo de paz, como mostra Jeferson Mendes: “Após 1837, as negociações só foram retomadas em 1840. O marechal Gaspar Francisco Menna Barreto foi tentar convencer Bento Gonçalves da Silva a depor as armas e se entregar ao Império brasileiro. Contudo, a reivindicação rebelde era de que o Império retirasse as forças estacionadas no Caí, às quais impediam qualquer passagem de suas tropas. Saturnino de Souza e Oliveira recusou-se, porém, a retirar as tropas imperiais; consequentemente, as negociações foram suspensas”. Irritado com a atitude de Saturnino, o governo central o retira da Província e nomeia um novo presidente e comandante de armas: Francisco de Souza Soares de Andréa, um militar experiente e que havia lutado na rebelião cabana, em 1839. Apesar de algumas vitórias militares, nem mesmo o futuro Barão de Caçapava conseguiria negociar com os farrapos e também seria substituído, em 1840, por Francisco Soares Machado. MENDES, Jeferson dos Santos. *O barão de Caxias na guerra contra os farrapos*. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2011, p. 84. (Mestrado em História).

Apesar dos esforços do orador Manoel de Araújo Porto Alegre em enaltecer a capacidade administrativa de Saturnino quando à frente do governo da Província de São Pedro, essa não parece ter sido um exemplo de competência: o próprio Barão de Caxias, quando assumiu em seu lugar a presidência provincial, em 1843, implementou diversas mudanças na administração rio-grandense.¹⁴⁷ No que toca à Guarda Nacional atuante no Rio Grande do Sul, além de propor que a fabricação de seu fardamento fosse realizada localmente (Saturnino, ao contrário, requisitava que a compra dos tecidos viesse da Corte, mesmo que os panos fossem, geralmente, de má qualidade e não agradassem às tropas da mesma maneira que os feitos na região), também promoveu mudanças significativas no funcionamento das tropas. Por perceber que havia medo por parte de seus membros em atuar nas campanhas contra os rebeldes e devido à constatação que muitos dos guardas nacionais estavam empregados em hospitais ou faziam serviços fora do exército, Caxias substituiu esses homens por oficiais de primeira linha. Também destituiu todos os oficiais da Guarda Nacional dos corpos de Porto Alegre e Rio Grande e, com isso, economizou quarenta contos de réis, baixando as despesas para menos de um terço em relação à administração de Saturnino Coutinho (MENDES, 2011, pp. 22-23).¹⁴⁸

Ainda nessa primeira metade da década de 1850, houve outro episódio em que a controversa guerra farrapa precisou ser aludida dentro do IHGB, causando desconforto

¹⁴⁷ “Guerra Civil do Rio Grande do Sul”, de Tristão de Alencar Araripe, traria, em 1880, algumas informações sobre os governos de Saturnino de Souza e Oliveira Coutinho na Província de São Pedro. Sobre a primeira administração do legalista no Rio Grande, Araripe trazia mais referências, embora fossem comedidas: afirmava que a ida de Saturnino ao sul era coberta de novas esperanças em se achar os caminhos da pacificação, mas ao se verificar o malogro da tentativa, não fez muitas críticas a sua administração, restringindo-se a ressaltar o desacordo entre Saturnino e seu comandante militar, General Manoel Jorge: “o presidente, ao chegar à província, queria dar atividades à guerra, atacar os rebeldes e destruí-los, mostrando-se enfrenhado na tática militar pela assídua leitura das obras de Frederico Segundo da Prússia e de outros escritores da arte da guerra, que repetidamente citava em abono de seus planos e projetos. O veterano general, porém, contemporizava (...). O governo Imperial, vacilante sempre entre a vantagem de Presidentes militares e Presidentes paisanos (...) e vendo um desacordo entre o Presidente Saturnino de Souza e o general Manoel Jorge, julgou dever enviar de novo para o Rio Grande do Sul um militar, que reunisse em si a administração civil e a direção da guerra”. A respeito da segunda administração de Saturnino no Rio Grande, Araripe foi mais sintético ainda, apresentando mera referência ao fato e nem mesmo salientando a retirada do mesmo da administração, delegada ao Barão de Caxias, este sim aplaudido no texto por ter posto termo ao conflito. ARARIPE, Tristão de Alencar. “Guerra Civil do Rio Grande do Sul”. In: *Revista do IHGB*, Tomo XLIII, 1880, pp. 212 e 216.

¹⁴⁸ Fernando Uricoechea, ao estudar a atuação da Guarda Nacional do Rio Grande do Sul, procura mostrar como a Província não sofria, como as demais províncias do Império, as deficiências de suprimentos e equipamentos essenciais para suas milícias, dada a importância que a instituição tinha em uma região de defesa fronteira como era o Rio Grande. Para o autor, o comandante rio-grandense também possuía consciência do valor dos serviços patrimoniais que prestava ao Estado nacional. URICOECHEA, Fernando. *O Minotauro Imperial. A burocratização do Estado patrimonial brasileiro no século XIX*. Rio de Janeiro/São Paulo: Difel, 1978.

no seio da instituição. Na Introdução dessa pesquisa se chegou a mencionar o caso que envolveu o então recém-associado do Instituto, Sebastião Ferreira Soares, ocorrido no ano de 1853.¹⁴⁹ Esse ano, aliás, é rico em publicação de documentação a respeito do Rio Grande do Sul e da região das Missões nas páginas da *Revista do IHGB*.¹⁵⁰

Concernente à questão em torno de Sebastião Ferreira Soares, ela teve início um ano antes, em 1852, quando, na sessão de 26 de novembro, o 1º secretário fez a leitura da memória “Apontamentos sobre a estatística financeira da Província do Rio Grande do Sul”, oferecida pelo autor ao IHGB. Cândido Baptista de Oliveira foi incumbido a interpor seu parecer sobre a obra (*Revista do IHGB*, 1852, p. 605). No ano seguinte, 1853, o secretário Joaquim Manoel de Macedo resumiria o estudo de Ferreira Soares em seu discurso de final de ano. Mencionava o secretário que o trabalho estava dividido em 3 partes, sendo a primeira delas compreendida no espaço de tempo em que se deu o conflito Farroupilha (1835-1844), fornecendo números de receitas e despesas públicas realizadas na Província de São Pedro durante essa parte de sua história que ele classificou como “época desastrosa”. Na segunda parte, Soares tratou de receitas e despesas ocorridas nos seis anos seguintes à guerra (1845-1851) e, na terceira e última parte, apresentava algumas considerações de teor conclusivo sobre os melhoramentos que ele acreditava necessários de se realizar na Província para “dar o devido desenvolvimento aos variados e importantes elementos de sua natural riqueza” (*Revista do IHGB*, 1853, p. 601). Elogiada, a obra ganhou o aval do IHGB e Soares recebeu o título de sócio.

Porém, o estatístico sofreria acusações dentro da agremiação de que havia cometido crime de plágio. As atas das sessões de 1854 revelam essa situação. Na sessão de 25 de agosto, Sebastião Ferreira Soares oferecia ao IHGB documentos significativos com vistas a provar serem falsas as acusações de que ele teria “iludido” o IHGB. Soares

¹⁴⁹ Ver Introdução, nota 31, pp. 35-36.

¹⁵⁰ O n. 10, por exemplo, é todo ele dedicado ao “Diário de Expedição de Gomes Freire de Andrade às Missões do Uruguai”, trabalho do Capitão Jacinto Rodrigues da Cunha, “testemunha presencial”. Essa publicação se estende até o n. 11 e, neste mesmo número, há uma “Notícia dos acontecimentos pela presente guerra nos Sete Povos das Missões e nesta fronteira do Rio Grande de São Pedro”. Tal material foi copiado de um manuscrito que se achava na Biblioteca do Palácio Episcopal Fluminense. Depois, é publicada uma representação feita em 1801, de um ex-governador da Capitania de São Pedro, Sebastião Cabral da Câmara, que tratava da necessidade sentida em separar o Rio Grande do Sul e Santa Catarina da jurisdição do Bispado do Rio de Janeiro. No n. 12, há uma memória histórica sobre a questão dos limites entre Brasil e Montevidéu, de autoria de Machado de Oliveira e os pareceres dados sobre a mesma. O n. 12 trata somente dessa memória, que foi considerada polêmica. No próximo subitem deste capítulo, ela será objeto de atenção. *Revista do IHGB*, Tomo XVI, 1853.

submetia à apreciação do Instituto um autógrafo do ofício do então encarregado da pasta da guerra da República de Piratini, Manuel Lucas de Oliveira. Com a apresentação desse documento, tencionava Soares acabar com as suspeitas que recaíam sobre sua figura. O IHGB aceitou o documento de Soares, mas lhe deu como destino o arquivo. Acompanhando a ata da sessão, se pode perceber o clima desagradável que se instaurou após a acusação:

Leu-se um parecer da comissão de admissão de sócios, acerca da questão em que sendo agredido por um anônimo, o nosso sócio, o Sr. Sebastião Ferreira Soares, este senhor ofereceu à consideração do Instituto documentos justificativos para provar ser falso o ele ter iludido ao mesmo Instituto. A comissão, bem que não deseje travar polêmicas com anônimos, contudo reconhece que os sobreditos documentos assaz provam que o Sr. Soares é incapaz de dar como seu um trabalho alheio. O mesmo Sr. Soares submete à apreciação do Instituto um autógrafo do ofício do intitulado ministro da guerra da República de Piratini, Manoel Lucas de Oliveira, dirigido ao falecido ministro do Império, Manoel Antônio Galvão, acompanhando um itinerário da campanha pacificadora do Sr. Marquês de Caxias, na Província do Rio Grande de São Pedro do Sul, desde dezembro de 1843 até ao ano de 1845; tendo por fim tais documentos demonstrar que a terminação da guerra fratricida naquela província dependia mais de meios brandos e conciliadores do que de atos coercitivos; que a paz que ali tinha sido perturbada por efeito de prepotência dos delegados do governo central, era no entanto almejada por todos os dissidentes, desejosos de se acolherem sob condições honrosas à proteção do trono imperial, único garante e salvaguarda da nação (*Revista do IHGB*, 1854, pp. 600-601).

A inconveniência de tratar da rebelião no sul era sentida e, coerente à postura adotada há muito a respeito da Farroupilha, o IHGB decidiu:

Ouvida a leitura, o Instituto resolveu que aqueles documentos fossem arquivados, e aceitou a oferta do Sr. Soares para apresentar em sessão as considerações e comentários que pretendia fazer acerca daqueles documentos (*Idem, ibidem*).

Na sessão de 29 de setembro, o IHGB cumpria a resolução e concedeu espaço para que Soares lesse suas “Considerações sobre a Revolução rio-grandense” e também a análise da carta oficial de Lucas de Oliveira endereçada ao Império (*Idem, p. 604*).

Sua leitura foi longa e ele a findou somente na sessão seguinte. E, para concluir definitivamente a inoportuna situação, o relatório do final de ano de Joaquim Manoel de Macedo mais uma vez cedeu espaço à questão, mas procurava pôr uma pedra em cima do acontecido, como se pode notar no seguinte trecho:

Ao nosso ativo colega o Sr. Sebastião Ferreira Soares, devemos ter no arquivo do Instituto dois documentos originais relativos a uma luta calamitosa, de que o sul do Brasil fora o teatro: é o primeiro um ofício de Manoel Lucas de Oliveira intitulado ministro da República de Piratini, dirigido ao conselheiro Manoel Antônio Galvão e datado em Piratini aos 03 de maio de 1844; outro se intitula “Exposição fiel das operações e sucessos mais notáveis ocorridos desde os primeiros dias de dezembro do ano de 1842 até 03 de maio de 1844 entre o exército imperial ao mando do Sr. Barão de Caxias e o da República de Piratini, escrita com a mais escrupulosa imparcialidade e exatidão por Manoel Lucas de Oliveira”. Apesar de tais protestações de escrupulosa imparcialidade palpitam as prevenções e o espírito de partido em cada palavra que sabe da pena do narrador: por mais que trabalhos desta ordem não devam ter por alguns anos ainda outro destino, que não seja um asilo seguro no nosso arquivo, nem por isso o nosso zeloso consócio o Sr. Sebastião Ferreira Soares se quis forrar ao empenho de sujeitar à sua crítica minuciosa e hábil os dois documentos, que fizera acolher sob os cuidados da nossa associação. Oportunamente faremos a devida menção do parecer do nosso colega (*Revista do IHGB*, 1854, pp. 18-19).

E assim ficou o assunto “asilado” no arquivo da agremiação, abrigado das opiniões e discussões que poderia despertar. O mesmo não aconteceu, no entanto, com o trabalho escrito e publicado, em 1853, por Machado de Oliveira, tema tratado no próximo tópico.

3.2. As renhidas questões do Prata: o caso da memória histórica do Brigadeiro Machado de Oliveira

No relatório do 1º secretário do IHGB, Joaquim Manoel de Macedo para o ano social de 1853, data em que se comemoravam os quinze anos de fundação da associação, o literato noticiava o aparecimento daquela que considerou uma das mais notáveis obras publicadas por um associado da casa naquele ano: a memória histórica do Brigadeiro José Joaquim Machado de Oliveira sobre a questão dos limites entre o Brasil e Montevidéu. O secretário destacava a grande importância da mesma e as acaloradas discussões por ela suscitadas no seio do IHGB. Dizia ele:

O Sr. Machado publicou em São Paulo e ofereceu ao Instituto um exemplar do folheto que se intitula *Memória histórica sobre a questão dos limites entre o Brasil e Montevidéu*, no qual o autor, depois de apresentar um esboço histórico dos tratados anteriormente celebrados entre Portugal e Espanha, e depois entre o Império e Montevidéu, acerca da questão dos nossos limites por aquele lado, procurou demonstrar que pelo Tratado de 12 de outubro de 1851 aquiesceu o Brasil a estipulações onerosas e, principalmente, infensas à Província de São Pedro, de cujo território, no seu entender, se mutilou uma área de mais de mil léguas quadradas (*Revista do IHGB*, 1853, p. 575).

Justamente por abordar uma questão delicada, aquela que envolvia as fronteiras do Sul do país com a região platina, Machado de Oliveira foi severamente criticado por alguns sócios do IHGB, que contrariavam sua opinião a respeito do ônus que o país sofrera com o recente Tratado de 1851 e somente viam nos julgamentos por ele emitidos sobre o acordo uma apreciação mais política que histórica (GUIMARÃES, 2011, pp. 82-83). Manoel Salgado Guimarães lembra que a acolhida da obra pelo IHGB gerou tensões precisamente porque muitos associados consideraram que não competia à instituição se envolver ou dar publicidade a trabalhos que abrangessem análises de ordem política, pois isso fugiria às características do Instituto enquanto um espaço de estudos que primava, segundo eles, pela isenção e imparcialidade (Idem, *ibidem*).

O fato é que o Tratado de Limites de 1851 foi um acordo de muita relevância para o desenvolvimento das relações internacionais do Brasil com seus vizinhos platinos, tendo sido o primeiro acordo de limites que o país promovia no Segundo Reinado. O tratado foi firmado no Rio de Janeiro e durante os trâmites que culminaram com sua assinatura, o país se fez representar pelo então presidente do Conselho de Ministros do Império, Honório Hermeto Carneiro Leão (Visconde do Paraná) e pelo diplomata e senador Antonio Paulino Limpo de Abreu, enquanto o lado uruguaio contou com um de seus letrados mais importantes, o Ministro Plenipotenciário uruguaio residente no país Andrés Lamas, velho conhecido do IHGB, de quem era sócio correspondente desde 1848 e com quem mantinha profícuas trocas intelectuais.¹⁵¹

¹⁵¹ Andrés Lamas fora um dos fundadores, em Montevidéu, no ano de 1843, do Instituto Histórico e Geográfico Nacional (IHGN). A instituição tinha um projeto político anti-rosista e se constituiu em uma tentativa do grupo letrado formado por orientais e argentinos exilados pelo caudilho Juan Manuel de Rosas de criar uma associação que mobilizasse os trabalhos literários sobre a região do Prata. Durante a Revolução Farroupilha, Lamas chegou a ser enviado especial do presidente uruguaio, Frutuoso Rivera, no Rio Grande do Sul, com vistas a fazer contatos com os farrapos, pois o presidente prometera auxiliar a rebelião. Em 1847, Lamas fora designado pelo governo uruguaio como representante daquela República no Brasil e passou a residir no Rio de Janeiro. Devido às boas relações que mantinha desde 1845 com um dos sócios do IHGB, Rodrigo de Souza Silva Pontes, que, por sua vez, morou em Montevidéu por conta

De acordo com o Brigadeiro Machado de Oliveira, um experimentado militar e político experiente nas questões do Prata (Machado de Oliveira atuara como soldado nas campanhas que o Império empreendeu em 1816, 1817 e 1822, além de ter participado da famosa Batalha do Passo do Rosário, ocorrida em 1827)¹⁵², a convenção de limites acordada pelo Brasil em 1851 era “extremamente prejudicial ao Brasil”, além de ser indecorosa e opressiva à Província de São Pedro (*Revista do IHGB*, 1853, p. 417). Ao Brasil, seria prejudicial por defraudá-lo do importantíssimo território situado entre os rios Quaraí e Arapeí, que foram cedidos ao Brasil pela convenção de 30 de janeiro de 1819. Machado também afirma categoricamente que o território do litoral (da desembocadura do Chuí até o Oceano Atlântico) fora extorquido do Brasil. Segundo ele:

O tratado é especialmente infenso e opressivo à Província de São Pedro porque do seu território se mutila uma área de mais de mil léguas quadradas, onde se estabeleceram centenares (sic) de estancieiros na fé da convenção de 1819, e com autorização do

de seu cargo como Ministro Plenipotenciário brasileiro no Uruguai, Lamas foi pelo amigo recomendado e acolhido no Instituto Histórico brasileiro, tornando-se sócio correspondente em 1848. Como associado da casa, Lamas fornecia ao IHGB uma série de documentos sobre a situação histórica platina. De acordo com Suellen Péres de Oliveira, “Lamas tinha interesse em publicar os atos políticos de Juan Manuel de Rosas, visto que ao caudilho eram imputadas as mais bárbaras atitudes. Por detrás da propaganda anti-rosista havia o propósito de manter a soberania da República que ele representava. Como Lamas, o objetivo de todos os letrados opositores a Rosas era convencer a comunidade política estrangeira pela palavra escrita”. Segundo a autora, no âmbito político, Lamas atuaria em conjunto com Paulino José Soares de Souza (Visconde do Uruguai) para tramar as alianças que derrotaram Rosas em 1852. Quanto à sua participação no campo das letras, afirma Oliveira: “As relações amistosas entre Andrés Lamas e o IHGB eram recíprocas, haja vista as inúmeras doações e serviços prestados por Lamas como sócio correspondente. Inclusive, sua participação nas reuniões indicou a admissão no Instituto não só de Valentim Alsina, mas de Juan Maria Gutierrez e Faustino Sarmiento. Assim, como ele era apressado de grande estima e consideração no grêmio brasileiro, pode ser inferido que as imagens que os letrados brasileiros tiveram dos conflitos da região do Prata incorporaram o lado colorado da história. Será que a escrita da história da região do Prata divulgada por Andrés Lamas no IHGB ajudou a convencer as autoridades do Império a tomar partido dos orientais e dos argentinos exilados contra Rosas e Oribe na Guerra Grande? Ainda não conseguimos confirmar essa ligação, mas nossa pesquisa permite supô-la”. PÉRES DE OLIVEIRA, Suellen Mayara. *A querela de Clio na região do Prata e o Brasil: Tensões e diálogos da escrita da história nos Institutos Históricos e Geográficos (1838-1852)*. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, 2010, pp. 138-139. (Mestrado em História).

¹⁵² O militar José Joaquim Machado de Oliveira (1790-1867) era de origem paulista. Ao longo de sua vida pública, exerceu vários cargos políticos. Foi deputado em duas legislaturas: na Assembleia Geral do Império pela Província do Rio Grande do Sul na 1ª legislatura (1826-1829) e deputado por São Paulo na 6ª legislatura (1845-1847). Também chegou a ser escolhido deputado na Assembleia Legislativa Provincial de Santa Catarina na 3ª legislatura (1840-1841), mas não assumiu o mandato. Em sua trajetória política, também foi presidente de províncias: assumiu o cargo na Província do Pará (1832-1833), nas Alagoas (1834-1835), em Santa Catarina (1836-1837) e no Espírito Santo (1840-1841). Além de ser sócio atuante no IHGB e em outras sociedades literárias do país, o premiado brigadeiro recebeu os títulos de Comendador da Imperial Ordem da Rosa e da Ordem de São Bento de Aviz.

Governo, e vive uma grande e vasta população, que para ali atraiu a uberdade de suas vastas campinas, retalhadas pelos numerosos afluentes do Quaraí e Arapeí, divididas com admirável regularidade em espaçosos rincões (...) (*Revista do IHGB*, 1853, pp. 420-421).

Outro momento de desconforto causado por seu texto se dá quando ele reconhece a histórica colaboração dos caudilhos rio-grandenses nas campanhas que o Brasil manteve no sul do país:

(...) postergando-se mesmo interesses vitais daquela importante província, tomados em sua generalidade, e particularmente os de centenares de estancieiros, que eles próprios ou seus predecessores, barateando o seu sangue e fadigas cooperaram mediante não pequenos sacrifícios dependidos em diuturnas e afanosas campanhas para a aquisição daquele território, é indeclinável consequência que daí ocorrera um enorme desfalque às suas rendas e diminuição de sua população, obrigando à desnacionalização a milhares de cidadãos brasileiros que ali se acham estabelecidos, e compelindo-os a formarem parte de uma nacionalidade estranha e contra a qual subsistem desde remotos tempos indescritíveis preconceitos (*Revista do IHGB*, 1853, p. 421).

Machado de Oliveira criticou abertamente a postura adotada pelo governo do Brasil:

Cumprir notar a manifesta e inqualificável contradição que se mostra em relevo no proceder do governo quanto ao desígnio que o impeliu a decidir se por uma preponderante intervenção armada nas renhidas questões do Prata, e conseqüentemente a determinar o movimento do exército do Sul sobre o território da Banda Oriental e que foi pactuado no Tratado de Limites de 12 de outubro de 1851 (*Revista do IHGB*, 1853, p. 421).

Ao final de sua memória histórica, o autor foi duro ao denunciar a situação dos rio-grandenses, que, segundo ele, tiveram há tempos suas vidas abandonadas nas propriedades que mantinham na Banda Oriental:

(...) e sob as influências deste entusiasmo celebra-se o Tratado de Limites de 12 de outubro de 1851, que, *ofendendo gravemente a*

integridade do Brasil com a mutilação que se faz na Província de São Pedro do território entre o Quarai e Arapeí, do da margem ocidental da Lagoa Mirim e do que vai do Chuí à Angustura de Castillos, desnaturalizando milhares de brasileiros que ali habitam, que hoje pertencem a uma nacionalidade, que lhes era adversa e contra a qual alimentavam antigas e inveteradas rivalidades, obriga estes brasileiros a uma mais deplorável e arriscada condição do que a que tinham antes dos tratados, colocando-os a melhor alcance para que impunemente sejam acometidos em suas vidas e propriedades... que amarga ironia! Que pasmoso contrassenso! (Revista do IHGB, 1853, pp. 422-423. Grifos meus).

Ora, uma memória escrita por um militar que esteve nos campos de batalha nas campanhas do Sul e que escutou da boca dos próprios caudilhos suas queixas e seu discurso de vitimização em relação a um Império que, segundo eles, não lhes reconhecia os sacrifícios, era tudo que o Instituto Histórico não poderia respaldar, ainda mais passados poucos anos do final do conflito armado que a queixosa Província de São Pedro movera contra o Brasil. Manoel Salgado Guimarães (2011, p. 82) resume bem a questão:

Pelos limites de fronteiras traçados, o autor argumentava que alguns brasileiros foram submetidos a um Estado nacional que não correspondia à sua nacionalidade. Ademais, a Província do Rio Grande do Sul veria suas fontes de receitas reduzidas e, para o conjunto do Império, essa fronteira representava risco político-estratégico em seus limites meridionais. O risco do Império, segundo a perspectiva de Machado de Oliveira, consistia na diversidade dos processos de construção do Estado no país, o que ficava evidente numa região em que a afirmação da centralização política foi extremamente difícil, como a Guerra dos Farrapos (1835-1845) exemplificava.

Nessas condições é que o oferecimento da dita memória ao Instituto acabou causando extrema polêmica na casa e o próprio Instituto achou por bem ouvir outros de seus associados para poder dar uma apreciação definitiva sobre a mesma. Conforme o relatório de Macedo,

O Instituto desejou ouvir algum de seus membros sobre este assunto, e o Sr. Conselheiro Duarte da Ponte Ribeiro, incumbido de dar o seu parecer acerca desta Memória, combateu-a como menos exata na

apresentação dos fatos e na interpretação dos anteriores tratados, como menos justa na apreciação dos atos do governo imperial, concluindo que a este trabalho não devia o Instituto dar o seu assentimento (*Revista do IHGB*, 1853, p. 576).

A fim de se mostrar imparcial, o relatório do secretário Macedo teve todo um cuidado na narração do que se passou no seio do IHGB a partir dos acontecimentos suscitados pela publicação do trabalho de Machado de Oliveira. Cauteloso e tentando não se comprometer na questão, Macedo apresentou um histórico detalhado a respeito dos pareceres que sobre a memória foram dados por alguns dos mais prestigiados membros do IHGB, como Duarte da Ponte Ribeiro, Cândido Baptista de Oliveira, Gonçalves Dias e o Conselheiro Bellegarde, este último escrevendo no intuito de colocar um ponto final na questão que se arrastava pelo ano social e estipular como, afinal, o IHGB se manifestaria publicamente a respeito da controvérsia gerada pela obra. Vale ressaltar que o Conselheiro Bellegarde comporia, neste mesmo ano de 1853, o chamado Gabinete da Conciliação, formado no dia 6 de setembro e promovido pelo Partido Conservador com vistas à tomada de medidas de interesse nacional a partir da suspensão das lutas político-partidárias.¹⁵³ O político escolhido para chefiar o dito Gabinete era justamente Honório Hermeto Carneiro Leão, que encabeçara a assinatura do Tratado de 1851 e ganharia, naquele 1853, o status de político mais importante do país.¹⁵⁴

A despeito desse claro interesse do Instituto em “se isentar” de críticas à política empreendida pelo governo central, o certo é que a questão dos limites envolvendo a parte meridional do Brasil sempre foi bastante discutida dentro da agremiação, que

¹⁵³ Emília Viotti da Costa lembra que, na prática, as divergências partidárias entre liberais e conservadores não era tão profunda quanto parecia, pois no período da Regência, o temor dos radicais havia aproximado os dois partidos e diminuído, assim, suas divergências. Diz a autora: “Quando os movimentos revolucionários foram finalmente subjugados e o aparelho do Estado reforçado, liberais e conservadores serviram juntos nos mesmos ministérios. Essa cooperação entre partidos, conhecida como a Conciliação, começou em 1852 e durou cerca de dez anos. Durante esse período, as palavras liberal e conservadora converteram-se em meras etiquetas. Era voz corrente que nada parecia mais com um liberal do que um conservador”. COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. 7ª ed. São Paulo: UNESP, 1999, pp. 157-158.

¹⁵⁴ Para acompanhar a evolução político-partidária do Segundo Reinado, ver PICOLLO, Helga; VIZENTINI, Paulo. “Contribuição para a interpretação do processo político-partidário sul-rio-grandense no Império”. In: *Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS*. Porto Alegre: UFRGS, 1979 e 1980, Anos VII e VIII, pp. 119-139.

considerava o tema relevante, dando publicidade aos escritos que pudessem elucidar sobre o assunto, de grande interesse para a diplomacia do Império.¹⁵⁵

No caso da obra de Machado de Oliveira, a polêmica que a envolveu era acrescida de outro complicador: extrapolava os obstáculos que a associação impunha a matérias que envolvessem temas do tempo presente, ainda mais quando esses temas questionassem os acordos políticos impetrados pelo Império.¹⁵⁶

Outro ponto a ser levado em consideração diz respeito justamente ao nome sugerido pelo IHGB para apreciar a obra polêmica: o médico e diplomata luso-brasileiro Duarte da Ponte Ribeiro, um dos mais importantes cartógrafos do país.¹⁵⁷ O associado tinha, na década anterior, exercido cargos diplomáticos na região do Rio da Prata, tendo sido ministro residente em Buenos Aires entre 1842 e 1844 (AZEVEDO, 2010, pp. 3-4). Ou seja: era um nome importante na vida diplomática brasileira e teve intensa participação nas negociações do Brasil com Rosas.¹⁵⁸ Além do mais, desde que voltara ao Brasil de sua missão na Confederação Argentina, Duarte da Ponte Ribeiro pleiteou novos postos na diplomacia imperial, trabalhando fortemente nesse sentido desde a retomada de suas pesquisas sobre as fronteiras do Brasil como chefe da 3ª seção da Secretaria de Estado e Negócios Estrangeiros, no Rio de Janeiro, até sua ascensão como

¹⁵⁵ Manoel Salgado Guimarães lembra que o tratamento das fronteiras do Brasil foi um assunto a ocupar bastante espaço na *Revista do IHGB*. O primeiro presidente do Instituto, José Feliciano Fernandes Pinheiro fora, inclusive, convocado pelo governo central para redigir material fundamentado cientificamente acerca da questão das fronteiras. Este trabalho recebeu grande destaque quando de sua publicação pelo IHGB. GUIMARÃES, Manoel Salgado. *Historiografia e nação no Brasil. 1838-1857*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011, p. 89.

¹⁵⁶ De maneira perspicaz, Manoel Salgado ressalta também que, embora a discussão em torno da obra de Machado de Oliveira tenha levantado o problema de saber qual medida ultrapassaria a tarefa do IHGB em evitar temas do passado recente da política do Império, a associação muitas vezes quebrava essa orientação e dava divulgação a trabalhos que envolviam a atualidade política. *Idem*, p. 82.

¹⁵⁷ Na nota de abertura da biografia que Castilhos Goycochêa dedica ao Barão da Ponte Ribeiro, diz o prefaciador Fonseca Hermes: “A história da fixação das fronteiras do Brasil pode ser dividida em três etapas bem definidas e que se prendem à invocação de três nomes: Alexandre de Gusmão, Duarte da Ponte Ribeiro e Barão do Rio Branco”. GOYCOCHÊA, Castilhos. *O fronteiro-mor do Império (Duarte da Ponte Ribeiro)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942, p. 3.

¹⁵⁸ José Antônio Soares de Souza narra a volta de Duarte Ribeiro ao país após sua estadia no Rio da Prata durante o período em que foi Ministro Plenipotenciário do Império na região: “Exonerado do cargo de ministro residente no dia seguinte ao de sua chegada, voltou Ponte Ribeiro a ocupar o seu lugar efetivo na secretaria, de chefe da 3ª seção (...). A sombra de Rosas não se afastaria tão cedo de suas recordações. *El Ministro Sangrador*, como o apelidara Rosas, aludindo por certo à cirurgia do diplomata, não se esqueceria do *Tirano Fanfarrão*, como se aprazia Ponte em qualificar o Ditador. Este, por sua vez, não perdoaria ao Brasileiro as suas notas irreverentes. Estas seriam parte importante das queixas que formularia o General Rosas contra o Império”. Dias depois de sua exoneração, cairia no Brasil o ministério e os conservadores deixariam o poder. Desse ano de 1844 em diante, Souza afirma que Duarte da Ponte Ribeiro se transformara em consultor obrigatório dos assuntos sul-americanos. SOUZA, José Antônio Soares de. *Um diplomata do Império (Barão da Ponte Ribeiro)*. São Paulo: Companhia Nacional, 1952, pp. 267 e 272.

enviado para missão na costa do Pacífico e Atlântico, na qualidade de Ministro Plenipotenciário, em 1851 (GOYCOCHÊA, 1942, p. 20). Em Lima, assinou o igualmente importante Tratado de Limites entre Brasil e República do Peru, logo se retirando do cargo a que fora incumbido, voltando aos estudos e ao preparo de cartas geográficas. Portanto, o associado era uma autoridade em assuntos relacionados à política externa brasileira e estava, em 1853, em busca de novas oportunidades, oportunidades essas, aliás, que não tardaram a chegar: seria enviado, pouco tempo depois dessa acalorada discussão no IHGB, para uma importante ofensiva diplomática dirigida pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros Paulino José Soares de Souza (futuro Visconde do Uruguai). Dessa vez, Duarte Ribeiro cumpriria novos encargos envolvendo estabelecimentos de limites no Peru, país que já conhecia da incumbência anterior (SANTOS, 1994, p. 130). Como pagas por seus trabalhos, também receberia neste ano um grande prêmio: o foro de fidalgo da Casa Imperial, além de ser agraciado com a Ordem da Rosa (Idem, p. 31).

Mas voltemos ao mote inicial da controvérsia: o parecer negativo que o trabalho de Machado recebeu da pena de Duarte da Ponte Ribeiro. Não recomendando o trabalho para publicação na *Revista*, dizia Ribeiro:

Ainda que as considerações e referências históricas que neste lugar faz o Sr. Machado, em nada favoreçam o seu intuito de estigmatizar o Tratado de Limites celebrado pelo governo imperial com a República do Uruguai em 12 de outubro de 1851, podem, contudo, induzir alguém a crer que nestas questões de territórios com a Espanha o bom direito sempre esteve ao lado de Portugal, que lhe foi reconhecido por aquela potência, e que só faltou quem o sustentasse. Para evitar que assim suceda, procurarei demonstrar com imparcialidade que só houve de parte a parte desmedida e insaciável ambição, refreada unicamente quando uma ou outra corte se achava em circunstâncias críticas (*Revista do IHGB*, 1853, p. 427).

Em seu parecer, Duarte Ribeiro cotejava o texto de Machado para ir expondo, um a um, todos os equívocos que ele distinguia na *Memória*. Por exemplo, quando Machado de Oliveira, em seu texto, defendia os caudilhos - no caso do episódio da Guerra da Cisplatina (1825-1828), em que o Brasil lutou pela posse da Banda Oriental -,

assumidos como defensores das fronteiras do Sul, Duarte da Ponte Ribeiro o criticou taxativamente:

Em prova de que esta unidade não era tão absoluta [dos exércitos rio-grandenses que lutavam no Sul do Brasil], apelo para a história daquele tempo, e para o testemunho de muitos orientais que ainda vivem. Semelhante unanimidade só apareceu depois que *outro exército* invadiu o país, e a promoveu abrindo campo à ambição dos caudilhos que não podiam medrar à sombra das leis que davam paz àqueles povos. Este argumento do Sr. Machado não é mais do que uma reprodução das recriminações feitas nessa época ao governo imperial e que este justamente repeliu. Por ter sido o desfecho da guerra contrário aos interesses do Brasil, não se segue que foi *insólito* e *ignominioso*; pelo menos não cabe a um Brasileiro proclamá-lo como tal (*Revista do IHGB*, 1853, p. 438).

Em outro momento, o parecerista fez uma digressão até convenções anteriormente firmadas para argumentar que o Império não cedeu nenhum território com o Tratado de 1851:

Foi o governo de Montevideú quem colocou autoridades civis e militares no território que fora cedido ao Brasil pela Convenção de 1819, embora continuassem a residir aí alguns súditos brasileiros em suas fazendas, pois que o tratado de paz lhes dava opção de se retirarem ou permanecerem, mas sujeitos, se entendo, às respectivas leis e autoridades territoriais. Por serem numerosos e únicos ocupantes do terreno, não se segue que o Brasil pudesse exercer aí soberania ou chamar-lhe seu. Portanto, não se podendo exhibir títulos de direito perfeito à fronteira designada na convenção de 1819, que por sua reivindicação pudesse o Brasil ir ocupar novamente esses territórios, em que deixou de exercer sua soberania há 23 anos, desde que os abandonou em virtude do tratado preliminar de 1828, cumpria ao Governo Imperial, guiado pelos princípios de justiça, reconhecer como fronteira do Brasil com o Estado Oriental, aquela em que tem, respectivamente, posse em atualidade. Concordando o Tratado de Limites de 1851 sob este pé, como fez, não cedeu território brasileiro, nem renunciou os direitos emergentes da nulidade da convenção de 1819 (*Revista do IHGB*, 1853, p. 444).

A respeito do fenômeno de desnacionalização que Machado de Oliveira denunciou ter ocorrido com os súditos do Império que possuíam terras no Uruguai, nova crítica de Duarte Ribeiro:

Em que lugar estavam e que Brasileiros são esses que o tratado desnacionalizou? Deus não permita que a Memória do Sr. Machado vá despertar receios que levem o governo de Montevideú a ditar medidas contrárias à liberdade, que atualmente tem os estrangeiros de possuírem ali propriedade territorial. Poder-se-á disputar aquele governo o direito de negar-se a que os súditos brasileiros possuam terrenos na fronteira da república com o império para que não se reproduzam os argumentos do Sr. Machado? (*Revista do IHGB*, 1853, p. 448).

Para Duarte da Ponte Ribeiro, o objetivo do Tratado de Limites de 1851 se deu no sentido de expelir do território uruguaio uma figura que não era bem-vinda: Oribe.

Por todas essas censuras, Duarte Ribeiro proferia sua sentença e dava parecer contrário à memória de Machado de Oliveira:

E proponho ao Instituto Histórico Geográfico Brasileiro que não dê o seu assentimento a esta Memória, atentas as ilações a que ela se presta, contrárias à retidão que caracteriza a política do Brasil com os estados limítrofes, prejudiciais aos seus direitos perfeitos e menos justas nas apreciações dos atos do governo imperial (*Revista do IHGB*, 1853, p. 451).

Imediatamente, houve reações dentro da casa à leitura do juízo de Duarte Ribeiro. A principal dela viria do literato Gonçalves Dias. Na sessão seguinte à leitura do parecer, no dia 1º de julho de 1853, Dias propunha o arquivamento do trabalho do consócio:

Entrando em discussão o parecer do Sr. Ponte Ribeiro sobre a Memória do Sr. Machado de Oliveira, manda à mesa o Sr. Gonçalves Dias a seguinte proposta: - Que se archive a Memória do Sr. Machado de Oliveira, bem como o respectivo parecer sem que sobre nenhum destes trabalhos o Instituto se pronuncie -. Discutindo-se a proposta, o Sr. Ponte Ribeiro requer o adiamento do parecer até a primeira sessão; posto votos é vencido o adiamento (*Revista do IHGB*, 1854, p. 91)

Diante dessa situação e convencido o Instituto de que seria conveniente se ouvir mais algumas opiniões de associados sobre a memória, foi incumbido de dar sua opinião o sócio Cândido Baptista de Oliveira. Bem mais sucinto que o parecer de

Duarte Ribeiro, o juízo crítico do Conselheiro e Senador Cândido Baptista foi lido na sessão posterior, dada em 15 de julho de 1853. Ao contrário do que julgou seu colega Ribeiro, as avaliações feitas por Machado de Oliveira foram consideradas “interessantes” pelo Senador:

(...) faz o autor da Memória uma noticiosa e interessante resenha dos fatos históricos conexos com a questão, desde a primeira ocupação da Colônia do Sacramento pelo governo português até a época do reconhecimento da independência do Estado Oriental do Uruguai: apreciando ao mesmo tempo o teor dos diversos tratados celebrados por Portugal, relativamente à determinação dos limites meridionais do Brasil, com especialidade à convenção feita no ano de 1819, entre o cabildo de Montevidéu e o general Lecor por parte do governo português (*Revista do IHGB*, 1853, p. 464).

Não dando saliência ao ponto da memória em que Machado de Oliveira formula sua crítica ao Tratado de 1851 (e, por extensão, à incômoda censura que fez o colega paulista ao papel desempenhado pela diplomacia imperial na assinatura do acordo), Cândido Baptista de Oliveira preferiu mesmo ignorá-la, ficando, assim, indiferente à questão que Duarte da Ponte Ribeiro tanto considerou como imprópria e imperdoável. Apesar de fazer algumas curtas observações à memória de Machado, Cândido Baptista de Oliveira lhe concedeu beneplácito:

Concluirei as breves reflexões que venho de oferecer à consideração do Instituto sobre a Memória do Sr. J. J. Machado de Oliveira, declarando que este trabalho, considerado como uma exata recopilção de fatos importantes para a história, é, em minha opinião, digno de merecer o apreço do Instituto; não obstante quaisquer reparos a que possa dar lugar o juízo crítico de seu autor acerca de um ou outro fato, talvez de importância secundária para o futuro historiador (*Revista do IHGB*, 1853, pp. 467-468).

Tal postura, no entanto, foi bem diferente daquela adotada pelo literato Gonçalves Dias, que escreveu um rigoroso texto comparando a memória histórica de Machado de Oliveira e o parecer de Duarte Ribeiro. Censurando Ribeiro e aprovando a memória de Oliveira, Gonçalves Dias se apoiou em documentos para mostrar a “exatidão” das questões levantadas pelo último.

Segundo Gonçalves Dias, as circunstâncias que o fizeram se colocar no debate e escrever suas reflexões sobre a pendência se davam “não por amor do Sr. Oliveira” (*Revista do IHGB*, 1853, p. 469), que nem mesmo conhecia pessoalmente, mas sim porque considerou que o associado paulista, estando ausente na sessão em que Duarte Ribeiro apresentou seu parecer, teria direito à defesa.

Interessante notar como Gonçalves Dias privilegiou tratar de determinadas passagens do texto de Machado e, por conseguinte, do parecer de Ribeiro, em detrimento de outras. Esse recurso do literato se deu no sentido de evitar tocar em pontos que pudessem despertar rugas e, assim, comprometer a política imperial na região do Prata e em sua boa relação com a Província de São Pedro, a tão duras penas obtida. Vale lembrar que a década de 1850 é conhecida como o período em que o Império, após vários anos enfrentando conflitos internos, finalmente conseguira alcançar estabilidade em seu regime.¹⁵⁹

Conforme Gonçalves Dias, a memória de Oliveira se dividia em duas partes: uma primeira em que o autor apresentava um histórico acerca dos tratados firmados entre Portugal e Espanha a respeito da questão dos limites entre as duas coroas e uma segunda, em que Oliveira se usava desse mesmo histórico para deduzir que a convenção de limites de 1851 era desabonadora para o Império e mutilava uma parte de seu território. Para Gonçalves Dias, era justamente essa segunda parte do texto de Machado de Oliveira que deveria ser tratada com prudência devido à delicadeza de sua pauta, que envolvia personagens atuantes na vida diplomática do Império e dos países vizinhos, estes últimos sabidamente muito instáveis. Diz ele:

Como se vê, trata-se nesta segunda parte de assuntos delicados, de questões pendentes, ou melhor, que ainda não chegaram ao seu último resultado. Tocar em tal assunto seria talvez despertar apreensões mal fundadas, irritar a suscetibilidade de vizinhos que facilmente se agitam. Não passarei, portanto, além da primeira parte, ainda que a considere por maneira diferente do que pretende o digno autor do parecer (*Revista do IHGB*, 1853, p. 470).

¹⁵⁹ Conforme Lucia Guimarães, “Consolidado à custa da repressão de 17 rebeliões e um sem número de levantes e motins, o Estado Monárquico só se tornou estável por volta de 1850. Centrado numa aliança onde, de um lado, estavam o soberano e a alta magistratura, na qual se incluíam os membros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. E, de outro, ‘O grande comércio e a grande propriedade’, em especial a cafeicultura fluminense. A década de 50 representaria, pois, uma espécie de ‘anos dourados’ do Império”. GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. “Debaixo da imediata proteção imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838- 1889)”. In: *RIHGB*, Rio de Janeiro, 156 (388): 459-613. jul./ set. 1995, p. 557.

Sobre o Tratado de Limites de 1851, Gonçalves Dias é categórico em defendê-lo como um ato acertado, a despeito da opinião contrária de Machado de Oliveira ou do parecer indutivo de Duarte Ribeiro:

É um terrível argumento, ainda que não verdadeiro o que assim se formula contra o Tratado de Limites de 1851, se na simples e singela exposição de fatos acontecidos em tempos anteriores, se pôde enxergar o intuito de estigmatizá-lo! Mas nem com esse tratado se ocupa o Sr. Oliveira na primeira parte do seu trabalho, como das próprias palavras do parecer se colige; nem as suas referências podem induzir ninguém a crer que o bom direito esteve sempre com Portugal contra a Espanha, que por esta potência lhe foi reconhecido, e que só faltou quem o sustentasse. Os próprios fatos deduzidos pelo autor da Memória protestam contra esta asserção da maneira absoluta por que é dada; nem é possível que ela se depreenda das suas palavras, quando a cada passo e logo nas primeiras páginas se lê: “que os tratados e convenções não tiveram bastante eficácia para trazer as duas cortes, de Lisboa e de Madri, a um acordo leal e consciencioso”, pelo contrário “arrastava isso maiores dificuldades, sem que daí se seguisse em tempo algum a possibilidade de uma solução justa e plausível”. Se as duas cortes não puderam chegar a um acordo (...); se das discussões diplomáticas, de que resultaram tantos tratados e convenções, não deveria nunca resultar nem sequer a possibilidade de uma solução justa e plausível; estas proposições poderão acarretar todos os erros imagináveis, mas não induzir ninguém a crer que o bom direito esteve sempre da parte de Portugal e que só faltou quem o sustentasse (*Revista do IHGB*, 1853, p. 470).

Nas páginas seguintes, Gonçalves Dias se ocupa da parte histórica, apresentando interpretações sobre tratados (principalmente o de 1681) entre as coroas portuguesa e espanhola. Por ser assunto afastado no tempo, o literato o crê digno de investigação e não vê problema algum em dele tratar, nem em emitir sua opinião de que o resumo apresentado por Machado de Oliveira sobre esse passado distante lhe parece preferível em relação à síntese exposta pelo parecerista Duarte da Ponte Ribeiro.

Segundo Gonçalves Dias, o autor em que Duarte da Ponte Ribeiro se apoiou para fazer seu resumo sobre os tratados é que era o problema: um espanhol. Diz ele:

(...) começarei por dizer que, nas questões de limites com a Espanha, a autoridade de qualquer espanhol me é sempre suspeita, seja o Marquês de Grimaldi, seja Castillo, seja qualquer outro; e ainda uma vez repito, não vejo razão para que demos de barato os nossos bons autores, os bons autores portugueses (*Revista do IHGB*, 1853, pp. 477-478).

Na conclusão de sua apreciação, Gonçalves Dias evocava um princípio caro à época, o da imparcialidade do historiador, e sentenciava que, diferentemente do que julgou Machado de Oliveira, não encontrava ele motivos para que a convenção de limites de 1851 fosse censurada, mas também acreditava que não cabia ao Instituto tomar partido em questões da história imediata, por serem essas mais políticas que históricas:

Considerando que este Instituto não é um corpo político, mas uma corporação meramente científica, - que não deve passar o aresto de se rejeitarem certos trabalhos; porque os seus autores, apresentando fatos sabidos, tiram deles consequências que não quadram com a diplomacia, com a política ou com o nosso pensamento individual; que *não convém, enfim, que parta do próprio Instituto a confissão perigosa de um caráter oficial, que nos não cabe*; - e, além disso, atendendo a que, se estas reflexões não afetam de maneira alguma, o que folgo em confessar, a parte importante e essencial do parecer, também o trabalho do Sr. Oliveira, considerado como uma exata recopilação de fatos importantes para a história, foi julgado digno de apreço por uma das mais altas capacidades de que se honra o Brasil - conluo que não se afastará o Instituto de nenhum princípio de retidão e justiça, mostrando-se indulgente para com a *Memória Histórica* do nosso digno colega o Sr. Machado de Oliveira (*Revista do IHGB*, 1853, pp. 504-505. Grifos meus).

Uma defesa do próprio parecerista Duarte Ribeiro a seu trabalho não tardou a chegar.¹⁶⁰ Embora relativamente curta (possuía menos de 20 páginas), ela continha muitos anexos e ensejou novas produções dos sócios a respeito dessa polêmica. Primeiro, Gonçalves Dias rebateu novamente o texto de Ribeiro e ofereceu uma resposta à defesa redigida por Duarte Ribeiro, arrastando em mais e mais capítulos a polêmica questão levantada pela obra de Machado de Oliveira. Em seguida, a novela

¹⁶⁰ A leitura do parecer de Gonçalves Dias recriminando Ribeiro tinha ocorrido na sessão de 29 de julho de 1853, sessão seguinte àquela da leitura do parecer conciliador de Cândido Baptista de Oliveira. Na sessão que se deu imediatamente após a da leitura do parecer de Gonçalves Dias, ou seja, na sessão em que os ânimos estavam mais alterados pela leitura recente de todas as críticas, Cândido Baptista de Oliveira não se fez presente. Porém, nessa sessão, datada de 12 de agosto de 1853, um fato importante dentro da discussão ocorreu: Gonçalves Dias retirou sua proposta de arquivamento da memória histórica de Oliveira e dos pareceres sobre ela elaborados e seu pedido foi aceito. Com a manobra de Gonçalves Dias, estava aberto o caminho para o prosseguimento da polêmica. E certa tensão se deu na agremiação, como se pode apreender pela leitura da ata: “Entrando em discussão o parecer do Sr. Ponte Ribeiro a respeito da Memória do Sr. Machado de Oliveira, conjuntamente com as considerações apresentadas pelo Sr. Gonçalves Dias e o juízo particular do Sr. Cândido Baptista, depois de pequeno debate, o Sr. Ponte Ribeiro propõe o adiamento da discussão, e que lhe fossem confiados os trabalhos dos Srs. Dias e Baptista de Oliveira, a fim de poderem estudar. Aprovado o adiamento proposto, passa-se à segunda parte da ordem do dia”. *Revista do IHGB*, 1854, p. 95.

contou com a intervenção do Conselheiro Pedro d'Alcântara Bellegarde, que fez divulgar algumas “Notas” nessa mesma edição da *Revista do IHGB*. Essas notas foram lidas na sessão de 09 de setembro, justamente por Gonçalves Dias. Por fim, haveria, ainda, uma sessão de discussão de todos os textos envolvidos desde o oferecimento da obra de Machado ao IHGB. Somente nessa sessão, que ocorreria no final do mês de outubro, a “guerra” entre os associados estaria mais controlada.

Em relação ao texto lido em 26 de agosto, no qual defendia seu parecer, Duarte da Ponte Ribeiro fez toda uma recapitulação do que se passara nas discussões suscitadas na agremiação após a leitura de seu juízo crítico a respeito da memória histórica de Machado de Oliveira. No intuito de demonstrar a validade de seu parecer, o autor chegou a evocar os fins pelos quais foi criado o IHGB:

Até agora estava eu persuadido que a sua missão era transmitir à posteridade o conhecimento dos fatos que a história deva registrar e impedir com a sua censura os erros a que os vindouros poderiam ser induzidos por inexatas ou exageradas referências. Era consequência dessa minha persuasão supor que quando a mesa do Instituto Histórico encarrega os seus sócios de apresentarem pareceres sobre algum escrito, queria que se ocupassem somente do contexto dele, e não do autor; mas vejo que estava enganado. Sem dúvida contribuiria para este meu erro o firme propósito que sempre tive de julgar as coisas com abstração completa das pessoas. Nunca por considerações pessoais deixei de emitir o juízo que faço dos seus atos, depois de levadas ao tribunal da minha razão. Poderá esse juízo não ser exato, mas creio cumprir um dever dizendo o que entendo. Foi o que pratiquei com a memória a que se refere o parecer atualmente em discussão, em observância do encargo com que me honrou a mesa. Julgo, portanto, que a discussão deverá recair sobre o contexto desse parecer, comparando-o com a Memória, e não sobre as circunstâncias pessoais de quem a escreveu; estas são efêmeras e com elas nada ganharia a história, mas há de servir-lhe de guia o juízo que pronunciar o Instituto Histórico sobre fatos contemporâneos, como o de que trata a Memória (*Revista do IHGB*, 1853, pp.506-507).

A seguir, Duarte da Ponte Ribeiro defendeu que caberia ao IHGB enquanto instituição julgar as obras realizadas por seus membros. Questionava, também, a solução de arquivamento que dava a casa a obras e pareceres considerados polêmicos. Interrogando a própria validade da emissão de pareceres se seu destino final fosse o arquivamento, o sócio protestava contra a solução arranjada, ou seja, contra a

confortável posição de “neutralidade” e o não enfrentamento de questões polêmicas pela agremiação:

A prática que se quer introduzir de não julgar o Instituto as obras dos seus membros parece-me imprópria da sua missão. Semelhante prática, além de que iria por em dúvida o saber e a retidão da mesa que deve julgar, privaria o Instituto de emitir a sua opinião sobre o maior número dos trabalhos de que lhe cumpre ocupar-se. Em tal caso, de que serviria encarregar os sócios de apresentarem pareceres? Seria para buscar alvos a que dirigir tiros inúteis e mandar depois arquivá-los? E haveriam membros que aceitassem semelhante encargo, se tal prática prevalecesse? Faço justiça à mesa, contando que não há de adotá-las (*Revista do IHGB*, 1853, p. 507).

Uma a uma, Duarte da Ponte Ribeiro foi listando e rebatendo as críticas de cunho histórico que lhe foram impetradas pela pena de Gonçalves Dias, apoiando-se, como o fez Dias, em vasta bibliografia de apoio, de maneira que se pode acompanhar o trabalho minucioso que teve Ribeiro para provar suas hipóteses, bem como o fizeram seus colegas envolvidos na discussão, que também procuraram embasar suas interpretações não somente em “achismos”, mas em fatos documentados. Estavam, pois, os associados do IHGB demonstrando e mostrando de onde retiraram suas ideias e, assim, possibilitando aos leitores que pudessem acompanhar como formularam suas interpretações. Dessa maneira (e a despeito dos fins políticos que certamente acompanhavam suas considerações), os associados da casa contribuíam para o desenvolvimento, na historiografia brasileira, de algo que, hoje, pode ser um procedimento corriqueiro dentro do *métier* do historiador, mas que no início da segunda metade do século XIX, ainda estava se organizando: a construção de uma narrativa histórica baseada em um trabalho prévio de análise de fontes, ou seja, a introdução da utilização dos princípios de rigor metódico e cuidado crítico na análise e interpretação dos fatos.

Como se viu anteriormente foi após a exposição dessa segunda consideração do sócio Ponte Ribeiro, e no intuito de arrefecer os ânimos exaltados, bem como de afastar quaisquer indícios de que havia uma discussão de ordem política na matéria tratada que o IHGB procurou intervir e deu a conhecer as *Notas do Conselheiro Bellegarde* sobre a contenda travada no seio da instituição. Através de oito pontuais e objetivas notas, o Conselheiro Bellegarde buscou ponderar convenientemente a respeito da questão dos

limites, concluindo que ela “é puramente histórica, e em nada explica, desenvolve ou estabelece direitos entre o Brasil e o Estado Oriental” (*Revista do IHGB*, p. 546). De acordo com o Conselheiro, competiu ao IHGB interferir porque:

Debaixo deste ponto de vista, o Instituto deve cuidadosamente apartar toda a discussão que possa azedar os espíritos e estabelecer desconfianças, tanto mais fáceis de despertar, quanto há grande desproporção nos recursos dos estados em questão; desproporção que pode fazer pressupor inclinação para o uso dos meios de coação (*Revista do IHGB*, 1853, p. 546).

Foi assim que o Instituto “viu conveniência” na memória do sócio Machado de Oliveira, além de lançar a proposta de que a *Revista do IHGB* deveria dar publicidade a uma coleção de todos os tratados, convenções, notas ou explicações que fossem relativas à questão dos limites do Brasil, pela importância que o assunto tinha para a história do Império.

Com a publicação dos vários e volumosos textos que apareceram a partir do trabalho de Machado de Oliveira, o IHGB tentava colocar um ponto final à questão. Todavia, ela permaneceria na lembrança dos associados que puderam acompanhar o desenrolar daqueles acontecimentos. Particularmente, ficou na memória de um deles: o Imperador D. Pedro II, presente em todas as sessões em que a polêmica foi tomando vulto.

Representante maior do regime monárquico e, como tal, principal interessado na boa resolução do debate, alguns anos depois o Imperador ainda se recordaria do caso ou, ao menos, de seu principal pivô: a memória de Machado de Oliveira. Tanto é assim que, ao tratar da repercussão dentro do IHGB pelo lançamento da obra *História Geral do Brasil*,¹⁶¹ escrita pelo sócio Francisco Adolpho de Varnhagen, Lucia Maria Paschoal

¹⁶¹ Ao analisar as referências que Varnhagen faz ao Rio Grande do Sul tanto em sua *História Geral do Brasil* quanto na *História da Independência*, Helga Piccolo conclui que o historiador apresenta uma visão eurocêntrica, na qual se identifica com o expansionismo luso em direção ao sul, em uma ótica que privilegia os interesses do Estado português na região. Além disso, Piccolo ressalta que Varnhagen, apesar de ter se apoiado na obra do Visconde de São Leopoldo, *Anais da Província de São Pedro*, e de ter mencionado diversas questões implicadas nos acordos e tratados do século XVIII a respeito do assunto dos limites entre o território português e o espanhol, acaba deixando de lado outras questões de extrema importância a respeito da formação do Rio Grande do Sul, como a questão da colonização açoriana, que estaria, inclusive, diretamente relacionada com o contexto em que se insere o Tratado de Madri, de 1750, sobre o qual o sorocabano chega a se ocupar. PICCOLO, Helga. “O Rio Grande do Sul na obra de Varnhagen”. In: *Anais da XXI Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*. Curitiba: SBPH, 2002, pp. 29-34.

Guimarães cita uma correspondência enviada pelo Imperador ao historiador sorocabano no ano de 1855 na qual o monarca especialmente recomendava a Varnhagen a consulta, entre outros textos publicados na *Revista do IHGB*, da memória redigida pelo Brigadeiro José Joaquim Machado de Oliveira a respeito da demarcação de fronteiras do Rio Grande do Sul com as repúblicas argentina e uruguaia (GUIMARÃES, 1995, p. 560).¹⁶²

3.3. Centralizar para controlar: o Continente de São Pedro como parte do horizonte de expectativas do Império do Brasil

No final da década de 1850, o Rio Grande de São Pedro permanecia notícia na *Revista do IHGB*. Embora continuasse a se publicar regularmente matérias exclusivamente sobre o Rio Grande do Sul nas páginas do periódico, menções indiretas à província sulina e sua história, contidas em textos e discursos que não necessariamente tinham o Rio Grande como assunto principal, eram bastante comuns, especialmente devido à ligação que muitos dos membros do IHGB mantiveram com a administração e a política imperial na região. Foi o caso, por exemplo, dos “Apontamentos biográficos sobre o Visconde de São Leopoldo, pelo Cônego Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro, sócio do Instituto”. Essa biografia do Visconde, escrita por seu sobrinho, foi publicada em 1856 e se referia a muitos episódios da história rio-grandense, já que a trajetória de vida de seu biografado se confundia com a da própria província. Tanto é assim que nesse mesmo ano de 1856 a biografia também recebeu divulgação nas páginas de uma revista literária porto-alegrense, o semanário *O Guaíba*.¹⁶³

¹⁶² Lucia Guimarães percebe que o IHGB, em determinado momento, foi entrando em uma fase de convencionalismo ou, como denominou a autora, de “penúria acadêmica”, fato que teria se dado por volta dos anos finais da década de 1860. As atas das sessões são o material privilegiado de análise para essa interpretação que diagnosticou uma prevalência de certa “rotina burocrática” sobrepondo-se às atividades intelectuais. Segundo ela, um cenário de desânimo começou a se esboçar e faltavam associados que tivessem o dom de entusiasmar a assistência, como anteriormente o fizeram Januário da Cunha Barbosa ou Gonçalves Dias. Para a autora, faltava ao IHGB pesquisadores capazes de quebrar o silêncio dos arquivos da casa: “Intelectuais da estirpe do paulista Machado de Oliveira ou de um Joaquim Caetano da Silva”. GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Debaixo da imediata proteção imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838- 1889). *RIHGB*, Rio de Janeiro, 156 (388): 459-613. jul./ set. 1995, p. 498.

¹⁶³ De acordo com Carla Renata Gomes, a revista dominical *O Guaíba*, que tinha como subtítulo “Periódico Semanal, Literário e Recreativo”, foi o primeiro periódico literário rio-grandense voltado exclusivamente para a vida cultural de Porto Alegre. Circulou entre os anos de 1856 e 1858, tendo publicado 120 exemplares. Textos relativos à guerra civil de 1835 tiveram destaque no periódico, que se dedicava à publicação de assuntos diversos e que variavam da filosofia e religião à história, passando pela educação, literatura, geografia e artes, entre outros. GOMES, Carla Renata Antunes de Souza. *Entre*

No IHGB, a biografia do Visconde fez parte da importante seção “Biografia dos Brasileiros Ilustres pelas Ciências, Letras, Armas e Virtudes”. O Cônego Fernandes Pinheiro, aproveitando-se de seus vínculos familiares com São Leopoldo, afirma que sua biografia tinha por objetivo pintar o Visconde em sua vida íntima. Para isso, retrata o tio não como um nobre, mas sim como um membro da burguesia, ou seja, do que ele classifica como “a classe média”, que descreve como aquela que “pode reivindicar para si os mais belos triunfos do nosso século” (*Revista do IHGB*, 1856, p. 133). Segundo o biógrafo,

Não sou eu, mas sim o Brasil inteiro pelo órgão dos seus mais legítimos representantes, pela voz do jornalismo, pela tribuna, pela das academias, que o proclamam um varão benemérito, um ilustre servidor do estado, um distinto literato; e, pois, cumpre que lhe ergamos uma estátua, que seu busto seja colocado no *Pantheon* literário, ao lado dos do Cônego Januário e do Marechal Cunha Mattos, seus dignos irmãos de armas (Idem, p. 132).

Ao narrar a trajetória do Visconde, o biógrafo chega até o momento em que São Leopoldo passa a viver no sul do país, a partir de 1801. Despachado de Lisboa para o Rio Grande do Sul e Santa Catarina, veio incumbido de criar alfândegas e teve êxito em sua tarefa, pois já em 1804, Porto Alegre passou a contar com sua alfândega e o Rio Grande, com seu Consulado. Ao longo das dez páginas de texto, o Cônego esboça as relações de seu tio com os administradores do Rio Grande e também mostra a participação do Visconde nas campanhas militares de 1811 e 1812 no sul, narradas como “sacrifícios” pelos quais São Leopoldo passou, mas que acabaram se revelando lucrativos para ele, já que pôde utilizar o vasto conhecimento que adquiriu sobre a região para compor seus *Anais da Província de São Pedro*, se tornando o primeiro escritor da Província.¹⁶⁴ A publicação dos *Anais*, que, como se sabe, foi um dos textos

tinteiros e bagadus: memórias feitas de sangue e tinta. A escrita da história em periódicos literários porto-alegrenses do século XIX (1856-1879). Porto Alegre: UFRGS, 2012, p. 20. (Doutorado em História).

¹⁶⁴ Guilhermino César aponta obras surgidas anteriormente à do Visconde de São Leopoldo como as primeiras que descrevem o Rio Grande do Sul: a mais antiga é a descrição do continente esboçada no relatório de viagem do padre Roque Gonzáles de Santa Cruz, de 1627. Importantes para se conhecer o território rio-grandense também foram a obra de Félix Azara, publicada no início do século XIX, do viajante inglês John Luccock, do pesquisador e cientista John Mawe e, principalmente, do viajante Auguste Saint-Hilaire, além daquelas de Arsène Isabelle e Nicolas Dreys. Porém, César credita ao Visconde de São Leopoldo o título de “pai da historiografia local”. Diz ele: “Não deixa de ser significativa, como índice da contemporaneidade referida, a circunstância de o pai da historiografia local,

mais festejados dos primeiros anos do IHGB, não deixou de ser caracterizada pelo biógrafo como um importante serviço prestado à pátria brasileira, porque, segundo ele, ao escrevê-lo o Visconde salvara do esquecimento “fatos gloriosos da nossa história” (*Revista do IHGB*, 1856, p. 137). Ou seja: a história da província, na concepção de Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro, era parte integrante da história do Brasil por tratar de uma narrativa de glória militar sobre as campanhas que se deram no sul, em um momento em que o sul defendia, acima de tudo, os interesses do país.¹⁶⁵

A fundação da Colônia de São Leopoldo, por volta de 1825, também é outro ponto alto da trajetória do Visconde que a biografia valoriza: o biógrafo lembra à nação brasileira de que foi por mérito do Visconde que se desenvolveu a Colônia, um dos projetos mais bem sucedidos de colonização europeia até então empreendido no Brasil (*Revista do IHGB*, 1856, p. 138).

A ligação do Visconde com o Imperador D. Pedro I, que o nomeou Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império justamente naquele período, também mereceu proeminência na biografia. Sua adesão ao Príncipe D. Pedro I e sua lealdade ao Império sempre prevalecem na narrativa do Cônego Pinheiro, principalmente quando menciona o caso da abdicação de D. Pedro I, fato que levou o Visconde a se retirar da cena política para encontrar sossego na até então pacata capital rio-grandense, Porto Alegre.

Porto Alegre representava, nesse sentido, um lugar de paz ao Visconde: ali ele casara e tivera seus filhos, vivendo um “ócio honroso” em sua chácara. Pela compreensão do biógrafo, tranquilidade mais que justa devido aos altos serviços prestados por seu tio ao país, mas que, infelizmente, fora abalada com a eclosão da Revolução de 1835. Como a atuação política do Visconde estava intrinsecamente ligada a esse capítulo complexo da história sulina, o biógrafo não podia dele escapar; mas

José Feliciano Fernandes Pinheiro, ter sido sócio fundador e presidente perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, instituição que, bem ou mal, se tornou na época o centro de mais vivo interesse pela especialidade”. CÉSAR, Guilhermino. *História da Literatura no Rio Grande do Sul (1737-1902)*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro/ Corag, 2006, pp. 139-141.

¹⁶⁵ A respeito da obra, assim a classifica Guilhermino César: “Na fase empírica dos labores históricos, marcada por acentuada tendência às meras relações episódico-narrativas, o Visconde de São Leopoldo construiu uma obra que refoge aos padrões em voga, por mais atento às interpretações dos fatos e capaz de sínteses até hoje válidas. Por isso, os *Anais da Capitania de São Pedro* são até hoje indispensáveis (...). Documentos vindos a lume posteriormente invalidam aqui e ali as suas deduções, mas o corpo da obra, a sua base espiritual, as grandes linhas da evolução rio-grandense, isso não foi sacrificado. A cautela com que se houve obviou às dificuldades resultantes da carência de arquivos, documentos e testemunhos fidedignos. Se não criou obra original, quanto ao estilo e à visão histórica, deu-nos um exemplo de probidade e desinteresse. José Honório Rodrigues diz que os *Anais* ‘são o primeiro grande modelo de história provincial’ no Brasil”. Idem, pp. 142-143.

soube manejar a pena e utilizar sua habilidade literária para não enfatizar em demasia a rebelião, de maneira a lhe conceder mais que a publicidade necessária, o que poderia desgostar o Império ou, quem sabe, os rio-grandenses, ainda mais em um momento em que o governo central recuperara suas boas relações na região. Tanto foi assim que o comentário do Cônego sobre a guerra civil era condenatório, mas não explorava o conflito em pormenores, se atendo mais às aflições do Visconde no episódio do sítio a Porto Alegre e não deixando, ainda, de mencionar que houve reação dos legalistas frente ao cerco da capital:

Gojava das doçuras do lar doméstico, inteiramente retirado dos negócios, quando a revolução de Setembro de 1835, cimentada por antigos ódios e profundas rivalidades, o veio tirar do seu *ócio honroso* e lembrar-lhe o dever de todo o bom cidadão, que como pensava o sábio Licurgo, não deve ficar indiferente no meio das dissensões civis. E mui conhecido por seus sentimentos monárquicos, para não ter de sofrer da parte dos homens, que arvoraram a *esfarrapada bandeira da república de Piratini*. Ele traça-me, anos depois, com verdadeira eloquência o quadro desses dias lutuosos em que viu a sua bela chácara talada pelos rebeldes que ali assentaram o seu quartel general durante todo o tempo que durou o cerco de Porto Alegre; seus escravos fugidos para irem assentar praça no *exército liberal*, e acordando-se de noite sobressaltado ao pavoroso ruído das bombas e granadas, que rebentavam sobre a cidade. Contava também a parte que tivera no bom êxito da reação, que o partido da legalidade operou na capital, que havia por deplorável descuido caído em poder dos sediosos: a combinação dos seus planos com os do marechal Chagas, a cuja prudência e dedicação folgava de render sincera homenagem e dissimulação, que lhe era mister guardar para não tornar-se cada vez mais suspeito ao partido revolucionário – que todavia soube respeitar a sua pessoa e toda a sua família (Idem, pp. 139-140. Grifos no original).

Como a crença de que o indivíduo poderia aprender com a história era cara aos homens oitocentistas, o biógrafo oferecia uma lição moral a seus leitores, traçando os momentos em que o biografado, apesar de enfrentar percalços e sofrimentos devido aos conturbados tempos da Revolução Farroupilha, soube se manter no dever de “bom cidadão” que não passa incólume ao ver sua pátria atingida pela desunião e que, por isso, age em sua defesa.¹⁶⁶ Assim, seguia o biógrafo a narrar as virtudes do “cidadão

¹⁶⁶ Ao comentar a biografia do Cônego Fernandes Pinheiro, diz Gomes: “O discurso do biógrafo, como se deve esperar, segue o tom do encômio ao biografado quanto ao posicionamento moral e político adotado durante os eventos revolucionários. Seu relato evidencia adesão e apoio ao ordenamento imperial pela desqualificação do conflito e de seus participantes, reduzidos a rebeldes contrariados em interesses

exemplar” e seus feitos em prol do país: menciona a nomeação que, em 1837, fez do Visconde o presidente da comissão encarregada de averiguar os limites “naturais” do Brasil (e que resultou na elaboração de uma interessante memória sobre o assunto, publicada na *Revista do IHGB*). Refere-se – e o faz com ênfase – à fundação do IHGB, ocasião em que o Visconde se tornou o primeiro presidente da casa (*Revista do IHGB*, 1856, p. 141). E, como era de se esperar em um texto marcado pelo elogio, o biógrafo narra um fim nobre e honrado para seu biografado: morreria José Feliciano Fernandes Pinheiro em sua elegida morada, a cidade de Porto Alegre, rodeado dos filhos e da esposa e deixando profundas saudades nos admiradores e amigos. Nos trechos finais da biografia, o Cônego dá voz ao biografado e divulga quais teriam sido as palavras de seu “canto do cisne”:

Ainda na próxima sessão não poderei ir ao senado; arrasto com muita dificuldade o peso de setenta e três anos; sinto a passos largos fugir-me a vida, o desfalecimento das minhas faculdades físicas e morais a todo momento me adverte que não pode estar longe a hora do trespasso; eu o espero sem horror, resignado, como pode estar um cristão, e um filósofo; se melhores serviços não prestei à pátria, prestei-lhe os que se deveriam esperar de uma educação acanhada, mas com honra e probidade, despedi-me do Instituto, e renunciei o título de seu presidente perpétuo, agradecendo a nomeada, que com isso me deu; não continuo porque eu mesmo desconfio da minha cabeça, não desejo comprometer os negócios públicos. Conta-se que Napoleão dizia que *a roupa suja lava-se em casa*. Não tenho o remorso de dissipar o patrimônio de meus filhos; uma rebelião, na qual eu mais padeci pelo meu aferro e devoção à monarquia, desolou, e incendiou a minha chácara. Duas vezes o Imperador parou diante dela indo para Viamão: nada tenho pedido, senão a indenização do meu ofício da alfândega do Rio Grande, e que não é uma graça, é uma justiça; porque era uma propriedade, que eu criei, e exerci por mais de vinte anos, com honra e sem nota, e ninguém o negará (Idem, p. 142).

De acordo com o Cônego Fernandes Pinheiro, o Visconde escrevera esse “testamento político-literário”, pleno de desabafo, em abril de 1847, poucos meses antes de morrer (seu falecimento data de 06 de julho daquele ano). Certos traços de

personais que tomaram em armas para defender esfarrapadas ideias de república, afrontando os bons cidadãos, invadindo propriedades e causando destruições na cidade, embora tenham sabido respeitar ao visconde e sua família. O tom e o som da guerra podem ser captados na representação da angústia ou desespero de quem é acordado no meio da noite pelo terrível ruído das bombas e granadas que rebentavam sobre a cidade e seus habitantes. Esse é o significado da revolução: desordem, medo e destruição”. GOMES, Carla Renata Antunes de Souza. op. cit., p. 214.

melancolia são evidentes na fala do Visconde, que sente o peso da idade sobre seus ombros e acredita não poder mais exercer com vigor suas atividades públicas, preferindo o refúgio de sua casa para esperar o fim, que acreditava, com razão, estar próximo. Porém, não pereceria o Visconde longe das lutas pelas causas que considerava justas e que podem ser traduzidas em sua demanda por uma indenização que acreditava merecer pelos tempos em que foi juiz de alfândega em Porto Alegre e, principalmente, pelo desejo de receber ressarcimento pelos danos a seu patrimônio, sofridos em consequência da Revolução Farroupilha, encarnada, ao fim e ao cabo, como a causa máxima dos seus maiores prejuízos.

Na *Revista do IHGB* de 1860, uma nova notícia biográfica dedicada ao Visconde de São Leopoldo seria publicada: “O Visconde de São Leopoldo, esboço biográfico pelo Sr. Dr. Francisco Ignácio Marcondes Homem de Mello, lido na sessão do Instituto Histórico de 15 de julho de 1859”. O jovem Homem de Mello, então com 22 anos, era um autor iniciante, mas considerado promissor. Em 1858, publicara e oferecera ao IHGB, sua obra de estreia, “Estudos Históricos Brasileiros”. Entusiasmados com o trabalho, os membros do IHGB propuseram que o estudo servisse como título de admissão de Homem de Mello no Instituto, na categoria de sócio correspondente (*Revista do IHGB*, 1858, p. 441).¹⁶⁷

Após a proposta feita em 1858, Homem de Mello, recém-formado em Direito e ainda buscando colocações no mundo da política imperial, seria admitido sócio do IHGB em 03 de junho de 1859. Pouco depois, sua biografia do Visconde de São Leopoldo seria lida em sessão da casa. No texto, o jovem escritor fazia o elogio ao homem de letras encarnado na figura do Visconde. A escolha em privilegiar a faceta de literato do biografado em detrimento daquela que favorecia suas funções políticas parece ter sido um meio seguro encontrado pelo jovem rapaz no intuito de ter seu trabalho bem aceito na casa.¹⁶⁸ Assim, seu texto acabou por limitar colocações mais

¹⁶⁷ O relatório elaborado pelo 1º secretário Manoel de Araújo Porto Alegre, em 1858, fazia a seguinte apreciação a respeito de Homem de Mello: “Entre as muitas publicações que graciosamente nos mandaram merecem especial menção os *Estudos Históricos* do Sr. Dr. Francisco Ignácio Marcondes Homem de Mello, que lhe valeram a honra de ser proposto para membro desta associação. É um incentivo próprio para animar este jovem laborioso e amigo das coisas da pátria”. PORTO ALEGRE, Manoel de Araújo. “Relatório do 1º secretário o Sr. Manoel de Araújo Porto Alegre”. In: *Revista do IHGB*, Tomo XXI, 1858, p. 472.

¹⁶⁸ O próprio Cônego Fernandes Pinheiro, na qualidade de 1º secretário interino em 1859 (cargo que passou a ocupar após a retirada do titular, Manoel de Araújo Porto Alegre, que partiu para a Europa naquele ano), comentou em seu relatório anual a biografia escrita por Homem de Mello e que lhe abriu as portas para ser aceito no IHGB. Na referida passagem, Fernandes Pinheiro é simpático e elogioso ao apresentar o jovem Homem de Mello: “Um esperançoso mancebo que acabava de deixar os bancos

detalhadas a respeito da atuação do biografado no universo administrativo imperial a menções mais gerais referentes às “virtudes cívicas” e ao “patriotismo esclarecido” característicos do Visconde, de maneira a fugir de quaisquer polêmicas maiores ligadas à vida política ou às obras lançadas pelo biografado. Por isso, a ênfase dada a uma vida de “sacrifícios” e lutas que teria marcado a trajetória do Visconde estaria, de acordo com Homem de Mello, muito mais relacionada à sua dedicação às letras que a sua atuação política, embora reconheça que esta também tenha sido respeitável. Conforme o biógrafo,

A literatura é o culto das almas nobres, o destino das grandes vocações. Enquanto a sociedade se revolve na luta agitada das paixões políticas, dos cálculos da ambição; enquanto o mundo se debate no tumultuar desordenado de interesses transitórios, o literato, o filho da inteligência, recolhe-se à solidão, concentra todas as suas faculdades, e dedica-se todo ao nobre sacerdócio da verdade.

Há muita abnegação, muito sacrifício sublime nesse viver de um homem, que tudo esquecendo, deixa as fascinações das grandezas humanas, e no retiro de seu gabinete interna-se pelas regiões do pensamento, e irradia-se os reflexos da sua glória sobre uma nacionalidade inteira (...). O Visconde de São Leopoldo, este nome tão simpático de nossa história, percorre brilhantemente o ciclo da carreira pública; mas como apóstolo devotado da verdade, vence suas seduções, concentra-se no retiro modesto do sábio e lega seu nome às letras em seus primorosos escritos (*Revista do IHGB*, 1860, pp. 132-133).

Quando passa a tratar especificamente da vida de Fernandes Pinheiro, o biógrafo lembra que ele teve grande importância na história da Província de São Pedro, mas sem entrelaçar a trajetória do Visconde com os eventos passados no Rio Grande. Diz simplesmente:

Em dezembro de 1801 voltou ao Brasil no caráter de juiz das alfândegas do Rio Grande e de Santa Catarina, encarregado de criá-las. Nesses lugares Fernandes Pinheiro desenvolveu sobrada

acadêmicos para sentar-se no senado da história pátria, deu-nos momentos de inefável prazer lendo a biografia do nosso primeiro presidente, o Visconde de São Leopoldo. Vedam-me estreitos vínculos de parentescos de acompanhar ao Sr. Dr. Francisco Ignácio Marcondes Homem de Mello no juízo que forma do autor dos *Anais da Província de São Pedro*, cuja memória deve ser grata ao nobre conterrâneo que tão fragantes flores espargiu-lhe sobre o túmulo. O diamante só pelo diamante deve ser lapidado: digno era o jovem e espirituoso escritor dos *Estudos Históricos* de compreender e julgar o grave analista encanecido na trilha da honra e no culto das letras”. PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. “Relatório do 1º secretário interino Cônego Dr. J. C. Fernandes Pinheiro”. In: *Revista do IHGB*, Tomo XXII, 1859, p. 686.

dedicação e inteireza, iniciando-se com sumo proveito na ciência da administração. Na qualidade de auditor geral das tropas, teve ocasião de acompanhar o exército pacificador, e assim assistiu à campanha de 1811 à 1812. Aí no teatro da ação testemunhou os fatos e as cenas, de que mais tarde se devia constituir historiador (Idem, p. 135).

A relação do Visconde com a Província do Rio Grande do Sul, ao contrário do que o Cônego Fernandes Pinheiro mostrou, não parece ter relevância maior na biografia de Homem de Mello, como se pode sentir por esse trecho, em que tratava da atuação do biografado no episódio das Cortes de Lisboa, momento em que pautava terem sido as atenções do político voltadas, em primeiro lugar, pela causa brasileira:

Duas províncias concorreram para dar a Fernandes Pinheiro assento no congresso português. Rio Grande do Sul e São Paulo. Optando pela província de seu nascimento, o ilustre paulista tornou-se o propugnador enérgico dos interesses do Brasil; e por mais de uma vez testemunhou sua dedicação pela causa sagrada de sua pátria (Idem, *ibidem*).

Interessante notar que o biógrafo não profere nenhuma palavra sobre a Guerra Civil Farroupilha e os dissabores que o Visconde enfrentaria vida afora em decorrência de velhas mágoas provocadas pelos problemas que viveu durante o conflito, capítulo que o Cônego Fernandes Pinheiro, três anos antes, privilegiou em sua biografia. Homem de Mello nem mesmo informa que o futuro Visconde de São Leopoldo (José Feliciano Fernandes Pinheiro receberia o título em 1826) foi o primeiro presidente da Província de São Pedro, limitando-se a dizer que:

Apenas dissolvida a constituinte, foi Fernandes Pinheiro por carta imperial de 25 de novembro de 1823 nomeado presidente da Província do Rio Grande, onde serviu por espaço de dois anos, assinalando sua administração por medidas de utilidade pública, ditadas por seu patriotismo esclarecido. A primeira tipografia que existiu na província e a Colônia de São Leopoldo são criações suas (Idem, p. 136).

Somente de maneira muito indireta Homem de Mello remete às dissensões pelas quais passou o Império em seus primeiros anos, mas, fugindo completamente a

posicionamentos políticos mais duros e desvinculando o Visconde de uma atitude política mais crítica, como se percebe neste trecho:

Havia atingido os últimos degraus da carreira pública, guardando sempre um nome puro, uma reputação ilibada no meio do tumultuar das paixões, que então se agitaram com veemência. O Visconde de São Leopoldo, porém, não foi talhado para as grandes lutas. Seu caráter era plácido e sereno. Espírito pensador, filósofo profundo, ele dominava os acontecimentos na alta superioridade da razão, observava a marcha dos negócios públicos com sua reflexão poderosa; mas não se misturava nas paixões do dia. O Visconde de São Leopoldo pertenceu a essa grande geração de pensadores, que atravessam os séculos, como as guardas avançadas da humanidade (...). O Primeiro Reinado foi um período de lutas entre a nação e o poder, época de grandes interesses, de grandes paixões. O Visconde de São Leopoldo, porém, colocado em uma elevada posição social, esqueceu tudo, trocou a farda de ministro pela mesa de trabalho do literato e deixou as agitações da política pelo viver singelo do homem da ciência (Idem, p. 137).

Assim, ao retratar como se deu o afastamento do biografado de suas obrigações políticas, a ênfase de sua biografia recai sobre o legado deixado pelo Visconde no campo das letras, de onde Homem de Mello não se esquivou de referir o estudo elaborado por Fernandes Pinheiro, a pedido do governo, sobre a cadente questão dos limites do Império:

Foi uma vida toda de abnegações e trabalhos essa, que passou o Visconde de São Leopoldo, depois que retirou-se da política na cidade de Porto Alegre fixou sua residência para entregar-se todo ao culto das letras. Em 1837, o serviço da pátria veio arrancá-lo da placidez de seu retiro. O governo querendo aproveitar em benefício do país seus vastos conhecimentos, o nomeou em 25 de outubro desse ano presidente da comissão encarregada de averiguar os limites naturais do Brasil. Em desempenho dessa honrosa tarefa, o Visconde de São Leopoldo escreveu uma luminosa memória histórica, que pode se olhar como a última palavra desta questão (Idem, p. 138).

Portanto, houve uma alusão um pouco mais apurada do biógrafo a respeito da obra “Quais são os limites naturais, pacteados e necessários do Império do Brasil”, memória histórica que foi lida na sessão do Instituto de 16 de fevereiro de 1839, mas

mesmo assim sem grande destaque, já que o objetivo maior do texto de Homem de Mello era ressaltar o papel de escritor do Visconde, por ele considerado um dos maiores da literatura brasileira (Idem, p. 139) e que possuía um estilo “fácil, correto e elegante” (Idem, *ibidem*).

Aliás, sobre o papel de historiador do Visconde, Homem de Mello colocava questões interessantíssimas.¹⁶⁹ Para ele, como historiador, o Visconde era aquele que deveria moralizar os fatos, embora, naqueles tempos, moralizar os fatos nada tivesse a ver com parcialidade diante dos acontecimentos, pois se acreditava na possibilidade de ser imparcial e moralizador a um só tempo:

Muitos e interessantes trabalhos legou-nos o Visconde de São Leopoldo sobre a história do Brasil. Todos eles distinguem-se pela profunda investigação dos fatos, por um critério esclarecido e ilustrada imparcialidade em sua apreciação (...). O Visconde de São Leopoldo é um dos escritores mais notáveis da literatura brasileira. Longe de prender-se na exposição descarnada dos acontecimentos, o autor, com uma sobriedade inimitável, discute, moraliza os fatos, e cinge a um tempo em sua frente os louros de historiador e publicista. Há em seus escritos alguma coisa de sedutor, uma singeleza de estilo, que faz-nos amar a verdade e honrar a virtude. O Visconde de São Leopoldo possui todos os dotes de um perfeito historiador: suas obras o atestam. Perante as gerações futuras seu nome simbolizará sempre um dos mais notáveis períodos literários do Brasil.

Colocado no fastígio das altas posições sociais, o Visconde de São Leopoldo identificou-se com os destinos de uma literatura nascente, que vive de sacrifícios e abnegações como outrora os mártires da religião no seio do deserto (Idem, p. 139).

A opção de Homem de Mello de não entrar em discussões mais profundas a respeito dos temas que envolviam as obras do Visconde diferia e muito do posicionamento que o mesmo iria assumir futuramente em outros trabalhos

¹⁶⁹ Cavenaghi assim se refere à obra inaugural de Homem de Mello: “No primeiro livro de Homem de Mello publicado em 1858, *Estudos Históricos Brasileiros*, quando ele ainda era estudante do 5º ano da Academia, o Prólogo da obra denuncia a visão do autor, para quem ‘Historiar é julgar; é chamar ao tribunal da razão os crimes e as virtudes dos homens que se foram; repreendê-los, ou louvá-los segundo os eternos princípios da justiça. Encarados pela ciência, os fatos simbolizam a tradução dos grandes princípios que atuam constantemente na vida exterior dos povos; revestidos desse caráter é que eles merecem a atenção do historiador’. Homem de Mello funde as ideias do advogado e do historiador e os fatos são elementos de julgamento, trazendo à tona a suposta verdade absoluta, denunciada pelos aspectos da infalibilidade científica. A obra reflete o pensamento vigente no período: a ciência, e nesse caso a jurídica, apresenta-se como explicadora de toda e qualquer realidade cotidiana”. CAVENAGHI, Airton José. “O Barão Homem de Mello: sua história e outras histórias”. In: *Jornal O Lince*. Aparecida, nº 29, set./out. de 2009. Disponível em: <http://www.jornalolince.com.br/2009/out/pages/barao-homem-de-mello.php>. Acessado em: 16/04/2013.

apresentados no IHGB, muitos dos quais tomavam a província sulina ou homens ligados a ela como assunto principal. Em 1867, menos de uma década após a publicação de seu primeiro trabalho no IHGB, Homem de Mello ocuparia o cargo de presidente da Província do Rio Grande do Sul. De lá, remeteria à casa os relatórios de abertura da Assembleia Provincial e outros documentos que o IHGB solicitava que os presidentes provinciais enviassem ao Rio de Janeiro. Porém, sua participação não se restringiu a essa tarefa, que já era considerada corriqueira para os administradores nomeados pelo governo central nas mais diferentes regiões do Império: sua passagem pelo sul do país fez Homem de Mello se interessar em conhecer melhor a realidade rio-grandense e, a partir de sua experiência, se aprofundar e escrever sobre a província e alguns de seus habitantes mais célebres.¹⁷⁰ Foi assim que o político e historiador legou alguns dos mais importantes escritos sobre a Província de São Pedro à *Revista do IHGB*, assunto que será explorado no próximo capítulo.

¹⁷⁰ A atitude de Homem de Mello em querer se aprofundar a respeito da história da Província de São Pedro pode ser considerada atípica para um presidente de província e tem muito mais a ver com um desejo pessoal em buscar conhecer a realidade de seu país do que com as incumbências do cargo que passou a ocupar, pois, dentro da política centralizadora adotada pelo Império, os administradores provinciais eram, em geral, homens que nada tinham a ver com a realidade da província para a qual eram designados, cumprindo formalmente um papel transitório e que visava especificamente garantir o controle administrativo imperial nas diferentes regiões do país. Em seu incontornável *O tempo saquarema*, Ilmar Mattos reproduz uma fala de Joaquim Nabuco, proferida na Câmara dos Deputados, em 1865, e que retrata muito bem as características do cargo de presidente de província: “Os presidentes, que são em geral? São homens sem independência [...], que se encarregam de uma certa missão, que vão às províncias passar um certo número de meses, que obtêm essas vilegiaturas ou estes empregos [...] sempre tendo a vista distraída para o poder central, em vez de tê-la fixada nas circunscrições territoriais que lhes foram entregues. [...]. Delegados demissíveis de ministérios anuais, os presidentes são administradores coatos - transitórios, automáticos, criaturas políticas de um dia improvisadas por ministros que não têm a mínima ideia das condições sequer topográficas quanto mais econômicas das Províncias para onde os despacham”. NABUCO, Joaquim apud MATTOS, Ilmar. *O tempo saquarema*. São Paulo: Hucitec, 2004, p. 267, nota n. 131.

Capítulo 4. Derrubando enraizadas recomendações: de quando a história rio-grandense se tornou mais visível na *Revista do IHGB*

“Considerado debaixo de um ponto de vista moral, o sentimento profundo de lealdade, a intensa dedicação para com o princípio monárquico no nosso país, não exerceria menos influência para elevar as ideias dos Brasileiros, do que o do próprio patriotismo. Só cultivando e desenvolvendo neles com esmero esse sentimento, poder-se-á arrancar do seu espírito o egoísmo estúpido e as sórdidas preocupações do interesse pessoal que constituem em geral o motor de suas ações. (...) Em um país como o Brasil, aonde desde a Independência gozamos das instituições mais livres de que há notícia, e para lograr uma parte das quais, quando nós as possuímos em perfeita plenitude, ainda agora se batem as melhores nações do velho mundo, e se derrama o sangue mais generoso; só pode desejar mais liberdade, simbolizada no regime republicano, ou o louco, ou o tolo, ou o malvado. E contra homens de semelhante natureza, todos os sentimentos do verdadeiro patriotismo, todas as considerações de humanidade e filantropia aconselham a mais exemplar e severa repressão, como o único modo eficaz de salvar a sociedade.

Em um país como o Brasil, aonde todo o mal que se tem feito, todo o sangue que se tem derramado tem procedido do exercício de um excesso de liberdade. Em um país como o Brasil, aonde a incapacidade da massa do povo, para exercer os nobres princípios do governo da nação pela própria nação, é tão notória e manifesta, não há convicções, não há predileções inatas que possam desculpar os anelos pela república; só o malvado ou o ambicioso sem escrúpulos, desvairado pelo amor próprio, pode almejar ver este belo e magnífico país estorcer-se, como presa, nas garras sanguinolentas da anarquia, como resultado infalível de tal regime”. Antônio Augusto da Costa Aguiar.¹⁷¹

O presente capítulo tem por objetivo analisar outros textos sobre o Rio Grande do Sul que foram publicados na *Revista do IHGB*, ajudando a fazer daquele periódico o principal veículo de transmissão e registro de informações a respeito da história do Rio Grande no país até, pelo menos, meados do século XX. Na medida em que a *Revista do IHGB* começou a ceder espaço cada vez maior para a publicação de trabalhos produzidos por seus associados, começaram a surgir no periódico memórias históricas que tinham como tema as experiências vivenciadas por esses literatos nas suas andanças pelos mais diferentes cantos do vasto Império. Pelo fato de muitos desses homens serem ligados à administração política imperial, exercendo cargos tanto administrativos como militares dentro do território nacional, ou, ainda, ocupando postos-chave nos países com

¹⁷¹ AGUIAR, Antônio Augusto da Costa. *O Brasil e os Brasileiros*. Santos: Tipografia Comercial, 1862, pp. 136-137.

os quais o Brasil possuía relações diplomáticas, houve uma considerável produção escrita sobre essas experiências e viagens, muitas delas reproduzidas na *Revista*. Assim, os letrados pertencentes ao IHGB, conscientes da relevância de suas tarefas no que diz respeito à construção da história nacional, muitas vezes assumiram a prestigiosa máscara de historiadores, colaborando com a produção de textos históricos e selecionando documentos relevantes sobre a constituição da história nacional, a fim de formar, tal qual o projeto levado a cabo pelo IHGB desde sua criação, em 1838, um grande acervo documental sobre a história do país, sediado no arquivo da associação, no Rio de Janeiro. Foi este o caso do Barão Homem de Mello, que, pelas províncias pelas quais passou por ocasião dos cargos administrativos para os quais era nomeado, acabou firmando boas e profícuas relações com dirigentes e homens de destaque das elites locais, de maneira a obter êxito na reunião de vasta documentação e depoimentos testemunhais sobre a história do país. Particularmente em relação ao Rio Grande do Sul, Homem de Mello viu enriquecidos esses laços, que lhe possibilitaram a ele desenvolver alguns textos que se tornaram uma referência para o estudo da história da província sulina, passíveis de servir como fontes de consulta até os dias de hoje. Porém, semelhante credibilidade não obteve, ao menos entre os rio-grandenses, outro político de renome no cenário nacional: o desembargador cearense Tristão de Alencar Araripe, autor do primeiro trabalho de pesquisa histórica especificamente sobre a Revolução Farroupilha, “Guerra Civil do Rio Grande do Sul”, que será objeto de atenção no segundo subitem deste capítulo.

Por fim, a pesquisa trabalhará com outros dois textos que têm como tema operações militares ocorridas no território rio-grandense: “História da Campanha do Sul de 1827 – Batalha de Ituzaingó”, texto oferecido ao IHGB pelo Visconde de Barbacena e publicado em 1886 na *Revista* da agremiação e “A Redenção de Uruguaiana, por Augusto Fausto de Souza”, a respeito do início da Guerra contra o Paraguai, divulgado em 1887 pelo periódico. Em ambos, se buscou refletir acerca da importância das guerras em nome do país e do discurso que se edificou em torno delas, marcado por uma defesa da soberania do território brasileiro e pelo forjamento de um sentimento de patriotismo que tinha por intenção manter a frágil unidade nacional. Na disputa pelo passado brasileiro, a temática da guerra e da conservação da nação, bem como o monopólio dos heróis atuantes nos campos de batalha pareciam ser meios eficazes de investimento no conjeturado sentimento de nacionalidade dos habitantes do país.

4.1. O Barão Homem de Mello, político e historiador: a experiência da viagem no Rio Grande de São Pedro

Primeiramente, o Barão Homem de Mello ofereceu ao IHGB a *Biografia do General José Joaquim de Andrade e Neves, Barão do Triunfo*, apresentada à agremiação na quinta sessão ordinária da casa para o ano social de 1869, ocorrida em 02 de julho (*Revista do IHGB*, 1869, p. 258). Era o primeiro trabalho que o político e literato brasileiro expunha ao IHGB a respeito de sua intensa experiência no sul do país, região que conheceu a fundo e sobre a qual não se cansaria de tratar ao longo de sua carreira como historiador.

Como biógrafo, Homem de Mello tinha em seu poder a possibilidade de narrar uma grande trajetória, pois Andrade Neves, que morrera em janeiro daquele ano, foi um dos grandes heróis militares rio-grandenses do século XIX e, em tempos de Guerra do Paraguai, sua glória militar e o fato de ter perecido após enfrentamentos nos campos de batalha, o fizeram se distinguir e ser reconhecido fora de uma esfera sulina mais restrita. Conseqüentemente, nada mais natural que, aproveitando-se de sua fama, se dedicasse uma biografia ao varão, a exemplo das tantas biografias e elogios biográficos que se espalhavam pelo país em guerra.¹⁷²

No Rio Grande do Sul, o aparecimento da biografia de Homem de Mello foi festejado. A Sociedade Partenon Literário, de quem o político tinha, inclusive, se tornado sócio nos tempos em que exerceu no Rio Grande do Sul o cargo de presidente

¹⁷² O Bacharel Eduardo de Sá Pereira de Castro é um dos literatos que, motivados pela Guerra contra o Paraguai, se dedicou a escrever o jornal “Heróis Brasileiros na Campanha do Sul”. Com o objetivo de divulgar sua publicação, a cada número novo, Pereira de Castro o remetia ao IHGB. Em 1868, seria eleito sócio correspondente da casa. E seu jornal, cuja coleção fora transformada em livro, trazia a seguinte introdução: “Napoleão, para perpetuar a glória de seu exército, que foi no espaço de mais de um quarto de século a glória da França, mandou erigir a coluna da praça Vendôme. Vitor Hugo, gênio não menos assombrosos que o do vencedor de Marengo, para transmitir às eras as tradições da humanidade, consorcia Homero com Heródoto e escreve as Lendas dos Séculos. Seguindo o exemplo de tão soberanos vultos, seja-nos dado também abalancar a um cometimento que desde já reputamos muito superior a nossas forças, mas que nem por isso deixa de nos incitar a tenta-lo: tal é a elevação do sentimento que nos inspira a coragem de nossos concidadãos e a glória do Brasil! A publicação que hoje prometemos ao público (...) é mais uma galeria, que um livro; contudo, participa de ambos os gêneros. Livro quanto à parte biográfica, galeria quanto aos retratos desenhados, o nosso trabalho, ainda que mesquinho na execução, tem um fim patriótico: comemorar os feitos do exército e armada nacional; uma inspiração generosa: erguer um padrão de reconhecimento aos vivos e uma memória de saudade aos mortos. A campanha que o Brasil súbita e inesperadamente se achou empenhado com Montevidéu e ultimamente com os selvagens do Paraguai, é um dos acontecimentos que devem ter no futuro uma profunda significação histórica. Como no berço e na ascendência de quase todos os grandes Estados, o Império de Santa Cruz, ao consolidar a sua nacionalidade, viu-se também acometido pela invasão dos bárbaros: e esta luta, que simboliza a reação do despotismo contra a liberdade, da ignorância e da força brutal contra o direito e a civilização, não pode deixar de ser coroada pelo triunfo que a Providência sempre concede aos que pugnam pela causa da justiça e do progresso”. CASTRO, Eduardo de Sá Pereira de; ZALUAR, A. E. *Os heróis brasileiros na campanha do sul em 1865, pelo Bacharel E.de Sá Pereira de Castro e A.E. Zaluar*. Rio de Janeiro: Tipografia de Pinheiro & Comp., 1865, p. 1.

de província, noticiava em sua edição de agosto de 1869, que Homem de Mello publicara, na Corte, um pequeno volume biográfico intitulado “Heroico Andrade Neves”. Aurélio Viríssimo de Bittencourt, redator da coluna “Ementário Mensal” do *Partenon*, em que eram apresentadas as principais notícias acontecidas a cada mês e que eram importantes para a história literária da Província de São Pedro, assim dizia: “Se consigno o aparecimento do novo livro, é para louvar o jovem historiador, nosso consócio, que tão bons serviços tem prestado à literatura”. (*Revista do Partenon Literário*, agosto de 1860, p. 202). O redator aproveitava a ocasião para mencionar a existência das publicações da coleção Biblioteca Brasileira, impressa na Corte, na qual Homem de Mello foi o responsável pelos “Esboços Biográficos” e onde eram historiadas as vidas dos grandes políticos do Brasil na época da emancipação política. Bastante empolgado com o trabalho do então jovem historiador, Viríssimo se preocupava em informar ao leitor a respeito de como Homem de Mello conseguia seus documentos: através da feitura de cópias, que “Lhe foram facilitadas por seus amigos e pelos arquivos públicos” (*Idem, ibidem*).

Em relação especificamente aos dados coletados sobre Andrade Neves, o redator informava que estes foram recolhidos em uma viagem empreendida por Homem de Mello ao país “inimigo”, o Paraguai, que era como a maioria dos brasileiros se referia ao país vizinho naquela época de conflito bélico.¹⁷³

A partir de 1871, o Barão voltaria a apresentar ao IHGB uma série de trabalhos de sua autoria que envolviam o Rio Grande do Sul. Nas sessões ocorridas naquele ano, o literato lera seu trabalho “Excursões pela Província de São Pedro do Rio Grande do Sul” no IHGB (*Revista do IHGB*, 1871, pp. 327 e 330). Esse trabalho faria parte de uma composição de outras viagens e seria publicado na *Revista* no 3º trimestre do ano seguinte, sob o título “Excursões pelo Ceará, São Pedro e São Paulo. Memória lida no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, nas sessões de 02 de junho, 28 de julho e 23 de agosto de 1871, pelo autor, o Dr. Francisco Ignácio Marcondes Homem de Mello, sócio efetivo do nosso Instituto”. Na memória, Homem de Mello relatava sua

¹⁷³ Aurélio Viríssimo de Bittencourt fecha seu “Ementário” noticiando a perda do “bravo general rio-grandense” João Manoel Menna Barreto, justamente morto em batalha na Guerra contra o Paraguai. Descrevendo como foi sua morte no campo de batalha e ressaltando que o general nada devia em bravura a Osório ou Andrade Neves, esses dois já amplamente divulgados como heróis, o redator parecia se esforçar para nutrir o país – e, principalmente, sua província natal – de mais um grande herói, a quem Bittencourt afirmava estar sendo chamado de “o Aníbal rio-grandense”, em uma alusiva comparação do militar rio-grandense ao famoso general da Antiguidade. BITTENCOURT, Aurélio Viríssimo de. “Ementário Mensal”. In: *Revista do Partenon Literário*, ano I, n. 6, agosto de 1869, pp. 201-202.

experiência de viajante em duas províncias das quais exerceu os cargos de presidente entre os anos de 1865 e 1868 até seu retorno à Província de São Paulo, seu local de nascimento e primeira província do Império que o teve como presidente, em 1864.¹⁷⁴ A parte relativa à sua estadia no Ceará abria a memória e consumia as primeiras 20 páginas do texto e aquela dedicada a São Paulo, concluía a narrativa, ocupando as cerca de 10 páginas finais. Porém, era a parte relativa ao Rio Grande do Sul que dominava a narração e que foi escolhida para ser lida nas sessões do IHGB no ano de 1871, como referido acima.

No texto, conta Homem de Mello ter desembarcado no Rio Grande no dia 16 de janeiro de 1867 (em 22 de janeiro daquele ano, Homem de Mello assumiria a presidência provincial, cargo que exerceu até 13 de abril de 1868) e desde os primeiros momentos, narra passo a passo os episódios de sua “excursão” pelo Rio Grande e os contatos que manteve na região. Nesses momentos, sua narrativa se faz repleta de personagens históricos, verdadeiras lendas dos campos de batalha do sul do país. Um exemplo: quando trata sobre seus encontros com o General Osório, Barão do Herval, por quem demonstra ter muito respeito e admiração (*Revista do IHGB*, 1872, pp. 103-105) e com o qual manteria uma parceria de sucesso nos enfrentamentos decorrentes da Guerra do Paraguai. Figurando na história como sendo um dos heróis maiores desse conflito, o General Osório era, para Homem de Mello, “a esplêndida personificação da nacionalidade brasileira na santa cruzada levada contra o invasor” (Idem, p. 105).

Ao lado dessas personalidades, o Barão apresenta ao leitor, ao longo de sua narrativa, costumes típicos da região sulina, como na ocasião em que ele descreve uma “reunião” de homens que carneiam e preparam um churrasco ou quando tece

¹⁷⁴ No ano de 1864, Homem de Melo foi presidente da Província de São Paulo. Em 1865, o político rumou ao Ceará para lá assumir o mesmo cargo de presidente de província, posto que ocupou até o ano de 1866. Entre 1867 e 1868, foi a vez de tomar posse, também para o referido cargo, no Rio Grande do Sul. De lá, sairia para assumir nova função em sua província natal, agora como deputado. Consta que, no Rio Grande do Sul, Homem de Mello conseguiu a proeza de levantar, organizar e expedir, no prazo de três meses, o 3º Exército para a Guerra contra o Paraguai, sob a direção do General Osório, na época Barão do Herval. Em relação à sua atuação como presidente da Província de São Pedro, assim o autor concluía seu relatório de governo: “Em uma época difícil, toda de sacrifícios para a nação como essa que decorre do sucesso de Curupayti até hoje, procurei servir à causa do Império, com atenção às necessidades e legítimos interesses desta província. Guardo, cheio de fé e de reconhecimento, as adesões sinceras que vieram (?) o pensamento de minha administração, e que prepararam em um período rápido, novos elementos para prosseguir-se na luta contra o Paraguai. Aceite a heroica Província de São Pedro do Rio Grande do Sul o voto de minha eterna gratidão por esse serviço prestado à nação nestes momentos solenes, sobre os quais se projeta já a esplêndida luz da história”. MELLO, Francisco Ignácio Marcondes Homem de. *Relatório com que o Exm. Sr. Dr. Francisco I. Marcondes Homem de Mello passou a administração desta província ao Excelentíssimo Senhor Doutor Joaquim Vieira da Cunha, 1º Vice-presidente. No dia 13 de abril do ano de 1868*. Porto Alegre: Tipografia do Jornal do Comércio, 1868, pp. 37-38.

considerações acerca do cultivo da erva mate e as propriedades benéficas que a planta possui (Idem, p. 113). Porém, os momentos mais atraentes da narração de sua viagem se dão realmente quando o letrado adentra na descrição das personagens conhecidas da história sulina com quem manteve contato no decorrer de sua estadia no sul. Um desses casos se deu em Rio Pardo, no momento em que Homem de Mello visitava o túmulo do Visconde de São Gabriel, João de Deus Menna Barreto e, posteriormente, quando foi à casa da família do Brigadeiro José Joaquim Andrade Neves, o ilustre Barão do Triunfo, que dele mereceria, tempos depois, a biografia anteriormente referida.¹⁷⁵ Nesse trecho da narrativa de sua viagem, o autor descreve a apreensão da esposa e da filha do Barão do Triunfo, preocupadas com a ausência do “herói legendário”, que desde 1864 estava no Paraguai, combatendo em companhia de seus dois filhos varões (Idem, p. 111).

Ao comentar sua passagem por determinadas vilas da Província de São Pedro, como São Jerônimo e Triunfo, Homem de Mello não deixa de citar a decadência em que se encontravam, devido às dificuldades impostas pela Guerra contra o Paraguai (Idem, p. 113). Em outras localidades, o quadro pintado é melhor, caso de seu contato com Pelotas. Segundo ele, “em importância comercial e riqueza, Pelotas rivaliza com Porto Alegre, e o seu município é um dos mais ricos da província” (Idem, p. 128).

Porém, é após sua visita à região em que estão fixadas as colônias alemãs estabelecidas próximo a São Leopoldo, Nova Petrópolis e Linha do Caí que se pode perceber a admiração de Homem de Mello por essa iniciativa, cujo responsável foi seu antigo biografado, o Visconde de São Leopoldo. Quando passa a relatar sua excursão pela região das colônias, Homem de Mello se anima com o próspero trabalho que vê sendo construído nessas localidades, elogiando muito os costumes e asseio observados no povo alemão (Idem, pp. 142-143). Ao visitar Novo Hamburgo (ou Hamburger Berg ou, ainda, Piedade, como aparecem no texto), Homem de Mello se depara com algo que, para ele, era inusitado: colonos alemães que lá residiam havia muitos anos e que ainda não falavam português. Muitos eram naturalizados brasileiros e, inclusive, exerciam cargos de comando local, como os de juiz de paz, subdelegado, etc., mesmo sem conhecer a língua nacional. Em sua opinião, seria de extrema importância fazer o povo alemão residente nas colônias falar português e, para isso, defendia a abertura de escolas públicas destinadas à educação desses colonos e que não fossem frequentadas apenas por brasileiros natos (Idem, p. 144).

¹⁷⁵ No momento em que Homem de Mello escreve sua memória de viagem, Andrade Neves ainda estava vivo e em plena atividade, lutando ao lado do Brasil no Paraguai.

Mais para o fim de seu texto, Homem de Mello chega aos últimos momentos de sua estadia no Rio Grande do Sul, quando, em 14 de abril de 1868, um dia após o término de seu mandato como presidente da Província de São Pedro, deixa Porto Alegre com destino ao Rio de Janeiro e, depois, São Paulo, cidade pela qual tomaria assento na Assembleia Legislativa como deputado (Idem, p. 153).

Em 1874, Homem de Mello novamente publicaria no IHGB um trabalho resultante de sua estadia no sul e que fazia inúmeras remissões à história da Província de São Pedro: trata-se de sua compilação e ordenamento das “Memórias do Visconde de São Leopoldo, José Feliciano Fernandes Pinheiro”. Fora lido nas sessões de 11 e 25 de julho e 08 de agosto de 1873, no IHGB. Na apresentação dessa memória, o compilador informa existir em Porto Alegre, em poder da família do Visconde de São Leopoldo, um manuscrito escrito pelo próprio Visconde a respeito de sua vida e que este livro esteve em seu poder por alguns meses, por autorização do filho de São Leopoldo, o Bacharel José Feliciano Fernandes Pinheiro, e que lhe fora confiado para que ele pudesse utilizá-lo na organização das memórias do Visconde. O trabalho em cima do manuscrito teria sido realizado por Homem de Mello quando de sua viagem ao Rio Grande do Sul, em 1867, precisamente na ocasião em que assumiu o cargo de presidente da Província de São Pedro. A partir de seu trabalho junto ao documento e, além dele, de outros escritos do Visconde, principalmente seus *Anais da Província de São Pedro*, Homem de Mello conseguiu ordenar as reminiscências do Visconde, intervindo em diversas passagens e acompanhando São Leopoldo em diferentes momentos de sua carreira, como quando descreve sua atuação representando São Paulo como deputado nas Cortes de Lisboa ou no período em que se tornou, em 1823, presidente da Província de São Pedro (*Revista do IHGB*, 1874, p. 47), momentos privilegiados da narrativa. Segundo o próprio Homem de Mello, sua intervenção, que considerava legítima e respaldada em indicação deixada pelo próprio memorialista, se deu em vários momentos:

1º Pus em ordem cronológica os fatos narrados nas *Memórias*, fazendo desaparecer as frequentes transposições de época que se notam no escrito original. 2º Distribuí em capítulos a matéria do escrito, tendo sido este lançado seguidamente sem divisão alguma ou qualquer sinal nesse sentido. A mesma natureza dos fatos, e a distinção dos períodos históricos indicou-me a divisão, que fiz. 3º Intercalei em seus respectivos lugares, incorporando-os no texto das memórias, alguns fatos, que depois de lançadas aquelas, foram com mais desenvolvimento exarados separadamente: como sejam a sua

deputação às Cortes de Lisboa, o seu governo no Rio Grande do Sul, etc. Deste modo aproveitei e inseri nos lugares próprios, fragmentos manuscritos do mesmo Visconde, lançados em tiras avulsas de papel, os quais completam o que nas memórias deixou de assinalar (...) 5º Uma ou outra palavra mudei, essa mesma extraída das outras suas obras, e sobretudo dos *Anais da Província de São Pedro*. E só me atrevi a trazer para aqui a luz de seus outros escritos, por um sentimento de respeito à solene recomendação do mesmo Visconde: “não deve ser comunicada sem ser bem corrigida e limada” (*Revista do IHGB*, 1874, pp. 6-7).

E foi assim, munido da recomendação do próprio Visconde, que Homem de Mello organizou e interferiu nas *Memórias* que lhe foram depositadas pela família de São Leopoldo, oferecendo ao IHGB uma obra que, como acreditava seu compilador, “nos vai revelar uma tão grande parte de nosso passado” (Idem, p. 6).¹⁷⁶

Notícias sobre a fundação da colônia alemã de São Leopoldo, feito que muito orgulhava o Visconde, e, também, da cadeia pública de Porto Alegre se misturavam a explicações a respeito da Revolta da Cisplatina (1825) e como ele, na qualidade de Presidente da Província de São Pedro, a resguardou do ataque dos inimigos platinos.

Na *Revista do IHGB* de 1875, continuavam as publicações das “Memórias” do Visconde. Novamente, o privilégio da narrativa memorialística de São Leopoldo era em cima de sua relação com o Rio Grande do Sul, principalmente sobre episódios importantes da história da província, como a assinatura do Tratado de 24 de maio de 1827 e o tratado de paz com Buenos Aires, em 1828. O capítulo XIV abordava um dos regressos do Visconde ao Rio Grande do Sul, na época da Regência, e sua eleição para presidente do IHGB, além de falar de seus trabalhos literários. Era época da Revolução Farroupilha, mas essa é pouco ou quase nada explorada nas “Memórias”. Sobre seu início, em 1835, nenhuma menção direta. No capítulo XIV, o Visconde de São Leopoldo lembrava que, em 1837, estavam em declínio, as “ideias exaltadas” e a imprensa e a tribuna combatiam por toda a parte “tendências republicanas e anárquicas”

¹⁷⁶ Vale ressaltar que os contatos estabelecidos por Homem de Mello em sua estadia no Rio Grande do Sul foram intensos. Esforçando-se para se firmar no cenário nacional como historiador, Homem de Mello soube cultivar na província sulina relações que o fariam ser respeitado e ter seu trabalho como historiador reconhecido, como se pode notar nos comentários a seu respeito emitidos por Sá Brito, também na coluna “Ementário Mensal” da *Revista do Partenon*, em que tratava das obras doadas à biblioteca da instituição, que, segundo informava, ganhara de Homem de Mello um exemplar de cada livro por ele escrito, onde constavam trabalhos biográficos e históricos: “O nosso ilustrado consócio nunca se esquece da Província que tão sabiamente governou; e ainda mais, amando a literatura pátria e desejando seu engrandecimento, nunca se faz esperar em semelhantes ocasiões”. SÁ BRITO, Francisco Isidoro de. “Ementário Mensal”. In: *Revista do Partenon Literário*, ano I, n. 9, novembro de 1869, pp. 298-299.

(*Revista do IHGB*, 1874, p. 28). São Leopoldo afirmava, ainda, que durante o Gabinete Montezuma, de 16 de maio de 1837, “tocou o extremo abandono da infeliz Província de São Pedro” e esse fato obrigou-o a se empenhar a favor da mesma no Senado, em sérios debates travados entre ele e o ministro da Guerra José Saturnino. Ele informa que esse gabinete “felizmente caiu no fim de quatro meses com a renúncia do regente Feijó em 19 de setembro de 1837” (Idem, p. 29).

O capítulo XV discutia o regresso do Visconde à província sulina, em 1840 e o capítulo XVI, iniciava pura e simplesmente com a notícia de que a mesma fora pacificada, e que tão logo se deu a pacificação, recebeu a visita do Imperador D. Pedro II. Nesses capítulos finais, o Visconde vai se mostrando um pouco melancólico, característica que também aparece no retrato que já havia sido esboçado pelo seu sobrinho, o Cônego Fernandes Pinheiro, em biografia anteriormente comentada nesse capítulo. Todavia, não há alusões, na compilação de Homem de Mello, às considerações que ligavam as mágoas do Visconde ao episódio que envolveu a destruição de sua chácara durante a Farroupilha, fato que tanto espaço recebeu na biografia escrita pelo religioso e que, na notícia biográfica escrita pelo próprio Homem de Mello, em 1859, não chegou a ser mencionado. Já nessa compilação que faz Homem de Mello acerca das memórias de São Leopoldo, se percebe, agora pelas próprias palavras do Visconde, que o fim de sua vida certamente foi marcado pelos problemas de saúde decorrentes da idade avançada e que o fizeram pedir o afastamento do cargo de presidente do IHGB. Um dado novo a se somar às biografias anteriores se deu quando o Visconde mencionava um projeto que o animava e o mantinha atuante enquanto literato: a organização de uma obra sobre sua província natal, São Paulo. As partes finais da memória organizada por Homem de Mello, aliás, privilegiam o traço literário do Visconde de São Leopoldo, tal qual o esboço biográfico por ele redigido enfatizara, em 1859. Esse acontecimento coloca a questão: até que ponto a própria ordenação dos fatos narrados pela memória não receberam a influência do juízo que fez Homem de Mello sobre a vida do Visconde? Ele mesmo colocara, na apresentação da compilação das “Memórias”: “em raros lugares suprimi alguns períodos sem significação histórica ou que careciam de valor para a individualidade política e literária do autor” (*Revista do IHGB*, 1874, p. 7). Quais teriam sido, afinal, esses “raros lugares”? Resta saber se teriam sido tão raros assim...

Outro momento em que o Conselheiro Homem de Mello se dedicou a oferecer à *Revista do IHGB* um trabalho de grande fôlego relativo ao Rio Grande do Sul se deu no

II Trimestre de 1877.¹⁷⁷ Tinha início ali a publicação dos “Documentos relativos à história da Capitania, depois Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, compilados e copiados na secretaria do governo, em Porto Alegre, de ordem do Conselheiro Barão Homem de Mello, ex-presidente da mesma província”. Além conter vários documentos importantes sobre o Rio Grande do Sul, o material compilado por Homem de Mello chama atenção pelo tamanho, já que ocupava mais de 110 páginas somente nesse tomo do periódico. Em 1878, a compilação se estendeu por outras 113 páginas e, em 1979, ultrapassaria 260 páginas da *Revista*.

Sua enorme compilação inicia com uma observação precisa a respeito dos acontecimentos que marcam o Rio Grande do Sul e que seria uma característica particular e cara à história narrada sobre a província:

Lançando a vista sobre os acontecimentos que constituem a história do Rio Grande do Sul, o observador sente-se logo impressionado por um fato singular e único. Há mais de um século, as gerações ali se sucedem, nascendo e crescendo em feitos contínuos de guerra, retemperando o seu vigor e energia nas rudes provações dos campos de batalha.

Dir-se-ia, que à essa população, cheia de inteligência, estremeçada de patriotismo, a Providência marcara a grande missão de ali ficar, de arma sempre ao ombro, postada na extremidade meridional do Império, guardando intemerata a honra da nação (*Revista do IHGB*, 1877, p. 191).

¹⁷⁷ No II Trimestre de 1877, a seção “Biografia dos Brasileiros ilustres por armas, letras, virtudes, etc.” da *Revista do IHGB* vinha assinada por Antonio Eleutério de Camargo, biografando o diplomata Antonio Manoel Correa da Câmara. O curtíssimo trabalho, de apenas duas páginas, fora escrito em 1868, em Porto Alegre e chegara ao IHGB por intermédio do Barão Homem de Mello, para quem Camargo, engenheiro, membro do Partido Liberal e um dos fundadores do jornal porto-alegrense *A Reforma*, trabalhou quando o Barão exerceu o cargo de presidente da Província de São Pedro, entre 1867 e 1868. Em relação ao biografado, era ele filho de Patrício José Correa Câmara, Visconde de Pelotas e antigo associado do então extinto IHGPSP. Antonio Manoel fizera seus estudos em Lisboa, no Colégio dos Nobres, tendo voltado ao Brasil pela Aclamação da Independência, em 1822, e, depois, virado Cônsul do Brasil em Buenos Aires e, mais tarde, no Paraguai. Em 1845, já em Porto Alegre, foi chefe de Estatística e morreria em 1848, na mesma cidade. São dele os “Ensaio Estatísticos” publicados na *Revista do IHGPSP*, mencionados no capítulo anterior. A notícia biográfica, porém, não faz referência a este importante trabalho de Correa Câmara, em que o diplomata fazia o elogio da figura do homem rio-grandense e nem mesmo assinala o fato de que o Conselheiro esteve envolvido na Guerra Civil Farroupilha, na qual se colocou ao lado dos insurgentes republicanos, como mencionam Guilhermino César, Laura Dornelles e César Guazzelli, este último acompanhando, em seu texto, as tentativas frustradas de Correa Câmara para negociar com o Paraguai, na qualidade de enviado da República Rio-grandense ao país vizinho. CÉSAR, Guilhermino. “Dos precursores ao início da literatura escrita”. In: *História da Literatura do Rio Grande do Sul (1732-1902)*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro: Corag, 2006, p. 72. DORNELLES, Laura de Leão. *Risorgimento e Revolução: Luigi Rossetti e os ideais de Giuseppe Mazzini no movimento farroupilha*. Porto Alegre: PUCRS, 2010, p. 125. (Mestrado em História). GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. “A Província de São Pedro e o Paraguai na conjuntura da formação dos estados nacionais”. In: *Encontro de História Brasil-Paraguai*. Salvador: Instituto Histórico e Geográfico da Bahia; Academia Paraguaya de la Historia, 2001, pp. 155-189.

Ao reconhecer as características bélicas como formadoras de uma singularidade presente da Província de São Pedro, o Barão estava reafirmando a peculiaridade guerreira dos habitantes da Província, algo que tinha sido mais de quinze anos atrás, quando do lançamento da *Revista do IHGPSP*, um tabu para o IHGB. Portanto, em julho de 1877, data em que o Barão escreve essa apresentação, o fato de apresentar um trabalho impregnado de referências a um Rio Grande do Sul habitado por uma população de “soldados defensores da fronteira meridional”, tais quais as publicações provenientes do IHGPSP tentaram fazer, já não constituía uma questão problemática. Passado e muito o período de disputas sobre quem deveria contar a história rio-grandense, o lado belicoso e guerreiro do Rio Grande do Sul já podia ser apresentado à nação brasileira. E mais: era assim que homens como o Barão Homem de Mello liam e interpretavam a documentação selecionada para compor a futura história da região sulina. Dizia o Barão:

Estabelecidas ali, em frente uma a outra, as duas populações guerreiras, portuguesa e castelhana, o sentimento de rivalidade das nacionalidades, a imperiosa necessidade de delimitar-se definitivamente a posse territorial de cada uma delas, trouxe lutas contínuas, que influíram poderosamente nos hábitos e costumes dos habitantes dessas regiões (Idem, pp. 191-192).

É assim que, em posse de uma imensa bibliografia, o Barão Homem de Mello organiza uma documentação comprobatória e de caráter oficial dos acontecimentos que fizeram guerrear, nas fronteiras sulinas, portugueses e espanhóis. Tal material, composto da correspondência oficial do Governo da Capitania, foi, segundo ele, lido e selecionado atentamente, de maneira a

Revelar em sua verdadeira luz as causas íntimas dos acontecimentos de então, desenhando com exatidão diante de nós os vultos eminentes de generais e administradores da ordem do Conde da Figueira, Conde do Rio Pardo, Marquez de Alegrete, Saldanha, Paulo José da Gama, talvez o mais ilustrado de todos, e outros mais (Idem, p. 192).

Além das características elencadas anteriormente, essa história a ser arquivada e divulgada pela *Revista do IHGB* era, ainda, uma história exemplar realizada pela ação

dos grandes homens da pátria. Eles povoavam a história e eram os grandes modelos de destaque dos rio-grandenses e demais soldados que lutaram no sul.

Sobre seu método de ação para organizar tão vasto material, Homem de Mello fala no mergulho nos arquivos, local tomado como necessário para encontrar o material indispensável para constituir a escrita da história. E cita Chateaubriand: “Para escrever a história, diz Chateaubriand, é preciso respirar a poeira dos arquivos, e ter diante dos olhos os papiros que tocou outrora a mão de Carlos Magno ou a de Clovis” (Idem, p. 193). Para Homem de Mello, o contato com os arquivos proporcionava ao historiador os elementos que lhe permitiam “recompôr as feições dos tempos que se foram”. E o seu ato de tornar públicos documentos sobre o regime colonial na Província de São Pedro fazia parte do “serviço à história” que ele estaria cumprindo, patriota que era (Idem, *ibidem*):

Presidindo, nos anos de 1867 e 1868, a Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, tive ocasião de compulsar esses preciosos monumentos escritos de nosso passado. Acredito prestar um serviço à história de nossa pátria, entregando à luz da imprensa a presente coleção de documentos autênticos que nos colocam diante dos olhos um dos períodos mais largos e fecundos do regime colonial (Idem, *ibidem*).

Dentre os materiais coligidos, uma infinidade de documentos das mais diversas procedências e que, na ordem cronológica em que estavam dispostos, acreditava o Barão Homem de Mello serem capazes de auxiliar na edificação da história da província. Nessa parte inicial, publicada em 1877, havia, por exemplo:

1. Um registro de um edital que o rei mandara imprimir para os moradores da Ilha dos Açores e Casais e para aqueles que quisessem povoar o Rio Grande do Sul e Santa Catarina (Idem, p. 213);
2. Documentos relativos à posse do governador Ignácio Eloy de Madureira, designado para comandar a Capitania do Rio Grande do Sul, em 1760, por ordens do então Conde de Oeiras (depois, Marquês do Pombal) e do Rei de Portugal, D. José I (Idem, p. 227);
3. Carta Régia de 09 de setembro de 1760, que informava que a Comandância Militar do Rio Grande do Sul estava sujeita ao Governo do Rio de Janeiro (Idem, p. 228).

4. Um ofício do então governador do Rio Grande do Sul, Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Câmara, de 22 de dezembro de 1780, onde ele falava da mudança da capital, Porto Alegre, e a respeito do Vice-Rei (Idem, p. 243).
5. Reflexões sobre o estado atual (em 1784) do então Continente de São Pedro (Idem, p. 251).
6. Participação do General Patrício Correa Câmara ao Governador do Rio Grande do Sul, em 1801, sobre a tomada das Missões.
7. Correspondência do Governador Paulo José da Silva Gama sobre várias questões referentes às características geográficas e agrícolas do Rio Grande do Sul, como a questão dos limites com as colônias espanholas; sobre a produção do linho cânhamo; providências que poderiam ser tomadas para fazer o Rio Grande do Sul prosperar economicamente, etc.

No II Trimestre de 1878, seguia a publicação desses documentos sobre o Rio Grande do Sul, com a divulgação de material a respeito da criação de vilas para a administração da justiça. Um deles, datado de 04 de dezembro de 1803, mostrava o surgimento da vila de Porto Alegre, que passava a ser considerada a "cabeça do primeiro distrito" (*Revista do IHGB*, 1878, p. 275) e das vilas de Rio Pardo, Rio Grande e Santo Antonio como destaques da compilação.

Interessante também é um pequeno documento sobre a "Questão dos limites", assinado por Paulo José da Silva Gama, futuro Barão de Bagé, que governou a Capitania do Rio Grande do Sul entre 1803 e 1809. O documento é sobre as contestações que o vice-rei das Províncias do Rio da Prata fazia sobre os limites das fronteiras da capitania. Gama pedia respostas ao Visconde da Anadia, seu interlocutor, a respeito da decisão sobre os ofícios dele que tratam de armamento, promoção de tropas paga, formação de corpos de milicianos, dentre outros assuntos. Para Gama, seus pedidos seriam essenciais para a "sorte e segurança futura" da Capitania de São Pedro (Idem, p. 296). Nesse mesmo sentido, Homem de Mello publica vários documentos relativos às providências tomadas nas fronteiras sobre a movimentação observada nas mesmas, visando à defesa do território.

Nos I e II Trimestres de 1879 estão a penúltima parte da compilação, agora trazendo à luz documentos que falam da derrota de Artigas, em 1816. Os documentos, sempre dispostos em ordem cronológica, vão até o ano de 1824.

A ênfase, nessa parte, está na publicação de um documento interessante, escrito em 12 de março de 1822, no Palácio do Governo, em Porto Alegre, remetido ao

príncipe regente D. Pedro, com vistas a ressaltar a fidelidade dos rio-grandenses à monarquia e sua oposição aos decretos de número 124 e 125 das Cortes de Lisboa, que determinavam a volta do príncipe à Europa e suprimiam os tribunais do Rio de Janeiro (*Revista do IHGB*, 1879, pp. 120-124). O comunicado principiava falando, genericamente, do patriotismo dos brasileiros e, depois, estendia o elogio aos rio-grandenses, comparando-os aos pernambucanos, fluminenses e baianos, que também se livraram do jugo com que os estrangeiros, segundo ele, queriam escravizá-los. Ele pedia, ainda, que D. Pedro atentasse aos sucessos guerreiros que demonstrariam a fidelidade da Província de São Pedro ao Brasil, desde 1777 até aquele momento defendendo suas fronteiras.

Segundo Helga Piccolo, autora que, aliás, menciona o trabalho de Homem de Mello como referência bibliográfica, fora justamente com a saída de D. João VI do Rio de Janeiro para retornar a Portugal a fim de se submeter às Cortes, deixando D. Pedro como regente no Brasil, que começaram a mudar as posições políticas no país. No Rio Grande do Sul, foi no governo de João Carlos de Saldanha e Daun, nomeado por D. João VI como governador e capitão-geral da Capitania, em 1821, que “as definições começaram a tornar-se mais claras” (PICCOLO, 1998, p. 18).

Em outro documento, dessa vez uma carta do presidente do Rio Grande do Sul, João Carlos de Saldanha Oliveira e Daun e sua junta governativa, escrita em 15 de março de 1822, comunicava-se ao príncipe regente que Francisco Xavier Ferreira, membro da junta, fora incumbido de apresentar à Sua Alteza a adesão da Província do Rio Grande do Sul à causa geral do Brasil (eles enviam esse deputado ao Rio de Janeiro), identificando-se com as províncias de São Paulo e outras para “salvar a integridade da pátria”. Uma intenção a mais nesse despacho do deputado Xavier Ferreira ao Rio de Janeiro: incumbi-lo também de apresentar ao príncipe regente quais os melhoramentos que seriam necessários para o progresso da província. Mais adiante, Homem de Mello publica uma carta de 29 de agosto de 1822, em que a mesma junta governativa comunicava ao príncipe ter aceitado a demissão do Brigadeiro Saldanha, pelo motivo de que o mesmo “não teria aderido à causa do Brasil” e, assim, lhe foi concedido um passaporte para Montevidéu. A junta escreve para demonstrar que foi a escolha acertada aceitar a renúncia, embora tenham achado por bem deixar Saldanha no exercício de seus empregos até que Sua Alteza Real determinasse a retirada dele.¹⁷⁸

¹⁷⁸ Helga Piccolo apresenta uma manifestação de Saldanha ao governo que dirigia no Rio Grande do Sul, datada de 13 de julho de 1822, em que ele explicava os motivos que o impediram de aderir à causa

Segundo a junta, essa opção se dera para evitar “tumulto popular” e “para conservar a ordem pública”, dando tempo suficiente para que as tropas e os povos mudassem de opinião a respeito do General Saldanha (Idem, p. 129). Afirmam o tempo todo para a Corte suas qualidades de “verdadeiros súditos” (Idem, p. 132) e “sinceros portugueses e amigos de V. A. Real” (Idem, p. 133). Ou seja, queriam dizer que o Rio Grande do Sul marchava pela causa do Brasil e que o governo organizado no Rio de Janeiro era o exemplo seguido na província sulina.¹⁷⁹

Na segunda parte da *Revista do IHGB* de 1879, no IV Trimestre, há a publicação do “Índice Cronológico dos fatos mais notáveis da historia da Capitania, depois Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul”, material elaborado em fevereiro de 1867 e que finaliza mais um trabalho de Homem de Mello sobre o Rio Grande do Sul.

O índice iniciava em 1737 e acabava justamente em 1867, ano em que Homem de Mello assumiria como presidente da Província de São Pedro. O primeiro fato notável que compunha o índice era datado de 1737, exatos 130 anos antes de sua feitura (*Revista do IHGB*, 1879 (2), p. 115). Em 19 de fevereiro de 1737, entrava na barra do Rio Grande do Sul, o Brigadeiro José da Silva Paes. Ele vinha em expedição, com apetrechos de guerra, oficiais e soldados, totalizando 254 pessoas, dando início ao povoamento do Rio Grande. Em 1738, viria, procedente da Colônia do Sacramento, o

brasileira nos episódios que culminariam com a separação entre Brasil e Portugal. Diz Saldanha de Oliveira e Daun: “As notícias, porém, que há poucos dias chegaram do Rio de Janeiro e o decreto de S. A. R. de 03 de junho passado, pelo qual manda sem se ter consultado a vontade geral dos povos, e as Cortes Gerais onde quase todas as províncias deste Reino estão legalmente representadas; e somente com a audiência de dois procuradores do Rio de Janeiro, convocar naquela cidade uma Assembleia Constituinte e Legislativa, a qual desde logo deverá estabelecer as bases em que se há de firmar a independência do Brasil, publicado por Bando de hoje nesta capital, me tem persuadido que os passos políticos que acabam de dar-se naquela Corte se encaminham a desligar da Monarquia Portuguesa, pelo menos a parte meridional do Brasil, e que ofendem diretamente a Soberania Nacional; (...) Como prestei juramento de fidelidade ao Senhor D. João VI, Rei dos Portugueses, às Cortes Gerais e Constituintes da Nação, à Constituição que as mesmas Cortes fizeram, tendo igualmente jurado as suas bases: não posso, nem devo, como português, aderir a um sistema que se opõe inteiramente aos sagrados princípios adotados pela Nação, por El Rei, e por todos jurado: por cujos motivos me aproveito da liberal faculdade que S. A. R. concede no seu Proclama publicado na Gazeta do Rio de Janeiro, no qual se retirem todos os que forem de opinião contrária, considerando-me autorizado a renunciar os empregos que exercito nesta Província, a regressar à minha Pátria (...)”. PICCOLO, Helga. *Vida política no século XIX. Da descolonização ao movimento republicano*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1998, pp. 23-24.

¹⁷⁹ No dia 05 de setembro de 1822, nova carta do General João de Deus Menna Barreto e membros da Junta endereçada a Sua Alteza Real, o príncipe D. Pedro. Tratava da resolução do governo da Província de São Pedro, de sustar a retirada de Saldanha do Rio Grande. Eles não poderiam, segundo diz a correspondência, liberá-lo antes de averiguar se haveria culpa de conspiração contra o Império. Um documento é apresentado a seguir, datado de 28 de setembro de 1822, em que mostra que o vice-presidente rio-grandense, Menna Barreto, comunicava que recebeu a Carta Régia de 08 de agosto daquele ano, mandando retirar o Brigadeiro Saldanha, por terra, para o Rio de Janeiro. Segue-se na *Revista* a publicação de documentos que atestam a retirada de Saldanha, agora devidamente tomado como conspirador, do território rio-grandense. *Revista do IHGB*, Tomo XLII, parte 1, 1879, pp. 134-141.

Coronel Diogo Osório Cardoso e oficiais do regimento dos dragões com a finalidade de render Paes. Era a segunda data marcante que compunha o índice. A terceira data que o autor fornece como relevante é 1747, quando se deu a introdução do linho cânhamo no Continente de São Pedro. Nessa mesma data, uma provisão régia tratou de erigir em vila o presídio de Rio Grande, o que, de fato, não se executaria pelos próximos anos.

Outro fato marcante que o autor menciona foi a capitulação que o governador da Praça e Colônia do Sacramento, Brigadeiro Vicente da Silva Fonseca, sofrera sem resistência em 1762, entregando a Colônia ao governador de Buenos Aires, D. Pedro de Cevallos. Em 1763, seguiu a marcha vitoriosa de Cevallos, quando o Coronel Tomás Luiz Osório abandonou a fortaleza de Santa Teresa por temer a pressão de Cevallos. Ele entregou, ainda, São Miguel. Depois, Cevallos entrou em Rio Grande e o governador, Eloy de Madureira, retirou-se com seu arquivo para Viamão, fazendo famílias inteiras fugirem do Rio Grande do Sul para Santa Catarina ou em direção ao Rio de Janeiro, largando tudo que tinham (Idem, p. 120).

Em uma narrativa que privilegia, sem dúvida, os fatos políticos e militares da história provincial, o autor segue ligando os acontecimentos passados na região sul aos governadores nomeados para administrá-la. Como ponto interessante de seu índice está a preocupação que Homem de Mello tem em explicar os fatos e não somente elencar uma série de nomes e datas. Por exemplo, em 1769, ele esclarece quem é o Coronel Manoel Sepúlveda, que assume o governo do continente sob o nome de José Marcelino de Figueiredo, noticiando quem foi esse militar e dando conta, inclusive, de seu falecimento, fora do Brasil e já no século XIX. Sobre o governo de Figueiredo, qualifica-o como: “um dos mais notáveis do Rio Grande por seu valor, resolução e atividade militar” (Idem, p. 121). Foi ele, como esclarece Homem de Mello, o responsável pela mudança da capital de Viamão para Porto Alegre, em 25 de julho de 1773.

Os tratados de limites assinados pelo Brasil, bem como as principais batalhas em que a província sulina esteve envolvida defendendo o território nacional, também são elencados pelo índice organizado por Homem de Mello. Nessas lutas, Homem de Mello dá destaque especial a todos aqueles que considera serem os heróis rio-grandenses, defensores da integridade territorial do Brasil. Um desses nomes é o militar Manoel Marques de Souza, pai do Barão e Visconde de Porto Alegre. João de Deus Menna Barreto, herói da Batalha de Catalã, também é um nome de destaque na cronologia de Homem de Mello, assim como o são os do tenente-general Joaquim Xavier Curado e do

Coronel Bento Corrêa da Câmara, que continuou a lutar na batalha, mesmo ferido gravemente na ação.¹⁸⁰

Nas páginas que se seguem, o autor continua sua cronologia, chegando ao século XIX e retomando certos momentos que já haviam sido explorados nos documentos anteriormente apresentados por ele nos primeiros trimestres da *Revista do IHGB* de 1879, como, por exemplo, no caso que envolveu a junta governativa que nomeou o General João Carlos de Saldanha Oliveira e Daun presidente do Rio Grande e João de Deus Menna Barreto, seu vice, em 22 de fevereiro de 1822.

Seguem-se como relevantes as datas das batalhas em que o Rio Grande do Sul esteve envolvido devido à Campanha da Cisplatina, entre 1825 e 1828, com destaque particular para a Batalha do Passo do Rosário ou Ituzaingó, ocorrida em 1827, e que foi uma das maiores derrotas que o exército brasileiro teve na campanha, perdendo para as tropas dos exércitos oriental e argentino, estas sob o comando do General Alvear.¹⁸¹ E se momentos como esse são explorados em riqueza de detalhes como datas importantes, o mesmo não se pode dizer da Revolução Farroupilha. Homem de Mello, mais uma vez, se cala diante da Guerra Civil Farroupilha, simplesmente passando por cima do ano de 1835: sua cronologia menciona a data de 1831, ano da abdicação de D. Pedro I e nomeação da regência no Brasil, para imediatamente saltar para o ano de 1840, em que noticia o falecimento do Tenente-general Francisco das Chagas Santos, que fora presidente da Província de São Pedro em 1837, durante a guerra na província. Todavia, tal fato sequer é mencionado, dando Homem de Mello pura e simplesmente a participação de seu passamento, ocorrido no Rio de Janeiro. Em relação a 1845, o ano é aludido como importante pela visita que fez à província o Imperador. O historiador informa que esta gerou grandes festas e regozijo popular, mas novamente omite que

¹⁸⁰ A Batalha de Catalã (1817), descrita com riqueza de detalhes por Homem de Mello, foi uma grande derrota do inimigo oriental, em que as tropas luso-brasileiras, sob o comando do Marquês do Alegrete, capitão-general do Rio Grande, derrotam Artigas. Destacou-se nesta ação militar vitoriosa a figura de João de Deus Menna Barreto, por quem Homem de Mello tem grande admiração, e que, naquele momento, era chefe do regimento de milícias do Rio Pardo.

¹⁸¹ No último subitem deste capítulo, a famosa Batalha do Passo do Rosário ou Ituzaingó será novamente objeto de atenção. Por ora, basta destacar que a derrota sofrida pelo exército brasileiro para argentinos e orientais deixou profundas marcas na memória dos chefes militares e políticos envolvidos na questão Cisplatina. Na *Revista do IHGB*, as campanhas militares que envolveram a conquista e luta pela manutenção da região, seriam temas relevantes ao longo de todo o período imperial, inclusive dando origem a textos produzidos pelos associados da casa especialmente sobre o assunto. Um desses trabalhos foi a memória histórica “Recordações históricas que se prendem especialmente à campanha de 1827, na guerra travada entre o Brasil e a República Argentina sobre a questão da Província Cisplatina, e durante o comando do tenente-general Marquês de Barbacena, general-em-chefe do exército que operou naquela campanha, por J. J. Machado de Oliveira, Secretário Militar que foi do mesmo exército”. *Revista do IHGB*, 1860, Tomo XXIII, pp. 497- 584.

esse ano foi de extrema relevância para o Rio Grande por ter assinalado o fim de uma luta de quase 10 anos para com o Império.

De igual maneira, na história que Homem de Mello se permitia narrar, os anos posteriores a 1845 seriam marcantes somente pela perda dos grandes homens rio-grandenses, fossem eles ligados à província por nascimento ou por adoção: a partir do ano de 1847, as notícias são exclusivamente a respeito desses falecimentos e a cronologia, que antes trazia informações detalhadas sobre eventos tomados como importantes para cada ano citado, se transforma repentinamente em um obituário. Em 1847, o autor noticia o passamento do Visconde de São Leopoldo; em 1848, o do Conselheiro Corrêa Câmara; em 1849, foi a vez do Visconde de São Gabriel, João de Deus Menna Barreto, morto aos 80 anos; em 1855, Bento Manoel Ribeiro. 1856 teria sido marcado como o ano do passamento de Gaspar Francisco Menna Barreto e, em 1867, se foi o Barão de São Gabriel, João Propício Menna Barreto. E com esta morte, Homem de Mello finda sua cronologia. Mais uma vez, a interdição velada em se refletir sobre pessoas ou assuntos de um passado recente, se impunha fortemente. E para não falar dos vivos, Homem de Mello preferia reverenciar os mortos.

Também optou por tratar dos mortos quando oportunamente apresentou ao IHGB, no mesmo ano de 1879, na sessão de número 13 de 07 de novembro, um trabalho seu: “Notas históricas sobre o general Manoel Luís Osório, Marquês do Herval”.¹⁸² Na ocasião, a Comissão de Estatutos e Redação da *Revista do IHGB*

¹⁸² Por todo o país, homenagens a Osório eram realizadas desde que sua figura ganhou destaque nacional por sua atuação nos campos de batalha do Paraguai. Em seu terceiro número, o periódico sulino *A Sentinela do Sul*, surgido em Porto Alegre no ano de 1867 (o periódico duraria até 1869 e tinha como peculiaridade ser o primeiro jornal ilustrado do Rio Grande), retratava, em pleno desenrolar da Guerra da Tríplice Aliança, o “herói de Tuiuti” e ligava a figura do já lendário militar aos anseios dos rio-grandenses por maiores oportunidades na representação parlamentar. O discurso do jornal reforçava, mais uma vez, as alegações e queixas que os rio-grandenses costumavam fazer a respeito de seu papel de “guardião das fronteiras do Brasil”, aqui tantas vezes mencionadas: “No meio do luto que envolve a Província do Rio Grande, que tem 30.000 dos seus filhos em armas; por entre as lacerantes dores que constroem os corações de milhares de famílias, que nas longínquas praias do Paraguai viram sucumbir à metralha do inimigo ou à voragem da epidemia, existências caras, entes queridos sem poderem recolher os seus últimos suspiros, sem poderem prestar-lhes as derradeiras e funéreas honras; através do sombrio desespero que dilacera os corações dos patriotas rio-grandenses ao verem esta mesma província, tão eminentemente representada no campo de batalha, condenada ao ostracismo no Areópago do Brasil, as glórias conquistadas nas guerreiras lides à sombra do pendão auriverde, ainda acham sonoro eco nos peitos dos rio-grandenses. Dizimados pelo tributo de sangue que pagam em tão larga escala; repelidos do seio da representação nacional, os rio-grandenses não esquecem um só momento os seus deveres de brasileiros e cidadãos; resignados sofrem pela pátria e com a pátria exultam quando vitorioso e avante tremula o estandarte brasileiro sobre as hostes abatidas do inimigo, sobre as bombardas paraguaias, tomadas à baioneta! E como não ser assim, quando em todas essas glórias a melhor parte cabe aos rio-grandenses? Ei-la, essa cavalaria invejada pela velha Europa, em cujas filas Garibaldi aprendeu a ser herói; ei-los, esses generais provectoros, filhos da província, que os melhores louros colheram no Paraguai. Sua glória é a da província, seus louros, nossos são. Por entre os nomes de tantos heróis um há sobre

respondia negativamente a uma proposta feita havia algumas sessões pelo sócio Luiz Francisco da Veiga, sobre a inclusão do nome do legendário herói rio-grandense dentre os membros falecidos do IHGB naquele ano social.¹⁸³ A intenção do proponente era a de que o orador pudesse fazer o elogio histórico do venerado soldado na sessão aniversária do Instituto, homenagem restrita somente aos sócios falecidos da agremiação.¹⁸⁴ Como o parecer foi contrário à proposta, Homem de Mello, aproveitando-se da ocasião, imediatamente lera trabalho de sua autoria acerca do ilustre finado, dando provas, mais uma vez, de que era um historiador atento às figuras salientes da história de seu país.¹⁸⁵

todos que de orgulho faz palpitar os peitos rio-grandenses. É o de Manoel Luís Osório, do herói do Passo da Pátria, do vencedor de Itapiru, de Esteiro Belaco e de Tuiuti, desse gênio tutelar do exército brasileiro, que das cercanias de Montevidéu conduziu os nossos bravos ao coração do Paraguai e aí conquistou as posições que ainda hoje ocupam as forças aliadas. Osório, esta figura titânica, digna de ser cantada por Homero, que como o primeiro vulto destaca neste quadro de luto e glórias, que representa a cruzada civilizadora do Brasil contra o déspota da república guaraníca, é o ídolo dos rio-grandenses que nele contemplam um dos filhos mais ilustres do seu torrão natal, e que das glórias partilham, que sua valente espada souberam conquistar para a pátria comum. Digno êmulo dos Abreus e Menna Barretos, que ao Rio Grande deram as glórias do passado; vulto grandioso que em letras indeléveis traçam o seu nome nas páginas de ouro do livro do presente, que comemora os feitos dos Marques de Souza, dos Netos e Canabarras, Osório, o primeiro entre os soldados brasileiros, também é a primeira glória de sua província natal, é o filho mais querido desta terra de heróis, tão exímia nas lides guerreiras em prol da honra da nação, quão grandiosa na abnegação e nobremente resignada aos mais pesados sacrifícios”. “Osório”. In: *A Sentinela do Sul*. Porto Alegre, 1867, Ano I, n. 1, pp. 3-6.

¹⁸³ Em sua justificativa para propor o nome de Osório como sócio, dizia Veiga: “(...) o General Manoel Luís Osório, Marquês do Herval, não foi, por certo, historiador de pena, registrador de fatos e feitos alheios; mas foi um vero e ilustre historiador, porque escreveu, com sua espada e sua lança, invictas páginas admiráveis da História deste país, páginas que serão documentos de ufania e títulos de nobreza de todas as gerações por vir neste portentoso Império americano”. Veiga queria que se fizesse o elogio histórico de Osório porque, para ele, o militar representava o heroísmo e, assim, deveria ser digno de homenagem, mesmo que não tenha escrito obras de história e, portanto, não tenha participado do IHGB. Para Veiga, esta era uma forma de sanar uma espécie de dívida que a história do país teria com um de seus heróis. Assim, ele utiliza justamente a história heroica da vida de Osório para justificar sua proposta. VEIGA, Luiz Francisco da. op. cit., p. 264.

¹⁸⁴ Como argumento para a rejeição à proposta, os pareceristas Tristão de Alencar Araripe e Manoel Jesuíno Ferreira usam os estatutos do IHGB: “Para a admissão de qualquer pessoa em alguma das referidas classes são exigidas certas condições individuais, e certas formalidades, que pressupõem vivo o candidato. Mas o General Osório é falecido e para admiti-lo sócio não só seria preciso dispensar essas condições e formalidades, como também criar uma nova classe de sócios, que deveriam denominar-se póstumos. Tudo isso envolveria infração de nossos estatutos. Bem se poderia dizer que essa violação tinha profundamente um motivo plausível e singular; mas violar os nossos estatutos por uma razão, embora especiosa, seria sempre uma causa de enfraquecimento das nossas regras sociais, de cuja exata observância depende o bom andamento e prosperidade da nossa associação. (...) Parece à comissão que o fim da proposta é dar ao finado general explícita demonstração de apreço pelos seus serviços de guerra em prol da pátria, fazendo-se o seu elogio histórico para ficar consignado nas páginas de nossa *Revista Trimensal*. Ora, se o Instituto quer honrar a memória do ilustre general, celebrando os seus feitos, pode-o fazer, encarregando a um de nossos consócios de escrever e apresentar nas nossas palestras literárias a biografia do distinto guerreiro”. *Revista do IHGB*, Tomo XLII, 1879, p. 276.

¹⁸⁵ Embora os pareceristas tenham negado a proposta de fazer o elogio histórico do General Osório no discurso apresentado pelo orador no final do ano, foi o próprio orador, Joaquim Manoel de Macedo que, em sua preleção, acabou por homenagear o famoso general, gastando algumas páginas de seu imenso discurso para narrar fatos grandiosos da história do herói militar rio-grandense. Macedo não se esquivou,

Porém, embora fosse cuidadoso em manifestar sua erudição acerca da história das províncias que conheceu, principalmente em relação ao Rio Grande do Sul, os trabalhos oferecidos por Homem de Mello, como aqui se pôde perceber, não corriam riscos e evitavam adentrar em discussões que pudessem envolver personalidades ainda vivas ou acontecimentos inconvenientes para o governo central. Monarquista e aliado ao governo de D. Pedro II, Homem de Mello optava por não polemizar. O mesmo não se pode dizer de um trabalho divulgado e também concluído no ano de 1879 pelo sócio Tristão de Alencar Araripe. Aventurando-se um pouco mais que seu consócio paulista, na sessão literária de 22 de agosto de 1879, o Conselheiro Araripe pediu a palavra e deu início à leitura de partes de seu “Guerra Civil do Rio Grande do Sul”.¹⁸⁶ Era a primeira vez que um associado do IHGB ganhava amplo espaço dentro da agremiação para expor um trabalho de sua autoria a respeito do conflito entre o Rio Grande e o Império,

inclusive, de citar a Guerra Civil Farrroupilha, conflito que sempre que tinha oportunidade, criticava impiedosamente, como marcante na trajetória de Osório. Dizia o orador: “Um exemplo e basta; embora fora das raias marcadas por nossos estatutos aos discursos do vosso orador, um exemplo só... e só como exemplo... Vivia ainda ontem, e o povo inteiro como que o tinha em conta de não sujeito à lei da morte... Vivia ainda ontem com praça no exército, ou antes armado cavaleiro na primeira juventude, desde a primeira juventude dormia ao relento à porta da barraca nos campos do sul... as ventanias que ali transmutam as montanhas de areias não o faziam volver o rosto; os gelos do inverno não lhe apagavam o fogo do coração... Na rebelião do Rio Grande do Sul, mantenedor sem jaça da legalidade, um dia, um corpo do exército legal não pôde resistir nem escapar ao inimigo; ele foi obediente parlamentar que obrigado teve de tratar a entrega: todos se renderam, menos ele, que à frente de seus cavaleiros retirou-se altaneiro. (...) Rebenta a guerra de desafronta nacional contra o déspota do Paraguai; ei-lo o primeiro general nomeado para comandar o exército brasileiro; aos olhos do Imperador toma parte no cerco que obriga a rendição de Uruguaiana, atravessa Corrientes, como leão que encrespa a juba, procurando o inimigo que ferira sua mãe, a pátria. (...) Os soldados não viram mais um simples homem naquele general. Bravo dos bravos, era na resistência rochedo inabalável, na investida arrebatado, violento, irresistível como o pampeiro dos mares do sul; nos bombardeios mais terríveis sereno passeava no campo, como um arroio que vai correndo manso. Sua lança era condão de vitória. Os soldados o tomaram em idolatria... todo o povo brasileiro amou-o com igual ardor. Esse homem chamava-se Osório, chamou-se barão, visconde, enfim marquês do Herval; mas soldados e povo o chamaram *legendário*”. MACEDO, Joaquim Manoel de. “Discurso do orador, o Sr. Dr. Joaquim Manoel de Macedo”. In: *Revista do IHGB*, Tomo XLII, 1879, pp. 342-344. Grifo no original.

¹⁸⁶ O historiador Hugo Hruby, em seu importante trabalho a respeito da obra do historiador Tristão de Alencar Araripe, apresenta percepção semelhante à deste trabalho ao narrar como teria se dado a leitura da obra “Guerra Civil do Rio Grande do Sul” no IHGB: “Sexta-feira, 22 de agosto de 1879, final da tarde no Paço Imperial. Com a presença do Imperador D. Pedro II, realizou-se mais uma sessão no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Ao final da reunião, o sócio Tristão de Alencar Araripe pediu a palavra e, com a permissão do monarca, iniciou a leitura do “ligeiro trabalho” sobre a primeira obra de pacificação que o Imperador enfrentara em seu reinado: a guerra civil do Rio Grande do Sul (1835-1845). O historiador cearense estreou naquele espaço de leitura e discussão, fixando o texto por uma *formalidade ritual*. O tema era assaz espinhoso para os obreiros envolvidos na preparação da escrita da História do Brasil. Essa leitura ensejou a publicação, por autor nacional, de um dos trabalhos mais longos nas páginas do periódico da instituição. Perscrutemos essa narrativa embaraçosa, analisemos seus meandros, sigamos as diferentes leituras e a experiência do historiador do Ceará, a partir de agora, estabelecido e reconhecido na Corte”. HRUBY, Hugo. *O século XIX e a escrita da história do Brasil: diálogos na obra de Tristão de Alencar Araripe (1867-1895)*. Porto Alegre: PUCRS, 2012, p. 152. (Doutorado em História).

certamente aquele que mais de perto ameaçou os brios e a paz interna do governo central. Esse será o assunto da próxima seção.

4.2. Com a permissão de Sua Majestade Imperial e dos ilustres colegas, “Guerra Civil do Rio Grande do Sul”

Foi desta maneira que Tristão de Alencar Araripe iniciava a leitura de seu gigantesco “Guerra Civil do Rio Grande do Sul”, trabalho que seria publicado pelo Instituto a partir de 1880 e ocuparia inúmeras páginas da *Revista do IHGB*:

Peço permissão à Vossa Majestade e aos meus ilustres consócios, para fazer a leitura de um ligeiro trabalho que escrevi sobre a guerra civil do Rio Grande do Sul, começada em 1835 e prolongada por decênio. Por algum tempo hesitei em apresentar esse trabalho à tão distinta corporação, desconfiando da insuficiência dele e temendo ser enfadonha a leitura; lembrando-me, porém, que o mérito do trabalho não está no que escrevi, e sim na coleção dos documentos que formam a parte principal dele, resolvi trazê-lo a vosso conhecimento, vencendo o natural acanhamento de exhibir trabalho literário entre tão doutos colegas.

Membro deste Instituto, corre-me a obrigação de satisfazer os encargos dos nossos estatutos, que impõe-nos o dever de contribuir para o aumento do cabedal que devemos preparar para os futuros escritores: quis eu por isso começar a pagar o meu tributo; e se a complacência dos meus dignos consócios convidar-me, prosseguirei em outras tentativas (*Revista do IHGB*, 1879 (2), pp. 242-243).

Assim, após apresentar humilde e delicadamente a questão sobre a qual se debruçava e obter a devida autorização do monarca e de seus mais doutos e fiéis súditos, Araripe prosseguiu na cuidadosa explicação de como lhe surgiu a ideia de narrar a história da controversa rebelião sulina: fora a partir de uma visita sua à secretaria da presidência do Rio Grande do Sul, na ocasião em que se deparou com “um livro toscamente encadernado” (Idem, p. 243) que, por curiosidade, examinou. Esse livro, segundo Araripe, continha o registro da correspondência dirigida da campanha contra os farrapos pelo general imperial, que daquele local conduziu a guerra. Diz ele:

Li e achei dignas de nota algumas peças que copiei. Nisto parou a minha curiosidade, quando em dias do ano passado o nosso digno consócio o Sr. Pereira Coruja leu-nos aqui uma gazeta daquela província, contendo vários documentos relativos à rebeldia do Sul.

Despertou-me então o desejo de coordenar as cópias que tinha, e *vendo-as lacunosas* no seguimento da correspondência oficial depositada no arquivo público, e fui colhendo os documentos que parecem úteis para dar noção do acontecimento a que me tenho referido.

O resultado desta diligência trago hoje à vossa apreciação. Cumpre observar que, para consultar os documentos do arquivo público, requeri ao governo imperial a necessária licença; e dirigindo-me àquele estabelecimento, ali encontrei tão benévolo acolhimento da parte do nosso consócio Dr. Machado Portella, que animou-me a revolver a extensa correspondência ali existente relativa ao fato que procurava conhecer, deixando-me disposição para prosseguir em outras investigações (Idem, pp. 243-244. Grifos meus).

No entender de Araripe, se podia qualificar a guerra civil farrapa como um acontecimento relevante e mais: um episódio que fazia parte da história política imperial, algo impensável de ser escrito na *Revista* alguns anos antes:

Eis a origem do presente opúsculo, com cuja audiência os meus respeitáveis consócios avivarão a lembrança de um acontecimento importante da nossa história política, e Vossa Majestade, recordará a primeira obra de pacificação com que estreou o seu reinado, já tão longo e assinalado pelos atos de dedicação e de patriotismo com que têm empreendido o desenvolvimento da civilização do país (Idem, p. 244).

Nessa sessão, ele inicia a leitura de sua obra, prosseguindo na sessão seguinte, ocorrida em 12 de setembro de 1879, e nas demais sessões daquele ano, sucedidas em 26 de setembro, 07 e 21 de novembro e 05 de dezembro.

No relatório apresentado pelo 1º secretário do IHGB para 1879, José Ribeiro de Souza Fontes, as impressões sobre o trabalho de Araripe eram positivas, embora o relator tenha feito ressalvas quanto à matéria:

Na sessão de 12 de setembro o Sr. Conselheiro Alencar Araripe continuou a leitura do seu judicioso e imparcial trabalho, intitulado *Guerra civil do Rio Grande do Sul*. O critério do autor recomendaria só por si a obra, ainda quando o assunto não fosse de tanta transcendência. Consta essa memória de duas partes: uma expositiva e outra documental. A parte expositiva faz a narração dos acontecimentos desse movimento político, mostrando as suas diversas peripécias, as quais constituem três períodos distintos. O primeiro é aquele em que o movimento manteve-se dentro da união nacional,

procurando os agitadores obter a reparação de apregoadas ofensas recebidas do governo imperial, e de direitos que julgavam conculcados e que em nome da providência buscavam vindicar. No segundo período os agitadores passaram à rebelião, rompendo o vínculo da comunhão brasileira e proclamando o sistema republicano. Durante o terceiro período a revolução decaiu e o governo central consegue chamar os rebeldes ao grêmio do Império.

A exposição dá notícia de todos os sucessos importantes da revolução, das providências do governo imperial e das relações da rebeldia com os Estados vizinhos; assim prepara mais profícua leitura dos documentos, porque o leitor a iniciará tendo já noção do complexo dos fatos, das suas relações de sucesso e contingência e do êxito deles (Idem, p. 302).

Oferecendo bastante espaço em seu relatório para tratar especificamente do trabalho de Araripe (das nove páginas de texto, duas são dedicadas somente à exposição de “Guerra Civil do Rio Grande do Sul”), o relator reforça a ideia de que a memória histórica do Conselheiro fora baseada em documentação confiável e autêntica, além de apresentá-la como uma obra fundamental para se conhecer mais de perto as razões da eclosão do evento revolucionário. Diz assim:

A parte documental compõe-se de *peças públicas e particulares de notória autenticidade*, as quais, dispostas por ordem de matérias e de datas, mostram a série dos principais acontecimentos da revolução desde o seu começo em 20 de setembro de 1835 até a sua terminação em 1º de março de 1845.

Pretende o autor que, lida a exposição e consultados os documentos, *poderá cada um formar por si juízo sobre os protagonistas dessa revolução política por que passou o sul do Império em um tempestuoso decênio.*

A memória tornar-se-á, pela maneira que nela se trata do assunto, um verdadeiro processo da revolução rio-grandense. Por ele conhecerá o leitor das causas dela, das intenções dos seus promotores, do espírito com que eles a dirigiram e sustentaram, e do esforço com que o governo central manteve a integridade do Império (Idem, pp. 302-303. Grifos meus).

Estava preparado o terreno. Após tão pormenorizados esclarecimentos, o IHGB parecia pronto para aceitar e dar publicidade a um ensaio histórico sobre a rebelião sulina, que mesmo 44 anos após seu início e 34 anos após seu término, ainda afetava a memória daqueles que a viram ocorrer, permanecendo como uma lembrança desagradável a ser narrada dentro da história brasileira e, por isso mesmo, tão

relutantemente adiada. Porém, era chegada a hora de o IHGB tomar parte a essa questão, que nem mesmo no Rio Grande do Sul fora capaz de ser enfrentada sem receios. Na província sulina, poucas tentativas houve de lidar com o decênio farrapo: havia, como se viu no capítulo 2 desta pesquisa, uma tímida tentativa de dar publicidade ao conflito com a publicação de um decreto farrapo de autoria de Domingos José de Almeida, documento relativamente longo para os padrões daqueles que eram divulgados nas páginas da *Revista do IHGPSP*. Semelhante ideia de divulgação de documentos sobre a contenda farrapa foi levada a cabo por outros periódicos literários rio-grandenses, como as *Revistas do Partenon Literário* e *Murmúrios do Guaíba*, que se empenharam com um maior fôlego nessa tarefa e conseguiram dar publicidade à documentação mais abundante sobre a guerra civil,¹⁸⁷ caso que também ocorreu em outros jornais e folhetos rio-grandenses.¹⁸⁸ Havia, ainda, os romances históricos de Caldre e Fião – *O Corsário*, de 1851 – e Luis Alves de Oliveira Bello – *Os Farrapos*, de 1877, além das reminiscências registradas por Francisco de Sá Brito, chamada “Memória sobre a Revolução de 20 de setembro de 1835”, cuja escrita foi realizada

¹⁸⁷ Na *Revista do Partenon Literário*, que circulou, com algumas interrupções, entre 1869 e 1879, amplo material sobre o decênio farroupilha foi publicado. Em minha dissertação de mestrado, examino esses escritos, tendo em vista mostrar que, dentro do grupo partenonista, a utilização da guerra civil estava mais ligada à construção de uma tradição heroica para o Rio Grande do que tendo como intuito alimentar ideias separatistas com vistas a ameaçar a soberania nacional. Em relação à *Revista Murmúrios do Guaíba*, a publicação teve apenas seis números, mas trouxe à luz significativo corpus documental sobre a Revolução Farroupilha. Foi José Bernardino dos Santos o compilador e responsável pela divulgação desse material nas páginas do periódico: já em seu segundo número, se deu a publicação da série “Revolução da Província (1835-1845)”. Na introdução ao trabalho, Bernardino informava que a escolha em publicar uma coleção de documentos sobre a Revolução Farroupilha, no lugar de produzir uma narrativa histórica sobre o evento tinha a ver com sua incapacidade de escrever com imparcialidade sobre o assunto. Diz ele: “Estes grandes espetáculos nos arrebataram e o entusiasmo nos movia a pena; e assim, se por insuficiência desistimos de uma empresa grandiosa, o egoísmo nem o despeito de nossa própria defecção íntima pelas palavras do historiador que citamos [Lamartine] nada influem em nosso espírito, pois que gostosamente contribuiremos para que outros levem a efeito (o que já é tempo) essa missão, de que nos julgamos incapazes; e a esses com prazer oferecemos tudo quanto podemos reunir em longas e enfadonhas investigações, em trabalho assíduo e por sua natureza difícil, no empenho de coleccionar documentos oficiais e autênticos, que possam servir de prova quando forem levados ao tribunal da história essa época e os seus pró-homens, os personagens que figurarão nesse grande drama de sangue de que foi teatro a Província do Rio Grande do Sul desde 20 de Setembro de 1835 até o 1º de maio de 1845”. SANTOS, José Bernardino dos. “Revolução da Província (1835-1845)”. *Revista Murmúrios do Guaíba*, 1ª série, n. 2, fevereiro de 1870, p. 78. Sobre o material divulgado tanto na *Revista do Partenon* quanto nos *Murmúrios do Guaíba*, ver BOEIRA, Luciana Fernandes. op. cit., pp. 89-122.

¹⁸⁸ Júlio Petersen informa que ocorreram, ainda, na Província de São Pedro, publicações de documentos sobre a Revolução Farroupilha em jornais da época, como *O Povo*, de Piratini, *O Artilheiro* e *O Mensageiro*, ambos de Porto Alegre e *O Americano*, de Alegrete, que era o jornal oficial da República Rio-grandense, editado entre os anos de 1842 e 1843. Quanto aos folhetos que diziam respeito à temática farroupilha, Petersen cita *O cidadão Domingos José de Almeida a seus compatriotas* (1835); *Manifesto do Presidente da República Rio-Grandense, em nome de seus constituintes* (1838) e *Negócios do Rio Grande* (1848), todos de Domingos José de Almeida. PETERSEN, Júlio. “Apresentação”. In: BARCELLOS, Ramiro Fortes de. *A revolução de 1835 no Rio Grande do Sul*. 2. ed. Fac. Sim. Porto Alegre: Codec/ CORAG/AHRS, pp. VIII-XIV.

entre 1870 e 1875, mas publicada em livro somente em 1950, sob o título de *Memória da Guerra dos Farrapos*.¹⁸⁹

Nos III e IV Trimestres do tomo XLIII da *Revista do IHGB*, publicado em 1880, foi possível de ser condensada toda a parte histórica da memória de Araripe. A publicação dessa primeira parte somava 249 páginas, divididas 35 capítulos. No capítulo primeiro, intitulado “Observações acerca da história rio-grandense e sobre documentos a ela referentes”, Tristão de Alencar Araripe tece interessantes considerações acerca do movimento farroupilha. Inicialmente, afirma que o movimento revolucionário produziu uma situação política difícil para a história do Império. Este, segundo Araripe, preferiu qualificá-lo como “República de Piratini”, enquanto os autores ligados aos farrapos o denominaram “Estado rio-grandense”. De acordo com o autor, a história da guerra civil farroupilha pode ser dividida em três momentos-chave: a sedição, quando a “desobediência pedia justiça”; a época da rebelião, período em que “renegava-se a comunhão brasileira” e, finalmente, a sujeição, “em que os desobedientes e os rebeldes regressaram ao grêmio nacional” (*Revista do IHGB*, 1880 (2), p. 116).

Ao longo do texto, Araripe critica a designação que os rebeldes deram ao movimento, chamando-o de democrático. Para ele, havia uma “suposta república”, mas afirmava que a realidade era bastante diversa daquela que queriam sustentar os farroupilhas.¹⁹⁰ De acordo com Araripe, a rebelião rio-grandense se caracterizava como

¹⁸⁹ Em 1904, as memórias de Sá Brito tinham sido reproduzidas no *Almanack Literário e Estatístico do Rio Grande do Sul para 1904*. No ano de 1950, ganharam forma de livro, acrescidas de prefácio, introdução biográfica e notas explicativas, todas elas elaboradas por Paulino Jacques e publicadas pela Gráfica Editora Souza, do Rio de Janeiro. Em 1985, em decorrência das comemorações pelo Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, o governo do Estado do Rio Grande do Sul publicou novamente a memória de Sá Brito, em uma reedição fac-similada da edição original de 1950. A respeito de sua motivação para escrever a dita memória, trabalho que Sá Brito realizou em sua velhice, diz o autor: “Não tenho dados nem suficiência para historiar a revolução a que me refiro, nem é outra minha intenção senão deixar a meus filhos uma memória de fatos que presenciei ou que se deram durante essa época de heroísmo e de desgraças, para que ao menos possam defender meu obscuro nome de imputações não merecidas, se algum dia for assim preciso”. SÁ BRITO, Francisco de. *Memória da Guerra dos Farrapos*. Porto Alegre: Corag, 1985, p. 118.

¹⁹⁰ Nas palavras de Araripe, “§3. Embora sob especiosa denominação democrática prosseguisse o movimento revolucionário, a realidade da coisa bem longe estava da sua epígrafe. Com efeito, a rebelião rio-grandense conseguiu apartar-se da confraternidade brasileira, subtraindo grande parte da província à obediência das autoridades imperiais. Constituiu governo e deu-lhe o nome de república; mas convém observar que nunca o chefe supremo desta intitulada república que, na linguagem da rebeldia, constituía um povo soberano e independente, sem juiz nem superior sobre a terra, foi erguido pelo voto popular em comícios regulares; antes pelo contrário, o Presidente da República de Piratini jamais teve outro título de legitimidade senão o arbítrio de poucos caudilhos, autores da rebeldia”. ARARIPE, Tristão de Alencar. “Guerra Civil do Rio Grande do Sul”. In: *Revista do IHGB*, Tomo XLIII, parte 2, 1880, p. 116.

um movimento de “caráter egoístico” (Idem, p. 123) e que foi amparado pelo “espírito da caudilhagem” (Idem, p. 125).

Embora a obra de Araripe chame atenção por ter conseguido o feito de ser publicada na *Revista do IHGB*, já que pairava na instituição uma orientação no sentido de evitar dar publicidade ao movimento farroupilha, foi o próprio autor quem classificou sua memória histórica como um ensaio, uma verdadeira preparação para a posterior escrita da história da Revolução Farroupilha. Tanto é assim que Araripe considerava a parte documental de sua memória muito mais importante que àquela dedicada à história. Uma obra de história sobre a guerra farrapa, segundo seu entendimento, somente poderia ser escrita no futuro, quando as paixões sobre o conflito estivessem extintas. Conforme ele,

Ninguém desconhece a importância de um acontecimento que trouxe a separação de parte do território brasileiro para constituir governo independente por um decênio; portanto, ninguém desconhecerá também a necessidade de bem conhecer e apreciar o fato em suas causas, progresso e terminação.

Ainda não temos a história da época deste sucesso, nem é ainda tempo de escrevê-la, visto não ter ainda chegado o remanso das paixões para que o escritor, como juiz imparcial, possa expender a verdade sem proferir considerações individuais.

Escrever dos contemporâneos, emitindo juízo, é correr o perigo de exagerar a apologia pela amizade, ou engendrar censuras pelo ódio. A história não tem complacências e tão somente dignifica-se pela verdade; mas para quê pungir os vivos, quando o reclama o bem da humanidade e faltam elementos de imparcialidade? (*Revista do IHGB*, 1880 (2), p. 125).

No seu entendimento, a competência e a imparcialidade necessárias para escrever a história seriam dadas pelo afastamento do objeto estudado e esse seria conseguido somente com o devido distanciamento temporal. Assim, recorrendo à célebre e tão evocada comparação entre o historiador e o juiz, sentencia Araripe,

O historiador é juiz; e o juiz deve ser competente e julgar pelo processo. A competência dá o tempo; o processo organiza-se pelos depoimentos, acumulando-se os documentos, em que estes se contêm. Escrever antes do tempo é ser juiz ilegítimo; é proferir sentença sem processo regular. Os contemporâneos não são historiadores; são apenas testemunhas e organizadores do processo.

O nosso egrégio Instituto bem compreendeu esta verdade; por isso fundou-se com o intuito não de escrever a história, mas de reunir documentos para que ela escreva-se oportunamente. Foi um lance de sabedoria dos beneméritos fundadores da nossa corporação (Idem, *ibidem*).

Segundo ele, o IHGB estaria, deste modo, preparando o terreno para que em tempo futuro a história pudesse ser narrada. Seu trabalho e o de seus colegas era, para Araripe, um importante serviço para “a preparação do processo histórico” e era “com este fim que hoje venho trazer à vossa apreciação alguns documentos que me pareceram úteis coligir e depositar no nosso arquivo” (Idem, p. 126).¹⁹¹

Nas páginas finais, compondo o trigésimo quinto e último capítulo da parte histórica, chamado “Nota deprecatória”, Tristão Araripe explicava, mais uma vez, o porquê de escrever uma memória histórica sobre a guerra farrapa:

Publicando a presente memória, desejo provocar esclarecimentos sobre o assunto dela. Muita satisfação terei se as pessoas que a lerem e que se interessam pela verdade histórica, vierem em meu auxílio, ministrando qualquer subsídio que possa corrigir enganos, emendar erros e suprir lacunas.

Ainda existem pessoas contemporâneas e testemunhas dos fatos da revolução rio-grandense, às quais podem hoje prestar serviço à causa da verdade: a elas especialmente me dirijo. Com prazer aceitarei qualquer informação, pois é meu intento que os fatos apareçam quais sucederam (Idem, pp. 358-359).

Ciente de que seu trabalho tinha o caráter de ser o primeiro, pedia o auxílio dos contemporâneos para corrigir seus enganos e prestar um serviço à verdade, na intenção de mostrar os fatos tais como teriam se sucedido. Nesse momento final da primeira parte de sua memória, Araripe informava, ainda, quais as obras por ele utilizadas para a pesquisa, além de comunicar quais eram os documentos que publicaria nos anos

¹⁹¹ Em sua já citada tese, Hugo Hruby faz uma excelente e pormenorizada análise das principais questões tratadas nos 35 capítulos da parte histórica da obra de Araripe. Sobre o trecho acima, o pesquisador comenta: “Alencar Araripe começou a situar seu trabalho no Tribunal da História e se deparou com o obstáculo cognitivo da recentidade dos fatos. Não chegou o momento do ‘remanso das paixões’ para que a História fosse escrita. Era cedo para escrever porque se corria o risco de ‘exagerar apologia pela amizade, ou engendrar censuras pelo ódio’. (...) Tristão de Alencar Araripe reiterou a defesa do caráter processual e não do julgamento de mérito dos eventos pretéritos e a omissão em expor, no desenvolvimento da narrativa histórica, suas considerações políticas e morais. Entretanto, no capítulo inicial do trabalho, já estava redigido o despacho do historiador-juiz. O julgamento sem apelação foi dado no início do processo”. HRUBY, Hugo. *op. cit.*, pp. 154-155.

seguintes, compondo a volumosa parte documental do estudo, que acreditava ser, afinal, o item que mais interessaria em toda a pesquisa.¹⁹²

Porém, se no IHGB a pesquisa de Araripe marcou a superação de antigos receios e foi bem recebida, o mesmo não se pode dizer sobre sua recepção no palco dos conflitos, o Rio Grande do Sul.

O teuto-brasileiro Carlos von Koseritz, um dos mais importantes jornalistas a atuar na Província de São Pedro na segunda metade do século XIX, usou a imprensa para combater ferrenhamente a obra de Araripe.¹⁹³ Na *Gazeta de Porto Alegre*, saída no dia 04 de março de 1881, se inicia a publicação de uma contundente crítica, intitulada “O livro do Sr. Conselheiro Araripe”.¹⁹⁴ Koseritz inicia sua análise destacando a singularidade da obra de Araripe:

¹⁹² A primeira parte de “Guerra Civil do Rio Grande do Sul”, composta pela narrativa histórica do conflito, continha 249 páginas divididas em 35 capítulos, publicados na *Revista do IHGB* de 1880. A parte documental era imensa: 590 documentos, divididos em 3 tomos da *Revista*, publicados em 1882 (Tomo XLV, parte 2), 1883 (Tomo XLVI, parte 2) e 1884 (Tomo XLVII, parte 2), somando 790 páginas. Ao total, a obra de Araripe ocupou nada menos que 1039 páginas da *Revista do IHGB*.

¹⁹³ Carlos von Koseritz (1834-1890) era alemão de nascimento, tinha origem nobre e, segundo seus biógrafos, espírito aventureiro. Por tal característica, veio ao Brasil com dezessete anos, como soldado mercenário junto aos *Brummer*, contratado para lutar na guerra contra Rosas. No Rio Grande do Sul, casou-se com a filha de um ruralista e iniciou uma bem-sucedida carreira na imprensa e também no magistério e nas letras, escrevendo, ao longo da vida, ensaios, peças de teatro e romances de ficção. Chegou a compor, ainda, o grupo do Partenon Literário. Sua reputação como jornalista crescia a cada dia, a ponto de se falar em uma “Era Koseritz” na imprensa rio-grandense. Dentre os jornais que fundou ou foi colaborador, figuram *O Povo* e *Eco do Sul*, de Rio Grande; *Noticiador* e *Brado do Sul*, de Pelotas; *Deutsche Zeitung*, *Sentinela do Sul*, *A Lanterna*, *A Acácia*, *Eco do Ultramar*, *O Combate*, *Koseritz Deutsche Zeitung*, *Koseritz Deutsche Kalender*, *Gazeta de Porto Alegre* e *Jornal do Comércio*. Grande polemista, o maçom Barão von Koseritz era defensor, na política, das ideias liberais e da imigração alemã. Foi um dos fundadores da loja maçônica teuto-brasileira *Concórdia* e, como político, foi partidário de Gaspar Silveira Martins, elegendo-se deputado provincial pelo Partido Liberal de 1883 a 1886. Monarquista convicto, se envolveu, no final da vida, em discórdias políticas com os republicanos, o que colaboraria com desgostos que o levaram à morte por ataque cardíaco, após passar curto período preso, em 1890. Sobre Carlos von Koseritz, ver ZILBERMAN, Regina; MOREIRA, Maria Eunice; ASSIS Brasil, Luiz Antonio de (org.). *Pequeno dicionário da literatura do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. Novo Século, 1999, pp. 51-52; DILLENBURG, op. cit., p. 28; GANS, Magda Roswita. *Presença teuta em Porto Alegre no século XIX (1850-1889)*. Porto Alegre: IFCH/UFRGS, 1996. (Mestrado em História).

¹⁹⁴ Koseritz fala em “livro”, pois sua análise recai sobre a publicação em separado que se deu da memória histórica que o Conselheiro Araripe lera no IHGB e que foi lançada no Rio de Janeiro, em 1881, pela Tipografia Universal de E. & H. Laemmert, sob o título *Guerra Civil no Rio Grande do Sul, memória acompanhada de documentos lida no Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*, contendo 250 páginas. Nessa edição, somente a primeira parte (histórica) da obra foi publicada. Hruby chama atenção para a modificação sofrida pelo título nessa publicação em livro: “Não obstante a pequena incongruência no título, ‘no’ em vez de ‘do’, que altera a abrangência do conflito, a publicação em separado não dispensa a força do lugar onde foi apresentada a memória: constou na capa como lida no Instituto Histórico”. HRUBY, Hugo. op. cit., p. 152; Há uma edição fac-similar da obra de 1881, publicada em Porto Alegre em comemoração ao Sesquicentenário da Revolução Farroupilha. Nessa publicação, se encontram, ainda, notas de apresentação em que constam algumas referências às críticas que fizera Koseritz a Araripe na *Gazeta de Porto Alegre*. ARARIPE, Tristão de Alencar. *Guerra civil no Rio Grande do Sul: memória acompanhada de documentos lida no Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*. Porto Alegre: Corag, 1986.

A primeira obra que se publica sobre a guerra civil que devastou esta província, durante um decênio, cheio de sofrimentos, mas também repleto de glórias para o povo rio-grandense é um acontecimento que deve fixar a atenção pública.

Os pequenos trabalhos do Dr. Saturnino de Souza Oliveira, publicados durante a Revolução; alguns artigos do finado cidadão Domingos José de Almeida e documentos do Arquivo da República, pelo mesmo publicados no extinto *Brado do Sul*, de Pelotas; finalmente, o apanhado cronológico que fez o Sr. Dr. Homem de Mello, - eis aí tudo quanto existia publicado sobre essa guerra civil, que tão de perto interessou à província. Félix da Cunha quis escrever a história da Revolução, mas morreu antes de encetar o trabalho; Eudoro Berlink tratou dela com notável espírito de justiça na sua “Biografia do Conde de Caxias”, que também não chegou a terminar, o Dr. Ramiro Fortes de Barcellos está preparando o material necessário para uma “História da Guerra Civil do Rio Grande” – mas o fato é o que agora temos à vista (*Gazeta de Porto Alegre*, 04 de junho de 1881, s/p).¹⁹⁵

Após localizar a obra, Koseritz é mais enfático em seu julgamento, apreciando que um rio-grandense, por sua própria condição de filho da terra e conhecedor de suas tradições, teria melhores qualidades de escrever sobre a luta farrapa:

Cumpre-nos, pois, em primeiro lugar, reconhecer o serviço que o Sr. Conselheiro Araripe prestou à história da província, escrevendo a primeira obra sobre a Revolução e em segundo lugar a despreziosa modéstia com que se S. Ex. se apresenta ao público. E não obstante, diremos com franqueza, teríamos preferido que o S. Ex. não tivesse publicado a sua memória, porque a primeira obra histórica sobre a Revolução deveria ter sido escrita por um rio-grandense, que conhecendo as tradições de sua terra, teria desenvolvido pontos de vista mui diferentes. Dir-nos-ão, talvez, que o objetivismo próprio do historiador teria sofrido neste caso: não duvidamos, mas a apreciação teria sido mais verdadeira, e, sobretudo, – mais rio-grandense (Idem, *ibidem*).

Argumentando que obra de Araripe não seria verdadeira, Koseritz une o fato do historiador Araripe, além de ser “de fora”, ainda ser um dirigente político– e ligado aos imperiais. Koseritz também salienta que faltava à obra um ponto vital: não se baseara nos arquivos dos rebeldes ou nas testemunhas do movimento, não sendo capaz de (re)

¹⁹⁵ Os diversos recortes do jornal *Gazeta de Porto Alegre* consultados para essa pesquisa, nos quais o jornalista Carlos von Koseritz analisa a obra de Araripe, se encontram depositados no Arquivo do IHGB, no Rio de Janeiro. KOSERITZ, Carlos von. *Artigos de Carlos von Koseritz sobre a obra do Conselheiro Tristão de Alencar Araripe “Guerra Civil no Rio Grande do Sul”*. 1881. IHGB. Arquivo e Coleções Particulares. Acervo Alencar Araripe (ACP09). DL 820.7. Lata 820. Pasta 7.

conhecer, portanto, o lado e os motivos dos farroupilhas. Havendo, pois, um agravante desse porte - o problema de fontes, a obra não poderia se sustentar, como se depreende dessa passagem:

Os arquivos da República, que ainda existem, também não lhe foram acessíveis; alguns pró-homens da Revolução, que ainda vivem, não tiveram contato com o ex-presidente desta província. S. Ex. viu-se obrigado a lançar mão, só e exclusivamente, dos documentos oficiais existentes na secretaria do governo e dos subsídios que lhe puderam prestar os Arquivos Públicos do Império. Isto quer dizer que o Sr. Conselheiro só ouviu a voz da legalidade, que só enxergou os acontecimentos pelo prisma do governo legal e dos seus delegados; que, portanto, é unilateral em todas as suas apreciações e juízos. É este o grande, o imenso defeito do livro do ilustre magistrado cearense (Idem, *ibidem*).

Mais que defeitos, Koseritz apresentava motivos suficientes para o completo descrédito da obra do conselheiro imperial. Mordaz, o jornalista completa:

Desde a primeira até a última página do livro, ouve-se ali a voz da legalidade, esta voz, ainda saturada das paixões do momento, injusta sempre, frequentemente cruel para com os rebeldes da Esparta do Sul. Tudo quanto de nobre e grandioso na atitude desse povo heroico, durante esse decênio de lutas, não o sabe, não o compreende o autor do livro.

Velho magistrado, homem metódico, filho do Norte, que não compreende esse vibrar especial da fibra do patriotismo dos campos do sul, fez o Sr. Araripe um apanhado de dados parciais, tomados dos arquivos da legalidade; (...) encarou todos esses grandes feitos, filhos do entusiasmo e do amor à terra do Rio Grande, com o *criterium* do legalista e publicou uma obra que amesquinha o movimento popular do Rio Grande, que fere a verdade histórica e deprime o caráter deste heroico povo (Idem, *ibidem*).

Embora aproveite para criticar a figura do “velho magistrado” nortista, um “estrangeiro”, Koseritz acaba por reconhecer que a obra do conselheiro somente veio a público por uma falta dos próprios rio-grandenses, que até aquele momento não haviam tido a coragem de se debruçar seriamente sobre a Revolução Farroupilha, sempre postergando nela tocar. Diz assim:

A culpa não é do Sr. Araripe; S. Ex. não pode mudar as condições de seu juízo; não é rio-grandense; é antigo magistrado, é homem metódico, algum tanto pedantesco e inacessível a esses entusiasmos que fazem palpitar o grande coração do povo. A culpa é do Rio Grande: é de tantos filhos seus, ilustres pelo talento e pelas letras, que até hoje descuraram da gratíssima tarefa de decantar as glórias desses ilustres rio-grandenses que com sua espada traçaram a brilhante epopeia dos dez anos. Não o fizeram; - as estéreis lutas da política do campanário, as palestras, as polêmicas nas efêmeras páginas da imprensa diária absorveram-lhes toda a atenção. A atividade toda. E assim deixaram que a primeira voz que se fizesse ouvir em público fosse a da legalidade, que amesquinha tudo, que inverte os fatos e turva a verdade. Ainda mal (Idem, *ibidem*).

Após concluir, na primeira parte de sua crítica, sua impressão geral acerca do livro de Tristão Araripe, Koseritz segue pontuando, um a um, os problemas de *Guerra Civil no Rio Grande do Sul*, estendendo a análise por vários números do periódico (a apreciação crítica está dividida em doze partes, todas publicadas na *Gazeta de Porto Alegre* entre os meses de junho e julho do ano de 1881). Na parte final, publicada em 19 de julho de 1881, o jornalista evoca o dever da imprensa e conclui:

Uma folha rio-grandense não pode deixar de protestar contra os injustos e temerários juízos formados por S. Ex. É pena, porque sem aquela emissão de juízos teria S. Ex. bem merecido da província que já governou (*Gazeta de Porto Alegre*, n. 160, 19 de julho de 1881, s/p.).

Para ele, Araripe, ex-presidente provincial, fora injusto para com o Rio Grande e tentou “marear-lhes as glórias, desfazer na estatura colossal e imponente dos homens de seu passado” (Idem, *ibidem*).¹⁹⁶ Cumprindo seu papel, a *Gazeta de Porto Alegre* “lavrou o seu protesto. Fizemos o nosso dever; agora – *faciant meliora potentes*” (Idem, *ibidem*).

¹⁹⁶ Hruby também se refere com propriedade às críticas do jornalista teuto-brasileiro: “Koseritz levantou a hipótese de que o Conselheiro ‘levou ressentimentos do Rio Grande e que estes influíram sobre seu pensamento’. Ao investigar a gestão de Araripe, não se pode relegar a forte oposição liberal que o então presidente da Província de São Pedro sofreu da Assembleia Provincial. Nesse momento, os republicanos rio-grandenses ainda usavam o Partido Liberal para suas reivindicações. O lema partidário era: ‘A continuidade da legenda de 35’. Ao aludir aos farrapos, os liberais se identificavam com eles nas reivindicações. Após a saída de Araripe do governo provincial e com a volta dos gabinetes liberais, terminou o domínio conservador no Rio Grande do Sul”. HRUBY, Hugo. op. cit., pp. 168-169.

Logo veio a resposta dos rio-grandenses: tentando superar a obra do conselheiro imperial, o jovem Joaquim Francisco de Assis Brasil lançou, em 1882, *História da República Rio-grandense*, encomenda do grupo de que fazia parte, o Clube Vinte de Setembro, aliança de estudantes rio-grandenses que cursavam Direito na Faculdade de São Paulo e que eram defensores de ideias republicanas.¹⁹⁷ Na apresentação do livro, o jovem bacharel reforçava suas convicções republicanas, ligando as causas da Revolução Farroupilha à necessidade sentida no Rio Grande, como em outras partes do Brasil, ao estabelecimento de um sistema federativo no país.¹⁹⁸ Ainda, chamava atenção para o pouco tempo que tivera para produzir a tarefa da qual foi designado pelos colegas republicanos:

Esta obra é ainda um esforço na direção das ideias que expus e sustentei na *República Federal*. É convicção minha, fortalecida cada vez mais pelo estudo e pela meditação, que as revoluções mais importantes que abalaram outrora o país, e cujo ideal ainda não foi satisfeito, tiveram como causa principal a necessidade do estabelecimento do sistema racional da federação, que também se

¹⁹⁷ Segundo Angela Alonso, foi a partir do descontentamento gerado pelo enraizamento de uma oligarquia liberal no comando do governo do Rio Grande do Sul que se configurou uma crise política nos anos 1870 e o protesto contra os dois partidos imperiais, Liberal e Conservador. Foi nesse momento que emergiu na cena política rio-grandense um grupo de jovens marcadamente conectados por laços pessoais e que formou associações, fundou jornais e publicou obras e artigos sobre o republicanismo, além de criar um partido político. Dele, faziam parte Assis Brasil, Ramiro Barcelos e José Gomes Pinheiro Machado, entre outros. Predominavam neste grupo mais amplo os filhos de estancieiros “economicamente estacionários ou em decadência, sem vínculos com a oligarquia política da província (...). Ao contrário do grupo paulista e dos novos políticos liberais, estes homens nada tinham de cosmopolitas. A Corte e São Paulo eram seu máximo de distância. A existência de negócios locais reclamando a permanência ou o retorno à província de origem é comum aos paulistas e gaúchos. Os grupos originários dessas localidades tenderam a consolidar tanto a unidade quanto o ponto de vista dos anos de escola, empenhando-se em atividades políticas e intelectuais predominantemente provinciais. Esta situação explica a configuração mais homogênea tanto social quanto regional destes grupos. Seus membros não tentaram a carreira do funcionalismo público, iam buscar o diploma de bacharel tendo em vista sua utilidade precípua de passaporte para a política”. ALONSO, Angela. *Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil - Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p. 156. Grifos meus.

¹⁹⁸ De acordo com Piccolo, Assis Brasil (1857-1938) foi um dos maiores teóricos do republicanismo no Brasil. Suas ideias foram expostas a partir de 1879, através da publicação de artigos e, ainda, da obra *A República Federal*, publicada em 1881, pela Tipografia de G. Leuzinger & Filhos, do Rio de Janeiro, considerada seu trabalho de maior expressão. Foi Assis Brasil o primeiro e único deputado republicano na Assembleia Provincial, elegendose para as legislaturas de 1885-86 e 1887-88. PICCOLO, Helga. *Vida política no século XIX. Da descolonização ao movimento republicano*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1998, p. 72. Atualmente, Juliano Antonioli desenvolve, no Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS, uma tese de doutoramento sobre a experiência do tempo em Assis Brasil justamente a partir de uma análise da obra *História da República Rio-grandense*. Agradeço ao autor pela gentileza em permitir a publicidade de considerações elaboradas em seu projeto de tese, ainda em fase gestacional. ANTONIOLLI, Juliano Francesco. *Victrix causa diis placuit, sed victa Catoni [A causa vencedora agradou os deuses, mas a vencida a Catão]: a experiência do tempo a partir do livro História da República Rio-Grandense (1882), de Joaquim Francisco de Assis Brasil*. Porto Alegre: IFCH/UFRGS, 2013. (Projeto de Doutorado - mimeo).

pode chamar sistema de liberdade, porque a liberdade é a ordem de acordo com as prescrições da natureza. A revolução rio-grandense, que deu em resultado a república, é neste sentido a mais característica. Encontrei-me, por isso, com dobrado trabalho: além do de historiador, ainda o de tornar saliente a índole deles. A estreiteza do tempo de que me foi possível dispor para a confecção deste primeiro volume obrigou-me a entregá-lo ao prelo sem que ele satisfizesse ainda plenamente o meu desejo, sobretudo quanto à narração dos sucessos. Escrevia para o Club *Vinte de Setembro*, que tem de apresentar a obra em público em dia determinado. Por isso denominei esta edição - *preparatória*. Espero poder muito breve dar a *definitiva*, com a vantagem de já me servir para ela das correções que as pessoas habilitadas fizerem a esta. Só assim se pode conseguir uma história passável duma série de acontecimentos tão emaranhada quanto desconhecida (ASSIS BRASIL, 1981 (1882), pp. VII- VIII. Grifos no original).¹⁹⁹

Colocando-se absolutamente contrário à perspectiva apresentada por Araripe, dizia Assis Brasil:

Dos trabalhos publicados servi-me da excelente monografia do sr. desembargador Araripe, obra de grande mérito, porque é uma verdadeira construção com elementos que estavam dispersos e desconexos; conquanto me ache em fundamental discordância com as ideias do autor e mesmo quanto à exatidão de alguns fatos, devo confessar que no seu livro aprendi mais do que em parte alguma, além de ter nele bebido a inspiração de escrever o meu. Serviram-me também de muito alguns trabalhos publicados na imprensa diária, como os dos snrs. Dr. Ramiro Barcellos, C. v. Koseritz e M. L. do Nascimento. Este último cavalheiro também honrou-me com algumas informações pessoais de subido preço. Em geral, as outras fontes vão citadas no correr da obra (Idem, p. IX).²⁰⁰

¹⁹⁹ A edição saiu no Rio de Janeiro, também pela Tipografia de G. Leuzinger & Filhos. Em seguida ao designativo “Edição Preparatória”, vinha a seguinte informação: “Publicações do Club Vinte de Setembro” e, em página posterior, assim de se podia ler: “O Club Vinte de Setembro, composto dos estudantes republicanos rio-grandenses da faculdade jurídica de São Paulo, mandou imprimir esta obra para comemorar a imortal revolução do Rio Grande do Sul, no seu 47º aniversário, 20 de setembro de 1882”. Esta edição teve uma reedição fac-similar em 1982, publicação da qual me valho nesta pesquisa. ASSIS BRASIL, Joaquim Francisco de. *História da República Rio-Grandense*. Porto Alegre: Erus/ Cia. União de Seguros Gerais, 1981 [Edição fac-similada de 1882].

²⁰⁰ Incompleta, a obra de Assis Brasil acompanha a contenda farrapa até o ano de 1836, data em que é proclamada a República Rio-grandense. Em relação às críticas que Assis Brasil apresenta a respeito da memória de Araripe, diz Nayara Emerick Lamb: “As acusações feitas à obra, em parte, não podem ser desacreditadas. Araripe não tarda em desmerecer as motivações do conflito e a rasgar elogios à tenacidade e obstinação do governo Imperial em não abrir mão de sua vastidão territorial. (...) Uma das expressões e ideias mais defendidas é a de que a república instituída não representava a visão da população da província, e sim somente dos revoltosos. Para tal, Araripe cunha a expressão que tomaria

Esse texto de abertura data de agosto de 1882, escrito por Assis Brasil no Rio de Janeiro.²⁰¹ Sobre a obra, diz Antonioli:

Para a confecção do livro, foram enviadas correspondências a todos os letrados rio-grandenses que, os membros do *Clube* imaginavam, pudessem para ela contribuir, assim como para aqueles ex-combatentes farrapos ainda vivos. (...) a narrativa histórica de Assis Brasil pode ser compreendida dentro de um marco mais amplo que o debate em torno da memória farroupilha e das apropriações que dela fizeram os letrados rio-grandenses ao longo da segunda metade do século 19. A *HRR* [*História da República Rio-grandense*] seria, então, um trabalho historiográfico que se ajusta à propaganda republicana desenvolvida pelo autor desde 1878, através da imprensa acadêmica em São Paulo e que desde a publicação do Manifesto Republicano de 1870 mobilizava uma geração de letrados brasileiros. As causas da república e da federação, compartilhadas pelos estudantes rio-grandenses e paulistas, dentre outros, ganhavam na *HRR* de Assis Brasil um “marco fundador” ao qual ancorar sua causa e seus anseios de reforma da estrutura do Império, das quais o movimento dos farrapos rio-grandenses seria apenas um exemplo (ANTONIOLLI, 2013, p. 4).

Do referencial bibliográfico utilizado por Assis Brasil para compor seu estudo, os artigos de Carlos von Koseritz e a obra de outra figura importante na cena política local, o médico e jornalista Ramiro Fortes de Barcellos, chamado *Revolução de 1835 no Rio Grande do Sul*, também de 1882, são os dois mais importantes surgidos logo após o trabalho de Tristão de Alencar Araripe. Porém, a crítica de Barcellos à obra de Araripe foi bem mais amena que aquelas feitas por Koseritz e, depois, por Assis Brasil. Sobre isso, diz Hruby:

fama, República de Piratini, a república dos caudilhos rio-grandenses. Sua análise sobre a suposta ideologia dos farrapos os apresenta como caudilhos influenciados pelos ventos libertários vindos do Prata, afirmando que sua intenção era a união da província às demais repúblicas platinas, já que por si só não poderia sustentar-se. Desta forma, a obra de Araripe firmou-se como cabeça da linha de raciocínio que enxergou na Revolução Farroupilha uma guerra civil desnecessária. Publicada no ano seguinte à obra de Araripe, mesmo inconclusa, a de Assis Brasil é evidentemente uma resposta à mesma, com um debate claro e direto. Assis Brasil busca responder às acusações que o autor havia levantado contra seus patrícios e exprime através das páginas de seu livro a vontade de resposta de parte da população esclarecida da província que, assim como os membros do Clube de que fazia parte, não haviam recebido bem o livro de Araripe”. LAMB, Nayara Emerick. “Revanche em papel: a historiografia na defesa dos ideais farroupilhas”. In: *XIV Encontro Regional da Anpuh-Rio. Anais do XIV Encontro Regional de História - ANPUH-Rio - Memória e Patrimônio*. Rio de Janeiro, 2010, p. 3.

²⁰¹ De acordo com Juliano Antonioli, Assis Brasil teria registrado em seu Diário V, em 16 de janeiro de 1916, que era hóspede do historiador Capistrano de Abreu quando da feitura do livro, em 1882. ANTONIOLLI, Juliano. op. cit., p. 3, nota 7.

Em 1882, foi publicado outro livro sobre os “heróis de 1835”. A *revolução de 1835 no Rio Grande do Sul*, de Ramiro Barcelos (1851-1916) foi inspirada ou provocada pelo livro do historiador cearense. Não declarado no início do trabalho e quase despercebido numa referência no texto de poucas notas, Barcelos criticou o escritor: “Negar, como já o fez *um historiador*, ideal político aos homens que levantaram a revolução do Rio Grande, é afirmar uma inexatidão.” Em nota, o autor nomeou o Conselheiro Araripe, o historiador-negador (HRUBY, 2012, p. 177. Grifos no original).²⁰²

Hugo Hruby faz um amplo e completo levantamento das mais diversas manifestações que se seguiram à publicação da memória histórica de Araripe, levantamento este que contemplou diversos anos de legado da obra do cearense.²⁰³ Em 1882, além do texto de Assis Brasil, cita o lançamento do trabalho de Alcides Lima, *História popular do Rio Grande do Sul*, mas ressalta que não havia, neste, uma crítica à memória histórica do cearense, embora Lima tenha, um ano antes, lhe endereçado julgamentos um pouco mais explícitos, pronunciados em um discurso de sessão do Clube Vinte de Setembro, quando disse que a república rio-grandense “não foi uma república do egoísmo, como, modernamente escrevem os *curtos fazedores de Memórias*” (LIMA *apud* HRUBY, 2012, p. 174. Grifo no original).²⁰⁴

²⁰² Ramiro Barcellos era médico de formação, além de jornalista fortemente atuante na imprensa rio-grandense. Primeiramente liberal, foi logo atraído pelas ideias republicanas, às quais passou a defender publicamente. Em relação a sua obra sobre a Farrroupilha, Hruby informa que Barcellos primeiro a publicou na *Gazeta de Porto Alegre*, após as críticas que Koseritz fez à memória de Araripe. Entre setembro e dezembro de 1882, foi a vez do *Jornal do Comércio* publicá-la em forma de folhetim. HRUBY, Hugo. *op. cit.*, p. 177. No que toca ao livro de Barcellos, existe uma reedição fac-similada da obra, também realizada em comemoração ao Sesquicentenário de Revolução Farrroupilha. Sua crítica a Araripe se encontra precisamente no capítulo VIII da obra. Para Barcellos, não se poderia negar, como fez Araripe, que havia ideal político na postura dos homens ligados à Revolução Farrroupilha, senão o movimento não teria tomado conta, segundo sua afirmação, da “província inteira”. Defendendo essa premissa, Barcellos se indaga: “O que congregou os liberais rio-grandenses para o golpe de 20 de setembro senão a necessidade de salvarem o seu ideal político da opressão em que era mantido pelos retrógrados? Que interesses particulares ou individuais teriam o prestígio de fazer uma província inteira aderir ao acontecimento de 20 de setembro, como sucedeu? Que móveis, senão o de um ardente patriotismo, seriam capazes de levar tantos cidadãos à prática de um ato tão grave e de tamanha responsabilidade perante o país e o mundo? O que foi menos do que uma amplificação de vistas e complemento de aspirações mais modestas – a proclamação da República Rio-grandense?”. BARCELLOS, Ramiro Fortes de. *A revolução de 1835 no Rio Grande do Sul*. 2. ed. Fac. Sim. Porto Alegre: Codec/ CORAG/AHRS, 1987, p. 70.

²⁰³ Hruby percorreu um grande aparato documental composto, em sua maioria, por cartas endereçadas a Araripe o criticando pela confecção de sua obra. Também pesquisou trocas de correspondência entre letrados comentando o trabalho de Araripe e, ainda, artigos de jornal e livros em que o mesmo era citado, avaliado e analisado. Sobre essa detalhada pesquisa, ver HRUBY, Hugo. *op. cit.*, pp. 166-183.

²⁰⁴ Interessante notar que na 10ª sessão ordinária de 10 de novembro de 1882, o IHGB noticiava a oferta dos livros dos jovens republicanos do Clube Vinte de Setembro, Lima e Assis Brasil, ao IHGB, não indicando, porém, seus nomes e limitando-se ao seguinte anúncio: “Pelo Club *Vinte de Setembro*, a *História Popular do Rio Grande do Sul* e a *História da República Rio-grandense*”. “Ofertas”. In: *Revista*

Outro trabalho crítico à obra da Araripe, publicado em formato de livro somente muitos anos depois de sua composição, também chamou atenção de Hruby: *Achegas à Araripe (Guerra Civil no RGS)*, estudo reunido, organizado, anotado e publicado pela pena de Mário Pacheco Dornelles a partir de críticas feitas a Araripe pelo General José Gomes Portinho, o mesmo que fora fonte testemunhal utilizada por Assis Brasil na confecção de seu livro sobre a Farroupilha.²⁰⁵ Portinho teria recebido do próprio Araripe um exemplar de sua obra, a qual realizou anotações críticas e correções. Conta Hruby que o exemplar em que Portinho fizera as anotações passou pelas mãos de um dos integrantes do Clube Vinte de Setembro, o jovem Álvaro José Gonçalves Chaves e, depois, foi utilizado pelo historiador Alfredo Varela, que delas se valeu na composição de obras sobre a Revolução Farroupilha.²⁰⁶

Anos mais tarde, Múcio Teixeira também se referiria ao trabalho de Tristão de Alencar Araripe com avaliação bastante negativa. Em sua obra *Os Gaúchos*, Múcio publicou uma nota em que lembrava a vasta coleção de documentos que a *Revista do Partenon Literário* ofereceu sobre a guerra sulina, salientando que a mesma não foi mais completa devido, justamente, a Araripe:

Seria completo o arquivo histórico do Pantheon sobre esse glorioso decênio do Rio Grande do Sul se um presidente nortista, Tristão de

do IHGB, Tomo XLV, parte 2, 1882, p. 477. HRUBY também chama atenção para essa informação. HRUBY, Hugo. op. cit., p. 176.

²⁰⁵ O organizador das *Achegas*, Mário Dornelles, afirma que o General Portinho, testemunho da revolução rio-grandense e republicano convicto, estaria, em 1881, época em que escrevera as notas críticas a Araripe, com 67 anos de idade e, possivelmente, “em sua plenitude intelectual”. Ou seja, o organizador defende a hipótese de que o General Portinho, a quem ele concede importância também por ter presenciado a guerra, foi completamente capaz e seguro em suas críticas aos pontos falhos da obra do desembargador cearense e que “não sugere, em momento algum, ideias confusas”. Ainda sobre a obra de Araripe, diz Pacheco: “Cumprir o destaque que a referida obra é muito contestada pelos historiógrafos, porque em várias vezes falsa a verdade, não indicando isto que o seu autor fosse faccioso. Não, apenas conforme o próprio Portinho, Araripe se louvou em documentos, nem sempre oficiais, mesmo estes muitas vezes exagerados nos registros, resultando disto a descaracterização do rigor histórico em inúmeras passagens (...). Estas ‘Achegas’ vêm esclarecer muitos pontos fracos do livro. E crescem em importância pelo fato de serem de autoria de um herói farrapo. Ele fez a história. Araripe não esteve presente ao teatro de operações, quando estas ocorreram”. PORTINHO, José Gomes. *Achegas à Araripe: (guerra civil no RGS)*. (Organização e notas de Mário Pacheco Dornelles). Porto Alegre: Feplam, 1990, pp. 9-10.

²⁰⁶ Trata-se de referências que Varela fizera às *Achegas* de Portinho e, também, ao trabalho de Araripe (este não citado diretamente), presentes em trabalhos seus, como *Revoluções Cisplatinas: a República Rio-grandense* e em sua grandiosa *História da Grande Revolução: O ciclo Farroupilha no Brasil*, publicada em 6 volumes pelo autor. Para mais informações, ver HRUBY, Hugo. op. cit., pp. 180-181, notas 596, 597 e 598; VARELA, Alfredo. *Revoluções cisplatinas: a república rio-grandense*. Porto Alegre: Chardron, 1915; VARELA, Alfredo. *História da Grande Revolução: O ciclo Farroupilha no Brasil*. Porto Alegre: Editora Globo, 1933.

Alencar Araripe, abusando de seu cargo administrativo, não tivesse retirado da secretaria do governo de Porto Alegre uma grande parte, que remeteu ao seu primo, José de Alencar, que os pedira para documentar um livro que nunca escreveu (TEIXEIRA, 1921, p. 71).

Em que pese essas e outras contestações endereçadas à obra de Araripe, seriam a memória histórica do autor cearense e o livro de Assis Brasil os trabalhos que melhor definiram as duas posições – dos legalistas e dos pró-republicanos rio-grandenses – nesse início de registro histórico tardio sobre a Revolução Farroupilha. A esse respeito, assim afirma Mara Rodrigues:

Desde então, esses dois textos capitais, de Araripe e Assis Brasil, sobreviveram como as duas principais versões sobre o caráter do movimento e das lideranças farroupilhas: para o primeiro, eram caudilhos que não adotavam por princípio nem o republicanismo nem o separatismo e para o segundo, homens que souberam se submeter à natureza, cidadãos que buscavam a resolução racional dos problemas nacionais: a república federativa. *Na Revista do IHGB, contudo, somente a versão de Araripe permaneceu válida, legítima e sem réplica. O heroísmo não era, decididamente, a melhor definição para as ações de farrapos ou legalistas e sim o seu reverso: caudilhos ou cidadãos submetidos às forças naturais e coletivas* (RODRIGUES, 2011, p. 2. Grifos meus).²⁰⁷

Assim, mesmo que a fortuna crítica à obra de Araripe revele que, no Rio Grande do Sul, vozes tenham saído do limbo e, finalmente, se levantado e agido no sentido de dar à Província versões rio-grandenses para explicar o conflito, em termos de Brasil - Império a visão que prevaleceu certamente foi aquela publicada pela casa da memória nacional. E nela, o Rio Grande do Sul somente poderia ser visto como uma província

²⁰⁷ Em texto ainda inédito (e gentilmente cedido pela autora) no qual trata da releitura do passado farroupilha no IHGB entre os anos 1920 e 1935 (data em que o conflito completava seu centenário), Mara Rodrigues mostra como se deu o processo de integração do evento à memória histórica nacional. Segundo a autora, esse processo é arquitetado de tal forma que no ano de 1935, o centenário foi amplamente comemorado e, desde então, passou a ocupar um lugar privilegiado não só na memória rio-grandense, mas também no movimento de articulação desta com a memória nacional. Reportando-se especificamente ao momento em que o IHGB se debruçou sobre a Farroupilha, com a publicação da memória histórica de Araripe, a autora chama atenção para os motivos do relativo silêncio até aquele momento observado em torno do tema: “Até então, nem mesmo dentre os sul-rio-grandenses a Revolução de 1835 se constituía como um objeto de história. Provavelmente, a presença de ex-combatentes de ambos os lados ou de seus descendentes diretos na elite sul-rio-grandense em postos de poder político e militar representasse, tanto no cenário local quanto na instituição nacional, um empecilho para a elaboração de uma representação bem aceita daquele conflito passado”. RODRIGUES, Mara Cristina de Matos. “A releitura do passado farroupilha no IHGB (1921-1935): memória republicana e legitimidades intelectuais”. *Revista Tempo*, Niterói, 2013, p. 7. No prelo.

insurgente que ameaçou a integração nacional pela ação irresponsável “do crime de rebelião” (ARARIPE, 1880 (2), p. 340) levado a cabo por “poucos caudilhos, autores da rebeldia” (Idem, p. 116). O Império, abalado que estava naquela década de 1880 pelas ideias republicanas e abolicionistas que eram uma realidade incômoda e preocupante dentro do país, não poderia abrir mão de uma visão firme e que argumentasse a seu favor no caso da farroupilha. Nesse sentido, o trabalho de Araripe se enquadrava perfeitamente no quesito de defesa dos interesses da nação imperial, justificando convenientemente as atitudes tomadas pelo governo central em relação ao conflito no sul, o que também convinha aos propósitos do IHGB. Dentro da linha de raciocínio e da postura sustentada pelo autor, era acertado mostrar que o Rio Grande do Sul nunca quis, de fato, separar-se do Brasil, pois os rebeldes não teriam nem obtido o apoio da totalidade da população provincial, nem legitimado um governo verdadeiramente republicano na região. Dessa maneira, Araripe desqualificava o movimento sulino e reafirmava a soberania nacional, como se percebe no trecho abaixo:

Quando nem pessoa, nem a propriedade são religiosamente respeitadas pelo poder, que se incumbe de velar pelo bem comum, pode-se com certeza dizer que esse poder não é governo, que é força conservadora, mas a anarquia, que é a força da destruição. A necessidade de manter a causa republicana servia de desculpa a tal situação. Cumpre, porém, ponderar que as causas que exigem tais sacrifícios não são justas; pois se a república fosse então uma exigência real no Rio Grande do Sul, ela praticar-se-ia pelo consenso poderoso da vontade nacional, única que legitima os atos de interesse comum (Idem, pp. 119-120).²⁰⁸

Dentro dessa lógica, era oportuno a Araripe – e, por extensão, ao Instituto imperial - afirmar que o soldado farroupilha não foi herói e sim *criminoso*; que a república não foi vontade geral, mas sim *imposição de poucos* e que “nunca a

²⁰⁸ Acrescentava (ou, melhor dizendo, rebatia) o General Portinho, na qualidade de republicano rio-grandense que foi, a afirmação de Araripe: “Se não fosse por vontade geral dos rio-grandenses, a República – não se poderia sustentar quase dez anos! Os fatos depõem contra a vontade do autor”. E mais adiante, combatendo mais um argumento do Conselheiro Araripe, quando este comparava a Revolução Farroupilha com os movimentos de 1817 (Revolução Pernambucana) e 1824 (Confederação do Equador), todos os três de caráter republicano, Portinho foi contundente: ele inabilitou Araripe por considerá-lo “suspeito nas apreciações que faz”, já que era “filho do Norte” e, portanto, não seria capaz de conhecer bem o Rio Grande e o que aqui teria se passado. Portinho desqualificava, ainda, a própria postura de historiador do autor cearense: no seu entendimento, ao afirmar que “o historiador é juiz; e o juiz deve ser competente e julgar pelo processo”, Araripe cometeu um erro crasso, pois “escreveu sua história baseada somente em documentos falsos e alguns verdadeiros que encontrou, apenas dele serviu-se por metade ou citou a parte que convém – como interessado, etc.”. PORTINHO, José Gomes. op. cit., pp. 14 e 17.

democracia afastou-se mais de um governo do que da república de Piratini” (Idem, p. 117).

Portanto, apesar de sedimentar uma interpretação do movimento farroupilha que batia de frente com a construção que ia sendo edificada dentro da província rio-grandense, foi a voz de Araripe que ressoou para o resto do país como aquela que estava autorizada, pelo IHGB e por extensão, pelo governo de D. Pedro II, a narrar o que se passou nos campos de batalha do Brasil meridional no sangrento decênio de 1835 a 1845.

4.3. O Rio Grande do Sul na Revista do IHGB nos anos finais do Império

Após a publicação da obra de Araripe sobre a Guerra Civil Farroupilha, somente mais dois trabalhos de relativo peso seriam publicados sobre o Rio Grande do Sul na *Revista do IHGB* até o final do período imperial: “História da Campanha do Sul de 1827 – Batalha de Ituzaingó”, divulgado em 1886 e “A Redenção de Uruguaiana, por Augusto Fausto de Souza”, publicado no ano seguinte. Em 1888, a *Revista* publicaria, ainda, outro estudo de algum fôlego acerca da Província de São Pedro, intitulado “Província do Rio Grande do Sul, descrição de Viagens, por Henrique Schütel Ambauer”.

Em relação ao primeiro estudo, tratava-se de um manuscrito oferecido ao IHGB pelo sócio Felisberto Caldeira Brant Pontes (1802-1906), o segundo Visconde de Barbacena. O Visconde era filho de Felisberto Caldeira Brant Pontes de Oliveira Horta (1772-1842), primeiro Visconde de Barbacena (na época da famosa Batalha de Ituzaingó ou Batalha do Passo do Rosário, o pai, primeiro Visconde de Barbacena, ostentava o título de Marquês de Barbacena).²⁰⁹ Contendo 265 páginas, o trabalho era dividido em duas partes, uma apresentando a narrativa histórica do evento e a outra, documentação inédita e oficial sobre o mesmo, toda ela extraída do arquivo da Secretaria de Estado. Nos dez capítulos em que se dividia a parte narrativa, o objetivo principal era o de reabilitar a figura do Marquês de Barbacena, que fora comandante brasileiro no conflito e que recebeu duras críticas por sua atuação nos campos de batalha. Conforme consta no manuscrito, se almejava, também, provar, através da

²⁰⁹ Sobre o Marquês de Barbacena, ver CALÓGERAS, João Pandiá. *O Marquez de Barbacena*. 2ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936. Outras obras relacionadas sobre o Marquês são AGUIAR, Antônio Augusto. *Vida e obra do Marquês de Barbacena*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1896; FRAGOSO, Gal. Augusto Tasso. *A Batalha do Passo do Rosário*. 2ª ed. Rio de Janeiro: F. Bastos, 1951.

exposição documental, que era falsa a versão corrente desde 1827 sobre a Batalha de Ituzaingó, conhecida até então como uma das maiores derrotas militares do exército brasileiro contra os inimigos argentinos e orientais. A parte inicial do texto enfatizava justamente isso: mostrar que o Marquês de Barbacena não fora o principal culpado pelo insucesso do Brasil na luta travada na região. Assim, no prólogo, escrito no Rio de Janeiro e datado do ano de 1881, se expunham as razões que teriam levado à escrita do trabalho, em um concerto que combinava colocações mais teóricas sobre o ofício do historiador com outras mais ligadas às causas históricas envolvidas no episódio e que se acreditava serem passíveis de regenerar a figura do Marquês, a fim de proporcionar a ele um lugar na galeria dos heróis da história brasileira. Dessa forma, o trabalho principiava com a seguinte afirmativa:

Um historiador que trata de acontecimentos geralmente conhecidos deve expô-los numa narrativa simples, concisa e sintética. Mas quando lhe cumpre investigar fatos em documentos comprobatórios, depurá-los de erros, restabelecer a verdade alterada, não lhe é possível senão mesclar a exposição com a discussão. O seu trabalho é de investigação: é como um processo, no qual as repetições são inevitáveis, porque são necessárias para esclarecer a verdade. Narrar a campanha do sul, principalmente o episódio da batalha de Ituzaingó, importa; 1º verificar nos documentos, até hoje desconhecidos, os fatos tais quais se deram; 2º, destruir as opiniões dominantes, que alteram os fatos; 3º, discutir os motivos de tais opiniões; 4º, apontar as causas que influíram na formação da opinião dominante (*Revista do IHGB*, 1886 (1), p. 289).

Analisando mais atentamente a reflexão acima esboçada, se percebe a presença de uma grande preocupação com o rigor metódico e o cuidado crítico na análise e interpretação dos fatos. Esta preocupação certamente tem a ver com o movimento que a escrita da história (e, principalmente, sua matriz europeia – e francesa -, tão cara aos historiadores brasileiros, leitores e observadores atentos daquela realidade historiográfica em mutação) sofre ao longo do século XIX: uma aproximação cada vez mais forte com os princípios caros à cientificidade, que afastavam paulatinamente a história dos saberes ligados às artes e à filosofia.²¹⁰ Particularmente na França, a derrota

²¹⁰ De acordo com Temístocles Cezar, “A consolidação do paradigma científico no século XIX, no entanto, não ocorreu de modo rápido, muito menos consensual. Assim, por um lado, não é difícil traçar um paralelo entre o que disse Luciano, em 165 da nossa era, e o postulado definido por Ranke, em 1824, aquele que instruíu o historiador a ‘mostrar como algo realmente aconteceu’ (*wie es eigentlich gewesen*),

de 1870, na guerra franco-prussiana, precipitaria as coisas: o historiador francês teve a necessidade de examinar as causas que levaram a França ao fracasso na guerra. Em Fustel de Coulanges, por exemplo, essa necessidade se tornou indispensável: para ele, o papel do historiador era o de fazer com que os fatos fossem examinados. Após o choque da derrota, e mesmo para aqueles que a superaram no pós 1870, o tempo da filosofia da história tinha passado – e havia certa unanimidade entre os historiadores neste ponto (LETERRIER, 1997, p. 51). Assim, em meio às continuidades presentes nos debates historiográficos, surgiram algumas revisões historiográficas que se expressaram, em 1876, com o primeiro número da *Revue Historique*, de Gabriel Monod, em que se redigia o manifesto da Escola Metódica.²¹¹ Taine falava em um método em quatro tempos: análise; seriação; definição e sistematização.²¹²

ou mesmo trabalhos como os de W. Humboldt, Fustel de Coulanges, G. Monod, C. V. Langlois e C. Seignobos, cujas obras tornaram-se referências para a definição de uma história científica (sobretudo o levantamento exaustivo de fontes e um texto objetivo). Por outro lado, é preciso considerar que as regras e princípios metodológicos que vinham sendo estabelecidos por uma disciplina que tentava se instaurar não eram seguidos incondicionalmente. A vitória da ciência foi precedida por inúmeras controvérsias, entre as quais se destacam as formas de narrar a história”. CEZAR, Temístocles. “Fustel de Coulanges”. In: MALERBA, Jurandir (Org.). *Lições de História: o caminho das ciências no longo século XIX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010, pp. 307-317. Citação, pp. 312-313.

²¹¹ Em sua defesa de uma história científica, verdadeira e baseada no princípio da imparcialidade, dizia Gabriel Monod, no texto-manifesto da *Revue Historique*: “Graças aos progressos das ciências e dos métodos científicos, a história possui hoje maravilhosos meios de investigação. Pela filologia comparada, pela antropologia, até pela geologia, ela mergulha seus olhares em épocas para as quais os monumentos fazem falta, assim como os textos escritos. As ciências acessórias, a numismática, a epigrafia, a paleografia, a diplomática, lhe fornecem documentos de uma autoridade indiscutível. Enfim, a crítica dos textos, estabelecida sobre princípios e classificações verdadeiramente científicos, permitem-lhe reconstituir, se não em sua pureza primitiva, ao menos sob uma forma tão pouco alterada quanto possível todos os escritos históricos, jurídicos, literários que não foram conservados em manuscritos originais e autógrafos. Assim secundada, a história pode, com um método rigoroso e uma crítica prudente, se não descobrir sempre a verdade completa, ao menos determinar exatamente sobre cada ponto a certeza, o verossímil, o duvidoso e o falso”. MONOD, Gabriel. “Do progresso dos estudos históricos na França desde o século XVI”. In: MALERBA, Jurandir (Org.). *Lições de História: o caminho das ciências no longo século XIX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010, pp. 332- 352. Citação, p. 343.

²¹² A célebre obra de Langlois e Seignobos, *Introdução aos Estudos Históricos*, ainda não chegara: isso se daria somente em 1898, mas com Fustel de Coulanges e, principalmente, com o desenvolvimento e defesa de uma história baseada nos princípios metódicos, que eram seguidos por historiadores como Monod, o caminho para a desvinculação total da história da filosofia estava aberto. Langlois e Seignobos marcariam uma indiferença pela teologia de Bossuet, pela Filosofia da História e pela História Literária. Em oposição, pensavam em uma história objetiva e com técnicas rigorosas. Para eles, a história estava nos documentos, tanto que a heurística passou a ser a prioridade. Nos estudos históricos, se fez necessário organizar um inventário de materiais existentes, classificá-los, submetê-los a operações analíticas (críticas externa e interna de fontes) e sintéticas (comparar fontes para estabelecer fatos, reagrupar fatos isolados em quadros gerais, seriá-los, organizá-los, ligá-los entre si e praticar uma escolha que permitisse generalizar e interpretar). Esse método, mais empírico (à la Ranke) que proveniente daquilo que se convencionou chamar um “positivismo em história”, tinha como característica evidente uma rejeição à metafísica. Essa Escola Metódica que principiava na segunda metade do século XIX seria institucionalmente hegemônica até a II GM, embora tenha sido atacada pela equipe da *Revue de Synthèse Historique*, em 1920 e, em seguida, pelos *Annales*, nos anos 1930. LETERRIER, Sophie-Anne. *Le XIX siècle historien. Anthologie Raisonnée*. Paris: Éditions Belin, 1997, pp. 51-59.

Guardadas as devidas proporções, o prólogo de “História da Campanha do Sul de 1827” poderia se inserir nessa perspectiva de exame cauteloso e discussão rigorosa das fontes, pois defendia uma história baseada nos fatos e que visava à verdade, combatendo as mentiras que as disposições políticas do passado nacional legaram à posteridade a respeito da Guerra da Cisplatina.²¹³

De acordo com o texto, era uma visão tradicional, mas errônea a vigente desde 1827, na qual o Marquês de Barbacena era tomado como o principal responsável pela derrota militar sofrida pelo exército imperial e que acabou levando à desanexação da Província Cisplatina do território brasileiro: bastaria que o historiador se baseasse nos fatos para fazer dessa nova interpretação uma evidência. Mais uma vez ligando diretamente a renovação e reescrita constantes da história a um julgamento justo dos fatos do passado, assim afirmava o prefácio da obra:

Ora, a campanha do sul é avaliada conforme a tradição, corrente desde 1827. O historiador que a expusesse sinteticamente renovaria o *erro tradicional*; para *dissipar esse erro*, de necessidade deve examinar e discutir uma por uma as peças e documentos do processo.

²¹³ Para Hannah Arendt, o que a ciência busca é a verdade irrefutável (aquela que os homens não estão livres para refutar), que Leibniz afirma serem de dois tipos: verdades da razão e verdades de fato. As verdades da razão são necessárias e seu contrário é impossível; as de fato são contingentes e seu contrário é possível. Arendt lembra que um fato ou evento nunca pode ser testemunhado por todos aqueles que nele estão eventualmente interessados. Ao contrário, a verdade matemática ou racional é autoevidente. Assim, numa verdade factual, é necessária a confiança nos testemunhos de terceiros. Dessa forma, *o verdadeiro contrário da verdade factual, em oposição à racional, não é o erro, mas a mentira deliberada*. Isso me remeteu a um exemplo ilustrativo: no prefácio à primeira edição da sua *História Geral do Brasil*, obra escrita entre 1854 e 1857, o historiador Francisco Adolpho de Varnhagen afirmava que o contrário da verdade seria o erro: “(...) quando em história o critério da verdade só se define e se entende bem pela inversa, pelo erro. Longe estamos, porém com isso de significar que, em alguns casos como na descrição do Rio de Janeiro, por exemplo, não nos esforçaríamos para elevar, e até para empolar o estilo, a fim de pintar com mais verdade esta verdadeiramente empolada paragem de terra, ou que n’outros não consentiríamos que os períodos saíssem aquecidos com o calor da convicção ou do patriotismo ou de qualquer outra paixão *nobre*, e repassados do nosso modo de sentir na presença de sucessos, que fora necessário ser de pedra de pessoa para não se comover”. À luz do que Arendt coloca, os princípios e critérios que Varnhagen utilizou para distinguir verdade e seu contrário não são aqueles de uma verdade factual, mas sim de uma verdade racional. Assim sendo, o historiador oitocentista estava aplicando à história os mesmos critérios das ciências racionais. Mais adiante, Hannah Arendt sustenta que não há verdades além ou acima das verdades factuais: todas as verdades científicas são para ela verdades factuais, sendo que somente essas podem ser verificadas cientificamente. Isso porque mesmo as verdades matemáticas são, para ela, fontes do cérebro humano e o intelecto, órgão do conhecimento e da cognição, ainda pertence ao mundo em que vivemos, ou seja, está sob o domínio da natureza. Carrega consigo todas as necessidades a que está sujeito um ser dotado de órgãos sensoriais e poder cerebral. Para ela, tudo aquilo que acontece aos seres humanos é contingente, inclusive sua própria existência. ARENDT, Hannah. *A Vida do Espírito. O Pensar. O querer. O julgar*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992, pp. 46-48; VARNHAGEN, Francisco Adolpho de. *História Geral do Brasil. Antes de sua separação e independência de Portugal*. 3ª ed. Integral, Tomo I (4ª edição). São Paulo: Cia Melhoramentos, s/d., p. XII.

Conseqüentemente a sua obra se ressentirá do defeito inerente a todo processo, repetição e monotonia; não lhe é dado escrever uma obra correta com as formas estéticas. A falar a verdade, este assunto, ainda não está preparado para constituir-se domínio da História. É preciso discuti-lo e pleitear perante a opinião do país a causa da merecida fama do nome ilustre do general de Ituzaingó. Não é uma matéria sem contestação; só à força de repetidas demonstrações muita gente se convencerá que *não houve uma estrondosa derrota em 20 de fevereiro, no Passo do Rosário. Só a crítica analítica das paixões políticas do tempo, dos interesses dos partidos, dos erros e loucuras do governo e do Imperador*, pode explicar como se formou a opinião nacional tão adversa ao Marquês de Barbacena (Idem, p. 290. Grifos meus).

Segundo a apreciação expressa na obra, era necessário desembaraçar a verdade, que se encontrava por baixo das “exagerações de uns”, das “anedotas de outros” e da “ignorância geral dos fatos” (Idem, *ibidem*). Conforme o texto, para reabilitar a figura do Marquês e reformular a “sentença do passado”, a história deveria ser transformada em tribunal e a discussão em torno do tema careceria, por sua vez, de se converter em um debate “jurídico-histórico”:

O Marquês, tendo o seu processo ganho perante o júri da consciência do país, não terá necessidade de defesa, e entrará triunfante na galeria dos heróis gloriosos do Brasil. Neste debate *jurídico-histórico* que instituímos, o nosso principal empenho foi apurar os fatos, esmerilhar os documentos oficiais, apontar as causas da opinião, as circunstâncias explicativas, assim levar o leitor ao campo da batalha, no meio das forças diminutas e indisciplinadas do que se chamava exército brasileiro, fazê-lo testemunha do esforço heroico do general e da impávida intrepidez das tropas, envoltas nas labaredas do incêndio (...) (Idem, p. 291).

Em um texto transformado em peça de defesa jurídica, a história havia virado um grande tribunal, no qual o historiador, autor do trabalho, vestira a máscara de advogado de defesa, expondo sua argumentação a um leitor, que, por conseguinte, fora convertido ao papel de jurado.²¹⁴ A narrativa se mostrava como uma tentativa de

²¹⁴ Através de outra analogia entre o prólogo da “História da Campanha de 1827” e o prefácio da *História Geral* de Varnhagen, se percebe que o historiador sorocabano também comparava o papel do historiador com aquele do juiz, ou seja, o responsável por sentenciar os fatos do passado. Isso aparece, por exemplo, quando Varnhagen diferencia o trabalho do historiador daquele realizado pelo poeta: “O que distingue principalmente, tratando de assumptos históricos, o verdadeiro historiador do poeta, é que este, que para o ser há de ter mais imaginação que fria crítica, comovido de certa maneira, cria e adapta tudo às suas inspirações; ao passo que àquele *estuda primeiro o fato, apura-o por meio das provas que requerem o seu*

convencimento da inocência do réu, representado pelo Marquês de Barbacena, considerado uma vítima das circunstâncias políticas de seu tempo e que, até então, tinha sofrido as agruras de ter sido condenado de maneira injusta pela manipulação dos fatos.

O leitor que contempla a vitória inconsciente do elemento, e não da inteligência e da bravura dos argentinos, não pode violentar a sua consciência e ser injusto para com o general. Destarte conhecedor de tudo, poderá, por seu próprio critério, formar um juízo baseado sobre a campanha da Cisplatina em 1827; e compreender o porquê a tradição dos políticos perdurou até nossos dias. Se este trabalho perde na beleza da forma, na harmonia e concisão da exposição, não deixa, porém, de utilizar a causa que se debate cujo triunfo vale mais do que a satisfação da vaidade literária. O leitor, pois, tem diante de si a discussão de um processo, as repetições que esclarecem e a reprodução de fatos que devem ficar fora de qualquer contestação ou dúvida. Deve ler este processo histórico isento de prevenções e aplicar a sua razão, raciocinando por sua conta e risco, sem se deixar influir pelos juízos e opiniões dos contemporâneos do Marquês de Barbacena, os quais, preocupados do presente de 1827, mentiram à posteridade. (Idem, *ibidem*).

Dessa forma, o trabalho demonstrava claramente quais eram suas intenções: servir como prova, baseado em documentos autênticos e comprobatórios, de que a narrativa da campanha brasileira na Cisplatina, em 1827, sofrera distorções evidentes e que estas mereciam ser corrigidas a fim de retificar julgamentos falsos sobre a história do país e, principalmente, sobre a figura daquele que mais caro pagou por essas inverdades: o Marquês de Barbacena, que veio a responder pela campanha de 1827 por atender expressamente às ordens do Imperador D. Pedro I.

O texto, oferecido pelo filho do falecido Marquês, o Visconde de Barbacena, constava como anônimo quando foi publicado na *Revista do IHGB*.²¹⁵ Esta se restringiu

critério; e só depois sentenciar com gravidade, transmitindo ao público a sentença e os seus porquês; e claro está que da mesma forma que os sentiu, se a pena lhe sabe obedecer, - o que nem sempre sucede". VARNHAGEN, Francisco Adolpho de. op. cit., p. XII. Grifos meus.

²¹⁵ Lino de Almeida Cardoso, por exemplo, afirma que "História da Campanha do sul de 1827" é um trabalho "perspicaz", mas não se preocupa com a autoria da obra, apresentando-o como um texto anônimo e se limitando a fazer referência à doação do manuscrito ao IHGB, feita pelo Visconde de Barbacena. CARDOSO, Lino de Almeida. *O som social. Música, poder e sociedade no Brasil (Rio de Janeiro, séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Edição do autor, 2001, p. 19, nota 24. Já Sacramento Blake atribui ao próprio Marquês de Barbacena a autoria da obra, hipótese que merece ser descartada após uma rápida leitura de, pelo menos, os dois primeiros capítulos da memória histórica. Em pesquisa recente, entretanto, Jorge Brito e Athos Eichler, já trazem a informação de que Pedro Eunápio da Silva Deiró é o autor do texto doado pelo Visconde de Barbacena ao IHGB. BRITO, Jorge; EICHLER, Athos. "Um texto desconhecido sobre a Constituinte de 1823". In: DEIRÓ, Pedro Eunápio da Silva. *Fragments de estudos*

a informar que o manuscrito lhe fora oferecido pelo Visconde, sendo que na publicação do texto, a parte relativa à autoria vinha preenchida com três sinais gráficos: “História da Campanha do Sul em 1827. Batalha de Ituzaingó, por ***. Oferecido pelo Visconde de Barbacena” (*Revista do IHGB*, 1886 (1), pp. 289- 554).²¹⁶ Somente mais tarde a autoria do trabalho seria atribuída a Pedro Eunápio da Silva Deiró (1829-1909), ou simplesmente Eunápio Deiró, literato baiano de posição reconhecidamente monarquista e amigo pessoal de José Maria da Silva Paranhos Júnior, Barão do Rio Branco e sócio do IHGB havia muitos anos. O mesmo Rio Branco que, por sua vez, possuía na *Revista do IHGB* de 1868 um texto biográfico sobre um dos maiores heróis brasileiros da época, o militar rio-grandense José de Abreu, Barão do Serro Largo, responsável pela anexação da Província Cisplatina ao Brasil e, por ironia do destino, morto em combate justamente da Batalha do Passo do Rosário. Nessa biografia, escrita em 1865 por um Rio Branco ainda muito jovem, a Campanha da Cisplatina e seus graves equívocos de estratégia militar, cuja história ele projetara narrar posteriormente em maiores detalhes, também tiveram lugar de destaque (*Revista do IHGB*, 1868 (2), pp. 62- 135).

No que toca a Eunápio Deiró, além de bacharel em direito, era, segundo Sacramento Blake, um brilhante orador.²¹⁷ Essa veia oratória e jurídica do autor contribui para explicar o jogo que apresentou em seu texto entre narrativa, interpretação

da história da Assembleia Constituinte do Brasil. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2006, pp. 11-16; BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883-1902. II Vol., pp. 328-329.

²¹⁶ Em 1888, em seu índice sobre os artigos contidos nos primeiros 50 tomos da *Revista do IHGB*, o sócio Augusto Fausto de Souza também não menciona outro nome ligado à obra que não o de seu doador, o Visconde de Barbacena. SOUZA, Augusto Fausto de. “Índice dos artigos contidos nos 50 Tomos da Revista Trimestral do Instituto Histórico”. *Revista do IHGB*, Tomo LI, 1888, pp. 393.

²¹⁷ Eunápio Deiró foi seminarista, mas abandonou a vida religiosa próximo de ordenar-se padre, formando-se bacharel em Direito na Faculdade do Recife. Era político, filósofo, jornalista e biógrafo, conhecido pelos textos publicados em jornal, principalmente pelos trabalhos publicados no *Jornal do Comércio*, *Jornal de Notícias* e *Jornal do Brasil*, do Rio de Janeiro e *Diário da Bahia* e *Correio Mercantil*, entre outros. Fora deputado na Assembleia Provincial baiana em diversas legislaturas. De posição monarquista, empobreceu com o advento da República e passou a viver com dificuldades, vindo a falecer em 1909, no Hospital de Misericórdia do Rio de Janeiro. Leitor de Tácito, Lamartine, Victor Hugo, Victor Cousin e Lord Byron, Deiró deixou alguns livros e trabalhos esparsos de natureza literária e política. Sua preferência, no entanto, era por escrever na imprensa periódica, na maioria das vezes se utilizando de pseudônimos. Dentre seus principais e mais conhecidos trabalhos, constam as obras *Estadistas e Parlamentares – Primeira Série*, sob o pseudônimo de Timon (Rio de Janeiro: Tipografia de Molarinho & Mont’Alverne, 1883); *Perfil biográfico do Barão de Cotegipe*, de 1886, em que usou o pseudônimo de Fabiano; o referido *História da Campanha do Sul em 1827. Batalha de Ituzaingó, por ****, também publicado em 1886 e *Delégation du Brésil à la Conférence de la paix. Réclamations brésiliennes. L’affaire du café* (sem data ou indicação editorial). BRITO, Jorge; EICHLER, Athos. op. cit., pp. 11-16. Para uma relação completa dos trabalhos periódicos publicados por Deiró, consultar BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. op. cit., VII Vol., pp. 33-35. Para outras informações biográficas sobre Deiró, bem como a respeito de sua atuação como professor de Filosofia, na Bahia, ver LIMA JÚNIOR, Francisco Pinheiro; CASTRO, Dinorah d’Araújo Berbert de. *História das ideias filosóficas na Bahia (séculos XVI a XIX)*. Salvador: CDPB, 2006, pp. 483-487.

dos fatos e exposição das fontes, arquitetando uma interessante argumentação, na qual fez questão de mesclar questões reflexivas sobre o ofício do historiador com os próprios acontecimentos que procurava ir elencando para construir um texto persuasivo acerca do que considerava ser a “real” interpretação dos eventos da Campanha da Cisplatina de 1827.

Significativas, também, são as circunstâncias de publicação da obra na *Revista do IHGB*: em 1886, passados quase sessenta anos do fim das campanhas militares brasileiras da Cisplatina, o IHGB continuava cedendo espaço em sua *Revista* para a divulgação de um trabalho sobre a Batalha de Ituzaingó. Ao que tudo indica ainda se fazia necessário compreender a humilhante derrota para o exército do argentino Carlos Maria Alvear, chefe do exército republicano que, dando sequência ao trabalho de enfrentamento em relação à soberania do Império na região, iniciado por Juan Lavalleja, comandou a vitória sobre o Brasil no Passo do Rosário. Essa busca de Deiró por diferentes explicações à vitória campal argentina de 1827, talvez pudesse oferecer mais elementos capazes de esclarecer como se deu a perda maior que viria logo depois, com a transformação da Província Cisplatina em Estado Oriental do Uruguai. Além disso, a concordância em publicar um texto de revisão historiográfica, como o de Deiró, que condenava a interpretação corrente na época a respeito do desastre militar que o país vivera na região fronteira platina, era uma oportunidade oferecida pelo IHGB de reabilitar a figura do Marquês de Barbacena em um período como a segunda metade da década de 1880, no qual o Império precisava novamente de heróis patriotas que defendessem um regime monárquico já em estado de falência. Ainda, em que pese a possibilidade de fornecer um novo herói ao país ser simpática ao Instituto, para o doador do manuscrito, o Visconde de Barbacena, o negócio não deixava de ser vantajoso, pois a reabilitação da figura paterna, abalada após os acontecimentos no sul, certamente era algo atraente e gratificante.²¹⁸

No entanto, embora reabilitasse Barbacena, o texto de Deiró não eximia de culpa o governo brasileiro e sua inabilidade diplomática e política na região do Prata. Segundo ele, o Brasil, naqueles tempos, ignorava completamente os acontecimentos passados na região platina e, por sua culpa e risco, acabou se colocando em uma

²¹⁸ A Batalha de Passo do Rosário já havia sido assunto da *Revista do IHGB* em algumas ocasiões, como em 1860, quando Machado de Oliveira publicara suas “Recordações Históricas sobre a Campanha de 1827” e em 1874, com as “Reminiscências da Campanha de 1827 contra Buenos Aires, pelo coronel A. A. F. de Seweloh. Traduzido do alemão pelo Dr. Manoel Thomaz Alves Nogueira”. Deiró, inclusive, se apoiou nesses trabalhos como fontes secundárias para a composição de sua obra.

situação inábil que o levou, por conseguinte, à derrota e à perda do território conquistado:

A revolução imanente dos ânimos, realizou-se nos fatos; todas as Repúblicas da mesma origem auxiliaram-na [Buenos Aires] eficazmente. O governo imperial, representado pelo general Lecor, governava estes povos com uma inércia e imprevidência, que a História deve condenar e reputar dignas de lástima. Quando da Florida os caudilhos anunciavam a revolução, convocavam os povos para a obra gloriosa da redenção da pátria; quando Lavalleja, à frente de 600 bravos, já proclamava aos Orientais que se levantassem para libertar a pátria do jugo estrangeiro, o governador brasileiro era surpreendido pelos acontecimentos, que completamente ignorava. A má fortuna do Império, em diversas épocas, tem provindo da imbecilidade dos homens que governam e sacrificam a causa dos legítimos interesses nacionais (*Revista do IHGB*, 1886 (1), p. 295).

Entretanto, ainda que no texto de Deiró seja ela o enfoque principal, a defesa de Barbacena como comandante do exército brasileiro na Cisplatina não era uma novidade dentro da *Revista do IHGB*. Em 1860, Machado de Oliveira, que atuara na Campanha de 1827 como secretário do exército chefiado por Barbacena, já esboçara sua contrariedade às interpretações que colocavam o Marquês no papel de algoz da derrota do Passo do Rosário. Em amparo e lealdade a seu antigo comandante, advertia Machado de Oliveira:

(...) Mas caindo em poder do inimigo na batalha de 20 de fevereiro daquele ano o trem da guerra e a bagagem do exército, inclusive a secretaria militar, fiquei privado de quanto havia registrado e escrito até a véspera desse dia, e que de mais notável ocorrera no exército, desde que o tenente-general Marquês de Barbacena assumira o seu comando: e para o desígnio de relatar agora os feitos mais transcendentés dessa memorável campanha, e a batalha que lhe pôs termo, de mister houve o recorrer ao auxílio da minha memória, que em bem pouco me faltará pelo quanto tem de incisivos nela os atos que sobrepõem-se ao do curso regular das coisas humanas, tomando quase sempre um caráter impressionável, que lhes dá consistência contra a obliteração mental.

Adstrito, pois, a este único recurso abalanço-me, depois de tão diuturno lapso de tempo, a consignar aqui fatos que conquanto já remotos sejam, ainda não foram dados sistematicamente à apreciação pública, e não devem passar despercebidos, por isso que a história do país precisará deles.

Este voluntário encargo que tomo sobre mim, não sem ousadia, tem igualmente por fito desviar da memória do honrado general-em-chefe

sob cujo comando operou-se aquela campanha, qualquer impressionamento que por ventura hajam feito no ânimo público as falsas e aleivasas imputações, que lhe assacaram seus adversários, atribuindo caluniosamente só a ele o revés que sofreram as armas do Império na batalha de 20 de fevereiro, se revés pode conscienciosamente chamar ao fato de retirar-se o exército brasileiro do campo de combate com pequena perda de homens, quando o inimigo a tivera triplicadamente maior; retirada que o exército executou lentamente e na melhor ordem possível, e só a efeito de ver-se privado da sua munição de guerra de reserva, por ter caído em poder do inimigo, como se verá no contexto deste opúsculo. Cumpr-me assim proceder, quer como testemunha presencial dos fatos, quer por amor à verdade, que acintemente ainda se procura adulterar sob o valhacouto do anônimo e mesmo sob a irresponsabilidade da tribuna; e com o que também tributo um voto de gratidão à memória do general que, sem que precedessem relações algumas pessoais, depositou em mim especial confiança e distinguiu-me com particular estima (*Revista do IHGB*, 1860, pp. 498-499).

De acordo com Deiró, o principal erro que levou à vergonhosa derrota de Ituzaingó foi ditado pela desastrosa ação política do governo brasileiro quanto à Cisplatina, que não soube conduzir e manter a região:

O governo imperial colhia os frutos do sistema pelo qual administrava a Cisplatina. Apesar de incorporada como província do Império, continuava a ser regida militarmente, privada das vantagens de uma administração civil. A este gravíssimo erro político acresce que o governador era um general de uma incapacidade consumada, simulada em prudência e cautela. Se lhe não fosse dado empecer a revolução e com ela a independência, teria podido poupar ao país os sacrifícios de sangue e do tesouro, os vexames da população, vitimada a um recrutamento e perseguição infrenes (...). Teria evitado o Brasil se desmoralizasse aos olhos do mundo, apresentando em visível espetáculo um pequeno exército indisciplinado, esfarrapado, descalço e faminto. A nação brasileira decerto não teria tragado as humilhações das derrotas, os insultos das esquadras estrangeiras, as violências da diplomacia, nem o seu comércio, exposto indefeso, teria sido preza de insolentes corsários (*Revista do IHGB*, 1886 (1), p. 295).

Para Deiró, teria sido perfeitamente possível esmagar “o gérmen revolucionário desde logo” se o governo brasileiro tivesse agido com energia, mas, para tal, seus representantes na Cisplatina teriam que ter compreendido o alcance dos ímpetos revolucionários que se formavam entre orientais e argentinos, o que não se deu, pois o governo de D. Pedro I, muito mais do que ocorreria no Segundo Reinado, dispunha de

ministérios impopulares e que minavam a administração imperial (o Conde de Lages, ministro da Guerra, foi citado inúmeras vezes por Deiró como um dos mais incapazes a atuar junto ao governo). Para ele, foi esse fracasso institucional o principal responsável pela derrota na campanha:

O pundonor nacional não passaria pelos ultrajes da inventada derrota de Ituzaingó, com o qual o faustoso orgulho espanhol se ufana, imaginando ter saído vitorioso, deixando o Império humilhado e vencido; ornando as suas cátedras com os troféus de falso e quimérico triunfo. Se o povo brasileiro pudesse, naquela época, avaliar do modo por que o Estado era dirigido, sem dúvida alguma não teria nunca acreditado na derrota do seu exército no Passo do Rosário, mas teria apontado o governo como o único responsável de todos os acontecimentos da campanha do Sul. Não é raro deparar ministérios destituídos das condições necessárias a bem servir a Coroa e à Nação; mas no Primeiro Reinado os ministros eram, em geral, incapazes. A campanha do Sul põe em relevo esse fato, que a História reconhece e sem reboço deve confessar (Idem, p. 297).

D. Pedro I, ao contrário de seus ministros, ficou isento de qualquer culpa em relação aos governantes incapazes que o circundavam: na visão de Deiró, era ele, tal qual o povo brasileiro, uma vítima da política externa mal conduzida. Igualmente, era o Imperador um mártir das lutas entre as facções políticas presentes no país que, desejoso de ver a guerra se findar de maneira honrosa para o Brasil, se esmerou em achar um comandante militar capaz de atender com eficiência ao que pedia a Província Cisplatina. Este comandante, afirma Deiró, não poderia ser outro senão o Marquês de Barbacena. Conforme ele,

Entre os generais daquela época, o Visconde de Barbacena parecia naturalmente indicado, não só pela sua elevada patente, como pela confiança que inspirava em virtude da energia de caráter, de insuperável atividade, reconhecida audácia de ânimo varonil e refletida bravura; sobre todas estas qualidades, era dotado de uma inteligência clara, vigorosa, enriquecida por variados conhecimentos militares, políticos e administrativos (Idem, p. 301).

Apoiando-se particularmente no trabalho de Seweloh, publicado pela *Revista* em 1874 (mas também citando, ressalta-se, a memória produzida por Machado de Oliveira),

Deiró construiu uma argumentação que defendia a figura de Barbacena em meio à apresentação de um contexto histórico complicado para o Império do Brasil.²¹⁹ Tudo isso, é claro, buscando apoio na reflexão histórica como recurso capaz de defender seu argumento:

Já indicamos a situação da praça de Montevidéu, as agitações da ambição e do patriotismo argentino; aventamos o estado do exército brasileiro, disperso no Rio Grande do Sul, a inércia do general Lecor, a incapacidade dos almirantes, a inação e desastres da esquadra; agora revela dizer o que fez o general no meio destas circunstâncias deploráveis. É só da justa e imparcial apreciação dos fatos, da posição, dos recursos e dos meios de ação que pode ressaltar a justiça, que honorífica e laureia o valor, a perícia, o nome, o patriotismo e a fama do benemérito brasileiro. Os fatos, verificados em documentos, estabelecerão a verdade. Se a própria História, apesar do seu poder supremo, não pode sem justiça consagrar um nome, de obscuro fazê-lo imortal e preclaro, muito menos a voz das iras políticas poderá apregoar e fazer medrar a mentira, ou a calúnia sobre a reputação dos que serviram à causa da pátria com dedicação e bravura (Idem, p. 303).

Ao fim e ao cabo, era se baseando nos métodos de crítica de fontes tão caros à disciplinarização da história oitocentista, que se conferia ao leitor a possibilidade de “julgar com isenção” a figura de Barbacena. Apelando para o objetivo maior de um historiador de ofício, aquele de obter a verdade histórica, é que Deiró reiteradas vezes se pronunciava em defesa do Marquês:

A geração atual e as futuras, desinteressadas no pleito, deverão compulsar os documentos, esquadrihar o campo de batalha,

²¹⁹ Em 1985, a *Revista do IHGB* publicaria um texto de Carlos Oberacker Jr, no qual o pesquisador se propõe a “dar apenas um relance” sobre as atividades do marechal-de-campo alemão Brown durante a Guerra da Cisplatina. Este militar fora nomeado pelo Marquês de Barbacena como chefe do primeiro estado-maior da história militar brasileira. Baseando, principalmente, em testemunhos que fixaram suas impressões oculares sobre o conflito, Oberacker apoia a visão de que o Marquês de Barbacena era um grande injustiçado por a história ter a ele atribuído a culpa pelos dissabores daquela guerra. Em seu texto, o autor se vale tanto das anotações de Machado de Oliveira e das reminiscências de Seweloh, quanto de outros textos do mesmo caráter, como cartas do Marquês de Barbacena, uma publicação do próprio Brown, além dos anais de Luis Manuel de Lima e Silva e das comunicações dadas por uma “anônima testemunha ocular alemã”. Somando-se a esses testemunhos, Oberacker trabalha com obras de historiadores militares famosos, como Tasso Fragoso, Paula Cidade e Maciel Silva, entre outros. OBERACKER Jr., Carlos H. “O marechal-de-campo Brown, Gustavo Henrique von Braun, chefe do primeiro estado-maior do exército brasileiro (*), com realce para os corpos alemães que participaram na Campanha da Cisplatina (1826 a 1828)”. *Revista do IHGB*, volume 346 – Janeiro-Março. Rio de Janeiro-Brasília, 1985, pp. 7-55.

considerá-la sob todos os seus pontos de vista, avaliar os elementos de ação e, enfim, verificar as consequências do sacrifício do patriotismo, consumado no dia 20 de fevereiro de 1827, no qual o Marquês de Barbacena foi o exemplo dos patriotas, o modelo dos soldados e o orgulho dos bravos. Esta revisão da opinião a justiça o exige, a verdade a impõe e a crítica histórica indubitavelmente não a pode dispensar.

A História não é, como a política, uma cortesã que aplaude os felizes e, ébria de gozos adormece nas delícias ou abandona os mal-aventurados. Sacerdotisa da verdade, reivindica todos os direitos conculcados; pode evocar das sombras do esquecimento o benemérito injusta e caluniosamente condenado; repor a coroa na frente dos heróis (Idem, p. 308).²²⁰

Outro texto de relevância sobre o Rio Grande do Sul publicado na *Revista do IHGB* nesses anos finais do Império foi “A Redenção de Uruguaiana. Histórico e considerações acerca do sucesso de 18 de setembro de 1865 na Província do Rio Grande do Sul, por Augusto Fausto de Souza, Tenente-coronel do exército e membro do Instituto Histórico e Geográfico”. Ao contrário do manuscrito de Deiró, que mesmo apresentando trinta e nove documentos inéditos sobre a Campanha da Cisplatina e sendo contundente em defender uma interpretação pró-Barbacena a respeito do conflito, acabou por não gerar maiores debates ou referências dentro do IHGB, o trabalho de Fausto de Souza obteve alguma repercussão.

A memória foi lida durante quatro sessões ordinárias do IHGB, ocorridas em 1886 e arrancou elogios do associado Joaquim Pires Machado Portella, autor do relatório anual que, na qualidade de 1º secretário interino, apresentou no final daquele mesmo ano. Sobre “A Redenção de Uruguaiana”, dizia Portella:

É um histórico das operações militares durante a invasão do Paraguai no Rio Grande do Sul, desde o princípio de junho, até o fim de setembro de 1865. É dividido em duas partes esse trabalho, ambas de igual importância histórica. Na primeira limita-se o autor a relatar todos os fatos na ordem em que se foram sucedendo, tornando-se mais minucioso em os acontecimentos e a rendição da cidade, acontecimentos nos quais tomou parte como engenheiro militar às ordens do comandante em chefe Barão de Porto Alegre. Na segunda

²²⁰ Em defesa de Barbacena, diz Oberacker Jr: “A condição em que o comandante em chefe, o Marquês de Barbacena, e o marechal-de-campo Braun encontraram o exército do sul foi a mais deplorável, condição essa que, a nosso ver, explica melhor do que todos os argumentos militares o mau êxito da Batalha do Passo do Rosário, fato que a maioria dos historiadores não leva em conta. Ambos, no entanto, dentro das poucas semanas que lhes sobriariam – pois o inimigo já se encontrava preparado para avançar sobre o Rio Grande do Sul – fizeram tudo para evitar aquele desastre”. Idem, p. 10.

parte, respondendo o autor a duas questões, que naturalmente se apresentam a quem ler a primeira, analisa com a maior isenção de ânimo as diversas operações, procurando esclarecer muitos pontos, que até agora têm jazido na escuridão, e apresentando à verdadeira luz todos os sucessos desse notável período da Guerra do Paraguai, do qual só têm sido publicadas até hoje narrações mais ou menos apaixonadas ou escritas sobre bases nem sempre merecedoras de crédito. (...) A impressão manifestada geralmente por ocasião da leitura desse trabalho não podia deixar de ter sido muito agradável ao autor, reconhecendo-se que ele procurou não afastar-se dos princípios indispensáveis a quem escreve algum trabalho histórico, a saber: a verdade, a imparcialidade e a clareza (*Revista do IHGB*, 1886 (2), pp. 504-505).

A familiaridade de Portella com a obra era grande, já que foi o próprio quem auxiliou o colega Fausto de Souza a concluir sua leitura durante as sessões da agremiação, em 1886. Em 1887, após a publicação do trabalho na *Revista*, outras impressões se somariam àquela elaborada por Portella. Do Rio Grande do Sul, chegara ao IHGB uma carta, apresentada em sessão ordinária do grêmio, ocorrida em 09 de novembro. Enviada da própria cidade de Uruguaiana, palco da invasão narrada por Fausto de Souza, era escrita pelo sócio correspondente Luiz de França Almeida e Sá, que a remeteu aos cuidados de seu amigo pessoal, o Conselheiro Olegário Herculano de Aquino e Castro, a fim de que este a levasse ao conhecimento do autor da obra, Fausto de Souza. Afirmava Almeida e Sá que era seu desejo, também, ver a carta publicada na *Revista*, desejo que foi cumprido pela associação. Ali reproduzida, a carta fazia um protesto a uma parte específica do trabalho: contestava a informação fornecida por Fausto de Souza de que o militar rio-grandense David Canabarro seria o único chefe de armas da batalha de Uruguaiana.²²¹ O crítico inclusive culpava Canabarro pela invasão do território brasileiro, colocando-o como principal responsável pela entrada dos inimigos, já que não teria cumprido seu papel de defensor daquela fronteira. Para ele, Canabarro morreria “sem sofrer o castigo que deveria ser-lhe infligido”. Por isso, pedia

²²¹ “Cumprimento-o depois de haver devorado o seu importantíssimo trabalho *A Redenção de Uruguaiana*. Chamou-me sempre a atenção este fato recente da nossa história pátria; e em 16 anos de residência nesta fronteira, sobre ele eu conversei com muitos dos que ocuparam lugar nas fileiras do exército sitiante e que vivem ainda hoje nas povoações desta margem esquerda do Uruguai. Dir-lhe-ei, pois, apertando-lhe a mão: o histórico é perfeito... completo. Os mapas anexos são de uma exatidão admirável. As considerações acerca do sucesso de 18 de setembro de 1865 são criteriosíssimas. Tudo muito bom; digno de quem é, menos...desculpe-me, menos justificar Canabarro, *como se em lugar de simples comandante de divisão ele fosse o comandante das armas, o único chefe, etc. etc.* (página 48 do tomo L da nossa Revista)”. SÁ, Luiz de França Almeida e. “Carta a Augusto Fausto de Souza – Atas das sessões de 1887”. *Revista do IHGB*, Tomo L, parte 2, 1887, p. 379.

que sofresse “ao menos, a sua memória, o peso da justiça da posteridade, que nós já representamos” (*Revista do IHGB*, 1887 (2), p. 380).

Fausto de Souza rebateu imediatamente as críticas recebidas, mas mesmo assim o assunto não gerou maiores desdobramentos além desses passados na referida sessão, não se estendendo em outros momentos, como ocorrera, por exemplo, anos antes, em relação à memória histórica sobre a questão dos limites com Montevidéu, de autoria de Machado de Oliveira, que teve amplo espaço para a publicação de réplicas e trélicas na *Revista do IHGB* nos idos de 1853.²²² Também não gerou críticas se comparado às discussões havidas em torno da obra de Tristão de Alencar Araripe acerca da Guerra Civil Farroupilha, condenações que o IHGB, aliás, fez questão de ignorar, como visto anteriormente. A situação, enfim, estava alterada: no final dessa década de 1880, o IHGB permanecia havia anos como o local mais bem-conceituado acerca da escrita da história brasileira e de suas províncias. Além do mais, nesse caso específico, não havia motivações identitárias locais que pudessem gerar maiores discordâncias, pois se tratava de um episódio que fazia parte da Guerra contra o Paraguai, uma luta travada em nome do país, na qual todos estavam do mesmo lado, o lado da nação.²²³ Não era, portanto, o mesmo caso provocado pela memória histórica de Araripe, já que a Guerra contra o Paraguai, por mais que tivesse participação e envolvimento direto dos militares rio-grandenses, não pertencia a seus sucessos particulares como o fora a contenda farrapa. Consequentemente, narrá-la era uma tarefa aberta a qualquer cidadão patriota que assim desejasse fazê-lo.

Ainda, convém lembrar que após a Guerra contra o Paraguai, o prestígio de D. Pedro II decaía consideravelmente²²⁴ e, na segunda metade da década de 1880, o

²²² Na resposta, registrada em ata pelo 2º secretário interino, Augusto Victorino do Sacramento Blake, Fausto de Souza argumentava que “na memória *A Redenção de Uruguaiana* não procura de modo algum justificar o general Canabarro, nem podia fazê-lo depois dos documentos que adicionou e considerações que fez na segunda parte da mesma memória; apenas atenuou a fealdade do procedimento desse general, lembrando a idade avançada que enfraquecera as ideias do velho guerreiro, que tivera, aliás, em seu passado, dias que deram fama a seu nome”. Idem, p. 380.

²²³ Embora não se possa falar em um sentimento de identidade nacional constituído no Brasil até o início do século XX, José Murilo de Carvalho lembra que a Guerra contra o Paraguai produziu “um início de sentimento nacional”. Todavia, salienta o autor que este sentimento identitário fora muito limitado devido às complicações impostas pela presença da escravidão. CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 32.

²²⁴ Mesmo que a figura do Imperador estivesse desgastada nos anos finais do Império, Emília Viotti da Costa ressalta que é um equívoco considerar o advento da República como uma consequência necessária dos excessos do poder pessoal de D. Pedro II. Segundo a autora, o poder pessoal de D. Pedro II não passava de uma lenda, de maneira que as críticas que eram imputadas à Coroa e ao Imperador datavam de muitos anos “e nem por isso o trono foi derrubado antes”. A autora lembra que desde a feitura da Carta Constitucional de 1824 se iniciou uma luta em torno do Poder Moderador, mas que este estava longe de

regime monárquico, extremamente desgastado, dava seus últimos suspiros, de modo que não parecia ser relevante, nesse momento, disputar com o IHGB o passado de uma luta cujos frutos não foram os melhores nem para os rio-grandenses, nem para o Império.²²⁵

Para Fausto de Souza, testemunha ocular dos acontecimentos passados em Uruguaiana vinte anos antes, chegara o momento de registrar no livro que se construía para a história brasileira a vitória ocorrida em 1865, pois os espíritos (leia-se, as críticas dos opositores do Partido Conservador à política externa brasileira na região platina, que não via com bons olhos a aliança entre Brasil e Argentina) já estavam apaziguados pela ação do tempo.²²⁶ De acordo com ele, os fatos ainda obscuros sobre o cerco da

ser absoluto: “Na realidade, a própria Carta Constitucional limitava o poder, e pouco a pouco, ao longo do Império, as prerrogativas imperiais foram restringidas. Uma análise das prerrogativas que usufruíam os demais poderes e, principalmente, a observação do funcionamento concreto do mecanismo político do Império modifica a primeira impressão e nos convence de que o Imperador raramente fez valer sua vontade nos assuntos de envergadura nacional. Quem de fato controlou a política do Império foram as oligarquias que se faziam representar no Conselho de Estado, nas Assembleias Legislativas Provinciais, nas Câmaras dos Deputados, no Senado, nos ministérios, nos quadros do funcionalismo e das forças armadas. Embora as prerrogativas concedidas pela Carta Constitucional ao Imperador fossem amplas, ele, de fato, nunca as exerceu como um rei absoluto, como fazem crer as críticas que lhe foram feitas por ocasião das crises políticas, e às quais os cronistas mais tarde deram crédito”. COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. 7ª ed. São Paulo: UNESP, 1999, pp. 461-462.

²²⁵ Malerba distingue as críticas ao Imperador e seu regime de governo, ocorridas principalmente após a eclosão da Guerra contra o Paraguai, da valorização dos feitos militares que se deram durante o conflito. Segundo ele, “A Coroa e o regime que ela representava estavam firmemente consolidados pela prosperidade econômica iniciada após 1850. O progresso parecia ser obra direta da mão do Imperador. Durante a Guerra do Paraguai, principalmente após 1868, as críticas ao Imperador e ao próprio regime ganharam uma dimensão descomunal. Daí para a frente, no dizer de um historiador clássico, o regime entraria num plano inclinado que só poderia conduzir a seu fim. A partir daquela data, a política partidária se afrouxara e os partidos (liberal e conservador) passaram a se confundir quanto às doutrinas e ideias”. Por volta de 1871, o Imperador passou a ser visto como uma liderança incapaz de solucionar os problemas do país, que permanecia insatisfeito com sua política desastrosa e arbitrária. Segundo Malerba, “Dez anos após o fim da Guerra do Paraguai ainda se acusava violentamente o Imperador de ter envolvido o país numa guerra pessoal, por vaidades dinásticas, afundando-o financeiramente e levando aos campos de batalha e à morte milhares de brasileiros. Os ataques atingiam somente o governo e a Coroa, já que *a exaltação do valor do inimigo tombado era, ao mesmo tempo, uma valorização dos militares brasileiros, que venceram o nobre inimigo, numa guerra que ninguém desejava (...)*. Depois de 1870, cada ação do governo que não alcançava êxito parecia voltar-se contra ele próprio, alimentando a poderosa oposição que se manifestava não mais apenas na imprensa, mas que já tomava as ruas e o próprio Parlamento”. MALERBA, Jurandir. *O Brasil imperial (1808-1889): Panorama da história do Brasil no século XIX*. Maringá: Eduem, 1999, pp. 139-141.

²²⁶ De acordo com Doratioto, desde a década de 1840, quando o Brasil se consolidou como um Estado monárquico centralizado, foi possível ao país empreender uma política externa em relação ao Rio da Prata. Para o Brasil, não interessava que uma república grande e forte se firmasse no sul do continente americano e, por isso, o Brasil reconheceu a independência paraguaia, em 1844, proclamada por Carlos Antonio Lopez, dirigente daquele país desde 1842. Uma relação de relativa paz ocorreu entre os dois países, embora o governo paraguaio não reconhecesse como território brasileiro a área entre os rios Branco e Apa. Ambos os países, porém, se opunham ao perigo representado pelo argentino Rosas e isso impediu que as divergências fronteiriças fossem aumentadas. Quando, em 1862, o presidente paraguaio faleceu, sendo sucedido por seu filho, Solano Lopez, que tinha ambições maiores para o país e que buscava um porto marítimo para viabilizar contatos com a Europa, a questão começou a se alterar. Nesse mesmo ano, surgiu a República Argentina, um Estado centralizado, representado pelo presidente Bartolomé Mitre. Do lado paraguaio, o surgimento da Argentina como Estado centralizado representou

cidade finalmente seriam esclarecidos e a história, enfim, poderia cumprir seu papel, fornecendo lições às gerações vindouras sobre como se dera a libertação.²²⁷

“A Redenção de Uruguaiana”, antes de tudo, era um elogio de um militar à atuação do exército nacional, em um momento em que o exército, o único beneficiado com a Guerra contra o Paraguai, já havia recuperado seu prestígio.²²⁸ Era, também, um elogio de um monarquista a seu Imperador, por ele traçado como o maior herói daquele episódio de guerra. Segundo o texto, fora principalmente pela ação correta e carregada de patriotismo de D. Pedro II, caracterizado como um pai para seu povo, que a cidade rio-grandense saiu vitoriosa dos infortúnios vivenciados desde que foi tomada pelas

uma ameaça, pois se desconfiava que Buenos Aires pudesse tentar estender seu domínio sobre o Paraguai. Dessa forma, o Paraguai passou a cobiçar o porto de Montevideú, já que não confiava em recorrer aos argentinos. A proximidade dos paraguaios com o governo *blanco* uruguaio incomodou Buenos Aires, pois este viu ameaçada sua hegemonia sobre o país oriental. Assim, Mitre apoiou a rebelião da oposição colorada no Uruguai. Lopez se tornara uma grande ameaça para a consolidação do Estado nacional argentino. Como o Império brasileiro também se interessava que o Uruguai continuasse a fazer o papel de “estado tampão” na América do Sul, impedindo que a Argentina formasse uma grande república nesse território estratégico, o Brasil entrou no Uruguai, a fim de recuperar seu prestígio e marcar presença na região. Como havia divergências entre pecuaristas rio-grandenses presentes no Uruguai e o governo *blanco*, o Império interveio no sentido de pressionar o governo daquele país a punir funcionários seus que teriam sido hostis com súditos brasileiros no país. Lopez, descontente com a intervenção brasileira no Uruguai, buscou impor o reconhecimento do Paraguai como potência regional e, em dezembro de 1864, invadiu o Mato Grosso. Depois, invadiu a província argentina de Corrientes e, dois meses depois, chegava ao Rio Grande do Sul. Essa atitude de demonstração de força fez com que Brasil, Argentina e Uruguai assinassem o Tratado da Tríplice Aliança, reunindo forças para lutar contra o avanço de Solano Lopez. O paraguaio, a partir daí, seria demonizado pelos opositores. DORATIOTO, Francisco. *Relações Brasil-Paraguai: afastamento, tensões e reaproximação (1889-1954)*. Brasília: FUNAG, 2012, p. 23.

²²⁷ Conforme Souza, “Por muito tempo afagamos esse projeto, e para sua execução fomos tomando nota de acontecimentos de que éramos testemunha ocular, reunindo todos os documentos que poderiam justificar nossas opiniões e procurando esclarecer tudo o que parecia pouco inteligível; convencido hoje da impossibilidade, por motivos de interesse particular, de fazer um trabalho completo, nos resolvemos a apresentar, não a crônica completa da invasão desde os primeiros sucessos que lhe serviram de prólogo, mas somente a narração singela do cerco de Uruguaiana, período curto, mas importantíssimo, por encerrar lições e originar reflexões do maior valor, tanto político como histórico”. SOUZA, Augusto Fausto de. “A Redenção de Uruguaiana”. *Revista do IHGB*, Tomo L, parte 1, 1887, p. 2.

²²⁸ De acordo com Gouvêa, a Guerra contra o Paraguai “acabou por exacerbar as tensões existentes no interior da sociedade brasileira em fins da década de 1860. O exército estava profundamente descontente com o governo central, abrindo caminho para a ocorrência de uma série de revoltas internas, que culminou com a participação da instituição na derrubada final do Império”. Para a autora foi já durante a gestão da guerra que o centralismo imperial começou a ser, paulatinamente, posto em xeque a partir dos desdobramentos vivenciados pelo conflito (divisões foram observadas até mesmo no interior dos partidos liberal e conservador, devido à dificuldade e custos, materiais e políticos, provocados pela luta prolongada. Também, o exército, cada vez mais descontente, passou a refletir sobre sua composição, caracterizada pela massiva presença escrava). Após uma década de 1870 marcada pela ascensão progressiva dos liberais, somado à criação do partido republicano, a década de 80 veria uma crise sem precedentes ou possibilidade de salvação: grande desequilíbrio no pagamento dos impostos provinciais ao governo central, os chamados *impostos gerais*; processo de transferência de recursos financeiros das regiões Norte e Nordeste do país para a região Sul, possibilitando uma grande concentração de investimentos na região Centro-Sul e, evidentemente, a forte campanha em favor da abolição da escravidão, que culminaria com o fim desse sistema obsoleto e, um ano depois, com a própria derrocada do regime que a sustentava. GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. *O império das províncias: Rio de Janeiro, 1822-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, pp. 28-32.

tropas inimigas. Em uma das várias passagens em que louvava a atuação do monarca frente às tropas aliadas, dizia Fausto de Souza:

Laço de concórdia entre todos os generais aliados, garantia da união que ia existir durante as operações do sítio, o Imperador atraiu em poucos dias o respeito e a mais viva simpatia de todos os oficiais e mesmo dos soldados das duas Repúblicas nossas vizinhas. Eles estavam longe de acreditar naquilo que agora presenciavam, isto é: um poderoso Monarca, de trato afabilíssimo, sem símbolo algum exterior de realeza, mas reinando no coração de seus súditos e entretendo-se com todos eles, Generais e soldados, fidalgos e plebeus, com a delicada familiaridade de amigo e de pai; espetáculo este tanto mais maravilhoso para eles, por contrastar com a etiqueta e formalidade aristocráticas, exigidas em suas Repúblicas por mais de um Presidente, Governador ou General.

Eram unânimes e calorosos os louvores entoados por Argentinos e Orientais, referindo uns aos outros, em uma linguagem cheia de exclamações e adjetivos, muitos atos de beneficência praticados pelo Imperador, quer durante a viagem, quer depois de chegar ao acampamento, tais como: a dádiva de seu capote a um soldado do piquete, que tremia de frio em São Gabriel; o cuidado paternal com que acudiu a outro soldado que quebrara uma perna; a caridade com que agasalhou a um criado que, na Cruz Alta, gemia de febre, uma madrugada junto à carretilha imperial; o pagamento da dívida de uma infeliz viúva, a quem um cruel enteado queria reduzir à miséria; as avultadas quantias distribuídas pelos pobres que a ele recorriam ou que mandava entregar aos párocos com esse fim; as visitas aos hospitais, confortando os enfermos e interessando-se por seu bem-estar; e inúmeros outros fatos que eram longamente comentados e admirados, não tanto pelos nossos, acostumados a essas constantes manifestações de sua piedade, mas pelos Argentinos e Orientais, que não esperavam saber coisas tais de uma testa coroada (*Revista do IHGB*, 1887 (1), pp. 14-15).

Coadjuvantes dessa história épica narrada com paixão por Fausto de Souza, os militares brasileiros, orientais e argentinos estavam unidos em nome de uma causa maior: derrotar o oponente sanguinário, o tirano paraguaio Solano Lopez e seu exército cruel, representado pela figura desumana do comandante Estigarribia e, assim, libertar a cidade de Uruguaiana dos sofrimentos a que era imposta pelos cem dias de ocupação inimiga. Nessa narração, argentinos e uruguaios apresentavam um semblante mais suave, principalmente porque, segundo Souza, a experiência vivida ao lado de D. Pedro II os possibilitou perceber através de um novo olhar, menos condenatório, as benesses possíveis de serem alcançadas pela adoção de um regime de governo monárquico:

Para eles, a monarquia, que era sinônimo de egoísmo e de orgulho, passando agora por extraordinária transformação, assumia de repente a seus olhos um aspecto simpático, que alterava em muito as prevenções que votavam a essa forma de governo. Já compreendiam como podia ser venturoso um povo governado por um rei virtuoso e justo; e alguns chegaram a ponto de confessar que estavam convencidos dessa verdade. Dentre eles, um distinto oficial argentino, o jovem e bravo Rosetti, que estava fadado a morrer gloriosamente daí a um ano, nas trincheiras de Curupaiti, por mais de uma vez disse ao autor dessas linhas, com o tom da maior sinceridade: “Vosso Imperador é um Tito, um José II. Houvesse a possibilidade de encontrar na Confederação um outro Pedro II, que a minha espada seria desembainhada pela causa da monarquia” (Idem, p.15).

E se até os generais aliados, representados pelos presidentes argentino Bartolomé Mitre e oriental Venancio Flores tinham espaço na narrativa, os militares brasileiros também se destacavam, com relevo especial à figura do Barão de Porto Alegre, Manoel Marques de Souza, o mesmo que largara cerca de um ano antes, na capital rio-grandense, a presidência do IHGPSP justamente para retornar aos campos de batalha nos enfrentamentos com o Uruguai e que culminariam na Guerra contra o Paraguai.

Outro associado do IHGPSP, o prestigiado comandante rio-grandense David Canabarro, tão aclamado no Rio Grande por sua defesa das fronteiras imperiais na região sul, não obteve a mesma simpatia de Fausto de Souza, que endureceu a pena para narrar seus equívocos estratégicos em relação ao episódio que culminou com a invasão paraguaia. Devido particularmente aos erros de cálculo de Canabarro, que preferiu não atacar o inimigo quando este se aproximou do território provincial, embora tenha sido avisado pelos companheiros de armas, o militar acabou se tornando o grande culpado pela invasão dos paraguaios ao Brasil, em 1865. Pelo grave erro cometido por Canabarro, afirmou Fausto de Souza, é que o Brasil precisou dispensar considerável energia na região fronteira sulina, a fim de libertar a “heroica Província de São Pedro do Sul” do cerco inimigo. Em sua narrativa, porém, os louros do sucesso militar que resultou na retomada de Uruguaiana não seriam somente obtidos pelas mãos dos seus filhos rio-grandenses, como costumeiramente ocorria nas batalhas que se davam na região meridional, mas por uma ação conjunta do exército nacional com os aliados uruguaios e argentinos. Assim, na descrição que fez da gloriosa vitória em Uruguaiana, muitos eram os heróis *brasileiros* que deveriam ser lembrados como responsáveis

diretos pela façanha de Uruguaiana, como se percebe pela ordem através da qual Fausto de Souza os apresentava em sua memória:

Aí se achava, em primeiro lugar, o Imperador, que para salvá-la largara o cetro e empunhara a espada, exaltando o amor e o entusiasmo de todo o seu povo. Aí estavam os esposos das duas Princesas, um dos quais [O Conde d'Eu] promovido à mais alta patente militar ao pisar o solo da Província estava fadado pela Providência para dar o glorioso remate a essa guerra que agora terminava um de seus primeiros capítulos. Aí estava o Ministro da Guerra Angelo Ferraz, que mais tarde teria o nome da cidade como apanágio do seu título de nobreza [Barão de Uruguaiana]. Aí se achava também o venerando Marquês de Caxias, que há 22 anos realizava a pacificação do Rio Grande do Sul quando foi fundada a cidade, e que apesar de alquebrado pela moléstia, tinha ainda de ir colher no Paraguai virrentes louros e com eles a primeira coroa ducal conferida a um brasileiro [o título de Duque de Caxias]. Aí estavam ainda os Almirantes Tamandaré e De Lamare, representantes da esquadra heroica que, no Riachuelo, ganhara o direito de figurar ao lado das mais célebres armadas, das antigas e modernas nações. Também aí estava o General Barão de Porto Alegre, o Bayard rio-grandense, admirado pelos nossos aliados desde o dia de Monte Caseros, e agora chefe dessa plêiade de bravos que, como ele, iam em seguida ao território inimigo conquistar títulos de nobreza e bordados de general, por atos de extremo valor. Finalmente, aí se achavam, representando as nações americanas, os Presidentes, os Generais e os soldados das Repúblicas nossas aliadas, companheiros e testemunhas do nosso júbilo, como o haviam sido de nossas inquietações e trabalhos (Idem, pp. 29-30).

Concluída a primeira parte no trabalho, em que Fausto de Souza simplesmente narrou o episódio em torno da retomada da cidade pelos aliados, a segunda parte se propunha a responder a duas questões principais: se a rendição da coluna paraguaia em Uruguaiana foi consequência de um plano (Idem, p. 35) e, por consequência, qual o efetivo papel de Canabarro na defesa da fronteira (Idem, p. 46), observando:

De que modo a história severa e imparcial qualificará o seu procedimento durante a invasão? De covardia? De traição ou conveniência? De inépcia? De desleixo e esquecimento dos seus deveres de militar, de cidadão e de rio-grandense? (Idem, *ibidem*).

Respondendo às questões por ele formuladas – levando em conta, inclusive, as divergências políticas, ocorridas pela crítica do Partido Conservador à política dos liberais para a região e as opiniões que apareciam na imprensa periódica nacional surgidas no período imediatamente posterior à vitória em Uruguiana -, Fausto de Souza, colocando-se na qualidade de historiador consciente de seu papel de juiz dos fatos, procurava justificar “uma proposição contida nas primeiras linhas deste trabalho, a saber: que os mencionados sucessos desafiam sérias reflexões e destas se podem colher lições de muito valor, histórico e político” (Idem, p. 34).²²⁹ Assim, munido de documentos comprobatórios que o permitiam emitir seu juízo, o autor condenava Canabarro como culpado da entrada do inimigo no território que deveria ter sido por ele defendido. Portanto, Canabarro merecida ser julgado no tribunal da história, mas, justamente pelo peso de sua fama e pela confiança que o Brasil sempre depositara em sua figura, esse julgamento deveria ser respaldado por rígidas atenuantes:

Covardia ou traição, nunca! A Província de Rio Grande se levantaria em peso para protestar contra qualquer dessas duas acusações, desmentidas pelos inúmeros atos da longa existência desse General, quer no remanso da paz, quer nos campos de batalha. Canabarro foi sempre considerado como um soldado bravo e leal; na época mais notável da sua vida, durante o levantamento republicano que durou dez anos, a sua valente espada foi talvez a que fugiu em maior número de combates; e dos chefes da revolução, foi ele um dos últimos a render-se, vencido não tanto pela força das armas, como pelo nobre desejo de ver luzir a paz em sua desolada província (Idem, pp. 46-47).

Em face de todas essas alegações, “A sentença, portanto, é delicada e não fácil de ser lavrada”, ponderava Fausto de Souza (Idem, p. 47). Julgado culpado, mas mais por sua vaidade que por quaisquer dos motivos elencados acima, Fausto de Souza achou em um antigo desafeto, adquirido durante a Revolução Farroupilha, a causa do erro crasso do velho general:

²²⁹ No prefácio da obra coletiva *O Continente em armas*, Temístocles Cezar lembra que “a guerra é uma verdadeira fábrica de heróis, produtora de virtudes, de modelos a serem imitados (...). Nesse sentido, a guerra é uma variante do *topos* da *historia magistra vitae* definida por Cícero no *De Oratore*, na medida em que, supostamente, fornece exemplos para o presente e para o futuro”. CEZAR, Temístocles. “Prefácio – A morte nos olhos ou a arte de pintar batalhas”. In: NEUMANN, Eduardo Santos; GRIJÓ, Luiz Alberto (orgs.). *Continente em armas: uma história da guerra no sul do Brasil*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010, p. 12.

O General Canabarro nunca teve um plano firmemente assentado para as suas operações de defesa da fronteira, às quais sempre se ressentiram dos variados sentimentos que alternadamente influíram em seu ânimo. A princípio ele não tomou a sério a invasão; e isso explica a sua falta de vigilância, bem como a culpável condescendência em consentir no licenciamento de generais e praças. Cabe-lhe, pois, toda a pecha de desleixo e desídia neste primeiro período. Realizada a invasão, ele prometeu (e acreditamos que com sinceridade) atacar o inimigo na passagem dos rios Ibicuí e Toro Passo; a chegada, porém, do General Caldwell, seu superior, e mais ainda a do Barão do Jacuí, seu antigo e feliz êmulo, fê-lo subitamente mudar de resolução. Um forte estímulo de velha rivalidade, o desejo de não repartir os louros da vitória, a veleidade de ser ele só o vingador do ultraje feito a sua terra natal, atuaram de modo irresistível sobre o espírito do valente General, enfraquecido pela idade. Ele quisera operar só, sem reconhecer outra autoridade militar superior à sua, nem receber adjutório de outro chefe, e muito menos de um que não estimava e fora sempre seu rival em fama. Se, em lugar de simples Comandante de divisão, fosse Canabarro o Comandante das armas, o único chefe (é nossa firme convicção), ele teria atacado o inimigo em sua marcha; sua tática teria sido outra, e muito diferentes os sucessos dessa campanha (Idem, pp. 47-48).

Portanto, a sentença oferecida por Fausto de Souza à contribuição negativa de Canabarro para a invasão ao Rio Grande do Sul, fora dada por uma fraqueza do velho general, que não teria se furtado em colocar assuntos pessoais acima de seus deveres de ofício: o suposto orgulho ferido em ter que repartir possíveis triunfos de armas com o Coronel Francisco Pedro de Abreu, Barão do Jacuí, que fora responsável por sua derrota em Porongos, em novembro de 1844 (episódio capital para o posterior fim da Revolução Farroupilha), seria o grande responsável, na opinião de Fausto de Souza, pelo desacerto de Canabarro em Uruguaiana. Ou seja: na *Revista do IHGB*, mais uma vez, a Revolução Farroupilha, mesmo que indiretamente, pairava como um fantasma e estava implicada de maneira negativa em questões político-militares que envolviam a sustentação da soberania nacional.

Em relação ao general Canabarro, um dos maiores heróis farrapos, o IHGB mantinha suas ressalvas: por ser capaz de colocar seus interesses pessoais acima dos da nação, ele não era confiável. Mesmo que célebre herói rio-grandense, suas atitudes não faziam dele um herói capaz de figurar entre os grandes soldados da pátria.²³⁰ Seu vulto

²³⁰ Sobre o comportamento do General Canabarro no episódio da invasão paraguaia, assim se pronuncia Jonas Vargas: “Sem entrar no mérito das defesas e dos ataques apaixonados à figura de Canabarro, não é possível negar certa ambiguidade no comportamento do estancieiro, uma vez que o mesmo havia garantido ao Presidente que daria conta da defesa com os homens que possuía, muito embora também tenha pedido reforços em determinados momentos. No entanto, é preciso ressaltar que a negligência com

estava, pois, manchado perante o tribunal em que os historiadores militares do IHGB atuavam, sentenciando o passado nacional. Se a história poderia ser revista para redimir o Marquês de Barbacena, a mesma sorte não seria concedida ao general republicano Canabarro: a reconquista de Uruguaiana não pertenceria aos rio-grandenses, ainda mais se o nome de um antigo farrapo, símbolo de um tempo de fraqueza da afirmação do Estado-nação brasileiro, estivesse envolvido na questão. Era necessário fazer de Uruguaiana um capítulo memorável do triunfo do Imperador e seu fiel e valoroso exército, que soubera buscar na aliança com os republicanos orientais e argentinos – caracterizados como admiradores, claro, do braço seguro e paternal do monarca brasileiro, como fez questão de sublinhar a memória de Fausto de Souza – o caminho da vitória tanto em Uruguaiana como no próprio desfecho da guerra.

Porém, em fins da década de 1880, seria necessário mais que a boa vontade dos historiadores-juizes do IHGB para empreenderem revisões históricas das batalhas em que o Império esteve envolvido na tentativa de mantê-lo em pé. Como tão bem destaca Lucia Guimarães (2007, p. 22), havia um clima de “fim de festa” no regime monárquico que se refletia no IHGB nesses anos finais do Império, de modo que uma atmosfera de inércia pairava sobre a associação letrada. Dentro em breve, o Instituto, na tentativa de se manter em atividade, teria que se reinventar e se harmonizar aos novos tempos que estavam por vir. A simples apresentação da história dos feitos heroicos dos imperiais já não era capaz de fornecer lições para as gerações presentes, quanto mais às futuras. Essas narrativas sofreriam novas mudanças e adaptações, ditadas pelo aparecimento da República.

que o Império vinha tratando a defesa da região também foi fator determinante. De acordo com novos estudos, o fracasso na defesa do território poderia também ser explicado por outros fatores não menos importantes. De acordo com Fertig, na época da guerra, Canabarro não possuía a autoridade necessária sobre seus comandados, pois parecia estar sendo vítima do boicote de alguns oficiais que militavam em partidos rivais, como a família Ribeiro de Almeida, muito influente em Alegrete e Uruguaiana. Eles faziam dura oposição a Canabarro, dificultando a organização da Guarda, por interesse privado e vingança pessoal”. Vargas afirma que Canabarro foi condenado por uma série de contemporâneos, mas também por pesquisadores posteriores ao conflito, principalmente os historiadores militares, que objetivavam valorizar a importância do Exército em detrimento dos grupos comandados por estancieiros civis. Por seu erro e por sua condição de ex-farrapo, Canabarro virou alvo preferencial e a imagem dos rio-grandenses ficaria prejudicada. VARGAS, Jonas Moreira. “O Rio Grande do Sul e a Guerra do Paraguai”. In: NEUMANN, Eduardo Santos; GRIJÓ, Luiz Alberto (orgs). op. cit., pp. 131-136.

Considerações Finais

“Uma evolução rápida, como a mutação de um caleidoscópio, mudou a face de todas as coisas entre nós. Voltamos ao tempo dos sete – a pobreza do asilo -, mas não ao desânimo de então. Sim, não há desânimo para nós sempre que encaramos o nosso paládio, e o nosso paládio é a *Revista Trimensal*, a alma da nossa associação que se irradia pelo mundo culto, a prova dos trabalhos de três gerações pertencentes a um longo e liberalíssimo reinado e a qual o Imperador classificara em seus juvenis anos de ‘Indeclinável testemunho do que havíamos feito a bem da história e geografia da pátria’.

Viu o Instituto Histórico empalidecer a sua bela estrela e, longe de esmorecermos, como esses rudes e ignorantes povos que se assombram aos eclipses dos astros, reunimos todos os nossos esforços para lutar com todas as contrariedades da sorte. Fitos os olhos em nós, aí nos contemplavam as associações nacionais e estrangeiras e prediziam o nosso desaparecimento. Protestamos contra o vaticínio e começamos, para não nos esquecer de que a gratidão é um dos mais belos caracteres da humanidade e que, como bem disse o nosso ilustrado 1º secretário, as revelações também deixam lugar para ela e por proposta sua, velamos com o manto do respeito e da saudade a cadeira, que ali vedes, proscrita a qualquer uso enquanto viver quem foi e ainda é o seu protetor, e que tanto se gloria dessa honra que ainda no dia de seu último aniversário natalício o chamou de *seu* Instituto”. Joaquim Norberto de Souza e Silva, 1890.²³¹

A fala do presidente Joaquim Norberto revela que havia chegado um novo tempo no IHGB. Com o advento da República, profundas mudanças na ordem política da nação resultaram em novas e radicais reformas no seio do velho Instituto, até então intrinsecamente ligado à Monarquia e, por conseguinte, à figura do Imperador D. Pedro II, seu protetor máximo. Em 1890, essas reformas estavam apenas começando a ser implantadas, mas os letrados do IHGB já podiam sentir que eram elas de extrema necessidade para que a associação conseguisse sair da letargia a que ficou confinada em um período que se estendeu dos últimos anos do Império até sua queda. Os efeitos provocados pela República logo se fizeram sentir na agremiação e nem sempre foram positivos: sob o novo regime, uma leva de associados não acompanhou o Instituto, que se viu obrigado a abrir suas portas para receber novos membros efetivos. Alargou-se, ainda, a possibilidade de se aceitar sócios correspondentes, a fim de ver a associação

²³¹ SILVA, Joaquim Norberto de Souza e. “Alocução do presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Joaquim Norberto de Souza e Silva, na sessão aniversária de 15 de dezembro de 1890”. *Revista do IHGB*, Tomo LIII, parte 2, 1890, pp. 556-557. Grifo no original.

representada em todos os cantos do país e uma “nova plêiade” de sócios beneméritos também passou a integrar a relação de nomes ligados ao grêmio. Para completar o difícil quadro que se seguiu à deposição do Imperador, nos dois últimos anos – entre dezembro de 1888 e dezembro de 1890 -, o presidente Joaquim Norberto contabilizara o desaparecimento de vinte e dois sócios. Dentre os falecidos, o maior golpe sentido se dera com a morte do “grande amigo” do Brasil, “conhecedor de nossas coisas”, o francês Ferdinand Denis, até então o mais antigo associado estrangeiro vivo (Denis era ligado ao grêmio desde 1839).

No intuito de se adaptar aos novos tempos e a fim de evitar seu próprio perecimento, o IHGB precisou ir mais fundo: mexeu em seus estatutos, que passaram por nova atualização. Além disso, a associação pagou uma grande soma em dívidas que não estavam previstas em seu orçamento e, segundo o relatório de seu presidente, “tudo temos reformado porque tudo precisava de reforma” (*Revista do IHGB*, 1890 (2), p. 558): a biblioteca, o catálogo de obras, o arquivo, o museu. Derrubado o Império, o IHGB finalmente se dera conta de que era necessário mudar para continuar vivo.

Todavia, Lucia Maria Paschoal Guimarães (2007) mostra que essa adaptação do IHGB não foi fácil de ser realizada. No trabalho árduo pelo qual passou a associação, grandes foram os percalços e largo foi o tempo de provação. Por ter sido imediatamente identificado com o regime deposto, o IHGB amargaria quinze anos de desfavor oficial e somente voltaria a ter sua importância reconhecida no cenário cultural do país quando o Barão do Rio Branco, seu antigo associado, assumiu, por insistência de uma das novas vozes da casa, o secretário Max Fleiüss, a presidência da agremiação, em 1907, dando-lhe um novo impulso (José Maria da Silva Paranhos associou-se ao IHGB em 1867, quando contava apenas 22 anos de idade). A partir daí, a fase de aproximação da associação ao regime republicano seria ascendente, culminando com a grande afinidade e cooperação para com o Governo Vargas.²³²

²³² Lucia Guimarães estuda a gradual e progressiva vinculação que o IHGB teve com o governo republicano e mostra como o Instituto finalmente passou a recuperar, a partir da presidência do Barão do Rio Branco (1907-1912), seu antigo prestígio institucional, perdido com a queda da Monarquia. O período posterior, no qual o IHGB esteve sob a presidência do Conde de Afonso Celso (1912-1938), foi aquele de sua recuperação total. Nesses anos, o Instituto se consolidaria novamente com um lugar de destaque no cenário cultural nacional. A autora salienta, ainda, que se o IHGB, através de sua proximidade com o poder político, voltaria a ter um lugar proeminente na política cultural do país (algo que se alargou sobremaneira no governo de Epitácio Pessoa e se acentuou ainda mais na década de 1930, sob o Governo Vargas), esse lugar não teria o mesmo peso daquele vivido pela associação durante o Segundo Reinado, período em que predominava absoluto como o templo da memória nacional. GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. *Da Escola Palatina ao Silogeu: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938)*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2007, pp. 21-76.

Segundo Guimarães (Idem, p. 33), Getúlio Vargas conhecia o IHGB desde os tempos em que era depurado federal pelo Rio Grande do Sul. Nesse período, Vargas chegou, inclusive, a frequentar a associação, em companhia de um conterrâneo seu, o sócio do IHGB Tenente Emílio de Souza Docca, conhecido historiador rio-grandense e um dos membros fundadores do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRS), associação que se constituiu, como já se referiu nessa pesquisa, como o terceiro e definitivo Instituto Histórico rio-grandense, ressurgido em Porto Alegre no alvorecer da década de 1920.²³³ A intenção de Vargas, em seu contato com o IHGB, tinha ainda outro motivo: queria estabelecer relações com Francisco José de Oliveira Vianna, membro da corporação que acabara de publicar um ensaio sociológico intitulado *Populações Meridionais do Brasil*, do qual objetivava divulgar um segundo volume, o que interessou Vargas. Oliveira Vianna viria a ocupar postos importantes na alta hierarquia do serviço público do Governo Vargas, assim como outros nomes do IHGB, que também se comprometeriam com a Aliança Liberal, coligação política responsável pelo patrocínio da dupla Vargas-João Pessoa nas eleições de 1930 (GUIMARÃES, 2007, p. 34).

Ao tomar iniciativas cívicas e, principalmente, ao se aproximar tão intimamente do Governo Vargas, o IHGB novamente estava se unindo ao poder político e se vinculando a um mecenas que o patrocinasse, papel que coubera a D. Pedro II no contexto imperial. Para Guimarães,

²³³ Conforme visto anteriormente, a primeira tentativa de criação de um Instituto Histórico no Rio Grande do Sul se deu em 1855, sem que tenha ocorrido êxito naquela experiência. A segunda tentativa de fundação se efetivou na constituição do IHGPSP, entre 1860 e 1863. Daniela Silveira menciona ter havido, em 1917, uma nova ação com vistas à criação de um Instituto Histórico no Rio Grande, mas lembra que este somente veio à luz em 05 de agosto de 1920, em um período “marcado por inquietações no Estado e pela fragilidade do pacto federativo nacional”. Foi nesse ambiente político, sob o governo de Borges de Medeiros, que um numeroso grupo de gaúchos, liderados pelo Tenente Souza Docca e pelo Desembargador Florêncio de Abreu e Silva, se reuniu no Arquivo Público do Estado, em Porto Alegre, dando início às atividades do Instituto rio-grandense, agremiação que até hoje se mantém em atividade. De acordo com a autora, os princípios que guiaram a fundação do IHGRS eram baseados nos Estatutos do IHGB. Sobre o papel que o IHGRS tencionava cumprir, assim se referia o sócio Lindolfo Collor, em texto publicado na *Revista do IHGRS* e citado por Silveira: “Toda a nossa história de lutas heroicas sustentadas em prol das fronteiras morais e políticas da nacionalidade, todo nosso anseio pela conquista da liberdade pública, toda a nossa secular vibração patriótica em face dos inimigos da Pátria, assim como a admirável evolução pacífica das nossas instituições privadas e políticas, tudo isto está a exigir o aparecimento de inteligências capazes de, pela evocação do passado, melhor preparar o futuro do nosso idolatrado Rio Grande”. SILVEIRA, Daniela Oliveira. “*O passado está prenhe de futuro*”: a escrita da história no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (1920-1930). Porto Alegre: UFRGS, 2008, pp. 11 e 23. (Mestrado em História).

O certo é que se estabeleceu uma aliança harmoniosa e fecunda. De um lado, o *Silogeu* colaborava com o *Atelier do Catete* na modelagem de uma política cultural, que seria implantada no Estado Novo (1937-1945), voltada para (...) *o esforço permanente de construção-legitimação de uma consciência nacional do país*. De outro, Vargas concedia favores e conferia à instituição uma posição de destaque no panorama intelectual brasileiro, cuja magnitude só pode ser comparada com a reputação que desfrutara no Segundo Reinado (Idem, p. 37. Grifos no original).

Mais uma vez, o IHGB, como foi visto no capítulo primeiro desse estudo, “Em busca de uma história brasileira”, estava envolvido em um plano com vistas à construção de uma consciência nacional para o Brasil, algo que desejou cumprir durante todo o período em que esteve “sob a imediata proteção de Sua Majestade Imperial”. Porém, no Brasil oitocentista, a tarefa iniciada no IHGB com o objetivo de dotar o país, através do desenvolvimento de uma história científica, de um passado comum que fosse capaz de abarcar todos os brasileiros acabou se mostrando uma meta difícil de ser determinada pela instituição, que precisou enfrentar dificuldades ditadas pela própria definição de quais seriam os limites desse suposto passado comum nacional.²³⁴ Mais ainda: coube ao IHGB cultivar e estimular a existência de “tradições brasileiras” em um imenso país que sequer possuía um tipo nacional e cujas províncias se mantinham ligadas pela delicada coesão da máquina político-administrativa do governo central.²³⁵

²³⁴ Nessa linha de raciocínio, ver a interessante contribuição fornecida por Lucia Guimarães, principalmente quando a autora realiza um balanço acerca dos primeiros anos de funcionamento do IHGB, no qual identificou o trabalho da associação em prol da construção da memória nacional brasileira, utilizando-se de referencial teórico baseado na operação definida por Pierre Nora na obra coletiva *Les lieux de mémoire*. Segundo Guimarães, “O trabalho desenvolvido nos primeiros anos de existência do Instituto Histórico não ficou restrito à organização da *memória de papel* [a expressão é de Leibniz, apropriada por Nora]. Construiu-se a Memória Nacional, tal como esta operação foi definida por Pierre Nora: *a constituição gigantesca e vertiginosa de estoque de material, de tudo que nos é impossível lembrar; o repertório insondável daquilo que poderíamos ter necessidade de recordar*. O que no caso do Instituto significava dotar o país, carente de unidade e recém-saído da condição de colônia, de um passado comum. Tratava-se, portanto, de *inventar as suas tradições*, parafraseando o historiador inglês Eric Hobsbawm”. GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. *Da Escola Palatina...* op. cit., p. 116. Grifos no original.

²³⁵ Cesar Guazzelli lembra que a criação de uma identidade brasileira não se deu antes dos anos 1930. Conforme ele, “a Revolução de 30, liderada pela Aliança Liberal afirmada nos Estados do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba, encerrou o domínio das oligarquias fundiárias – tanto a exportadora de São Paulo, quanto as periféricas – e tratou da implantação do Estado burguês no Brasil. Autoritária e ditatorial, submeteu os poderes estaduais aos nacionais, e proporcionou as pautas para o crescimento industrial do país. (...) E recém aqui, talvez, se possa fazer referência à criação de uma identidade brasileira, à aceitação de uma origem mestiça e a uma definição do espaço. Até então o Brasil, ao contrário do que afirmavam os livros de história, ainda não existia...”. Nesse mesmo sentido, Mônica Pimenta Velloso lembra que Afonso Arinos, na conferência que proferiu no Itamarati em 1915, intitulada “A unidade da pátria”, pregava a necessidade de uma campanha cívica para criar a nação. Diz a autora: “Esta é a palavra de ordem da época: criar a nação. Daí o tom de urgência assumido pelo debate

Nesse complicado trabalho de constituição e, por conseguinte, de sustentação de uma unidade política chamada Brasil, não é de se estranhar o fato de que o IHGB tenha enfrentado sérias dificuldades em lidar com o passado recente do Império, caracterizado pelas ameaças à sua estabilidade político-institucional por meio de revoltas provinciais, preferindo sobre ele silenciar. Nesse sentido, ceder espaço para que uma instituição formada justamente em uma de suas províncias mais rebeldes, o Rio Grande do Sul, se voltasse para a promoção de uma narrativa histórica que lhe fosse própria, exigia cautela. A ideia sustentada pelo grupo de letrados rio-grandenses de registrar e transmitir, através de um veículo de divulgação aos moldes da *Revista do IHGB*, os fatos sucedidos no Rio Grande sob a ótica dos rio-grandenses, determinou que o IHGB agisse com grande prudência e, conseqüentemente, realizasse um exame atento e acurado em relação a sua aspirante à filial, o que acabou culminando em reformas em seus estatutos, tema abordado no segundo capítulo da tese, “A César o que é de César: o IHGPSP e a conveniência de se filiar ao IHGB”. Dentro dessa lógica de precaução e, também, de empenho pela manutenção de seu lugar enquanto instituição centralizadora dos assuntos nacionais, não parece descabido que os letrados do IHGB tenham optado por conservar a então recente e controversa Guerra Civil Farroupilha distante de sua *Revista*, procurando dela se ocupar somente quando julgaram que tal guerra não mais pudesse ameaçar diretamente a harmonia interna do país. Levando em conta esses princípios, também não parece incoerente que uma instituição modelar como se propunha a ser o IHGB tenha de fato apresentado sérias restrições à criação de um Instituto Histórico e Geográfico congênere ao seu justamente na problemática e insurgente Província do Rio Grande, assim como tenha investido tão energicamente na publicação de documentos sobre a dita província. Isso porque perder o lugar de proeminência e prestígio que mantinha havia tantos anos como divulgadora da história rio-grandense, não fazia parte dos planos da associação nacional. Nesse sentido, o material levantado e analisado nos dois últimos capítulos dessa pesquisa é somente uma mostra de como a instituição imperial se mostrou preocupada, ao longo de sua atuação

intelectual então instaurado com vistas à descoberta de um veredicto seguro, capaz de encaminhar o processo de organização nacional. O problema da identidade nacional assume lugar de relevo. Encontrar um tipo étnico específico capaz de representar a nacionalidade torna-se o grande desafio enfrentado pela elite intelectual”. Dessa forma, o intelectual brasileiro seguia em sua tentativa de cumprir a missão de construir uma identidade nacional para o país, tarefa que prosseguiu nos anos 1920, com o movimento modernista, e atingiu o Estado Novo de Vargas. VELLOSO, Mônica Pimenta. “A brasilidade verde-amarela: nacionalismo e regionalismo paulista”. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 16, n. 11, 1993, p. 90; GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos de. “Do sistema colonial português ao Brasil imperial”. In: *Brasil desde Porto Alegre*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003, pp. 38-39.

como promotora, divulgadora e guardiã da história e da memória nacional, em incorporar e manter sob controle os “feitos heroicos” que constituíam a história da Província de São Pedro. Através do processo de seleção e divulgação de informações sobre o Rio Grande do Sul nas páginas de sua *Revista*, o IHGB marcava terreno como local privilegiado de escrita da história sulina, ao mesmo tempo em que ditava quais seriam e mantinha sob seus cuidados os fatos mais notáveis dessa história, tentando evitar, assim, que estes servissem de incentivo ao cultivo de uma identidade local. Desse modo, o IHGB sobreviveu à fracassada tentativa de retirada de sua primazia sobre esse passado na “disputa” vencida em cima do IHGPSP, prematuramente desaparecido. Nem sempre, porém, a agremiação nacional conseguiu assegurar um controle absoluto sobre a história rio-grandense, como mostra o episódio suscitado pela publicação da memória histórica “Guerra Civil do Rio Grande do Sul”, de Tristão de Alencar Araripe. Foram justamente as críticas e julgamentos negativos gerados pela repercussão do trabalho do autor cearense no Rio Grande do Sul (considerado um “estrangeiro” e, portanto, incapaz de escrever sobre uma guerra que não era sua) que acabaram por provocar nos rio-grandenses o estímulo necessário para que, finalmente, se ocupassem da história do famoso e, até então, pouco refletido decênio farrapo.

Em relação ao Instituto regional rio-grandense, embora tenha tentado se sustentar ativo no intuito de narrar a história da pequena pátria tanto para os filhos do Rio Grande quanto para os irmãos da pátria mãe brasileira, esse objetivo não seria cumprido a contento no século XIX, dado o rápido perecimento da corporação. O período de grandes mudanças políticas que foi a década de 1860 no Rio Grande do Sul, aliado à atuação militar da maioria dos membros fundadores do Instituto rio-grandense, foram fatores de peso para decretar o óbito daquela tentativa. Somente nas primeiras décadas do século XX, a instalação de um Instituto Histórico e Geográfico no Rio Grande do Sul encontraria, de fato, um momento mais oportuno para se concretizar, como atestam as palavras proferidas pelo presidente do nascente IHGRS, Florêncio de Abreu e Silva, durante o discurso de inauguração da casa, em 19 de dezembro de 1920:

Diante da opulência de nossas tradições como povo, e da nossa agitada quanto edificante história, como parcela política da nação brasileira; diante do estado da cultura a que atingiu o Rio Grande do Sul, parece-me que se não poderia justificar a ausência, entre nós, de um Instituto Histórico e Geográfico, quando outros Estados já possuem esta instituição, que por sua índole e seus fins, constitui de

qualquer modo um expoente apreciável do nível moral de um povo. (...) O advento da Guerra do Paraguai, com a invasão da Província pelas hostes inimigas, reclamando o concurso de todos na sagrada defesa da pátria comum, e acarretando a absorção necessária das atividades pelas coisas da guerra, foi provavelmente a causa precípua da extinção do Instituto [IHGPSP] pela dispersão inevitável de seus membros. Entretanto, como as “ideais forças” permanecem através das vicissitudes que temporariamente as contrariam, não se extinguiu, apenas de novo adormecera; e circunstâncias várias, como as últimas lutas para a demolição definitiva do antigo regime e os agitados tempos da implantação e consolidação das instituições vigentes, determinaram sem dúvida o espaçamento de seu novo surto para mais favorável ensejo (*Revista do IHGRS*, 1921, pp. 120-123. Grifos meus).

Mais uma vez, uma significativa parcela da inteligência rio-grandense estava disposta e unida no intuito de contar sua própria versão dos fatos do passado sulino e, novamente, o IHGB, cujos estatutos lhe serviriam como guia, era seu modelo inspirador. Além disso, 1920 foi diagnosticado como uma adequada ocasião para a constituição da novel instituição porque naquele momento o meio intelectual poderia contar com o irrestrito apoio e “conforto moral recebido do emérito Governo do Estado”, conforme expunha a ata de instalação da casa, “salvando do esquecimento algumas das nossas admiráveis tradições” (*Revista do IHGRS*, 1921, p. 119). Nessa mesma solenidade de inauguração, Souza Docca, na qualidade de orador do IHGRS, também encontrou ocasião para expressar em discurso que a antiga ideia de narrar os feitos gloriosos do passado rio-grandense e vê-los incorporados como parte importante do trabalho de defesa da unidade nacional e de formação do tipo brasileiro, ainda era uma necessidade que precisava ser sanada e propagada pela narrativa histórica. Dizia o orador:

A nossa história, cheia de lances arriscados e de rasgos de heroísmos legendários; rica de magníficos atos de filantropia e de ensinamentos de alta moral e de política elevada; opulenta em homens eminentes e de mestres ilustres, precisa ser melhor cuidada e melhor ensinada, não só para que ela possa ter em cada peito rio-grandense um altar, onde seja cultuada com o carinho e a dedicação que bem merece, como também para que todos os brasileiros se orgulhem de pertencer a um país de que é parte integrante um povo qual o gaúcho, assinalado por tão peregrinas virtudes (*Revista do IHGRS*, 1921, p. 123).

Desse novo ambiente intelectual, que não nos cabe aqui investigar, mas que seguramente foi marcado pelo desejo e efetiva concretização da institucionalização da prática historiográfica no Estado (MEDAGLIA, 1983, p. 41), algo que acabou não ocorrendo no século anterior, se apreendem resquícios e permanências de algumas das antigas propostas e aspirações ambicionadas pelo IHGPSP, o qual tentara, em vão, investir na tarefa de registrar a conduta de um Rio Grande defensor das fronteiras da pátria brasileira, para então quebrar a hegemonia e a visão da história rio-grandense perpetuada pela poderosa *Revista do IHGB*. E se o IHGB, após a queda do regime que lhe dava sustentação, soube se reinventar a fim de seguir lado a lado com o poder político na tarefa de forjamento de uma consciência nacional para o Brasil, o Instituto Histórico regional precisou esperar um momento adequado para, em um processo de recuperação tardio, encontrar espaço para sua refundação, a fim de, finalmente, dotar o Rio Grande do Sul de um lugar social capaz de fomentar o desenvolvimento de sua historiografia, à semelhança do que ocorria em outros estados da nação.

ANEXOS

Anexo I

Lista de associados do Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro (IHGPSP)

PRESIDENTE:

Barão de Porto Alegre, Manoel Marques de Souza, reeleito.

VICE-PRESIDENTE:

Dr. José Martins Pereira de Alencastre (1ª eleição, 1860).

Dr. Manoel José de Campos (2ª eleição, 1862. Despedindo-se do Instituto, foi nomeado, interinamente, o Bacharel José Feliciano Fernandes Pinheiro).

1º SECRETÁRIO:

Francisco de Paula Soares (1º ano social, 1860).

João Luiz de Andrade Vasconcelos (eleição de 1862).

2º SECRETÁRIO:

Cirurgião-mór de Brigada Ignácio Manoel Domingues (1º eleição, 1860).

Dr. Paulo José Pereira (eleição de 1862).

ORADOR:

Dr. José Antonio do Valle Caldre e Fião (1º eleição, 1860).

Tenente-Coronel Fellippe Bethbezé d'Oliveira Nery (eleição de 1862).

TESOUREIRO:

João Damasceno Ferreira (1º eleição, 1860).

Fermiano Antonio de Araújo (eleição de 1862. Pedindo afastamento do Instituto, foi nomeado interinamente João Cavalcanti de Mello Albuquerque).

QUADRO DOS MEMBROS EFETIVOS:

1. Barão de Porto Alegre
2. Francisco de Paula Soares
3. Cirurgião-mor de Brigada Ignácio Manoel Domingues
4. Dr. José Antonio do Valle Caldre e Fião
5. João Damasceno Ferreira
6. Dr. José Martins Pereira de Alencastre
7. Dr. Manoel Pereira da Silva Ubatuba
8. Dr. Eduardo Pindahyba de Mattos
9. Dr. José Maria da Trindade
10. José Maria de Andrade
11. Dr. José da Araújo Brusque
12. Bacharel José Joaquim Fernandes Pinheiro

13. Bacharel Antonio Augusto de Arruda
14. Carlos Hoefler
15. Coronel Christovão José Vieira
16. Tenente-Coronel José Maria Pereira de Campos
17. Bacharel Antonio Alves Pereira Salgado
18. Tenente-Coronel Manoel Lopes Teixeira Junior
19. Vigário Luiz Manoel Gonçalves de Brito
20. Antonio Vieira de Aguiar
21. João Miguel Spencer
22. Ângelo Francisco Ther
23. Firmiano (Firmiano) Antonio de Araújo
24. Luiz Affonso de Azambuja
25. Major Pedro Maria Xavier de Oliveira Meirelles
26. Dr. Jerônimo da Cunha Galvão
27. Bacharel (Capitão) Antonio Dias da Costa
28. Padre Joaquim Procópio de Oliveira Nunes
29. João Cavalcanti de Mello Albuquerque
30. Conselheiro Joaquim Antão Fernandes Leão
31. Dr. João Pires Farinha
32. Dr. Justino José Alves Jacutinga
33. Dr. Thomaz Lourenço Carvalho de Campos
34. Dr. Manoel José de Campos
35. Patrício Correa Camara
36. João Vespúcio de Abreu e Silva
37. Dr. Cyro José Pedrosa
38. Tenente-Coronel Pedro Alvares Cabral da Silveira da Cunha Godolphim
39. Tenente-Coronel Fellippe Bethbezé d'Oliveira Nery
40. João Luiz de Andrade Vasconcellos
41. Exmo. Bispo D. Sebastião Dias Laranjeira
42. Dr. Laurindo José da Silva Rabello
43. Dr. Luiz Ferreira Vieira
44. Cônego Vicente Zeferino Dias Lopes
45. Vice-Cônsul Francês Paulo Noel B. d'Ornano
46. Dr. Jacintho da Silva Lima
47. Dr. John Landell
48. Major Paulo José Pereira
49. Joaquim Antonio de Borba
50. Luiz Vieira Ferreira
51. Francisco de Sá Brito

QUADRO DOS CORRESPONDENTES:

1. Major João da Cunha Lobo Barreto
2. Dr. João Pires Farinha, passou a efetivo em 19 de agosto de 1860.
3. Dr. Justino José Alves Jacutinga, idem.
4. Dr. Roberto Landell
5. James Johnson
6. Tenente-Coronel Affonso Mabilde
7. Tenente-Coronel Manoel Pereira da Silva Lima
8. Nathaniel Plant
9. Antonio Álvares Pereira Coruja, do Rio de Janeiro.

10. Dr. Thomaz Lourenço Carvalho de Campos – passou a efetivo a 13 de maio de 1860.
11. Cônego Joaquim Gomes de Oliveira Paiva, de Santa Catarina.
12. Manoel de Araújo Castro Ramalho
13. Tenente-Coronel José dos Santos Pereira
14. Dr. Pedro Tito Regis
15. Feliciano Antonio de Moraes
16. Candido Pinto Braga
17. Francisco Pinto da Fontoura Barreto
18. Tenente-Coronel Camillo Mercio Pereira
19. Antonio Maria Ulrich
20. Capitão de fragata José Pereira Pinto
21. Dr. Antonio Mascarenhas Telles de Freitas
22. Barão de Kalden
23. Carlos Jansen
24. Miguel Pereira de Oliveira Meirelles

RIO GRANDE:

Dr. Henriques Bernardino Marques Canarim
Dr. Angelo Pio da Silva
Antonio Bonone Martins Vianna
Bernardo José Soares Junior
Comendador Bernardino José Borges
Capitão João Affonso de Freitas Amorim

PELOTAS:

Dr. Amaro José D'Ávila da Silveira
Dr. Joaquim José Affonso Alves
Antonio José Domingues
Domingos Rodrigo Ribas

JAGUARÃO:

Dr. José Maria de Azevedo
Dr. Henrique Francisco D'Ávila
Major José Luiz Correa da Câmara

ALEGRETE:

Mathias Teixeira de Almeida
José Joaquim d'Oliveira
José Maria de Sousa

PIRATINI:

Coronel Manoel Lucas de Lima
Comendador Manoel José Gomes de Freitas

CANGUÇÚ:

Tenente Coronel Balthazar Jacinto Dias

BAGÉ:

Barão do Serro Alegre (João da Silva Tavares)

Brigadeiro Manoel Luís Osório (futuro Barão, Visconde e Marquês do Herval)

SÃO GABRIEL:

General Propício Menna Barreto

SANTANA DO LIVRAMENTO:

General David Canabarro

URUGUAIANA:

Dr. Eleutério Augusto de Athayde
Tenente-Coronel Feliciano Ribeiro d'Almeida
Antonio Mâncio Ribeiro

ITAQUI:

Vigário José Coriolano de Souza Passos

SÃO BORJA:

Vigário João Pedro Gay
Abrahão dos Santos Sá

CRUZ ALTA:

Vigário José de Noronha Nápoles Massa
Dr. Antonio Gomes Pinheiro Machado
Vigário Manoel da Silva Guimarães Araxá

PASSO FUNDO:

Antonio de Mascarenhas Camello Junior

SANTA MARIA DA BOCA DO MONTE:

Coronel José Alves Valença

CAÇAPAVA:

José Pinheiro de Ulhôa Cintra
Major Plácido Gonçalves Meirelles

CACHOEIRA:

Comendador Antonio Vicente da Fontoura
Vigário Luiz Augusto Gonçalves dos Santos

RIO PARDO:

General Lopo de Almeida Henrique Botelho e Mello
Dr. Antonio Ferreira de Andrade Neves
Joaquim Coelho dos Santos
Major João de Freitas Leitão

TAQUARI:

Vigário João Antonio de Carvalho

TRIUNFO:

Dr. João Frederico Meinster

SÃO LEOPOLDO:

Dr. João Daniel Hillebrand

SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA:

Dr. Francisco de Souza Cirne Lima

Dr. Antonio de Sousa Martins

CONCEIÇÃO DO ARROIO (OSÓRIO):

Carlos Leopoldo Voges

DORES:

Dr. Antonio José de Moraes Junior

DESTERRO (SANTA CATARINA):

Francisco Manoel Raposo de Almeida

ESPÍRITO SANTO:

Dr. José Marcelino Pereira de Vasconcellos

Anexo II

Breves notícias biográficas de alguns sócios do IHGPSP

Ângelo Francisco Ther

Aparece também como Francisco Angelo Ther. Era francês. Em Porto Alegre, tornou-se professo (em 1870, a *Revista Murmúrios do Guaíba* traz a informação de que Ângelo Ther fora nomeado professor no Liceu D. Affonso, em Porto Alegre).

Por volta de 1822, chegou a ser o primeiro professor de desenho e pintura de Manuel de Araújo Porto Alegre, futuro Barão de Santo Ângelo (1806-1879).

Antonio Álvares Pereira Coruja

Pereira Coruja era natural de Porto Alegre, onde nasceu no dia 31 de agosto de 1806. Proveniente de família pobre, Pereira Coruja fez suas primeiras aulas na classe do famoso “amansa burros” luso-brasileiro Antonio D’Ávila. Coruja era apelido recebido na escola, mas por gostar dele, acabou incorporando ao nome. Para continuar a estudar, virou sacristão do célebre Padre Tomé de Souza, com quem aprendeu latim. Por essa época, se tornou professor de primeiras letras na capital rio-grandense. Moço ainda, descobriu a maçonaria, entrando para a loja O Continentino em 1831 e se tornando, entre 1831 e 1832, redator de um periódico maçom, *O Compilador*. A vida política também passou a lhe interessar e ele foi suplente de deputado na 1ª Legislatura da Assembleia Provincial, assumindo o cargo em 1835, ano em que eclodiu a Guerra Civil Farroupilha (1835-1845). Por aderir às ideias dos republicanos rio-grandenses, Coruja foi preso quando os legalistas recuperaram Porto Alegre, tendo sido levado ao Rio de Janeiro, a fim de se retratar perante a Corte. Logo se mudaria para a capital do Império, construindo por lá uma respeitada carreira como professor e ganhando fama e notoriedade como autor de livros didáticos e gramáticas. Passou, ainda, a frequentar sociedades literárias, como a Sociedade Literária do Rio de Janeiro e o IHGB, ingressando em ambas no ano de 1839. Em 1840, fundaria na Corte o Colégio Minerva, alavancando uma carreira de sucesso como educador. No IHGB, exerceria por mais de vinte anos o cargo de tesoureiro, participando ativamente da vida da corporação, para quem chegou a escrever artigos cujo tema central era o Rio Grande do Sul. Nesse ínterim, o contato com a terra natal se manteria constante, tanto que, em 1860, emprestou seu nome para que o IHGPSP conseguisse obter filiação junto ao IHGB. Na qualidade de sócio correspondente da agremiação rio-grandense e, ainda, por se manter colaborador de periódicos rio-grandenses, Pereira Coruja continuou a contribuir para o desenvolvimento da imprensa sulina.

Por volta da década de 1870, Coruja abandonaria o magistério, fundando uma caixa bancária, que o levaria à bancarrota financeira. No final da vida, afastado do IHGB, Coruja se dedicou à escrita de obras de reminiscências sobre a terra natal. Morreu em 1889, pobre e sozinho, após o falecimento de seu único filho, o também conhecido Comendador Coruja, que falecera em 1888.

Carlos Hoefler

Nascido Carlos Frederico Adão Hoefler, em Erfurt, na Alemanha, em 14 de setembro de 1822, Carlos Hoefler veio para o Brasil em 1851. Segundo Ari Martins (1978, p. 274), ele estudou na Escola Latina, em Halle, Alemanha, e na Universidade Fredericiana da mesma cidade, onde cursou Filosofia, Filologia e Teologia. Foi professor na Alemanha

e, ali mesmo, oficial do exército, entre os anos de 1849 e 1851. Vindo para o Brasil nesse mesmo ano, como capelão contratado, exerceu esse posto até 1855. Fixou residência em Porto Alegre e voltou a se dedicar ao magistério, abrindo por aqui um estabelecimento de ensino. É autor do *Silabário Brasileiro*, de 1858, em colaboração com Francisco de Paula Soares. É, ainda, autor das obras *Crestomatia Brasileira* (1859), *Resumo de Aritmética* (1860), *Gramática Elementar da Língua Latina* (1861), *Resumo de Gramática Nacional Adequada ao Ensino Metódico dos Principiantes* (1863), *Por que alterações e transformações passaram as letras da Língua Latina, quando dela se formou a língua portuguesa?* (ensaio etimológico, 1869) e *Gramática da Língua Francesa (Arranjada segundo o Método Ollendorf)*, de 1882.

David Canabarro

Nasceu em Taquari, em 22 de agosto de 1793. Seu nome verdadeiro era David José Martins. Jovem, aos 15 anos entrou para a carreira das armas e serviu como praça de 2ª linha na Campanha de 1811 a 1812 (1ª Campanha da Cisplatina), alcançando o posto de alferes, devido a atos de audácia. Daí por diante, sua astúcia como soldado ganhou heroicos capítulos, como na Campanha de 1827, na qual seus atos de bravura, lutando ao lado do Coronel Bento Gonçalves, foram assinalados e lhe renderam uma promoção a tenente. Após a assinatura do Tratado de Paz, em 1828 (e, principalmente, após a Batalha do Passo do Rosário, grande derrota militar do Brasil), preferiu deixar o exército e se dedicar à vida no campo. Voltaria aos campos de batalha durante a Guerra Civil Farroupilha, na qual esteve ao lado dos republicanos rio-grandenses, sendo um de seus principais líderes. Mesmo tendo fama de bravo comandante de armas e ser considerado um dos grandes heróis militares do sul do país, Canabarro esteve envolvido em dois episódios contraditórios: primeiramente, no famoso episódio da Batalha de Porongos, em novembro de 1844, na qual o corpo de Lanceiros Negros do exército farrapo, sob o comando de Canabarro, foi dizimado por um ataque surpresa liderado pelo legalista Francisco Pedro de Abreu, o Moringue. Canabarro, um dos líderes responsáveis pela negociação de paz com o Barão de Caxias no intuito de por fim aos conflitos com o governo central, fora acusado de traição por saber do ataque, mas nunca se provou sua culpa e ele a negaria até a morte. O segundo episódio polêmico que envolveu sua figura se deu na Guerra contra o Paraguai, em que foi acusado de crime de guerra por ter supostamente facilitado a entrada do inimigo em território rio-grandense, em 1865. Muitos autores consideram o episódio um lance de incompetência do velho militar (PINTO, 2006, p. 116). Por esse caso, também não chegou a sofrer maiores punições, pois morreria aos 71 anos de idade, em 1867.

Dr. Eduardo Pindahyba de Mattos

Nasceu na Província do Maranhão, a 11 de outubro de 1831. Em 1851, Eduardo se formou bacharel na Faculdade de Direito de Olinda. Iniciava uma promissora carreira no Poder Judiciário: foi nomeado Juiz Municipal e de Órfãos do termo de Itaguaí (1854) e de Mangaratiba (1855). Foi nomeado Juiz de Direito da Comarca de Mogi-Mirim, Província de São Paulo, em 1858. Em 1861, foi-lhe designada a comarca de Turiaçu, no Maranhão e, depois, a comarca de Rezende, na Província do Rio de Janeiro, sendo depois removido, a pedido, para a de Barra Mansa, em 1874.

Foi nomeado Desembargador da Relação do Ceará (1878), e removido para a da Corte, em decreto de 18 de abril de 1880, tendo exercido interinamente o cargo de Procurador da Coroa, por portaria de 1º de maio de 1885. Foi também Ministro do Supremo Tribunal Federal, em 1895, sendo aposentado por decreto de 27 de dezembro de 1910.

Exerceu o cargo de Chefe de Polícia do Rio Grande do Sul, nomeado por decreto de 03 de setembro de 1859 e exonerado, a pedido, por decreto de 29 de maio de 1861. Foi nessa época que se tornou sócio do IHGPSP. Seria nomeado 1º Vice-Presidente da Província do Espírito Santo, em decreto de 21 de novembro de 1863. Em 1867, foi nomeado Vice-Presidente da Província do Rio de Janeiro, cargo de que foi exonerado em 1869, e, nessa qualidade, assumiu o governo da Província, por três vezes — em 13 de maio de 1867, 21 de fevereiro de 1868 e 9 de maio seguinte. Era casado com D. Emiliana Guimarães Pindahyba de Mattos. Faleceu a 20 de fevereiro de 1913, na cidade de Petrópolis.

Fellippe Bethbezé d'Oliveira Nery

Nasceu na cidade de Montevidéu, a 03 de março de 1820, quando seu pai se achava em trabalho, a serviço do Brasil. Lá iniciou seus estudos, tendo vindo para o Rio Grande do Sul. Ingressando na carreira de armas, assentou praça em um corpo do Exército comandado pelo Coronel João Propício Menna Barreto, que também figuraria na lista de sócios do IHGPSP. Abandonando a carreira militar, dedicou-se à política e à imprensa periódica. Grande orador, foi por diversas vezes deputado à Assembleia Provincial e Câmara dos Deputados. Diz Aquiles Porto Alegre (1980, p. 48) que, quando o Partido Liberal se dividiu, em 1863, entre históricos e progressistas, Nery acompanhou o Barão de Porto Alegre, líder dos progressistas. Participou, como correspondente de guerra, pelo “Jornal do Comércio”, do Rio de Janeiro, na Guerra contra o Paraguai. Veio a falecer em Assunção, Paraguai, no ano de 1869.

Fermiano Antonio de Araújo

Também se escreve Firmiano Antonio de Araújo. Era boticário em Porto Alegre e, além do IHGPSP, foi sócio do Partenon Literário, chegando a ocupar o cargo de presidente daquela sociedade, em 1874.

Francisco de Paula Soares

Nasceu em Montevidéu, a 07 de abril de 1825, quando seu pai estava em missão oficial a serviço do Brasil. Faleceu em Porto Alegre, no dia 10 de janeiro de 1881. Morou com a família em Rio Grande de 1827 até 1836, onde realizou seus primeiros estudos (também estudou em Montevidéu e se formou médico pela Faculdade de Medicina de Buenos Aires, em 1852). Em Porto Alegre, foi professor de História e Geografia no Liceu D. Affonso e na Escola Normal, desde 1856. Exerceu o cargo de inspetor da Instrução Pública no Rio Grande do Sul, em 1866. Também se envolveu com a política. Membro do Partido Liberal, foi eleito deputado à Assembleia Provincial em duas legislaturas. Como escritor, foi um autor de livros didáticos. Além de ter sido membro do IHGPSP, foi membro do Partenon Literário e da Sociedade Literária Apeles Porto Alegre.

Dr. Henrique Francisco d'Ávila

Era natural do distrito de Herval, em Jaguarão e nasceu em 31 de agosto de 1833. Filho de estancieiros, estudou no Imperial Colégio Pedro II e, depois, na Academia de Direito de São Paulo, na década de 1850, junto a Gaspar Silveira Martins. De volta ao Rio Grande do Sul, fixou residência em Jaguarão, filiou-se ao Partido Liberal e se casou com Faustina Neto, da família do rico estancieiro e líder revolucionário farrapo Antonio de Souza Neto. Um dos filhos do casal seria batizado por Manuel Luis Osório. Quando ainda era estudante, foi, nas horas vagas, oficial de gabinete do Presidente da Província

de São Paulo, o que lhe permitiu conhecer de perto os trâmites burocráticos da época e boa parte da elite paulista (VARGAS, 2007, p. 47).

Eleito várias vezes deputado à Assembleia Provincial, fez de Jaguarão um reduto do liberalismo na Província. Chegou a ser escolhido Senador pelo Rio Grande do Sul e exerceu o cargo de presidente dessa província, bem como da Província do Ceará. Também foi Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, em 1883.

Dr. João Pires Farinha

Foi cirurgião-mor da Brigada Militar. Foi chefe da Repartição de Saúde do Exército do Sul e membro da Assembleia Legislativa da Província de São Pedro em 1865 e 1866. Atuou na Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai. Foi Cavaleiro da Ordem da Rosa e pertenceu à Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro. Seu filho, João Pires Farinha Filho, nascido em Bagé, se tornou médico como o pai, estudando na Escola Militar do Rio de Janeiro e alcançando sucesso na carreira da saúde pública.

Barão do Serro Alegre (João da Silva Tavares)

Nasceu em Herval, a 12 de março de 1792 e faleceu em Bagé, a 27 de março de 1872. Foi o primeiro e único Barão e Visconde de Serro Alegre. Era filho do casal açoriano José da Silva Tavares e de Joana Maria dos Santos, que se radicou em Herval do Sul. Dentre seus quatro irmãos, foi o único que tomou partido dos imperiais na Guerra Civil Farrroupilha. Foi pai do Barão de Itaqui, Joca Tavares, e do Barão de Santa Tecla, Joaquim da Silva Tavares.

Sua carreira como soldado iniciou cedo, participando da invasão do Uruguai, comandada pelo general Carlos Frederico Lecor, Barão de Laguna, em 1816.

Foi juiz de paz em Herval, se elegeu deputado provincial na 1ª Legislatura da Assembleia Provincial e atuou como comandante militar da fronteira de Jaguarão, substituindo Bento Gonçalves, pouco antes da Revolução Farrroupilha. Durante a contenda farrapa, lutou junto ao filho, Joca Tavares, contra Antonio de Sousa Neto, na Batalha do Seival, sendo por ele derrotado. Também seria atacado e sitiado perto de Arroio Grande pelas forças de David Canabarro, tendo sido feito prisioneiro e enviado ao Uruguai.

Durante a Guerra contra o Paraguai, auxiliou o General Manuel Luís Osório, enviando tropas para reforçar suas forças. Por suas importantes participações nas guerras fronteiriças é que recebeu os títulos de Barão de Serro Alegre, em 6 de setembro de 1859, de Barão com grandeza, em 29 de agosto de 1869 e de Visconde com grandeza, em 22 de abril de 1871. Era o principal chefe do Partido Conservador em Bagé.

João Vespúcio de Abreu e Silva

Literato porto-alegrense, lecionou Geografia e História na capital e na cidade de Pelotas. Integrando a elite letrada rio-grandense, foi um dos envolvidos na criação do primeiro periódico literário rio-grandense, o semanário *O Guaíba*, em Porto Alegre, em um projeto de Félix da Cunha. Foi redator desse periódico entre 1856 e 1858. Partindo para o Rio de Janeiro, trabalhou no jornal *Correio da Tarde*. De volta ao Rio Grande do Sul, foi nomeado coletor de arrecadação e fiscalização das rendas provinciais em Bagé, mas não se deu bem na profissão, retornando ao magistério público. Chegou a entrar para a política, sendo eleito deputado na Assembleia Provincial por Taquari. Por decreto de 11 de abril de 1861, seria eleito administrador do Correio de Porto Alegre, mas faleceu em 26 de outubro de 1861. Era irmão do importante deputado liberal Florêncio Carlos de Abreu e Silva (1839-1881), que foi jornalista do periódico *A Reforma*, de Porto Alegre e seria, ainda, senador do Império (1880) e presidente da Província de São Paulo (1881).

Conselheiro Joaquim Antônio Fernandes Leão

Nasceu em Conselheiro Lafaiete, em 17 de janeiro de 1809 e faleceu a 12 de abril de 1887. Fernandes Leão foi advogado, magistrado e também político. Foi presidente da Província de São Pedro entre 04 de maio de 1859 e 17 de outubro de 1861, época em que participou, como associado, das reuniões do IHGPSP. Tornou-se senador do Império do Brasil de 1871 a 1887.

Padre Joaquim Procópio de Oliveira Nunes

Nascido em 1834, era natural de Porto Alegre, tendo sido ordenado padre por D. Feliciano, entre 1856 e 1857. Foi professor no Seminário Episcopal da Província do Rio Grande do Sul entre os anos de 1859 e 1860, onde lecionou Francês e Geografia. Conhecido líder católico, era muito amigo de outro religioso importante na história letrada rio-grandense, o Vigário José de Noronha Nápoles Massa, também sócio correspondente do IHGPSP. Faleceu em 02 de janeiro de 1879, aos 45 anos de idade.

José Antonio do Valle Caldre e Fião

José Antonio do Valle, cujo apelido, Caldre e Fião, incorporaria ao nome de batismo, nasceu em Porto Alegre, em 22 de agosto de 1813. Faleceu em São Leopoldo, a 20 de março de 1876, aos 62 anos de idade. Foi poeta, médico, jornalista e político. Formado em medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro, Caldre e Fião viveu na Corte por alguns anos e lá iniciou sua pregação a favor do abolicionismo. Na capital imperial, fundou o jornal *O Filantropo*, que defendia abertamente a causa abolicionista. Em 1847, lançaria, no Rio de Janeiro, a novela *A Divina Pastora*, o primeiro romance rio-grandense. Posteriormente, em 1851, publicaria seu segundo romance, *O Corsário*, considerado por Guilhermino César (1979, p. 5) um livro inovador e exemplo daquilo que o autor chamou de “romance original”, pois era carregado de uma visão regionalista em que Caldre e Fião privilegiava a realidade do meio e as figuras típicas do povo rio-grandense (Idem, p. 6). Antes de ser publicado, *O Corsário*, cuja ação se passa na Revolução Farroupilha, teria aparecido, no ano de 1849, em forma de folhetim, no jornal *O Americano* do Rio de Janeiro. Sua obra retratava uma região distante da Corte e cujo assunto, a guerra contra o Império, fazia parte de um capítulo complicado da história recente do país. Talvez por isso tenha logo caído no esquecimento. E Caldre e Fião, que vinha sofrendo perseguição por sua luta contra o tráfico negreiro, acabou sendo obrigado a abandonar a Corte e voltar para o sul. *A Divina Pastora* e *O Corsário* logo desapareceriam das lojas e bibliotecas. No regresso a Porto Alegre, por volta de 1852, Caldre e Fião se dedicou à prática da medicina, mas nunca abandonou o trabalho literário e a política. Ainda em 52, escreveria sobre as perseguições que sofrera no Rio de Janeiro no jornal *O Rio-grandense*. Em 1858, esteve envolvido no surgimento do periódico de tendências liberais *O Conciliador*, que defendia a política do Barão de Porto Alegre e do qual era redator. Filiar-se-ia ao Partido Liberal Progressista, de quem foi um dos principais líderes. Na mesma época, atuaria como sócio fundador do IHGPSP, no qual assumiu primeiramente a função de orador. Já mais amadurecido, emprestaria seu prestígio para a fundação da Sociedade Partenon Literário, junto aos jovens irmãos Apolinário, Aquiles e Apeles Porto Alegre, em 1868, se tornando presidente da agremiação. No Partenon, o experiente Caldre e Fião daria continuidade a sua produção escrita publicando, sobretudo, notícias biográficas e poesias, além de participar ativamente das ações sociais da casa, principalmente nas ocasiões em que eram realizadas atividades em prol da causa abolicionista. No que toca a sua vertente literária, Guilhermino César (2006, pp. 151-161) assinala que Caldre e Fião, apesar de

escrever romances rio-grandenses em que se destacavam temas como a terra natal, os costumes locais e a paisagem, não foi um regionalista da estirpe de seu companheiro partenonista, Apolinário Porto Alegre. Para César, Caldre e Fião seria mais bem enquadrado como fazendo parte de um nacionalismo literário, ao passo que o regionalismo caracterizaria o trabalho proveniente da maior parte do grupo do Partenon, para o qual o experimentado companheiro era uma espécie de mestre.

Dr. José da Araújo Brusque

Aquiles Porto Alegre afirma que pertenciam os Araújo Brusque a “uma das famílias mais distintas do Rio Grande” (PORTO ALEGRE, 1980, p. 144). Do pouco que se sabe sobre ele, consta que foi membro do Partido Liberal e, nas eleições de 1860 no Rio Grande do Sul, foi derrotado como candidato dos liberais. Era irmão do bacharel e político Francisco Carlos de Araújo Brusque, conhecido por ter sido grande orador, além de ter exercido o cargo de presidente provincial em Santa Catarina e ter sido Ministro da Marinha.

Tenente-Coronel José Maria Pereira de Campos

Foi comandante da Escola Militar do Rio Grande do Sul. No Rio Grande, atuou no governo do presidente provincial saquarema Angelo Moniz da Silva Ferraz, em 1859. O magistrado baiano Ferraz assumira a presidência no sul em 1857, com o objetivo de fortalecer a Liga, em que predominavam elementos conservadores. Como uma facção, que receberia o nome de baronista (liderada pelo Barão de Porto Alegre. Seriam os baronistas que formariam o Partido Liberal Progressista), se aliou ao governo de Ferraz, Pereira de Campos fora designado para participar dessa aliança estratégica.

Teve importância nos primeiros tempos do município de Santiago, na região das Missões, no Rio Grande do Sul. Em torno de 1860, época em que figurava como associado do IHGSP, iniciou o processo que acelerou modificações na paisagem humana das Missões. O coronel José Maria Pereira de Campos foi encarregado de organizar a colônia de Ijuí que traria mais europeus à região.

Luiz Affonso de Azambuja

Nasceu em Barra do Ribeiro, no dia 03 de janeiro de 1826 e faleceu em Porto Alegre, a 11 de fevereiro de 1894. Ainda jovem, começou a participar da vida política e comercial de Porto Alegre, se tornando um político respeitado na Província do Rio Grande do Sul. Em Porto Alegre, foi vereador em várias legislaturas, desde seus 31 anos de idade e muitas vezes presidiu a Câmara Municipal de Porto Alegre.

Em 1865, cedeu vários terrenos para a abertura da Rua Santana. Participou da direção da Associação Comercial e foi secretário da Praça do Comércio (Associação Comercial). Bastante idoso, foi membro da Junta Municipal e durante muitos anos foi farmacêutico, tendo tido uma farmácia homeopática.

Pelos serviços que prestava à capital rio-grandense, foi homenageado, virando nome de rua: a conhecida Rua Luiz Affonso, no bairro Cidade Baixa. Porém, em 1885, a rua passou a se chamar Conselheiro Camargo, que também era um político em grande atividade. Um ano depois, a rua voltaria a ter o nome inicial, Luiz Affonso, que mantém até hoje.

Foi ele Venerável-Mestre da Loja Maçônica Luz e Ordem entre 1889 e 1894, e chegou a participar do início dos debates a respeito da criação do Grande Oriente do Rio Grande do Sul, em 1893. No entanto, divergiu do processo de fundação dessa loja, permanecendo filiado ao Grande Oriente do Brasil até seu falecimento.

Vigário Luiz Manoel Gonçalves de Brito

Sacerdote e político, nascido em Porto Alegre, a 05 de novembro de 1830. Morreu tuberculoso, em 30 de abril de 1863, aos 33 anos de idade, causando grande comoção na capital, na qual era muito respeitado. Filho de Manoel Gonçalves Ferreira de Brito e D. Eufrásia Brito, o jovem padre possuía um grande talento para o sacerdócio e, também, para a política e era conhecido por sua bondade. Era membro do Partido Liberal e chegou a ser eleito para a Assembleia Provincial do Rio Grande do Sul. Foi o único biografado da *Revista do IHGPSP* (1863) e também possui uma biografia na *Revista do Partenon Literário*. Aquiles Porto Alegre, em seu “Homens ilustres do Rio Grande do Sul” (1980, p 234), afirma que sua palavra “era acatada por gregos e troianos”.

Dr. Manoel José de Campos

Nascido em Porto Alegre, em 1813, faleceu na mesma cidade, a 26 de maio de 1902. Foi médico e político, recebendo o título de 2º Barão de Guaíba, em 14 de junho de 1887. Formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1839, retornou a Porto Alegre, passando a clinicar. Membro do Partido Conservador, foi vereador entre 1841 e 1860 e eleito suplente em 1860.

Doou o terreno para construção da igreja do Menino Deus e, também, para a construção da praça da região. Era casado com Mariana Clara da Cunha Bittencourt, mas não teve filhos.

Tenente-Coronel Manoel Lopes Teixeira Junior

Militar piauiense de grande prestígio formado na Escola Militar da Corte. Foi, também, um dos principais líderes da Contra-Liga no Rio Grande do Sul, chegando a ser eleito deputado provincial. Faleceu em 1860, logo após a fundação do IHGPSP. Era genro do Tenente-Coronel Vitorino José Ribeiro, que foi comandante de um importante núcleo da Guarda Nacional no Vale do Taquari, no início da década de 1860 e que era fundador da Colônia de Estrela. Do casamento com a filha de Vitorino Ribeiro, Maria José Sampaio Ribeiro, nasceu o poeta Múcio Teixeira (1857-1926), que seria um dos nomes de maior prestígio da Sociedade Partenon Literário.

Manoel Marques de Souza (Barão, Visconde e, depois, Conde de Porto Alegre)

Nascido na freguesia de Rio Grande, a 13 de junho de 1805 e falecido no Rio de Janeiro, a 18 de julho de 1875. Considerado até hoje um dos mais importantes heróis da história militar do Rio Grande do Sul, Marques de Souza sempre atuou ao lado dos imperiais, alcançando grandes feitos militares. Em torno de sua figura, se criou uma aura heroica em um tempo em que o governo provincial precisava lançar mão da criação de míticos heróis que pudessem figurar na história geral da nação brasileira que se formava. Além de seu sucesso como soldado, o tenente-general Manoel Marques de Souza foi um importante político da Província de São Pedro, de maneira que se pode afirmar que seu desempenho militar se confundia, em grande medida, com sua atuação política. Muitas vezes eleito deputado provincial, foi ele um dos principais e mais entusiasmados líderes do Partido Liberal Progressista.

Como militar, participou de quase todos os episódios significativos da vida guerreira rio-grandense no século XIX. Entre 1825 e 1828, participou da Campanha da Cisplatina e esteve, inclusive, na batalha do Passo do Rosário, em 1827, na qual teve conduta exemplar, sendo promovido ao posto de capitão. A fama de Manoel Marques de Souza, que lutou ao lado dos legalistas durante a Guerra Civil Farrroupilha aumentaria principalmente quando comandou o exército brasileiro contra Rosas (1852-1853). Aliás,

foi após o ciclo farroupilha que se iniciou um novo período nas atividades políticas da Província, até então marcadas por um sentimento de prostração (PICCOLO, 1998, p. 49). Em 1846, recomeçaram os trabalhos na Assembleia Provincial, mas havia uma grande indefinição partidária. O Partido Conservador, que na Corte era dominante e foi responsável pela organização da centralização política no país, somente seria formado no Rio Grande do Sul em 1848, quando a atuação política do Tenente-general Francisco de Souza Soares de Andreia, presidente da Província de São Pedro, articulou os conservadores. Segundo Pesavento (1992, p. 51), essa organização dos conservadores era uma ação política destinada a permitir que, com o apoio do poder central, parte da oligarquia regional pudesse se tornar governo. Dentro desse “espírito oportunista” (Idem, *ibidem*), se realizaram alianças, tanto no plano nacional como local. O domínio dos conservadores na Assembleia Provincial sulina se daria entre 1848 e 1851. Os gabinetes imperiais também seriam dominados pelos conservadores até 1853, quando se iniciaria a fase de “Conciliação” entre os partidos. Na verdade, essa suposta conciliação tinha o objetivo de enfraquecer politicamente os liberais, responsáveis pelas revoluções ocorridas no Império (PICCOLO, 1998, p. 50). No Rio Grande, se percebe uma nova indefinição a partir de 1852: houve uma rearticulação partidária promovida pelos chefes dos conservadores (Pedro Rodrigues Fernandes Chaves) e liberais (Israel Rodrigues Barcelos), resultando na “Liga”, de predomínio conservador. Os liberais e conservadores que não se identificaram com a “Liga” formaram a “Contra-Liga”, de predomínio liberal e matriz do Partido Liberal Progressista no Rio Grande do Sul (Idem, p. 51). Além de Manoel Marques de Souza, figuravam como líderes da “Contra-Liga” Caldre e Fião, Fellippe Nery, Manoel Lopes Teixeira Junior e Manoel Pereira a Silva Ubatuba, todos igualmente ligados na fundação do IHGPSP, em 1860. Nesse mesmo ano, houve eleições no Rio Grande do Sul e estas registraram uma ressurreição do Partido Liberal “histórico” (entre 1860 e 1862), com Félix da Cunha como seu principal líder. Aos poucos, este partido foi se impondo na província, até que, em 1866, desbancou a predominância do Partido Liberal Progressista. Nomes de prestígio no Rio Grande, como Canabarro e Manoel Luís Osório, apoiariam os Liberais “históricos”. Em 1862, foi nomeado Ministro dos Negócios da Guerra, mas permaneceu pouquíssimo tempo no cargo, devido à queda do Gabinete Zacarias, do qual fazia parte.

Como letrado, atuou como presidente do IHGPSP durante todo o período de atividades conhecido do grupo, entre 1860 e 1863. O Barão funcionava como uma espécie de alma do Instituto regional, que se apoiava no seu prestígio político e em sua fama como soldado para se dedicar à escrita de uma história sulina baseada nos grandes feitos e exemplos do passado rio-grandense. A agremiação, contudo, teria vida curta, tendo dificuldades para se manter em atividade na conturbada década de 1860, principalmente quando seus principais líderes se envolveram novamente nos episódios que culminaram com a Guerra contra o Paraguai. O Barão, que estava havia anos longe dos campos de batalha, se alistou, inclusive, como voluntário da pátria e participou ativamente do conflito quando houve a invasão das fronteiras rio-grandenses pelo exército inimigo, tendo comandado a tropa que fez os homens do comandante Estigarribia capitular, em 1865 (PINTO, 2006, pp. 116-117). Em 1866, receberia, pelos serviços prestados ao país, o título de Visconde e, em 1868, o de Conde de Porto Alegre. Por volta dessa época, em 1870, tentou retomar as atividades do IHGPSP, fazendo chamamentos na imprensa periódica porto-alegrense para uma reunião de seu corpo de associados, mas não existem maiores informações se este, de fato, conseguiu se reorganizar.

O Barão viria a falecer no Rio de Janeiro, em 18 de julho de 1875. No Rio Grande do Sul, receberia muitas homenagens, inclusive sendo biografado como valente herói nas

páginas da *Revista Mensal* do grupo do Partenon Literário, agremiação que passou a dominar a cena letrada da Província após a extinção do IHGPSP.

Manoel Pereira da Silva Ubatuba

O Dr. Manoel Pereira da Silva Ubatuba nasceu em Porto Alegre, em 30 de novembro de 1822. Também faleceria na capital do Rio Grande, em 08 de julho de 1875. Filho de comerciante – seu pai, Manoel Pereira da Silva (1792-1837), era o próspero proprietário de um armazém na Praça da Alfândega -, o jovem Ubatuba deixaria, aos 15 anos, a cidade de Porto Alegre para estudar medicina na Corte. No Rio de Janeiro, o rapaz trabalhava como caixeiro de loja em um comércio na Rua da Quitanda, ao mesmo tempo em que fazia seus estudos. Informa Paulo Xavier (1976, pp. 7-8) que o apelido Ubatuba, ele teria incorporado ao nome de batismo por essa época, pois, segundo o autor, ao receber seu diploma de médico da Faculdade de Medicina da Corte, o codinome já se fazia presente. De acordo com Xavier, o apelido estava ligado às origens da família paterna. Seu avô, Francisco Pereira da Silva e seu pai, Manoel Pereira, eram naturais de Ubatuba, litoral paulista e, por isso, a adoção do nome. Retornando ao Rio Grande, Ubatuba se tornou um dos mais prestigiados médicos de Porto Alegre, passando a atuar, ainda, na política. Foi ele um dos nomes envolvidos na formação do Partido Liberal Progressista. Por conta dessas relações políticas, o Dr. Ubatuba também seria um dos criadores do IHGPSP em sua segunda aparição, no ano de 1860. No IHGPSP, se responsabilizaria pela Comissão de Estatutos e Redação da *Revista do IHGPSP*, se tornando seu maior colaborador. Segundo Renato Costa (1982), Ubatuba, além de ser considerado um ilustrado e ter tido forte e significativa atuação política no Rio Grande do Sul, também se destacou na administração provincial, tendo exercido a alta função de Inspetor Geral da Saúde Pública em 1867, época em que uma epidemia de *colera morbus* assolou diversas cidades sulinas. Caldre e Fião, seu companheiro no IHGPSP, também prestou serviços para combater essa mesma epidemia.

O Dr. Ubatuba trabalhou na defesa sanitária da população em diversas regiões do Rio Grande no mesmo período em que Piccolo (1979, p. 103) o situa como tendo se destacado como uns dos representantes provinciais a mostrar maior preocupação com os problemas econômicos da terra, incluindo as questões da escravidão e da colonização. Paulo Xavier (1976) informa, ainda, que o Dr. Ubatuba exerceu também o cargo de Capitão Cirurgião-mor do Comando Superior de Porto Alegre da Guarda Nacional. Como deputado, Manoel Ubatuba cumpriu quatro mandatos como na Assembleia Provincial, entre 1850 e 1858. Além de associado do IHGPSP, Ubatuba também foi sócio do IHGB e chegou a se vincular ao Partenon Literário.

Anexo III

Listas de matérias sobre o Rio Grande do Sul na *Revista do IHGB* de 1839 até 1889²³⁶

1839 (Tomo I)

“Juízo sobre os Anais da Província de São Pedro, publicados por José Feliciano Fernandes Pinheiro, Visconde de São Leopoldo”.

1840 (Tomo II)

“Juízo sobre a obra *Notícia Descritiva da Província do Rio Grande do Sul*, de Nicolau Dreys”.

“Memória sobre a Província de Missões, por Thomaz da Costa Pereira Rebello: copiada de um manuscrito oferecido ao Instituto pelo sócio correspondente o Sr. Moncorvo”.

1841 (Tomo III)

“Diário Resumido do Reconhecimento dos campos sobre a serra geral, nas cabeceiras do Rio Pardo, por José de Saldanha, capitão, engenheiro e astrônomo de Sua Majestade”.

1842 (Tomo IV)

“Programa – Onde aprenderam e quais foram os artistas que fizeram levantar os templos dos jesuítas em Missões e fabricaram as estátuas que ali se acham colocadas? – Desenvolvido na sessão de 17 de março de 1842 pelo sócio efetivo O Sr. Desembargador Silva Pontes”.

“Memória sobre a república dos jesuítas, 1757”.

“Celebração da paixão entre os guaranis, por José Joaquim Machado de Oliveira”.

1843 (Tomo V)

“Memória da Tomada dos Sete Povos das Missões da América de Espanha, que hoje se acham anexos ao domínio do Príncipe Regente de Portugal, por Gabriel Ribeiro de Almeida”.

²³⁶ Para a elaboração da presente lista, os critérios utilizados foram os mesmos esboçados na nota explicativa n. 25, que consta na Introdução desta pesquisa, na qual esclareço como construí a tabela sobre as províncias que apresentam mais referências nos primeiros 52 tomos da *Revista do IHGB*, lá esboçada. Os materiais acima destacados em negrito são aqueles selecionados para computar na tabela. Os demais artigos, por não atenderem a todos os critérios de seleção, são aqui somente esboçados, mas não contaram numericamente para a composição da tabela.

1845 (Tomo VII)

“Memória da Campanha de 1816, com a exposição dos acontecimentos militares das fronteiras de Missões e Rio Pardo, da Capitania do Rio Grande do Sul, por Diogo Arouche de Moraes Lara”.

“Apêndice à memória sobre a Campanha de 1816, publicado no número 26”.

“Mapa das principais batalhas dessa Campanha”.

1847 (Tomo IX)

“Viagem de Cuiabá ao Rio de Janeiro, pelo Paraguai, Corrientes, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, pelo Major Henrique de Beaurepaire Rohan, membro correspondente do Instituto”.²³⁷

1848 (Tomo XI - adicional)

“Inventário de todos os papéis oficiais que por óbito do tenente general Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Câmara, governador do Continente do Rio Grande do Sul, ficaram a cargo do sargento-mor José Ignácio da Silva”.

1852 (Tomo XV)

“Coleção de Vocabulário e frases usadas na Província do Rio Grande do Sul, por Pereira Coruja”.

1853 (Tomo XVI)

“Diário de Expedição de Gomes Freire a Missões”.

“Conclusão do Diário de Gomes Freire às Missões”.

“Ano de 1801. Notícia dos acontecimentos pela presente Guerra nos Sete Povos das Missões”.

“Representação feita em 24 de agosto de 1801 por Sebastião Cabral da Câmara, ex-governador da Capitania de S. Pedro do Rio Grande do Sul, sobre a necessidade de separar aquele território, como também a ilha de Santa Catarina, da jurisdição do bispado do Rio de Janeiro”.

“Memória histórica sobre a questão dos limites entre o Brasil e Montevideú, por Machado de Oliveira”.²³⁸

²³⁷ Essa matéria aparece, no índice elaborado por Fausto de Souza, como pertencendo ao Mato Grosso, mas acredito ser mais certo classificá-la como tratando também de Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Rio de Janeiro, pois o autor descreve as viagens por todas essas localidades. SOUZA, Augusto Fausto de. “Índice dos artigos contidos nos 50 Tomos da Revista Trimestral do Instituto Histórico”. *Revista do IHGB*, Tomo LI, 1888, p. 397.

²³⁸ No índice do associado Augusto Fausto de Souza, o autor coloca, entre parênteses, os nomes de três associados envolvidos na polêmica em torno da questão dos limites entre Brasil e Montevideú. São eles:

“Parecer do Sr. Conselheiro Duarte da Ponte Ribeiro sobre a dita Memória”.

“Anexo ao Parecer do Sr. Conselheiro Duarte da Ponte Ribeiro”.

“Parecer sobre a Memória Histórica do Sr. Machado de Oliveira, pelo Sr. Conselheiro Candido Batista de Oliveira”.

“A Memória Histórica do Sr. Machado de Oliveira e o parecer do Sr. Duarte da Ponte Ribeiro, por Gonçalves Dias”.

“Defesa do parecer sobre a Memória Histórica do Sr. Machado”.

“Notas do Sr. Conselheiro Pedro de Alcântara Bellegarde”.

“Resposta do Sr. Gonçalves Dias à Defesa do Parecer”.

1856 (Tomo XIX)

“Apontamentos biográficos sobre o Visconde de São Leopoldo, pelo Cônego Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro, sócio do Instituto”.²³⁹

1858 (Tomo XXI)

“Notícia particular do Continente do Rio Grande do Sul, segundo o que vi no mesmo continente, e notícias que nele alcancei, com as notas do que me parece necessário para aumento do mesmo continente e utilidade da Real Fazenda. Dada no ano de 1780 por ordem do Ilmo. e Exmo. Sr. Luiz de Vasconcelos e Souza, do Conselho de Sua Majestade, Vice-Rei e Capitão General de Mar e Terra do Estado do Brasil, por Sebastião Francisco Battamio”.

“Breve Notícia dos Sete Povos de Missões, por Francisco João Roscio”.

“Algumas anotações às Memórias Históricas do Rio de Janeiro pelo Monsenhor Pizarro e Araújo relativa ao Continente do Rio Grande do Sul, por Pereira Coruja”.

“Itinerário resumido da viagem de Passo Fundo a São Borja, 1858, por João Pedro Gay”.

“Itinerário dos confins da Capitania do Rio Grande à cidade de São Paulo. 1797”.

Machado de Oliveira, Ponte Ribeiro e Gonçalves Dias. Todavia, aparecem vários outros trabalhos no tomo XVI de 1853, que é todo ele dedicado à questão dos limites entre Brasil e Montevidéu. Assim, enumero todos os trabalhos contidos no tomo (levando em conta que a questão gerou respostas que se converteram em artigos próprios dos sócios listados acima. Para mais informações, ver capítulo 3, subitem 3.2. *As renhidas questões do Prata: o caso da memória histórica do Brigadeiro Machado de Oliveira*. Ver também SOUZA, Augusto Fausto de. op. cit., pp. 379-404.

²³⁹ Outro caso em que aparecem inúmeras notícias sobre o Rio Grande do Sul, pois é sabido que a trajetória de José Feliciano Fernandes Pinheiro se confunde com a do Rio Grande do Sul. Porém, Fausto de Souza não considera essa biografia como material que diga respeito, também, ao Rio Grande do Sul.

“Campo das Vacas Brancas no Rio Grande do Sul, por João Pedro Gay”.

“Cópias de algumas comunicações oficiais sobre o forte de Santa Tecla, 1763, oferecidas por Pereira Coruja”.

1860 (Tomo XXIII)

“Recordações Históricas sobre a Campanha de 1827, por J. Machado de Oliveira”.

“Governo da Província do Rio Grande do Sul, pelo Coronel José dos Santos Viegas”.

1863 (Tomo XVI)

“História da República Jesuítica do Paraguai desde o descobrimento do rio da Prata até os nossos dias, ano de 1861, pelo Cônego João Pedro Gay”.

1864 (Tomo XVII)

“Extrato das Cartas do Marquês do Lavradio que dizem respeito às tropas, ao militar e aos movimentos dos castelhanos no Rio Grande de São Pedro”.

1867 (Tomo XXX)

“Almanaque da Vila de Porto Alegre, 1808”.

“Relação da prata e ornamentos pertencentes ao saque feito aos insurgentes nos povos do lado ocidental do Rio Uruguai, no ano de 1817, e que por ordem do Marechal comandante da Província de Missões, conduziu à vila de Porto Alegre, pelo capitão Alexandre José de Campos”.

1868 (Tomo XXXI)

“Documentos sobre a Colônia do Sacramento, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, etc., extraídos do Arquivo Público”.

“Biografia do General Bento Manoel Ribeiro, extraída da Revista Mensal do Arquivo Literário da Província de São Paulo, escrita por Machado de Oliveira”.

“Esboço Biográfico do General José de Abreu, Barão do Serro Largo, por José Maria da Silva Paranhos Junior”.

1869 (Tomo XXXII)

“Documentos relativos à Colônia do Sacramento, Montevideu, B. Aires e prisão de fabricantes de moedas falsas, anos de 1715 até 1738, extraídos do Arquivo Público”.

“Documentos sobre a perda do Rio Grande em 1763”.

1872 (Tomo XXXV)

“Excursão pelo Rio Grande do Sul, pelo Dr. Francisco Ignácio Marcondes Homem de Mello”.

“Biografia de Hipólito José da Costa Furtado de Mendonça, por Homem de Mello”.

1873 (Tomo XXXVI)

“Demarcação de limites do Sul, correspondência de Luiz de Vasconcellos”.

1874 (Tomo XXXVII)

“Reminiscências da Campanha de 1827 contra Buenos Aires, pelo coronel A. A. F. de Seweloh. Traduzido do alemão pelo Dr. Manoel Thomaz Alves Nogueira”.

“Memórias do Visconde de São Leopoldo, compiladas e postas em ordem por Homem de Mello”.

1875 (Tomo XXXVIII)

Continuação: “Memórias do Visconde de S. Leopoldo, compiladas e postas em ordem por Homem de Mello”.²⁴⁰

1876 (Tomo XXXIX)

“Memória sobre o assédio e rendição da Colônia do Sacramento em 1777, com um mapa. Pelo bacharel Pedro Torquato Xavier de Brito”.

1877 (Tomo XL)

“Documentos relativos à história da Capitania, depois Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, compilados e copiados da Secretaria do Governo, em Porto Alegre, de ordem do Conselheiro Barão Homem de Mello”.

“Biografia do Conselheiro Antonio Manoel Correa da Camara, pelo Dr. Antonio Eleutério de Camargo”.

1878 (Tomo XLI)

Continuação: “Documentos relativos à história da Capitania, depois Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, compilados e copiados da Secretaria do Governo, em Porto Alegre, de ordem do Conselheiro Barão Homem de Mello”.

1879 (Tomo XLII)

²⁴⁰ Nas ocasiões em que um documento aparece em “continuação”, este foi computado somente uma vez para ser inserido na tabela contida na Introdução desta pesquisa.

Continuação: “Documentos relativos à história da Capitania, depois Província de S. Pedro do RGS, compilados e copiados da Secretaria do Governo, em Porto Alegre, de ordem do Conselheiro Barão Homem de Mello”.

Continuação II: “Documentos relativos à história da Capitania, depois Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, compilados e copiados da Secretaria do Governo, em Porto Alegre, de ordem do Conselheiro Barão Homem de Mello”.

“Índice cronológico dos fatos da História do Rio Grande do Sul, pelo Barão Homem de Mello”.

1880 (Tomo XLIII)

“Guerra Civil no Rio Grande do Sul, pelo Conselheiro Tristão de Alencar Araripe”.

1882 (Tomo XLV)

Continuação: “Guerra Civil no Rio Grande do Sul, pelo Conselheiro Tristão de Alencar Araripe”.

“Sucessos da tomada da terra da margem sul do Rio Grande de São Pedro, 1776”.

1883 (Tomo XLVI)

Continuação: “Guerra Civil no Rio Grande do Sul, pelo Conselheiro Tristão de Alencar Araripe”.

“Biografia do Marechal Francisco das Chagas Santos, por Augusto Fausto de Souza”.

1884 (Tomo XLVII)

“Sambaquis de Conceição do Arroio, por Carlos von Koseritz”.

Continuação: “Guerra Civil no Rio Grande do Sul, pelo Conselheiro Tristão de Alencar Araripe”.

1885 (Tomo XLVIII)

“Biografia do General José Fernandes dos Santos Pereira, por Augusto Fausto de Souza”.

1886 (Tomo XLIX)

“História da Campanha do Sul de 1827 – Batalha de Ituzaingó”.²⁴¹

²⁴¹ Foi publicada anonimamente a partir de uma doação do Visconde de Barbacena. Mais tarde, a autoria do trabalho foi atribuída a Eunápio Deiró.

1887 (Tomo L)²⁴²

“A Redenção de Uruguaiana, por Augusto Fausto de Souza”.

1888 (Tomo LI)

“Província do Rio Grande do Sul, descrição de Viagens, por Henrique Schütel Ambauer”.

“Itaqui, notícia de Luiz de França Almeida Sá”.

²⁴² A pesquisa de Fausto de Souza, presente no Tomo LI da *Revista do IHGB* (1888) vai até o ano de 1887.

Referências Bibliográficas

Fontes Primárias Impressas

a) Periódicos

- *A Sentinela do Sul*. Porto Alegre, 1867, Ano I, n. 1.

- *A Estrela do Sul*. Porto Alegre, outubro e novembro de 1862; janeiro, fevereiro e setembro de 1863 e ano de 1869.

- *A Reforma*. Porto Alegre, 1º semestre de 1870; 1872; 2º semestre de 1876; 1º semestre de 1878 e ano de 1886.

- *Correio do Sul*. Porto Alegre, 1852; 1853; 1860; 1861 e 1868.

- *Revista do IHGPSP*

- - *Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro*. 1860 – 1863 (Edição original).
- - *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, IV Trimestre, v. 1, n. 100. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial, 1945 (Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro, Anno I, n. I e II, agosto e dezembro de 1860. Reedição fac-símile).
- - *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, I e II Trimestre, n. 101 e 102. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial, 1946 (Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro, Anno II, n. I e II, março e outubro de 1861; Anno III, n. I, 1863. Reedição fac-símile).
- - *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial, 1948 (Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro, Anno III, n. II, 1863. Reedição fac-símile).
- - *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, n. 123. Porto Alegre: IHGRS, 1982 (Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro, Anno IV, 1863. Reedição fac-símile).

- **Revista do IHGRS**

- *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Tipografia do Centro, I Trimestre, Ano I, 1921.

- **Revista do IHGB**

- *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, Tomos 1 a 53 (1839-1890). Desse material, há, pelo menos 51 matérias referentes ao Rio Grande do Sul nos seguintes tomos: 2 (1840); 3 (1841); 4 (1842); 5 (1843); 7 (1845); 11 (1848); 15 (1852); 16 (1853); 21 (1858); 23 (1860); 26 (1863); 27 (1864); 30 (1867); 31 (1868); 32 (1869); 35 (1872); 36 (1873); 37 (1874); 38 (1875); 39 (1876); 40 (1877); 41 (1878); 42 (1879); 43 (1880); 45 (1882); 46 (1883); 47 (1884); 48 (1885); 49 (1886); 50 (1887); 51 (1888).

- *Revista Niterói*, Tomo I, 1836.

- *Revista do Partenon Literário*, ano I, n. 6, 1869.

- *Revista do Partenon Literário*, ano I, n. 9, 1869.

- *Revista Murmúrios do Guaíba. Revista Mensal consagrada às letras e à historia da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, 1ª série, janeiro a junho de 1870.

- *Anuário da Província do Rio Grande do Sul para o ano de 1887 publicado sob a direção de Graciano A. de Azambuja (terceiro ano)*. Porto Alegre: Gundlach & Cia., 1886.

- *Anuário da Província do Rio Grande do Sul para o ano de 1888 publicado sob a direção de Graciano A. de Azambuja (quarto ano)*. Porto Alegre: Gundlach & Cia., 1887.

- *Anuário da Província do Rio Grande do Sul para o ano de 1889 publicado sob a direção de Graciano A. de Azambuja (quinto ano)*. Porto Alegre: Gundlach & Cia., 1888.

- *Anuário da Província do Rio Grande do Sul para o ano de 1889 publicado sob a direção de Graciano A. de Azambuja (sexto ano)*. Porto Alegre: Gundlach & Cia., 1889.

- *L'Investigateur, Journal de l'Institut Historique de Paris*, de 1841 à 1890.

- 1834, T. I

"Résumé de l'histoire de la littérature, des sciences et des arts au Brésil", par trois membres de l'Institut Historique: M. Domingos José Gonçalves de Magalhaens, M. Francisco de Sales Torres Homem et M.M. De Araujo Porto Alegre, pp. 47-53.

"Voyage pittoresque et historique au Brésil, depuis 1816 jusqu'en 1831, ou séjour d'un artiste français au Brésil, pendant les quinze premières années de sa régénération politique", par J.-B. DEBRET. *Compte rendu* de Stéphane NIQUET (Arquiteto, membro do Institut Historique de Paris), pp. 53-54.

"Moeurs et usages des brésiliens civilisés: fragment inédit du deuxième volume d'un voyage pittoresque et historique au Brésil", par J.-B. DEBRET, pp. 170-172.

- 1836, T. 4

"Nitheroy. Revista Brasiliense. Sciencias, Lettras e Artes" (T. I, 1er livraison, 12 feuilles in-8, avec cette épigraphe: - Tudo pelo Brasil e para o Brasil). *Compte rendu* de Eugène Garay de MONGLAVE, pp. 209-211.

- 1837, T. 6

"Les catacombes de Rio-Janeiro", par J.-B. DEBRET, pp. 250-252.

- 1839, T. 10

"Fondation d'un Institut Historique à Rio-Janeiro (Brésil)". Commentaire, pp. 101-105.

"Status de l'institut Historique et Géographique du Brésil". Commentaire, pp. 105-108.

"Discours d'inauguration de l'Institut Historique et Géographique du Brésil, prononcé par le chanoine da Cunha Barbosa, premier secrétaire-perpétuel". Commentaire, pp. 108-115.

- 1840, T. 12

"Voyage pittoresque et historique au Brésil, séjour d'un artiste français dans cet empire, de 1816 à 1831. Depuis l'avènement à l'abdication de D. Pedro Ier", par J.-B. DEBRET, premier volume. *Compte rendu* de Eugène Garay de MONGLAVE, pp. 130-140.

- 1841, T. 13

"Voyage pittoresque et historique au Brésil, séjour d'un artiste français dans cet empire, de 1816 à 1831. Depuis l'avènement à l'abdication de D. Pedro Ier", par J.-B. DEBRET, deuxième et troisième volumes (2ème et dernier article). *Compte rendu* de Eugène Garay de MONGLAVE, pp. 114-122.

- 1843, T. 3 (2)

"Lettre de M. Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, à M. Le Chevalier de Renzi, administrateur-trésorier de l'Institut Historique de France", de 31 de dezembro de 1842, sur le diplôme octroyé à D. Pedro II, de "membre protecteur de l'Institut Historique de France", pp. 153-164.

- 1844, T. 4 (2)

"Sur les progrès de la géographie au Brésil, et sur la nécessité de dresser une carte générale de cet Empire", Mémoire de J. SIGAUD (premier médecin de S. M. L'Empereur du Brésil, membre de la troisième classe de l'Institut Historique de Paris), pp. 8-15.

"Sur les discours officiels du Commandeur Jean Antoine de Miranda, ex-Président des Provinces du Nord du Brésil, Ceara, Maranhão et Para, pendant les années 1839, 1840 et 1841". *Compte rendu* de J. SIGAUD, pp. 446-447.

- 1845, T. 5 (2)

"Climat et maladies du Brésil", mémoire de Docteur JOSAT (membre de la troisième classe de l'Institut Historique de Paris), pp. 22-33.

- 1855, T. 5 (3)

"Liste des membres résidentes dans la France et correspondantes chez le Brésil, de l'Institut Historique de Paris jusqu'à l'an de 1855", pp. 1-11.

"Le Brésil. Les Empereurs Pedro I e Pedro II. - La cour du Brésil", Mémoire de John Lelong (membre de la 1^a classe de l'Institut Historique de Paris), pp. 172-179.

- 1857, T. 7 (3)

"Mort de M. Sigaud, médecin de l'Empereur du Brésil". Note nécrologique, pp. 93-94.

- 1859, T. 9 (3)

"Considérations géographiques sur l'Histoire du Brésil", de François Varnhagen, par M. D'Avezac. *Compte rendu* M. Cénac-Moncaut, pp. 87-90.

- 1882, T. 8 (4)

"Histoire du Portugal et du Brésil", par M. Alfred Boinette. *Compte rendu* de A. Loiseau, pp. 157-159.

- 1889, T. 7 (4)

"La Revue de l'Institut Historique, géographique et ethnologique du Brésil (année 1883...1^{er} semestre 1888). *Compte rendu* de A. Loiseau, pp. 42-51.

- 1890, T. 8 (4)

"Cinquantaine de l'Institut Historique et Géographique du Brésil". *Compte rendu* de A. Loiseau, pp. 42-44.

- *Revue des Deux Mondes. Recueil de la politique, de l'administration et des moeurs.*
Paris, de 1829 à 1880.

- 1829 (1)

"Avertissement", p. Iij.

"Situation financière du Brésil", pp. 63-67.

"Brésil. Projets financiers", pp. 348-353.

"Souvenirs de l'Amérique. L'Empereur Don Pedro", pp. 114-120.

"Souvenirs du Brésil. Sacre du Empereur", pp. 257-263.

"Souvenirs du Brésil. Siège de San-Salvador", pp. 397-401.

- 1830 (1)

"Brésil: situations des émigrés allemands", pp. 506-508.

- 1830 (2)

"Brésil: représentation nationale en 1830", p. 236.

"Rio-Janeiro: dotation de jeunes orphelines", pp. 236-238.

- 1831 (2)

SAINT-HILAIRE, A. "Voyages dans l'Intérieur du Brésil", Rapport de F. Denis, pp. 149-181.

- 1831 (4)

SAINT-HILAIRE, A. "Tableau des dernières révolutions du Brésil", pp. 329-349.

- 1834 (2)

AUBOIN, Isid. "Bella-Unio, destruction des Indiens Guaranis", pp. 698-712.

- 1844 (3)

CHAVAGNES, M. L. de. "Le Brésil en 1844, sa situation morale, politique, commerciale et financière", pp. 66-106.

CHAVAGNES, M. L. de. "Le Brésil en 1844 – Intérieur du pays, villes maritimes, avenir politique", pp. 849-909.

- 1846 (3)

"La question des sucres en Angleterre et la traite au Brésil", pp. 424-462.

- 1848 (3)

CASTELNAU, F. de. "L'Araguay, scènes de voyage dans l'Amérique du Sud", pp. 198-223.

- 1851 (1)

ADÊT, Émile. "L'empire du Brésil et la société brésilienne en 1850", pp. 1082-1105.

- 1858 (2)

PEREIRA DA SILVA. "Le Brésil en 1858 sous l'Empereur Dom Pedro II", pp. 791-834.

- 1862 (3)

"Le Brésil et la colonisation – 1. Le bassin des Amazones et les Indiens". Resenhas e comentários de Élisée RECLUS a partir dos seguintes trabalhos: "Reise Durch Süd-Brasilien im Jahre 1858", "Reise durch Nord-Brasilien im Jahre 1859", von Dr. Avé-Lallemant, 4 vol., Leipzig, 1859 et 1860. - "Deux années au Brésil", par M. F. Biard. Paris, 1862. - "Brasianische Zustoende und Aussichten im Jahre 1861". Berlin, 1862, pp. 930-959.

- 1862 (4)

"Le Brésil et la colonisation – II. Les provinces du littoral, les noirs et les colonies allemands". Resenhas e comentários de Élisée RECLUS, a partir dos seguintes trabalhos: "Reise Durch Süd-Brasilien im Jahre 1858", "Reise durch Nord-Brasilien im Jahre 1859", von Dr. Avé-Lallemant, 4 vol., Leipzig, 1859 et 1860. - "Deux années au Brésil", par M. F. Biard. Paris, 1862. - "Brasianische Zustoende und Aussichten im Jahre 1861". Berlin, 1862. - Historisch-geographisch-statistische skizze der Brasilianischen provinz Rio-Grande-do-Sul", von Woldemar Schultz. Berlin, 1860. - "Brasil pittoresco", por Charles Ribeyrolles, pp. 375-414.

- 1863 (3, 1er Juin)

D'ASSIER, A. "Le Brésil et la Société Brésilienne, moeurs et paysages – I. Le Rancho", pp. 554-579.

- 1863 (3, 15 Juin)

D'ASSIER, A. "Le Brésil et la Société Brésilienne, moeurs et paysages – II. La Fazenda", pp. 753-787.

- 1863 (4)

D'ASSIER, A. "Le Brésil et la Société Brésilienne, moeurs et paysages – III. La Cidade", pp. 65-98.

- 1873 (1)

"Le Brésil et la République de la Plata depuis la guerre de Paraguay". Anônimo, pp. 359-377.

- 1875 (4)

BLANCHARD, Émile. "Un naturaliste du XIX^{ème} siècle: Louis Agassiz. II – Ses travaux, sa vie en Amérique", pp. 539-569.

- 1876 (6)

DAIREAUX, Émile. "Les races indiennes dans l'Amérique du Sud", pp. 148-176.

- 1880 (1)

BÉRENGER, Paul. "Le Brésil en 1879", pp. 434-457.

b) Livros e impressos

AGUIAR, Antônio Augusto da Costa. *O Brasil e os Brasileiros*. Santos: Tipografia Comercial, 1862.

AGUIAR, Antônio Augusto. *Vida e obra do Marquês de Barbacena*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1896.

ALMEIDA, Antonio da Rocha. *Vultos da Pátria*. IV Vol. Rio de Janeiro/Porto Alegre/São Paulo: Editora Globo, 1961.

ARARIPE, Tristão de Alencar. *Guerra Civil no Rio Grande do Sul: memória acompanhada de documentos lida no Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*. Porto Alegre: Corag, 1986. Edição fac-similar do original publicado no Rio de Janeiro pela Tipografia Universal de E. & H. Laemmert, 1881.

ASSIS BRASIL, Joaquim Francisco de. *História da República Rio-Grandense*. Porto Alegre: Erus/ Cia. União de Seguros Gerais, 1981 [Edição fac-similada de 1882].

AZEVEDO, Armando Dias de. "O Jubileu de Ouro do Instituto Histórico". In: *Correio do Povo*, Porto Alegre, 07 de agosto de 1970.

BARCELLOS, Ramiro Fortes de. *A revolução de 1835 no Rio Grande do Sul*. 2ª ed. Fac. Sim. Porto Alegre: Codec/CORAG/AHRS, 1987 [Edição fac-similada de 1882].

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883-1902. VII Vols.

BLUTEAU, Rafael, C.R., 1638-1734. *Vocabulario portuguez e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico, brasílico, comico, critico, chimico, dogmatico, dialectico, dendrologico, ecclesiastico, etymologico, economico, florifero, forense, fructifero... autorizado com exemplos dos melhores escritores portuguezes, e latinicos...* Coimbra: no Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712-1728. – 10 volumes.

CALDRE e FIÃO, José Antônio do Valle. *A Divina Pastora*. Porto Alegre: RBS, 1992.

CALDRE E FIÃO, José Antônio do Vale. *O Corsário – romance rio-grandense*. Porto Alegre: Editora Movimento, 1979.

CALÓGERAS, João Pandiá. *O Marquez de Barbacena*. 2ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.

CASTELLO, José Aderaldo. *O movimento academicista no Brasil*. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1969, v. 1, Tomos 1 e 5.

CASTRO, Eduardo de Sá Pereira de; ZALUAR, A. E. *Os heróis brasileiros na campanha do sul em 1865, pelo Bacharel E.de Sá Pereira de Castro e A.E. Zaluar*. Rio de Janeiro: Tipografia de Pinheiro & Comp., 1865.

CIBILS, Luís Alberto. “Institutos Históricos e Geográficos Anteriores”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, vol. I, n. 135. Porto Alegre: IHGRS, 2000, pp.7-11.

CORUJA, Antonio Álvares Pereira. *Antigualhas. Reminiscências de Porto Alegre*. Porto Alegre: Tipografia do Jornal do Comércio, 1881.

CORUJA, Antonio Álvares Pereira. *Antigualhas. Reminiscências de Porto Alegre*. Porto Alegre: ERUS - Companhia União de Seguros Gerais, 1983.

CORUJA, Antonio Álvares Pereira. “Coleção de vocábulos e frases usados na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Tomo XV, 1852, pp. 210-240.

CORUJA. Antonio Álvares Pereira. *Compêndio da Ortografia da Língua Nacional*. Rio de Janeiro: Tipografia Francês, 1848.

COSTA, Renato. “Os três Institutos Históricos do Rio Grande do Sul”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: IHGRS, n. 123, 1982, pp. 43-51.

DEIRÓ, Pedro Eunápio da Silva. *Fragments de estudos da história da Assembleia Constituinte do Brasil*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2006.

DENIS, Ferdinand. *Résumé de l'histoire littéraire du Portugal suivi du Résumé de l'histoire littéraire du Brésil*. Paris: Imprimerie Decourchant, 1826.

FERREIRA, Athos Damasceno. *Imprensa literária de Porto Alegre no século XIX*. Porto Alegre: UFRGS, 1975.

FRAGOSO, Gal. Augusto Tasso. *A Batalha do Passo do Rosário*. 2ª ed. Rio de Janeiro: F. Bastos, 1951.

GOYCOCHÊA, Castilhos. *O fronteiro-mor do Império (Duarte da Ponte Ribeiro)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942.

HAFKEMEYER, J.B. “Manoel Marques de Souza”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geographico do Rio Grande do Sul*. III e IV Trimestre, Anno III. Porto Alegre: Tipografia do Centro, 1923, pp. 276-284.

HESSEL, Lothar et al. *O Partenon Literário e sua obra*. Porto Alegre: Flama, IEL, 1976.

KOSERITZ, Carlos Von. Artigos de Carlos von Koseritz sobre a obra do Conselheiro Tristão de Alencar Araripe “Guerra Civil do Rio Grande do Sul”. 1881. IHGB. Arquivo e Coleções Particulares. Acervo Alencar Araripe (ACP09). DL 820.7. Lata 820. Pasta 7.

MACHADO, Antonio Carlos. *O solitário da Casa Branca. A sua vida, a sua obra, a sua época*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1945.

MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. *Discurso sobre a História da Literatura do Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1994.

MATTOS, Raymundo José da Cunha. “Dissertação acerca do systema de escrever a historia antiga e moderna do Império do Brasil”. In: *Revista Trimestral do Instituto Historico, Geographico e Ethnographico do Brasil*. Fundado no Rio de Janeiro debaixo da immediata protecção de S.M.I. O Senhor D. Pedro II. Tomo XXVI. Rio de Janeiro: Typographia de Luiz dos Santos, 1863, pp. 121-143.

MAUL, Carlos; ANTUNES, De Paranhos; GRAÇA, Jaime Ribeiro da. *Conde de Porto Alegre. Poliantéia organizada pela Biblioteca do exército em comemoração ao 1º centenário da Batalha de Caseros*. Rio de Janeiro: Gráfica Editora Bethel, 1952.

MELLO, Francisco Ignácio Marcondes Homem de. *Relatório com que o Exm. Sr. Dr. Francisco I. Marcondes Homem de Mello passou a administração desta província ao Excelentíssimo Senhor Doutor Joaquim Vieira da Cunha, 1º Vice-presidente. No dia 13 de abril do ano de 1868*. Porto Alegre: Tipografia do Jornal do Comércio, 1868.

PORTO ALEGRE, Álvaro. *No transmonta da vida*. Porto Alegre: s/ editora, 1939.

PORTO ALEGRE, Álvaro. *Caudal Rumorosa*. Porto Alegre: Thurmann, 1944.

PORTO ALEGRE, Álvaro. *Ciclo Apolinário Porto Alegre*. Porto Alegre: Thurmann, 1944.

PORTO ALEGRE, Álvaro. *O Partenon Literário: ensaio lítero-histórico*. Porto Alegre: Thurmman, 1962.

PORTO ALEGRE, Apolinário. *Cancioneiro da Revolução de 1835*. Porto Alegre: Companhia União de Seguros Gerais, 1985.

PORTO ALEGRE, Apolinário. *Popularium Sul-Rio-grandense*. Porto Alegre: Editora da Universidade, IEL, 1980.

PORTO ALEGRE, Aquiles. *Homens Ilustres do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Erus, 1980.

REIS, Carlos. *Álbum do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Typographia de César Reinhardt, 1905.

ROSA, Othelo. “O Parthenon Litterario”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial, 1948, pp. 165-170.

SÁ BRITO, Francisco de. *Memória da Guerra dos Farrapos*. Porto Alegre: Corag, 1985.

SOUZA, José Antonio Soares de. *Um diplomata do império: Barão da Ponte Ribeiro*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1952.

SPALDING, Walter. “A 'Revista' do velho Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (Reedição)”. In: *Revista do IHGRS*, 1945, n. 100, p. 169.

TEIXEIRA, Múcio. *Os gaúchos*. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro & Maurillo, 1921. Volume I.

TOSCANO, Arthur. “Papeis Velhos. Múcio Teixeira e seu tempo”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, I e II Trimestres, Anno VIII. Porto Alegre: IHGRS, 1928, pp. 473-493.

VARNHAGEN, Francisco Adolpho de. *História Geral do Brasil. Antes de sua separação e independência de Portugal*. 3ª ed. Integral, Tomo I (4ª edição). São Paulo: Cia Melhoramentos, s/d.

VARELA, Alfredo. *Revoluções cisplatinas: a república rio-grandense*. Porto Alegre: Chardron, 1915.

VARELA, Alfredo. *História da Grande Revolução: O ciclo Farroupilha no Brasil*. Porto Alegre: Editora Globo, 1933.

VARNHAGEN, Francisco Adolpho de. *Ensaio Histórico sobre as letras no Brasil* (1847). Ministério da Educação: Fundação Biblioteca Nacional: Departamento Nacional do Livro. Disponível em:

http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=2083, p. 3. Acessado em: 02/03/2009.

XAVIER, Paulo. “Retrato de Um pioneiro”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 26 de novembro de 1976.

XAVIER, Paulo. “Retoque de Um Retrato”. *Correio do Povo*, 03 de dezembro de 1976, pp. 7-8.

c) Manuscritos

CORUJA, Antônio Álvares Pereira. Carta de Antônio Álvares Pereira Coruja – 1º secretário da Sociedade Literária do Rio de Janeiro, a Manoel Ferreira Lagos, 2º Secretário do IHGB. Rio de Janeiro, 14/12/1839. Coleção Instituto Histórico (IHGB). Doc. n. 60, Lata n. 140.

CORUJA, Antônio Álvares Pereira. Documentos sobre a história da Província do Rio Grande do Sul. Cartas de Antonio Álvares Pereira Coruja ao Instituto Histórico do Rio Grande do Sul sobre as primeiras povoações da Província e dados biográficos de Thomaz Luis Osório, Patrício José Corrêa da Câmara, Manoel Marques de Souza e Rafael Pinto Bandeira (2 cartas). Rio de Janeiro, março de 1861. Coleção Instituto Histórico (IHGB). Notação: DL 222.1. Doc. n.1, Lata n. 222.

SOARES, Paula. “Ofício do Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro comunicando ao Padre Gay sua nomeação para comissário do mesmo Instituto no município de São Borja; e que, com sua anuência, o considerará sócio correspondente. 1860”. Coleção Padre Gay (IHGB). Notação: DL 406.39. Doc. n. 39, Lata n. 406.

d) Acervos consultados

- Arquivo Histórico Municipal de Porto Alegre Moysés Vellinho (Rio Grande do Sul, Brasil).
- Biblioteca Central da Universidade Federal do Rio Grande do Sul/ UFRGS (Rio Grande do Sul, Brasil).
- Biblioteca Setorial de Ciências e Humanidades da Universidade Federal do Rio Grande do Sul/ UFRGS (Rio Grande do Sul, Brasil).
- Biblioteca Central da Pontifícia Universidade Católica/ PUCRS (Rio Grande do Sul, Brasil).
- Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul (Rio Grande do Sul, Brasil).
- Bibliothèque Nationale de France François Mitterrand (Paris, França).
- Bibliothèque Fondation Maison des Sciences de l’Homme (Paris, França).

- Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (Rio Grande do Sul, Brasil).
- Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (Rio de Janeiro, Brasil).
- Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa (Rio Grande do Sul, Brasil).

Bibliografia Geral

ABREU, Florêncio de. “Introdução”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, I e II trimestres, Ano IV, n. 13-14. Porto Alegre: IHGRS, 1924, p. 197-202.

AGULHON, Maurice. “Sur les statues de “grands hommes” aux XIX siècle”. In: *Romantisme*, n. 100, vol. 28, pp. 11-16.

AITA, Carmen; AXT, Gunter. *Parlamentares gaúchos das Cortes de Lisboa aos nossos dias*. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1996, p. 43.

ALONSO, Angela. *Ideias em Movimento: a geração 1870 na crise do Brasil - Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional*. São Paulo: Ática, 1989.

ANTONIOLLI, Juliano Francesco. *Victrix causa diis placuit, sed victa Catoni [A causa vencedora agradou os deuses, mas a vencida a Catão]: a experiência do tempo a partir do livro História da República Rio-Grandense (1882), de Joaquim Francisco de Assis Brasil*. Porto Alegre: IFCH/UFRGS, 2013. (Projeto de Doutorado - mimeo).

ARAÚJO, Valdei Lopes de. *A experiência do tempo. Modernidade e historicização no Império do Brasil (1813-1845)*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2003. Tese (Doutorado em História).

ARAÚJO, Valdei Lopes de. *A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008.

ARENDT, Hannah. *A Vida do Espírito. O Pensar. O querer. O julgar*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.

AZEVEDO, Flora Coelho. “A política do diplomata Duarte da Ponte Ribeiro no Rio da Prata (1842-1844)”. In: *XIV Encontro Regional da ANPUH-Rio*. Rio de Janeiro: ANPUH-RIO, 2010. Disponível em: http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1276868002_ARQUIVO_textoanpuhIII.pdf. Acessado em: 15/03/2013.

BANN, Stephen. *As invenções da História: ensaios sobre a representação do passado*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994.

BANN, Stephen. *Romanticism and the Rise of History*. Nova Iorque: Twayne Publishers, 1995.

BERND, Zilá. *Literatura e identidade nacional*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1992.

BLAKE, Augusto Victorino Sacramento. *Diccionario bibliographico brasileiro*. 7 vols, 1883.

BOEIRA, Luciana Fernandes. *Entre história e literatura: a formação do panteão rio-grandense e os primórdios da escrita da história do Rio Grande do Sul no século XIX*. Porto Alegre: IFCH/UFRGS, 2009. Dissertação (Mestrado em História).

BONNET, Jean-Claude. "Les morts illustres. Oraison funèbre, éloge académique, nécrologie". In: NORA, Pierre. *Les Lieux de Mémoire*. Paris: Gallimard, 1984, p.217-241.

BONNET, Jean-Claude. *Naissance du panthéon. Essai sur le culte des grands hommes*. Paris: Fayard, 1998.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

BRITO, Jorge; EICHLER, Athos. "Um texto desconhecido sobre a Constituinte de 1823". In: DEIRÓ, Pedro Eunápio da Silva. *Fragmentos de estudos da história da Assembleia Constituinte do Brasil*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2006, pp. 11-16.

CÂNDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos, 1750-1880*. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2007.

CAMPOS, Pedro Moacyr. "Esboço da Historiografia Brasileira nos séculos XIX e XX". In: GLÉNISSON, Jean. *Iniciação aos Estudos Históricos*. Rio de Janeiro/ São Paulo: Difel, 1977.

CARLOS, Lilian Beatriz. *Uma relação a dois: a história e a geografia nos primeiros anos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2008. Dissertação (Mestrado em História).

CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e Bordados – escritos de história e política*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARVALHO, José Murilo de. *D. Pedro II*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CARVALHO, Marcus J. M. de. “Os nomes da Revolução: lideranças populares na Insurreição Praieira, Recife, 1848-1849”. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 23, n. 45, pp. 209-238. 2003.

CASTILLO GÓMEZ, Antonio. “La fortuna de lo escrito: funciones y espacios de la razón gráfica (siglos XV-XVII)”. Bordeaux: *Bulletin Hispanique*, T.100, n.2, 1998, pp. 343-381.

CATROGA, Fernando. *Nação, Mito e Rito. Religião Civil e Comemoracionismo*. Fortaleza: NUDOC/Museu do Ceará, 2005.

CAVENAGHI, Airton José. “O Barão Homem de Mello: sua história e outras histórias”. In: *Jornal O Lince*. Aparecida, nº 29, set./out. de 2009. Disponível em: <http://www.jornalolince.com.br/2009/out/pages/barao-homem-de-mello.php>. Acessado em: 16/04/2013.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CÉSAR, Guilhermino. “Introdução”. In: FIÃO, José Antonio do Valle Caldre e. *O Corsário – romance rio-grandense*. Porto Alegre: Editora Movimento, 1979.

CÉSAR, Guilhermino. *Notícia do Rio Grande: literatura*. Porto Alegre: IEL/Ed. da Universidade/ UFRGS, 1994.

CÉSAR, Guilhermino. *História da Literatura no Rio Grande do Sul. (1737-1902)*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro/ Corag, 2006.

CEZAR, Temístocles. *L'écriture de l'histoire au Brésil au XIX siècle. Essai sur une rhétorique de la nationalité. Le cas Varnhagen*. Paris: EHESS, 2002. 2 vol. Tese (Doutorado em História).

CEZAR, Temístocles. “Livros de Plutarco: biografia e escrita da história no Brasil do século XIX”. In: *Métis: história & cultura*. Vol. 2, n. 3, jan/junh de 2003, p. 73-94.

CEZAR, Temístocles. “Como deveria ser escrita a história do Brasil no século XIX. Ensaio de história intelectual”. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (org.). *História Cultural: experiências de pesquisa*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2003, pp. 173-208.

CEZAR, Temístocles. “Lição sobre a escrita da história. Historiografia e nação no Brasil do século XIX”. In: *Diálogos*, DHI/UEM, v. 8, n. 1, pp. 11-29, 2004.

CEZAR, Temístocles. “A geografia servia, antes de tudo, para unificar o Império. Escrita da história e saber geográfico no Brasil oitocentista”. In: *Ágora*, Santa Cruz do Sul, v. 11, n.1, pp. 79-99, jan./jun. 2005.

CEZAR, Temístocles. “Prefácio – A morte nos olhos ou a arte de pintar batalhas”. In: NEUMANN, Eduardo Santos; GRIJÓ, Luiz Alberto (orgs). *Continente em armas: uma história da guerra no sul do Brasil*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010, pp. 9-18.

CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Porto Alegre: Editora da Universidade/ UFRGS, 2002.

CHARTIER, Roger. “As práticas da Escrita”. In: ARIÈS, Philippe; _____ (org.). *História da Vida Privada 3: da Renascença ao Século das Luzes*. São Paulo: Cia das Letras, 1991, pp. 113-162.

COELHO, Geraldo Mártires. “Onde fica a Corte do Senhor Imperador?”. In: JANCSÓ, István (org.). *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec: Ed. Unijuí: Fapesp, 2003, pp- 267-284.

COLUSSI, Eliane Lucia. *A Maçonaria gaúcha no século XIX*. Passo Fundo: Ediupf, 1998.

CORADINI, Odaci Luiz. “Panteões, iconoclastas e as ciências sociais”. In: FÉLIX, Loiva Otero; ELMIR, Claudio P. *Mitos e heróis: a construção de imaginários*. Porto Alegre: Editora Universidade/ UFRGS, 1998, pp. 209-235.

CORBIN, Alain. “Bastidores”. In: PERROT, Michelle. *História da Vida Privada 4. Da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. São Paulo: Cia das Letras, 1991.

COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. 7ª ed. São Paulo: UNESP, 1999.

CRISTILLINO, Cristiano Luís. “A Lei de terras e a transição ao capitalismo no Brasil do século XIX: uma análise micro dos efeitos da Lei sobre a afirmação da propriedade. In: *Usos do Passado – XII Encontro Regional de História ANPUH-RJ 2006*. Disponível em: <http://www.rj.anpuh.org/Anais/2006/conferencias/cristiano.pdf> Acessado em: 01/01/2009.

DIAS, Maria Odila da Silva. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005.

DILLENBURG, Sérgio Roberto. *A Imprensa em Porto Alegre de 1845 a 1870*. Porto Alegre: Sulina/ARI, 1987.

DOLHNIKOFF, Miriam. “Elites regionais e a construção do Estado nacional”. In: JANCSÓ, István (org.). *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec: Ed. Unijuí: Fapesp, 2003, pp. 431-468.

DOLHNIKOFF, Miriam. *O Pacto Imperial. Origens do Federalismo no Brasil*. São Paulo: Globo, 2005.

DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

DORATIOTO, Francisco. *Relações Brasil-Paraguai: afastamento, tensões e reaproximação (1889-1954)*. Brasília: FUNAG, 2012.

DORNELLES, Laura de Leão. *Risorgimento e Revolução: Luigi Rossetti e os ideais de Giuseppe Mazzini no movimento farroupilha*. Porto Alegre: PUCRS, 2010. Dissertação (Mestrado em História).

DOSSE, François. *Le Pari Biographique*. Paris: Éditions La Découverte, 2005.

DUBY, George. *Guilherme Marechal ou o melhor cavaleiro do mundo*. Rio de Janeiro: Graal, 1987.

ENDERS, Armelle. “O Plutarco Brasileiro. A produção dos vultos nacionais no Segundo Reinado”. In: *Estudos Históricos*, n. 25, Vol. 14, 2000, pp. 41-61.

ENDERS, Armelle. *Les Visages de la Nation. Histoire, héros nationaux et imaginaire politique au Brésil (1822-1922)*. Paris: Université de Paris I- Panthéon – Sorbonne, 2004.

FIGUEIREDO, Joana Bosak de. *O Rio Grande de São Pedro entre o Império do Brasil e o Prata: a Identidade Regional e o Estado Nacional (1851-1865)*. Porto Alegre: UFRGS, 2000. Dissertação (Mestrado em História).

FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto – Mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro, c. 1790- c. 1840*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 1998.

FRANCO, Sérgio da Costa. *Guia Histórico de Porto Alegre*. 4ª ed. Porto Alegre: Editora da Universidade (UFRGS), 2006.

GANS, Magda Roswita. *Presença teuta em Porto Alegre no século XIX (1850-1889)*. Porto Alegre: IFCH/UFRGS, 1996. Dissertação (Mestrado em História).

GAUCHET, Marcel. *Philosophie des sciences historiques. Le moment romantique*. Paris: Éditions du Seuil, 2002.

GENETTE, Gérard. *Seuils*. Paris: Éditions du Seuil, 2002 (1ª edição de 1987).

GÉRARD, Alice. “Le grand homme et la conception de l’histoire au XIX siècle”. In: *Romantisme*, n. 100, vol. 28, pp. 31-48.

GOMES, Carla Renata de Souza. *De Rio-Grandense a Gaúcho: O Triunfo do Avesso. Um processo de representação regional na literatura do século XIX (1847-1877)*. Porto Alegre: IFCH, UFRGS, 2006. Dissertação (Mestrado em História).

GOMES, Carla Renata Antunes de Souza. *Entre tinteiros e bagadus: memórias feitas de sangue e tinta. A escrita da história em periódicos literários porto-alegrenses do século XIX (1856-1879)*. Porto Alegre: UFRGS, 2012. Tese (Doutorado em História).

GONZAGA, Sergius. “As mentiras sobre o gaúcho: primeiras contribuições da literatura”. In: DACANAL, José Hildebrando; FREITAS, Décio; _____ (org.). *RS: Cultura & Ideologia*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980, pp. 113-132.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. *O império das províncias: Rio de Janeiro, 1822-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

GRIJÓ, Luis Alberto; KUHN, Fabio; GUAZZELLI, César Augusto Barcellos; NEUMANN, Eduardo Santos et al. *Capítulos de História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. *O Brasil Imperial, volume II: 1831-1870*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

GUAZZELLI, César Augusto Barcellos. *O Horizonte da Província: a República Rio-Grandense e os Caudilhos do Rio da Prata (1835-1845)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997. Tese (Doutorado em História).

GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. “A província de São Pedro e o Paraguai na conjuntura da formação dos estados nacionais”. In: *Encontro de História Brasil-Paraguai*. Salvador: Instituto Histórico e Geográfico da Bahia; Academia Paraguaya de la Historia, 2001, pp. 155-189.

GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos de. “Do sistema colonial português ao Brasil imperial”. In: *Brasil desde Porto Alegre*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003, pp. 29-39.

GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. “Regiões-províncias na Guerra da Tríplice Aliança”. In: *Topoi*, vol. 10, n. 19, jul.-dez. 2009, pp. 70-89.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. “Uma parceria inesperada: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e Sociedade Real dos Antiquários do Norte”. In: *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, n. 155 (384), jul./set. 1994, pp. 499-511.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. “Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)”. In: *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, n. 388, jul./set. 1995, pp. 459-613.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. *Da Escola Palatina ao Silogeu: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938)*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2007.

GUIMARÃES, Manoel Salgado. “Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional”. In: *Estudos Históricos*: Rio de Janeiro, n. 1, 1988, pp. 5-27.

GUIMARÃES, Manoel Salgado. “A Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e os temas de sua historiografia (1839-1857)”. In: WEHLING, Arno (coord.) *Origens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Ideias filosóficas e estruturas de poder no Segundo Reinado*. Rio de Janeiro: o Instituto, 1989a, pp. 21-41.

GUIMARÃES, Manoel Salgado. “De Paris ao Rio de Janeiro: a institucionalização da escrita da História”. In: *Acervo*. Rio de Janeiro: n. 1, vol. 4, jan.jun. 1989, pp. 135-143.

GUIMARÃES, Manoel Salgado. “Reinventando a tradição: sobre Antiquariado e Escrita da História”. In: *Humanas: revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas*. Porto Alegre: IFCH, 2000, v. 23, n.1/2, pp. 111-143.

GUIMARÃES, Manoel Salgado. “A cultura histórica oitocentista: a constituição de uma memória disciplinar”. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (org.) et al. *História cultural: experiências de pesquisa*. Porto Alegre: Editora da Universidade/ UFRGS, 2003.

GUIMARÃES, Manoel Salgado. “Um historiador à margem: Fustel de Coulanges e a escrita da história francesa no século XIX”. In: HARTOG, François. *O século XIX e a história: o caso Fustel de Coulanges*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003, pp. 9-15.

GUIMARÃES, Manoel Salgado. “Entre as luzes e o romantismo; as tensões da escrita da história no Brasil oitocentista”. In: _____ (org.). *Estudos sobre a escrita da história*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006, pp. 68-85.

GUIMARÃES, Manoel Salgado. “A disputa pelo passado na cultura histórica oitocentista no Brasil”. In: CARVALHO, José Murilo de (org.). *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pp. 93-122.

GUIMARÃES, Manoel Salgado. *Historiografia e nação no Brasil. 1838-1857*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011. Edições ANPUH.

GUTFREIND, Ieda. *Historiografia rio-grandense*. 2 ed. Porto Alegre: Editora da Universidade/ UFRGS, 1998.

GUTFREIND, Ieda. “A historiografia sul-rio-grandense e o mito do gaúcho brasileiro”. In: GONZAGA, Sergius, FISCHER, Luís Augusto. *Nós, os gaúchos*. 3ª ed. Porto Alegre: Editora da Universidade/ UFRGS, 1995.

HABERMAS, Jürgen. “Realizações e limites do Estado Nacional Europeu”. In: BALAKRISHNAN, Gopal (org.). *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, pp. 297-310.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

HARTOG, François. *O Espelho de Heródoto: Ensaio sobre a representação do outro*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

HARTOG, François. La tentation de l’epistemologie? *Le Débat*, n. 12, novembre-décembre, 2000.

HARTOG, François. “Plutarque entre les Anciens et les Modernos”. In: PLUTARQUE. *Vies Parallèles*. Paris: Gallimard, 2001, pp. 9-50.

- HARTOG, François; REVEL, Jacques. “Note de conjoncture historiographique”. In: _____ (sous la direction de). *Les usages politiques du passé*. Paris: EHEES, 2001, pp. 13-24.
- HARTOG, François. “A testemunha e o historiador”. In: PESAVENTO, Sandra J. (org.). *Fronteiras do milênio*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2001, pp. 11-41.
- HARTOG, François. *Régimes d’Historicité, présentisme et expérience du temps*. Paris: Éditions du Seuil, 2003.
- HARTOG, François. *Evidência da história: o que os historiadores veem*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.
- HARTOG, François. *Regimes de Historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.
- HOBSBAWM, Eric. *A Era das revoluções: Europa, 1789-1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- HOBSBAWM, Eric. *A Era do capital, 1848-1875*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.
- HOBSBAWM, Eric J. *Nação e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- HRUBY, Hugo. *O século XIX e a escrita da história do Brasil: diálogos na obra de Tristão de Alencar Araripe (1867-1895)*. Porto Alegre: PUCRS, 2012. Tese (Doutorado em História).
- IGLÊSIAS, Francisco. *Os historiadores do Brasil: capítulos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Belo Horizonte: UFMG, IPEA, 2000.
- IVO, Lêdo. “A ruína e a selva. A teoria literária de Domingos José Gonçalves de Magalhães”. In: MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. *Discurso sobre a história da literatura do Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1994, pp. 5-13.
- JANCSÓ, István. (org.) *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec; Ed. Unijuí; Fapesp, 2003.
- JANCSÓ, István; PIMENTA, João Paulo. “Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira)”. In: MOTA, Carlos Guilherme. *Viagem Incompleta. A experiência brasileira (1500-2000)*. São Paulo: SENAC, 2000, pp. 127-175.
- KANTOR, Iris. *Esquecidos e Renascidos: Historiografia Acadêmica Luso-Americana (1724-1759)*. São Paulo: Hucitec; Salvador: Centro de Estudos Baianos/UFBA, 2004.
- KLAFKE, Álvaro Antonio. *O Império na província: construção do estado nacional nas páginas de O Propagador da Indústria Rio-grandense – 1833-1834*. Porto Alegre: IFCH, UFRGS, 2006. Dissertação (Mestrado em História).

KLEIN, Ana Inez. *Fronteiras de cristal: um estudo sobre a história e a memória através das crônicas Antigualhas: reminiscências de Porto Alegre*. Porto Alegre: UFRGS, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2004. Tese (Doutorado em História).

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

KOSELLECK, Reinhart. “La formación del concepto moderno de historia”. In: *Historia/Historia*. Madrid: Trotta, 2004.

LAMB, Nayara Emerick. “Revanche em papel: a historiografia na defesa dos ideais farroupilhas”. In: *XIV Encontro Regional da Anpuh-Rio. Anais do XIV Encontro Regional de História - ANPUH-Rio - Memória e Patrimônio*. Rio de Janeiro, 2010, pp.1-9.

LAYTANO, Dante de. *Manual de Fontes Bibliográficas para o Estudo da História Geral do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: IFCH/UFRGS, 1979.

LAZZARI, Alexandre. *Entre a grande e a pequena pátria: letrados, identidade gaúcha e nacionalidade (1860-1910)*. UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2004. Tese (Doutorado em História).

LETERRIER, Sophie-Anne. *Le siècle XIX historien. Anthologie Raisonnée*. Paris: Éditions Belin, 1997.

LEVI, Giovanni. “Usos da biografia”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. *Usos & abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996, pp. 167-182.

LIMA, Lílian Martins de. “Um discurso sobre o Brasil: uma análise do jornal Minerva Brasiliense (1843-1845)”.
<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao16/materia02/texto02.pdf>. Último acesso em: 13/06/2013.

LIMA, Luiz Costa. *Dispersa demanda: ensaios sobre literatura e teoria*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981.

LIMA, Luiz Costa. *História. Ficção. Literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

LIMA JÚNIOR, Francisco Pinheiro; CASTRO, Dinorah d’Araújo Berbert de. *História das ideias filosóficas na Bahia (séculos XVI a XIX)*. Salvador: CDPB, 2006.

MACIEL, Maria Eunice. “Procurando o imaginário social: apontamentos para uma discussão”. In: FÉLIX, Loiva Otero; ELMIR, Claudio P. *Mitos e heróis: a construção de imaginários*. Porto Alegre: Editora Universidade/ UFRGS, 1998, pp. 75-87.

MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. *Discurso sobre a historia da literatura do Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1994.

MAGNOLI, Demétrio. “O Estado em busca de seu território”. In: JANCSÓ, István (org.). *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec; Ed. Unijuí; Fapesp, 2003.

MALERBA, Jurandir. *O Brasil Imperial (1808-1889): Panorama da história do Brasil no século XIX*. Maringá: Eduem, 1999.

MALERBA, Jurandir (org.). *Lições de História: o caminho das ciências no longo século XIX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

MARTINS, Ari. *Escritores do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1978.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema*. São Paulo: Hucitec, 2004.

MEDAGLIA, Marlene. *Introdução ao Estudo da Historiografia Sul-rio-grandense: inovações e recorrências do discurso oficial (1920-1935)*. Porto Alegre: IFCH, UFRGS, 1983. Dissertação (Mestrado em Sociologia).

MENDES, Jeferson dos Santos. *O barão de Caxias na guerra contra os farrapos*. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2011. (Mestrado em História).

MESQUITA, Maria Luiza de Carvalho. *Isabel e a escrita de si: uma princesa entre o público e o privado*. XII Encontro de História ANPUH – RJ – Identidades, 2008. Disponível em: http://encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1212868603_ARQUIVO_ISABELEAESCRIATADESI - ANPUH.pdf. Último acesso em: 01/01/2009.

MILNER, Max. “Présentation”. In: *Romantisme*, n. 100, vol. 28, 1998-2, pp. 7-10.

MOREIRA, Ildeu de Castro; MASSARINI, Luísa. “Cândido Batista de Oliveira e seu papel na implementação do sistema métrico decimal no Brasil”. In: *Rev. Bras. Hist. Ciência*. 18, 3-16 (1997).

MOREIRA, Maria Eunice. *Apolinário Porto Alegre*. Porto Alegre: IEL, 1989.

MOREIRA, Maria Eunice (org.). *Narradores do Partenon Literário*. Porto Alegre: IEL: Corag, 2002.

NEDEL, Leticia Borges. *Paisagens da Província: o regionalismo sul-rio-grandense e o Museu Julio de Castilhos nos anos cinquenta*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999. Dissertação (Mestrado em História).

NEDEL, Leticia Borges. *Um Passado Novo para uma História em Crise: Regionalismo e Folcloristas no Rio Grande do Sul (1948-1965)*. Brasília: Universidade de Brasília, 2005. Tese (Doutorado em História).

- NEDEL, Letícia Borges; RODRIGUES, Mara. “Historiografia, crítica e autocrítica: itinerários da História no Rio Grande do Sul”. In: *Ágora*. Santa Cruz do Sul, v. 11, n. 1, jan./jun. 2005.
- NEUMANN, Eduardo Santos; GRIJÓ, Luiz Alberto (orgs.). *Continente em armas: uma história da guerra no sul do Brasil*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010.
- NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das; MACHADO, Humberto. *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- NICOLAZZI, Fernando. “Entre ‘letras e armas’, a história como disputa. Considerações sobre a historiografia luso-brasileira no século XVIII”. In: *Almanack Braziliense*. São Paulo, n. 11, pp. 40-51, maio de 2010.
- NORA, Pierre. *Les Lieux de Mémoire*. I. La République. Paris: Gallimard, 1984.
- NORA, Pierre. *Les Lieux de Mémoire*. II. La Nation. Paris: Gallimard, 1986.
- NORA, Pierre. “Entre memória e história: a problemática dos lugares”. *Projeto História*. São Paulo: PUC-SP, n. 10, dezembro de 1993, pp. 7-28.
- NORA, Pierre. *Présent, Nation, Mémoire*. Paris: Gallimard, 2011.
- OLIVEIRA, Maria da Glória de. *Escrever vidas, narrar a história. A biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009, p. 188. Tese (Doutorado em História).
- OLIVEIRA, Maria da Glória de. “Traçando vidas de brasileiros com escrupulosa exatidão: biografia, erudição e escrita da história na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1839-1850). In: *História*, vol. 26, n. 1. Franca: 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-9074200700100013. Último acesso em: 06/03/2009.
- OLIVEN, Ruben George. *A Parte e o Todo: A diversidade cultural no Brasil-Nação*. Petrópolis: Vozes, 1992.
- OLIVEN, Ruben George. “O processo de construção da identidade gaúcha”. In: RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti; FÉLIX, Loiva (org.). *RS: 200 anos definindo espaços na historiografia nacional*. Passo Fundo: UPF, 2002.
- OLSON, David R. "Desmitologización de la cultura escrita". *El mundo sobre el papel*. Barcelona: Gedisa, 1997, pp. 21-39.
- ONG, Walter. *Oralidade e cultura escrita: a tecnologização da palavra*. Campinas: Papirus, 1998.
- OZOUF, Mona. “Le Panthéon – L’École Normale des morts”. In: NORA, Pierre. *Les lieux de mémoire*. Vol. I. Paris: Gallimard, 1984, pp. 139-166.

“Passagens Oceânicas, a Revista Nitheroy & a Revue des Deux Mondes”, <http://bndigital.bn.br/francebr/revistasliterarias.htm>. Último acesso em: 13/06/2013.

PÉRES DE OLIVEIRA, Suellen Mayara. *A querela de Clio na região do Prata e o Brasil: Tensões e diálogos da escrita da história nos Institutos Históricos e Geográficos (1838-1852)*. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, 2010. (Mestrado em História).

PERRY, Marvin. *Civilização ocidental: uma história concisa*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História do Rio Grande do Sul*. 6ª ed. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1992.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O Imaginário da Cidade: Visões Literárias do Urbano-Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre*. Porto Alegre: Ed. Da Universidade, 2002, 2ª edição.

PESAVENTO, Sandra (org.) et al. *História Cultural: experiências de pesquisa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

PETRUCCI, A. “Para una historia cualitativa del alfabetismo”. In: *Alfabetismo, escritura, sociedad*. Barcelona: Gedisa, 1999.

PICCOLO, Helga. “A Política Rio-Grandense no Império”. In: *RS: Economia & Política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979, pp. 93-117.

PICCOLLO, Helga; VIZENTINI, Paulo. “Contribuição para a interpretação do processo político-partidário sul-rio-grandense no Império”. In: *Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS*. Porto Alegre: UFRGS, 1979 e 1980, Anos VII e VIII, pp. 119-139.

PICCOLO, Helga. “Século XIX: o Rio Grande do Sul e a estruturação do Estado nacional brasileiro. A questão da identidade”. *Revista do IHGB*, 157 (390), jan./mar., 1996, pp. 79-95.

PICCOLO, Helga. *Vida política no século XIX. Da descolonização ao movimento republicano*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1998.

PICCOLO, Helga. “O Rio Grande do Sul na obra de Varnhagen”. In: *Anais da XXI Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*. Curitiba: SBPH, 2002, pp. 29-34.

PICCOLO, Helga. *A Paz dos caramurus. Caderno de História n. 14*. Porto Alegre: Memorial do Rio Grande do Rio Grande do Sul, 2005.

PILLAR, Thanira Chayb de. *Núveas Tintas: índice classificado de assuntos e índice remissivo de colaboradores da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: 1839-1864*. Porto Alegre: PUCRS, 1996. Dissertação (Mestrado em Letras).

PIMENTA, João Paulo. *Estado e Nação no fim dos Impérios Ibéricos no Prata. 1808-1828*. São Paulo: Hucitec/ Fapesp, 2002.

PIMENTA, João Paulo; ARAÚJO, Valdei Lopes de. “História”. In: FERES JÚNIOR, João (org.). *Léxico da história dos conceitos políticos no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009, pp. 119-140.

PINTO, Nilton de Paiva. *A poesia de Rocha Pita na Academia Brasílica dos Esquecidos*. Belo Horizonte: UFMG, 2007. Dissertação (Mestrado em Letras).

PINTO, Genivaldo Gonçalves. “A Província na Guerra do Paraguai”. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (coord.). *Império*. Vol. 2. Passo Fundo: Méritos, 2006, pp. 97-121.

POLLACK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, v. 2, n. 3, 1989, pp. 3-15.

POMIAN, Krzysztof. *Sur l'histoire*. Paris: Gallimard, 1999.

PÓVOAS, Mauro Nicola. *Literatura e imprensa em Porto Alegre: A Revista Murmúrios do Guaíba (1870)*. Porto Alegre: PUCRS, 2000. Dissertação (Mestrado em Letras).

PÓVOAS, Mauro Nicola. *Uma história da literatura: periódicos, memória e sistema literário no Rio Grande do Sul do século XIX*. Porto Alegre: PUCRS, 2005. Tese (Doutorado em Letras)

PÓVOAS, Mauro Nicola. *No rastro do Partenon Literário*. Porto Alegre: PUCRS (mimeo), 2006.

RAMA, Angel. *A cidade das letras*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

RODRIGUES, Mara Cristina de Matos. *A institucionalização da formação superior em história: o curso de Geografia e História da UPA/URGS - 1943 a 1950*. Porto Alegre: IFCH, UFRGS, 2002. Dissertação (Mestrado em História).

RODRIGUES, Mara Cristina de Matos. *Da Crítica à História: Moysés Vellinho e a Trama entre a Província e a Nação. 1925 a 1964*. Porto Alegre: IFCH, UFRGS, 2006. (Doutorado em História).

RODRIGUES, Mara Cristina de Matos. “De caudilhos e heróis a grandes homens republicanos: o IHGB, os Farrapos e a República (Década de 1880 a 1930)”. In: OLIVEIRA, Camila Aparecida Braga; MOLLO, Helena Miranda; BUARQUE, Virgínia Albuquerque de Castro (orgs). *Caderno de resumos & Anais do 5º. Seminário Nacional de História da Historiografia: biografia & história intelectual*. Ouro Preto: EdUFOP, 2011.

RODRIGUES, Mara Cristina de Matos. “A releitura do passado farroupilha no IHGB (1921-1935): memória republicana e legitimidades intelectuais”. *Revista Tempo*, Niterói, 2013. No prelo.

- ROSSI, Paulo. *Naufrágios sem espectador. A ideia de progresso*. São Paulo: UNESP, 2000.
- RÜSEN, Jörn. *Razão Histórica. Teoria da História: os fundamentos da ciência histórica*. Brasília: UnB, 2001.
- SANTI, Álvaro. *Do Partenon à Califórnia: o nativismo gaúcho e suas origens*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 2004.
- SANTOS, Luís Cláudio Villafañe Gomes. “A missão especial nas repúblicas do Pacífico e Venezuela”. In: *Textos de História. Revista do Programa de Pós-graduação em História da UnB*. 2.3 (1994): 123-147.
- SCARPARO, Marcelo Kochenborger. *História e representações do espaço na Academia Brasílica dos Esquecidos (Salvador, 1724-25)*. Porto Alegre: UFRGS, 2010. (Trabalho conclusão de curso – História).
- SCHITZ, Viviane. *Presença de Mulher: a produção feminina na revista da Sociedade Partenon Literário*. Porto Alegre: PUCRS, 2002. Dissertação (Mestrado em Letras).
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- SENA, Divino Marcos de. “Tropas e condutores em Mato Grosso: camaradas e arrieiros (primeira metade do século XIX)”. In: *Revista Brasileira de História e Ciências Sociais*. Vol. 3, n. 5, Julho de 2001, pp. 44-55.
- SILVA, Jandira M. M. da; CLEMENTE, Ir. Elvo; BARBOSA, Eni. *Breve histórico da imprensa sul-rio-grandense*. Porto Alegre: Corag, 1986.
- SILVA, José Luiz Werneck da. “A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, matriz do Instituto Histórico”. In: WEHLING, Arno (coord.) *Origens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Ideias filosóficas e estruturas de poder no Segundo Reinado*. Rio de Janeiro: o Instituto, 1989, pp. 11-20.
- SILVA, José Luiz Werneck da. *Isto é o que me parece. A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (1827- 1904) na formação social brasileira. A conjuntura de 1874 até 1877*. Niterói: UFF, 1976. (Mestrado em História).
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da (coord.). *Dicionário da história da colonização portuguesa no Brasil*. Lisboa: Verbo, 1994.
- SILVEIRA, Cássia Daiane Macedo da. *Dois pra lá, dois pra cá: o Parthenon Litterario e as trocas entre literatura e política na Porto Alegre do século XIX*. Porto Alegre: UFRGS, 2008. Dissertação (Mestrado em História).
- SILVEIRA, Daniela Oliveira. “O passado está prenhe de futuro”: a escrita da história no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (1920-1930). Porto Alegre: UFRGS, 2008. Dissertação (Mestrado em História).

SILVEIRA, Pedro Telles da. “Notas para o estudo das dissertações históricas setecentistas”. In: NICOLAZZI, Fernando; MOLLO, Helena; ARAÚJO, Valdeí (org.). *Caderno de resumos & anais do 4º Seminário Nacional de História da Historiografia: tempo presente & usos do passado*. Ouro Preto: EdUFOP, 2010.

SILVEIRA, Pedro Telles da. *O cego e o coxo: Crítica e retórica nas dissertações históricas da Academia Brasílica dos Esquecidos (1724-1725)*. Mariana: UFOP, 2012. Dissertação (Mestrado em História).

SIRINELLI, Jean-François. “Os intelectuais”. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996, p. 231-269.

SOUZA, Roberto Acízelo de. *O Império da Eloquência: retórica e poética no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: EdUERJ: EdUFF, 1999.

SÜSSEKIND, F. *O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

THIESSE, Anne-Marie. *La création des identités nationales – Europe XVIII^e- XX^e siècles*. Paris: Éditions du Seuil, 1999.

THIESSE, Anne-Marie. “Ficções criadoras: as identidades nacionais”. *Anos 90*: Porto Alegre, n. 15, p.7-23, 2001/2002.

TIBURSKI, Eliete Lucia. “Escrever a história do tempo presente. Francisco Adolfo de Varnhagen e a *História da Independência* (1816-1878)”. In: NICOLAZZI, Fernando; MOLLO, Helena; ARAÚJO, Valdeí. (org.). *Caderno de Resumos & Anais do 4º Seminário Nacional de História e Historiografia: tempo presente & usos do passado*. Ouro Preto: EdUFOP, 2010.

TRINDADE, Hélgio; NOLL, Maria Izabel. *Rio Grande da América do Sul: partidos e eleições (1823-1990)*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS/Sulina, 1991.

TURIN, Rodrigo. “A ‘Obscura História’ Indígena. O Discurso Etnográfico no IHGB (1840-1870)”. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (org.). *Estudos sobre a escrita da história*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006, pp. 86-113.

URICOECHEA, Fernando. *O Minotauro Imperial. A burocratização do Estado patrimonial brasileiro no século XIX*. Rio de Janeiro/São Paulo: Difel, 1978.

VARGAS, Jonas Moreira. *Entre a Paróquia e a Corte. Uma análise da elite política do Rio Grande do Sul (1868-1889)*. Porto Alegre: IFCH/UFRGS, 2007. Dissertação (Mestrado em História).

VARGAS, Jonas Moreira. “O Rio Grande do Sul e a Guerra do Paraguai”. In: NEUMANN, Eduardo Santos; GRIJÓ, Luiz Alberto (orgs.). *Continente em armas: uma história da guerra no sul do Brasil*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010, pp. 123-152.

VELLOSO, Mônica Pimenta. “A brasilidade verde-amarela: nacionalismo e regionalismo paulista”. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 16, n. 11, 1993, pp. 89-112.

VERDERY, Katherine. “Para onde vão a ‘nação’ e o ‘nacionalismo’?”. In: BALAKRISHNAN, Gopal (org.). *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, pp. 239-247.

VIANNA, Lourival. *Imprensa Gaúcha (1827-1852)*. Porto Alegre: Museu Social de Comunicações Hipólito José da Costa, 1977.

WAQUET, Françoise. *Parler comme un livre. L’oralité et savoir (XVI^e-XX^e siècle)*. Paris: Albin Michel, 2003.

WEHLING, Arno. “Historicismo e concepção de história nas origens do IHGB”. In: _____ (coord.) *Origens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Ideias filosóficas e estruturas de poder no Segundo Reinado*. Rio de Janeiro: o Instituto, 1989, pp. 44-58.

WEHLING, Arno. “As origens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”. In: *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, n. 338, jan. /mar. 1983, pp. 7-16.

WHITE, Hayden. *Meta-história: a imaginação histórica do século XIX*. São Paulo: Edusp, 1992.

WHITE, Hayden. *Trópicos do Discurso: Ensaio sobre a Crítica da Cultura*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

ZILBERMAN, Regina; SILVEIRA, Carmen Consuelo; BAUMGARTEN, Carlos Alexandre. *O Partenon Literário: poesia e prosa*. Porto Alegre: EST: Instituto Cultural Português, 1980.

ZILBERMAN, Regina. *A literatura no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992.

ZILBERMAN, Regina; MOREIRA, Maria Eunice; ASSIS Brasil, Luiz Antonio de (org.). *Pequeno dicionário da literatura do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. Novo Século, 1999.

ZUMTHOR, Paul. *A letra e a voz: a "literatura" medieval*. São Paulo: Cia das Letras, 1993.